Cadernos

#10
10 A 24 DE JUNHO DE 2026

FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO DIGITAL

FIOCRUZ / VPSGRI / OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE



Lula e Tedros enviam carta ao G7 pedindo urgência na conclusão do Acordo sobre Pandemias



Grande número de mortos e feridos no terremoto duplo da Venezuela: serviços médicos colapsando cobra ajuda humanitária urgente



Comitê Executivo da OPAS se reúne de 15 a 18 de junho para organizar agenda da saúde do Conselho Diretor 2026 da Organização



Donald Trump e Masoud Pezeshkian assinam acordo de paz EUA-Irã



Europa põe em marcha de decisão de expulsar imigrantes para campos de refugiados



SUMÁRIO

4 – Sumário Executivo – *Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tob*ar

Sistema Nações Unidas

25 – Volatilidade, memorandos e outros encantamentos – *Santiago Alcázar*

30 – E se fosse verdade? – *Santiago Alcázar*

33 – A centralidade da determinação social da saúde e dos direitos humanos no Conselho de Direitos Humanos da ONU – *Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho*

39 – Entre a emergência e a prevenção: dilemas persistentes da arquitetura global da saúde **–** *Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão*

52 – Desequilíbrio de ecossistemas pode levar o Brasil para o epicentro da próxima pandemia – *Renato Cordeiro*

56 – Saúde, clima e substâncias químicas: tendências e desafios globais **–** *Luiz Augusto Galvão e Danielly Magalhães*

66 – Avanços, Desafios e Alguns Destaques da Participação Brasileira na Conferência Internacional do Trabalho (OIT) em 2026 – *Frederico Peres*

77 – Deslocamentos Humanos em um Mundo em Transformação: Clima, Governança Migratória e Tendências Globais de Refúgio – *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

82 – Hemorragia Pós-Parto em foco na The Lancet: um problema de Saúde Global na vida de mulheres a ser superado – *Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

90 – Considerações sobre educação, linguagem e inteligência artificial – *Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard*

95 – O paradoxo das carnes: comércio, saúde e sustentabilidade nos sistemas alimentares contemporâneos – *Eduardo Nilson, Erin William e Denise Oliveira e Silva*

114 – As Perspectivas Econômicas Globais e Regionais Atualizadas do Banco Mundial – *Isis Pillar Cazumbá*

118 – Projetos na área do Trabalho dos Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) e cooperação com a OIT **–** *Laura Tavares Soares*

127 – Comércio Multilateral, Minerais Críticos e o Tratado de Budapeste **–** *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

135 – Saúde global em disputa: crises humanitárias, Ebola e os desafios da cooperação internacional – *Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Ana Carol Aldapi Vaquera e Luis Eugênio de Souza*

153– Roteiros para Desmontar a Pobreza Fabricada e Reconstruir a Justiça Global – *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

166 – Sul Global – *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro*

188 – G20, G7 e OCDE **–** *Pedro Burger, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e João Miguel Estephanio*

205 – Discursos do presidente Lula na reunião do G7 em Evian, França, junho de 2026

211 – De que forma os BRICS podem contribuir nas negociações do Tratado de pandemias da OMS? **–** *Claudia Hoirisch*

218 – Brasil e Índia: duas vias para a soberania sanitária – *Reinaldo Guimarães*

222 – A América Latina se inclina para a direita em meio a protestos, polarização e pressão da Casa Branca – *Sebastián Tobar e Sâmia de Brito*

237 – Os ministros da Saúde do Mercosul se reúnem em Assunção na sua 58ª reunião ministerial – *Sebastián Tobar e Sonia Maria Pereira Damasceno*

242 – A OEA realiza sua 56ª Assembleia Geral em um contexto no qual os Estados Unidos pressionam para abandonar suas ações em relação aos direitos humanos e à democracia – *Sebastián Tobar, Paulo Buss e Sâmia de Brito*

252 – O Sistema de Saúde de Cuba: De Referência Mundial em Equidade e Solidariedade Internacional à Crise Contemporânea – *Juan Garay*

262– Reunião de Chefes de Estado e de Governo da África sobre o surto de Ébola – *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg*

278 – A Europa avança em sua agenda, apesar de suas múltiplas crises – *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

286 – O inverno demográfico na Ásia: consequência do embate entre desenvolvimento econômico e raízes socioculturais – *Lúcia Marques*

294 – A Carta, as Nações e a União – *André Costa Lobato, Alexandra Rodrigues Sanches, Anabela Santiago, Darllan Santana e Rafael Aguilar-Zamudio*

306 – Estante de livros, vídeos e outros que tais

307 – Editores e autores dos cadernos

312 – Produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

313 – Ficha catalográfica

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 10/2026

10 a 24 de junho 2026

Sumário Executivo

De início, registramos, com imenso pesar, e expressamos nossa solidariedade ao povo da **Venezuela**, pelas quase 2 centenas de mortos e milhares de feridos já constatados, vítimas do duplo terremoto que acometeu o país nesta semana. Os desaparecidos estavam na casa de 40 mil (https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-06/venezuela-numero-de-desaparecidos-em-terremoto-pode-passar-de-40-mil). Centenas de prédios e boa parte da infraestrutura em cidades foram danificados. Milhares de pessoas estão desabrigadas. Os serviços de saúde estão abarrotados e a ajuda internacional é imprescindível neste momento. Todos os chefes-de-Estado da Região expressaram pesar e ofereceram ajuda e solidariedade ao governo e à população da Venezuela. Quando fechamos esta edição dos Cadernos, ainda não estavam claros o número exato de vítimas fatais e feridos, mas eram seguramente elevados, conforme noticiais divulgadas e informações enviadas pelo nosso colega e amigo, colaborador dos Cadernos, o médico e pesquisador brasileiro Armando de Negri, representante da OPAS no país. O governo brasileiro, com a participação da Fiocruz, está organizando sua ajuda humanitária e para situações de emergência, que deverão começar a chegar à Venezuela ainda nesta semana.

A **Organização dos Estados Americanos (OEA)** realizou sua *56ª. Assembleia Geral*, de 22 a 24 de junho de 2026, na Cidade do Panamá, sob o tema "*América Unida no bicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá*" e com o objeto de um "*Multilateralismo firme em defesa da democracia, da segurança hemisférica e da estabilidade nos Estados-Membros*". O evento também marcou os 200 anos do *Congresso Anfictiônico de 1826*, proposto por Simón Bolívar e realizado no Panamá, que é considerado o evento inaugural da integração nas Américas. Uma cúpula promovida pelo governo do Panamá com o tema "*Valorização da democracia e da segurança hemisférica*", pretende reafirmar a importância da integração regional para os países e povos americanos. Na ocasião, o Brasil fez a doação definitiva das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826, de propriedade brasileira, ao Panamá.

A expectativa é de que ambos os eventos reforçassem o multilateralismo regional e renovassem os compromissos com a cooperação em prol de um continente mais próspero, justo e inclusivo. Contudo, a conjuntura não favorece o alcance destas expectativas, marcada por profunda divisão política entre os países, predomínio regional crescente de governos de direita e com um poderoso participante do sistema interamericano, os EUA, posicionado com ambições de predomínio absoluto. ***Tobar, Buss e Brito*** prepararam um artigo inicial que comenta os resultados alcançados nos eventos.

Na quinzena passada, entre 1º. e 12 de junho, realizou-se em Genebra a *114ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT*, sob os auspícios da *Organização Internacional do Trabalho* (OIT) https://www.ilo.org/about-ilo. A Conferência de 2026, marcada pelo complexo contexto geopolítico atual, abordou questões fundamentais para o mundo do trabalho contemporâneo, como a necessidade de promoção do trabalho decente na economia de plataformas digitais e a necessidade de avançarmos com uma agenda transformadora para a garantia da igualdade de gênero globalmente. Com seu modelo tripartite, que reúne

representantes de 187 Estados-membro, empregadores e trabalhadores para elaborar normas e políticas laborais globais, teve que acomodar uma ampla agenda (Agenda of the 114th Session of the International Labour Conference | International Labour Organization), da qual muitos pontos vêm discutidos pelo nosso analista, prof. ***Frederico Peres***, do CESTEH/ENSP/Fiocruz, neste fascículo. Ademais, o leitor interessado pode assistir o importante seminário sobre a Conferência, realizado pelo Observatório de Saúde global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz, dia 17/06, disponível em: https://www.youtube.com/live/koZwI6MWUxs

Na quinzena recém finda realizou-se a **Cúpula do G7,** em Évian-les-Bains, sob a presidência da França, que gerou cinco declarações principais: (1) Em prol de um crescimento mais equilibrado, duradouro e resiliente; (2) sobre um espaço digital mais seguro para menores; (3) sobre a segurança das cadeias de abastecimento de minerais críticos; (4) sobre a luta contra o tráfico de drogas; e (5) sobre questões geopolítica, todas disponíveis para acesso em https://www.elysee.fr/en/G7evian. Ali se encontra também um balanço do governo francês sobre os resultados da Cúpula. O Brasil participou como convidado. Transcrevemos na íntegra os dois pronunciamentos do presidente Lula na reunião do G7, para dar ao leitor uma visão do Brasil sobre as questões econômico-sociais e geopolíticas debatidas no evento. Também vem transcrito, com tradução ao português a "Declaração dos líderes do G7 sobre parcerias internacionais mutuamente benéficas".

O presidente Lula e o DG da OMS, Tedros Adhanom, divulgaram na Cúpula a "*Carta Aberta dirigida aos líderes do G7, G20, BRICS e a todas as nações*" (https://www.who.int/news/item/15-06-2026-open-letter-to-leaders-of-g7-g20-brics-and-all-nations-on-finalizing-the-who-pandemic-agreement-s-pathogen-access-and-benefit-sharing-annex) pedindo que os países integrantes do grupo fizessem todos os esforços possíveis para a conclusão do *Acordo sobre Pandemias,* em discussão na OMS, travado pelas divergências entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento quanto ao anexo de Acesso a Patógenos e Partilha de Benefícios do Acordo. A carta vem transcrita neste fascículo do Caderno.

Trazendo as ruas de volta aos eventos dos países mais ricos do mundo, a Cúpula foi antecedida de amplos protestos e reivindicações de movimentos sociais globais em Genebra (Suíça) que, como a francesa Évian, situa-se às bordas do Lac Leman, nos Alpes. Nossos analistas do ***GT sobre G7, G20 e OCDE*** fazem uma análise completa da *Cúpula do G7* neste fascículo.

Outro evento político que mereceu nossa atenção na quinzena foi a **LVIII Reunião de Ministros da Saúde do Mercosul**, realizado em Assunção, nos dias 18 e 19 de junho, sob a presidência *pro tempore* do Paraguai. O evento teve como foco (e acordos firmados): (1) Cooperação para a expansão da capacidade produtiva regional de insumos, medicamentos e tecnologias de saúde; (2) Ação coordenada para a saúde mental e a prevenção do suicídio: (3) Critérios para a importação, trânsito e exportação de tecidos humanos para aplicação em seres humanos; (4) Plano Estratégico de Saúde nas Fronteiras do Mercosul 2026-2030; e Declaração sobre Gerenciamento de Sangue aos Pacientes. Nosso analista ***Sebastián Tobar e*** a representante do MS/Brasil na reunião, ***Sônia Damasceno***, aprofundam a análise da reunião de Ministros no seu informe sobre ALC neste fascículo.

A **79ª. Assembleia Mundial da Saúde (AMS),** que se realizou de 18 a 23 de maio, em Genebra, continua repercutindo, particularmente pela evolução da *epidemia pelo vírus Ebola Bundibugyo em países da África.* As últimas informações sobre o surto (23-24/06) mostram os números abaixo:

Affected countries	Suspected cases	Confirmed cases	Confirmed deaths	Probable deaths	CFR (%) confirmed	Recovered
Data as of 23 June 2026						
Democratic Republic of the Congo#	138	1118	291	-	26%	122
Data as of 24 June 2026*						
Uganda	-	20	2	1	10%	15
Data as of 24 June 2026						
France **	-	1	0	0	-	0
Total	**138**	**1139**	**293**	**1**	**26%**	**137**

Fonte: https://www.who.int/emergencies/alert-and-response

Paralelamente, a OMS publicou diretrizes abrangentes sobre doenças causadas por filovírus, incluindo as doenças Ebola e Marburg (https://www.who.int/news/item/17-06-2026-who-issues-comprehensive-guidelines-on-filovirus-disease--including-ebola-and-marburg-disease).

Reforma da OMS no contexto da reforma das Nações Unidas

A reforma da OMS foi tema de debates por ocasião da 79ª. Assembleia Mundial da Saúde. Pela importância que os Ministros dão ao tema, recebe destaque permanente no site da OMS https://www.who.int/about/governance/global-health-architecture. Atendendo às conversações com ministros e outros agentes relacionados com a OMS, o DG Tedros Adhanom apresentou ao EB de novembro de 2025 o documento *Reform of the global health architecture and the UN80 Initiative – Report by the Director-General* https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/EB158/B158_44-en.pdf, que desencadeou formalmente o processo de reforma.

De outro lado, a reforma da OMS está intrinsecamente ligada à reforma das Nações Unidas, impulsionada pela AGNU e pelo Secretário-Geral, António Guterres. A transformação da ONU busca melhorar a prestação de serviços, a eficiência operacional e o financiamento do organismo, além de promover um acesso mais equitativo a produtos de saúde em todo o sistema. O processo em curso e seus documentos pode ser acessado em: https://www.un.org/un80-initiative/en

A 79. AMS decidiu que a *Reforma da arquitetura global de saúde e a Iniciativa ONU80* teria sequência neste ano, definida na resolução https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA79/A79_(20)-en.pdf), o que inclui a produção de dois relatórios elaborados pela força-tarefa: (i) um relatório provisório que será considerado pelos conselhos das iniciativas globais de saúde e pelas entidades das Nações Unidas na força-tarefa, e pelos órgãos diretivos da OMS, entre novembro de 2026 e fevereiro de 2027, para sua consideração e feedback à força-tarefa; e (ii) um relatório final, do qual uma cópia prévia será compartilhada com os conselhos das iniciativas globais de saúde antes de sua apresentação à 80ª. Assembleia Mundial da Saúde (maio de 2027).

Nos próximos fascículos dos Cadernos continuaremos a tratar do tema *Reforma da OMS no contexto da reforma das Nações Unidas* com prioridade, que já trouxemos ao debate no seminário sobre a agenda global da saúde 2026, realizado pelo Observatório de SG e DS no dia 03 de junho último https://www.youtube.com/watch?v=yoNk4jlxWzA&list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN&index=4

Na sequência de eventos globais, a reunião anual 2026 do **Conselho Econômico Social (ECOSOC) das Nações Unidas** se realizará na sede da ONU, em Nova York, incluindo o *Fórum*

Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) (7 a 15 de julho). Isso inclui o *segmento ministerial do Fórum* (13 a 15 de julho), como parte do Segmento de Alto Nível do ECOSOC. O tema do HLPF será "*Ações transformadoras, equitativas, inovadoras e coordenadas para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para um futuro sustentável para todos*". O HLPF de 2026, reconhecendo plenamente a natureza integrada, indivisível e interligada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, realizará análises aprofundadas dos seguintes ODS: ODS 6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos; ODS 7. Garantir o acesso à energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos; ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; ODS 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; e ODS 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.

36 países apresentarão seus Relatórios Nacionais Voluntários (RNVs) no HLPF 2026: Albânia, Argélia, Bahrein, **Brasil**, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, República Democrática do Congo, Egito, Estônia, Gabão, Guiné, Guiné-Bissau, Itália, Jamaica, Jordânia, Kiribati, Libéria, Malawi, Ilhas Marshall, Moçambique, Noruega, República da Moldávia, Ruanda, São Cristóvão e Névis, Arábia Saudita, Senegal, Somália, Suíça, Togo, Tonga, Tunísia, Emirados Árabes Unidos, República Unida da Tanzânia e Uruguai.

Destacamos, ainda, que a *Sustainable Development Solutions Network (SDSN)* lançou o seu *Relatório de Desenvolvimento Sustentável (SDR)* anual Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2026, que revisa o progresso dos ODS a cada ano desde sua adoção por todos os Estados-Membros da ONU em 2015. A edição de 2026 identifica 8 prioridades para acelerar o progresso dos ODS até 2030 e além, e apresenta resultados de 2 novas pesquisas SDSN: uma da rede de especialistas da SDSN sobre os esforços governamentais dos ODS e outra do público em geral sobre barreiras à implementação dos ODS e prioridades para uma Agenda pós-2030.

Em julho, um novo Relator Especial sobre Saúde no Conselho de Direitos Humanos da ONU



Na sua 62ª. sessão, o *Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas* (Genebra, junho-julho de 2026) escolherá novos Relatores Especiais nas seguintes áreas: (1) Implicações para os direitos humanos da gestão e eliminação ambientalmente corretas de substâncias e resíduos perigosos; (2) Promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão; (3) Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; e (4) Direito de todos ao gozo do mais elevado nível possível de *saúde física e mental*.

A conhecida médica e sanitarista brasileira *Mariângela Simão* foi indicada pela Comissão de Seleção para ser a nova Relatora Especial na área da Saúde do Conselho, dependendo apenas da confirmação do pleno do Conselho nos próximos dias. Ela substituirá Tlaleng Mofokeng da África do Sul. O Caderno trará novas informações do processo no próximo fascículo.

Assembleia Geral da ONU elege presidente para período 2026-2027

O diplomata e atual ministro das Relações Exteriores de Bangladesh, *Khalilur Rahman*, foi eleito em 2 de junho de 2026 para presidir a *81ª sessão da Assembleia Geral da Organização*

das Nações Unidas (ONU). Ele liderará os trabalhos do órgão a partir de setembro de 2026, substituindo a alemã Annalena Baerbock. O processo eleitoral ocorreu na sede da ONU, em Nova York, onde Rahman disputou o posto com o diplomata cipriota Andreas Kakouris. A sessão que ele presidirá estende-se até setembro de 2027, e terá como principais desafios a aceleração das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o enfrentamento de crises climáticas e humanitárias globais. No seu mandato será realizada também a eleição e posse do(a) novo(a) secretário(a)-geral da ONU.

Candidatos à Secretário-Geral

Em setembro, realiza-se a eleição do novo(a) secretário(a)-geral da ONU para o período 2027-2031 (5 anos), com posse em 1º. de janeiro de 2027. Os candidatos confirmados já são seis:

- *Michelle Bachelet (Chile)***:** Ex-presidente do Chile, ex-diretora da ONU Mulheres e ex-Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos. É apoiada por Brasil e México, mas não por seu país de origem, o Chile, hoje dirigido pelo direitista Kast.
- *Rebeca Grynspan (Costa Rica):* Economista e ex-vice-presidente da Costa Rica, atualmente atuando na chefia da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).
- *Rafael Mariano Grossi (Argentina):* Diplomata e atual Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).
- *Macky Sall (Senegal):* Ex-presidente do Senegal, indicado oficialmente pela República do Burundi.
- *María Fernanda Espinosa (Equador):* Ex-ministra do Equador, atuou como Presidente da Assembleia Geral da ONU entre 2018 e 2019, indicada oficialmente por Antígua e Barbuda.
- *Carolyn Rodrigues Birkett (Guiana)*: Representante Permanente do país na ONU, indicada pela Guiana.

Tudo se configura para que a ONU tenha pela primeira vez uma mulher latino-americana como secretaria-geral. Para saber mais sobre o processo em curso e ter informações sobre as candidaturas, acesse: Mais dois candidatos a Secretário-Geral da ONU enfrentam Estados-Membros – Centro de Conhecimento dos ODS

Novo coordenador do Sistema ONU no Brasil

O chileno **Igor Garafulic** assumiu o cargo de Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas (ONU) no Brasil em 1º de junho de 2026. Nomeado pelo secretário-geral António Guterres, ele lidera as operações e o desenvolvimento da organização no país. Garafulic traz mais de 30 anos de experiência em desenvolvimento internacional e política econômica. Antes de chegar ao Brasil, atuou como coordenador residente interino da ONU no Azerbaijão e ocupou o mesmo cargo em outros quatro países, além de ter sido governador da Região Metropolitana de Santiago, no Chile. É mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Oxford e graduado em Economia pela Universidade do Chile.

As guerras

Depois de 4 meses, *Estados Unidos – Irã*, firmaram acordo, sem, contudo, ter contado com a participação de *Israel*. O acordo está constituído de 14 pontos:

1. EUA e Irã declaram o fim imediato e permanente da guerra em todas as frentes, incluindo no Líbano, e se comprometem a não iniciar qualquer conflito um contra o outro e a garantir a integridade territorial e soberania libanesas;
2. EUA e Irã se comprometem a respeitar a soberania e integridade territorial um do outro e a não interferir nos assuntos internos um do outro;
3. EUA e Irã se comprometem a conduzir negociações para alcançar um acordo final em até 60 dias, com prazo prorrogável mediante consentimento mútuo;
4. EUA suspenderão seu bloqueio naval ao Irã e retirarão suas forças militares da região ao redor do Irã em até 30 dias após a assinatura do memorando;
5. Irã reabrirá o Estreito de Ormuz em até 30 dias e se compromete a garantir passagem segura e sem custos de navios comerciais por 60 dias. O Irã também dialogará com o Omã e outros países do Golfo Pérsico sobre a futura administração do Estreito;
6. EUA se comprometem, junto com seus parceiros regionais, a criar um programa para reconstrução e desenvolvimento econômico do Irã, com financiamento mínimo de US$ 300 bilhões;
7. EUA se comprometem a encerrar todos os tipos de sanções contra o Irã, incluindo resoluções do Conselho de Segurança da ONU, resoluções do Conselho de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e todas as sanções unilaterais americanas;
8. Irã reafirma que não produzirá nem adquirirá armas nucleares, e ambas as partes concordam em tratar da diluição do urânio enriquecido por meio de mecanismo acordado e com supervisão da AIEA. EUA e Irã também concordam em discutir o tema do enriquecimento e outras questões nucleares no futuro;
9. EUA e Irã concordam em manter o *status quo* atual até chegarem a um acordo final: o Irã manterá sua atual política nuclear; os EUA não vão impor novas sanções, nem aumentarão sua presença militar no Oriente Médio;
10. EUA se comprometem a permitir que o Irã comercialize seu petróleo e produtos petroquímicos;
11. EUA se comprometem a liberar totalmente todos os ativos e fundos iranianos que estavam congelados ou restringidos pelas sanções;
12. Ambas as partes concordam em estabelecer um mecanismo de implementação para supervisionar a execução deste memorando e a futura adesão ao acordo final;
13. Após a assinatura e início da implementação das cláusulas 1, 4, 5, 10 e 11, as negociações sobre o acordo final se concentrarão exclusivamente nas demais cláusulas;
14. O acordo final será ratificado por meio de uma resolução vinculante do Conselho de Segurança da ONU em até 60 dias.

Como escreveu Ésquilo, dramaturgo da Grécia antiga, "*a primeira vítima da guerra é a verdade*". Nenhum aforisma se aplica melhor à guerra EUA-Irã e suas delegações que negociam no resort do Lago de Lucerna, na Suíça. Cada uma das cláusulas que integram o acordo tem versões distintas segundo a fonte, e que mudam no tempo, desde a assinatura do acordo. Os desmentidos são a regra, de ambos os lados. Não há garantias de que este conjunto de intenções se materialize integralmente, à medida que se sucedem declarações ambíguas das partes envolvidas e segundo a opinião da maioria dos analistas políticos internacionais. Particularmente no tocante às exigências feitas pelo Irã com relação a suspensão dos ataques de Israel no sul do Líbano e a retirada de suas tropas do território, ou as fontes do fundo de US$ 300 bilhões para recuperar infraestruturas destruídas no Irã, inclusive de educação, saúde e C&T (caso do Pasteur Irã).

O que sim parece aos analistas políticos de todos os quadrantes é que foi uma guerra absolutamente desnecessária, da qual Trump e Netanyahu conseguiram apenas que tudo voltasse ao que era antes dos imensos gastos realizados pelos EUA na guerra: o estreito de Ormuz sendo paulatinamente reaberto e o compromisso de que o Irã não vai enriquecer urânio a ponto de conseguir uma bomba nuclear. No mais, parece a todos que o Irã sai fortalecido, embora tenha perdido vidas preciosas e ganhado sequelados física e mentalmente, principalmente mulheres, crianças e idosos – e isto não é pouco para a saúde humana na região. Leia, a respeito, neste fascículo, o artigo de nosso analista ***Santiago Alcázar.***

Gaza e Cisjordânia

Embora o conflito entre EUA-Israel-Irã seja o principal foco das atenções, por suas consequências econômicas e políticas para o mundo, do ponto de vista humanitário a grande tragédia no Oriente Médio continua se mantendo em Gaza e Cisjordânia. O risco é que o interesse econômico acabe por fazer o mundo esquecer este ponto nodal humanitário: os mortos e feridos e a condição física e mental dos milhões de palestinos (e também das populações do sul do Líbano), que continua crítica, e as imensas dificuldades de assistência à saúde, comida, água e infraestrutura básica para condições decentes de vida. O relatório de situação das consequências sobre saúde dos conflitos em curso no Oriente Médio, emitido pela OMS, se encontra em ME-Sitrep-15-2-June-26.pdf e o informe completo em: https://www.emro.who.int/emergencies/middle-east-conflict/. Ver também: Avaliação Final de Danos e Necessidades de Gaza | Nações Unidas na Palestina e Medical Aid for Palestinians: Gaza facing a health-care catastrophe – The Lancet

A guerra entre **Rússia e Ucrânia,** assim como a situação nos conflitos no **SAHEL (*Burkina Faso, Mali, Níger*),** continuam, sem solução à vista; o que sim permanece são os profundos sofrimentos infligidos às populações atingidas.

A visão da sociedade civil sobre as crises humanitárias, conflitos e migrações vêm descrita e comentada no informe do ***GT sobre sociedade civil global***, liderado por ***Luis Eugênio de Souza***. Neste fascículo são abordadas as situações de Gaza/Cisjordânia, Líbano, Moçambique, Tanzânia e Sudão do Sul.

Proteger Cuba

A brutal e desumana perseguição do governo Trump contra Cuba cresce e nesta semana o presidente americano afirmou que vai 'tratar da questão cubana' assim que sair enrascada na qual se meteu no Irã. Fazemos aqui um chamado a todos os democratas do mundo e, particularmente, da América Latina, que preparemos um movimento de solidariedade com a imensa crise humanitária imposta aos cubanos por Trump e Rubio, e em defesa da soberania da ilha caribenha, que já deu exemplos contundentes ao mundo do que pode o Estado e a sociedade fazer pela educação e saúde da sua população, mesmo na vigência das mais cruéis adversidades impostas por um gigante militar e político, caso dos Estados Unidos da América. Esta talvez seja a última oportunidade que os movimentos sociais terão para fazê-lo, já que forças militares consideráveis e mais medidas econômicas coercitivas estão sendo mobilizadas no espaço marítimo próximo à Cuba. A respeito, leia o artigo de ***Juan Garay***, que por muitos anos dirigiu a cooperação da União Europeia em Cuba.

América Latina rachada ao meio

As disputas presidenciais na ALC em 2026 têm sido marcadas pela forte polarização entre conservadores e progressistas e pela crescente influência de lideranças internacionais. O

mapa político da região vem sendo redesenhado, na medida que as eleições vão se sucedendo. A região está politicamente rachada ao meio. E cada país também: veja-se o caso do Peru e Colômbia, onde a direita se impôs, mas por mínima diferença, o que deixa ambos os países divididos. A influência e as diretrizes do governo dos Estados Unidos, sob a gestão de Donald Trump, têm sido objeto de debates na região, especialmente por condicionar apoios políticos e econômicos a candidatos alinhados ao espectro conservador. Trump chegou a afirmar que o Brasil é o próximo jogo a ser jogado. Lula disse que ele não se imiscuísse na eleição brasileira.

No **Peru**, *Roberto Sánchez* não reconheceu a autoproclamada vitória de *Keiko Fujimori* (ainda falta a declaração oficial da justiça eleitoral). Na **Colômbia,** o 2º. turno das eleições presidenciais, realizado no dia 21 de junho, deu a vitória a *Abelardo de la Espriella*, advogado de extrema direita, o que já foi reconhecido pelo concorrente *Iván Cepeda*.-Contudo, o racha não é só nas disputas eleitorais. Na **Bolívia,** continua a onda de contestação ao governo *Rodrigo Paz* continua, liderada pela *Central Obreira Boliviana*.

No informe sobre ALC, nossos analistas ***Tobar e Brito*** aprofundam a análise destas situações e seu impacto sobre as políticas econômicas, sociais e de saúde.

Copa do Mundo estranha

No Caderno 9 escrevemos uma nota com este título. Mais um acontecimento reafirma o quão 'estranha' pode ser uma Copa no país de Trump: o árbitro somali *Omar Abdulkadir Artan*, 34 anos, foi barrado pelas autoridades dos EUA no Aeroporto de Miami e impedido de apitar a Copa do Mundo. Expressão de racismo, xenofobia e paranoia. Foi reconhecido pela Confederação Africana de Futebol (CAF) como o melhor árbitro africano do ano em 2025, fazendo história ao ser selecionado pela FIFA para integrar o quadro de arbitragem da Copa do Mundo de 2026. Celebrando sua integridade e o orgulho que ele trouxe para o futebol africano, após este fato foi recebido como herói em Mogadíscio, capital da Somália e, em desagravo, escolhido pela UEFA para apitar a Supercopa Europeia entre PSG e Aston Villa, no dia 12 de agosto, em Salzburgo.

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Pesquisador e analista responsável por acompanhar a complexidade das **Nações Unidas**, ***Alcázar*** expõe os termos do Memorando de Entendimento entre os EUA e o Irã para reestabelecer a paz, faz comentários e expõem a fragilidade de Israel que parece propenso a ignorar o que o mundo mais deseja: a paz.

E em mais um conto brilhante, ***Alcázar*** apresenta uma narrativa distópica em que uma suposta vacina revolucionária, capaz de prevenir todas as doenças, revela-se um chip que

controla integralmente o corpo humano e, posteriormente, a mente. A história problematiza os limites éticos da ciência, o uso da inteligência artificial e a manipulação da realidade por meio de ambientes virtuais. Ao mesmo tempo, denuncia desigualdades sociais, a degradação ambiental e o enfraquecimento democrático. A obra culmina com a imposição autoritária da tecnologia sobre o próprio cientista, evidenciando os riscos de uma sociedade tecnocrática dissociada do mundo real.

O informe de ***Gaspar e De Negri Filho*** aborda a 62ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH) reafirmando o papel do sistema internacional na promoção, proteção e monitoramento dos direitos humanos em um contexto de múltiplas crises globais. Os autores resumem a dinâmica institucional da sessão, a sessão de abertura e os principais conteúdos do relatório anual do Alto Comissariado, destacando a interdependência entre direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Evidencia-se a centralidade da "determinação social da saúde" como chave analítica, conectando desigualdades estruturais, conflitos, mudanças climáticas e governança econômica aos direitos humanos.

O artigo de ***Reges, Bermudez e Galvão*** aborda os acontecimentos recentes relacionados ao surto de Ebola Bundibugyo na República Democrática do Congo, à crise de financiamento da resposta global ao HIV/AIDS e às negociações do Anexo de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS) do Acordo Pandêmico da OMS evidenciam desafios estruturais que atravessam a atual governança global da saúde. Embora tratem de temas distintos, os três casos revelam tensões comuns entre capacidades nacionais e cooperação internacional, entre avanços científicos e limitações de acesso, e entre compromissos políticos assumidos em fóruns multilaterais e sua efetiva implementação.

Cordeiro discute o risco de novas pandemias associado ao desequilíbrio dos ecossistemas, destacando o Brasil como potencial epicentro devido ao desmatamento e à degradação ambiental. Aponta que, apesar das lições da Covid-19, observa-se enfraquecimento da cooperação internacional e das instituições científicas. O autor ressalta a circulação de vírus perigosos, como o Sabiá, e a necessidade de vigilância integrada entre saúde humana, animal e ambiental. Defende o fortalecimento da soberania científica, o investimento contínuo em pesquisa e a cooperação internacional como estratégias essenciais para prevenir futuras crises sanitárias globais.

Guimarães analisa criticamente a política brasileira de desenvolvimento produtivo em saúde, comparando-a com a experiência da Índia na busca pela soberania sanitária. Destaca-se o papel das Parcerias de Desenvolvimento Produtivo, os desafios regulatórios e a influência de empresas multinacionais no Brasil. Em contraste, a Índia é apresentada como exemplo de fortalecimento industrial a partir de políticas de propriedade intelectual mais flexíveis. O autor conclui que o fortalecimento da produção local e a revisão das políticas de propriedade intelectual são centrais para ampliar o acesso a medicamentos e vacinas.

Galvão e Magalhães abordam temas na área de **saúde e ambiente**. A crise climática, a contaminação química global e o calor extremo nas cidades constituem três das mais urgentes ameaças à saúde humana e ao desenvolvimento sustentável em 2026. Este artigo analisa esses fenômenos, começando pelas negociações climáticas da Conferência de Bonn (SB64, 8–18 de junho), que serviram como ponto focal dos debates globais sobre clima neste período. Bonn foi marcada por impasses significativos na Meta Global de Adaptação e no financiamento climático, por tensões geopolíticas que afetaram a confiança no multilateralismo, e por um avanço concreto na transição justa. A conferência preparou o terreno para a COP31 em Antalya,

Turquia. Em paralelo, a agenda da saúde ganhou destaque como eixo transversal: o calor extremo foi declarado emergência de saúde pública com mais de 50 cidades mobilizadas em torno de soluções de resfriamento sustentável; um programa global de USD 23,5 milhões foi lançado para monitorar mercúrio e poluentes orgânicos persistentes em países vulneráveis; e pesquisas sobre custos econômicos dos plásticos de uso único evidenciaram impactos invisibilizados sobre sistemas de saúde, ecossistemas e comunidades. O artigo argumenta que a integração explícita da saúde nas metas climáticas, nos planos de adaptação e nos acordos de gestão química é condição necessária para transformar compromissos diplomáticos em políticas eficazes.

O artigo de ***Peres*** sintetiza as principais discussões, avanços e desafios desvelados durante a 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), encerrada em 12 de junho último. A Conferência de 2026, marcada pelo complexo contexto geopolítico atual, abordou questões fundamentais para o mundo do trabalho contemporâneo, como a necessidade de promoção do trabalho decente na economia de plataformas digitais e a necessidade de avançarmos com uma agenda transformadora para a garantia da igualdade de gênero globalmente. Em relação ao primeiro ponto, cabe destaque à aprovação da Convenção 193 sobre o trabalho decente na economia de plataformas, primeiro instrumento internacional a propor normas e diretrizes sobre esta crescente modalidade de trabalho que, se por um lado permite a ampliação do mercado de trabalho, por outro vem sendo associada a condições de precarização extrema do trabalho, com impactos sobre a saúde física e mental de trabalhadoras e trabalhadores ao redor do planeta. Já no que se refere ao histórico desafio da promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho, a Conferência mostrou os imensos desafios de se avançar com a pauta no atual cenário geopolítico, sobretudo considerando a ascensão de governos conservadores em diferentes partes do planeta – e em particular na América Latina –, historicamente distantes de projetos para a promoção da justiça social a partir de uma perspectiva interseccional. Parte das discussões é apresentada e contextualizada por integrantes da delegação brasileira, presentes à Conferência, que compartilharam suas impressões e perspectivas durante o Seminário Avançado de Saúde Global e Diplomacia da Saúde, realizado em 17 de junho do corrente.

O informe elaborado pelo ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** apresenta três temas relacionados às dinâmicas contemporâneas de deslocamento humano: a articulação entre clima e mobilidade, a governança migratória internacional e as tendências globais de refúgio. Primeiramente, destaca-se o *Colóquio de Encerramento do Projeto Nansen 2024 – Clima e Deslocamentos Humanos*, iniciativa desenvolvida no Brasil com apoio do ACNUR e do IMDH. O projeto resultou de uma agenda de formação, pesquisa e mobilização social voltada aos deslocamentos associados à crise climática. O segundo tema trata-se do *Pacto sobre Migração e Asilo da União Europeia* que é analisado como uma tentativa de maior coordenação e harmonização das políticas migratórias, com ênfase na solidariedade entre Estados e na eficiência dos sistemas de asilo. Por fim, é abordado o *Relatório Global Trends 2025 do ACNUR* que aponta 117,8 milhões de pessoas deslocadas forçadamente no mundo, apesar de leve redução recente. As Américas concentram 22,8 milhões, com destaque para Venezuela, Haiti e Colômbia. O relatório evidencia avanços em políticas de integração, mas reforça a persistência de deslocamentos prolongados e a necessidade de soluções duradouras baseadas em cooperação internacional e garantia de direitos fundamentais.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, ***Vilella, Massari e Gomes*** apresentam a série publicada pela *The Lancet* sobre hemorragia pós-parto (HPP), principal causa de morte materna

no mundo. São discutidas as evidências mais recentes sobre epidemiologia, prevenção, diagnóstico e tratamento, com destaque para a nova definição de HPP da OMS, a mensuração objetiva da perda sanguínea e a adoção de protocolos integrados de resposta rápida. Também aborda desafios para a implementação dessas recomendações e aponta a necessidade de considerar, de forma mais ampla, as desigualdades sociais na prevenção e no cuidado obstétrico.

Gaspar e Sanglard apresentam dois artigos publicados, na revista ***UNESCO*** *Courier,* sobre educação no contexto da inteligência artificial e da aprendizagem de línguas. Discute-se o papel insubstituível da educação frente às tecnologias generativas, bem como a relevância contínua do estudo de idiomas diante de ferramentas de tradução automática. Conclui-se que tanto o pensamento crítico quanto a comunicação intercultural permanecem centrais na formação humana, demandando abordagens pedagógicas que integrem a tecnologia sem substituir dimensões sociais, cognitivas e culturais do aprendizado.

No campo da **segurança alimentar e nutricional global**, ***Nilson, William e Oliveira e Silva*** discutem os impactos dos produtos de origem animal sobre a saúde humana e planetária. Enquanto as últimas décadas mostram um significativo aumento na produção e no consumo desses produtos, em especial carnes e laticínios bovinos, bem como a hipervalorização das proteínas nas dietas, evidências apontam que, em geral, não há déficit de proteínas em populações como a brasileira e que precisamos reduzir o consumo de carnes vermelhas e processadas. Saindo desse tema central, exploramos brevemente o momento para iniciar uma discussão sobre os possíveis impactos da reforma do multilateralismo a partir das Nações Unidas sobre as agências de nutrição, sediadas em Roma.

Cazumbá analisa as **instituições financeiras internacionais** e informa que o conflito no Oriente Médio ampliou os preços da energia e do petróleo, resultando em uma interferência negativa à economia global. De acordo com o mais recente relatório sobre as perspectivas econômicas globais e regionais, elaborado pelo **Banco Mundial,** que devido à guerra, o crescimento econômico global retrocederá, assim como o crescimento regional. Além deste impacto negativo, a instituição financeira identificou que as regiões e os países enfrentarão dificuldades para combater a pobreza, a insegurança alimentar e o não desenvolvimento de empregos em razão das pressões fiscais.

Em virtude do último *Seminário de Saúde Global e Diplomacia da Saúde sobre a Conferência Internacional do Trabalho da OIT* (17/06/2026), ***Tavares*** aborda a temática na perspectiva da *cooperação dos Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRD) com a OIT*, analisando seus projetos na área do trabalho. Estes projetos estão voltados à *geração de emprego, ao desenvolvimento de habilidades, à inclusão produtiva, à formalização do trabalho e à adaptação ao trabalho digital, verde e inclusivo*. A maioria dos projetos tem como foco principal a juventude. A atuação conjunta entre os BRD e a OIT visa alinhar a capacidade de financiamento em grande escala dos BRD com a expertise técnica da OIT, além de incorporar nos projetos dos BRD alguns dos princípios universais da OIT como o *trabalho decente*.

Chamas e Cesário analisam desenvolvimentos recentes da *governança multilateral* envolvendo a **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** e a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**. O informe examina desenvolvimentos recentes relacionados ao comércio multilateral, aos minerais críticos e à propriedade intelectual. Inicialmente, analisa declarações da Diretora-Geral Adjunta da OMC, DJ Nordquist, ressaltando a permanência da relevância do

sistema multilateral de comércio diante das transformações tecnológicas e das incertezas geopolíticas. Em seguida, apresenta resultados recentes da UNCTAD sobre a crescente importância estratégica dos minerais críticos para a transição energética, a concentração da produção e do refino, a expansão das restrições à exportação e a proliferação de parcerias internacionais voltadas ao fortalecimento da resiliência das cadeias de suprimento. O informe também discute os riscos de fragmentação e os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento para ampliar a captura de valor. Por fim, examina a adesão do Brasil ao Tratado de Budapeste e suas implicações para o reconhecimento internacional de depósitos de microrganismos para fins patentários.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa,*** monitoraram 62 organizações da sociedade civil, das quais 42 apresentaram manifestações relevantes para este informe. Entre as organizações de interesse público, destacaram-se manifestações sobre o surto de Ebola na RDC, crises humanitárias em Gaza, Líbano, Moçambique, Tanzânia e Sudão do Sul e os impactos dos conflitos armados sobre os sistemas de saúde e as populações deslocadas. Também receberam atenção temas como HIV/AIDS, dengue, Covid longa, doenças negligenciadas, violência sexual em conflitos, direitos das mulheres, trabalho infantil, saúde da população LGBTQIA+, dignidade menstrual e racismo estrutural. A governança global da saúde foi outro objeto de frequentemente abordado, como desdobramento da 79ª Assembleia Mundial da Saúde e dos debates sobre a reforma das Nações Unidas. Foram ainda registradas manifestações sobre as estratégias de vendas da indústria do tabaco, o envelhecimento populacional, a saúde mental e o fortalecimento da atenção primária e do acesso a tecnologias assistivas. Entre as organizações de interesse privado, prevaleceram temas como a preparação para pandemias, a vigilância epidemiológica, o desenvolvimento de vacinas, a pesquisa científica e a saúde planetária. Destacaram-se ainda iniciativas de enfrentamento do Ebola e da tuberculose, vigilância comunitária, pesquisa sobre doenças infecciosas e mudanças climáticas, uso de inteligência artificial no desenvolvimento de vacinas e ampliação da liderança científica africana na produção de conhecimento em saúde global.

De Negri e De Negri Filho analisam o estudo da Lancet sobre cláusulas de gênero do FMI na Argentina, revelando como a austeridade aprofundou desigualdades de gênero enquanto o Fundo permaneceu em silêncio diante do desmonte das instituições feministas por Milei. Conectam isso à declaração da Progressive International sobre o sistema da dívida no Senegal – um mecanismo estrutural de extração perpétua. Nas negociações climáticas de Bonn, divergências Norte-Sul sobre medidas comerciais expuseram políticas climáticas unilaterais como novas formas de condicionalidade. O manifesto da APMDD vincula dívida à inação climática, convocando uma Convenção da ONU sobre Dívida. Apresentam dois manifestos por futuros pós-crescimento: o Relatório de Justiça Global de Piketty – quantificando um caminho para 1,8°C com redistribuição radical – e o roteiro do The Guardian para erradicar a pobreza fabricada. Em Saúde, examinam o "processo conjunto" antidemocrático da WHA79 que favorece o multistakeholderismo, a crítica da Lancet aos paradigmas estreitos de segurança sanitária e o testemunho de um médico palestino na Cisjordânia – onde a retenção de receitas fiscais está estrangulando o cuidado oncológico, cancelando cirurgias e colapsando um sistema sob cerco.

Ungerer, Kastrup e Monteiro apresentam o **Sul Global**. Além das principais notícias do Boletim de maio do **UNOSSC**, o escritório tem coordenado reuniões interagências para a implementação da Estratégia para Todo o Sistema da ONU em Cooperação Sul-Sul e Triangular (2026–2029*)*, assegurando o alinhamento de programas nacionais de agências como PNUD,

OMS e FAO aos novos parâmetros baseados em resultados. A **cooperação Sul-Sul brasileira** registrou iniciativas em áreas como trabalho decente, alimentação escolar, segurança alimentar, habitação e inovação em políticas públicas. As ações envolveram parcerias com países africanos e organismos internacionais, com destaque para intercâmbios de saberes ancestrais, visitas de estudo ao PNAE, cooperação Brasil-OIT e lançamento de iniciativas voltadas a sistemas alimentares sustentáveis e políticas urbanas. Em relação ao **G-77 e a China**, o grupo cobrou apoio financeiro ante crises humanitárias durante sessão do ECOSOC e protegeu o DIH, a UNRWA e o OCHA. Na SB64, expôs cortes drásticos em fundos climáticos (GEF/GCF) e rechaçou barreiras comerciais unilaterais. Por fim, impôs salvaguardas a reformas institucionais (PNUD/UNOPS) e blindou o Tratado Antirracismo de Durban. O **Movimento dos Não Alinhados (MNA)** converteu solidariedade em salvaguarda estratégica ativa, defendendo na ONU, a soberania digital, a autonomia sanitária e a reforma do Conselho de Segurança. Regionalmente, essa articulação do Sul Global manifestou-se na ajuda humanitária a Cuba, no fortalecimento técnico da infraestrutura via FCIC/IsDB e na expansão geopolítica da Rede Parlamentar com o Vietnã. O **Centro Sul** fortaleceu articulações estratégicas defendendo a justiça climática baseada em reparações financeiras no Conselho de Direitos Humanos, propôs reformas fiscais na ONU e expôs falhas em relatórios tecnológicos da UNFCCC. Na saúde pública, liderou a unificação de posições para garantir equidade vinculante no Sistema PABS da OMS.

Hoirisch afirma *que* há 25% de chance de outra pandemia ocorrer na próxima década e historicamente, os países em desenvolvimento sempre enfrentam atrasos no acesso aos insumos de saúde. Lula e Tedros Adhanom divulgaram uma Carta na Cúpula do G7, na França, conclamando os líderes das maiores economias do mundo, incluindo o G7, o G20 e os BRICS a apoiarem a conclusão do Acordo da OMS sobre Pandemias cujo objetivo é evitar a repetição do caos internacional observado na resposta à pandemia de Covid-19. Negociado ao longo dos últimos cinco anos, o processo enfrenta um impasse: países ricos se recusam a flexibilizar suas posições sobre o compartilhamento de vacinas, mesmo depois do trauma causado pela recente pandemia. De um lado, países em desenvolvimento se comprometem a compartilhar amostras de vírus que tenham sido identificadas, mas querem garantias de acesso às doses que sejam desenvolvidas para garantir a proteção de suas populações. Os negociadores voltarão a se reunir entre os dias 6 e 17 de julho. Se chegarem a um acordo, será possível transformar as lições da pandemia de Covid-19 em mecanismos permanentes de preparação e resposta. Os países do BRICS podem contribuir de diversas maneiras ao unirem o peso geopolítico do Sul Global para exigir que o compartilhamento rápido de dados genéticos e biológicos garanta contrapartidas contratuais e transparentes em diagnósticos, vacinas e tratamentos.

O informe de ***Burger, Estephanio e coautores*** o **G20** acompanha o avanço da Parceria de Dados Abertos de Satélite sob a liderança da Índia. Adicionalmente, o texto analisa os reflexos da Cúpula do G7 no bloco por meio da carta conjunta de Lula e da OMS em prol do Acordo sobre Pandemias, acompanhada de uma crítica à ausência de um grupo de trabalho dedicado à saúde na atual gestão norte-americana. A Cúpula do **G7** de Évian (15 a 17 de junho de 2026) produziu nove declarações, ou chamadas, de líderes, moldadas para acomodar a presença de Trump, com avanços sobre Ucrânia e Irã e poucos compromissos vinculantes. O Brasil participou como país parceiro, endossando apenas três das oito declarações abertas a convidados. Os destaques da **OCDE** se dividem entre variadas publicações lançadas no período que retomam suas atenções a temas como riscos hídricos para a agricultura, governo digital e impactos econômicos e políticos de segurança e crimes, além da atualização sobre o PIB trimestral do G20.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar e Brito*** abordam a situação política na região nas últimas duas semanas, caracterizando-a como um período em que política, economia e saúde estão interligadas por um único desafio: restaurar a confiança e a capacidade de resposta do Estado. Analisam os principais eventos políticos na América Latina, destacando as vitórias da direita na Colômbia e no Peru e uma mudança significativa na região em direção a políticas mais conservadoras, o que está aumentando a polarização. As tensões sociais e a agitação persistem em muitos países, incluindo Argentina, Bolívia, Equador e Haiti, enquanto os Estados Unidos continuam a expandir sua influência em muitos países por meio de uma estratégia de segurança focada no combate ao narcotráfico e pressões tarifárias. No seguimento das organizações regionais, destacamos os resultados os resultados da Reunião de Ministros da Saúde do MERCOSUL, sob a presidência do Paraguai; o Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou da Reunião Extraordinária de Ministros de Saúde da Região Andina; a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou em eventos sobre malária e ações de vigilância e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) recebeu a visita do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva.

Completando o informe sobre o ALC, dois temas receberam tratamento especial. ***Tobar e Damasceno*** analisam a *58ª Reunião de Ministros da Saúde do MERCOSUL*, realizada em Assunção, que reuniu autoridades da região para discutir desafios sanitários comuns, como doenças emergentes, saúde mental e desigualdades no acesso. O encontro destacou a necessidade de cooperação regional, integração produtiva e fortalecimento da soberania sanitária. Foram aprovados acordos voltados à produção de insumos de saúde, prevenção do suicídio, regulação de tecidos humanos e saúde em fronteiras. Também se enfatizou a importância da vigilância epidemiológica, inovação tecnológica e ampliação da cobertura vacinal, consolidando o fórum como espaço estratégico para coordenação de políticas públicas em saúde.

Tobar, Buss e Brito examinam os principais resultados da **56ª. Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA)**, realizado de 22 a 24 de junho de 2026, na Cidade do Panamá, sob o tema 'Multilateralismo firme em defesa da democracia, da segurança hemisférica e da estabilidade nos Estados-Membros'. O evento também marcou os 200 anos do Congresso Anfictiônico de 1826, que é considerado o evento inaugural da integração nas Américas. A Assembleia mostrou a divisão política que vive a região. A Declaração final expressa em grande medida a hegemonia política dos EUA na organização.

O artigo de ***Garay*** traz um panorama sobre o **sistema de saúde de Cuba**. Durante mais de meio século, Cuba representou uma das experiências mais relevantes de saúde pública no mundo, demonstrando que elevados resultados sanitários podem ser alcançados através de sistemas universais baseados na atenção primária, prevenção, equidade territorial e compromisso social, mesmo em condições de recursos econômicos limitados. O modelo cubano tornou-se internacionalmente reconhecido pela formação médica, inovação biomédica, cooperação internacional e integração entre saúde pública e medicina comunitária. A experiência cubana desafiou modelos tradicionais de desenvolvimento que associam inevitavelmente melhores resultados em saúde ao crescimento econômico elevado e ao aumento do consumo. Estudos comparativos identificaram Cuba historicamente como um modelo de bem-estar elevado dentro de limites econômicos e ecológicos relativamente sustentáveis. Entretanto, nas últimas décadas, e especialmente após 2020, o sistema de saúde cubano enfrenta uma crise profunda marcada por escassez de medicamentos e insumos,

deterioração da infraestrutura, dificuldades econômicas, migração de profissionais de saúde e aumento das desigualdades no acesso. Esta deterioração resulta de uma combinação de fatores internos estruturais e pressões externas, incluindo o impacto prolongado das sanções dos Estados Unidos. Este artigo analisa a evolução histórica do sistema de saúde cubano, suas contribuições internacionais, seus avanços científicos e os desafios atuais, discutindo as lições globais que a experiência cubana oferece para a construção de sistemas de saúde mais equitativos, sustentáveis e solidários.

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Augusto Paulo Silva***, analisou que, entre 9 e 22 de junho de 2026, a resposta ao surto de Ebola causado pelo vírus Bundibugyo na República Democrática do Congo (RDC) e em Uganda ganhou destaque em uma reunião virtual de Chefes de Estado e de Governo africanos e parceiros internacionais. O encontro, promovido pela União Africana, alertou para a rápida evolução da epidemia, marcada pela expansão geográfica dos casos, transmissão comunitária persistente e desafios operacionais relacionados a conflitos armados, deslocamentos populacionais, insegurança e desconfiança das comunidades. Até meados de junho, mais de 800 casos confirmados e quase 200 mortes haviam sido registrados nos dois países, com a província de Ituri permanecendo como epicentro da crise. Os participantes aprovaram um plano conjunto de resposta e preparação para o período de junho a dezembro de 2026, estimado em 518 milhões de dólares, e defenderam maior coordenação transfronteiriça, financiamento rápido, fortalecimento da vigilância epidemiológica, rastreamento de contatos, ampliação da capacidade laboratorial e melhoria da assistência aos pacientes. A OMS destacou que, apesar dos avanços operacionais, os esforços permanecem insuficientes para controlar o surto. O contexto humanitário agrava a emergência. Acampamentos de deslocados enfrentam falta de água, saneamento precário e superlotação, dificultando a prevenção. Investigações apontam que funerais com práticas inseguras podem ter contribuído para eventos de supertransmissão. Embora existam sinais encorajadores, como recuperação de pacientes, cooperação comunitária e fortalecimento da resposta em Uganda, especialistas alertam que a epidemia pode persistir por muitos meses. A ausência de vacinas e terapias licenciadas específicas para o vírus Bundibugyo continua sendo um dos principais desafios.

No seu informe sobre a **Europa**, ***Freire*** sinaliza que a quinzena foi marcada pela demissão de Keir Starmer, que gera incertezas nas relações pós-Brexit entre Reino Unido e União Europeia (UE), ao mesmo tempo em que o bloco surgem divergências sobre a recém atualizada política migratória — com críticas de Emmanuel Macron e Pedro Sánchez aos centros de retorno. Sobre a guerra na Ucrânia, a UE se prepara para um momento de negociações com a Rússia, motivo apontado para a "vassalagem" oferecida a Donald Trump na reunião do G7 realizada na França. Paralelamente, o Conselho Europeu avançou em temas como orçamento, competitividade e defesa (especialmente mobilidade militar), além de reformas regulatórias em setores ligados a saúde, como químicos e biotecnologia. A OMS Europa alertou para desafios crescentes de saúde pública, como mudanças climáticas, ondas de calor, emergências sanitárias e o aumento do consumo de nicotina entre jovens, evidenciando um cenário europeu de múltiplas pressões políticas, econômicas e sociais.

Marques examina o fenômeno chamado inverno demográfico que representa a queda da taxa da natalidade para menos de 2,1 filhos por casal, o que que leva à queda da população mundial. O assunto está em todos os debates econômicos e de saúde global de 2026. A Ásia vive um paradoxo: está vivenciando significativos movimentos sociopolíticos, rápidos avanços tecnológicos e dinâmicas intergeracionais em evolução ao mesmo tempo que vive o inverno

demográfico mais acelerado da história humana, uma vez que a queda na taxa de natalidade está atrelada à queda na taxa de casamentos – na China, no Japão e na Coreia do Sul a reprodução e a parentalidade continuam estritamente vinculadas ao matrimônio formal. Logo, o declínio dos casamentos traduz-se diretamente no colapso da natalidade. A aceitação compulsória de um conjunto de obrigações institucionais e familiares rígidas não se adequa mais à autonomia financeira e inserção no mercado de trabalho conquistadas pelas mulheres instruídas, que passam a enxergar o matrimônio não como um ativo social, mas como um risco para a carreira e uma perda severa de autonomia pessoal. Mas o país que vive esse fenômeno de forma mais dramática é a Coreia do Sul, que passa por crises gêmeas, descritas assim por que não são fenômenos isolados, mas duas faces da mesma moeda epidemiológica. A conexão entre o "inverno demográfico" e o colapso da saúde mental, com alto número de suicídios, na Coreia do Sul é um dos temas mais debatidos na sociologia médica e na economia do desenvolvimento hoje. O colapso da nupcialidade, o viver sozinho e a escalada do sofrimento psíquico compartilham da mesma matriz estrutural: uma cultura de hiper competitividade e pressão por status que esvaziou os laços de solidariedade comunitária. Coreia hoje ocupa o primeiro lugar entre os países da OECD nas taxas de suicídio.

Em seu artigo sobre a **China**, ***Lobato e parceiros*** informam que Conselho de Estado publica o documento "*Governança Global Mais Justa e Equitativa: Princípios, Propostas e Ações da China*", convocando Sul Global para defender as Nações Unidas contra abusos do unilateralismo. Os autores também abordam que Brasil estreita laços financeiros com reunião da Cosban e estudo sobre emissão de Panda Bonds. Além disso, informar que a Comissão de Saúde publica texto sobre encontro de saúde digital às margens da 79ª Assembleia Mundial de Saúde e que a queda de mortalidade infantil vem acompanhada de novos desafios para saúde infantil. Hong Kong inicia consultas para seu primeiro Plano Quinquenal. Novo plano de IA prevê servidores submarinos.

Estante



A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.

FIOCRUZ na Saúde Global

Fiocruz participa de agendas no Reino Unido para fortalecer cooperação em saúde global

Delegação da Fiocruz esteve no Reino Unido entre os dias 15 e 17 de junho para uma série de agendas estratégicas voltadas ao fortalecimento dos sistemas de saúde, à produção regional de vacinas e à cooperação científica internacional. O presidente da Fundação, Mario Moreira, reuniu-se com representantes da Agência de Segurança em Saúde do Reino Unido

(UKHSA, na sigla em inglês), da Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (Cepi), na sigla em inglês e da Rede Pasteur. Além disso, a Fiocruz participou das discussões realizadas durante a Cúpula Global de Produção de Vacinas da Cepi.



Saiba mais em: Fiocruz participa de agendas no Reino Unido para fortalecer cooperação em saúde global | Agência Fiocruz de Notícias (Ana Paula Blower, Agência Fiocruz de Notícias, 22/06/2026)

Fiocruz e INSERM comemoram 35 anos de cooperação

A Fiocruz recebeu (9/6) uma delegação do Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica (Inserm), principal instituição pública de pesquisa em saúde da França, para celebrar os 35 anos de colaboração entre as duas instituições e discutir novas perspectivas para a cooperação científica bilateral. O encontro marcou também o início de uma nova etapa da parceria, com foco em temas estratégicos para a Saúde Global. Estão entre as possíveis frentes de trabalho doenças metabólicas e cardiovasculares, envelhecimento, Saúde Única e os impactos das mudanças climáticas na saúde.

A delegação francesa foi liderada pelo presidente do Inserm, Didier Samuel, e contou com a participação de pesquisadores e gestores da instituição. A programação incluiu uma reunião com o presidente da Fiocruz, Mário Moreira, no Castelo Mourisco, no Rio de Janeiro, um seminário científico com especialistas dos dois países e visitas ao Centro de Pesquisa, Inovação e Vigilância em Covid-19 e Emergências Sanitárias, no Campus Fiocruz Maré (RJ). Também participaram representantes da embaixada da França, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e da Euraxess.

Texto: Diego Franco David (VPSGRI/Fiocruz), publicado em 16/06/2026. Saiba mais em: Fiocruz e Inserm celebram 35 anos de cooperação | Portal Fiocruz

Portal de Boas Práticas da Fiocruz é reconhecido pela Opas como experiência relevante nas Américas

O *Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente*, desenvolvido pela Fiocruz, foi selecionado pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) como uma experiência de destaque na iniciativa *Boas Práticas (BP) em Saúde Pública: Experiências e Lições Aprendidas nas Américas*. A proposta da Opas busca sistematizar iniciativas

que contribuam para o cumprimento de agendas globais e regionais em saúde, estimulando a cooperação entre países e instituições e ampliando a circulação de conhecimentos capazes de orientar políticas públicas e práticas assistenciais. Neste contexto, o reconhecimento se concretiza com a criação de uma página no site da Organização, ampliando a visibilidade da iniciativa e reforçando seu potencial de disseminação, adaptação e replicação em diferentes contextos, além de consolidar a atuação da Fiocruz.

A coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), *Maria Gomes*, aponta que o reconhecimento da Opas ao Portal representa um importante marco para a iniciativa. “Este reconhecimento reforça a importância da estratégia como um grande canal de disseminação do conhecimento voltado à melhoria do cuidado de mulheres, crianças e adolescentes. Trata-se de uma iniciativa desenvolvida pelo Instituto desde 2017, que vem contribuindo de forma significativa para o fortalecimento das práticas em saúde”.

A presença do Portal de Boas Práticas no site da Opas reforça a relevância da iniciativa e do IFF/Fiocruz como estratégia de educação permanente em saúde e de fortalecimento das boas práticas assistenciais. Isso contribui para a qualificação do cuidado em diferentes contextos do SUS e para a disseminação do conhecimento em âmbito nacional e internacional.
Saiba mais em: Portal de Boas Práticas da Fiocruz é reconhecido pela Opas como experiência relevante nas Américas | Agência Fiocruz de Notícias (Luiz Eduardo Moraes [IFF/Fiocruz], 19/06/2026).

Seminário Avançado da Fiocruz debate *saúde de mulheres e crianças* no dia 1º. de julho

Com participação de representantes do governo, de agência internacional e de pesquisadores do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente (FF/Fiocruz), o Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde realiza mais um dos seus Seminários Avançados. Presente no seminário, o diretor do Instituto, dr. Antônio Flavio Meirelles. Coordena o seminário a pesquisadora Priscila Vilella, uma das coordenadoras do GT do Observatório.



1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável começa em 30 de junho, em Brasília



Com o tema "*A Agenda 2030 no Brasil: Fortalecer a Democracia e Defender os Direitos Humanos para a construção coletiva de um novo modelo de desenvolvimento socialmente justo e inclusivo, ambientalmente responsável e economicamente viável",* o governo brasileiro realiza a inédita conferência sobre ODS no Brasil, no final deste mês, com os objetivos de:

- Ajustar a narrativa da Agenda 2030 no Brasil, enfatizando seu papel na promoção dos direitos humanos, no fortalecimento da democracia e suas instituições, e como instrumento de planejamento e desenvolvimento territorial, permitindo o avanço eficaz de políticas públicas de combate às desigualdades e a ampliação de captação de recursos para investimentos em cidades e territórios resilientes, inteligentes e mais igualitários.
- Mobilizar e sensibilizar diversos segmentos sociais e institucionais brasileiros para engajamento na Agenda 2030, ampliando o entendimento e o compromisso público com os ODS.
- Avaliar a implementação dos ODS em diferentes territórios do Brasil, identificando avanços, desafios e oportunidades concretas para acelerar resultados.
- Identificar e coletar propostas oriundas de experiências locais, regionais e nacionais já em curso, valorizando as boas práticas e articulando iniciativas eficazes.
- Coordenar processos de articulação institucional, envolvendo múltiplos atores sociais, governamentais e do setor privado, visando implementar medidas, políticas públicas e marcos normativos que fortaleçam a territorialização dos ODS.
- Estimular, incentivar e contribuir para a institucionalização da Agenda 2030 em todos os níveis, esferas governamentais e sociedade civil, garantindo sua incorporação estratégica nas políticas públicas brasileiras.
- Difundir e dar escalabilidade para boas práticas relacionadas aos ODS, promovendo o intercâmbio de experiências exitosas e inovadoras entre diferentes regiões e setores da sociedade.

Saiba mais em: https://www.conferenciaods.org/duvidas. Principais documentos em: https://www.conferenciaods.org/documentos



Congresso do Consortium of Universities for Global Health (CUGH) e ALASAG em Lima (fevereiro de 2027)

O *Consórcio de Universidades para Saúde Global (CUGH)* vai realizar em Lima, de 25 a 28 de fevereiro de 2027, associado com a *Aliança Latino-americana de Saúde Global (ALASAG*), sua 18ª. conferência anual com o tema "*Transformando a Saúde Global: Parecerias, poder, liderança e tecnologia num mundo em rápida transformação*". Maiores informações sobre o congresso podem ser obtidas e as inscrições realizadas em: https://cughlima2027.org/

Curso gratuito sobre 'Saúde Reprodutiva, Materna e Neonatal em um Clima em Mudança' da Universidade de Colúmbia (EUA)



O curso é constituído de 10 sessões, projetado para parteiras, enfermeiros, médicos, gestores, auxiliares de parto e profissionais de saúde de linha de frente que prestam cuidados em ambientes frágeis, com poucos recursos e afetados pelo clima. O curso capacita os participantes com conhecimento clínico, habilidades, ferramentas de tomada de decisão e estratégias em nível de unidade, necessários para proteger a saúde reprodutiva, materna e de recém-nascidos em um clima em mudança. O curso se realizará às 3as. feiras, de 7 de julho a 8 de setembro de 2026, no horário [13:00-14:15 UTC+0], que corresponde à 10h-11:15, hora de Brasília. O curso é uma iniciativa do *Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde.*

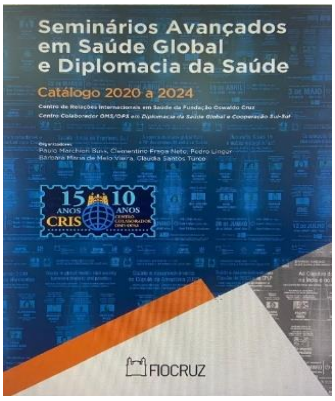
Mais informações, inscrições etc. em: Saúde Reprodutiva, Materna e Neonatal (RMNH) em um clima em mudança | Escola de Saúde Pública Carteiro da Universidade Columbia

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde há 6 anos servindo a comunidade global



Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 140 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

===*===

Duas mensagens nos estimulam a persistir, nos *Cadernos*, com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Como diz **Milton Nascimento**, Doutor *Honoris Causa* da Fiocruz, mantemos essa "*estranha mania de ter fé na vida*"; e, como nos impele **Antonio Gramsci**, filósofo marxista italiano, diante dos absurdos que verificamos globalmente, continuamos a nos guiar pelo "*pessimismo da razão e o otimismo da vontade*".

Produtos do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz* e do *Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a tais posições. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 26 de junho de 2026.

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar

Editor e editores-associados

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Volatilidade, memorandos e outros encantamentos

Volatilidad, memorandos y otros encantamentos

Volatility, memos, and other enchantments

Santiago Alcázar

Resumo: O presente artigo expõe os termos do Memorando de Entendimento entre os EUA e o Irã para reestabelecer a paz, faz comentários e expõem a fragilidade de Israel que parece propenso a ignorar o que o mundo mais deseja: a paz.

Palavras-chave: ONU; conflito EUA-Irã; Israel; paz.

Resumen: *El presente artículo expone los términos del Memorando de Entendimiento entre los EUA e Irán para restablecer la paz, hace comentarios y expone la fragilidad de Israel, que parece inclinado a ignorar que lo que el mundo más desea es la paz.*

Palabras clave: *ONU; conflicto entre EE. UU. e Irán; Israel; paz.*

Abstract: *The article brings forward the terms of the Memorandum of Understanding between the US and Iran. It makes some comments and shows the fragility of the position of Israel that seems bound to ignore what the world wants more eagerly: peace.*

Keywords*: UN; U.S.-Iran conflict; Israel; peace.*

Em 12 de junho, o Primeiro-Ministro do Paquistão, Shehbaz Shariff, anunciou que um texto havia sido acordado entre os EUA e o Irã para reestabelecer a paz.

O texto foi digitalmente assinado pelos respectivos representantes daqueles dois países em 14 de junho.

Em 17 de junho, o Presidente Donald Trump assinou a cópia daquele texto durante um jantar de gala em sua homenagem, no Palácio de Versailles. O Presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, fez o mesmo, em Teerã.

O texto em questão é um Memorando de Entendimento – documento que atesta haver acordo de intenções e de expectativas entre as Partes e, geralmente, antecede à conclusão de um Acordo formal – e consta de 14 parágrafos.

Os primeiros três parágrafos referem-se à implementação do cessar-fogo; à não ameaça ou uso da força; ao respeito à integridade territorial e à soberania das Partes, inclusive à do Líbano; à não interferência nos assuntos internos; e ao compromisso para continuar negociações com vistas a alcançar Acordo final no prazo de 60 dias, prorrogável. Interessante é que esses três parágrafos iniciais envolvem os EUA, Irã e os seus aliados, ainda que nenhum deles tenha participado das negociações que levaram ao Memorando.

O quarto parágrafo trata do fim do bloqueio dos EUA e de da retirada de suas forças militares instaladas próximas ao Irã.

O quinto parágrafo refere-se à garantia do Irã de assegurar passagem desimpedida de navios pelo Estreito de Ormuz, o que significa levar a cabo operação de desminagem. O mesmo parágrafo garante que o Irã manterá discussões com o Sultanato de Omã e com outros países no litoral do Golfo Pérsico no sentido de definir a administração do Estreito de Ormuz, com pleno respeito do Direito Internacional e com os direitos soberanos dos estados litorâneos.

O sexto parágrafo afirma que os EUA assumem a responsabilidade (*undertakes to develop*) de desenvolver com parceiros regionais um plano de ao menos US$ 300 bilhões para a reconstrução e o desenvolvimento da República Islâmica do Irã.

O sétimo parágrafo afirma que os EUA tomarão a iniciativa (*undertakes to terminate*) de dar por terminadas todas as sanções contra o Irã, incluindo às do Conselho de Segurança e às da AIEA.

O oitavo parágrafo reafirma que o Irã não tem intenções de desenvolver armas nucleares. Com respeito ao estoque de urânio enriquecido existente, acordam negociar uma solução satisfatória para ambas as Partes, incluindo a possibilidade de "down blend" – reduzir o nível de enriquecimento – em loco, no Irã, com a supervisão da AIEA. Contempla também as necessidades do Irã com respeito ao uso de enriquecimento de urânio para fins pacíficos – energia elétrica e medicina.

O parágrafo nove garante a manutenção do status quo do programa nuclear enquanto o Acordo final não for concluído. Os EUA não recorrerão ao uso da força, nem imporão novas sanções no período que deve conduzir ao Acordo final.

Os parágrafos dez e onze levantam as restrições para a exportação de petróleo e de produtos de petróleo pelo Irã, bem como aquelas para permitir a esse país voltar a fazer uso de seus recursos financeiros "congelados" no sistema internacional.

Os demais três parágrafos tratam da criação de um mecanismo executivo para monitorar a implementação do Memorando de Entendimentos; do início de negociações pertinentes em vista do Acordo final; e, pasmem, o anúncio de que o Acordo final será endossado pelo Conselho de Segurança da ONU de maneira mandatória.

O Memorando de Entendimento é extraordinário. Segundo os termos, os EUA devem: i) retirar-se da área próxima ao Irã. Não está claro se "área próxima" incluiria as bases militares já instaladas; ii) por fim ao bloqueio militar; iii) comprometer-se a desenvolver plano de reconstrução e desenvolvimento; iv) por fim a todas as sanções; v) descongelar os recursos financeiros retidos no sistema internacional; vi) reconhecer a validade do compromisso do Irã de que não pretende desenvolver armas nucleares; vii) aceitar negociar o destino do estoque atual de material nuclear enriquecido; reconhecer as necessidades de enriquecimento para fins pacíficos; viii) aceitar implementar cessar-fogo, respeitar a integridade territorial e a soberania do Irã, bem como a do Líbano.

Em contrapartida, o Irã permitirá a passagem desimpedida pelo Estreito de Ormuz e empreenderá negociações com os Estados do Golfo Pérsico a futura administração dos serviços marítimos para o Estreito de Ormuz.

O Memorando tem valor histórico por ter sido assinado pelo Presidente Trump em Versailles, diante de todos os integrantes do G-7. Também tem valor por acomodar todas as reivindicações iranianas, o que seria impensável antes da guerra. Não importa que o Memorando

de Entendimento não tenha o peso de um Acordo. As reivindicações iranianas foram todas reconhecidas pelos EUA. Isso é o mais importante.

Imagem 1 – Donald Trump assina Memorando de Entendimento (MoU) com o Irã no Palácio de Versalhes, na França, em 17 de junho de 2026



Foto: Reprodução/The White House

As razões que levaram o Governo de Donald Trump a concluir o Memorando de Entendimento pertencem aos bastidores da história. O Presidente norte-americano diz que obteve uma vitória histórica. A realidade parece desmentir esse rompante de colegial. Para muitos, ao contrário, Trump cedeu tudo e não ganhou nada. O que ficará para a história, no entanto, é o que representa a conclusão do Memorando de Entendimento: o reconhecimento de um engano.

Os EUA entraram na guerra pelas mãos de Israel. Não tinham nada a ganhar, mas foram convencidos a entrar nela por pressão do Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu que, possivelmente, teria prometido, como vendedor de xarope milagroso, uma *blitzkrieg* a ser seguida de abundante colheita de benefícios. O que surpreende é como a maior potência do mundo pode ser hipnotizada e levada a fazer coisas que, normalmente, não faria. O Presidente Donald Trump já se terá dado conta que a paz lhe custara caro, talvez mais caro que a guerra.

O Memorando tem os seus problemas. Como garantir, por exemplo, os US$ 300 bilhões para a reconstrução e desenvolvimento do Irã. De onde virá o dinheiro? Em Washington, as lideranças políticas fazem cara de paisagem. Os países do Golfo terão dificuldade em entender por que eles teriam que pagar a conta pelo desastre provocado por EUA e Israel. É um ponto importante porque o Irã foi severamente afetado pelos bombardeios. Ainda que não saia um tostão dessa intenção o que fica é o reconhecimento pelos EUA de que a guerra causou perdas enormes que têm de ser reparadas. Esse reconhecimento é uma fresta para a entrada de um possível processo judicial contra os EUA junto à Corte Internacional de Justiça, órgão das Nações Unidas que, agora, Trump, ironicamente, pede que endosse o eventual Acordo final.

O Memorando tem validade? Juristas estadunidenses próximos a Israel levantam a questão recordando que o "Iran Nuclear Agreement Review Act" (INARA) obriga o Executivo a submeter à apreciação do Congresso norte-americano qualquer ato relacionado ao tema nuclear no Irã. Segundo os termos dessa Lei, o Memorando teria que passar pelo Congresso onde

Republicanos e lobistas a soldo esperam torná-lo inoperante. É uma possibilidade, mas o "mal" já teria sido feito e não há como voltar atrás.

Israel manifestou publicamente que o país não está vinculado ao Memorando porque não fez parte das negociações, teve negado acesso ao projeto e não está explicitamente mencionado no texto. O Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu foi mais longe e informou Washington que Israel não irá retirar as suas forças do Sul do Líbano e continuará a bombardear o Hezbollah naquela região. Para alguns, as palavras do Primeiro-Ministro soaram como um desafio. Outros interpretaram como um ato de desespero. Dobrar aposta é sempre desafiar no desespero.

Israel reagiu como sempre reage. É um caso especial que não pode ser tratado senão de modo especial. Não pode ser submetido ao Direito Internacional, porque é um caso especial. Ignora as suas obrigações como Estado ocupante na Palestina ocupada, porque é um caso especial. Comete genocídio, tortura e todo tipo de abuso, sem ter de responder ante nada e ninguém, porque é um caso especial. Faz parte das Nações Unidas, mas ignora as resoluções com respeito ao Estado Palestino, porque é um caso especial.

Isso parece estar mudando. Há uma crescente antipatia com o Governo de Benjamin Netanyahu, que parece atar a sua sobrevivência política ao apoio que recebe de extremistas que fazem da desumanização o princípio reitor de suas vidas.

Em 19 de junho, em coletiva de imprensa na Casa Branca convocada para comentar o Memorando, J.D. Vance, Vice-Presidente dos EUA, respondeu à pergunta relativa à reação negativa de Israel com respeito àquele documento. Para surpresa de todos, Vance foi duríssimo:

> *Minha mensagem a esses que criticam o Memorando –* Israel *– é clara: Donald J. Trump é o único Chefe de Estado em todo o mundo que, neste momento, é simpático a Israel*.

Em seguida discorreu em como Israel depende dos EUA:

> *É preciso que alguns líderes israelenses acordem e cheirem a realidade em que esse país se encontra*.

Para finalizar, sugeriu que Israel reduza a sua presença no Líbano:

> *Vocês são um país de 9 milhões de pessoas. Vocês não podem simplesmente continuar a matar como se essa fosse a solução para todos os seus problemas de segurança nacional*.

Não há registro de que autoridade norte-americana tenha feito publicamente críticas tão duras e severas a Israel. É possível que, de fato, algo esteja mudando. O problema é a insustentável volatilidade do Presidente Trump. No fim de semana, talvez aborrecido por alguma questão menor, voltou a lançar ameaças ao Irã, que revidou anunciando que teria fechado o Estreito de Ormuz. As notícias são confusas. A BBC publicou hoje a foto abaixo, com o título "O primeiro round de negociações EUA-Irã termina com progresso encorajador, dizem os mediadores"

Imagem 2 – Delegações de EUA, Irã, Paquistão e Catar se reúnem em hotel na Suíça durante rodada de negociações sobre o Oriente Médio, em 21 de junho de 2026



Fonte: © REUTERS – Nathan Howard

O Memorando de Entendimento certamente não resolverá todas as questões e até é possível que haja retrocessos e, no pior dos casos, fracasso, o que apenas confirmaria a máxima pessimista de que "*Se há entendimento entre o gênero humano é porque se trata de um mal-entendido"*.

Todos viram alguma vez as cobras "hipnotizadas" de Marraquexe. O Presidente Donald Trump não é uma cobra e não vive em Marraquexe. O "encantador" de serpentes vive à pouca distância, mas hoje em dia tudo é tão próximo. A volatilidade explica muito, mas não explica tudo. O que fica é esse tal de Memorando de Entendimento que não pode desaparecer por magia ou encanto.

E se fosse verdade?

¿Y si fuera verdad?

What if it were true?

Santiago Alcázar

O Doutor Langhlas acaba de aplicar uma vacina à pequena Estela. Ainda agachado levantou os olhos para a mãe e disse: *pronto, ela estará bem. A dor vai passar. Vê? Ela não chora mais. Foi só o susto*.

A pequena Estela completou 12 meses nesse dia e parece saudável. Tomou todas as vacinas do calendário: BCG, Hepatite B, Penta, Poliomielite, Pneumocócica, Rotavírus, Meningocócica, Influenza trivalente, Covid-19. Peso normal, crescimento normal.

O Doutor Langhlas explicou à mãe que a vacina que acabara de aplicar à pequena Estela era diferente das anteriores. Não era para prevenir doenças específicas, mas para prevenir todas as possíveis doenças futuras. A mãe de Estela, mulher simples e humilde, não entendia o que o Doutor Langhlas lhe explicava, mas ficava contente em saber que a sua filha ficaria bem para sempre.

O Doutor Langhlas não aplicou uma vacina; injetou um chip microscópico, com espessura mil vezes menor do que um fio de cabelo. O chip era extraordinário. Podia controlar o crescimento, o peso, bem como o nível adequado de todos os elementos de um hemograma completo. Placas nas artérias? O chip acionaria o sistema imunológico para "limpar" as artérias. Produção desordenada de células? O chip impediria qualquer desordem celular. A pequena Estela cresceria saudável e se manteria saudável até a hora da morte, porque o chip não poderia evitar o natural envelhecimento do corpo.

A equipe do Doutor Langhlas acompanharia Estela durante toda a vida. Artigos acadêmicos seriam produzidos, prêmios seriam recebidos, a glória seria alcançada.

Com o tempo, membros da equipe do Doutor Langhlas decidiram propor aproveitar os avanços na tecnologia na área da IA. Por que não aumentar a capacidade do chip com algumas novas funções?

— Que funções?

— O céu é o limite.

— Estela é uma jovem pobre, saudável, mas pobre, Doutor.

— Sim, mas o que vocês querem fazer?

— Podemos aumentar a capacidade do chip para que ela possa ter alguns benefícios reservados às classes mais privilegiadas.

— Por exemplo?

— Por exemplo, ela poderia “ir”, sem sair de casa a todos os lugares do mundo. Usaríamos a capacidade de gerar realidade virtual. Ela “iria” para Paris, Londres, Nova York. A experiência seria “real”, como se ela realmente estivera nesses lugares. Ela viajaria de 1ª classe, passaria pela imigração, pegaria suas malas, tomaria um taxi que a levaria a um hotel cinco estrelas. Jantaria nos melhores restaurantes, visitaria os museus e faria compras nas lojas mais caras...

— Mas em algum momento ela teria que voltar à realidade, interrompeu o Doutor Langhlas.

— Para que? Nos a manteríamos na realidade virtual, assim ademais de saudável ela seria imensamente feliz.

— Podemos fazer isso?

— Claro que sim.

— Mas o que aconteceria com a família dela, com os amigos, os conhecidos, o namorado?

— Estela os manteria na realidade virtual e poderíamos controlar para que tudo saísse bem, sem dramas, sem sofrimento.

— E a família real, os amigos, os conhecidos, o namorado?

— Na próxima data do calendário de vacinas, nós injetaríamos todo mundo com um chip e cada um seguiria sua vida.

— Isso me lembra a pílula “soma” de Admirável Mundo Novo, do Huxley.

— É melhor. Soma deixava todo mundo feliz. O chip deixa feliz quem a gente quer. Feliz, saudável e capaz. Poderíamos até fazer da Estela a pessoa mais popular do país. Poderia ser Presidente da Câmara ou do Senado, Governadora ou Presidente.

— Mas isso seria um assalto à democracia.

— Me desculpe Doutor, o Senhor sabe como cada um de nós aqui o admiramos como médico, cientista e ser humano. Cremos, no entanto, que o Senhor não vem acompanhando os acontecimentos. Há muito tempo houve um assalto à democracia. Ela não existe mais. Nós elegemos quem nós queremos. Quem nós queremos faz as nossas vontades. Por isso todos pensam que está tudo bem. Estamos no melhor dos mundos possíveis.

— Não é verdade. Vejam como a mudança de clima avançou com sérias consequências para todos. Mudança das correntes marinhas, mudança do regime de ventos, acentuada perda da biodiversidade, temperaturas extremas – semana passada tivemos perto de um milhão de mortes por calor extremo. Nada está bem. A agenda 2030, que tanto prometia, regrediu e alguns dizem que de maneira irreversível. Há mais fome, mais pobreza e mais inequidades. O Doutor Langhlas se deteve. Estava indignado. Gotas de suor escorriam pelo seu rosto.

Os membros do time se entreolharam, sem dizer palavra, como se todos pensassem a mesma coisa: o eminente Doutor Langhlas está velho e não podemos mais contar com ele. Foram saindo, um a um, aos poucos. Na sala iluminada com luz artificial, só ficaram o Doutor Langhlas e o Doutor Justus, o seu colaborador mais próximo.

— Doutor Langhlas, não se preocupe, tudo estará bem

— Como assim Doutor Justus? Não vê que tenho razão? Conseguimos fazer um mundo artificial em cima do mundo real. No primeiro tudo está bem, mas no segundo, que desastre. Abandonamos o mundo real à própria sorte. Sinto vergonha.

— Não se preocupe, já lhe disse.

— Você sempre diz isso, mas agora não cabe mais.

— Claro que sim. Em mais alguns segundos.

— O quê?

— Quando entramos nesta sala, todos tiveram que fazer reconhecimento facial.

— Sim, e daí?

— No seu caso foi mais que isso. Uma onda de altíssima frequência, invisível ao olho humano, penetrou seu corpo para instalar a mais nova geração de chips.

— Você fez isso comigo?

— Pensei que você e a Estela fariam um par perfeito no mundo virtual. Felicidades Doutor Langhlas.

A centralidade da determinação social da saúde e dos direitos humanos no Conselho de Direitos Humanos da ONU

La centralidad de la determinación social de la salud y de los derechos humanos en el Consejo de Derechos Humanos de la ONU

The centrality of the social determination of health and human rights in the United Nations Human Rights Council

Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho

Resumo. A 62ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH) reafirma o papel do sistema internacional na promoção, proteção e monitoramento dos direitos humanos em um contexto de múltiplas crises globais. Este informe aborda resumidamente a dinâmica institucional da sessão, a sessão de abertura e os principais conteúdos do relatório anual do Alto Comissariado, destacando a interdependência entre direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Evidencia-se a centralidade da "determinação social da saúde" como chave analítica, conectando desigualdades estruturais, conflitos, mudanças climáticas e governança econômica aos direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos humanos; Conselho de Direitos Humanos; OHCHR; determinação social da saúde; governança global.

Resumen. *La 62ª Sesión del Consejo de Derechos Humanos (CDH) reafirma el papel del sistema internacional en la promoción, protección y monitoreo de los derechos humanos en un contexto de múltiples crisis globales. Este informe aborda de manera sintética la dinámica institucional de la sesión, la sesión de apertura y los principales contenidos del informe anual del Alto Comisionado, destacando la interdependencia entre los derechos civiles, políticos, económicos, sociales, culturales y ambientales. Se evidencia la centralidad de la "determinación social de la salud" como clave analítica, conectando las desigualdades estructurales, los conflictos, el cambio climático y la gobernanza económica con los derechos humanos.*

Palabras clave*: Derechos humanos; Consejo de Derechos Humanos; OHCHR; determinación social de la salud; gobernanza global.*

Abstract. *he 62nd session of the Human Rights Council (HRC) reaffirms the role of the international system in the promotion, protection, and monitoring of human rights in a context of multiple global crises. This report briefly addresses the institutional dynamics of the session, the opening segment, and the main contents of the High Commissioner's annual report, highlighting the interdependence among civil, political, economic, social, cultural, and environmental rights. It underscores the centrality of the "social determination of health" as an analytical key, linking structural inequalities, conflicts, climate change, and economic governance to human rights.*

Keywords*: Human rights; Human Rights Council; OHCHR; social determination of health; global governance.*

Abertura da 62ª sessão do Conselho de Direitos Humanos

A 62ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), iniciada no dia 15 de junho e que encerrará no dia 10 de julho de 2026, insere-se no calendário regular do principal órgão intergovernamental responsável pela promoção e proteção dos direitos humanos no sistema ONU. Essa sessão ocorre sob a presidência de Sidharto Reza Suryodipuro, da Indonésia, cumprindo uma extensa agenda com debates temáticos, diálogos interativos, relatórios de mecanismos especiais, revisões periódicas universais e eventos paralelos, refletindo a natureza multifacetada da governança global em direitos humanos.

Resumidamente, a dinâmica da sessão organiza-se em uma combinação de segmentos formais — como apresentações de relatórios, debates gerais e adoção de resoluções — e interações substantivas entre Estados, especialistas independentes, organismos internacionais e sociedade civil. O CDH opera, assim, como um espaço híbrido de deliberação normativa, monitoramento e produção de conhecimento, em que se entrelaçam a responsabilização estatal e a construção de agendas globais emergentes. A sessão também mobiliza mecanismos como os procedimentos especiais, os órgãos de tratados e o Exame Periódico Universal (UPR), que de alguma forma, busca manter uma continuidade institucional do sistema.

Na ordem de abertura desta sessão, foi apresentada a comunicação relativa ao processo de seleção e nomeação de especialistas independentes / relatores especiais (*Special Rapporteurs*) do Conselho de Direitos Humanos (CDH), que foi composta inicialmente, a partir de uma lista de candidatos recomendados por um Grupo Consultivo composto por representantes de alto nível das cinco regiões geopolíticas do sistema ONU (Grupo Africano, Grupo Ásia-Pacífico, Grupo América Latina e Caribe, Grupo Europa Ocidental e Outros Estados e Grupo Europa Oriental).

Após entrevistas, consultas e com base nas recomendações do Grupo Consultivo, o Presidente do Conselho identifica um candidato adequado para cada mandato e submete ao Conselho a lista consolidada de nomes.

No contexto da 62ª sessão, o Presidente do CDH indicou três candidatos para quatro mandatos com vacância:

(a) Sra. Bethanie Carney Almroth (Suécia) para o mandato de Relatora Especial sobre as implicações para os direitos humanos da gestão e do descarte ambientalmente corretos de substâncias e resíduos perigosos;

(b) Sra. Mariângela Simão (Brasil) para o mandato de Relatora Especial sobre o direito de todas as pessoas ao mais alto nível possível de saúde física e mental; e

(c) Sr. Pau Perez Sales (Spain) para o mandato de Relator Especial sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

O mandato para Relator Especial sobre a promoção e a proteção do direito à liberdade de opinião e de expressão continua sem indicação de candidatos.

A nomeação dos especialistas é formalmente concluída mediante a aprovação dessa lista pelo Conselho, antes do encerramento da sessão. A confirmação da nomeação será publicada nos próximos informes.

Relatório anual do Alto Comissário para os Direitos Humanos

Tradicionalmente, a abertura da sessão regular é marcada pela intervenção do Alto Comissário para os Direitos Humanos, que apresenta o relatório anual e delineia os principais desafios globais. O Alto Comissário destacou um cenário internacional caracterizado por crises interconectadas: conflitos armados prolongados, aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, retração do espaço cívico e erosão de normas multilaterais. .

O relatório anual das atividades do Alto Comissariado oferece uma visão abrangente dos domínios contemporâneos dos direitos humanos, permitindo uma leitura integrada à luz da determinação social da saúde e dos direitos humanos.

Em primeiro lugar, no campo dos **mecanismos internacionais de direitos humanos**, observa-se o papel essencial dos órgãos de tratados, apesar de severas restrições financeiras que resultaram na redução de revisões de Estados e atrasos em comunicações individuais. Esse cenário evidencia como limitações institucionais impactam diretamente o acesso à justiça e a efetividade dos direitos.

No âmbito do Conselho de Direitos Humanos e seus mecanismos, incluindo investigações independentes e a Revisão Periódica Universal (UPR), destaca-se a função de monitoramento e responsabilização em contextos de conflito e violações sistemáticas, além do fortalecimento da participação de países em desenvolvimento. Já os procedimentos especiais ampliam a capilaridade do sistema, atuando por meio de visitas, comunicações e produção normativa, ainda que limitados por restrições orçamentárias.

O eixo de **desenvolvimento** no relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) assume centralidade estratégica ao articular direitos humanos com políticas econômicas, sociais e ambientais, evidenciando sua profunda relação com a determinação social da saúde. Esse eixo está estruturado em diferentes dimensões complementares:

1. Integração dos direitos humanos na Agenda 2030

O relatório destaca o esforço contínuo de incorporar os direitos humanos nos marcos nacionais de desenvolvimento sustentável, especialmente por meio dos Quadros de Cooperação da ONU. O OHCHR atuou na capacitação de países e na produção de análises que integram os princípios de não discriminação, igualdade de gênero e "não deixar ninguém para trás**"**.

Além disso, o Alto Comissariado exerce papel técnico relevante no monitoramento de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como mortes relacionadas a conflitos, assassinatos de defensores de direitos humanos e prevalência de discriminação.

Importante registrar que essa atuação demonstra que o desenvolvimento não é tratado apenas como crescimento econômico, mas como um processo orientado por direitos, com impacto direto sobre condições de vida e saúde das populações.

2. Financiamento do desenvolvimento e governança econômica

O relatório enfatiza a relação entre arquitetura financeira internacional, dívida pública e direitos humanos, defendendo uma "economia dos direitos humanos". Entre as ações destacadas estão: (a) participação em fóruns globais sobre dívida e financiamento; (b) apoio a Estados na gestão de endividamento com proteção de gastos sociais; (c) promoção da integração de direitos humanos em políticas fiscais, comércio e investimentos. Evidencia-se

como decisões macroeconômicas moldam os determinantes sociais da saúde — como acesso a serviços públicos, proteção social e redução de desigualdades.

3. Direito ao desenvolvimento

O OHCHR reforça o direito ao desenvolvimento como um direito humano coletivo e multidimensional, envolvendo cooperação internacional, justiça econômica e inclusão. As ações incluem: (a) apoio a países em desenvolvimento (incluindo países menos desenvolvidos e insulares); (b) integração de direitos humanos em políticas comerciais; (c) promoção de cooperação internacional (Norte-Sul e Sul-Sul).

4. Direitos econômicos, sociais e culturais

O relatório indica iniciativas voltadas à proteção social, trabalho, terra, urbanização e orçamento público, com exemplos concretos em diferentes países. Entre as ações: (a) análises de orçamento público com enfoque em saúde; (b) reformas em sistemas de proteção social; (c) fortalecimento de políticas anti-pobreza e direitos trabalhistas. O Alto Comissário evidencia as condições materiais que estruturam o bem-estar, enfatizando a abordagem do núcleo dos determinantes sociais da saúde.

5. Sistemas de cuidado e inclusão

O OHCHR aborda o fortalecimento de sistemas de cuidado inclusivos, especialmente para pessoas com deficiência, promovendo serviços baseados em direitos. O OHCHR deixa claro que o cuidado é reconhecido como componente essencial do desenvolvimento, conectando proteção social, gênero e saúde.

6. Meio ambiente, mudanças climáticas e direitos humanos

O relatório trata o desenvolvimento sustentável como inseparável da agenda ambiental, incluindo mudanças climáticas, poluição e biodiversidade. As ações incluem: (a) apoio a negociações internacionais ambientais; (b) promoção de justiça climática; (c) proteção de defensores ambientais; (d) disseminação de decisões judiciais internacionais sobre clima e direitos. Essa dimensão reforça os determinantes ecológicos da saúde, como qualidade do ar, água, território e segurança alimentar.

7. Corrupção e direitos humanos

O combate à corrupção é destacado como elemento essencial para o desenvolvimento, com ações de apoio institucional e fortalecimento da transparência, considerando que a corrupção compromete políticas públicas e amplia desigualdades, afetando diretamente o acesso à saúde e a outros direitos.

8. Empresas e direitos humanos

O OHCHR busca promover a responsabilização de empresas e a implementação dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo mecanismos de reparação, conectando desenvolvimento econômico com impactos sociais e ambientais, influenciando diretamente condições de saúde (trabalho, território, poluição).

O desenvolvimento, no marco do CDH, deixa de ser entendido como crescimento econômico isolado e passa a ser concebido como um processo multidimensional, centrado na dignidade humana, na equidade e na justiça social.

No pilar de **paz e segurança**, o OHCHR atua na integração de direitos humanos em missões de paz, prevenção de conflitos e resposta humanitária, incluindo mecanismos de alerta precoce e proteção de civis. Aqui, evidencia-se a relação direta entre violência, deslocamento forçado e condições de saúde.

O eixo de **não discriminação** abrange racismo, migração, direitos de povos indígenas, igualdade de gênero, direitos de pessoas LGBTIQ+ e envelhecimento, demonstrando a amplitude dos determinantes sociais da saúde relacionados à exclusão e desigualdade.

Em termos de ***accountability***, o relatório enfatiza justiça de transição, combate à impunidade, sistema penal e políticas antiterrorismo alinhadas aos direitos humanos, reforçando o acesso à justiça como componente fundamental do bem-estar social.

Por fim, o eixo de **participação** destaca o fortalecimento do espaço cívico, o papel da sociedade civil, a regulação de tecnologias digitais (incluindo inteligência artificial) e a educação em direitos humanos. Esses elementos são cruciais para a governança democrática e para a construção de ambientes sociais saudáveis.

Em suas conclusões, o relatório aponta que o mundo enfrenta um "ponto de inflexão", marcado por crises interligadas — conflitos, desigualdades, desinformação e retrocessos normativos — que intensificam vulnerabilidades e impactam desproporcionalmente grupos já marginalizados. Nesse contexto, os direitos humanos são apresentados como ferramenta indispensável para prevenção, resiliência e desenvolvimento sustentável.

Podemos reafirmar o papel normativo do sistema internacional de direitos humanos apresentados pelo Alto Comissário, mas também explicita a necessidade de abordagens integradas, nas quais a determinação social da saúde emerge como eixo analítico capaz de articular dimensões econômicas, ambientais, políticas e culturais dos direitos humanos.

Destaques da agenda da 62ª sessão do CDH

Painéis de discussão / Mesas redondas

1 – Mesa-redonda anual sobre os impactos adversos das mudanças climáticas nos direitos humanos

Tema: Facilitar caminhos concretos para impulsionar o financiamento climático no contexto do combate aos impactos adversos das mudanças climáticas na plena realização dos direitos humanos para todas as pessoas

2 – Debate anual sobre os direitos humanos das mulheres

Painel 1: Violência doméstica contra mulheres e meninas

Painel 2: Comemoração do Dia Internacional das Mulheres na Diplomacia, com foco no direito das mulheres ao trabalho e à representação na tomada de decisões

3 – Painel de discussão temático bienal sobre cooperação técnica e capacitação

Tema: Cooperação técnica e capacitação no apoio aos Estados para a plena e efetiva realização do direito de todas as pessoas ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental

Este terceiro painel em particular, há grande interesse para a saúde global tendo em vista que se afirma a cooperação técnica e o fortalecimento de capacidades como sendo ferramentas centrais por meio das quais os Estados, o sistema das Nações Unidas e outras partes

interessadas apoiam a concretização do direito ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental, particularmente em países de baixa e média renda e em contextos afetados por fragilidade, conflitos ou vulnerabilidades estruturais.

Segundo ainda a nota conceitual, em um momento de crescentes desigualdades globais na área da saúde, restrições fiscais cada vez maiores e emergências recorrentes de saúde pública — impulsionadas, em parte, por conflitos e mudanças climáticas —, o painel examina como a cooperação técnica e o fortalecimento de capacidades podem ser mais eficazes na promoção do direito à saúde e identifica as principais prioridades de ação.

O painel está agendado para ocorrer no dia 2 de julho, 15h-17h (Hora Genebra) e será transmitido ao vivo e depois, disponibilizado nos arquivos audiovisuais da WebTV UN.

Relatórios Temáticos / Diálogos interativos

1 – A saúde como fator promotor da dignidade (A/HRC/62/66)

2 – Acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde (A/HRC/62/32)

3 – Direitos humanos das mulheres (A/HRC/62/23, A/HRC/62/41, A/HRC/62/46, A/HRC/62/48, A/HRC/62/49, A/HRC/62/63)

4 – Sistemas alimentares, mudanças climáticas e saúde (A/HRC/62/44)

Acompanhamento da 62ª sessão do CDH

Para acompanhamento e acesso direto às informações oficiais da 62ª sessão, pode-se consultar:

- Página geral da sessão (agenda, programação e atualizações): https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session62/regular-session
- Agenda online dos eventos da sessão: https://hrc62session.sched.com/
- Documentação oficial (relatórios, resoluções e declarações): https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session62/documentation
- Acervo de vídeos do CDH (vídeos recém adicionados e subcategorias): https://webtv.un.org/en/search/categories/meetings-events/human-rights-council

Nessas páginas encontram-se, de forma integrada, a agenda detalhada, os documentos submetidos, notícias institucionais e transmissões audiovisuais das reuniões, constituindo um ecossistema digital de transparência e participação.

Referências

UNITED NATIONS. Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR). *Human Rights Council – 62nd regular session.* Geneva: OHCHR, 2026. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session62/regular-session. Acesso em: 21 jun. 2026.

UNITED NATIONS. Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR). *Documentation – Human Rights Council, 62nd session*. Geneva: OHCHR, 2026. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session62/documentation. Acesso em: 21 jun. 2026.

Entre a emergência e a prevenção: dilemas persistentes da arquitetura global da saúde

Entre la emergencia y la prevención: dilemas persistentes de la arquitectura sanitaria mundial

Between Emergency and Prevention: Persistent Dilemmas in the Global Health Architecture

Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão

Resumo: Os acontecimentos recentes relacionados ao surto de Ebola Bundibugyo na República Democrática do Congo, à crise de financiamento da resposta global ao HIV/AIDS e às negociações do Anexo de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS) do Acordo Pandêmico da OMS evidenciam desafios estruturais que atravessam a atual governança global da saúde. Embora tratem de temas distintos, os três casos revelam tensões comuns entre capacidades nacionais e cooperação internacional, entre avanços científicos e limitações de acesso, e entre compromissos políticos assumidos em fóruns multilaterais e sua efetiva implementação.

Palavras-chave: Saúde Global; Ebola; HIV.

Resumen: *Los recientes acontecimientos relacionados con el brote de ébola en Bundibugyo, República Democrática del Congo, la crisis de financiación en la respuesta mundial al VIH/SIDA y las negociaciones del Anexo sobre Acceso a Patógenos y Distribución de Beneficios (PABS, por sus siglas en inglés) del Acuerdo sobre Pandemias de la OMS ponen de manifiesto los desafíos estructurales que impregnan la gobernanza sanitaria mundial actual. Si bien abordan cuestiones distintas, los tres casos revelan tensiones comunes entre las capacidades nacionales y la cooperación internacional, entre los avances científicos y las limitaciones de acceso, y entre los compromisos políticos asumidos en foros multilaterales y su implementación efectiva.*

Palabras clave: *Salud global; Ébola; VIH.*

Abstract: *Recent events related to the Bundibugyo Ebola outbreak in the Democratic Republic of Congo, the funding crisis in the global response to HIV/AIDS, and the negotiations of the Pathogen Access and Benefit-Sharing Annex (PABS) of the WHO Pandemic Agreement highlight structural challenges that permeate current global health governance. Although they address distinct issues, all three cases reveal common tensions between national capacities and international cooperation, between scientific advances and limitations of access, and between political commitments made in multilateral forums and their effective implementation.*

Keywords: *Global Health; Ebola; HIV.*

Lula e Tedros ao Mundo: "Terminem o que Começaram"

No dia 15 de junho de 2026, às vésperas da Cúpula do G7, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, assinaram conjuntamente uma carta aberta histórica. O documento é

endereçado a líderes do G7, G20, Brics e de todas as nações envolvidas nas negociações do Tratado sobre Pandemias da OMS. O tom é de urgência, mas também de esperança: o mundo está a um passo de concluir um acordo que pode mudar a forma como a humanidade enfrenta futuras crises sanitárias, e esse passo depende de decisão política (1,2).

O acordo sobre pandemias foi fechado em abril de 2025, depois de três anos de negociações entre os 194 países integrantes da OMS. Apesar disso, ainda não entrou em vigor. Falta definir o Anexo sobre Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS), que trata do compartilhamento de informações sobre patógenos para que cientistas possam desenvolver ferramentas como testes e vacinas.

Segundo os autores da carta, os países devem ser capazes de identificar rapidamente os patógenos com potencial pandêmico e compartilhar seu material genético para que os cientistas possam desenvolver os testes, tratamentos e vacinas que decidem quem vive e quem não vive. Lula e Tedros afirmam que o PABS é "a última peça do quebra-cabeça" do Acordo sobre Pandemias. Até que seja concluído, o acordo não pode entrar em vigor, e "a promessa permanece por cumprir" (3).

A carta estrutura três exigências objetivas aos chefes de Estado e de governo:

Vontade política. Os signatários consideram que as questões pendentes não serão resolvidas apenas com esforços técnicos, mas requerem um sinal inequívoco dos líderes: que a conclusão desse anexo seja uma prioridade nacional e que suas delegações possam buscar consenso com determinação, e não por cautela.

Equidade. O sistema PABS baseia-se em um pacto simples e justo: aqueles que compartilham rapidamente patógenos perigosos devem poder confiar que as vacinas e os tratamentos resultantes desse compartilhamento também chegarão às suas populações. Quando o Brasil exerceu a presidência do G20 em 2024, liderou o reconhecimento, pela primeira vez, de que a desigualdade constitui um fator impulsionador das pandemias. Controlar uma ameaça onde ela começa custa muito menos, em vidas e recursos, do que combater uma pandemia após sua disseminação por todos os continentes.

Senso de urgência. Os autores destacam que cientistas estimam haver quase uma chance em quatro de outra pandemia ocorrer na próxima década. O próximo vírus não aguardará que a diplomacia encontre seu ritmo.

O processo enfrenta um impasse delicado: países ricos se recusam a flexibilizar suas posições sobre o compartilhamento de vacinas, mesmo após o trauma da Covid-19. De um lado, países em desenvolvimento se comprometem a compartilhar amostras de vírus identificados, mas querem garantias de acesso às doses que sejam desenvolvidas para proteger suas populações.

Cientes dessa tensão, Lula e Tedros adotam um tom ao mesmo tempo respeitoso e incisivo: "Sabemos que há momentos em que pessoas bem-intencionadas, trabalhando arduamente em uma mesa de negociações, precisam que seus líderes ampliem a visão para além das divergências imediatas. Este é um desses momentos. E essa responsabilidade é de vocês". A carta apela especialmente aos países desenvolvidos para que demonstrem à mesa de negociações que seu compromisso com o multilateralismo não se limita a palavras.

A carta também reafirma o papel do Brasil como ator central nas negociações de saúde global. O texto esclarece que o acordo não compromete a soberania estatal nem confere à OMS

poderes para alterar leis nacionais ou impor confinamentos e mandatos de vacinação, um ponto deliberadamente incluído para responder às críticas de grupos contrários ao tratado. A próxima rodada de negociações está marcada para ocorrer de 6 a 17 de julho de 2026, em Genebra.

A carta de Lula e Tedros não é apenas um documento diplomático. É um lembrete de que as lições da Covid-19, com seus milhões de mortos e economias destruídas, ainda estão frescas o suficiente para orientar escolhas políticas. Desde Genebra e desde Brasília, com uma convicção compartilhada, os dois líderes escrevem que "o mundo deve terminar o que começou". O que está em jogo não é apenas um tratado. É a capacidade coletiva da humanidade de aprender com seu passado antes que o futuro repita seus erros.

Ebola na República Democrática do Congo: entre os desafios da resposta local, a governança global e os limites da preparação pandêmica

O atual surto de doença pelo vírus Ebola da variante Bundibugyo (Bundibugyo Virus Disease – BVD) na República Democrática do Congo (RDC) e em Uganda representa um importante teste para a capacidade de resposta sanitária regional e global diante de emergências infecciosas. Embora a variante Bundibugyo apresente menor letalidade quando comparada à cepa Zaire, responsável por alguns dos surtos mais devastadores da história, a rápida expansão geográfica dos casos, a ausência de vacinas licenciadas específicas, o contexto de conflito armado e as dificuldades operacionais observadas no terreno revelam vulnerabilidades persistentes nos sistemas de preparação e resposta a epidemias (4).

Em maio de 2026, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (PHEIC), reconhecendo o elevado risco de disseminação regional. Desde então, o número de casos cresceu rapidamente. Dados apresentados pelo Africa Centres for Disease Control and Prevention (Africa CDC) indicam que o surto já se tornou, em apenas quatro semanas após a declaração da emergência, três vezes maior do que qualquer outro surto de Ebola havia sido no mesmo período temporal. Essa evolução demonstra que, apesar dos avanços acumulados após a pandemia de COVID-19, persistem importantes lacunas na capacidade global de detectar precocemente, conter e responder a ameaças infecciosas emergentes.

Um dos elementos centrais do atual surto é sua ocorrência em uma região marcada por instabilidade política e conflito armado. A transmissão concentra-se principalmente na província de Ituri, mas também alcançou Kivu do Norte, Kivu do Sul e Uganda. Em algumas dessas áreas, especialmente em Kivu do Norte, a insegurança limita significativamente o acesso das equipes de resposta, dificultando ações fundamentais como vigilância epidemiológica, rastreamento de contatos e assistência clínica. O diretor-geral do Africa CDC, Jean Kaseya, alertou que a continuidade dos confrontos compromete diretamente a contenção da epidemia, reforçando a necessidade de cessar-fogo para permitir acesso seguro às populações afetadas.

Nesse contexto, a posição defendida pelo virologista congolês Jean-Jacques Muyembe, um dos descobridores do vírus Ebola em 1976, adquire especial relevância. Segundo ele, a resposta não pode reproduzir divisões políticas ou militares existentes no território. Ao afirmar que "são todos congoleses", independentemente de viverem em áreas controladas pelo governo ou pelo grupo rebelde M23, Muyembe (5) enfatiza que o acesso aos cuidados de saúde deve ser universal e equitativo. A preocupação com o que denomina "sofrimento assimétrico" evidencia uma dimensão ética frequentemente negligenciada em emergências sanitárias complexas: a necessidade de garantir assistência baseada em princípios humanitários, mesmo em contextos de conflito.

As lições extraídas de surtos anteriores também ocupam lugar central no debate atual. A resposta à epidemia de Ebola entre 2018 e 2020, igualmente ocorrida no leste da RDC, foi amplamente criticada pela excessiva militarização e pela criação de estruturas paralelas de intervenção que marginalizaram os serviços locais de saúde. Esse modelo contribuiu para aumentar a desconfiança das comunidades e dificultou a adesão às medidas de controle.

Em contraste, Muyembe defende uma abordagem mais integrada, ancorada nas estruturas existentes do sistema de saúde, particularmente nas Divisões Provinciais de Saúde e nas zonas sanitárias afetadas. Essa estratégia busca não apenas responder à emergência imediata, mas também fortalecer capacidades locais de forma sustentável. A confiança comunitária emerge, assim, como um elemento tão importante quanto os recursos financeiros ou tecnológicos disponíveis.

De fato, a confiança social constitui um dos principais desafios da atual resposta. O Africa CDC relata que a circulação de desinformação e rumores tem alimentado medo e resistência às medidas sanitárias. Mensagens falsas questionando a existência do Ebola ou alegando infecções deliberadas contribuíram para aumentar a desconfiança em relação aos centros de tratamento. Em alguns locais, equipes de saúde foram atacadas e estruturas de isolamento e tratamento destruídas. Tais episódios ilustram como fatores sociais e políticos podem comprometer a efetividade das intervenções biomédicas, reforçando a importância da comunicação de risco e do engajamento comunitário.

As dificuldades operacionais observadas no terreno aprofundam ainda mais os desafios. As autoridades sanitárias relatam graves deficiências de infraestrutura, incluindo unidades de saúde sem água potável, equipamentos de proteção individual insuficientes, falta de materiais para descontaminação e capacidade limitada de transporte de pacientes. Além disso, há significativa escassez de recursos humanos. Segundo o Africa CDC, seriam necessários cerca de 540 profissionais para a resposta, mas apenas 84 estavam disponíveis. A insuficiência de ambulâncias também é crítica: apenas sete veículos estavam operacionais diante da necessidade estimada de 98.

Essas limitações impactam diretamente uma das estratégias mais importantes para o controle do Ebola: o rastreamento de contatos. Embora aproximadamente cinco mil contatos tenham sido oficialmente registrados, estimativas sugerem que o número real possa variar entre 17 mil e 35 mil pessoas, considerando o elevado grau de interação social em áreas urbanas e de mineração. Como resultado, apenas uma pequena fração dos contatos potenciais foi efetivamente identificada e monitorada. Essa lacuna representa um risco significativo para a manutenção da transmissão comunitária.

Ao mesmo tempo, a situação evidencia diferenças importantes entre os países afetados. Enquanto Uganda conseguiu rastrear cerca de 91% dos contatos associados aos seus casos e evitar a transmissão comunitária sustentada, a RDC enfrenta maiores dificuldades devido à insegurança, à mobilidade populacional e à resistência comunitária. Essa comparação sugere que a eficácia das medidas clássicas de saúde pública continua sendo um fator decisivo para o controle de surtos, mesmo diante de limitações tecnológicas.

Outro aspecto relevante refere-se ao financiamento da resposta. Em um contexto internacional marcado por cortes em ajuda humanitária e restrições orçamentárias em saúde global, Muyembe destaca positivamente a rápida mobilização de recursos pelo governo congolês. Segundo ele, trata-se de um sinal importante de comprometimento nacional com a

resposta. Paralelamente, OMS, UNICEF, Africa CDC e outros parceiros internacionais têm contribuído para apoiar as ações em curso.

Entretanto, persistem preocupações quanto à efetiva disponibilização dos recursos prometidos. Apesar de compromissos financeiros que ultrapassam centenas de milhões de dólares, o Africa CDC tem reiteradamente alertado para a lentidão na transferência efetiva dos recursos aos países afetados. A discrepância entre promessas e desembolsos concretos constitui um dos principais obstáculos à implementação das atividades previstas no Plano Continental de Preparação e Resposta, lançado conjuntamente pela OMS e pelo Africa CDC.

A controvérsia em torno da participação dos Estados Unidos ilustra alguns dos desafios contemporâneos da governança global da saúde. Embora Washington tenha anunciado mais de US$ 270 milhões para a resposta ao surto e recursos adicionais para o desenvolvimento de contramedidas médicas, líderes africanos afirmam não possuir clareza sobre os mecanismos de desembolso desses recursos nem sobre sua destinação final (6). Paralelamente, relatos de restrições impostas à interação entre especialistas norte-americanos e a OMS levantam preocupações sobre os impactos da fragmentação política na cooperação técnica internacional. Segundo observadores citados nas reportagens, a comunicação inconsistente entre instituições estadunidenses e organismos multilaterais tem prejudicado a coordenação da resposta.

O surto também reacende debates sobre preparação pandêmica em escala global. Diversos líderes internacionais e organismos especializados argumentam que a situação atual representa mais um exemplo do chamado ciclo de “pânico e negligência”, no qual períodos de intensa mobilização durante crises são seguidos por redução dos investimentos em preparação e prevenção. Em carta aberta divulgada durante o surto, destacam que o mundo continua despreparado para futuras pandemias, apesar das lições da COVID-19 e dos avanços científicos alcançados nos últimos anos.

Essa crítica ganha força diante das dificuldades observadas no desenvolvimento de contramedidas médicas para a variante Bundibugyo. Diferentemente da cepa Zaire, para a qual já existem vacinas e terapias específicas, ainda não há produtos aprovados para Bundibugyo. Diversos esforços de pesquisa foram acelerados após a declaração da emergência, incluindo testes diagnósticos, ensaios clínicos de terapias experimentais e o desenvolvimento de candidatos vacinais apoiados por instituições como CEPI, BARDA, OMS e Africa CDC. Contudo, mesmo com a mobilização internacional, torna-se improvável cumprir a chamada “Missão dos 100 Dias”, iniciativa criada para garantir a disponibilização rápida de diagnósticos, vacinas e tratamentos diante de novas ameaças epidêmicas.

Paradoxalmente, o próprio histórico científico da RDC demonstra avanços importantes em preparação. Muyembe destaca que o Instituto Nacional de Pesquisa Biomédica (INRB) desenvolveu capacidades locais de diagnóstico que reduziram significativamente a dependência de laboratórios estrangeiros. Além disso, o país contribuiu para o desenvolvimento de anticorpos monoclonais contra a cepa Zaire e mantém atividades de vigilância em animais silvestres e águas residuais para monitoramento de patógenos com potencial epidêmico. Esses investimentos ilustram como capacidades científicas locais podem desempenhar papel estratégico na segurança sanitária regional e global.

Em síntese, o atual surto de Ebola Bundibugyo evidencia simultaneamente avanços e fragilidades da arquitetura contemporânea de preparação e resposta a emergências sanitárias. Por um lado, observa-se maior protagonismo de instituições africanas, mobilização relativamente rápida de recursos nacionais e esforços coordenados para acelerar o

desenvolvimento de contramedidas médicas. Por outro, persistem desafios estruturais relacionados à insegurança, à confiança comunitária, às limitações dos sistemas de saúde, à insuficiência de financiamento efetivamente desembolsado e às tensões políticas que afetam a cooperação internacional.

Mais do que uma emergência localizada, o surto revela que a preparação para pandemias depende não apenas de inovação tecnológica, mas também do fortalecimento sustentado dos sistemas de saúde, da construção de confiança social, da cooperação multilateral efetiva e da capacidade de transformar compromissos políticos em ações concretas. A experiência da RDC demonstra que a prevenção de futuras crises sanitárias exige investimentos contínuos nos períodos entre epidemias, evitando que o mundo permaneça preso ao recorrente ciclo de reação emergencial seguido de esquecimento.

O Anexo PABS do Acordo sobre Pandemias da OMS: avanços, impasses e os desafios da governança global dos patógenos na era pós-COVID-19

A negociação do Anexo sobre Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (Pathogen Access and Benefit-Sharing – PABS), vinculado ao Acordo sobre Pandemias da Organização Mundial da Saúde (OMS), tornou-se um dos processos mais complexos e politicamente sensíveis da governança global da saúde contemporânea. Embora a Assembleia Mundial da Saúde de 2026 não tenha conseguido concluir as negociações dentro do prazo originalmente previsto, diversos observadores apontam que o aparente fracasso diplomático esconde avanços significativos na construção de entendimentos comuns sobre questões técnicas, jurídicas e políticas que permanecem no centro das disputas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (7)

O PABS constitui um dos pilares centrais do Acordo Pandêmico aprovado em 2025. Seu objetivo é estabelecer mecanismos para garantir que países que compartilham amostras de patógenos e informações genéticas recebam benefícios concretos em troca, incluindo acesso a vacinas, diagnósticos, tratamentos, transferência de tecnologia e financiamento. A conclusão desse anexo é considerada condição necessária para que os Estados iniciem formalmente os processos de ratificação do tratado pandêmico, conferindo ao tema uma relevância estratégica para o futuro da arquitetura global de preparação e resposta a pandemias.

Apesar da ausência de consenso na última rodada de negociações, realizada em maio de 2026, os analistas do Global Health Centre do Geneva Graduate Institute argumentam que houve progresso substancial ao longo do último ano. Segundo essa avaliação, o principal obstáculo enfrentado pelos negociadores não reside apenas em divergências políticas entre Norte e Sul Global, mas também na extraordinária complexidade técnica do tema. Diplomatas e representantes governamentais precisaram desenvolver compreensão aprofundada sobre funcionamento de laboratórios, bancos de dados genômicos, sistemas de vigilância, pesquisa e desenvolvimento de produtos médicos e mecanismos de financiamento internacional, além de imaginar como esses sistemas poderiam ser reorganizados para promover maior equidade.

Nesse sentido, um dos avanços mais relevantes observados foi o surgimento de uma compreensão compartilhada sobre o papel dos bancos de dados genéticos e das redes laboratoriais na governança de patógenos. Ao longo das negociações, consolidou-se gradualmente a percepção de que futuras estruturas coordenadas pela OMS poderão ter como base redes de laboratórios reconhecidas internacionalmente e bancos de dados de sequenciamento genético oficialmente vinculados ao sistema multilateral. Esse entendimento

fornece uma base técnica mais sólida para a formulação de propostas e para a busca de compromissos políticos entre posições anteriormente consideradas irreconciliáveis.

A discussão sobre bancos de dados genômicos ocupa posição central nos debates do PABS porque toca diretamente em uma das questões mais sensíveis da saúde global contemporânea: quem controla os dados biológicos e quem se beneficia deles. A experiência recente dos surtos de hantavírus e do Ebola Bundibugyo ilustra a diversidade de modelos existentes. Enquanto pesquisadores suíços que sequenciaram o hantavírus optaram por compartilhar seus dados em regime de acesso totalmente aberto, cientistas de Uganda e da República Democrática do Congo que sequenciaram o vírus Ebola Bundibugyo utilizaram uma plataforma que permite acesso aos dados, mas impõe restrições sobre seu uso posterior.

Essas diferentes escolhas refletem não apenas preferências científicas, mas também preocupações políticas e econômicas relacionadas à apropriação de recursos biológicos e ao retorno dos benefícios derivados da pesquisa. O aumento do número de legislações nacionais voltadas à regulação de dados de sequenciamento genético reforça ainda mais a complexidade do cenário. Como resultado, torna-se cada vez mais evidente que um único modelo global de governança para todos os bancos de dados de patógenos é tecnicamente e juridicamente inviável. As negociações do PABS, portanto, precisam reconhecer essa diversidade institucional e buscar mecanismos capazes de operar em um ambiente caracterizado pela coexistência de diferentes regimes regulatórios.

Foi nesse contexto que emergiu uma das propostas mais promissoras das negociações: a criação de um sistema híbrido de registro de dados sobre patógenos. A proposta permitiria aos países escolher entre compartilhar informações por meio de plataformas de acesso aberto ou de sistemas baseados em registro e autorização. Essa alternativa procura construir uma ponte entre delegações que defendem o compartilhamento irrestrito de dados e aquelas que consideram necessário manter algum grau de controle sobre a utilização posterior dessas informações. Embora ainda não exista consenso sobre os detalhes operacionais do modelo, sua simples emergência demonstra uma mudança importante na dinâmica das negociações, que passaram gradualmente de posições rígidas para a busca de possíveis zonas de convergência.

Outra área em que sinais de aproximação começam a surgir refere-se à repartição de benefícios. Tradicionalmente, o debate esteve concentrado na hipótese de uma pandemia declarada formalmente. Entretanto, alguns países em desenvolvimento argumentam que mecanismos de benefício compartilhado também deveriam ser aplicados durante Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional (PHEIC), que ocorrem com maior frequência e frequentemente envolvem riscos significativos para países de baixa e média renda.

Nesse aspecto, uma mudança relevante foi identificada na posição da União Europeia. Embora ainda não exista acordo definitivo, observou-se uma aceitação crescente de que formas estruturadas de repartição de benefícios possam ser acionadas não apenas durante pandemias, mas também em emergências sanitárias internacionais de menor escala. O atual surto de Ebola Bundibugyo na África Central aparece frequentemente como exemplo concreto dessa necessidade. Essa flexibilização pode representar um dos principais pontos de convergência capazes de viabilizar um acordo futuro.

Ainda assim, permanecem profundas divergências sobre a natureza e o alcance dos benefícios a serem compartilhados. O Acordo Pandêmico de 2025 já estabeleceu que 20% dos produtos médicos relacionados a emergências pandêmicas deverão ser disponibilizados em

tempo real por meio do sistema PABS. Contudo, a discussão sobre contribuições financeiras e benefícios adicionais permanece aberta.

De maneira geral, duas visões distintas continuam em disputa. Um grupo de países defende que as contribuições financeiras realizadas pelos usuários dos materiais e dados compartilhados sejam destinadas exclusivamente ao financiamento operacional do próprio sistema PABS. Nessa perspectiva, não haveria necessidade de pagamentos adicionais vinculados ao sucesso comercial dos produtos desenvolvidos.

Por outro lado, diversos países do Sul Global argumentam que a repartição de benefícios deve refletir o valor econômico efetivamente gerado pelos produtos resultantes do acesso aos recursos biológicos. Segundo essa visão, empresas farmacêuticas e outros desenvolvedores deveriam realizar contribuições proporcionais aos retornos comerciais obtidos a partir de vacinas, medicamentos ou diagnósticos produzidos com base em amostras e dados compartilhados por países fornecedores. Essa divergência reflete um debate mais amplo sobre justiça distributiva na economia global da inovação em saúde.

A questão do financiamento do sistema também permanece insuficientemente resolvida. Para além dos fluxos de repartição de benefícios, os negociadores precisam definir como serão financiadas as estruturas necessárias para operacionalizar o PABS, incluindo sistemas de monitoramento, bancos de dados, mecanismos administrativos e atividades de governança. Além disso, será necessário harmonizar o financiamento do PABS com outros instrumentos já previstos no Acordo Pandêmico e no Regulamento Sanitário Internacional.

Outro tema de grande relevância diz respeito à transferência de tecnologia. Existe consenso geral entre os países sobre a importância de ampliar capacidades produtivas em diferentes regiões do mundo e reduzir a concentração da fabricação de produtos médicos em poucos países. Contudo, as negociações ainda não conseguiram avançar sobre os mecanismos concretos que permitiriam transformar esse objetivo em realidade. Questões relacionadas ao licenciamento de propriedade intelectual, compartilhamento de conhecimento técnico e incentivos para a transferência tecnológica continuam entre os temas mais sensíveis da agenda.

Além dos aspectos operacionais, o debate sobre governança também permanece aberto. Embora haja concordância quanto à necessidade de criação de um Grupo Consultivo especializado para apoiar a implementação do sistema PABS, ainda existem divergências sobre a extensão de suas atribuições, seu grau de autonomia e as instâncias às quais deverá prestar contas. Essas discussões são particularmente relevantes porque determinarão, na prática, o equilíbrio de poder entre os diferentes atores envolvidos na governança futura do acordo.

Paralelamente às negociações formais, surgiu um novo elemento capaz de afetar significativamente a arquitetura do PABS: a proliferação de acordos bilaterais firmados pelos Estados Unidos com diversos países. Segundo os analistas, tais acordos estabelecem mecanismos pelos quais países compartilham amostras de patógenos e dados biológicos diretamente com o governo norte-americano em troca de assistência em saúde.

A preocupação levantada por diversos observadores é que esses instrumentos bilaterais possam enfraquecer o sistema multilateral em construção. Ao oferecer canais alternativos para compartilhamento de materiais biológicos, tais acordos podem criar incentivos para que países priorizem relações bilaterais em detrimento dos mecanismos coletivos previstos pelo PABS. Utilizando uma metáfora oriunda das negociações comerciais internacionais, os autores

descrevem esses acordos como “cupins” na estrutura da futura arquitetura multilateral, capazes de corroer gradualmente sua eficácia.

O prolongamento das negociações por mais um ano também ocorre em um ambiente político particularmente complexo. Além do PABS, os Estados-membros da OMS enfrentarão simultaneamente discussões sobre a sucessão da direção-geral da organização e sobre processos mais amplos de reforma da arquitetura global da saúde. Para muitas delegações, especialmente aquelas com recursos diplomáticos limitados, a necessidade de participar de múltiplas negociações paralelas representa um desafio adicional. Por outro lado, a sobreposição dessas agendas pode abrir espaço para barganhas políticas mais amplas e para a construção de compromissos que transcendam o tema específico do compartilhamento de patógenos.

Em última análise, as negociações do PABS refletem uma das questões centrais da saúde global no século XXI: como equilibrar a necessidade de compartilhamento rápido de informações biológicas para proteger a saúde coletiva mundial com as demandas por equidade, soberania e justiça na distribuição dos benefícios gerados por esse compartilhamento. A experiência da pandemia de COVID-19 evidenciou que o acesso aberto a amostras e dados pode acelerar o desenvolvimento científico, mas também mostrou que os benefícios produzidos por esse conhecimento tendem a ser distribuídos de forma profundamente desigual.

Embora os impasses permaneçam significativos, os avanços observados na compreensão técnica dos temas em negociação e o surgimento de propostas intermediárias sugerem que o processo entrou em uma fase mais madura. O desafio para os próximos meses será transformar essas convergências parciais em um arranjo institucional capaz de responder simultaneamente às demandas por solidariedade global, segurança sanitária e equidade. O futuro do Acordo Pandêmico da OMS dependerá, em grande medida, da capacidade dos Estados de construir esse equilíbrio delicado entre interesses nacionais, inovação científica e responsabilidades coletivas diante das futuras ameaças pandêmicas.

A resposta global ao HIV/AIDS diante de uma crise de financiamento: riscos de retrocesso, desafios estruturais e o futuro da agenda de saúde global

A resposta global ao HIV/AIDS atravessa um dos momentos mais críticos desde a consolidação da arquitetura internacional de combate à epidemia no final da década de 1990 (5,6). Após décadas de expansão do acesso ao tratamento, redução consistente da mortalidade e avanços significativos na prevenção, os dados mais recentes divulgados pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) apontam para uma combinação preocupante de retração financeira, enfraquecimento dos direitos humanos e fragilização dos serviços comunitários que sustentaram grande parte dos resultados alcançados até o momento. Em um contexto marcado por múltiplas crises globais, o futuro da meta de eliminar a AIDS como ameaça à saúde pública até 2030 passa a depender não apenas da disponibilidade de tecnologias eficazes, mas sobretudo de decisões políticas relacionadas ao financiamento, à proteção dos direitos e à sustentabilidade da cooperação internacional (8).

O principal sinal de alerta decorre da abrupta redução dos recursos destinados à resposta ao HIV. Segundo o Global AIDS Brief 2026 (9), a assistência internacional ao desenvolvimento voltada para programas de HIV/AIDS sofreu uma queda de 23% em 2025 em comparação ao ano anterior, configurando a maior redução já registrada. Essa retração ocorre em um momento particularmente sensível, às vésperas da Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, responsável por definir a última declaração política global antes do prazo de 2030 estabelecido pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Grande parte desse choque financeiro está associada às mudanças na política externa dos Estados Unidos, historicamente o principal financiador da resposta global ao HIV. Desde a criação do Plano de Emergência do Presidente dos Estados Unidos para o Alívio da AIDS (PEPFAR), em 2003, o país investiu mais de US$ 100 bilhões na resposta à epidemia, constituindo o maior compromisso financeiro já realizado por uma única nação para enfrentar uma doença específica. Em conjunto com o Fundo Global de Luta contra AIDS, Tuberculose e Malária, os recursos provenientes dos Estados Unidos representavam aproximadamente 86% de todo o financiamento internacional destinado ao HIV em 2024. A redução abrupta desses aportes produziu impactos imediatos em diversos países altamente dependentes da ajuda externa.

A diretora executiva do UNAIDS, Winnie Byanyima, descreveu a situação atual como a maior crise enfrentada pela resposta ao HIV desde que a comunidade internacional estruturou os principais mecanismos globais de enfrentamento da epidemia. A avaliação reflete não apenas a magnitude das perdas financeiras, mas também a convergência de outros fatores adversos, incluindo a redução do espaço cívico, o avanço de legislações discriminatórias e o enfraquecimento de organizações comunitárias que desempenham papel fundamental na prevenção e no cuidado.

A gravidade do momento torna-se ainda mais evidente quando contrastada com os avanços acumulados nas últimas décadas. Em 2025, aproximadamente 1,2 milhão de pessoas adquiriram HIV em todo o mundo, uma redução de 43% em relação a 2010. No mesmo período, as mortes relacionadas à AIDS caíram 57%, alcançando cerca de 570 mil óbitos anuais. Dos 40,9 milhões de indivíduos vivendo com HIV globalmente, 32,1 milhões estavam em tratamento antirretroviral ao final do ano. Esses números demonstram a eficácia dos investimentos realizados ao longo dos últimos vinte anos e evidenciam o potencial de controle da epidemia quando há recursos adequados, compromisso político e acesso ampliado às tecnologias disponíveis.

Entretanto, os resultados também revelam limitações importantes. O mundo não alcançou nenhuma das metas globais previstas para 2025, e os indicadores atuais podem representar apenas o último retrato de uma fase de expansão antes que os efeitos completos dos cortes financeiros se manifestem sobre a dinâmica epidemiológica. O próprio UNAIDS alerta que as consequências mais profundas da crise deverão tornar-se visíveis nos próximos anos, à medida que interrupções em serviços, cadeias de suprimento e programas comunitários produzam impactos acumulativos sobre a transmissão do vírus e a mortalidade.

Entre todas as áreas da resposta ao HIV, a prevenção aparece como a mais vulnerável à redução do financiamento internacional. Historicamente, os programas preventivos receberam parcela relativamente pequena dos investimentos globais, correspondendo a apenas 11% dos recursos totais destinados ao HIV em 2024. Em regiões como a África Subsaariana, cerca de 83% do financiamento dessas atividades dependia de doadores externos. A súbita retração dos recursos atingiu diretamente intervenções essenciais para reduzir novas infecções.

Os dados revelam uma queda de 38% no número de pessoas que receberam profilaxia pré-exposição (PrEP) entre 2024 e 2025 nos países que reportaram informações ao UNAIDS. Esse declínio é particularmente preocupante porque ocorre justamente no momento em que a ciência disponibiliza algumas das ferramentas preventivas mais eficazes da história da epidemia. A redução do acesso à PrEP soma-se à queda de 22% na realização de testes de HIV em países de alta carga da doença, à redução de 93% dos investimentos em programas de distribuição de

preservativos e à diminuição de 80% dos recursos destinados a iniciativas voltadas para a remoção de barreiras legais e sociais de acesso aos serviços.

Essa situação evidencia uma contradição fundamental da saúde global contemporânea. Embora a inovação biomédica continue produzindo avanços extraordinários, sua capacidade de gerar impacto populacional depende de sistemas de financiamento, políticas públicas e mecanismos de acesso capazes de transformar descobertas científicas em benefícios concretos para as populações. O caso do lenacapavir ilustra de forma emblemática essa realidade. Considerado uma das mais promissoras ferramentas de prevenção já desenvolvidas, o medicamento injetável semestral demonstrou capacidade quase completa de bloquear a transmissão do HIV. No entanto, até março de 2026 havia alcançado pouco mais de seis mil pessoas em cinco países da África Subsaariana, número muito distante dos cerca de 20 milhões de indivíduos que, segundo estimativas do UNAIDS, necessitariam de prevenção baseada em antirretrovirais.

A crise atual também possui uma importante dimensão relacionada aos direitos humanos. O relatório aponta uma reversão de tendências observadas ao longo das últimas décadas em relação à descriminalização de populações-chave vulneráveis ao HIV. Pela primeira vez desde o início do monitoramento realizado pelo UNAIDS, observa-se um aumento do número de países que adotam ou fortalecem legislações criminalizando grupos historicamente mais expostos à infecção.

Essa mudança ocorre em um contexto mais amplo de retração de direitos civis e redução do espaço de atuação da sociedade civil. Segundo dados apresentados pelo relatório, apenas sete dos 193 países do mundo não criminalizam ao menos uma das seguintes condições: relações entre pessoas do mesmo sexo, trabalho sexual, posse de pequenas quantidades de drogas, identidade transgênero ou determinadas situações relacionadas à exposição e transmissão do HIV. Paralelamente, o monitoramento realizado pela organização CIVICUS indica que apenas 7% da população mundial vive atualmente em países classificados como possuidores de espaço cívico aberto ou relativamente aberto.

A relação entre direitos humanos e controle da epidemia é um dos temas centrais da resposta ao HIV desde seus primeiros anos. A experiência acumulada demonstra que a criminalização e a discriminação reduzem a procura por testes, dificultam o acesso ao tratamento e aumentam a vulnerabilidade de populações-chave. Nesse sentido, o avanço de políticas restritivas representa não apenas um desafio ético e jurídico, mas também uma ameaça direta à efetividade das estratégias de saúde pública.

Outro aspecto relevante destacado pelo relatório é a crescente transformação da arquitetura do financiamento global da saúde. A redução da ajuda externa ocorre simultaneamente ao aumento da dívida pública em muitos países de baixa e média renda, à multiplicação de crises humanitárias e à emergência de novos surtos epidêmicos, como Ebola e outras doenças infecciosas. Esse contexto impõe pressões adicionais sobre sistemas de saúde já fragilizados e obriga governos nacionais a realizar escolhas difíceis sobre alocação de recursos.

Diante dessa realidade, observa-se uma tendência crescente de fortalecimento da chamada apropriação nacional das respostas ao HIV. Diversos países mobilizaram recursos domésticos para preservar serviços considerados essenciais, especialmente o tratamento antirretroviral. Embora essa estratégia represente um passo importante em direção à sustentabilidade de longo prazo, os dados indicam que áreas menos priorizadas politicamente, como prevenção e serviços liderados por comunidades, continuam particularmente vulneráveis.

Essa discussão adquire relevância especial no momento em que a comunidade internacional se prepara para negociar uma nova Declaração Política das Nações Unidas sobre HIV/AIDS. O documento deverá orientar a implementação da Estratégia Global de AIDS 2026–2031 e estabelecer metas ambiciosas para o período restante até 2030, incluindo alcançar 40 milhões de pessoas em tratamento antirretroviral, garantir acesso à prevenção baseada em antirretrovirais para 20 milhões de indivíduos e assegurar serviços livres de estigma e discriminação.

Segundo projeções do UNAIDS, o cumprimento dessas metas poderia evitar aproximadamente 3,2 milhões de novas infecções e 1,2 milhão de mortes relacionadas à AIDS até o final da década. Contudo, tais resultados dependerão da capacidade dos governos e parceiros internacionais de reverter a atual trajetória de retração financeira e de reafirmar compromissos políticos com a agenda global de HIV.

Paradoxalmente, o debate ocorre em meio à incerteza sobre o próprio futuro institucional do UNAIDS. A proposta de reforma das Nações Unidas apresentada pelo secretário-geral António Guterres prevê o encerramento do programa até o final de 2026, medida que provocou forte reação de Estados-membros e organizações da sociedade civil. Simultaneamente, a agência já iniciou um processo de reestruturação que inclui redução significativa de pessoal e fechamento de escritórios nacionais.

Em síntese, a atual crise da resposta global ao HIV revela as fragilidades de um modelo fortemente dependente de financiamento externo e expõe os riscos associados à erosão simultânea de recursos financeiros, proteção de direitos humanos e participação comunitária. O cenário é particularmente preocupante porque ocorre justamente quando o conhecimento científico, os medicamentos e as ferramentas de prevenção mais eficazes da história da epidemia estão disponíveis. A possibilidade de alcançar a meta de eliminação da AIDS como ameaça à saúde pública até 2030 permanece tecnicamente viável. Contudo, sua concretização dependerá menos de novas descobertas biomédicas e mais da capacidade dos Estados e da comunidade internacional de preservar os investimentos, fortalecer sistemas de saúde, proteger direitos e garantir que os avanços científicos sejam acompanhados por mecanismos equitativos de acesso. A decisão sobre qual caminho seguir constitui, fundamentalmente, uma escolha política sobre o futuro da saúde global e da solidariedade internacional.

Referências

1. PODER360. Lula e OMS assinam carta para que países concluam tratado sobre pandemias. 15 jun. 2026. Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-governo/lula-e-oms-assinam-carta-para-que-paises-concluam-tratado-sobre-pandemias/

2. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Carta abierta a los dirigentes del G7, el G20, el BRICS y de todas las naciones. 15 jun. 2026. Disponível em: https://www.who.int/es/news/item/15-06-2026-open-letter-to-leaders-of-g7-g20-brics-and-all-nations-on-finalizing-the-who-pandemic-agreement-s-pathogen-access-and-benefit-sharing-annex

3. PRENSA DE BABEL. AHF saúda o apelo de Lula e Tedros por equidade no Acordo sobre Pandemias. 19 jun. 2026. Disponível em: https://prensadebabel.com.br/332727-ahf-sauda-o-apelo-de-lula-e-tedros-por-equidade-no-acordo-sobre-pandemias-e-alerta-contra-a-pressa-de-um-acordo-vazio/.

4. Phelan AL, Nuzzo JB, Gostin LO. The PHEIC for Ebola disease caused by Bundibugyo virus: an inflection point for solidarity and health equity. The Lancet. 2026.

5. Health Policy Watch. Muyembe: DRC's Ebola Response Must Be Anchored Locally – Health Policy Watch [Internet]. Health Policy Watch. 2026. Disponível em: https://healthpolicy-watch.news/muyembe-drcs-ebola-response-must-be-anchored-locally/. Acesso em 21 jun 2026.

6. Health Policy Watch. US Support For Ebola Response Is Unclear Amid Opaque Funds Disbursement And Non-Engagement With WHO – Health Policy Watch [Internet]. Health Policy Watch. 2026. Disponível em: https://healthpolicy-watch.news/us-support-for-ebola-response-is-unclear/. Acesso em 21 jun. 2026.

7. Health Policy Watch. Despite Delays, Negotiations Over Critical PABS Annex to WHO Pandemic Treaty Reveal Signs Of Progress; Here's Why – Health Policy Watch [Internet]. Health Policy Watch. 2026. Disponível em: https://healthpolicy-watch.news/despite-delays-negotiations-over-critical-pabs-annex-to-who-pandemic-treaty-reveal-signs-of-progress-heres-why/. Acesso em 21 jun. 2026.

8. UNAIDS. Global AIDS Brief. 2026. Disponível em: https://www.unaids.org/sites/default/files/2026-06/20260612_global_aids_brief.pdf. Acesso em 21 jun. 2026.

9. Health Policy Watch. HIV Response Faces "Biggest Storm" In Its History After 23% Funding Nosedive – Health Policy Watch [Internet]. Health Policy Watch. 2026. Disponível em: https://healthpolicy-watch.news/hiv-response-faces-biggest-storm-in-its-history-after-funding-nosedive/. Acesso em 21 jun. 2026.

Desequilíbrio de ecossistemas pode levar o Brasil para o epicentro da próxima pandemia[1]

Los desequilibrios en los ecosistemas podrían convertir a Brasil en el epicentro de la próxima pandemia

Ecosystem imbalances could lead Brazil to the epicenter of the next pandemic

Renato Cordeiro[2]

Enquanto o mundo tenta, de forma quase obstinada, virar a página da Covid-19, a humanidade ainda carrega as cicatrizes físicas e sociais do trauma.

O saldo dramático de milhões de vidas perdidas no Brasil e no mundo não ficou no passado. Ele se estende silenciosamente no presente por meio da chamada "Covid longa".

Milhares de pessoas enfrentam diariamente sequelas crônicas, neurológicas e cardiovasculares. Essas vítimas nos lembram de que os impactos de uma pandemia não se encerram com o fim da emergência sanitária.

A maior lição da Covid-19 deveria ter sido a preparação. Contudo, o cenário global aponta para o oposto.

Ameaças latentes, como o ressurgimento e a gravidade do vírus Marburg e de cepas do vírus Ebola na África, mostram que o risco de uma nova crise hemorrágica global é real e iminente. A OMS já até ampliou a advertência mundial em relação ao Ebola Bundibugyo.

O tempo de trânsito de um patógeno entre um vilarejo isolado e qualquer metrópole global é tragicamente menor do que o seu período de incubação.

E por outro lado, assistimos hoje a uma asfixia deliberada das defesas sanitárias globais. A decisão política de países como os Estados Unidos e a Argentina de se retirarem ou cortarem severamente os laços com a Organização Mundial da Saúde (OMS) empurra a instituição para uma situação de penúria financeira crônica.

Retirar o financiamento da OMS quando a vigilância epidemiológica global precisa ser expandida é um ato de sabotagem contra a segurança coletiva.

Esse isolacionismo se agrava com o desmonte interno promovido pelo atual governo americano na saúde pública.

Sob a liderança do secretário Robert F. Kennedy Jr., assiste-se a um enfraquecimento ideológico e orçamentário de pilares da ciência mundial: o National Institutes of Health (NIH) e

---

[1] Publicado originalmente em *The Conversation,* em 16 junho 2026, Acesso: OPINIÃO: Desequilíbrio de ecossistemas pode levar o Brasil para o epicentro da próxima pandemia.

[2] Pesquisador Emérito da Fundação Oswaldo Cruz; Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

o Centers for Disease Control and Prevention (CDC), além do sufocamento de grandes universidades americanas.

Quando a maior potência científica do planeta boicota suas próprias agências de controle, a humanidade inteira perde seus olhos e sentidos na linha de frente contra os vírus.

A vitória da ciência contra o negacionismo

No Brasil, conhecemos bem o preço do negacionismo institucionalizado. Marcus Lacerda, pesquisador da Fiocruz na Amazônia, enfrentou severa perseguição política e ameaças de morte no governo anterior simplesmente por cumprir seu dever científico e mostrar a ineficácia da cloroquina e da ivermectina na Covid-19.

A história, contudo, costuma ser justa com a ciência: hoje, Lacerda foi acolhido internacionalmente e assumiu o destacado posto de diretor do Programa Especial para Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais (TDR) da OMS. Esse reconhecimento demonstra que a dignidade acadêmica resiste ao obscurantismo.

A urgência de manter a guarda alta ganha contornos dramáticos no solo brasileiro.

Recentemente, um estudo coordenado pela cientista Ester Sabino da USP e publicado na PLOS Neglected Tropical Diseases reacendeu um alerta crucial sobre o vírus Sabiá.

Causador de uma febre hemorrágica e neurológica gravíssima, com quatro casos fatais históricos no estado de São Paulo, descobriu-se que esse Arenavírus circula silenciosamente no ecossistema brasileiro há pelo menos 142 anos. E um alerta importante é que o vírus apresenta variações genéticas preocupantes ao longo do tempo.

O perigo não é hipotético. Ele está sob os nossos pés e é ativamente alimentado pela degradação ambiental.

Como discuti em artigo recente, o desmatamento agressivo e o avanço de obras de infraestrutura sem o devido rigor ecológico no coração da floresta — como o polêmico asfaltamento da rodovia BR-319 — funcionam como verdadeiros convites ao desastre.

Nesse sentido, os avisos do ecólogo Philip Fearnside são categóricos. Rasgar a Amazônia sem salvaguardas rigorosas destrói a governança ambiental da região.

Epicentro da próxima pandemia

Ao romper ecossistemas profundos, desequilibramos nichos biológicos e entramos em contato direto com hospedeiros de vírus desconhecidos.

O Brasil não será apenas uma vítima da próxima pandemia. Corremos o risco de sermos o seu epicentro.

Esta percepção de que os riscos são múltiplos e exigem vigilância contínua é o que move a resiliente Organização Mundial da Saúde (OMS) a coordenar frentes estratégicas de prevenção global.

A agência sinalizou os patógenos com maior potencial para desencadear uma futura pandemia, organizados em famílias críticas.

Entre eles, os letais Filovírus (Ebola e Marburg); os Coronavírus (SARS, MERS e variantes).

Além desses, temos ainda os altamente fatais Paramixovírus (Nipah); os Arenavírus e Bunyavirales, que abrigam o nosso vírus Sabiá, Lassa e Lujo); os Flavivírus (Dengue, Zika e Febre Amarela).

E soma-se ainda a essa lista a temida Doença X, representação de um agente ainda desconhecido, mas geneticamente capaz de paralisar o mundo.

Mais do que enumerar as ameaças, a ciência internacional precisa saber rastreá-las na raiz. É exatamente aí que o Brasil assume protagonismo.

Novos patógenos

Sob a chancela do Grupo Consultivo Científico para Origens de Novos Patógenos (SAGO/OMS), a OMS estabeleceu uma estrutura unificada baseada na integração entre a saúde humana, animal e ambiental. Esse grupo conta com a participação do cientista brasileiro Carlos Morel, diretor do CDTS/Fiocruz.

Publicadas em consórcio global na revista Nature Communications, essas regras de governança ecológica e laboratorial determinam como os países devem agir nos primeiros dias de um surto. O objetivo é evitar que o transbordo (spillover) de um vírus se transforme em uma nova tragédia coletiva.

O enfrentamento desse cenário de vulnerabilidade exige, fundamentalmente, o fortalecimento da nossa soberania científica.

O Brasil possui uma linha de frente robusta e histórica, composta por instituições de excelência como a Fiocruz e o Instituto Butantan, que será ampliada com a futura consolidação do Projeto Orion.

Este projeto contempla um complexo de laboratórios de máxima segurança biológica (NB4) no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas (Projeto Orion/CNPEM).

Todavia, a inovação tecnológica não nasce no vácuo e nem se sustenta por voluntarismo. É imperativo o apoio governamental contínuo e robusto por meio de agências de fomento como o CNPq, a Finep, o Ministério da Saúde e as Faps.

O investimento em pesquisa básica e no complexo industrial da saúde não pode ser tratado como gasto corrente ou contingenciável. Trata-se de um investimento estratégico na defesa da vida da população dependente do Sistema Único de Saúde (SUS).

Diante do avanço do negacionismo, do isolacionismo e do desmonte de agências internacionais estratégicas, torna-se imperativo que as nossas agências de fomento atuem de forma mais agressiva na ampliação da atração de talentos globais.

Esses cientistas podem contribuir para o desenvolvimento de tecnologias disruptivas voltadas ao Complexo Econômico-Industrial da Saúde e ao fortalecimento do SUS, como o desenvolvimento de novos imunizantes para patógenos perigosos como o Ebola, Marburg, Sabiá, entre outros.

Paralelamente, a cooperação internacional e o intercâmbio permanente com instituições do calibre do Institut Pasteur, Imperial College, Instituto Karolinska, as universidades de Harvard e Oxford, além de centros de excelência em pesquisa básica e biotecnologia na Europa e na

China, precisam ser massivamente ampliados e financiados pela Capes, CNPq, Finep e Faps, consolidando a nossa soberania científica.

Isolar a ciência, flertar com o negacionismo ou negligenciar a devastação ambiental é assinar, de forma antecipada, a nossa derrota para o próximo vírus.

Saúde, clima e substâncias químicas: tendências e desafios globais

Salud, clima y sustancias químicas: tendencias y retos globales

Health, climate, and chemicals: global trends and challenges

Luiz Augusto Galvão e Danielly Magalhães

Resumo: A crise climática, a contaminação química global e o calor extremo nas cidades constituem três das mais urgentes ameaças à saúde humana e ao desenvolvimento sustentável em 2026. Este artigo analisa esses fenômenos, começando pelas negociações climáticas da Conferência de Bonn (SB64, 8–18 de junho), que serviram como ponto focal dos debates globais sobre clima neste período. Bonn foi marcada por impasses significativos na Meta Global de Adaptação e no financiamento climático, por tensões geopolíticas que afetaram a confiança no multilateralismo, e por um avanço concreto na transição justa. A conferência preparou o terreno para a COP31 em Antalya, Turquia. Em paralelo, a agenda da saúde ganhou destaque como eixo transversal: o calor extremo foi declarado emergência de saúde pública com mais de 50 cidades mobilizadas em torno de soluções de resfriamento sustentável; um programa global de USD 23,5 milhões foi lançado para monitorar mercúrio e poluentes orgânicos persistentes em países vulneráveis; e pesquisas sobre custos econômicos dos plásticos de uso único evidenciaram impactos invisibilizados sobre sistemas de saúde, ecossistemas e comunidades. O artigo argumenta que a integração explícita da saúde nas metas climáticas, nos planos de adaptação e nos acordos de gestão química é condição necessária para transformar compromissos diplomáticos em políticas eficazes.

Palavras-chave: Negociações climáticas; Bonn 2026; SB64; UNFCCC; adaptação climática; financiamento climático; transição justa; saúde e clima; calor extremo; poluição química; mercúrio; plásticos; COP31.

Resumen: *La crisis climática, la contaminación química global y el calor extremo en las ciudades constituyen tres de las amenazas más urgentes para la salud humana y el desarrollo sostenible en 2026. Este artículo analiza estos fenómenos, comenzando por las negociaciones climáticas de la Conferencia de Bonn (SB64, 8–18 de junio), que sirvió como punto focal de los debates climáticos globales de este período. Bonn estuvo marcada por importantes bloqueos en la Meta Global de Adaptación y en el financiamiento climático, tensiones geopolíticas que socavaron la confianza en el multilateralismo, y un avance concreto en la transición justa. La conferencia preparó el terreno para la COP31 en Antalya, Turquía. En paralelo, la salud ganó protagonismo como eje transversal: el calor extremo fue declarado emergencia de salud pública con más de 50 ciudades movilizadas en torno a soluciones de enfriamiento sostenible; se lanzó un programa global de USD 23,5 millones para monitorear mercurio y contaminantes orgánicos persistentes en países vulnerables; e investigaciones sobre los costos económicos de los plásticos de un solo uso evidenciaron impactos invisibilizados sobre sistemas de salud, ecosistemas y comunidades. El artículo sostiene que la integración explícita de la salud en las metas climáticas, los planes de adaptación y los acuerdos de gestión química es una condición necesaria para transformar los compromisos diplomáticos en políticas eficaces.*

Palabras clave: *Negociaciones climáticas; Bonn 2026; SB64; UNFCCC; adaptación climática; financiamiento climático; transición justa; salud y clima; calor extremo; contaminación química; mercurio; plásticos; COP31.*

Abstract: *The climate crisis, global chemical contamination, and extreme heat in cities represent three of the most urgent threats to human health and sustainable development in 2026. This article analyses these phenomena, beginning with the Bonn Climate Change Conference (SB64, 8–18 June), which served as the focal point of global climate debates during this period. Bonn was marked by significant deadlocks on the Global Goal on Adaptation and climate finance, geopolitical tensions that undermined trust in multilateralism, and a concrete advance on just transition. The conference laid the groundwork for COP31 in Antalya, Turkey. In parallel, health emerged as a cross-cutting priority: extreme heat was declared a public health emergency with more than 50 cities mobilised around sustainable cooling solutions; a USD 23.5 million global programme was launched to monitor mercury and persistent organic pollutants in vulnerable countries; and research on the economic costs of single-use plastics revealed hidden impacts on health systems, ecosystems, and communities. The article argues that explicitly integrating health into climate targets, adaptation plans, and chemical management agreements is a necessary condition for translating diplomatic commitments into effective policies.*

Keywords: *Climate negotiations; Bonn 2026; SB64; UNFCCC; climate adaptation; climate finance; just transition; health and climate; extreme heat; chemical pollution; mercury; plastics; COP31.*

1. Introdução

A saúde humana está no centro da crise ambiental global. Não como metáfora, mas como realidade mensurável: a poluição do ar mata mais de 6,5 milhões de pessoas por ano; o calor extremo já é uma das principais causas de mortalidade climática; o mercúrio e os poluentes orgânicos persistentes comprometem o desenvolvimento neurológico de crianças e elevam o risco de cânceres e disfunções hormonais; e os microplásticos foram encontrados em sangue, cérebro e órgãos reprodutivos humanos. A convergência dessas ameaças — climática, química e urbana — define o que pesquisadores chamam de 'tripla crise planetária': mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição.

Junho de 2026 concentrou eventos que permitem examinar esses temas com riqueza de evidências. O centro gravitacional foi a Conferência de Bonn (SB64), ponto de inflexão das negociações climáticas internacionais entre a COP30 em Belém e a COP31 em Antalya. Em torno dessa conferência orbitaram debates sobre saúde e clima, o lançamento de um programa global de monitoramento de substâncias químicas tóxicas, a mobilização de cidades contra o calor extremo e pesquisas originais sobre os custos ocultos dos plásticos. Este artigo organiza e analisa criticamente esses temas, começando pelo eixo diplomático central — as negociações de Bonn — e expandindo progressivamente para os temas substantivos que contextualizam e motivam a ação climática internacional.

2. A Conferência de Bonn (SB64): O Nó do Multilateralismo Climático

2.1 Contexto: entre Belém e Antalya

A 64.ª sessão dos Órgãos Subsidiários da UNFCCC (SB64) realizou-se de 8 a 18 de junho de 2026 no Centro de Conferências Mundial de Bonn, Alemanha. Funcionando como ponto de interseção entre a COP30 em Belém (novembro de 2025) e a COP31 em Antalya, Turquia (novembro de 2026), a conferência reuniu delegações de quase 200 países numa 'era de implementação' em que a pressão por resultados concretos é máxima. O Secretário-Executivo da UNFCCC, Simon Stiell, abriu os trabalhos conclamando as partes a acelerar o acesso ao financiamento climático, avançar nos indicadores de adaptação e entregar os resultados do Balanço Global sobre a transição para fora dos combustíveis fósseis.

A conferência foi descrita como ponto focal de um processo sob pressão crescente. A polarização geopolítica, a resistência de economias dependentes de combustíveis fósseis e a erosão da confiança entre blocos negociadores criaram um ambiente tenso. Muitos delegados denunciaram 'ataques coordenados' à ciência por grupos com interesses ligados aos combustíveis fósseis. Na plenária de encerramento, diplomatas lamentaram o enfraquecimento da confiança no processo climático da ONU diante de um novo panorama geopolítico. Ao mesmo tempo, representantes da presidência da COP30 sublinharam que Belém deve ser vista como prova de que o diálogo real e o multilateralismo podem sobreviver mesmo em contextos geopolíticos difíceis.

2.2 Meta Global de Adaptação: o principal impasse

A Meta Global de Adaptação (GGA, sigla em inglês) foi o tema mais contencioso de toda a conferência. O progresso nas negociações ficou travado, estagnado ou adiado em praticamente todas as salas técnicas dedicadas à adaptação. A linha de fratura fundamental foi o financiamento: países em desenvolvimento demandam apoio robusto para implementar medidas de proteção contra riscos climáticos crescentes, enquanto países desenvolvidos resistem a linguagens que impliquem obrigações financeiras adicionais vinculantes.

O cerne do debate girou em torno da criação de um grupo de trabalho técnico para estabelecer dados subjacentes e metodologias de indicadores que permitam medir o progresso em direção às metas da GGA. A composição desse grupo dividiu as partes: Brasil e UE defenderam uma abordagem conduzida por especialistas, enquanto o Grupo Sur, os Países em Desenvolvimento de Mesma Visão (LMDCs) e o Grupo Árabe apoiaram um grupo conduzido pelas próprias partes. Essa divergência reflete uma tensão mais profunda sobre quem controla a definição de sucesso na adaptação climática — cientistas ou governos.

Os acordos de Belém (COP30) estabeleceram metas de triplicamento do financiamento de adaptação para países em desenvolvimento até 2035, mas a operacionalização desse compromisso revelou divergências profundas. O G-77/China levantou questão processual sobre parágrafos entre colchetes que faziam referência ao triplicamento do financiamento. Atualmente, apenas cerca de 15% do financiamento de adaptação chega como doações, com a maioria entregue como empréstimos, o que expõe países em desenvolvimento a crescentes cargas de dívida e riscos inflacionários. As implicações para a saúde são diretas: sistemas de saúde resilientes ao clima são uma necessidade de adaptação crítica, mas raramente aparecem como prioridade explícita nos planos nacionais ou nos fluxos de financiamento climático.

2.3 Transição Justa: o avanço mais concreto

Em contraste com os impasses em torno da adaptação, as negociações sobre transição justa registraram o avanço mais concreto da conferência. Após uma sessão maratona, as partes chegaram a acordo sobre os termos de referência para a revisão do Programa de Trabalho sobre Transição Justa (JTWP). O pacote de textos acordado em Bonn servirá de base para decisões na COP31 em Antalya, onde se espera a formalização de um mecanismo de transição justa para apoiar comunidades e trabalhadores no processo de descarbonização.

O caminho até o acordo foi tortuoso. No início das negociações, as partes divergiram sobre o mandato, o objetivo e o escopo da revisão, passando uma semana inteira em discussões procedimentais e técnicas. A intervenção oportuna do Co-Presidente do grupo de contato, que sugeriu linguagem de compromisso aceitável para todos, foi decisiva para o desbloqueio. O resultado inclui seções sobre contexto, finalidade, funções, barreiras e oportunidades, integração, coordenação e coerência, cooperação internacional e modalidades de governança.

A transição justa importa para a saúde em múltiplas dimensões: trabalhadores de setores de combustíveis fósseis enfrentam riscos ocupacionais graves e, na transição, podem

perder empregos sem alternativas equivalentes; comunidades dependentes de indústrias extrativas frequentemente já acumulam impactos de saúde — poluição de solo, ar e água —; e a substituição de combustíveis fósseis por energias limpas elimina a maior parte da poluição do ar local, com benefícios imediatos para saúde respiratória e cardiovascular.

2.4 Mitigação: divergências estruturais persistem

O Programa de Trabalho sobre Mitigação (MWP, Sharm el-Sheikh) — o único item formal dedicado especificamente à ambição e implementação em mitigação — estava programado para conclusão em 2026, com possibilidade de extensão a ser debatida em SB64. As divergências entre as partes sobre a efetividade do programa e os caminhos para sua continuação foram significativas. Países como os membros da AOSIS e do AILAC lamentaram mudanças nos documentos de trabalho e propuseram inserções, enquanto LMDCs, Grupo Árabe e Grupo Africano reiteraram objeções a referências ao documento de reflexões nas conclusões dos órgãos subsidiários.

A transição para fora dos combustíveis fósseis — acordada pela primeira vez em COP28 em Dubai — também esteve presente nos debates de mitigação. A conferência de Santa Marta (abril de 2026), que reuniu 57 países numa iniciativa paralela, foi repetidamente citada por delegações como sinal do crescente peso político da transição. O roadmap de combustíveis fósseis desenvolvido pela Presidência Brasileira da COP30 foi apresentado em sessão de SB64, com pequenas ilhas e a Suíça expressando interesse em incorporar o processo ao mecanismo formal da UNFCCC — enquanto grandes produtores de combustíveis fósseis, como o Grupo Árabe e os LMDCs, permaneceram em silêncio.

2.5 Financiamento climático: a fissura transversal

O financiamento climático foi a maior fonte de tensão da conferência, permeando debates sobre adaptação, mitigação, tecnologia e outros temas. A tensão central opôs países desenvolvidos — que enfatizaram a diversidade de fontes do novo objetivo coletivo quantificado (NCQG), incluindo setor privado e países em desenvolvimento mais ricos — e países em desenvolvimento — que insistiram em um 'espaço dedicado' para discutir obrigações de financiamento público dos países desenvolvidos sob o Artigo 9.1 do Acordo de Paris.

Um programa para abordar o Artigo 9.1 'no contexto do Artigo 9 como um todo' havia sido acordado em Belém como compromisso. Em Bonn, porém, esse compromisso revelou-se frágil: as partes divergiram sobre o que o programa deveria cobrir, sua estrutura e seu mandato. Num contexto em que apenas 15% do financiamento de adaptação chega como doações e a maioria como empréstimos, a questão do financiamento público não é apenas técnica — é uma questão de equidade e de capacidade dos países mais vulneráveis de proteger suas populações.

2.6 Tecnologia, gênero, comércio e outros temas

As negociações tecnológicas iniciaram a segunda avaliação periódica do Mecanismo de Tecnologia e avançaram sobre o alinhamento entre a revisão do Centro de Tecnologia Climática e Rede (CTCN) e essa avaliação. As partes chegaram a acordo sobre articulações entre o Mecanismo Tecnológico e o Mecanismo Financeiro, incluindo aspectos do ciclo de programação do Fundo Verde para o Clima para 2028-2031.

A implementação do Plano de Ação de Gênero de Belém (GAP, 2026–2034) iniciou-se em Bonn com a realização de vários eventos mandatados. O plano, com 27 atividades e 98 entregas, estabelece um quadro de longo prazo para integrar considerações de gênero em governança climática, finanças, tecnologia, participação e sistemas de responsabilização. Em matéria de comércio e clima, Bonn realizou o primeiro Diálogo Clima e Comércio dos órgãos

subsidiários, buscando conectar processos de governança climática e comercial e construir a confiança necessária para superar debates polarizados sobre medidas unilaterais.

A 3ª sessão da Consideração Multilateral Facilitada de Progresso (FMCP) reuniu apresentações de 37 partes representando 50% das emissões globais, consolidando uma nova plataforma de transparência. Houve também o Diálogo sobre Montanhas e Mudanças Climáticas, focado na transferência de conhecimento sobre ação climática em regiões de montanha no âmbito de NDCs, NAPs e Relatórios de Transparência Bienal (BTRs). Iniciativas da presidência da COP30 — o 'acelerador global de implementação' e a 'Missão Belém para 1,5°C' — também foram apresentadas e debatidas, buscando aprofundar o apoio à implementação de NDCs e NAPs além dos processos formais de negociação.

2.7 Fundo de Adaptação e o Oceano

As negociações sobre o Fundo de Adaptação enfrentaram tensões, mas as partes conseguiram capturar o progresso alcançado em Bonn após múltiplas rodadas de emendas e consultas informais. O Diálogo Oceano e Mudanças Climáticas, realizado às margens da conferência, abordou o papel do oceano na regulação climática, a coerência entre as políticas da UNFCCC e da Convenção sobre Diversidade Biológica, e a integração dos oceanos nas NDCs e nos Planos Nacionais de Adaptação. Os participantes reconheceram que o oceano absorveu cerca de 30% das emissões de carbono e 90% do calor desde a Revolução Industrial, e expressaram otimismo de que a COP31 possa avançar em compromissos concretos de integração oceano-clima.

2.8 O legado de Bonn e a trajetória para Antalya

Bonn fechou com poucas vitórias tangíveis nas negociações formais, mas com uma série de processos e iniciativas em andamento que moldarão a COP31. O impasse na GGA e a fragilidade do consenso sobre financiamento revelam o quanto o sistema multilateral ainda precisa avançar para que a ação climática seja equitativa e eficaz. Ao mesmo tempo, a aprovação dos termos de referência para a revisão da transição justa e os avanços em tecnologia, gênero e transparência mostram que o processo é capaz de produzir resultados concretos quando há vontade política suficiente. A COP31 em Antalya, co-hospedada pela Turquia e com a Austrália liderando as negociações, herdará esses resultados — e seus impasses — como ponto de partida.

3. Saúde e Ação Climática: Pilares para a COP31

3.1 Saúde como prioridade da COP31

A Presidência da COP31 em Antalya elevou 'Sistemas de Saúde Dinâmicos e Resilientes' ao status de tema prioritário de sua Agenda de Ação, reconhecendo que os sistemas de saúde precisam de transformação estrutural para antecipar, absorver, adaptar-se e recuperar-se de choques climáticos. Essa decisão constrói sobre o primeiro Dia da Saúde realizado por uma COP climática, na conferência de Belém — a primeira COP a reconhecer explicitamente os benefícios de saúde da ação climática em seus textos finais, incluindo a redução da poluição do ar como co-benefício da transição energética.

Apesar desse avanço, a saúde ainda é tratada como benefício lateral nas negociações climáticas, em vez de objetivo central. Isso tem consequências práticas: métricas de saúde raramente aparecem nas NDCs; indicadores de adaptação raramente incluem saúde como dimensão explícita; e o financiamento climático raramente é acessível a ministérios da saúde. O desafio para Antalya é transformar a menção da saúde em compromissos operacionais — mensuráveis, monitoráveis e financiados.

3.2 Os cinco pilares da agenda saúde-clima

A partir de consultas entre representantes nacionais, defensores da saúde e líderes da sociedade civil — em diálogo preparatório à COP31 co-organizado com a Aliança Global Clima e Saúde, o Lancet Countdown e o Ministério da Saúde da Colômbia —, cinco pilares emergiram como base para integrar as agendas de saúde e clima: (1) transformar a ação climática de substituição energética para transformação sistêmica dos modos de produção e consumo, colocando a saúde como resultado central, não co-benefício; (2) incluir nas políticas nacionais os impactos de saúde de todos os derivados de combustíveis fósseis — petroquímicos, plásticos e fertilizantes —, não apenas das emissões de energia; (3) construir a transição com abordagem territorializada, centrada no bem-estar de pessoas, comunidades e meio ambiente; (4) fortalecer sistemas de saúde para resiliência climática, integrando adaptação no planejamento setorial, na infraestrutura e nas cadeias de suprimento médico; e (5) incorporar dados e evidências de saúde nas NDCs, planos de adaptação e orçamentos nacionais.

A lógica econômica desses pilares é robusta: os ganhos de saúde decorrentes da redução da poluição do ar — sozinhos — cobrirão os custos de grande parte da transição energética para a maioria dos países. Esse argumento converte a saúde em aliada, e não apenas beneficiária, das políticas climáticas, criando coalizões mais amplas e politicamente diversas em torno da ação climática.

4. Calor Extremo: Emergência de Saúde Pública e Respostas Urbanas

4.1 Escala e impactos do calor extremo

Com os últimos onze anos sendo os onze mais quentes já registrados e o El Niño prestes a retornar, o calor extremo tornou-se a ameaça climática de crescimento mais rápido à vida humana. Estima-se que o calor extremo causou em torno de 500.000 mortes por ano, com o fenômeno afetando desproporcionalmente idosos, crianças, trabalhadores ao ar livre e comunidades de baixa renda. O efeito de ilha de calor urbana amplifica esses riscos: cidades aquecem ao dobro da taxa média global, com temperaturas locais podendo superar as de áreas rurais vizinhas em 5°C a 10°C.

Projeções indicam que, até 2050, 1,6 bilhão de residentes urbanos enfrentarão calor extremo e que o número de pobres urbanos expostos a temperaturas perigosas pode aumentar 700%. O calor extremo não é apenas uma questão climática: é profundamente uma questão de desigualdade, pois os impactos recaem com muito mais força sobre quem tem menor acesso ao resfriamento, menor capacidade de se afastar de ambientes externos e maior exposição ocupacional.

4.2 Cidades em movimento: a iniciativa 50@50 e soluções baseadas na natureza

Mais de 50 cidades — incluindo Lagos, Melbourne, Paris, Mendoza, Antalya e Yangzhou — aderiram, em junho de 2026, a uma iniciativa de colaboração para fortalecer a preparação contra ondas de calor, numa parceria iniciada no âmbito do programa Beat the Heat (Vencer o Calor), lançado na COP30 em Belém. As soluções compartilhadas incluem ‘ilhas de resfriamento’ em espaços públicos, ampliação de áreas verdes e corredores ecológicos, instalação de fontes de água, centros de resfriamento comunitários, sistemas de alerta precoce de ondas de calor, aumento de áreas sombreadas e uso de materiais refletivos.

Cidades como Yangzhou incorporam a adaptação ao calor ao planejamento urbano de longo prazo por meio de restauração ecológica, desenvolvimento de cidades-esponja e gestão climática urbana. Antigas áreas de aterro estão sendo transformadas em parques ecológicos com vegetação nativa, e projetos de restauração de rios fortalecem amortecedores ecológicos e reduzem os efeitos de ilha de calor. No Brasil, cidades como Teresina utilizam florestas

urbanas, parques, rios e corredores verdes para resfriar bairros, reduzir inundações, melhorar a qualidade do ar e apoiar o bem-estar. A premissa orientadora dessas iniciativas é que o resfriamento sustentável deve ser necessidade de sobrevivência, saúde e equidade — não luxo.

4.3 A armadilha do ar-condicionado e caminhos sustentáveis

A resposta convencional ao calor — o ar-condicionado — cria um ciclo vicioso: maior consumo de energia, mais emissões, temperaturas ainda mais altas. A demanda por resfriamento já representa quase 20% do consumo total de eletricidade nos edifícios globalmente, e deve triplicar até 2050. Um caminho sustentável exige combinar resfriamento passivo e baseado na natureza, resfriamento de baixa energia como ventiladores, eficiência energética e redução acelerada de refrigerantes com potencial de aquecimento global. Essa combinação poderia cortar as emissões de resfriamento em 64% até 2050 ao mesmo tempo em que fornece acesso ao resfriamento a três bilhões de pessoas e gera até USD 43 trilhões em economias de eletricidade e infraestrutura. Reposicionar o resfriamento como serviço público de saúde — com critérios de acesso equitativo, soluções passivas como norma e eficiência energética como exigência —é uma das alavancas mais poderosas na interseção entre adaptação climática e saúde pública urbana.

5. Poluição Química, Mercúrio e Plásticos: Riscos Invisíveis à Saúde

5.1 O alcance do problema: POPs, mercúrio e saúde humana

Os poluentes orgânicos persistentes (POPs) e o mercúrio representam ameaças graves e documentadas à saúde humana. POPs — incluindo dioxinas, bifenilos policlorados (PCBs) e pesticidas organoclorados — acumulam-se em cadeias alimentares e tecidos humanos, com efeitos que incluem cânceres, disfunções imunológicas, alterações hormonais e toxicidade reprodutiva. O mercúrio é um neurotóxico potente com efeitos especialmente severos sobre fetos e crianças: danos ao desenvolvimento neurológico, perda auditiva e comprometimento motor e cognitivo. A exposição ocorre principalmente por peixes e frutos do mar contaminados — afetando de forma desproporcional comunidades indígenas e ribeirinhas que dependem da pesca como fonte primária de proteína.

Países em desenvolvimento enfrentam uma dupla vulnerabilidade: são mais expostos a esses contaminantes — por concentração de indústrias extrativas, disposição inadequada de resíduos e dependência de pesca em corpos d'água contaminados — e têm menor capacidade analítica e regulatória para monitorá-los e controlá-los. Um programa global de USD 23,5 milhões, com cinco projetos regionais abrangendo África, Ásia, Ilhas do Pacífico, América Latina e Caribe, representa um passo significativo, mas a escala do desafio excede em muito os recursos disponíveis. A Convenção de Estocolmo sobre POPs e a Convenção de Minamata sobre Mercúrio são os principais instrumentos legais para enfrentar essas ameaças, e a avaliação de sua efetividade depende diretamente da qualidade dos dados de monitoramento que esse programa busca fortalecer.

5.2 Da Gâmbia à Moldova: segurança química como política local

Práticas nocivas de uso indiscriminado de pesticidas são comuns em comunidades agrícolas com limitado alcance regulatório e baixa consciência dos riscos. Na Gâmbia, agricultoras e inspetores ambientais foram capacitados em manuseio seguro de pesticidas, compostagem e alternativas sintéticas, com resultados concretos em termos de redução da exposição a substâncias tóxicas. Esses casos demonstram uma dinâmica estrutural importante: os benefícios da gestão segura de químicos concentram-se nas populações mais vulneráveis — agricultoras, pescadores, trabalhadores informais, crianças —, enquanto os custos da inação são subestimados por sistemas que não contabilizam saúde, bem-estar e ecossistemas como valores

econômicos. A construção de capacidade analítica e regulatória nos países em desenvolvimento é tanto uma questão de saúde pública quanto de equidade global e soberania científica.

5.3 Plásticos: o nexo entre combustíveis fósseis, poluição e saúde

Os plásticos conectam a agenda climática à agenda de poluição química com clareza particular: derivados de combustíveis fósseis em mais de 90% de sua composição, sua produção contribui com estimados 4–5% das emissões globais de gases de efeito estufa, podendo chegar a 15–19% do total até 2050 na trajetória atual. Ao mesmo tempo, plásticos são vetores de substâncias químicas perigosas que se acumulam em ecossistemas e corpos humanos.

Os impactos sobre a saúde distribuem-se ao longo de todo o ciclo de vida. Trabalhadores da extração de petróleo e gás enfrentam maior mortalidade por pneumoconiose, silicose, doenças cardiovasculares, DPOC e câncer de pulmão. Trabalhadores de produção de plásticos têm risco elevado de leucemia, linfoma, câncer cerebral e lesão neurotóxica. Trabalhadores de reciclagem apresentam maiores taxas de doenças cardiovasculares, envenenamento por metais tóxicos, neuropatia e câncer de pulmão. Consumidores e comunidades próximas a aterros e incineradoras estão expostos a dioxinas. Microplásticos, onipresentes no ambiente, já foram encontrados em sangue humano, placenta, leite materno e órgãos vitais, com preocupações crescentes sobre fertilidade, cognição e doenças crônicas.

Do ponto de vista econômico, os custos dos plásticos são amplamente externalizados — não constam no preço dos produtos, mas recaem sobre sistemas municipais de resíduos, infraestrutura de saneamento, ecossistemas e sistemas de saúde. A ausência de dados consistentes e desagregados sobre esses custos é, em si, um problema de governança: sem essa base de evidências, é difícil formular políticas eficazes ou responsabilizar produtores pelos danos causados. Calculadoras de custos municipais são uma contribuição metodológica concreta para suprir essa lacuna, mas a escala do problema — com custo social anual estimado entre USD 436 bilhões e USD 1,1 trilhão apenas nos EUA, provavelmente uma subestimativa — exige respostas regulatórias de escala equivalente.

6. Convergências: Saúde Planetária e o Caminho para a COP31

6.1 A tripla crise como crise de saúde

As mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a poluição não são crises separadas — são dimensões interligadas de uma única crise sistêmica cujos impactos se expressam, em última análise, na saúde humana e ecossistêmica. O calor extremo mata. A poluição do ar mata. O mercúrio e os POPs comprometem gerações. Os microplásticos alteram funções endócrinas e reprodutivas. A insegurança hídrica e alimentar decorrente da crise climática afeta centenas de milhões de pessoas. A degradação dos ecossistemas oceânicos ameaça a segurança alimentar de populações costeiras. Cada uma dessas dimensões, tratada isoladamente, produz respostas parciais e insuficientes.

Abordar essas crises de forma integrada — como propõe a abordagem de ‘Saúde Planetária’ e o conceito de ‘Uma Só Saúde’ (One Health) — é mais eficiente e politicamente mais eficaz do que tratá-las em silos. A transição para fora dos combustíveis fósseis reduz tanto as emissões de gases de efeito estufa quanto a poluição do ar local, com co-benefícios de saúde imediatos. A restauração de ecossistemas urbanos — parques, áreas úmidas, corredores verdes — reduz o calor, filtra poluentes, melhora a saúde mental e fortalece a coesão social. A regulação dos plásticos protege ecossistemas marinhos, reduz exposição a substâncias químicas perigosas e corta emissões de carbono.

6.2 O que Antalya precisa entregar

A COP31 em Antalya herdará os resultados e os impasses de Bonn. Para que seja uma conferência de saúde tanto quanto de clima, será necessário: operacionalizar o mecanismo de transição justa com proteções específicas para trabalhadores e comunidades afetadas; destravar o financiamento da adaptação com mais doações e menos empréstimos, priorizando sistemas de saúde resilientes ao clima; incluir métricas de saúde nos indicadores da GGA e nos planos nacionais de adaptação; aprovar compromisos concretos sobre integração oceano-clima nas NDCs; e avançar na agenda de segurança química em articulação com a Primeira Conferência Internacional do Marco Global de Substâncias Químicas, também prevista para novembro de 2026 em Genebra.

O argumento mais poderoso disponível para catalisar esse avanço é simples: a saúde humana é o que está em jogo. Não como abstração de longo prazo, mas como realidade cotidiana para as populações que já hoje convivem com calor extremo, poluição do ar, contaminação química e insegurança alimentar. A transformação do sistema climático global é, em seu núcleo, uma escolha sobre que tipo de mundo as gerações presentes e futuras habitarão — e em que condições de saúde o farão.

7. Conclusão

As negociações de Bonn (SB64) ilustram tanto as potencialidades quanto as limitações do multilateralismo climático atual. O avanço nos termos de referência para a transição justa demonstra que o sistema é capaz de produzir resultados concretos. Os impasses na adaptação e no financiamento demonstram que a equidade permanece o nó estrutural que bloqueia uma resposta climática à altura da crise.

Em torno das negociações, temas como calor extremo, poluição química e plásticos reafirmam que a saúde humana não é um tema paralelo à agenda climática: é seu referencial mais concreto e universalmente compreensível. Toda a população mundial tem interesse direto em ar limpo, água segura, temperaturas habitáveis e alimentos livres de contaminantes. Esse interesse universal pode ser o elo que sustenta o multilateralismo ambiental num momento em que outras formas de cooperação global enfrentam erosão.

A integração da saúde nas metas climáticas, nos planos de adaptação e nos acordos de gestão química não é apenas um imperativo ético — é uma condição de eficácia política. Quando a saúde está no centro, a ação climática deixa de ser sacrifício abstrato e passa a ser resposta concreta a sofrimentos presentes. A COP31 em Antalya terá a oportunidade de tornar essa integração operacional — transformando declarações em indicadores, compromisos em financiamentos, e urgência científica em vontade política.

Referências

IISD/ENB. (2026, 8–18 de junho). Earth Negotiations Bulletin: Bonn Climate Change Conference (SB64). International Institute for Sustainable Development. https://enb.iisd.org/bonn-climate-change-conference-sb64-sbi64-sbsta64

IISD. (2026, 8–18 de junho). Inside Bonn Climate Change Conference 2026. https://www.iisd.org/events/inside-bonn-climate-change-conference-2026

Gutiérrez, M., & Wagner, L. (2026). Linking Health and Climate Action: Five Recommendations for COP31 from Santa Marta. IISD. https://www.iisd.org/articles/explainer/health-and-climate-cop31

IISD. (2026). What Happened at COP30 on Climate and Health? https://www.iisd.org/articles/explainer/what-happened-cop-30-climate-and-health

Yanguas Parra, P. A., & Jones, N. (2026). Bonn Climate Talks 2026: What to Expect after Santa Marta. IISD. https://www.iisd.org/articles/explainer/bonn-climate-talks-2026-what-expect-after-santa-marta

Puzyreva, M., Kroft, E., & Haney, J. (2026). Determining the Economic Cost of Single-Use Plastic Waste in Canada. IISD. https://www.iisd.org/publications/report/economic-cost-plastic-waste-canada

IISD/ENB. (2026). Ocean and Climate Change Dialogue 2026. https://enb.iisd.org/ocean-and-climate-change-dialogue-2026

SDG Knowledge Hub/IISD. (2026). Will 'Two-Speed Multilateralism' Strengthen Climate-Health Agenda? https://sdg.iisd.org/news/will-two-speed-multilateralism-strengthen-climate-health-agenda/

UNEP. (2026, 5 de junho). World Environment Day 2026: As the Planet Swelters. https://www.unep.org/news-and-stories/press-release/planet-swelters-world-environment-day-2026-focuses-urgent-climate

UNEP. (2026, 2 de junho). 50 Cities for Climate Action: Avoiding and Adapting to a 50°C World. https://www.unep.org/news-and-stories/press-release/50-cities-climate-action-avoiding-and-adapting-50degc-world

UNEP/GEF. (2026, 18 de junho). Global Chemicals Monitoring Programme (GCMP), USD 23,5 milhões. https://www.unep.org/news-and-stories

UNEP. (2026, 16 de junho). Chemical Safety: How National Action is Turning Global Goals into Reality. https://www.unep.org/news-and-stories/story/chemical-safety-how-national-action-turning-global-goals-reality

UNEP. (2026, maio). Global Status Report for Buildings and Construction 2025–2026. https://www.unep.org/technical-highlight/cities-grow-and-climate-risks-rise-new-unep-report-shows-path-climate-resilient

Carbon Brief. (2026, 19 de junho). Bonn Climate Talks: Key Outcomes from the June 2026 UN Climate Conference. https://www.carbonbrief.org/bonn-climate-talks-key-outcomes-from-the-june-2026-un-climate-conference/

Down to Earth. (2026, junho). Bonn Climate Conference 2026: SB64 Sets Stage for COP31. https://www.downtoearth.org.in/climate-change/bonn-climate-conference-2026-mid-year-climate-talks-to-see-adaptation-fossil-fuels-and-delivery-in-focus

Avanços, Desafios e Alguns Destaques da Participação Brasileira na Conferência Internacional do Trabalho (OIT) em 2026

Avances, desafíos y algunos aspectos destacados de la participación de Brasil en la Conferencia Internacional del Trabajo (OIT) de 2026

Advances, Challenges, and Some Highlights of Brazilian Participation in the 2026 International Labour Conference (ILO)

Frederico Peres

Resumo: O presente artigo sintetiza as principais discussões, avanços e desafios desvelados durante a 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), encerrada em 12 de junho último. A Conferência de 2026, marcada pelo complexo contexto geopolítico atual, abordou questões fundamentais para o mundo do trabalho contemporâneo, como a necessidade de promoção do trabalho decente na economia de plataformas digitais e a necessidade de avançarmos com uma agenda transformadora para a garantia da igualdade de gênero globalmente. Em relação ao primeiro ponto, cabe destaque à aprovação da Convenção 193 sobre o trabalho decente na economia de plataformas, primeiro instrumento internacional a propor normas e diretrizes sobre esta crescente modalidade de trabalho que, se por um lado permite a ampliação do mercado de trabalho, por outro vem sendo associada a condições de precarização extrema do trabalho, com impactos sobre a saúde física e mental de trabalhadoras e trabalhadores ao redor do planeta. Já no que se refere ao histórico desafio da promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho, a Conferência mostrou os imensos desafios de se avançar com a pauta no atual cenário geopolítico, sobretudo considerando a ascensão de governos conservadores em diferentes partes do planeta – e em particular na América Latina –, historicamente distantes de projetos para a promoção da justiça social a partir de uma perspectiva interseccional. Parte das discussões é apresentada e contextualizada por integrantes da delegação brasileira, presentes à Conferência, que compartilharam suas impressões e perspectivas durante o Seminário Avançado de Saúde Global e Diplomacia da Saúde, realizado em 17 de junho do corrente.

Palavras-chave: Conferência Internacional do Trabalho (CIT); Organização Internacional do Trabalho (OIT); Trabalho Plataformizado; Igualdade de Gênero; Saúde do Trabalhador.

Resumen: *Este artículo resume los principales debates, avances y desafíos surgidos durante la 114.ª Sesión de la Conferencia Internacional del Trabajo (CIT) de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), que concluyó el 12 de junio. La Conferencia de 2026, marcada por el complejo contexto geopolítico actual, abordó cuestiones fundamentales para el mundo del trabajo contemporáneo, como la necesidad de promover el trabajo decente en la economía de plataformas digitales y la necesidad de impulsar una agenda transformadora para garantizar la igualdad de género a nivel mundial. En relación con el primer punto, cabe destacar la aprobación del Convenio 193 sobre el trabajo decente en la economía de plataformas, el primer instrumento internacional que propone normas y directrices sobre esta forma creciente de trabajo que, si bien permite la expansión del mercado laboral, también se ha asociado con condiciones de extrema precarización laboral, con repercusiones en la salud física y mental de los trabajadores en todo el mundo. Respecto al desafío histórico de promover la igualdad de género en el mundo del*

trabajo, la Conferencia destacó las enormes dificultades que implica impulsar esta agenda en el actual escenario geopolítico, especialmente considerando la ascensión de gobiernos conservadores en diferentes partes del mundo – y particularmente en América Latina – históricamente alejados de proyectos que promuevan la justicia social desde una perspectiva interseccional. Parte de los debates se presenta y contextualiza a través de las intervenciones de miembros de la delegación brasileña presentes en la Conferencia, quienes compartieron sus impresiones y perspectivas durante el Seminario Avanzado sobre Salud Global y Diplomacia de la Salud, celebrado el 17 de junio de este año.

***Palabras clave**: Conferencia Internacional del Trabajo (CIT); Organización Internacional del Trabajo (OIT); Trabajo en Plataformas; Igualdad de Género; Salud de los Trabajadores.*

***Abstract:** This article summarizes the principal debates, advancements, and difficulties identified during the 114th Session of the International Labour Conference (ILC) of the International Labour Organization (ILO), which concluded on June 12th. The 2026 Conference, set against a difficult geopolitical backdrop, focused on critical concerns in today's labor landscape, including the promotion of decent work within the digital platform economy and the advancement of a transformative agenda to ensure global gender equality. Concerning the initial point, it is important to emphasize the approval of Convention 193 on decent work in the platform economy, the inaugural international instrument to establish standards and guidelines for this burgeoning form of employment, which, although facilitating labor market expansion, has concurrently been linked to severe work precarization, adversely affecting the physical and mental well-being of workers globally. The Conference underscored the significant obstacles to advancing gender equality in the workforce, particularly in light of the current geopolitical landscape marked by the emergence of conservative governments globally, especially in Latin America, which have traditionally been opposed to initiatives aimed at promoting social justice through an intersectional lens. Members of the Brazilian delegation at the Conference provided insights and perspectives during the Advanced Seminar on Global Health and Health Diplomacy, which took place on June 17th of this year.*

***Keywords**: International Labour Conference (ILC); International Labour Organization (ILO); Platform Work; Gender Equality; Workers' Health.*

Introdução

A 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), principal fórum da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do multilateralismo no mundo do trabalho, realizada entre 1º e 12 de junho último, habilita-se a ocupar um lugar de destaque na história das Conferências e da própria OIT, por diferentes razões. Inicialmente, pelo fato de ter sido realizada em um momento crítico, do ponto de vista geopolítico, marcado por conflitos armados, múltiplas crises que interagem entre si (conformando o que, anteriormente, chamamos de "crise de crises"), agravando-se e produzindo resultados ampliados, assim como por profundos questionamentos à eficácia do multilateralismo, da Organização das Nações Unidas (ONU) e de suas agências especializadas.

A própria OIT, como nos lembra o diretor de seu escritório brasileiro, Vinicius Pinheiro, durante sua participação no Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz, realizado dia 17 de junho último, enfrenta desafios importantes, seja de financiamento e fluxo de caixa (devido à suspensão das contribuições de diversos países membros) ou de

adequação de suas estruturas e processos, atualizando-se frente aos novos e ampliados desafios que se colocam às instituições e organizações internacionais, sobretudo aquelas dedicadas à promoção do trabalho decente, na atualidade.

Ao mesmo tempo em que se registram tais desafios, a aprovação, durante a Conferência, da Convenção 193, que trata da promoção do trabalho decente na economia de plataformas, e que se conforma como primeiro instrumento internacional a propor normas e diretrizes sobre o trabalho mediado por plataformas algorítmicas, pode ser entendida como uma resposta contundente às dúvidas sobre a relevância as organizações internacionais e da própria OIT nos tempos atuais. Sobretudo ao considerarmos a capacidade que a Conferência demonstrou em gerenciar um contexto complexo e construir consensos mínimos em torno da garantia de direitos e instrumentos de proteção social para milhares de trabalhadores que desempenham suas atividades de trabalho mediadas por plataformas digitais. Importante destacar que a Convenção foi aprovada com 406 votos à favor, 8 contrários e 36 abstenções, registrados por representações tripartites de países em diferentes estágios de desenvolvimento e perspectivas diversas.

O cenário em que se deram os debates e negociações, segundo representantes da delegação brasileira à Conferência, foi descrito como de intensa polarização política, marcada por atos como a retirada estratégica de países como os Estados Unidos e a Argentina das negociações sobre a agenda em prol da igualdade de gênero, com articulações posteriores para a retirada do documento de termos como **gênero** e **interseccionalidade** – ambos amplamente reafirmados pelos membros do Comitê e garantidos na versão final do documento –, assim como a resistência de blocos conservadores a temas fundamentais de direitos humanos e promoção da igualdade.

Outros temas importantes, presentes ao debate, incluíram a proteção de serviços públicos ante o avanço das Parcerias Público-Privadas (PPPs) no mundo do trabalho e a reafirmação de Convenções cruciais, como a 189 (Trabalho Doméstico, de 2011) e a 190 (Violência e Assédio, de 2019). Perspectivas positivas que, juntamente com a defesa de garantias e redes de proteção social frente à precarização do trabalho em plataformas digitais, e a denúncia da situação crítica de direitos humanos em diferentes partes do planeta, como a Palestina, Mianmar e Bielorrússia, conferem à Conferência um caráter de inequívoca defesa e reafirmação dos direitos fundamentais de trabalhadoras e trabalhadores ao redor do planeta.

Um ponto de destaque, ressaltado nas discussões e articulações realizadas ao longo das duas semanas de Conferência, foi a decisão histórica, obtida junto à Corte Internacional de Justiça, que decidiu favoravelmente à existência do direito de greve. Desde 2012, representações de empregadores de diversos países questionam a existência do direito de greve, previsto na Convenção 87 da OIT (de 1948), gerando discussões e embates importantes na Comissão de Aplicação de Normas. Tal decisão é, portanto, entendida como crucial para a validação de décadas de jurisprudência e conquistas.

Os membros da delegação brasileira, presentes ao Seminário de 17 de junho de 2026, ressaltaram a necessidade de as centrais sindicais e governos nacionais trabalharem de forma articulada para transformar as resoluções da Conferência em políticas e marcos normativos, visando combater a desigualdade estrutural que limita a possibilidade de trabalho decente para milhões de trabalhadoras e trabalhadores ao redor do planeta.

Em síntese, há sólidos elementos que sustentam os resultados positivos da Conferência tanto para os trabalhadores quanto para o multilateralismo. Apesar da crise geopolítica e das

estratégias coordenadas pelos setores mais conservadores de governos e empregadores, foi possível não apenas evitar retrocessos, mas reafirmar o papel estratégico da OIT e estabelecer novos padrões globais para as relações de trabalho mediadas por tecnologias digitais, oferecendo marcos normativos e diretrizes para a proteção de direitos fundamentais e da saúde de trabalhadoras e trabalhadores frente às novas tecnologias e arranjos que, já na atualidade, trazem riscos, insegurança e condições de extrema precarização para o mundo do trabalho global.

A Convenção 193 sobre o Trabalho Decente na Economia de Plataformas

A Convenção 193 sobre o trabalho decente na economia de plataformas, aprovada durante a 114a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, representa um primeiro marco regulatório internacional que aborda os impactos do trabalho mediado por plataformas digitais na organização e nos processos de trabalho, com consequências diretas e indiretas para a saúde de milhões de trabalhadoras e trabalhadores, ao redor do planeta. Reconhecendo tanto as oportunidades de formalização e geração de renda quanto os déficits de trabalho decente existentes no setor, o documento busca definir juridicamente as plataformas digitais de trabalho e seus trabalhadores, estabelecendo que os direitos fundamentais devem ser respeitados independentemente do vínculo empregatício. Entre os pontos centrais, incluem-se a exigência de classificação correta dos trabalhadores, a proteção contra sistemas de decisão automatizados sem supervisão humana e a garantia de segurança e saúde do trabalhador, inclusive no ambiente digital.

Considerada como o maior avanço da Conferência, a Convenção 193 representa um marco histórico para o mundo do trabalho na era da Inteligência Artificial, uma vez que busca propor, pela primeira vez, normas e diretrizes para o trabalho plataformizado – modalidade que cresce globalmente, a cada ano, e que vem sendo associada a uma extrema precarização das condições de trabalho, comprometendo a saúde física e mental de milhões de trabalhadoras e trabalhadores que, ao redor do planeta, têm suas atividades de trabalho mediadas por plataformas digitais.

Para tanto, se fundamenta ao redor de três pilares fundamentais:

- **Primazia da Realidade**: o que define a relação de trabalho é o trabalho efetivo realizado, e não apenas o contrato formal;
- **Transparência de Algoritmos**: a Convenção coloca a necessidade de controle humano sobre os algoritmos, descritos metaforicamente como “supervisores sem coração”, uma vez que não consideram a dimensão humana do trabalho;
- **Garantias Básicas**: liberdade sindical, negociação coletiva, eliminação de trabalho forçado e infantil, proteção a migrantes e saúde do trabalhador são princípios básicos que fundamentam o trabalho decente e que precisam ser garantidos, no âmbito da economia de plataformas, independente do vínculo empregatício (contrato formal) estabelecido.

A Convenção se aplica a todas as plataformas digitais de trabalho e a todos os trabalhadores de plataformas, tanto na economia formal quanto na informal. Em casos específicos, os países membros podem excluir determinadas categorias após consulta a organizações representativas, mas devem relatar as razões e buscar a extensão progressiva da proteção a esses grupos.

No que tange aos direitos fundamentais do trabalho, os países membros, ao ratificarem a Convenção nacionalmente, devem tomar medidas para respeitar e promover cinco princípios básicos para o trabalho decente na economia de plataformas:

- Liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
- Eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório;
- Abolição efetiva do trabalho infantil;
- Eliminação da discriminação em termos de emprego e ocupação;
- Garantia de um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Sobre este último ponto, a Convenção detalha obrigações específicas para mitigar riscos inerentes à natureza do trabalho em plataformas, que incluem:

- **Prevenção de Riscos** (Artigo 4): medidas devem ser tomadas para prevenir acidentes e doenças ocupacionais, definindo as responsabilidades da autoridade pública, das plataformas e dos próprios trabalhadores;
- **Direito de Retirada** (Artigo 5): garante ao trabalhador o direito de se retirar de situações que apresentem perigo iminente e sério à vida ou saúde, sem sofrer consequências indevidas;
- e **Violência e Assédio** (Artigo 6): proteção eficaz contra violência e assédio, incluindo atos perpetrados online ou por terceiros (clientes e consumidores).

Outro aspecto central da Convenção é a busca pela transparência e pela justiça nas relações contratuais. Segundo o documento, os países membros devem garantir a classificação correta dos trabalhadores quanto à existência ou não de uma relação de emprego. Essa determinação deve ser guiada principalmente pelos fatos relativos à execução do trabalho e à remuneração, considerando as especificidades tecnológicas do setor.

No que tange à dimensão tecnológica da economia de plataformas, a Convenção inova ao regulamentar o uso de algoritmos na gestão do trabalho, incluindo:

- **Dever de Informação** (Artigo 13): as plataformas devem informar trabalhadores e suas organizações sobre o uso de sistemas automatizados para monitorar, avaliar ou gerar decisões que impactem as condições de trabalho;
- **Supervisão Humana** (Artigo 15): é obrigatória a existência de envolvimento humano nas decisões significativas; trabalhadores têm direito a explicações por escrito para decisões adversas e à revisão de atos que resultem em suspensão de conta, não pagamento ou término do contrato;
- **Privacidade** (Artigo 16): a Convenção exige uma proteção rigorosa de dados pessoais, limitando o processamento a propósitos legítimos e garantindo ao trabalhador o direito de acesso, retificação e apagamento de seus dados.

A análise do texto da Convenção e as impressões dos interlocutores brasileiros presentes à Conferência apontam para a necessidade de que tais recomendações, incorporadas ao texto final da Convenção se traduzam, de fato, em instrumentos nacionais para a proteção de trabalhadoras e trabalhadores, no país, a partir da ratificação do documento pelo governo brasileiro. E que, assim, possam promover melhores e mais dignas condições de trabalhos para

o contingente cada vez maior de trabalhadores que utilizam plataformas digitais, no país e ao redor do planeta, para suas atividades de trabalho.

Um desafio que reforça as conclusões, apresentadas no texto publicado nos Cadernos, em 15 de abril último, no qual afirmamos que "a busca por saúde e segurança no trabalho passa, de maneira central, pelo fortalecimento da organização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras, e pela mobilização da sociedade como um todo, na luta pela garantia de direitos, incluindo a efetivação de uma regulamentação do trabalho por plataformas que se dê no sentido da ampliação frente a direitos trabalhistas já conquistados, ou seja, sem legalizar uma falsa condição de autônomos a esses trabalhadores, e, claro, com a sua participação na construção e respeito às suas reivindicações. Nenhum passo atrás!".

A Discussão sobre uma Agenda Transformadora para a Promoção da Equidade de Gênero no Trabalho

A discussão em torno de uma Agenda Transformadora para a Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho, realizada durante a 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), aconteceu na Comissão de Discussão Geral sobre a Agenda Transformadora para a Igualdade de Gênero no Trabalho, resultando na Resolução VI da Conferência, aprovada em 11 de julho de 2026. A Resolução estabelece diretrizes políticas e programáticas para acelerar a igualdade de gênero no trabalho por meio de mudanças estruturais econômicas, sociais, trabalhistas e institucionais.

A Agenda Transformadora proposta pela Comissão no âmbito da Resolução VI de 2026 representa uma mudança de enfoque: em vez de políticas pontuais voltadas às mulheres, propõe a transformação estrutural dos sistemas econômicos, laborais e de proteção social que produzem desigualdades de gênero. Parte da premissa que a superação de tais desigualdades, históricas no mundo do trabalho, depende da articulação entre a promoção do emprego, a proteção social, a garantia de sistemas equitativos de cuidado, a garantia de direitos trabalhistas, acesso equitativo à saúde e segurança, assim como demanda a garantia do diálogo social, da justiça econômica e da inclusão nas transições digital e ecológica. Trata-se, portanto, de uma agenda avançada de promoção de justiça social, orientada para a construção de mercados de trabalho mais inclusivos, equitativos e sustentáveis.

Esta Comissão, segundo interlocutores da delegação brasileira que participaram das discussões, enfrentou alguns dos maiores embates ideológicos e políticos vividos na Conferência, principalmente em relação à inclusão de conceitos-chave (como o próprio conceito de gênero e de interseccionalidade) no documento. Países como os Estados Unidos e a Argentina, além de blocos de países árabes e africanos, historicamente conservadores em pautas de igualdade e promoção de justiça social, se opuseram ao uso de tais conceitos, seja por motivações religiosas/ideológicas ou para evitar a discussão em relação a temas de orientação sexual.

A delegação do Brasil, em plena articulação com delegados do México, Colômbia e Uruguai, atuou no grupo de redação para garantir a manutenção desses conceitos-chave e de diretrizes efetivamente orientadoras de uma agenda transformadora para a igualdade de gênero (e raça, etnia, classe social etc.) na versão final do documento, aprovado por ampla maioria (apenas dois países, Estados Unidos e Argentina, votaram contra a adoção da Resolução VI).

O texto final manteve, portanto, temas consolidados na agenda progressista de promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho, como a equidade na economia do cuidado, o combate ao assédio sexual e à discriminação e a importância de incidência em políticas laborais sensíveis ao gênero.

Embora reconheça progressos no acesso das mulheres à educação e ao mercado de trabalho, o documento identifica a persistência de barreiras estruturais, normas sociais discriminatórias e lacunas legais que impedem a igualdade substantiva. A agenda proposta exige uma abordagem integrada que combine marcos legais, políticas macroeconômicas sensíveis ao gênero, proteção social universal e o reconhecimento da economia do cuidado.

Entre as metas críticas, destacam-se o fechamento das lacunas salariais, a formalização do trabalho informal e doméstico, e a garantia de que as transformações digitais e verdes não exacerbem as desigualdades existentes. Ao final, a Resolução recomenda ao Diretor-Geral da OIT preparar um plano de ação detalhado sobre o tema, a ser apresentado em novembro de 2026.

Desafios e Perspectivas na Visão de Integrantes da Delegação Brasileira à CIT em 2026

A participação do Brasil na 114a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT) da OIT, com representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores, foi coordenada pelo Ministério do Trabalho, por meio de sua assessoria internacional, que prestou suporte técnico aos representantes. Sua atuação se concentrou em quatro frentes principais:

- Comissão de Aplicação de Normas (CAN);
- Comissão da Convenção sobre Trabalho Decente na Economia de Plataforma;
- Comissão para a Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho.
- e Comissão sobre o Diálogo Social e Tripartismo.

O Brasil exerce uma liderança global consolidada, refletida tanto na gestão governamental quanto na atuação estratégica das centrais sindicais, sobretudo no que se refere à sua capacidade de não apenas ocupar espaços de diálogo social, mas de gerar políticas ativas. Destacam-se, segundo os interlocutores da delegação brasileira, presentes à Conferência, as contribuições das representações dos trabalhadores nas comissões sobre o trabalho plataformizado, aplicação de normas e igualdade de Gênero. A aliança entre o movimento sindical e o atual governo brasileiro foi descrita como “chave” para o progresso da Convenção 193 e para o fortalecimento do sindicalismo sociopolítico na América Latina.

Logo no início da Conferência, uma surpresa: a inclusão do Brasil na chamada “lista longa” de violações a serem tratadas no âmbito da CAN. A inclusão se deu a partir de alegações sobre possíveis violações à Convenção 182 (Trabalho Infantil) – um nítido contrassenso e evidente manobra política, considerando que o país é considerado uma referência nas estratégias de enfrentamento do trabalho infantil.

A partir da notificação da inclusão do país na “lista longa”, intensas articulações em torno de um acordo, firmado entre trabalhadores, empregadores e o governo brasileiro em Brasília, deram suporte para as articulações, em Genebra, visando evitar que o país entrasse na “lista curta” da CAN – que destaca as violações mais graves e exige explicações perante a plenária. Importante destacar que a inclusão do Brasil na lista longa ocorreu sem a consulta oficial aos interlocutores nacionais, outro aspecto “cinzento” relacionado ao episódio.

Segundo Antônio Lisboa, representante dos Trabalhadores no Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), presente à Conferência, "o resultado por si só mostra que, especialmente na Comissão de Aplicação de Normas, os empregadores têm utilizado, com o apoio de alguns governos, o sistema de supervisão para poder fazer luta política e colocar sua estratégia em ação".

Posição compartilhada por Marcelo Di Stefano, Secretário para o Fortalecimento e Organização dos Sindicatos da Confederação dos Trabalhadores das Américas, também presente à Conferência e que, durante sua recente participação no Seminário Avançado de 17 de junho de 2026, declarou:

> *Nós [trabalhadores] decidimos, na lista longa de países, como se conformam [as violações] com relação a certos critérios técnicos. E, do lado dos trabalhadores, escolhemos os países com maiores níveis de violação à liberdade sindical na região: Panamá, Argentina, Peru, Costa Rica e Haiti. Já os empregadores, se separando de todos os critérios técnicos, distanciando-se de uma história em que construímos um sistema de controle normativo, colocaram a geopolítica a 100%, castigando aqueles países que tinham ido a Haya, à Corte Internacional de Justiça, para defender o direito à greve. E colocaram nessa lista Brasil, Uruguai, México, Colômbia e Cuba, colocaram os nossos.*

Houve, segundo os interlocutores presentes à Conferência, uma tentativa deliberada de utilizar a "lista curta" (países com violações efetivas) para pressionar governos com orientações progressistas ou desenvolvimentistas. Situações igualmente observadas em outras comissões, que enfrentaram disputas intensas, refletindo tensões culturais e éticas da geopolítica atual. Apesar destas tensões, o multilateralismo e a própria OIT saem reforçadas da Conferência, como é possível observar nos resultados dos trabalhos das Comissões de:

- **Igualdade de Gênero**: marcada por alianças geopolíticas atípicas (como Rússia, Irã e EUA defendendo posições similares em certos pontos), a comissão foi vitoriosa ao barrar retrocessos propostos por setores conservadores, aprovando uma resolução importante, com indicativo de trabalho e articulação para os próximos meses;
- e **Diálogo Social**: reafirmou o mandato fundamental e a força da OIT, em contraposição às tentativas de deslegitimação da extrema-direita global.

A discussão sobre a incorporação de tecnologias digitais algorítmicas em diferentes processos e na própria organização do trabalho esteve presente ao longo de toda a Conferência e foi destacada por todos os interlocutores da delegação brasileira à CIT 2026 que, em 17 de junho último, participaram do Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz intitulado "Conferência Internacional do Trabalho (OIT): Grandes Temas". Entre os destaques, a dualidade entre as visões sobre tais tecnologias, seja a partir do fomento à produtividade, estímulo à inovação e melhoria da qualidade do emprego, ou na identificação de riscos associados ao aumento de desigualdades, substituição de empregos, intensificação do controle sobre processos de trabalho e o imenso potencial de reprodução de discriminações sistêmicas.

A aprovação da Convenção 193, compreendida por todos como um avanço imenso para a garantia do trabalho decente na economia de plataformas, coloca-se como um divisor de

águas para que a sociedade – e, em particular, governos, trabalhadores e empregadores – possa definir quais os ganhos e usos que se pretende obter com o avanço tecnológico no mundo do trabalho, em particular as novas tecnologias digitais que estruturam o trabalho plataformizado. Ficou nítida a necessidade de uma abordagem centrada no ser humano e garantidora dos direitos do trabalho.

O desafio que se coloca, a partir da aprovação da Convenção, é a sua implementação no conjunto dos países membros da OIT. Desafio que parte da premissa que o impacto das novas tecnologias a serviço do capital (como a IA e as plataformas digitais de trabalho) não é neutro nem inevitável; pelo contrário, precisa ser moldado por políticas públicas construídas com a garantia do diálogo social. Os ganhos de produtividade da disrupção tecnológica que vivenciamos devem ser compartilhados coletivamente, evitando a concentração de renda em poucos atores globais.

Para tanto, é fundamental que as instituições dos setores Saúde e Trabalho busquem dirigir o foco na formação e na qualificação de trabalhadoras e trabalhadores, ao mesmo tempo que ofereçam evidências de necessidade inequívoca de proteção social para trabalhadores afetados pelas transformações associadas à incorporação sistemática de tais tecnologias no mundo do trabalho. O que reforça o ponto central do relatório elaborado e apresentado, durante a Conferência, pelo Diretor-Geral da OIT, Gilbert Houngbo, intitulado **"Um Momento Decisivo: Aproveitando a Inteligência Artificial para um Trabalho Decente"**: o futuro do trabalho não é determinado pela tecnologia por si só, mas por escolhas coletivas que fazemos para o seu uso na sociedade.

Segundo Vinicius Pinheiro, diretor do escritório da OIT no Brasil, em sua fala no Seminário Avançado de 17 de junho:

> *[A Convenção 193] vai ter uma relevância enorme para o Brasil, que é o país, um dos maiores mercados de plataformas digitais do mundo, com milhões de pessoas que obtêm renda por aplicativos. Os dados da PNAD mostram 1,7 milhão de pessoas, que é 1,9% da ocupação, mas com um crescimento exponencial, 25% de crescimento de um ano para o outro. Ela [a Convenção 193] oferece um caminho muito equilibrado porque, de um lado, ela reconhece explicitamente a contribuição das plataformas para geração de trabalho e renda, e ela não vai para aquela oposição inevitável entre inovação tecnológica e social. Pelo contrário, a busca construir uma ponte entre esses objetivos, reconhecendo a diversidade de modelos de negócio e das realidades nacionais (...). Mas sim que ela abre espaço para se adaptar a diferentes tipos de modelos e também a realidade que muda constantemente. Por exemplo, esse modelo de hoje, de negócio, de plataforma, pode estar obsoleto daqui a 10 anos, até 20 anos. Por isso, o foco nos princípios. São os pilares de reafirmação dos princípios de entretenimento de trabalho, liberdade sindical, liberdade associativa, liberdade de trabalho infantil, do trabalho escravo. Combates à discriminação e ambientes de trabalho seguros e saudáveis, está lá. Então, isso deve ser preservado, independente das rápidas transformações tecnológicas.*

Outro tema importante, observado pelo diretor do escritório brasileiro da OIT, durante sua participação no Seminário Avançado, foi a tendência crescente de vincular direitos trabalhistas a tratados comerciais (cláusulas sociais). A proximidade histórica (e física) entre a OIT e a Organização Mundial do Comércio (OMC) ganha nova faceta a partir da crise geopolítica atual, onde o trabalho e o comércio são vistos como elementos centrais e próximos dos projetos de desenvolvimento econômico insustentáveis, influenciando mecanismos de discussão e mediação global, e que reforça o papel do multilateralismo no mundo do trabalho. Segundo Vinicius Pinheiro:

> *Hoje, mais do que nunca, mais do que em outros tempos, a questão do trabalho está se vinculando muito forte à questão do comércio. A gente vê isso em algumas, por exemplo, manifestações por parte do governo americano, de aplicação do artigo [Seção] 301, até os acordos com a União Europeia, em que cada vez mais dentro dessa nova geopolítica, trabalho e comércio começam a ser vistos de maneira, pelo menos consistente, e coerente. Então, se vai haver, necessariamente, um processo de construção de uma nova governança global, mecanismos como o CAS [sigla em inglês para o Comitê de Aplicação de Normas-CAN da OIT], que celebra seus 100 anos, podem ter um papel fundamental.*

Segundo os interlocutores da delegação brasileira, presentes à Conferência, o encerramento do evento marca o início de uma nova fase de disputa (interna). Primeiramente, e no que se refere à Convenção 193, o objetivo é trabalhar pela ratificação, no menor prazo possível, com estratégia para transformar o texto deste documento internacional em avanços práticos. Sobre a questão, os interlocutores da delegação brasileira destacam os seguintes pontos:

- **Piso Regulatório**: a Convenção 193 deve servir como base mínima ("piso") para o Poder Judiciário e o Congresso Nacional avançarem em marcos regulatórios e normativos sobre o trabalho plataformizado no país. Espera-se que interpretações jurídicas futuras possam estar orientadas pelas diretrizes estabelecidas na Convenção, garantindo os princípios e fundamentos básicos presentes em seu texto final;
- **Mobilização e Divulgação**: coloca-se a necessidade, crítica, segundo estes interlocutores, de se levar o tema para além dos especialistas ("iniciados" nas questões do mundo do trabalho), alcançando diferentes grupos de trabalhadores (especialmente jovens) que trabalham com mediação de aplicativos e outras plataformas tecnológicas.
- **Agenda de Ação**: já estão previstas a realização de uma série de eventos, nos próximos meses, para organizar a aplicação dos termos da convenção no contexto brasileiro, envolvendo assessorias jurídicas e centrais sindicais.

Conclusões

A Conferência Internacional do Trabalho (CIT), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aconteceu, em 2026, em um cenário global caracterizado como de "policrise" ou "crise de crises": pressões sobre a democracia e a paz, a ascensão da extrema-direita e projetos autoritários de governo em diferentes partes do planeta, um profundo descrédito do multilateralismo e das instituições internacionais associadas às Nações Unidas (ONU), que está diretamente associado a uma crise de financiamento destas organizações, incluindo a própria

(OIT), entre outros aspectos que configuram o contexto adverso no qual se deram os debates e deliberações da Conferência.

Apesar do cenário desafiador, a Conferência mostrou, de forma inequívoca, o caráter estratégico do multilateralismo e das instituições internacionais, como a OIT, resultando em marcos significativos: a aprovação de uma nova Convenção (193) sobre o trabalho decente na economia de plataformas, a confirmação histórica, pela Corte Internacional de Justiça (CIJ), do direito à greve como corolário da Convenção 87 da OIT (de 1948) e o compromisso de um largo espectro de atores do setor Trabalho com a redução das desigualdades de gênero (entre outras) no mundo do trabalho, reforçando a necessidade de marcos e políticas orientados pela interseccionalidade.

E que pesem as manobras para pautar históricas e recentes disputas geopolíticas na agenda do Comitê de Aplicação de Normas, o papel de liderança do movimento sindical – com destaque para o papel do Brasil e de outros países latino-americanos – na governança global e na articulação de políticas em defesa do trabalho decente e do diálogo social saiu fortalecido e renovado, mostrando sua capacidade de enfrentar alguns dos grandes desafios que se colocam para o mundo do trabalho na atualidade. Entre tais desafios, foi possível identificar: a ressignificação do conceito de ambiente de trabalho que, agora, abrange não apenas o espaço físico, mas também o digital , com foco nas repercussões psicossociais; a necessidade de adaptação das normas de saúde e segurança no trabalho à realidade do trabalho plataformizado, orientadas pelo princípio da primazia da realidade, reafirmado pela Convenção 193; e a constatação que o diálogo social tripartite e a perspectiva de gênero não são temas isolados, mas eixos estruturantes das discussões sobre direitos fundamentais e marcos normativos em âmbito laboral, colocando em disputa governos e setores da economia com visões progressistas e conservadoras, nos processos de construção de estratégias para a promoção do trabalho decente globalmente.

O trabalho articulado e coordenado entre governos progressistas e o movimento sindical – o chamado sindicalismo sociopolítico –, tal qual observado no processo de construção de consensos mínimos para a aprovação da Convenção 193 na CIT, em 2026, se configura como ação estratégica para o enfrentamento e a superação de tais desafios. E pode ser um caminho seguro para a implementação de uma pauta em torno de condições de trabalho saudáveis, seguras, sustentáveis e equitativas ao redor do planeta, comprometida com a garantia de direitos e das redes de proteção social dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Deslocamentos Humanos em um Mundo em Transformação: Clima, Governança Migratória e Tendências Globais de Refúgio

Los desplazamientos de personas en un mundo en transformación: el clima, la gobernanza migratoria y las tendencias globales en materia de refugio

Human Displacement in a Changing World: Climate, Migration Governance, and Global Refugee Trends

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: Este informe, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, reúne três eixos centrais relacionados às dinâmicas contemporâneas de deslocamento humano: a articulação entre clima e mobilidade, a governança migratória internacional e as tendências globais de refúgio. Primeiramente, destaca-se o Colóquio de Encerramento do Projeto Nansen 2024 – Clima e Deslocamentos Humanos, iniciativa desenvolvida no Brasil com apoio do ACNUR e do IMDH. O projeto resultou de uma agenda de formação, pesquisa e mobilização social voltada aos deslocamentos associados à crise climática. O segundo tema trata-se do Pacto sobre Migração e Asilo da União Europeia que é analisado como uma tentativa de maior coordenação e harmonização das políticas migratórias, com ênfase na solidariedade entre Estados e na eficiência dos sistemas de asilo. Por fim, é abordado o Relatório Global Trends 2025 do ACNUR que aponta 117,8 milhões de pessoas deslocadas forçadamente no mundo, apesar de leve redução recente. As Américas concentram 22,8 milhões, com destaque para Venezuela, Haiti e Colômbia. O relatório evidencia avanços em políticas de integração, mas reforça a persistência de deslocamentos prolongados e a necessidade de soluções duradouras baseadas em cooperação internacional e garantia de direitos fundamentais.

Palavras-chave: Deslocamento climático; governança migratória; refúgio; justiça global.

Resumen: *Este informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migraciones, Refugio y Salud Global, recoge tres ejes centrales relacionados con las dinámicas contemporáneas de los desplazamientos humanos: la relación entre el clima y la movilidad, la gobernanza migratoria internacional y las tendencias globales en materia de refugio. En primer lugar, cabe destacar el Coloquio de Clausura del Proyecto Nansen 2024 – Clima y Desplazamientos Humanos, una iniciativa desarrollada en Brasil con el apoyo del ACNUR y del IMDH. El proyecto fue el resultado de un programa de formación, investigación y movilización social centrado en los desplazamientos asociados a la crisis climática. El segundo tema se refiere al Pacto sobre Migración y Asilo de la Unión Europea, que se analiza como un intento de mayor coordinación y armonización de las políticas migratorias, haciendo hincapié en la solidaridad entre Estados y en la eficiencia de los sistemas de asilo. Por último, se aborda el informe «Global Trends 2025» del ACNUR, que señala que hay 117,8 millones de personas desplazadas forzosamente en el mundo,*

a pesar de una ligera reducción reciente. Las Américas concentran 22,8 millones, destacando Venezuela, Haití y Colombia. El informe pone de manifiesto avances en las políticas de integración, pero subraya la persistencia de los desplazamientos prolongados y la necesidad de soluciones duraderas basadas en la cooperación internacional y la garantía de los derechos fundamentales.

Palabras clave: *Desplazamiento climático; gobernanza migratoria; refugio; justicia global.*

Abstract*: This report, prepared by the Working Group on Migration, Refuge, and Global Health, brings together three central axes related to contemporary dynamics of human displacement: the relationship between climate and mobility, international migration governance, and global refugee trends. First, it highlights the Closing Colloquium of the Nansen Project 2024 – Climate and Human Displacement, an initiative developed in Brazil with the support of UNHCR and the IMDH. The project emerged from a framework of training, research, and social mobilization focused on displacement associated with the climate crisis. The second topic concerns the European Union Pact on Migration and Asylum, which is analyzed as an attempt to achieve greater coordination and harmonization of migration policies, with an emphasis on solidarity among States and the efficiency of asylum systems. Finally, the UNHCR Global Trends 2025 Report is addressed, showing that 117.8 million people were forcibly displaced worldwide, despite a slight recent decrease. The Americas account for 22.8 million displaced people, with a particular focus on Venezuela, Haiti, and Colombia. The report highlights progress in integration policies but underscores the persistence of protracted displacement and the need for durable solutions based on international cooperation and the guarantee of fundamental rights.*

Keywords: *Climate displacement; migration governance; refuge; global justice.*

Clima, deslocamentos humanos e justiça climática: contribuições do Projeto Nansen

O Colóquio de Encerramento do Projeto Nansen 2024 – Clima e Deslocamentos Humanos será realizado em 23 de junho, em parceria com o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), no Centro Cultural de Brasília (CCB). O projeto foi criado a partir do reconhecimento internacional concedido à diretora do IMDH, Irmã Rosita Milesi, vencedora do Prêmio Nansen para Refugiados em 2024, outorgado pelo ACNUR. Estruturado como uma iniciativa coletiva, o prêmio impulsionou diversas ações de formação, pesquisa, mobilização social e articulação institucional voltadas à construção de respostas para um dos desafios mais prementes da contemporaneidade: os deslocamentos humanos associados à crise climática[1].

O Colóquio de Encerramento reunirá representantes de organismos internacionais, universidades, órgãos governamentais, entidades da sociedade civil, participantes da Rede Clima e Deslocamentos Humanos e integrantes das atividades desenvolvidas pelo projeto. A programação será voltada à apresentação dos objetivos alcançados. Entre os destaques, estão a roda de conversa “Vozes do Caminho”, com integrantes do projeto; a exposição dos resultados das atividades realizadas em diferentes territórios; a apresentação da Rede Clima e Deslocamentos Humanos; as falas de representantes do ACNUR, do Comitê Gestor do projeto e do IMDH; além da apresentação oficial das publicações produzidas ao longo da iniciativa. Os participantes serão convidados a refletir sobre os próximos passos da agenda de clima e deslocamentos humanos no território brasileiro, por meio de debates e do Laboratório de Ideias, espaço coletivo destinado à elaboração de propostas para o futuro[1].

Um dos momentos centrais do evento será o lançamento do "Guia Prático para Transformações Sociais", documento que reúne metodologias, experiências e recomendações construídas ao longo de dois anos de trabalho voltados à compreensão das conexões entre mudanças climáticas, mobilidade humana e justiça climática. O guia terá uma tríplice contribuição: compartilhar metodologias replicáveis, registrar os resultados obtidos e oferecer uma devolutiva aos participantes que contribuíram para a construção do projeto. A publicação foi elaborada para ser utilizada por escolas, universidades, entidades da sociedade civil, gestores públicos e pesquisadores interessados em desenvolver atividades relacionadas ao tema[1].

Entre os resultados sistematizados, destacam-se as oficinas "Caminhos da Justiça Climática e Deslocamentos Humanos", realizadas com aproximadamente 320 participantes em Brasília, Rio de Janeiro, Belém, Manaus e Canoas; a ação "Jardins das Infâncias Refugiadas e Migrantes", que reuniu mais de 300 crianças em dez instituições educacionais localizadas em diferentes regiões do país; e a proposta de uma disciplina universitária relacionada às migrações climáticas e à justiça social. As recomendações finais do guia foram elaboradas a partir de evidências e contribuições de mais de 900 colaboradores, contemplando propostas para políticas públicas intersetoriais, educação, acolhimento, infraestrutura de prevenção, participação social e assistência jurídica às populações afetadas por eventos climáticos extremos[1].

Mais do que encerrar uma iniciativa, o encontro busca consolidar um patrimônio de conhecimentos, metodologias e articulações que continuará contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas e ações sociais voltadas à proteção de pessoas forçadas a se deslocar em contextos de crise climática. De acordo com o roteiro do evento, trata-se de celebrar não apenas os resultados alcançados até o momento, mas também às pessoas, comunidades e instituições que colaboraram para transformar uma ideia em ação concreta. O evento integra as ações confirmadas em alusão ao Dia Mundial do Refugiado de 2026[1].

A implementação do Pacto sobre Migração e Asilo e os desafios da proteção internacional na União Europeia

A entrada em vigor do Pacto sobre Migração e Asilo da União Europeia (UE) foi recebida pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) como uma oportunidade para reorientar a gestão migratória europeia. Segundo as agências, o novo marco pode contribuir para superar respostas predominantemente emergenciais e fragmentadas, substituindo-as por mecanismos mais coordenados, previsíveis, equitativos e sustentáveis. A proposta é fortalecer a cooperação entre os Estados-Membros, ampliar a solidariedade na distribuição de responsabilidades e assegurar que as políticas migratórias estejam alinhadas às obrigações internacionais de proteção e aos direitos fundamentais[2].

O Pacto busca promover maior coerência entre os sistemas nacionais de asilo, estabelecendo parâmetros comuns para a análise de solicitações de proteção internacional e para a gestão das fronteiras externas da União Europeia. Entre seus possíveis efeitos, destacam-se a redução dos atrasos nos procedimentos de asilo, o aumento da previsibilidade para as pessoas solicitantes e a possibilidade de que pessoas reconhecidas como refugiadas possam iniciar mais rapidamente seus processos de integração social e econômica nos países de acolhida[2].

A OIM e o ACNUR enfatizam que a implementação do Pacto será decisiva para avaliar sua efetividade. Para que os objetivos propostos sejam alcançados, os Estados-Membros

deverão assegurar recursos financeiros, institucionais e humanos suficientes, além de adotar mecanismos permanentes de cooperação. A aplicação das normas deve ocorrer de maneira consistente ao longo do tempo, evitando respostas baseadas exclusivamente em momentos de crise ou em interesses nacionais isolados. Nesse sentido, a responsabilidade compartilhada entre os países da UE é apresentada como elemento central para a construção de um sistema migratório mais equilibrado[2].

No que se refere aos retornos de pessoas sem direito legal de permanência, a OIM e o ACNUR defendem que esses processos devem combinar efetividade com respeito à dignidade humana. Para isso, devem ser priorizados mecanismos de retorno voluntário assistido e informado, acompanhados de gestão individualizada de casos e de apoio à reintegração nos países de origem. A cooperação com países de origem, trânsito e primeiro asilo é igualmente apontada como necessária para que tais procedimentos não resultem em violações de direitos ou em novas situações de vulnerabilidade[2].

Além disso, as organizações destacam que a redução dos movimentos migratórios irregulares não pode se limitar ao reforço do controle fronteiriço. Essa estratégia exige o enfrentamento das causas estruturais dos deslocamentos, como conflitos armados, perseguições, violações de direitos humanos, desigualdades socioeconômicas e impactos ambientais. Também requer a ampliação de vias seguras, regulares e acessíveis para migração e proteção internacional, bem como o combate às redes de tráfico de migrantes. Dessa forma, políticas baseadas em rotas migratórias devem articular proteção, cooperação internacional e responsabilidade compartilhada[2].

Por fim, a OIM e o ACNUR alertam que a aplicação do Pacto deve incorporar salvaguardas robustas para impedir que pessoas sejam retornadas, transferidas ou expostas a territórios onde possam enfrentar perseguição, conflitos, tortura ou outras formas graves de violência. Assim, embora o Pacto represente um avanço institucional relevante para a União Europeia, sua legitimidade e seus resultados dependerão da capacidade dos Estados-Membros de implementá-lo com base nos princípios de proteção internacional, não devolução, dignidade humana e respeito aos direitos fundamentais[2].

Lançamento e Análise do Global Trends Report 2025 pelo ACNUR

Em junho de 2026, o ACNUR divulgou o relatório Tendências Globais 2025, apresentando dados atualizados sobre o deslocamento forçado em escala mundial. O documento aponta que, embora o número global de pessoas deslocadas à força tenha registrado sua primeira redução em uma década, o total permaneceu em níveis elevados, alcançando 117,8 milhões de pessoas ao final de 2025. O relatório também destaca que 41,6 milhões de pessoas encontravam-se na condição de refugiadas e que aproximadamente 70% delas viviam em situações de deslocamento prolongado.[3]

O relatório registra que, em 2025, houve um aumento significativo nos retornos de refugiados e deslocados internos aos seus locais de origem, especialmente em países como Afeganistão, Sudão e Síria. Apesar desse movimento, o ACNUR ressalta que muitos desses retornos ocorreram em contextos marcados por instabilidade e condições precárias, evidenciando os desafios para a construção de soluções duradouras para o deslocamento forçado.[3]

No contexto regional, as Américas foram identificadas como a região com o maior número de pessoas em situação de deslocamento forçado, totalizando 22,8 milhões. Esse

cenário é influenciado principalmente pelos deslocamentos relacionados ao Haiti, Nicarágua, Colômbia e Venezuela. O documento destaca ainda que a maioria das pessoas venezuelanas deslocadas permanece acolhida em países da América Latina e do Caribe, ao mesmo tempo em que se observam movimentos graduais de retorno ao país de origem.[3]

O relatório também evidencia iniciativas adotadas por países da região para promover a inclusão de refugiados e migrantes. A Colômbia foi destacada como o maior país acolhedor do mundo, enquanto Brasil, México e Costa Rica foram mencionados por implementar políticas voltadas ao acesso à documentação, integração econômica e inclusão social. No caso brasileiro, o ACNUR ressaltou o avanço de políticas que garantem acesso à permanência legal, ao mercado de trabalho e a serviços públicos essenciais para pessoas em necessidade de proteção internacional.[3]

Por fim, o ACNUR defendeu a necessidade de ampliar esforços internacionais para reduzir situações de deslocamento prolongado, fortalecendo mecanismos de proteção, integração socioeconômica e soluções duradouras. Entre as prioridades destacadas estão a promoção de retornos voluntários seguros, a ampliação do acesso à educação, saúde e trabalho, bem como o fortalecimento da cooperação entre governos, organismos internacionais, setor privado e sociedade civil.[3]

Referências

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Colóquio encerra Projeto Nansen e lança guia sobre justiça climática e deslocamentos humanos.* Brasília, DF, 18 jun. 2026. Disponível em:https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/coloquio-encerra-projeto-nansen-e-lanca-guia-sobre-justica-climatica. Acesso em: 21 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). *OIM e ACNUR: Pacto da UE oferece esperança para uma melhor gestão da migração e sistemas de asilo mais justos.* Disponível em:https://brazil.iom.int/pt-br/news/oim-e-acnur-pacto-da-ue-oferece-esperanca-para-uma-melhor-gestao-da-migracao-e-sistemas-de-asilo-mais-justos. Acesso em: 21 jun. 2026.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Relatório Tendências Globais 2025: deslocamento forçado no mundo registra primeira queda em uma década, mas permanece em níveis historicamente altos*. Brasília, 2026. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/relatorio-tendencias-globais-2025. Acesso em: 22 jun. 2026.

Hemorragia Pós-Parto em foco na The Lancet: um problema de Saúde Global na vida de mulheres a ser superado

La Hemorragia Posparto en el Foco de The Lancet: un problema de salud global en la vida de las mujeres que debe ser superado

Postpartum Hemorrhage in Focus in The Lancet: a global health challenge in women's lives that must be overcome

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: Neste boletim é apresentada a série publicada pela *The Lancet* sobre hemorragia pós-parto (HPP), principal causa de morte materna no mundo. São discutidas as evidências mais recentes sobre epidemiologia, prevenção, diagnóstico e tratamento, com destaque para a nova definição de HPP da OMS, a mensuração objetiva da perda sanguínea e a adoção de protocolos integrados de resposta rápida. Também aborda desafios para a implementação dessas recomendações e aponta a necessidade de considerar, de forma mais ampla, as desigualdades sociais na prevenção e no cuidado obstétrico.

Palavras-chave: Saúda da Mulher; Saúde Materna; Hemorragia Pós-Parto; Prática Clínica Baseada em Evidências.

Resumen: *Este boletín presenta la serie publicada por The Lancet sobre la hemorragia posparto (HPP), la principal causa de mortalidad materna en el mundo. Se analizan las evidencias más recientes sobre su epidemiología, prevención, diagnóstico y tratamiento, con énfasis en la nueva definición de HPP propuesta por la Organización Mundial de la Salud, la medición objetiva de la pérdida de sangre y la adopción de protocolos integrados de respuesta rápida. Asimismo, se abordan los desafíos para la implementación de estas recomendaciones y se destaca la necesidad de considerar de manera más amplia las desigualdades sociales en la prevención y la atención obstétrica.*

Palabras clave*: Salud de la Mujer; Salud Materna; Hemorragia Posparto; Práctica Clínica Basada en la Evidencia.*

Abstract: *This article presents the* The Lancet *Series on postpartum hemorrhage (PPH), the leading cause of maternal mortality worldwide. It discusses the latest evidence on the epidemiology, prevention, diagnosis, and treatment of PPH, highlighting the World Health Organization's new definition of PPH, the use of objective blood loss measurement, and the adoption of integrated rapid-response protocols. It also addresses the challenges of implementing these recommendations and emphasizes the need to more broadly consider social inequalities in obstetric care.*

Keywords: *Women's Health; Maternal Health; Postpartum Hemorrhage; Evidence-Based Practice.*

Introdução

No dia 12 de junho de 2026, foi publicada na revista *The Lancet* uma série de estudos composta por três artigos clínicos sobre hemorragia pós-parto (HPP), a principal causa de morte materna (MM) no mundo. A MM é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como a "morte de uma mulher durante a gestação, parto ou até 42 dias após o término da gestação, por causas relacionadas à gravidez ou agravadas por ela", e reflete não apenas o acesso e a qualidade do cuidado prestado às mulheres durante a gestação, parto e puerpério (pós-parto), mas também revela desigualdades sociais, econômicas e de gênero em uma população.

A série foi elaborada por pesquisadores do Programa Especial de Pesquisa, Desenvolvimento e Treinamento em Pesquisa em Reprodução Humana (HRP), da OMS, e os dados publicados mostram que a HPP afeta cerca de 27 milhões de mulheres em todo o mundo, o que equivale a uma morte a cada 12 minutos, sendo responsável por mais de 40 mil mortes por ano e gerando um impacto econômico superior a US$ 10 bilhões anuais para países, sistemas de saúde e famílias.

Os estudos reforçam a necessidade de mudanças na forma como a HPP é prevenida, identificada e tratada, com base nas evidências científicas mais recentes. Dentre os principais destaques está a recomendação de adotar métodos mais precisos para identificar precocemente os casos de hemorragia, substituindo a estimativa visual da perda de sangue por uma mensuração objetiva. A série aponta que a estimativa visual é altamente imprecisa e pode levar à não identificação de cerca de metade dos casos.

Os estudos também ressaltam que muitas hemorragias podem ser evitadas por meio de medidas preventivas, como a redução da anemia durante a gestação, o acesso ao planejamento reprodutivo, a diminuição de cesarianas sem indicação clínica e a garantia do uso de uterotônicos após o parto.

Outro ponto destacado é a adoção de um conjunto padronizado de intervenções imediatas, buscando garantir uma resposta rápida e coordenada diante da emergência. Isso permite que profissionais iniciem de imediato as medidas recomendadas, reduzindo significativamente o risco de evolução para casos graves, visto que o tempo de resposta é determinante para a sobrevivência materna nessas situações. Os atrasos frequentes ao longo da assistência, desde o diagnóstico até o acesso ao tratamento adequado, são, em grande parte, evitáveis.

Em suma, nesta série, a prevenção concentra-se na abordagem dos fatores de risco modificáveis para HPP, na redução de cesáreas desnecessárias, na garantia e na administração de profilaxia uterotônica.

A série chama atenção para os governos, gestores, serviços de saúde, entidades profissionais e organismos internacionais priorizarem a implementação das recomendações baseadas em evidências, como as *Diretrizes Consolidadas para a Prevenção, Diagnóstico e Tratamento da Hemorragia Pós-Parto: Guia de Implementação*. O fortalecimento das maternidades, a capacitação das equipes de saúde e a adoção dessas estratégias em larga escala têm potencial para reduzir expressivamente a MM por HPP em todo o mundo.

A seguir apresentamos os *highlights* de cada um dos estudos.

Artigo clínico 1: Hemorragia pós-parto: epidemiologia, consequências e oportunidades perdidas *(Coomarasamy, A, et al., 2026)*

O primeiro artigo da série, apresenta um panorama abrangente sobre a HPP, destacando sua magnitude como um dos maiores desafios da saúde materna global. Os autores estimam que cerca de 27 milhões de mulheres apresentam HPP a cada ano no mundo, sendo aproximadamente 17 milhões após parto vaginal e 10 milhões em cesarianas, sendo responsável por cerca de 43 mil mortes maternas anuais, o equivalente a uma morte a cada 12 minutos. Além do impacto na mortalidade, a HPP acarreta importantes consequências físicas, psicológicas, sociais e econômicas, representando um custo global estimado em US$ 10,4 bilhões por ano.

Um dos destaques do artigo é a atualização da definição de HPP pela OMS. Com base em novas evidências, a HPP passa a ser definida como "perda sanguínea objetivamente medida de pelo menos 300 mL associada a sinais hemodinâmicos anormais ou perda de 500 mL ou mais, o que ocorrer primeiro nas 24h após o parto", priorizando o diagnóstico precoce e o início em tempo oportuno do tratamento. Os autores argumentam que essa mudança busca reduzir atrasos na identificação dos casos e evitar a progressão para complicações graves.

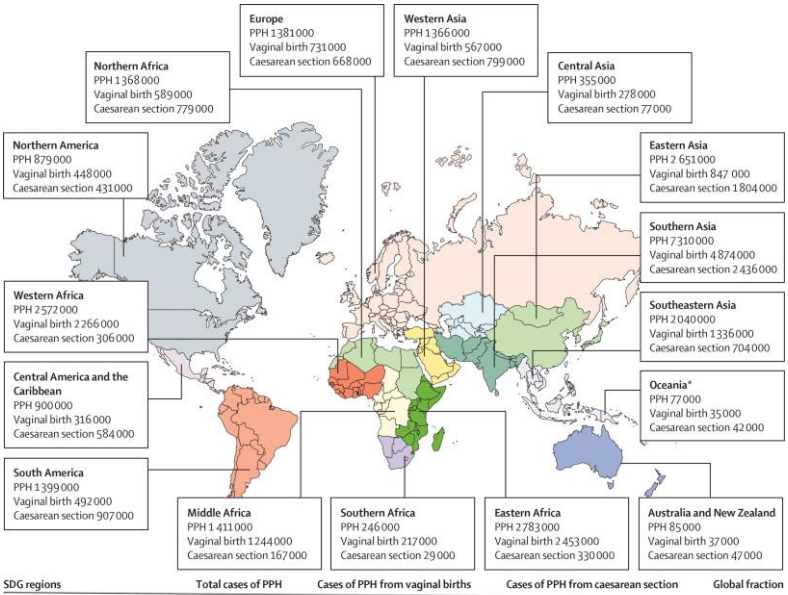
O estudo também evidencia que a forma de medir a perda sanguínea influencia fortemente. A avaliação visual, ainda amplamente utilizada na prática clínica, subestima significativamente os casos, enquanto métodos objetivos de mensuração identificam um número muito maior de mulheres com HPP. Segundo a revisão sistemática apresentada, a prevalência de HPP após parto vaginal é de 12,6% quando medida objetivamente, em comparação com 3,9% quando estimada visualmente. Esse achado reforça a necessidade de incorporar métodos padronizados de mensuração da perda sanguínea na assistência ao parto.

Outro dado importante mencionado, é que a prevalência agrupada de HPP em partos vaginais é de 12,6% e em cesarianas é de 30,9%. O que reforça a importância da redução das cesarianas quando não houve indicação clínica.

Em relação aos fatores associados, os autores destacam que a HPP resulta de múltiplas causas, sendo a atonia uterina a mais frequente, seguida por traumas do trato genital, retenção placentária, alterações de placentação e distúrbios da coagulação. Entre os fatores de risco com maior associação estão: cesarianas, gestação múltipla, anemia, hemorragia pós-parto prévia, ausência de pré-natal, pré-eclâmpsia, macrossomia fetal e obesidade. Embora o artigo apresente uma discussão clínica detalhada, a principal mensagem é que diversos desses fatores são potencialmente modificáveis e podem ser abordados por meio de ações preventivas ao longo do cuidado pré-concepcional, pré-natal e intraparto.

A discussão das desigualdades globais também é feita no artigo. Embora a ocorrência da HPP seja relativamente semelhante entre países de diferentes níveis de renda, o risco de morte é desproporcionalmente maior nos países de baixa renda, onde a letalidade pode ser mais de 200 vezes superior à observada em países de alta renda. Estima-se que, dos cerca de 43 mil óbitos maternos anuais por HPP, aproximadamente 74% ocorram na África Subsaariana e 16% na Ásia Central e Meridional, de modo que 98% de todas as mortes se concentram nos continentes africano e asiático. Em contraste, regiões de alta renda, como Europa, América do Norte e Austrália/Nova Zelândia, registram um número reduzido de mortes (Figura 1).

Figura 1 – Número estimado anual de hemorragias pós-parto (≥500 mL) por regiões e sub-regiões dos ODS e tipo de parto



SDG regions	Total cases of PPH	Cases of PPH from vaginal births	Cases of PPH from caesarean section	Global fraction
Australia and New Zealand	85 000	37 000	47 000	0·3%
Central Asia and southern Asia	7 665 000	5 152 000	2 513 000	28·6%
Eastern Asia and southeastern Asia	4 691 000	2 183 000	2 508 000	17·5%
Latin America and the Caribbean	2 299 000	808 000	1 491 000	8·6%
Northern America and Europe	2 260 000	1 161 000	1 099 000	8·4%
Oceania*	77 000	35 000	42 000	0·3%
Sub-Saharan Africa	7 012 000	6 180 000	832 000	26·1%
Western Asia and northern Africa	2 734 000	1 156 000	1 578 000	10·2%
Total	**26 822 000**	**16 712 000**	**10 110 000**	**100%**

Fonte: Coomarasamy, A, et al., 2026

Os autores atribuem essa discrepância principalmente às desigualdades no acesso e na qualidade da assistência obstétrica, incluindo escassez de profissionais qualificados, medicamentos essenciais, disponibilidade de sangue para transfusão, infraestrutura adequada e sistemas eficientes de referência. Revisões confidenciais de óbitos maternos também demonstram que 50% a 75% das mulheres que morreram por HPP receberam cuidados considerados abaixo do padrão esperado, e que a maioria desses óbitos poderia ter sido evitada com diagnóstico e tratamento oportunos. Assim, a HPP é apresentada não apenas como um problema clínico, mas também como um importante marcador das iniquidades em saúde. Embora não tenha sido feita análise de raça/cor no estudo, acredita-se que a desigualdade racial também seja um dos marcadores presentes nesses óbitos.

O artigo ressalta ainda que a maior parte das mortes por HPP são evitáveis. Revisões de óbitos maternos mostram que atrasos na identificação da hemorragia, no início do tratamento e no encaminhamento adequado são fatores recorrentes. Os autores enfatizam a importância de fortalecer toda a linha de cuidado, desde o planejamento reprodutivo e o controle da anemia até a assistência qualificada ao parto, a vigilância intensiva nas primeiras horas após o nascimento e o acompanhamento no puerpério. Também defendem a adoção de protocolos padronizados, uso rotineiro de uterotônicos na prevenção, mensuração objetiva da perda sanguínea e implementação de pacotes de tratamento baseados em evidências.

Além do impacto sobre a saúde materna, a hemorragia impõe elevado ônus econômico aos sistemas de saúde e à sociedade. Os autores estimam que, em 2023, o custo global anual da HPP tenha alcançado US$ 10,4 bilhões, sendo aproximadamente US$ 3,6 bilhões relacionados aos gastos dos sistemas de saúde e US$ 6,8 bilhões atribuídos às perdas sociais decorrentes de incapacidade e mortalidade precoce. Os autores ainda ressaltam que esse valor provavelmente

está subestimado, pois não contempla integralmente os custos suportados pelas mulheres e suas famílias nem os impactos de longo prazo, reforçando a necessidade de ampliar os investimentos em prevenção, pesquisa e fortalecimento dos sistemas de saúde.

Como conclusão, argumentam que reduzir a carga global da HPP exige uma abordagem integrada que combine prevenção, diagnóstico precoce, tratamento oportuno e fortalecimento dos sistemas de saúde. Além das intervenções clínicas, o artigo destaca a necessidade de enfrentar determinantes estruturais, como o acesso ao planejamento reprodutivo, à atenção pré-natal de qualidade, ao manejo da anemia e à redução de cesarianas sem indicação clínica, alinhando essas ações ao *Roadmap* para Hemorragia Pós-Parto 2023-2030, proposto pela OMS como estratégia global para reduzir a morbimortalidade materna.

Artigo clínico 2: Prevenção da hemorragia pós-parto: da evidência à implementação em larga escala *(Gallos, ID, et al., 2026)*

O segundo artigo da série aborda a prevenção da HPP, defendendo que sua redução depende de uma abordagem muito mais ampla do que o uso de uterotônicos no momento do parto. Os autores argumentam que prevenir a HPP significa atuar ao longo de todo o ciclo reprodutivo, desde o planejamento reprodutivo até o puerpério, combinando intervenções clínicas, fortalecimento dos sistemas de saúde e enfrentamento dos determinantes sociais da saúde. A principal mensagem do artigo é que muitas hemorragias podem ser evitadas por meio da identificação e modificação de fatores de risco, do acesso oportuno à assistência pré-natal e obstétrica de qualidade e da implementação sistemática de estratégias baseadas em evidências.

Embora os uterotônicos permaneçam como uma das estratégias centrais, outras medidas têm igual potencial para reduzir a incidência e a gravidade da hemorragia. Além das já mencionadas no parágrafo anterior, a ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo e à contracepção, também merece destaque. O estudo menciona que mulheres que evitam gravidezes indesejadas ou não planejadas por meio do acesso a métodos contraceptivos também podem evitar HPPP, assim como outras complicações na gravidez. Em relação à contracepção, a necessidade global estimada de contracepção não atendida em 2019 foi de 162,9 milhões de um total de 1,2 bilhão de mulheres que necessitavam de contracepção, o que equivale a 8,3%. Pontua-se ainda, que essa média esconde disparidades importantes, por exemplo, a necessidade não atendida na Europa Ocidental é de 3,5%, enquanto na Ásia Meridional é de 9,3% e na África Subsaariana é de 18%.

O diagnóstico e tratamento da anemia, o controle de fatores de risco modificáveis, a redução de cesarianas sem indicação clínica, a identificação precoce de condições e a garantia de que mulheres com maior risco sejam assistidas em serviços adequadamente estruturados, também são outras estratégias que foram mencionadas.

Entre os fatores de risco modificáveis, a anemia tem destaque especial. Cerca de 37% das gestantes no mundo apresentam anemia – condição associada a um aumento de aproximadamente 2,4 vezes no risco de HPP, além de maior mortalidade materna. Os autores defendem que o enfrentamento da anemia deve começar antes mesmo da gestação. Além dos benefícios obstétricos, a redução da anemia contribui para reduzir desigualdades econômicas e diminuir o risco de pobreza entre mulheres.

Outro ponto relevante é o crescimento das cesarianas sem indicação clínica. Esse procedimento constitui um importante fator de risco para HPP, aumentando em mais de cinco vezes a chance de hemorragia quando comparado ao parto vaginal. Os autores também

ressaltam as profundas desigualdades globais nesse cenário: enquanto a taxa de cesarianas permanece abaixo de 5% em diversos países da África Subsaariana, ela ultrapassa 50% em muitos países da América Latina, dentre eles o Brasil, cuja média nacional atualmente supera 60%. Estima-se que cerca de 6,2 milhões de cesarianas desnecessárias sejam realizadas anualmente no mundo, contribuindo para maior risco de hemorragia, dentre outras complicações em gestações futuras. A formulação de políticas voltadas para reduzir cesarianas sem indicação clínica representam uma importante estratégia de prevenção da HPP.

No que diz respeito às intervenções farmacológicas, é reafirmado que o uso rotineiro de uterotônicos é uma das estratégias mais eficazes para prevenir a hemorragia pós-parto, mas há também recomendação de ocitocina ou carbetocina como opções de primeira escolha para a profilaxia de rotina. Para mulheres com maior risco de HPP, a associação entre ocitocina e misoprostol pode trazer benefícios adicionais, enquanto o misoprostol é indicado como alternativa em contextos em que os medicamentos injetáveis não estejam disponíveis.

O artigo também chama atenção para a necessidade de adaptar as estratégias preventivas aos diferentes contextos dos sistemas de saúde. Em países de baixa renda, por exemplo, a disponibilidade de medicamentos termoestáveis, por exemplo, pode ampliar significativamente o acesso à prevenção da HPP, sobretudo em locais onde a cadeia de refrigeração para armazenamento da ocitocina é limitada. Além disso, os autores defendem investimentos em suprimentos, qualificação das equipes, organização das redes de atenção, monitoramento e financiamento sustentável.

Como conclusão, o artigo reforça que a prevenção da hemorragia pós-parto deve ser entendida como uma estratégia integrada de saúde pública. Diretrizes isoladas são insuficientes para garantir a implementação em larga escala de medidas de prevenção da HPP. Transformar as evidências científicas em ações implementadas depende de coordenação dessas intervenções, compromisso político, financiamento adequado e redução das desigualdades no acesso à atenção materna.

Artigo clínico 3: Diagnóstico e tratamento da hemorragia pós-parto: uma corrida contra o tempo *(Coomarasamy, A, et al., 2026)*

O terceiro artigo clínico da série tem como ênfase o diagnóstico e o tratamento da HPP, defendendo que a redução da mortalidade materna depende menos da incorporação de novas tecnologias e mais da implementação efetiva das intervenções já comprovadas eficazes. Muitos desfechos de morte materna ocorrem por causas conhecidas e evitáveis.

O estudo retoma diversos pontos já abordados no primeiro artigo, dentre eles a nova definição de HPP proposta pela OMS, baseada não apenas no volume de sangue perdido, mas também na presença de sinais clínicos de instabilidade hemodinâmica. Segundo os autores, essa atualização permite reconhecer precocemente mulheres que podem evoluir rapidamente para quadros graves, especialmente aquelas com condições como anemia, que toleram pior a perda sanguínea, e o objetivo é reduzir os atrasos no diagnóstico e iniciar o tratamento antes da deterioração clínica.

A inovação deste estudo é a proposta de substituir a abordagem tradicional, baseada em intervenções sequenciais, por um “pacote integrado de tratamento inicial”. O artigo destaca a estratégia E-MOTIVE, que combina diagnóstico precoce por meio da mensuração objetiva da perda sanguínea com um conjunto de intervenções iniciadas simultaneamente logo após o diagnóstico. Em um estudo multicêntrico, essa abordagem reduziu em 60% a ocorrência do

desfecho composto de hemorragia grave, laparotomia ou morte materna, além de diminuir em 29% a necessidade de transfusão sanguínea, demonstrando que protocolos estruturados e implementação organizada podem produzir ganhos expressivos nos resultados maternos.

Além disso, a organização da rede de atenção à saúde é tão importante quanto as intervenções clínicas. Os autores defendem que maternidades disponham de protocolos padronizados, treinamentos regulares, simulações de emergência, kits com medicamentos e insumos prontos para uso, auditorias sistemáticas e equipes capacitadas para reconhecer precocemente os sinais de agravamento. Também ressaltam a importância de fortalecer os fluxos de referência e garantir que profissionais, especialmente enfermeiras obstétricas e parteiras, tenham autonomia para iniciar imediatamente o tratamento, sem atrasos decorrentes da necessidade de autorização médica.

Para reduzir os atrasos no cuidado, há uma proposta de adaptação do modelo dos "três atrasos" para a HPP e identificam seis momentos críticos que devem ser evitados dentro dos serviços de saúde, sendo eles: i) o diagnóstico, ii) o início do tratamento, iii) a identificação da necessidade de escalonamento do cuidado, iv) a adoção de medidas temporárias para controlar o sangramento, v) a identificação da causa da hemorragia e vi) o acesso oportuno ao sangue e aos hemocomponentes. A recomendação é que essas etapas ocorram de forma paralela e coordenada, reduzindo o tempo entre o diagnóstico e o tratamento definitivo.

Por fim, chama-se atenção para a necessidade de ampliar o olhar para além da fase aguda da hemorragia. Mulheres que sobrevivem à HPP podem apresentar anemia persistente, dificuldades na amamentação, infecções, trombose e importantes repercussões psicológicas, como ansiedade e trauma. É recomendado que o acompanhamento pós-parto inclua avaliação clínica, rastreamento de anemia e apoio psicossocial, incorporando o cuidado integral à mulher como parte da resposta à hemorragia pós-parto.

Como conclusão, os autores defendem que as ferramentas necessárias para reduzir a morbimortalidade por hemorragia já são conhecidas e estão disponíveis. O principal desafio passa a ser transformar esse conhecimento em prática clínica efetiva, por meio do uso de protocolos baseados em evidências, do fortalecimento dos sistemas de saúde, da capacitação das equipes e do compromisso político com a melhoria da qualidade da atenção obstétrica.

Considerações finais

A série de artigos clínicos publicado na *The Lancet* traz uma contribuição importante para o enfrentamento da HPP, reunindo evidências recentes e sugerindo recomendações práticas para profissionais de saúde, gestores e formuladores de políticas. Destacam-se nos estudos: a atualização da definição de hemorragia pós-parto, que orienta o diagnóstico precoce, a valorização da mensuração objetiva da perda sanguínea e a consolidação de estratégias integradas. Outro ponto forte é ampliar a discussão sobre prevenção, mostrando que para a redução da HPP são necessárias intervenções que comecem ainda no cuidado pré-natal e se estendam até o acompanhamento no puerpério.

Também há um esforço em "suspender" o foco exclusivamente clínico para uma perspectiva sistêmica da atenção obstétrica. Os autores demonstram que grande parte das mortes maternas por hemorragia pós-parto decorre de falhas organizacionais, como atrasos no diagnóstico, no início do tratamento e no acesso a recursos essenciais, reforçando a necessidade de protocolos padronizados, equipes capacitadas, disponibilidade de insumos e fortalecimento das redes de atenção. Essa abordagem aproxima o debate da qualidade do cuidado do da

organização dos sistemas de saúde, oferecendo recomendações que podem ser adaptadas a diferentes contextos.

Ainda que não fosse o foco, nota-se que alguns aspectos poderiam ter sido mais explorados. Embora os autores reconheçam as desigualdades entre países e enfatizem a necessidade de fortalecer os sistemas de saúde, há pouca discussão sobre como marcadores sociais, como raça, etnia, condição socioeconômica, território e gênero, interagem e influenciam no risco de HPP e seus desfechos. Essa perspectiva interseccional aparece de forma limitada, o que reduz a compreensão das desigualdades que existem não apenas entre países, mas também dentro deles. Esse olhar poderia explorar novas recomendações dos desafios enfrentados por sistemas de saúde marcados por profundas iniquidades, como o brasileiro.

Referências

Coomarasamy A, Sindhu K, Gallos I et al. *Postpartum haemorrhage: epidemiology, consequences, and missed opportunities*. **The Lancet**, 2026.

Gallos I, Sindhu K, Yunas I et al. *Prevention of postpartum haemorrhage: from evidence to implementation at scale*. **The Lancet**, 2026.

Coomarasamy A, Devall A, Bell S et al. *Diagnosis and treatment of postpartum haemorrhage: a race against time*. **The Lancet**, 2026

Considerações sobre educação, linguagem e inteligência artificial

Consideraciones sobre la educación, el lenguaje y la inteligencia artificial

Notes on education, language and artificial intelligence

Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard

Resumo: Este informe apresenta dois artigos publicados, na revista *UNESCO Courier,* sobre educação no contexto da inteligência artificial e da aprendizagem de línguas. Discute-se o papel insubstituível da educação frente às tecnologias generativas, bem como a relevância contínua do estudo de idiomas diante de ferramentas de tradução automática. Conclui-se que tanto o pensamento crítico quanto a comunicação intercultural permanecem centrais na formação humana, demandando abordagens pedagógicas que integrem a tecnologia sem substituir dimensões sociais, cognitivas e culturais do aprendizado.

Palavras-chave: UNESCO; revista UNESCO Courier; inteligência artificial; educação; aprendizagem de línguas; pensamento crítico; multilinguismo.

***Resumen**: Este informe presenta dos artículos publicados en la revista UNESCO Courier sobre la educación en el contexto de la inteligencia artificial y el aprendizaje de lenguas. Se analiza el papel insustituible de la educación frente a las tecnologías generativas, así como la relevancia continua del estudio de idiomas ante las herramientas de traducción automática. Se concluye que tanto el pensamiento crítico como la comunicación intercultural siguen siendo centrales en la formación humana, lo que requiere enfoques pedagógicos que integren la tecnología sin reemplazar las dimensiones sociales, cognitivas y culturales del aprendizaje.*

***Palabras clave:** UNESCO; revista UNESCO Courier; inteligencia artificial; educación; aprendizaje de lenguas; pensamiento crítico; multilingüismo.*

***Abstract:** This report presents two articles published in the UNESCO Courier journal on education in the context of artificial intelligence and language learning. It discusses the irreplaceable role of education in the face of generative technologies, as well as the continuing relevance of studying languages amid the rise of automatic translation tools. It concludes that both critical thinking and intercultural communication remain central to human development, requiring pedagogical approaches that integrate technology without replacing the social, cognitive, and cultural dimensions of learning.*

***Keywords:** UNESCO; UNESCO Courier journal; artificial intelligence; education; language learning; critical thinking; multilingualism.*



Fonte: UNESCO/ Sylvie Serprix

A revista *UNESCO Courier* constitui uma das principais publicações institucionais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criada em 1948 com o objetivo de difundir debates intelectuais e científicos sobre temas globais relevantes no escopo do mandato da Organização – educação, cultura, ciência e tecnologia. Ao longo de sua trajetória, consolidou-se como espaço de reflexão interdisciplinar, reunindo contribuições de especialistas, pesquisadores e formuladores de políticas públicas. Publicada em todos os idiomas oficiais e com acesso aberto, a revista busca promover valores como diversidade cultural, inclusão, pensamento crítico e cooperação internacional, mantendo alinhamento com a missão da UNESCO de fomentar a paz por meio do conhecimento e do diálogo.

Na contemporaneidade, o *Courier* tem enfatizado temas relacionados à transformação digital e seus impactos sociais, especialmente no campo educacional. A edição de abril de 2026 exemplifica essa orientação ao abordar a emergência da inteligência artificial (IA) e suas implicações para a aprendizagem, a produção de conhecimento e a comunicação humana. Nesse contexto, destacam-se os artigos "Learning to think in the AI era" ("Aprendendo a pensar na era da IA", em tradução livre), de Wayne Holmes, e "Why studying languages still matters" ("Por que estudar idiomas ainda é importante", em tradução livre), de Elba Ramirez, ambos centrados na relação entre tecnologia, educação e desenvolvimento humano.

Aprendendo a pensar na era da Inteligência Artificial

> *Agora, capaz de escrever um relatório ou resolver uma equação complexa, inteligência artificial generativa é vista por alguns como uma ferramenta revolucionária que transformará a forma como aprendemos, enquanto outros temem que poderia nos levar ao declínio cognitivo em gerações futuras. Uma coisa é certa: educação, que também serve para socializar e desenvolver pensamento crítico, continua insubstituível.*
>
> **Wayne Holmes**, Professor de Estudos Críticos da Inteligência Artificial e da Educação na University College London e Titular da Cátedra da UNESCO em Ética da Inteligência Artificial e da Educação (IRCAI)

O artigo de Holmes problematiza a ideia de que a inteligência artificial generativa poderia tornar o aprendizado humano obsoleto. O autor parte de uma perspectiva histórica, lembrando que tecnologias anteriores – como a escrita, os livros e a internet – também suscitaram temores acerca da substituição do aprendizado, sem que isso se concretizasse.

Segundo o autor:

> *A ideia de que as tecnologias emergentes poderiam substituir a aprendizagem não é nova. Na Antiguidade, Sócrates (no "Fédon", de Platão) argumentou contra uma das primeiras tecnologias importantes — a escrita —, que ele via como algo que suplantaria a aprendizagem; em meados do século XVIII, o filósofo do Iluminismo Jean-Jacques Rousseau argumentou que os livros teriam um efeito muito semelhante. Mais recentemente, afirmações semelhantes*

> *foram feitas em relação à internet: por que precisamos aprender se os mecanismos de busca nos dão acesso imediato ao conhecimento mundial por meio de nossos celulares? No entanto, o ensino e a aprendizagem continuaram, mais ou menos, influenciados por essas tecnologias, mas não se tornaram obsoletos por causa delas.*

Conforme argumenta Wayne Holmes, o entusiasmo em torno do potencial educacional da inteligência artificial é amplamente evidenciado por importantes relatórios internacionais. O autor menciona, como exemplos significativos, o documento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), intitulado *OECD Digital Education Outlook 2026: Exploring Effective Uses of Generative AI in Education*, (Perspectivas da OCDE para Educação Digital 2026. Explorando Usos Efetivos da IA Generativa na Educação, em tradução livre) e o relatório do Banco Mundial, publicado em 2025, *Artificial Intelligence Revolution in Higher Education: What You Need to Know*. (Revolução da Inteligência Artificial na Educação Superior: O que você precisa saber, em tradução livre).

Tais documentos, juntamente com posicionamentos de diversos ministérios da educação, sustentam a ideia de que as tecnologias de IA generativa têm o potencial de transformar o ensino ao automatizar tarefas rotineiras dos docentes, preparar os estudantes para contextos futuros incertos e promover a personalização da aprendizagem — ainda que, conforme ressalta o próprio Holmes, tais promessas devam ser analisadas de forma crítica.

Um aspecto central da argumentação reside na crítica à confiabilidade dos sistemas de IA generativa. Segundo Holmes, esses sistemas produzem textos aparentemente coerentes, mas frequentemente carregados de erros, vieses e informações sem fundamento, em virtude de sua base de treinamento em dados da internet.

Dessa forma, o uso acrítico dessas ferramentas pode comprometer o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, tornando necessária a incorporação de competências de verificação e análise crítica. O autor ainda menciona estudos empíricos que sugerem que o uso contínuo de IA pode funcionar como uma “muleta cognitiva”, prejudicando a memória e a aprendizagem de longo prazo (“atrofia cognitiva”).

Professor Holmes argumenta que a incorporação da inteligência artificial generativa no campo educacional levanta uma série de questões críticas que não podem ser negligenciadas. Entre elas, destaca-se a crescente comercialização indireta da educação — tradicionalmente entendida como um bem público — na medida em que sistemas de ensino passam a depender cada vez mais de tecnologias proprietárias.

O autor também chama atenção para os impactos ambientais associados ao uso intensivo de IA, particularmente no que se refere à elevada demanda por energia e recursos hídricos. Além disso, Holmes evidencia uma possível inversão da divisão digital, na qual estudantes de grupos socioeconômicos mais favorecidos continuam a usufruir da mediação docente, enquanto os menos favorecidos tendem a depender, de forma crescente, de soluções tecnológicas.

Nesse contexto, Holmes sustenta de maneira enfática que a aprendizagem continua sendo indispensável. Não apenas os estudantes, mas todos os indivíduos precisam engajar-se no esforço contínuo de aprender. Para o autor, além da aquisição de conhecimentos específicos, torna-se fundamental compreender as limitações estruturais da inteligência artificial, bem como

considerar seus impactos mais amplos sobre os direitos humanos, a justiça social e o meio ambiente. Sobretudo, Holmes reforça que é imprescindível desenvolver a capacidade de pensar de forma crítica, condição essencial para uma relação consciente e responsável com as tecnologias contemporâneas.

Por que estudar idiomas ainda é importante

O artigo *Why studying languages still matters*, de Elba Ramirez, trata sobre o papel da aprendizagem linguística em um contexto marcado pela expansão acelerada das tecnologias de tradução baseadas em inteligência artificial (IA), posicionando-se de forma crítica diante da ideia de que tais tecnologias poderiam tornar o aprendizado de línguas obsoleto.

O texto inicia reconhecendo os avanços significativos das ferramentas de tradução automática, que atualmente permitem comunicações quase instantâneas entre falantes de diferentes idiomas, configurando-se como verdadeiros "intérpretes de bolso". A autora ressalta que tais inovações possuem raízes históricas que remontam às primeiras experiências de tradução automatizada nas décadas de 1950 e 1960, passando pela evolução dos sistemas estatísticos até os atuais modelos baseados em redes neurais. Entretanto, ainda que essas tecnologias se revelem úteis, especialmente em situações práticas como viagens ou interações iniciais, sua eficácia é limitada quando se trata de comunicações complexas ou de alta responsabilidade, como no campo da saúde.

Nesse sentido, Ramirez apresenta evidências empíricas que demonstram a superioridade da tradução humana em contextos críticos, evidenciando que traduções automatizadas podem gerar interpretações equivocadas ou imprecisas, dependendo da língua e da situação comunicativa. Assim, o artigo problematiza a confiança excessiva nas tecnologias digitais, apontando que a mediação humana permanece essencial para garantir precisão, sensibilidade cultural e segurança comunicativa.

Do ponto de vista pedagógico, a autora propõe uma abordagem inovadora no uso da inteligência artificial no ensino de línguas. Em vez de proibir ou desencorajar seu uso, sugere incorporá-la de forma crítica e reflexiva, estimulando os estudantes a utilizarem essas ferramentas como apoio, e não como substituição do processo de aprendizagem.

Ao relatar sua experiência como professora sênior de idiomas e líder de programas em estudos internacionais na School of Social Sciences and Public Policy da Auckland University of Technology, na Nova Zelândia, Ramirez destaca a importância de práticas como a produção inicial autônoma de textos, seguida da análise comparativa com traduções geradas por IA, promovendo assim o desenvolvimento de competências críticas.

"Eu encorajo meus alunos a usar IA como um apoio, não como um substituto", assim Ramirez sintetiza sua perspectiva pedagógica centrada na autonomia do aprendiz e no uso consciente da tecnologia.

Outro ponto central da argumentação reside na concepção ampliada de linguagem adotada por Ramirez. Para além de um sistema de codificação e decodificação de mensagens, a linguagem é apresentada como prática social e cultural, responsável pela construção de significados compartilhados. A autora enfatiza que a comunicação humana envolve nuances como entonação, gestos, contextos culturais e relações interpessoais, elementos que escapam às capacidades das tecnologias automatizadas. Dessa forma, ainda que a IA facilite a circulação

de informações, não é capaz de substituir a experiência relacional e intercultural que caracteriza a comunicação humana.

Essa perspectiva é reforçada quando Ramirez aborda a dimensão ética e cultural do multilinguismo. As línguas são entendidas como patrimônios culturais que carregam histórias, valores e formas de ver o mundo. Nesse contexto, o aprendizado de idiomas contribui não apenas para a comunicação, mas também para o desenvolvimento da empatia, da participação social e da cidadania global. A autora também alerta para o risco de exclusão digital de línguas minoritárias, ressaltando que a maioria dos idiomas do mundo permanece sub-representada nas plataformas tecnológicas contemporâneas.

Por fim, a autora conclui que, em um mundo cada vez mais orientado pela velocidade e pela eficiência tecnológica, a aprendizagem de línguas representa uma forma de resistência humanizadora, ao preservar a centralidade das relações interpessoais e da construção conjunta de significados. A comunicação, segundo sua visão, não se reduz à transmissão de informações, mas constitui um processo dinâmico de interação e negociação de sentidos. Nesse sentido, o estudo de línguas permanece essencial, não apenas como competência instrumental, mas como prática formativa que fortalece a compreensão intercultural e a convivência em sociedades diversas.

Professora Elba Ramirez oferece uma contribuição relevante ao debate contemporâneo sobre educação e tecnologia, ao defender que a inteligência artificial, embora útil, não substitui as dimensões humanas fundamentais da linguagem. Sua análise reforça a necessidade de abordagens pedagógicas que integrem criticamente as tecnologias digitais, preservando, simultaneamente, o valor formativo, social e cultural da aprendizagem linguística.

Considerações finais

Em síntese, ambos os artigos convergem na defesa de uma concepção humanista da educação, na qual a tecnologia deve atuar como ferramenta de apoio, e não como substituta das capacidades humanas. Enquanto Holmes destaca a centralidade do pensamento crítico frente à IA, Ramirez enfatiza a importância da comunicação intercultural e da aprendizagem linguística como práticas fundamentais para a construção de relações sociais significativas. Assim, os textos analisados contribuem para a compreensão dos desafios contemporâneos da educação, apontando para a necessidade de integrar inovação tecnológica com valores humanísticos.

Referências

HOLMES, Wayne. Learning to think in the AI era. *UNESCO Courier*, 2 abr. 2026. Disponível em: https://courier.unesco.org/en/articles/learning-think-ai-era. Acesso em: 22 jun. 2026.

RAMIREZ, Elba. Why studying languages still matters. *UNESCO Courier*, 2 abr. 2026. Disponível em: https://courier.unesco.org/en/articles/why-studying-languages-still-matters. Acesso em: 22 jun. 2026.

UNESCO. *The UNESCO Courier*. Disponível em: https://courier.unesco.org. Acesso em: 22 jun. 2026.

O paradoxo das carnes: comércio, saúde e sustentabilidade nos sistemas alimentares contemporâneos

La paradoja de la carne: comercio, salud y sostenibilidad en los sistemas alimentarios contemporáneos

The Meat Paradox: Trade, Health, and Sustainability in Contemporary Food Systems

Eduardo Nilson, Erin William, Denise Oliveira e Silva

Resumo: Nesse informe, discutimos os impactos dos produtos de origem animal sobre a saúde humana e planetária. Enquanto as últimas décadas mostram um significativo aumento na produção e no consumo desses produtos, em especial carnes e laticínios bovinos, bem como a hipervalorização das proteínas nas dietas, evidências apontam que, em geral, não há déficit de proteínas em populações como a brasileira e que precisamos reduzir o consumo de carnes vermelhas e processadas. Saindo desse tema central, exploramos brevemente o momento para iniciar uma discussão sobre os possíveis impactos da reforma do multilateralismo a partir das Nações Unidas sobre as agências de nutrição, sediadas em Roma.

Resumen: *En este informe, analizamos los efectos de los productos de origen animal sobre la salud humana y del planeta. Si bien en las últimas décadas se ha producido un aumento significativo de la producción y el consumo de estos productos, especialmente de la carne y los lácteos de vacuno, así como una sobrevaloración de las proteínas en la alimentación, las pruebas indican que, en general, no existe déficit de proteínas en poblaciones como la brasileña y que debemos reducir el consumo de carne roja y procesada. Partiendo de este tema central, exploramos brevemente el momento para iniciar un debate sobre los posibles impactos de la reforma del multilateralismo, impulsada por las Naciones Unidas, en las agencias de nutrición con sede en Roma.*

Abstract: *In this report, we discuss the impacts of animal-based products on human and planetary health. While recent decades have seen a significant increase in the production and consumption of these products—particularly beef and dairy products—as well as an overemphasis on protein in diets, evidence suggests that, in general, there is no protein deficiency in populations such as Brazil's and that we need to reduce our consumption of red and processed meats. Building on this central theme, we briefly explore the current moment as an opportunity to initiate a discussion on the potential impacts of the reform of multilateralism—led by the United Nations—on the Rome-based nutrition agencies.*

As carnes animais e outros alimentos de origem animal têm assumido historicamente uma grande importância na dieta de grande parte das populações no mundo e as tendências em sua produção refletem esse papel: segundo a FAO, a produção de carne global atingiu 371 milhões de toneladas em 2024, com crescimento de 0,8% liderado pela avicultura, enquanto a América Latina consolidou-se como polo dinâmico do setor: o Brasil aumentou a produção de

frangos em 29,3% e de suínos em 32% na última década, respondendo por 24% do comércio mundial de carnes.

Enquanto isso, o Brasil firmou-se como um dos principais produtores e exportadores de carnes animais, especialmente bovina e suína, no mundo, setor ameaçado por retaliações sanitárias e comerciais a exemplo da recente proibição de importação de carnes brasileiras pela União Europeia (EU), sob a alegação de inconformidade com os rigorosos padrões sanitários e de rastreabilidade do bloco, que exigem garantias contra o uso de antimicrobianos como promotores de crescimento e um sistema individual de monitoramento do histórico de medicamentos ao longo da vida do animal (requisitos não atendidos plenamente pelo país, cuja implementação de rastreabilidade efetiva está prevista apenas para 2032).

A decisão adquire contornos geopolíticos sensíveis por ter sido oficializada pouco após a entrada em vigor provisória do acordo UE-Mercosul, criando uma contradição que o governo brasileiro busca reverter por vias diplomáticas, enquanto a solução definitiva exigiria ou a ampliação das restrições legais a medicamentos veterinários ou a implantação de sistemas de rastreabilidade mais rigorosos e onerosos para toda a cadeia produtiva, sob pena de comprometimento das cotas de exportação recém-negociadas e de significativo impacto econômico sobre o setor pecuário brasileiro.

Do ponto de vista da saúde humana, dois movimentos se opõem na atualidade: um primeiro de valorização do papel das proteínas nas dietas (principalmente de origem animal) e, por outro, os riscos associados à produção e consumo de carnes animais, especialmente as bovinas e suínas. A própria FAO e a OMS reconhecem que, apesar das carnes serem importantes fontes de proteínas e micronutrientes, as múltiplas evidências globais que mostram os grandes impactos à saúde humana associados ao consumo elevado de carnes vermelhas e processadas, incluem riscos de doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2, obesidade, câncer colorretal e zoonoses, além da associação com a emergência de resistência antimicrobiana e potenciais novas pandemias. Paralelamente, a pecuária contribui com 14,5% das emissões globais de gases de efeito estufa, superando o setor de transportes, com destaque para as emissões de metano entérico e óxido nitroso provenientes de dejetos, além de ser responsável por 70% da terra agrícola utilizada e da grande pegada hídrica produção em particular de carne bovina, impulsionando o desmatamento em regiões como a América Latina e a degradação de ecossistemas em nível global.

Ainda, observamos, de forma geral, essa supervalorização do papel das proteínas nas dietas e das carnes animais que não é justificada em termos nutricionais, tendo em vista que, ao contrário do que muitos possam imaginar, não há um déficit proteico prevalente no mundo, mas um excesso de proteínas, em especial daquelas de origem animal, que frequentemente comprometem inclusive a diversidade alimentar na medida que esses alimentos são mais caros do que os alimentos de origem vegetal em geral. Enquanto isso, as indústrias de ultraprocessados lançam cada vez mais produtos, incluindo suplementos, para suprir a demanda criada por proteínas sem necessidade real de mais deste nutriente, apelando inclusive para aspectos ambientais com produtos à base de proteínas de origem vegetal.

Saindo do tema das carnes e proteínas animais, a reforma do multilateralismo global é outra questão central no momento, com os grandes desafios na manutenção da agenda de nutrição e de segurança alimentar e nutricional, coordenada pelas agências sediadas em Roma, assim como buscando evitar duplicidades e sobreposições de agenda e, ainda, garantir financiamento suficiente e contínuo para suas atividades nas diferentes regiões do planeta.

O relatório da FAO sobre produtos de origem animal terrestre

Começamos este informe detalhando o recente relatório da FAO sobre produtos de origem animal, "Fatores determinantes da oferta e da demanda de alimentos de origem animal terrestre: uma visão geral das evidências e políticas sobre o estado do conhecimento e lacunas" (tradução livre de: "*Drivers of supply and demand of terrestrial animal source food – An evidence and policy overview on the state of knowledge and gaps"*), que mostrou como a sua produção e consumo aumentaram substancialmente nas últimas décadas, consolidando o setor de pecuária como um dos mais dinâmicos da agricultura global (Food and Agriculture Organization (FAO), 2026). Na justificativa para sua elaboração, o texto enfatiza que a desnutrição em todas as suas formas constitui preocupação global com impactos duradouros na saúde, no desenvolvimento e na economia, e que, embora múltiplas causas contribuam para esses quadros, dietas saudáveis são centrais para sua prevenção, e sistemas agroalimentares sustentáveis devem ser parte da solução para garantir alimentação adequada e acessível, especialmente para populações vulneráveis.

Nesse cenário nutricional, a FAO destaca que os alimentos de origem animal terrestre fornecem energia e nutrientes essenciais, como proteína de alta qualidade e vitaminas e minerais menos comuns em outros alimentos, e podem ser produzidos em ambientes variados, incluindo áreas inadequadas para cultivos. Entretanto, seu potencial de contribuição para a saúde humana e planetária depende do enfrentamento de desafios ambientais (desmatamento, emissões de gases de efeito estufa, uso insustentável da água e da terra, poluição, competição por alimentos), de manejo (baixa produtividade, sobrepastoreio, bem-estar animal) e sanitários (doenças, resistência antimicrobiana), além de questões sociais e riscos zoonóticos e de doenças transmitidas por alimentos. Apesar de não mencionado neste relatório, vale a pena reforçar, também, que o alto consumo de carnes vermelhas e processadas está associado a uma série de problemas de saúde, incluindo riscos aumentados de câncer colorretal, doenças cardiovasculares, obesidade e diabetes.

Para dar uma dimensão da magnitude dessas doenças, segundo o Estudo de Carga Global das Doenças (GBD), em 2023, as mortes globais atribuíveis ao consumo excessivo de carnes vermelhas foi de cerca de 364 mil, enquanto o excesso de carnes processadas causou aproximadamente 307 mil mortes (sendo, no Brasil, de 19 mil e 6 mil mortes, respectivamente). Isso corresponde a uma carga de morbimortalidade de 585 mil anos de vida ajustados por incapacidade (DALYs) para o consumo excessivo de carnes vermelhas e de 989 mil DALYs para as carnes processadas, em termos globais, em 2023 (IHME, 2025).

Diante desse cenário, em outubro de 2020, o Comitê de Agricultura da FAO solicitou uma avaliação global abrangente, baseada em ciência e evidências, sobre a contribuição da pecuária para a segurança alimentar, sistemas alimentares sustentáveis, nutrição e dietas saudáveis, resultando na presente Avaliação, que adota uma abordagem de sistemas agroalimentares e perspectiva da Saúde Única para examinar as dimensões econômicas, sociais e ambientais da sustentabilidade no contexto da Agenda 2030. Assim, o relatório busca examinar os determinantes da oferta e demanda de alimentos de origem animal terrestre em todo o mundo, bem como os fatores que influenciam o comportamento do consumidor e as circunstâncias individuais relacionadas à aquisição e ao consumo desses alimentos, incluindo uma análise do panorama político e legislativo pertinente aos ambientes alimentares.

A análise apresentada ao longo do documento examina as evidências emergentes sobre a oferta e a demanda de alimentos de origem animal terrestre (da sigla em inglês, TASF,

significando *terrestrial animal source food*) e o consequente comportamento do consumidor em relação à aquisição e ao consumo desses alimentos, bem como as políticas e os marcos legais que afetam direta e indiretamente essas tendências, por meio do referencial do ambiente alimentar.

O relatório define que o ambiente alimentar compreende os fatores físicos, econômicos, sociais e culturais que influenciam a disponibilidade de alimentos, bem como o acesso e as escolhas alimentares dos indivíduos, abrangendo os contextos mais amplos nos quais as pessoas tomam decisões sobre o que comer. Esse referencial engloba oito dimensões distribuídas em dois domínios: o domínio externo, que compreende a disponibilidade de alimentos, o preço dos alimentos, as propriedades dos vendedores e dos produtos, e o marketing e a regulação; e o domínio pessoal, que abrange a acessibilidade, a acessibilidade econômica (*affordability*), a conveniência e a desejabilidade dos alimentos. O domínio externo influencia a produção e a oferta de alimentos, enquanto o domínio pessoal afeta a demanda e a aquisição de alimentos, moldando, em última instância, os padrões de consumo.

A oferta global de TASF, notadamente leite e derivados, ovos e carne, aumentou rapidamente entre 1961 e 2022, sendo o crescimento da oferta per capita impulsionado por três commodities: ovos, carne de aves e carne suína. Embora a disponibilidade global total de TASF tenha aumentado, a disponibilidade per capita de carne bovina e miúdos manteve-se estável ou diminuiu nas últimas seis décadas, observando-se também disparidades regionais na produção e na disponibilidade per capita de TASF. Os TASF são mais caros em países de baixa e média renda do que em países de alta renda em relação à distribuição de renda estimada, especialmente na África Subsaariana e no Sul da Ásia, e estima-se que 14% de todos os TASF sejam perdidos ou desperdiçados, cujos principais fatores são a alta perecibilidade e as inadequações na infraestrutura de cadeia de frio e consequente deterioração por falta de controle de temperatura, problema particularmente grave em países de baixa e média renda.

A América Latina, por exemplo, registrou crescimento constante na produção de aves e suínos ao longo dos últimos dez anos. No período, o volume de carne de frango aumentou 29,3%, enquanto a produção de carne suína saltou 32% na mesma década. O estoque de frangos triplicou nos países do Mercosul e da América Central nas últimas três décadas, e mais do que triplicou nos países andinos e no Caribe. O Brasil é um dos mais importantes produtores de carne bovina no mundo, resultado de décadas de investimento em tecnologia que elevou produtividade e qualidade, tornando o produto competitivo e chegado ao mercado de mais de 150 países. Em quatro décadas, a pecuária bovina sofreu modernização revolucionária sustentada por avanços tecnológicos dos sistemas de produção e na organização da cadeia. O rebanho mais que dobrou, enquanto a área de pastagens pouco avançou ou até diminuiu em algumas regiões, indicativo claro de aumento da produtividade.

Na continuidade das análises do relatório, foram incluídos 217 estudos em uma revisão sistemática da evidência existente sobre o papel dos ambientes alimentares no incentivo ou desestímulo à aquisição e ao consumo de TASF, sendo que a maioria (127) proveniente de países de alta renda, dos quais 83 dos Estados Unidos, enquanto a pesquisa em países de baixa e média renda foi limitada a 86 estudos relevantes, com apenas 15 oriundos de países de baixa renda. As evidências dos países de alta renda concentraram-se principalmente na disponibilidade de TASF em ambientes alimentares domésticos, de vizinhança e escolares nos Estados Unidos, onde carnes com teor de gordura superior a 10%, bem como leite e derivados com teor de gordura igual ou superior a 2%, estavam mais prontamente disponíveis a preços mais baixos do que as alternativas com baixo teor de gordura; além disso, os dados sugerem a falta de disponibilidade

de TASF com baixo teor de gordura em lojas menores em comparação com supermercados, sendo que essas lojas menores geralmente atendem comunidades marginalizadas. Há uma notável escassez de pesquisas sobre o domínio pessoal do ambiente alimentar, compreendendo as dimensões de acessibilidade, acessibilidade econômica, conveniência e desejabilidade, no contexto de TASF, sendo que pesquisas futuras que abordem essas dimensões devem ser desagregadas em nível comunitário para fornecer evidências para formulação de políticas direcionadas.

O documento também constata uma escassez de estudos sobre como os ambientes alimentares em países de baixa e média renda apoiam ou dificultam a aquisição e o consumo de TASF, embora as evidências disponíveis sugiram que a demanda por TASF é elástica e que a dimensão preço é altamente determinante para a compra, sendo a acessibilidade econômica apontada como uma restrição fundamental em relação à aquisição de TASF, com alta probabilidade de influenciar o consumo, particularmente verdadeira para áreas rurais de países de baixa renda, onde os TASF eram inacessíveis nos mercados locais, com carnes de raças locais e indígenas de frango e cabra apresentando preços premium. A maioria dos estudos em países de baixa e média renda concentrou-se na desejabilidade dos TASF, uma dimensão do domínio pessoal do ambiente alimentar, identificando aspectos relevantes como preferências de sabor, práticas culturais, conhecimento, habilidades e conscientização, sendo que as noções do que constitui TASF fresco e seguro variaram entre contextos geográficos, e vários estudos também elucidaram as formas pelas quais as normas de gênero interagem com a aquisição e o consumo de TASF, destacando a necessidade de melhor cruzar gênero com outros fatores como idade, educação, ocupação e etnia. As evidências de países de baixa e média renda sugerem mudanças de ambientes alimentares tradicionais para ambientes mais modernos, tendências consistentes entre áreas urbanas e rurais que parecem refletir o comportamento do consumidor em diferentes níveis de renda, sendo que o leite e derivados foram a categoria de TASF mais estudada, seguida por todas as carnes agregadas, o que pode ser um artefato dos instrumentos de pesquisa em uso, que coletam dados sobre todos os tipos de carne sem diferenciar por espécie pecuária.

Ainda, no estudo foram revisados 574 documentos políticos e legislativos relacionados a vários aspectos do ambiente alimentar segundo um referencial que descreve o ambiente alimentar como composto por dois domínios, cada um com quatro dimensões: o domínio externo abrange disponibilidade, preço, propriedades do vendedor e do produto, e marketing e regulação; o domínio pessoal abrange acessibilidade, acessibilidade econômica, conveniência e desejabilidade. Apenas quatro políticas e documentos legislativos abordaram o domínio pessoal, todos focados em apenas uma dimensão (acessibilidade econômica), enquanto os 570 restantes cobriram as quatro dimensões do domínio externo em proporções variadas. A categoria de TASF mais frequentemente abordada foi leite e derivados, respondendo por 20% dos documentos, seguida por carne em geral (15%), TASF em geral (12%), carne de aves (11%), ovos (10%), carne vermelha (incluindo carne bovina) (8%), carne suína (7%) e carne ovina e caprina (6%), com cobertura significativamente menor para insetos, miúdos e carne de animais silvestres.

A maioria dos documentos analisados veio de países de renda média-alta (228), seguida por países de alta renda (156) e países de renda média-baixa (125), com apenas 40 dos 574 documentos provenientes de países de baixa renda. Os documentos de países de alta renda e renda média-alta concentraram-se principalmente em regulamentações de qualidade e segurança alimentar e em marketing, enquanto os de países de baixa e renda média-baixa preocuparam-se em aumentar a disponibilidade de TASF, estabilizar preços para produtores e

consumidores e apoiar os meios de subsistência dos produtores, incluindo planos setoriais para agricultura, pecuária, segurança alimentar e nutricional; os TASF raramente foram mencionados no contexto de programas de proteção social, como alimentação escolar ou sistemas públicos de distribuição.

As conclusões da análise documental foram analisadas em combinação com as evidências emergentes da revisão de escopo para identificar convergências e lacunas no panorama de evidências e políticas, revelando que, embora a oferta de TASF tenha aumentado rapidamente nas últimas seis décadas, persistem inequidades entre países e dentro deles. Por exemplo, países de alta renda apresentam disponibilidade per capita marcadamente maior, enquanto em países de baixa e média renda muitas pessoas não conseguem adquirir TASF devido a problemas de disponibilidade e acessibilidade econômica. Em países de alta renda, a pesquisa concentrou-se predominantemente no teor de gordura de vários TASF, especialmente nos Estados Unidos, com menos evidências sobre o processamento de TASF, particularmente para processamento industrial e ultraprocessamento, enquanto a maioria das evidências sobre riscos à segurança alimentar veio de países de baixa e média renda, onde os consumidores perceberam contaminantes químicos e aditivos como um risco maior do que patógenos.

A pesquisa em países de baixa e média renda pareceu cobrir uma gama mais ampla de tópicos em comparação com a pesquisa em países de alta renda, incluindo exames do papel dos TASF e mercados informais na formação de dietas tradicionais, enquanto o comércio foi um componente significativo dos documentos políticos e legislativos em nível global, com inclusão focada principalmente na proibição de importações para proteger mercados domésticos, sendo necessários mais estudos para examinar os efeitos do setor de carnes em países de baixa renda, como o comércio internacional de cortes de carne de menor valor que podem representar risco à saúde de comunidades vulneráveis e potencialmente deslocar a produção local.

Existem, todavia, desconexões significativas entre a pesquisa realizada até o momento e as agendas políticas contemporâneas, especialmente em áreas relacionadas a marketing e regulação, com evidências sugerindo que a maioria dos esforços de marketing concentra-se em TASF processados ou mesmo ultraprocessados. Enquanto isso, regulamentações, especialmente as relacionadas à rotulagem de produtos, lidam com maior variedade de questões relativas à dimensão de propriedades do vendedor e do produto, incluindo tipos de mercados, tamanhos de porção, embalagens, preocupações com qualidade, práticas para identificação adequada da origem de certos produtos alimentícios e métodos de produção. Ainda, características relacionadas à desejabilidade de certos TASF, como origem geográfica e preocupações ambientais ligadas aos métodos de produção, não pareceram totalmente representadas nos documentos políticos e legislativos contemporâneos.

As principais desconexões entre pesquisa e política identificadas incluem o fato de que muitos documentos políticos e legislativos não distinguiram entre TASF não processados e processados, nem entre os vários níveis de processamento; países de baixa e renda média-baixa concentraram-se principalmente em aumentar a disponibilidade de TASF, reduzir preços e, em menor extensão, melhorar a acessibilidade econômica, enquanto perderam oportunidades importantes de examinar outras dimensões do domínio pessoal do ambiente alimentar, como acessibilidade e conveniência; e, apesar de receberem grande cobertura na literatura, fatores relacionados à desejabilidade dos TASF estavam completamente ausentes dos documentos políticos e legislativos revisados, incluindo políticas de nutrição.

Segundo o relatório, lacunas nos dados limitam o desenvolvimento de políticas capazes de influenciar a demanda e a oferta de TASF, sendo que dados de consumo sobre TASF individuais serão essenciais para prever tendências futuras em termos de disponibilidade e acessibilidade, e os dados existentes sobre consumo em nível domiciliar ou individual frequentemente não são analisados em conjunto com dados sobre produção, enquanto a inadequação dos dados de perda e desperdício de alimentos dificulta a identificação de barreiras. Para esse enfrentamento, são necessárias terminologia e metodologias padronizadas para que os dados sobre tipos individuais de carne possam ser desagregados das pesquisas coletadas, e os estudos sobre miúdos, mel, insetos e carne de animais silvestres são limitados.

As principais lacunas na literatura existente incluem:

- a falta de métodos e métricas apropriados para capturar dados dos domínios externo e pessoal do ambiente alimentar para analisar suas interações;
- evidências limitadas relativas às dimensões externas do ambiente alimentar, especialmente propriedades do vendedor e do produto, bem como marketing e regulação, em todos os países, incluindo países de alta renda; e
- falta de evidências sobre as dimensões de acessibilidade e conveniência do domínio pessoal do ambiente alimentar em todos os países (inversamente, a desejabilidade e a acessibilidade econômica, as outras duas dimensões pessoais, receberam grande atenção na literatura, perdendo apenas para a dimensão de disponibilidade).

Segundo o relatório, há também escassez de pesquisa sobre

- barreiras de acessibilidade enfrentadas pelos consumidores, incluindo fatores que afetam a mobilidade, transporte e tempo e espaço necessários para adquirir e preparar TASF, especialmente para grupos social e fisicamente marginalizados; atitudes, fatores culturais, conhecimento e habilidades que influenciam a aversão e evitação de carne, especialmente entre mulheres grávidas e em idade fértil;
- o papel dos TASF em ambientes alimentares escolares em países de renda média-baixa; e
- a eficácia da infraestrutura projetada para reduzir a perecibilidade dos TASF e o risco de doenças transmitidas por alimentos em países de renda média-baixa.

Embora muitos documentos políticos e legislativos em países de alta renda e renda média-alta tenham abordado propriedades do vendedor e do produto relacionadas a TASF, recomendações detalhadas sobre níveis de processamento ou composição de nutrientes de alimentos processados raramente foram incluídas. Há necessidade de mais estudos sobre o papel dos TASF processados em vários ambientes alimentares e as implicações resultantes, com pesquisa intimamente ligada ao trabalho político que aborda o processamento de TASF, especialmente TASF ultraprocessados, incluindo análises dos riscos potenciais para a saúde humana e o meio ambiente, limitação que pode resultar da atual falta de um sistema de categorização acordado para alimentos ultraprocessados, especialmente produtos cárneos.

Uma constatação muito preocupante foi que a abordagem de Saúde Única estava ausente tanto da pesquisa quanto da agenda política sobre ambientes alimentares, e sua integração em documentos políticos e legislativos que cobrem ambientes alimentares no

contexto de TASF poderia ajudar a abordar algumas das preocupações identificadas de segurança alimentar, bem como os potenciais riscos e benefícios dos TASF para a saúde pública, enquanto promove práticas de produção sustentáveis.

No entanto, os impactos ambientais e de saúde da produção de carnes vermelhas, em particular, são significativos e exigem intervenções políticas, recomendando-se, portanto, a transição para sistemas de produção mais sustentáveis e eficientes, a redução do consumo excessivo de carne em populações de países desenvolvidos, implementação de normas de segurança alimentar e controle de substâncias nocivas, políticas de conservação de recursos hídricos e florestas, investimento em pesquisa para reduzir emissões de gases de efeito estufa da pecuária, e programas de educação nutricional para promover dietas equilibradas.

A FAO e outras organizações internacionais, portanto, destacam a necessidade de abordagens integradas que equilibrem produção, sustentabilidade ambiental e saúde pública para garantir sistemas alimentares resilientes e saudáveis. A transição para sistemas alimentares mais sustentáveis exige políticas coordenadas que integram dimensões de saúde, ambiente e equidade social, reconhecendo que a produção de carnes não pode continuar expandindo sem limites ecológicos e sanitários claros.

A proibição da importação de carne brasileira pela União Europeia

Após a assinatura de um acordo comercial com o bloco econômico do Mercosul (incluindo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) em janeiro de 2026, a União Europeia anunciou, em maio do mesmo ano, uma decisão de proibir as importações de carne do Brasil, mantendo a aprovação para os demais países do bloco exportarem aves para a UE (Comissão Europeia, 2026; Máximo, 2026). Essa proibição abrange diversos produtos oriundos da pecuária, incluindo carne bovina, frango, ovos, mel, peixe e animais vivos destinados ao consumo, com a principal justificativa de insuficiência de documentação que comprovasse o controle do uso de antimicrobianos na produção pecuária (Máximo, 2026; Neto, 2026). A medida provocou ampla gama de reações, desde argumentos científicos sobre o risco da resistência antimicrobiana até descrições da proibição como um ato protecionista em resposta ao acordo UE-Mercosul, o que aumentaria a concorrência econômica para os produtores europeus (Salati, 2026; Pesce, 2026; Gilio, Capuzzi e Yoshida, 2026).

A alegação da UE baseou-se em três justificativas centrais: preocupações científicas relativas à resistência antimicrobiana, preocupações regulatórias quanto à conformidade com os padrões sanitários europeus e preocupações de fiscalização relativas à adequação dos mecanismos existentes de monitoramento e supervisão (Máximo, 2026; Neto, 2026; Teles, 2026). Em janeiro de 2006, a UE proibiu o uso de antibióticos como promotores de crescimento na alimentação animal, política implementada em resposta a preocupações crescentes com a resistência antimicrobiana, visando eliminar o uso não terapêutico de antimicrobianos na produção pecuária e reduzir as pressões seletivas que contribuem para o surgimento e disseminação de microrganismos resistentes. A principal reivindicação para a decisão de restringir as importações de carne brasileira fundamentou-se em preocupações sobre a rastreabilidade e o controle do uso de antimicrobianos na produção pecuária (Salati, 2026; Teles, 2026). Segundo a UE, o Brasil não forneceu documentação suficiente demonstrando adesão às restrições europeias ao uso de antimicrobianos na produção animal (Máximo, 2026; Neto, 2026).

O Brasil foi anteriormente listado entre os países terceiros autorizados a exportar certos produtos de origem animal para a UE, incluindo derivados de bovinos, equinos, aves e aquicultura, mas o Regulamento 2024/2598 foi revogado e a consolidação dos requisitos

antimicrobianos no Regulamento de Execução (UE) 2021/405 não incluiu o Brasil na lista atualizada de países não pertencentes à UE considerados conformes com as restrições. Como resultado, o Brasil perdeu sua autorização para exportar várias categorias de produtos de origem animal, apesar de permanecer listado em certos quadros de monitoramento de resíduos (Máximo, 2026; Neto, 2026), sugerindo que a proibição decorreu principalmente de preocupações com documentação suficiente de conformidade, em vez de detecção direta de substâncias antimicrobianas proibidas (Neto, 2026; Salati, 2026).

A decisão foi "recebida com surpresa", segundo nota conjunta dos ministérios brasileiros, e o anúncio ocorreu logo após a conclusão do acordo comercial UE-Mercosul, com apenas Brasil, Cazaquistão, Panamá e Emirados Árabes Unidos removidos da lista de países autorizados, o que gerou especulações sobre motivações políticas e econômicas subjacentes à medida (Salati, 2026; Pesce, 2026). O Diretor Geral da Associação Nacional de Indústrias de Carnes da Espanha observou que a decisão poderia lançar uma sombra sobre a implementação do acordo Mercosul e criar incerteza adicional em torno das futuras relações comerciais entre os dois blocos (EuroMeatNews, 2026).

A resposta do Brasil assumiu quatro formas principais: adaptação regulatória, contestação científica, diplomática e crítica político-econômica. A adaptação regulatória visou demonstrar conformidade com os padrões antimicrobianos da UE, com o governo brasileiro solicitando um período de transição para ajustar a cadeia de suprimentos de carne bovina às regulamentações, propondo um cronograma gradual para a conformidade plena com os padrões de rastreabilidade e monitoramento da UE, com requisitos obrigatórios a partir de 2029, pedido que foi rejeitado pela UE (Walendorff e Couto, 2026). Em abril de 2026, o Ministério da Agricultura emitiu regulamentação proibindo a importação, fabricação, venda e uso de antimicrobianos com finalidade de melhoramento de desempenho na produção pecuária, apontando essas reformas como evidência do compromisso do país em fortalecer a supervisão antimicrobiana (Walendorff e Couto, 2026; Teles, 2026).

Embora o governo brasileiro tenha implementado regulamentações mais alinhadas aos padrões europeus, as autoridades sustentam que a disputa centra-se na documentação, não na segurança sanitária dos alimentos, argumentando que, embora os sistemas de relatórios e rastreabilidade possam não satisfazer plenamente os requisitos documentais da UE, não há evidência científica demonstrando que as exportações brasileiras violam as restrições antimicrobianas ou representam risco aos consumidores (Neto, 2026; Salati, 2026). A contestação científica brasileira desafia a base probatória da proibição, com o Ministério da Agricultura apontando a monensina como exemplo de substância sob escrutínio, enfatizando que não consta da lista da UE de antimicrobianos reservados para medicina humana, e que as autoridades europeias não identificaram publicamente um antimicrobiano específico atualmente usado em violação das regulamentações, centrando-se em requisitos de documentação e rastreabilidade (Salati, 2026; Neto, 2026). Enquanto a UE argumenta que o Brasil deve demonstrar maior supervisão e rastreabilidade do uso de antimicrobianos na produção pecuária para prevenir o desenvolvimento de resistência antimicrobiana, representantes da indústria agrícola brasileira caracterizam a medida como uma forma de protecionismo (Salati, 2026; Gilio, Capuzzi e Yoshida, 2026).

O momento da proibição, logo após o fechamento do acordo UE-Mercosul, coincidiu com críticos argumentando que a decisão ocorreu em um ambiente político sensível, pois produtores agrícolas europeus expressaram preocupação com o aumento da concorrência das exportações de carne sul-americana, interpretando a medida como uma barreira comercial não

tarifária moldada por tensões mais amplas sobre acesso ao mercado agrícola, fiscalização regulatória e competição entre produtores europeus e brasileiros (Pesce, 2026; Gilio, Capuzzi e Yoshida, 2026).

Além disso, críticos enfatizam as potenciais consequências reputacionais e econômicas para a indústria de carnes brasileira se a medida for percebida como decorrente de preocupações científicas e sanitárias legítimas, em vez de mera falta de documentação, arriscando danificar a imagem internacional dos produtos cárneos brasileiros (Gilio, Capuzzi e Yoshida, 2026). No entanto, até o momento, as preocupações com efeitos de "transbordamento" (*spillover*) não se materializaram, com os preços do mercado de aves brasileiro aumentando em antecipação à medida, sugerindo que os participantes do mercado não esperam choques severos de oferta no curto prazo (Neto, 2026; Cook, 2026).

Embora a UE represente um mercado importante para a carne bovina brasileira, importando cortes de maior valor agregado, China e Estados Unidos permanecem como destinos de exportação substancialmente maiores (Gilio, Capuzzi e Yoshida, 2026). Estima-se que a UE responda por apenas 3,5% do volume de exportação de carne bovina brasileira e 5,3% do valor, enquanto a exposição de aves é ainda menor, em aproximadamente 2,4% do volume (Cook, 2026), indicando que as consequências econômicas diretas da proibição são relativamente limitadas, o que ajuda a explicar por que o significado político da disputa tem superado seu impacto financeiro imediato.

Dados do Insper Agro Global indicam que as exportações de carne do Mercosul para a UE diminuíram aproximadamente 1% ao ano entre 2000 e 2024, e a carne bovina do Mercosul representa apenas uma pequena parcela do consumo total europeu, desafiando as alegações de que as exportações sul-americanas representam uma grande ameaça competitiva e apoiando as críticas brasileiras de que considerações econômicas e políticas podem ter influenciado o debate (Gilio, Capuzzi e Yoshida, 2026).

Além disso, ativistas de bem-estar animal argumentam contra a ênfase excessiva nas proibições de antimicrobianos em detrimento do tratamento das causas subjacentes de doenças animais, incluindo superlotação, más condições de alojamento, estresse e uso de raças geneticamente vulneráveis, sustentando que as restrições da UE visam um sintoma em vez da fonte do problema, e defendem políticas que abordem condições estruturais que contribuem para a transmissão de doenças e sofrimento animal, como redução da densidade de estocagem e reconsideração de práticas de criação (Wright, 2026).

Um *plot twist* no olhar sobre as proteínas animais

Contudo, quando estamos falando da produção e consumo de alimentos de origem animal, há um grande problema: o crescimento do consumo de proteínas não é corroborado por uma real necessidade fisiológica individual ou de saúde pública para aumentar seu consumo na grande maioria das populações e isso está associado a grandes impactos à saúde humana, animal e planetária. Por exemplo, o consumo excessivo de carnes vermelhas e o consumo de carnes processadas estão fortemente associados ao risco de cânceres como o colorretal e a pecuária (em particular a bovina) está frequentemente associada ao uso de antibióticos, ao desmatamento e à poluição ambiental.

Essa questão é esclarecida no artigo "O mito do déficit proteico" (Abramovay *et al.*, 2025), que desafia a concepção histórica que associa pobreza e carência de proteínas, demonstrando que a ênfase em um único nutriente constitui uma armadilha conceitual que

negligencia o padrão alimentar integral. Donald McLaren, em seu clássico de 1974 "*The Great Protein Fiasco*", já denunciava o erro das organizações multilaterais em focar esforços na oferta de proteínas industrializadas sem considerar que, com raras exceções, quando se alcança suficiência energética dificilmente haverá déficit proteico, salvo em situações excepcionais com consumo restrito a alimentos como inhame ou mandioca, que apresentam baixo teor proteico.

A construção do mito do déficit proteico esteve intrinsecamente ligada aos interesses econômicos dos exportadores do Norte Global, que promoveram a distribuição de leite em pó, produto de excedente norte-americano desde os anos 1950, e formulações industriais ricas em proteínas, abandonando fontes vegetais proteicas localmente disponíveis. Esses produtos industriais tinham preços inacessíveis às populações mais pobres e, até hoje, não ofereceram contribuição expressiva no combate à fome nos países pobres, configurando preocupações nutricionais que serviam principalmente aos interesses dos exportadores de soja, milho, trigo e leite das abundantes safras norte-americanas. Mais recentemente, um produto antes considerado um rejeito industrial, o soro do leite (whey) se tornou uma das principais fontes de proteínas em alimentos e suplementos "fortificados", criando um mercado bilionário.

O mito da ingestão proteica insuficiente permanece até hoje e recebeu novas frentes de apoio em função dos problemas ambientais ligados à oferta de alimentos de origem animal, com estimativas de que a demanda por carnes aumentará estrondosamente com o crescimento populacional e de renda, trazendo custos ambientais gigantescos incluindo emissões de metano da pecuária bovina, uso massivo de antibióticos na criação industrial de aves e suínos (origem da resistência antimicrobiana) e consequências socioambientais das criações industriais. Neste cenário, ganham força soluções como proteínas produzidas em laboratório e produtos ultraprocessados *plant-based*, apresentados como única chance para preencher o suposto déficit proteico e preservar serviços ecossistêmicos.

Existe um vício fundamental neste raciocínio que concentra critérios de mercado nas demandas ilimitadas sem cotejar com as reais necessidades do organismo humano: os dados atuais mostram que, muito mais do que oferecer proteínas ou outros nutrientes via suplementação industrial ou fórmulas funcionais, o maior desafio da alimentação contemporânea está em ampliar a diversificação, reduzindo a participação de produtos de origem animal e ultraprocessados, e ampliando a presença de frutas, verduras e legumes in natura e minimamente processados provenientes da biodiversidade e tradições culturais locais.

A valorização recente das proteínas como "macronutriente virtuoso", especialmente por suas alegadas funções na promoção de saciedade e ganho de massa muscular, foi convenientemente prevalente no setor produtivo e reforçada por pecuaristas, frigoríficos e indústria de alimentos *plant-based*, cultivando a percepção de que "quanto mais, melhor", com cerca de 65% da população adulta dos Estados Unidos considerando o teor proteico ao comprar alimentos. Inclusive, as indústrias de ultraprocesados (incluindo os suplementos) estão investindo fortemente em produtos altos em proteínas, tendo como um de seus principais ingredientes um antigo rejeito industrial da produção de laticínios: o soro de leite (*whey*).

Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 respondem contraintuitivamente à questão sobre subestimação da importância das proteínas: em todas as faixas de renda brasileiras, incluindo os 20% mais pobres, a ingestão proteica média supera o necessário ao preenchimento das necessidades metabólicas humanas, com contribuição proteica de aproximadamente 18% do total de energia (acima dos 10-15% recomendados pela OMS) e déficit na ingestão de proteínas não chegando a 3% em qualquer estrato

socioeconômico, refletindo alto consumo de todos os tipos de carne e leguminosas incluindo feijões em todos os estratos. Em contrapartida, a disparidade no acesso a outros alimentos saudáveis e diversificados se revela na média do consumo de frutas, legumes e verduras, passando de 3,4% do total calórico no quinto de menor renda para 6,4% no quinto de maior renda, com 78,6% dos adultos nas capitais brasileiras não alcançando a recomendação da OMS de 400 g/dia/pessoa.

Essa abordagem é corroborada pelos relatórios da Comissão EAT-Lancet (Willett *et al.*, 2019)(Rockström *et al.*, 2025), que discutem extensivamente o que chamam de "caminho do consumo", focando na redução do consumo de produtos de origem animal por razões de saúde e sustentabilidade. Para alcançar o padrão alimentar recomendado globalmente até 2050, o estudo recomenda dobrar o consumo de frutas, legumes, nozes e leguminosas, enquanto reduz drasticamente o consumo de carne vermelha e açúcares adicionados (em mais de 50%). O estudo também enfatiza a necessidade de produção sustentável de alimentos, mantendo os limites planetários em termos de emissões de gases de efeito estufa, uso da terra, água doce, ciclos de nitrogênio e fósforo e perda de biodiversidade.

Com base nas evidências atuais, essas questões são abordadas sob a perspectiva da saúde, indicando que a preocupação com o alto consumo de alimentos de origem animal, especialmente a carne vermelha processada, está fundamentada no seu impacto na saúde humana, uma vez que o consumo elevado nesses níveis, particularmente no mundo ocidental, está associado ao aumento de doenças não transmissíveis relacionadas à dieta, como obesidade, doenças cardíacas e câncer, embora, por outro lado, as fontes reconheçam que esses alimentos são densos em nutrientes e podem fornecer uma contribuição vital para as necessidades diárias de proteína, vitamina B12, suprindo até 75% da necessidade recomendada, cálcio, zinco e ferro. Sob a perspectiva da sustentabilidade, as fontes detalham os impactos ambientais massivos do sistema atual de produção de carne e propõem limites baseados no uso da terra, apontando que a pecuária utiliza cerca de 70% de todas as terras agrícolas e é responsável por aproximadamente 60% das emissões de gases de efeito estufa geradas pelo sistema alimentar, além de destacar que um ponto crítico de insustentabilidade é o uso de terras aráveis para produzir ração, como grãos, em vez de comida direta para humanos, com cerca de 40% das terras aráveis globais destinadas à produção de ração, o que é menos eficiente do que a produção vegetal direta.

Assim, suas principais recomendações incluem comer predominantemente alimentos de origem vegetal, como frutas, verduras, grãos integrais, leguminosas e nozes, que deveriam compor metade do prato. A outra metade deve incluir pequenas quantidades opcionais de carne, peixe, ovos e laticínios. Para alcançar esse padrão alimentar globalmente até 2050, o estudo recomenda dobrar o consumo de frutas, legumes, nozes e leguminosas, enquanto reduz drasticamente o consumo de carne vermelha e açúcares adicionados — em mais de 50%. O estudo também enfatiza a necessidade de produção sustentável de alimentos, mantendo os limites planetários em termos de emissões de gases de efeito estufa, uso da terra, água doce, ciclos de nitrogênio e fósforo e perda de biodiversidade.

Contudo, as recomendações do EAT-Lancet em relação ao consumo de proteínas de origem animal são frequentemente consideradas muito rígidas e outra abordagens, como a de Van Zanten e colaboradores, define uma fronteira de terra sustentável para o consumo de produtos de origem animal, introduzindo o conceito de "pecuária de baixo custo", modelo que propõe que a criação de animais seja integrada a uma economia circular, focando na conversão de biomassa que humanos não podem ou não desejam consumir diretamente (Zanten, Van *et al.*, 2018). Dessa forma, os animais não consumiriam grãos que poderiam alimentar humanos,

mas converteriam “sobras ecológicas” (como resíduos de culturas, subprodutos da indústria alimentícia e resíduos de alimentos) além de recursos de pastagens, em alimentos valiosos.

Nessa abordagem, quanto à eficiência no uso da terra, a inclusão de alguma proteína animal proveniente desse sistema de baixo custo na dieta humana poderia liberar cerca de um quarto (25%) das terras aráveis globais em comparação com uma dieta totalmente vegana. Isso ocorre porque os animais reciclam nutrientes de fluxos de biomassa que, de outra forma, exigiriam cultivos vegetais adicionais para suprir as necessidades nutricionais humanas. Em termos de contribuição nutricional, estima-se que a pecuária de baixo custo possa fornecer entre 9 e 23 gramas de proteína por pessoa por dia, o que representa uma parte significativa da necessidade diária humana de 50 a 60 gramas, além de poder suprir cerca de 75% da ingestão recomendada de vitamina B12 e quantidades importantes de cálcio e zinco.

Qualquer que seja a abordagem, é fato que o consumo de carnes animais, particularmente as vermelhas e as processadas, deve diminuir, inclusive considerando que, pelo seu preço proporcionalmente mais alto do que proteínas de origem vegetal e de alimentos vegetais em geral, como cereais, frutas e verduras, o excesso de carnes comumente vem acompanhado da redução da diversidade da dieta como um todo.

Portanto, a adequação da oferta de produtos de origem animal às reais necessidades metabólicas e fisiológicas da população mundial abre caminho para técnicas produtivas regenerativas que reduzem concentração de animais no mesmo espaço, ampliam manejo e higiene adequados diminuindo consistentemente o uso de antibióticos como já se faz em países europeus, e permitem adequar o consumo a modelos produtivos que preservam serviços ecossistêmicos e bem-animal mediante criação bovina a pasto com intensificação moderada e baixo confinamento. Os achados evidenciados a partir dos dados brasileiros são fundamentais para repensar a relação entre sistemas alimentares, clima e biodiversidade: se as necessidades metabólicas humanas supridas por alimentos que hoje são vetores de destruição socioambiental são menores do que habitualmente se estima, isso amplia a possibilidade de proteção e promoção da biodiversidade a partir do aprimoramento e expansão de práticas produtivas regenerativas, beneficiando simultaneamente a saúde humana e desmontando o mito que serviu historicamente para justificar modelos produtivos intensivos e a promoção de ultraprocessados proteicos.

Reflexões iniciais sobre a reforma do multilateralismo a agenda global de SAN

Finalmente, saindo por completo o foco original do informe, traremos algumas reflexões iniciais sobre a reforma do multilateralismo a agenda global de SAN. Os movimentos para a reforma do multilateralismo global, como a iniciativa UN80 (ou ONU80), podem influenciar profundamente a agenda, governança e financiamento das agendas de nutrição da ONU sediadas em Roma, especificamente nas agências Programa Mundial de Alimentos (WFP/PMA), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD), através de três eixos estruturantes inter-relacionados que promovem redução de fragmentação, fortalecimento de coordenação e reorientação de financiamento. Esse momento, em tese, visa não apenas melhorar a eficiência operacional, mas também pode reafirmar o valor do multilateralismo em um período de turbulência global, ancorando-se em responder a perguntas centrais sobre como a Organização pode ser mais eficaz, ágil, coordenada e preparada para enfrentar desafios atuais e futuros,

Essa lógica de transformação sistêmica impacta diretamente as Agências Baseadas em Roma (RBAs), que já demonstraram avanços em colaboração voltadas para sistemas alimentares,

nutrição e engajamento com o setor privado em 2025, mas que sob a atual reforma serão pressionadas a reduzir sobreposição de mandatos, implementar planejamento conjunto, programação integrada e compras institucionais compartilhado. Além disso, pode exigir maior coerência programática e alinhamento de evidências, financiamento e execução às prioridades nacionais dos países, além de redefinir prioridades para o período pós-Década de Ação sobre Nutrição (2016-2025), mantendo nutrição como elemento central da transformação de sistemas agroalimentares.

No âmbito da governança, a UN80 estrutura reformas em três eixos que impactam diretamente a governança de nutrição em Roma:

- o Eixo 1 de Eficiências e Gestão criará centros administrativos consolidados em Nova Iorque e Bangkok, unificação de processamento de salários em Nova Iorque, Entebe e Nairóbi, e transferência de funções de sedes caras para locais de menor custo, o que para Roma pode significar redução de duplicação administrativa entre FAO, WFP e IFAD, compartilhamento de serviços de escritórios em nível global e em cada país, e possível realocação de funções de Roma para locais de menor custo afetando capacidade institucional especializada;

- o Eixo 2 de Revisão de Implementação de Mandatos, com relatório apresentado em agosto 2025 sob debate em grupo de trabalho informal, busca mandatos mais transparentes, menos relatórios e gestão de resultados harmonizada, o que implica revisão de mandatos da Década de Ação sobre Nutrição, e harmonização de indicadores entre FAO, OMS, WFP, IFAD e Unicef; e

- o Eixo 3 de Realinhamentos Estruturais e Programáticos explora clusters sistêmicos para reduzir fragmentação e melhorar coerência regional e em nível de país, o que pode levar à criação de clusters de nutrição e sistemas agroalimentares integrando múltiplas agências, melhor coordenação entre pilares de desenvolvimento sustentável, paz e segurança, e direitos humanos, e coerência reforçada entre FAO (sistemas agroalimentares), WFP (assistência humanitária e nutrição), e IFAD (investimento agrícola rural).

No âmbito do financiamento, a reforma inclui o fortalecimento de financiamento conjunto (*pooled funding*), com impactos diretos nas agências de Roma: a ONU propôs cortes de mais de US$ 500 milhões no orçamento regular de 2026, representando redução de 15,1% em recursos e quase 19% em postos de trabalho comparado a 2025, o que para nutrição em Roma pode criar mecanismos conjuntos FAO-WFP-IFAD para nutrição através de recursos compartilhados e fortalecimento de financiamento compartilhado, embora com risco de redução de recursos para programas de nutrição se não forem protegidos como essenciais, além de oportunidades de financiamento inovador como o Fundo ODS (*SDG Fund*) e parcerias de financiamento.

Ainda nesse contexto, é impossível não abordar a questão da redução recente do financiamento das agências do sistema ONU. A redução do financiamento europeu e, particularmente, a retirada de verbas dos Estados Unidos para o WFP e a FAO constituem uma crise de financiamento catastrófica para a segurança alimentar e nutricional mundial, representam impactos diretos que afetam populações vulneráveis em escala global com consequências em saúde, economia e estabilidade social, configurando-se como um evento sem precedentes que ameaça reversão de décadas de progresso na redução da má nutrição.

O WFP, por exemplo, como maior operador humanitário global de alimentação, projeta queda de 34% em seu orçamento devido aos cortes de financiamento dos EUA, com cortes que podem deixar de atender até 3 milhões de pessoas em situação de fome emergencial. As implicações operacionais desses cortes são devastadoras: o WFP só poderá atender um terço dos 318 milhões de pessoas que precisarão de ajuda alimentar em 2026, deixando aproximadamente 212 milhões de pessoas sem assistência, com cortes operacionais em países específicos como Mianmar, Afeganistão, partes da África e campos de refugiados em Bangladesh, com projeção de até 369 mil crianças por ano morrendo devido à desnutrição aguda grave não tratada.

Além disso, estudos publicados na The Lancet (Cavalcanti *et al.*, 2025) estimam que os cortes anunciados pelo governo estadunidense às ações do USAID podem levar a mais de 14 milhões de mortes evitáveis até 2030, sendo que um terço dessas fatalidades prematuras afetará crianças, com mais 4,5 milhões de crianças menores de cinco anos (aproximadamente 700 mil por ano). Apesar da crise, pois em junho 2026 o governo estadunidense anunciou contribuição de US$ 800 milhões ao WFP beneficiando 38 milhões de pessoas vulneráveis em 37 países, mas este valor representa apenas fração dos fundos anteriores e vem após meses de incerteza que já causaram danos operacionais.

A FAO, por sua vez, perdeu 106 projetos financiados pelos EUA e deverá eliminar até 600 postos de trabalho, com impactos diretos na capacidade técnica e operacional da organização, incluindo redução de capacidade institucional com eliminação desses empregos que significa perda de expertise técnica especializada em agricultura, segurança alimentar, nutrição e desenvolvimento rural, o cancelamento de 106 projetos de desenvolvimento que incluem iniciativas de segurança alimentar, fortalecimento de sistemas agrícolas, nutrição comunitária e desenvolvimento de pequenos agricultores, impacto em programas de longo prazo de desenvolvimento agrícola e segurança alimentar interrompidos abruptamente afetando continuidade de programas de capacitação, infraestrutura rural e resiliência alimentar, e redução de vigilância e monitoramento com capacidade comprometida de monitorar segurança alimentar global, produzir relatórios como SOFI (Situação da Fome no Mundo) e detectar crises emergentes.

Os impactos econômicos e de produtividade decorrentes da redução do financiamento incluem perda de produtividade com pessoas que recebem ajuda alimentar tendo maior capacidade de trabalho e produção, sem ajuda perdendo capacidade produtiva, custos de saúde aumentados com desnutrição aumentando risco de doenças sobrecarregando sistemas de saúde já fragilizados, e ciclo de pobreza com famílias sem ajuda alimentar vendendo ativos para comprar comida perdendo capacidade de geração de renda futura, enquanto impactos em sistemas alimentares e agricultura incluem pequenos agricultores afetados com programas de desenvolvimento agrícola interrompidos afetando 190.000 pequenos agricultores que dependiam de financiamento do Fundo ODS e outras fontes, resiliência alimentar comprometida com projetos de fortalecimento de sistemas agrícolas locais e resiliência alimentar cancelados, e insegurança alimentar rural com comunidades rurais dependentes de programas de desenvolvimento agrícola perdendo apoio técnico e financeiro.

Além disso, as implicações de saúde são amplas e interconectadas incluindo mortalidade materno-infantil aumentada com desnutrição materna aumentando risco de mortalidade materna e complicações no parto, doenças infecciosas com crianças desnutridas tendo maior susceptibilidade aumentando mortalidade por pneumonia, diarreia e outras infecções, déficits de desenvolvimento com desnutrição em primeiros 5 anos de vida causando déficits cognitivos

permanentes afetando educação e produtividade futura, e sobrecarga de sistemas de saúde com sistemas já fragilizados em países de baixa renda enfrentando aumento de casos de desnutrição e doenças associadas.

Outro ponto, normalmente pouco explorado é dos riscos do financiamento das agências e de iniciativas globais pelo setor privado, particularmente por indústrias ligadas ao agronegócio e alimentos ultraprocessados, que representam perigos reais de captura da agenda e uso para *blue washing*, a exemplo do que já alertamos em informes anteriores em relação a iniciativas como o *Scaling Up Nutrition* (SUN) e a própria Cúpula de Sistemas Alimentares (ACT Promoção da Saúde, 2024). Seriam importantes, portanto, mecanismos de identificação e mitigação de conflito de interesses nessas relações, possivelmente acompanhados de uma governança fortalecida com maior participação da sociedade civil sem conflitos de interesses para salvaguardar as agendas e as instituições.

Além disso, vale destacar que as análises prévias que encontramos sobre a relação entre a reforma do multilateralismo global e as agências de nutrição e segurança alimentar e nutricional comumente ignoram o potencial papel da Nutrição ONU (*UN Nutrition*), como potencial articulador das agências baseadas em Roma, mas que na prática tem atuação mais coadjuvante. Essa constatação reforça as preocupações que já manifestamos em informes anteriores sobre o próprio papel da Nutrição ONU e dos mecanismos de articulação entre as agências de nutrição, que poderiam ser potencializadas com essa coordenação comum.

Em síntese, argumenta-se que a reforma do multilateralismo pode transformar a arquitetura de nutrição da ONU em Roma por meio de maior coerência programática com redução de silos entre FAO, WFP e IFAD, eficiências operacionais com serviços administrativos compartilhados, compras conjuntas e planejamento integrado em países piloto, financiamento mais concentrado com financiamento conjunto. Por outro lado, isso pode vir acompanhado de riscos de cortes adicionais se nutrição não seja priorizada como mandato essencial, da redefinição de prioridades pós-2025 com transição da Década de Ação sobre Nutrição para nova agenda alinhada com os ODS e da pressão exigindo uma ONU que entrega melhor em segurança alimentar e nutricional global com redução de sobreposições de agenda e cooperação em campo.

Portanto, será um desafio crítico será equilibrar eficiências de custos com articulação de atividades e preservação de capacidade institucional especializada em nutrição em Roma, garantindo que reformas não diluem a expertise técnica necessária para enfrentar a dupla carga de má nutrição globalmente composta por desnutrição e doenças crônicas não transmissíveis associadas a padrões alimentares inadequados.

Conclusão

O papel dos alimentos de origem animal terrestre, particularmente a carnes, é importante nas diferentes culturas alimentares pelo mundo, porém tiveram seu papel exacerbado por uma demanda não fundamentada em critérios nutricionais e fisiológicos. Em consequência, a produção aumentou significativamente nas últimas décadas e, particularmente as carnes, passaram a ocupar posição cada vez mais relevante no comércio internacional como commodities e representam grande parcela das exportações de países como o Brasil.

Graças a isso, crises como ameaças de proibição da importação das carnes brasileiras pela UE tomam dimensão de ameaça econômica e geopolítica, ainda que os outros mercados

como EUA e China representem mais para as exportações nacionais, ao mesclarem argumentos sanitários com potenciais lobbies camuflados de produtores nacionais na Europa.

Não se pode esquecer, porém, que a pecuária de grande escala está diretamente ligada à lógica dos sistemas alimentares hegemônicos, em que se ligam às monoculturas como soja e milho (destinadas também para consumo animal) e as indústrias de ultraprocessados, reforçando a tripla monotonia dos sistemas alimentares, com seus impactos sobre a saúde humana, animal e planetária.

Novamente, temos, em países como o Brasil, a contradição representada pelo compromisso com a transformação dos sistemas alimentares visando a saúde e a sustentabilidade, enquanto os sistemas hegemônicos são alicerce das exportações, levando financiamentos internos muitas e muitas vezes maiores do que os da agricultura familiar e ocupando a maioria das terras cultivadas, além de pressionarem governos e congressistas pelo afrouxamento da legislação ambiental.

Além disso, outra contradição é que ainda prevalece o mito do déficit proteico, que caminha lado a lado com a atual supervalorização das proteínas nas dietas, quando na realidade não há déficit proteico, tampouco necessidade de tantas proteínas adicionais. Naturalmente, essas novas demandas criadas são prontamente atendidas e reforçadas pelas indústrias, com produtos com mais proteínas sob a falsas alegações de saúde.

Diante desse crescimento projetado e dos custos sanitários e ambientais documentados, no relatório da FAO recomenda-se a transição para sistemas produtivos mais sustentáveis e eficientes, com redução do consumo excessivo em países desenvolvidos, implementação de normas rigorosas de segurança alimentar, políticas de conservação hídrica e florestal, e investimento em pesquisa para mitigação de emissões pecuárias. Assim, a FAO e organizações internacionais preconizam abordagens integradas que conciliem produtividade, sustentabilidade e saúde pública, reconhecendo que a expansão ilimitada da produção de carnes encontra limites ecológicos e sanitários intransponíveis. A consecução desses objetivos demanda políticas coordenadas que articulem dimensões ambientais, nutricionais e de equidade social, promovendo dietas equilibradas e sistemas alimentares resilientes.

Por fim, no campo da reforma do sistema multilateral global, o cenário ainda é de incerteza, porém os recentes cortes orçamentários já têm impactos consideráveis sobre a atuação das agências sediadas em Roma já demonstram que o foco excessivo na eficiência econômica pode reduzir o alcance da atuação nas agendas e o apoio aos países, de modo que o acompanhamento das propostas de reforma e de sua implementação serão fundamentais para evitar maiores retrocessos nos indicadores globais e, inclusive, para apoiar os países no enfrentamento dessas contradições relativas às proteínas animais.

Referências

ABRAMOVAY, R. *et al.* O mito do déficit proteico. Revista de Saúde Pública, v. 59, n. e21, p. 1–7, 2025.

ACT PROMOÇÃO DA SAÚDE. Dossiê big food 2.0: como a indústria interfere em políticas de alimentação. [s.l: s.n.].

CAVALCANTI, D. M. *et al.* Evaluating the impact of two decades of USAID interventions and projecting the effects of defunding on mortality up to 2030: a retrospective impact evaluation and forecasting analysis. The Lancet, v. 406, n. 10500, p. 283–294, 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). Drivers of supply and demand of terrestrial animal source food – An evidence and policy overview on the state of knowledge and gaps. [s.l: s.n.]. Disponível

em: <https://doi.org/10.4060/cd9125en>.

IHME. Global Health Data Exchange – GHDx. Disponível em: <http://ghdx.healthdata.org/gbd-results-tool>.

ROCKSTRÖM, J. *et al.* The EAT–Lancet Commission on healthy, sustainable, and just food systems. The Lancet, v. 406, p. 1625–1700, 2025.

WILLETT, W. *et al.* Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. Lancet (London, England), v. 393, n. 10170, p. 447–492, 2019.

ZANTEN, H. H. E. VAN *et al.* Defining a land boundary for sustainable livestock consumption. Global Change Biology, v. 24, n. 9, p. 4185–4194, 2018.

AGRINFO. "List of Non-EU Countries Compliant with New EU Antimicrobial Requirements – AGRINFO Platform." Agrinfo.eu, 3 July 2024, agrinfo.eu/book-of-reports/provisional-list-of-non-eu-countries-compliant-with-new-eu-antimicrobial-requirements/.

COOK, Garrett. "Morgan Stanley Sees Limited Impact from EU Brazil Protein Ban." Investing.com South Africa, Investing.com, 8 June 2026, za.investing.com/news/stock-market-news/morgan-stanley-sees-limited-impact-from-eu-brazil-protein-ban-93CH-4318060. Accessed 18 June 2026.

COUTO, Clarice. "EU Ban on Brazilian Meat Hits Meatpackers' Shares." Valor international, 9 June 2026, valorinternational.globo.com/agribusiness/news/2026/06/09/eu-ban-on-brazilian-meat-hits-meatpackers-shares.ghtml. Accessed 18 June 2026.

CAPUZZI, Bruno; GILIO, Leandro; YOSHIDA, Enresto. "European Union Rule on Antimicrobials Raises Concerns about Brazilian Meat – Media – Insper." Https://Agro.insper.edu.br/Storage/Mediaarticles/May2026/HgRtGrQo6lMCCnaealLj-Thumb.jpg, 2023, agro.insper.edu.br/en/midia/artigos/regra-da-uniao-europeia-sobre-antimicrobianos-acende-alerta-para-carne-brasileira. Accessed 18 June 2026.

EUROPEAN COMMISSION. "EU and Mercosur Sign Historic Agreement Creating One of the Largest Free Trade Zones in the World." European Commission – European Commission, 2026, ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ac_26_163.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). "FAO Study: Global Meat Supply Quadrupled over Six Decades, but Uneven Distribution Persists." Newsroom, FAO, 6 May 2026, www.fao.org/newsroom/detail/fao-study--global-meat-supply-quadrupled-over-six-decades--but-uneven-distribution-persists/en.

GILIO et. al. "European Union Rule on Antimicrobials Raises Concerns about Brazilian Meat –

MEDIA INSPER. Https://Agro.insper.edu.br/Storage/Mediaarticles/May2026/HgRtGrQo 6lMCCnaealLj-Thumb.jpg, 2023,agro.insper.edu.br/en/midia/artigos/regra-da- uniao- europeia-sobre-antimicrobianos-acende-alerta-para-carne-brasileira. Accessed 18 June 2026.

EUROPEAN UNION. "Implementing Regulation – EU – 2024/2598 – EN – EUR-Lex." Europa.eu, 2024, eur-lex.europa.eu/eli/reg_impl/2024/2598/oj/eng. Accessed 22 June 2026.

PANDEY, Samayak , et al. "FAO Study: Global Meat Supply Quadrupled over Six Decades, but Uneven Distribution Persists." Newsroom, FAO, 6 May 2026, www.fao.org/newsroom/detail/fao-study--global-meat-supply-quadrupled-over-six-decades--but-uneven-distribution-persists/en.

PAULA, Salati. "Veto à Carne Do Brasil: Por Que a União Europeia Quer Mais Controle Sobre Antibióticos Na Pecuária | G1." G1, 14 June 2026, g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2026/06/14/porque-a-uniao-europeia-quer-mais-controle-sobre-antibioticos-na-pecuaria.ghtml. Accessed 18 June 2026.

PESCE, Martina. "EU-Mercosur and CAP Reform: The Search for European Competitiveness – EST." EST – European Student Think Tank, Apr. 2026, esthinktank.com/2026/04/01/eu-mercosur-and-cap-reform-the-search-for-european-competitiveness/. Accessed 18 June 2026.

TELES, Isabel, and Julia Payne. “Brazil Contests EU Move to Block Animal Product Shipments.” Reuters, 12 May 2026, www.reuters.com/business/eu-block-brazil-animal-product-exports-september-2026-05-12/.

WALENDORFF, Rafael. “EU Rejects Brazil’s Transition Proposal on Antimicrobials.” Valorinternational, 27 May 2026, valorinternational.globo.com/agribusiness/news/2026/05/27/eu-rejects-brazils-transition-proposal-on-antimicrobials.ghtml. Accessed 18 June 2026.

---. “UK May Follow EU in Restricting Brazilian Meat Imports.” Valorinternational, 8 June 2026, valorinternational.globo.com/agribusiness/news/2026/06/08/uk-may-follow-eu-in-restricting-brazilian-meat-imports.ghtml. Accessed 22 June 2026.

WRIGHT, Ruth. “EU’s Brazil Meat Ban Targets the Wrong Problem, Say NGOs.” Euronews, euronews.com, 14 May 2026, www.euronews.com/2026/05/14/the-problem-is-not-the-antibiotics-animal-welfare-groups-react-angrily-to-brazilian-meat-b. Accessed 18 June 2026.

As Perspectivas Econômicas Globais e Regionais Atualizadas do Banco Mundial

Perspectivas Económicas Mundiales y Regionales Actualizadas del Banco Mundial

The World Bank's Updated Global and Regional Economic Outlook

Isis Pillar Cazumbá

Resumo: O conflito no Oriente Médio ampliou os preços da energia e do petróleo, resultando em uma interferência negativa à economia global. De acordo com o mais recente relatório sobre as perspectivas econômicas globais e regionais, elaborado pelo Banco Mundial, que devido à guerra, o crescimento econômico global retrocederá, assim como o crescimento regional. Além deste impacto negativo, a instituição financeira identificou que as regiões e os países enfrentarão dificuldades para combater a pobreza, a insegurança alimentar e o não desenvolvimento de empregos em razão das pressões fiscais.

Palavras-chave: Banco Mundial; economia; perspectivas econômicas globais e regionais.

***Resumen**: El conflicto en Oriente Medio ha disparado los precios de la energía y el petróleo, con un impacto negativo en la economía mundial. Según el último informe sobre perspectivas económicas mundiales y regionales, elaborado por el Banco Mundial, el crecimiento económico mundial se ralentizará a causa de la guerra, al igual que el crecimiento regional. Además de este impacto negativo, la institución financiera señaló que las regiones y los países enfrentarán dificultades para combatir la pobreza, la inseguridad alimentaria y el estancamiento del empleo debido a las presiones fiscales.*

***Palabras clave**: Banco Mundial; economía; perspectivas económicas globales y regionales*

***Abstract**: The conflict in the Middle East has driven up energy and oil prices, resulting in a negative impact on the global economy. According to the latest report on global and regional economic prospects, prepared by the World Bank, global economic growth will slow down due to the war, as will regional growth. In addition to this negative impact, the financial institution identified that regions and countries will face difficulties in combating poverty, food insecurity, and job stagnation due to fiscal pressures.*

***Keywords:** World Bank. Economy; global and regional economic perspectives.*

Projeções Econômicas Globais e Regionais

A guerra no Oriente Médio trouxe muitos desafios para a economia global. A inflação ampliada, os preços da energia e do petróleo nas alturas e a certa política monetária mais restrita foram alguns dos impactos negativos oriundos do conflito.

Diante destes fatores, as projeções econômicas globais e regionais foram atualizadas, revelando dados desanimadores a respeito do crescimento global. De acordo com o *Global Economic Prospects*, relatório econômico produzido pelo Banco Mundial (BM), o crescimento

global deve desacelerar para 2,5% neste ano, “antes de se firmar em 2027-2028, à medida que o fornecimento de energia se recupera e o comércio se fortalece”. O BM pontuou que a ampliação das hostilidades, a suspensão das *commodities* e as indefinições políticas e comerciais podem ajudar a ampliar esta desaceleração. No lado mais positivo, o BM considerou que se a inteligência artificial (IA) for aplicada de forma mais ampla, esta poderá ajudar a aumentar a atividade econômica.

Em relação às projeções regionais, o BM afirma que haverá desaceleração do crescimento em todos os mercados emergentes e em todas as regiões da economia em desenvolvimento neste ano, sendo as regiões do Oriente Médio e do Norte da África como as mais afetadas, assim como os países, Paquistão e Afeganistão. De acordo com o BM, “os impactos regionais diferem com base na exposição energética, reservas estratégicas e *buffers* políticos”.

O relatório do BM pontuou que as regiões e os países enfrentarão dificuldades para combater a redução da insegurança alimentar e da pobreza e para gerar empregos devido às pressões fiscais. A instituição financeira ainda aponta que a economia das regiões e dos países possuem perspectivas baixas, não somente devido a interrupção das *commodities* e das incertezas do comércio internacional, mas sim ao estresse financeiro e aos choques provocados pelas alterações climáticas. As recuperações econômicas foram todas projetadas para os anos de 2027 e 2028, caso se confirmem a queda dos preços da energia e do petróleo e ampla recuperação da atividade global.

Tabela 1: Perspectivas Regionais

África Subsaariana	América Latina e Caribe	Europa e Ásia Central	Leste Asiático e Pacífico	Oriente Médio, Norte da África, Afeganistão e Paquistão	Sul da Ásia
O crescimento deve cair para 4.0% em 2026, antes de subir para 4.4% em 2027.	O crescimento deve cair para 2.2% em 2026, antes de subir para 2.5% em 2027.	O crescimento deve cair para 2.1% em 2026, antes de retornar a 2.3% em 2027.	O crescimento deve desacelerar para 4.2% em 2026, antes de se firmar em 4.4% em 2027.	A previsão é que o crescimento caia para 1.6% em 2026, antes de se recuperar para 5.0% em 2027.	O crescimento deve desacelerar para 6.3% em 2026, antes de subir para 6.9% em 2027.

Fonte: Banco Mundial, 2026

Projeções para os Países de Baixa Renda

O BM fez projeções do crescimento econômico dos países de baixa renda. De acordo com o relatório, estima-se que o crescimento nestes países atinja 5,4% em 2026, um pouco abaixo do que já havia sido previsto, tendo relação direta com o conflito no Oriente Médio. Para os anos de 2027 e 2028, a média projetada para o crescimento ficou em 5,5%. O BM também projetou o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* para estes países, enfatizando que os ganhos serão desiguais e ineficientes para combater o progresso da pobreza.

A instituição financeira apontou que a economia dos países de baixa renda estão mais expostas a fraca demanda global, a ampliação das tensões geopolíticas, a inflação mais pressionada e os choques provenientes do clima. O BM ainda pontuou que o recente surto de Ebola – que já é considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional – pode aumentar a lista de riscos negativos para estes países.

Dívida Alta e Preços Oscilantes das Commodities

O BM analisou em seu relatório a dívida alta e o preço das *commodities* nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento. Segundo a instituição financeira, a dívida alta dos governos retrata o enorme desafio que estes países enfrentam, tais como "aumento das taxas de juros, os pagamentos de serviço da dívida e o risco de sofrimento". Os custos de empréstimos relacionados à dívida não são simples, pois o BM adverte que "aumentos nos índices de dívida para o PIB geram aumentos progressivamente maiores nas taxas de juros quanto maior a dívida já é". O BM afirma que os países que possuem históricos de políticas ineficientes, alta inadimplência e baixas classificações de crédito, encaram mais problemas para colocarem as suas economias em ordem.

Para o BM, os tomadores de decisões destes países devem fortalecer as políticas fiscais, através de "mobilização de receita, gastos eficientes e melhor gestão da dívida", com o objetivo de frear os custos de empréstimos e salvaguardar a criação de empregos e o espaço para investimentos.

Em relação às oscilações nos preços das *commodities*, o BM credita o efeito às interrupções no mercado, o que traz para os países de economias em desenvolvimento mais desafios fiscais. De acordo com o BM, devido as posições fiscais mais instáveis na maioria destes países, a questão das *commodities* acaba refletindo nas receitas mais baixas e voláteis e no acúmulo restrito de *buffer*. O BM pontua no relatório que "as respostas fiscais aos choques dos preços das *commodities* sugerem que as receitas são gradualmente gastas em vez de salvas". As regras fiscais e os fundos soberanos auxiliaram ao amenizar os gastos nos ciclos mais duradouros das c*ommodities*, porém, ofereceram pouca proteção devido "as pressões de gastos que se intensificaram após os choques das *commodities*".

O BM aconselha no relatório para estas economias uma agenda política com diretrizes fiscais bem direcionadas, onde privilegiem as diversificações em suas receitas, com conselhos fiscais independentes e uma boa administração dos fundos soberanos, além de fortalecer as instituições e a gestão da dívida.

Considerações Finais

Como era previsível, os impactos negativos oriundos do conflito geopolítico no Oriente Médio conduziram o crescimento global ao menor índice desde a pandemia da COVID-19. As projeções econômicas do BM para o ano de 2026 apenas evidenciaram que a realidade do aumento dos preços do petróleo e da energia, da alta inflação e do elevado custo dos empréstimos já está refletindo na economia global.

Se a economia global sofre, a economia regional sofre junto. Mais ainda, as economias emergentes e em desenvolvimento. De acordo com o presidente do BM, Ajay Banga, as economias dos países em desenvolvimento foram testadas enormemente na última década. O presidente avaliou que os impactos negativos variam de país para país, porém ressaltou que se

deve “proteger as pessoas e preservar a estabilidade hoje, sem abrir mão do crescimento e dos empregos amanhã”, ou seja, enfrentar os choques de maneira eficiente para não regredir ainda mais.

Apesar da fala do presidente tentar demonstrar algum alento, a situação não é simples de se resolver. O fechamento do Estreito de Ormuz trouxe turbulência para os mercados de energia, com os preços estimados do petróleo bruto para uma média de US$94 por barril em 2026, 36% acima dos níveis de 2025, revelando que as piores interrupções sejam reduzidas para o mês de julho. Já os preços dos fertilizantes aumentarão neste ano, atingindo em cheio os preços dos alimentos – o que deve impulsionar a insegurança alimentar. Estas duas pressões juntas estão sendo capazes de elevar a inflação global, que está projetada para 4,0% para este ano.

Com todas estas projeções difíceis, o BM se comprometeu em ajudar todos os países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que estes resolvem as suas crises. A instituição financeira está disponibilizando de forma imediata entre US$ 50 a US$ 60 bilhões de dólares, através de seu plano de resposta, que visa oferecer apoio às redes de proteção social aos que estão em situação de vulnerabilidade, além de “aumentar a capacidade fiscal e fornecer capital de giro e suporte à liquidez para empresas e fazendas”. De acordo com o BM, mais de 30 países pediram apoio à instituição financeira e estão trabalhando ativamente para responder de forma célere as intempéries da crise. O BM afirma que caso a guerra e as consequências econômicas continuem, o Banco se compromete em aumentar o seu apoio em US$ 80 a US$ 100 bilhões de dólares.

Referências

Banco Mundial. *Global Economic Prospects*. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects Acesso em 22 jun 2026

Banco Mundial. *Conflito no Oriente Médio leva o crescimento global ao menor índice desde a COVID-19.* Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2026/06/11/global-economic-prospects-june-2026-press-release Acesso em 22 jun 2026.

Organização Mundial da Saúde. *Epidemic of Ebola Disease caused by Bundibugyo virus in the Democratic Republic of the Congo and Uganda determined a public health emergency of international concern* Disponível em: https://www.who.int/news/item/17-05-2026-epidemic-of-ebola-disease-in-the-democratic-republic-of-the-congo-and-uganda-determined-a-public-health-emergency-of-international-concern Acesso em 22 jun 2026.

Projetos na área do Trabalho dos Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) e cooperação com a OIT

Proyectos en el ámbito del Trabajo de los Bancos Regionales de Desarrollo (BRD) y cooperación con la OIT

Projects in the Area of Labor at Regional Development Banks (RDBs) and Cooperation with the ILO

Laura Tavares Soares

Resumo: Em virtude do último Seminário de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz sobre a Conferência Internacional do Trabalho da OIT (em 17 de junho passado), este Informe aborda a temática na perspectiva da cooperação dos BRDs com a OIT, analisando seus projetos na área do trabalho. Estes projetos estão voltados à *geração de emprego, ao desenvolvimento de habilidades, à inclusão produtiva, à formalização do trabalho e à adaptação ao trabalho digital, verde e inclusivo*. A maioria dos projetos tem como foco principal a juventude. A atuação conjunta entre os BRDs e a OIT visa alinhar a capacidade de financiamento em grande escala dos BRDs com a expertise técnica da OIT, além de incorporar nos projetos dos BRDs alguns dos princípios universais da OIT como o *trabalho decente*.

Palavras-chave: Projetos na área do Trabalho dos BRDs; Cooperação entre os BRDs e a OIT.

Resumen: *Tras el último Seminario Salud Global e de Diplomacia de la Salud Fiocruz sobre la Conferencia Internacional del Trabajo de la OIT (celebrado el 17 de junio), este informe aborda el tema desde la perspectiva de la cooperación entre los BRD y la OIT, analizando sus proyectos en el ámbito del trabajo. Estos proyectos se centran en la creación de empleo, el desarrollo de competencias, la inclusión productiva, la formalización del trabajo y la adaptación al trabajo digital, verde e inclusivo. La mayoría de los proyectos se dirigen principalmente a la juventud. La acción conjunta entre los BRD y la OIT busca alinear la capacidad de financiación a gran escala de los BRD con la experiencia técnica de la OIT, así como incorporar algunos de los principios universales de la OIT, como el trabajo decente, en los proyectos de los BRD.*

Palabras clave: *Proyectos en el ámbito laboral en los BRDs; Cooperación entre los BRDs y la OIT.*

Abstract: *Following the last Fiocruz Global Health and Diplomacy of Health Seminar on the ILO International Labour Conference (held on June 17th), this report addresses the topic from the perspective of cooperation between the BRDs and the ILO, analyzing their projects in the area of work. These projects are focused on job creation, skills development, productive inclusion, formalization of work, and adaptation to digital, green, and inclusive work. Most projects have a primary focus on youth. The joint action between the BRDs and the ILO aims to align the large-scale financing capacity of the BRDs with the ILO's technical expertise, as well as incorporating some of the ILO's universal principles, such as decent work, into the BRDs' projects.*

Keywords: *Projects in the area of Labor in the BRDs; Cooperation between the BRDs and the ILO.*

Desenvolvimento de projetos dos BRDs na área do Trabalho

Os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) internacionais — como AfDB (Banco Africano de Desenvolvimento), ADB (Banco Asiático de Desenvolvimento), EBRD (Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento), CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina) e outros — realizam projetos que promovem *geração de emprego, desenvolvimento de habilidades ("skills"), inclusão produtiva, formalização do trabalho e adaptação ao futuro do trabalho (digital, verde e inclusivo)*.

Os BRDs atuam corrigindo falhas de mercado, financiando infraestrutura, Pequenas e Médias Empresas (PMEs), empreendedorismo e reformas de mercado de trabalho, com forte ênfase em mensuração de impactos em empregos (qualidade e quantidade).

Em 2026, vários MDBs ("Multilateral Development Banks") — incluindo BRDs — adotaram uma abordagem comum para medir resultados em empregos. Trata-se de um quadro harmonizado para *medir empregos apoiados, gerados e sustentados* que busca consistência entre MDBs em *definições, unidades de medida, janelas de medição e níveis de evidência.* Seus princípios centrais são a definição padronizada de emprego (FTE); a distinção clara entre criação vs. sustentação; a ênfase em atribuição/contrafactual quando possível; a desagregação por gênero/idade/formalidade, transparência e verificabilidade. Um dos indicadores adotados foi o de empregos para jovens (entre 15–24 anos) e mulheres (número e %).

Os BRDs que adotaram de forma coordenada essa abordagem comum para mensurar resultados na geração de empregos foram: o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB); o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB); o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB); o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD); o Banco Europeu de Investimento (EIB); e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB).

O foco na Área do Trabalho se traduz em projetos nas seguintes áreas:

- *Geração de empregos* via apoio a setores produtivos, PMEs e infraestrutura.
- *Desenvolvimento de habilidades e empregabilidade* ("employability"), através de Educação Técnica e Vocacional.
- *Inclusão* de jovens, mulheres, vulneráveis e *trabalhadores informais*.
- *Políticas de mercado de trabalho* através de serviços de *emprego público, pensões e* ***proteção social****.*

A seguir são apresentados alguns exemplos de atuação na área do Trabalho por BRD:

1. AfDB (Banco Africano de Desenvolvimento)

- Estratégia Empregos para Jovens na África ("Jobs for Youth in Africa"), com uma meta ambiciosa de criar 25 milhões de empregos e capacitar 50 milhões de jovens com habilidades *empregáveis*. Foco em empreendedorismo, PMEs e *formalização da economia informal*.
- Projetos de empregabilidade juvenil (ex.: em Camarões, com estágios e inserção no mercado).
- Investimentos em infraestrutura, agricultura e setores produtivos que geram empregos diretos e indiretos.

2. ADB (Banco Asiático de Desenvolvimento)

- Projetos de *Habilidades para o Emprego ("*Skills for Employment") (com projetos educativos em agricultura, construção e transporte).
- *Iniciativas de **proteção social** e mercado de trabalho*, com foco em jovens, mulheres e trabalhadores informais.
- *Ênfase em transição digital e verde*, com impacto em produtividade e emprego.

3. EBRD (Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento)

Projetos que fomentem a *transição para economias de mercado, empreendedorismo e setor privado*, gerando empregos em países da Europa Oriental, Cáucaso, Ásia Central e Mediterrâneo.

Foco em *inclusão de gênero, digitalização e sustentabilidade*, com forte componente de capacitação e apoio a PMEs.

4. CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina)

- Financiamentos e cooperações técnicas que *integram geração de emprego com infraestrutura, integração regional, educação e cadeias produtivas*.
- Ênfase em *desenvolvimento sustentável* e *oportunidades para jovens*.

Como tendências comuns entre os BRDs nos projetos na área do trabalho temos a abordagem comum para mensuração de impacto (criada em 2026 e detalhada acima); as parcerias com o setor privado, os governos e organizações como a *OIT (Organização Internacional do Trabalho)*; e as prioridades transversais nas áreas de jovens, gênero, clima e digitalização.

Muitos financiamentos ocorrem via governos nacionais, PMEs ou parcerias com Sebrae-like locais. Esses bancos complementam os BRDs nacionais (como BRDE, BNB, BASA no Brasil) e o BNDES, com visão regional/multilateral.

Cooperação BRDs — OIT

As relações entre os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) internacionais e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) são marcadas por parcerias estratégicas, acordos de cooperação e iniciativas conjuntas focadas em *trabalho decente, geração de empregos de qualidade, desenvolvimento de habilidades ("skills"), inclusão produtiva, formalização laboral e transição justa (verde, digital e inclusiva)*.

Essas colaborações visam alinhar a capacidade de financiamento em grande escala dos BRDs com o mandato tripartite da OIT (governos, empregadores e trabalhadores), promovendo impactos socioeconômicos mensuráveis.

Os principais mecanismos na cooperação dos BRDs com a OIT são os *Acordos Institucionais*, através de Memorandos de Entendimento ("MoUs"), *parcerias técnicas e grupos de trabalho conjuntos*.

Esses acordos possuem uma abordagem sistêmica, com os BRDs trabalhando cada vez mais de forma coordenada entre si, com *a OIT como parceira chave para expertise em trabalho decente*.

Existe um alinhamento dos projetos conjuntos com agendas globais, como o ODS 8 (Trabalho Decente), a Agenda 2030, e os princípios da Transição Justa ("Just Transition principles").

Essas relações fortalecem a efetividade dos financiamentos dos BRDs, incorporando a expertise da OIT para garantir que os projetos gerem ***não apenas crescimento econômico, mas empregos decentes e inclusivos***. Muitos projetos são implementados via governos nacionais ou diretamente com o setor privado.

As *principais áreas de cooperação* incluem:

- *Geração e qualidade de empregos*, com a integração de componentes de emprego em projetos de infraestrutura, PMEs e cadeias produtivas.
- *Desenvolvimento de habilidades e empregabilidade* ("employability"), com Educação Técnica e Vocacional, capacitação para jovens, mulheres e vulneráveis.
- *Inclusão e **proteção social***, com foco em gênero, juventude, trabalhadores informais, migração e transição justa.
- *Análise de impacto e políticas*, com avaliações de impacto laboral, reformas de mercado de trabalho e mensuração de resultados (ex.: a supracitada metodologia comum de avaliação de empregos dos BRDs).
- *Resposta a crises*, como pandemias, choques climáticos e migração.

O *Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB)* possui uma parceria forte com a OIT através da estratégia Empregos para Jovens na África ("Jobs for Youth in Africa"). Foi lançado em conjunto com o projeto *Marcador para a Integração do Emprego Juvenil*, com habilidades e empreendedorismo em operações do banco ("Youth, Jobs and Skills Marker").

O foco da cooperação AfDB com a OIT é, portanto, dirigido a *programas de capacitação, avaliações de impacto de emprego e reformas para priorizar investimentos que gerem oportunidades sustentáveis para **jovens***.

O *Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB)* possui projetos conjuntos com a OIT em *Habilidades para o Emprego* ("Skills for Employment"), como na Mongólia e Bangladesh, melhorando a Educação Técnica e Vocacional, bem como a empregabilidade em setores prioritários.

O Banco possui uma cooperação histórica com a OIT para *padrões laborais e redução da pobreza via trabalho decente*.

O *Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD)* possui parcerias com a OIT em *inclusão econômica, cuidados à criança ("childcare") e emprego feminino* (como por exemplo na Turquia, com união de Municípios).

O Banco apresenta ainda iniciativas conjuntas com a OIT durante pandemias (como por exemplo resposta ao COVID nos Bálcãs) e transição para economias de mercado com foco em *habilidades e inclusão.*

O *Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF)*, fez um Acordo de Cooperação com a OIT (2020) para impulsionar *mais e melhores empregos, fortalecendo as PMEs, a formalização do trabalho e o desenvolvimento sustentável na região*.

Os exemplos de projetos conjuntos entre a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) destacam colaborações práticas que integram financiamento em escala com expertise em trabalho decente, geração de empregos de qualidade, desenvolvimento de habilidades (TVET), empreendedorismo juvenil e inclusão (mulheres, jovens, vulneráveis).

Detalhamento dos projetos dos BRDs com a OIT

1. AfDB (Banco Africano de Desenvolvimento)

O AfDB possui parcerias fortes com a OIT nos seguintes Projetos:

- **Marcador de Juventude, Empregos e Habilidades** ("***Youth, Jobs and Skills Marker System***")

Trata-se de um sistema pioneiro para integrar sistematicamente o ***emprego juvenil*** com o *desenvolvimento de habilidades e o empreendedorismo em todos os investimentos do AfDB*. A OIT forneceu suporte técnico para sua criação e implementação. Está alinhado à Estratégia Empregos para a Juventude na África ("Jobs for Youth in Africa"), período 2016-2026, que visa criar 25 milhões de empregos e capacitar 50 milhões de jovens. É uma *inovação global entre instituições financeiras internacionais.*

O *Marcador de Juventude, Empregos e Habilidades* (Youth, Jobs and Skills Marker System) é uma ferramenta pioneira lançada em 2025 pelo **Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB)** em parceria com a **OIT** (Organização Internacional do Trabalho).

É o primeiro sistema deste tipo criado por uma instituição financeira de desenvolvimento em todo o mundo.

O sistema busca integrar sistematicamente considerações de ***emprego juvenil***, desenvolvimento de habilidades e empreendedorismo em todos os investimentos do AfDB — desde a programação de ***estratégias país*** (CSPs) até o ***ciclo completo de projetos*** (preparação, aprovação, implementação, supervisão e avaliação). Seu foco é maximizar o impacto de cada dólar investido, ***transformando o bônus demográfico africano em dividendos reais de desenvolvimento***.

Alinhado à Estratégia "*Jobs for Youth in Africa*" do AfDB e à mais recente *Estratégia de Dez Anos do Banco*, ele aborda o desafio de que, *anualmente, 10-12 milhões de jovens africanos entram no mercado de trabalho, mas apenas cerca de 3 milhões de vagas formais são criadas*.

O marcador opera em torno de três pilares interligados:

- "Youth" (Juventude). Apoio a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) lideradas por jovens, com integração operacional e investimentos direcionados em cadeias de valor prioritárias.
- "Skills" (Habilidades). Expansão do acesso a treinamentos práticos, orientados pelo mercado, aprendizados ("apprenticeships") e capacitação para melhorar a empregabilidade.
- "Jobs" (Empregos). Garantia de que projetos financiados criem *oportunidades de trabalho sustentáveis e decentes, promovendo empreendedorismo juvenil e vínculo com o setor privad*o.

É inspirado no "Gender Marker System" do próprio AfDB, categorizando os projetos conforme o nível de contribuição para os objetivos de juventude, habilidades e empregos (com scores ou níveis de marcação, como *principal, significativo ou geral*).

Possui uma Plataforma "online/dashboard" em tempo real, permitindo que equipes do Banco, consultores e parceiros acessem dados para:

- Preparação de estratégias para o país (*estratégia país do AfDB*)
- Revisões de meio de mandato e relatórios anuais.
- Supervisão de projetos.
- Monitoramento e relato de resultados em habilidades, empresas e empregos para jovens.

Possui ainda integração com todos os setores: *agricultura, transporte, energia, água, educação, infraestrutura* etc.

A mensuração é padronizada, melhorando as estimativas de alcance em habilidades e emprego, *fortalecendo sistemas de informação do mercado de trabalho e apoiando decisões baseadas em evidências*.

Seu status de Implementação (no período 2025/2026) é:

- Lançamento em julho de 2025 (por ocasião do *Dia Mundial das Habilidades da Juventude*).
- Sua versão piloto já foi lançada, com "rollout" completo previsto para 2026.

O suporte técnico é fornecido pela OIT, com expertise em trabalho decente e ferramentas utilizadas nos acordos com Bancos.

Seu financiamento provém do *Fundo Multidoadores de Empreendedorismo e Inovação Juvenil* (YEI MDTF) do AfDB.

O impacto esperado é uma maior "accountability" e uma *integração transversal do tema* ***juventude*** *em todo o portfólio do AfDB* (operações soberanas e não soberanas); uma contribuição com o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico); e a melhoria na qualidade e quantidade de empregos, com *ênfase em inclusão* (jovens, mulheres, vulneráveis) e *sustentabilidade*.

Esse marcador representa uma inovação global nos Bancos de Desenvolvimento, influenciando em como outros BRDs e MDBs podem incorporar dimensões de emprego em suas operações.

TVET

O treinamento **TVET** na África significa "**Technical and Vocational Education and Training"** (traduzido como **Educação e Formação Técnica e Profissional — EFTP**). Trata-se de um modelo educacional focado em capacitação prática e técnica voltada diretamente para o mercado de trabalho, servindo como uma alternativa e um complemento ao ensino acadêmico tradicional.

Atualmente, o TVET é considerado um dos pilares mais estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico do continente africano.

Seus principais objetivos são:

- **Combate ao desemprego juvenil.** Como a África possui uma das populações mais jovens do mundo, o TVET foca em fornecer habilidades rápidas para que os jovens consigam emprego assalariado ou criem o próprio negócio. [https://tvetjournal.com https://www.afdb.org]
- **Preenchimento da escassez de mão de obra.** Ajuda a suprir a falta de profissionais qualificados em setores fundamentais como engenharia, construção, manufatura e serviços.[https://international-partnerships.ec.europa.eu; https://connect.unevoc.unesco.org; https://www.unhcr.org]
- **Inclusão social e econômica:** Programas apoiados por agências internacionais integram minorias, mulheres e refugiados na economia ativa. [https://www.afdb.org; https://www.unhcr.org]

As qualificações oferecidas pelo TVET cobrem uma ampla variedade de habilidades industriais e de serviços, incluindo: [https://www.unhcr.org]

- *Ofícios Técnicos:* Eletricistas, soldadores, mecânicos de automóveis e pedreiros.
- *Tecnologia:* Processos de engenharia, manutenção de hardware e desenvolvimento de software.
- *Setor de Serviços***:** Agricultura sustentável, turismo, confecção de roupas e gestão de pequenos negócios.

Para modernizar o sistema, diversas organizações e governos africanos estão implementando novos planos de ação:

- ***Estratégia Continental da União Africana (2025-2034)*****:** A União Africana (UA) atualizou suas diretrizes de TVET para alinhar os currículos nacionais com a *criação de riqueza, redução da pobreza e transição digital*.
- ***Parcerias Internacionais****:* Projetos como a Iniciativa Equipe Europa (TEI OP-VET) e programas da UNESCO no Sudão do Sul fornecem infraestrutura e recursos para treinar milhares de pessoas.
- ***Certificação de Competências Práticas*****:** Países como o Quênia, por meio da Mastercard Foundation, oferecem caminhos para que trabalhadores informais que já têm experiência (como mecânicos de rua) validem seus conhecimentos e obtenham diplomas oficiais.

Apesar de sua relevância, o TVET na África enfrenta barreiras culturais e estruturais: [https://www.youtube.com]

- **Percepção Social.** Muitos jovens e pais ainda preferem o ensino universitário tradicional por considerarem que o trabalho técnico possui menor prestígio social.
- **Falta de Regulamentação Local.** Especialistas apontam a necessidade de leis que exijam certificação oficial para a contratação em obras e indústrias, garantindo que os formados pelo TVET tenham prioridade no mercado de trabalho.

Projetos específicos AfDB-OIT em países da África:

- ***Zimbábue***. Projetos *financiados pelo AfDB e implementados pela OIT*, tais como empoderamento de jovens e mulheres em agricultura, mineração artesanal e cadeias de valor. Inclui treinamento TVET*, criação de mercados seguros e políticas setoriais, gerando empregos decentes e capacitação em empreendimento.

- ***Camarões***. Suporte à empregabilidade juvenil via abordagem Employment Intensive Investment (EIIP) em infraestrutura rodoviária — treinamento de 2.500 jovens, criação de ~1.150 empregos (diretos e indiretos) e fortalecimento de PMEs e comitês comunitários.
- ***Sudão***. Adaptação da metodologia TREE ("Training for Rural Economic Empowerment") para diversificação econômica rural, treinamento vocacional e empreendedorismo, beneficiando milhares de mulheres e homens em comunidades rurais.
- ***República Democrática do Congo*** (PEJAB) e Guiné Equatorial (setor pesqueiro): Incubadoras para jovens agroempreendedores, treinamento SIYB (Start and Improve Your Business) e fortalecimento de cadeias de valor.

2. O ADB (Banco Asiático de Desenvolvimento) e a OIT

A cooperação entre o ADB e a OIT se dá nas áreas de Habilidades para o Emprego ("Skills for Employment") e padrões laborais. Possuem projetos conjuntos em *TVET, empregabilidade e redução da pobreza via trabalho decente em países asiáticos*.

3. O CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina) e a OIT

Os acordos do CAF com a OIT são para *geração de mais e melhores empregos*, especialmente em resposta a crises, com foco em PMEs e *formalização do trabalho*.

4. O EBRD (Banco Europeu de Reconstrução) e a OIT.

As parcerias se dão em *inclusão econômica, emprego feminino e transição para economias de mercado*.

Finalmente, todos esses *projetos dos BRDs com a OIT* possuem certas características comuns, como a ênfase em mensuração de impacto (empregos criados/melhorados, qualidade do trabalho); a integração de ferramentas da OIT em operações com os bancos; e o *foco transversal* na ***juventude****, gênero, transição justa (verde/digital) e economia rural/informal*.

Os projetos também são implementados em parceria com *governos nacionais, PMEs e atores locais*, combinando recursos financeiros dos BRDs com a expertise técnica da OIT.

Considerações Finais

Os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs), como a própria denominação indica, já promoviam projetos de desenvolvimento que incorporavam a dimensão do Trabalho, porém com ênfase no crescimento econômico.

A partir da cooperação com a OIT a área do trabalho nos projetos dos BRDs passa a adquirir outras dimensões, como a do trabalho decente. Não basta gerar empregos: estes devem ser de qualidade, garantindo condições de trabalho dignas com proteção social. Além disso, deve ser inclusivo, incorporando aqueles setores da sociedade mais vulneráveis, como os jovens, as mulheres, e os grupos expostos à riscos (ambientais, sociais e econômicos).

Neste Informe fica visível o foco em projetos dirigidos aos jovens, incorporando ações educativas destinadas, principalmente, à criação de habilidades técnicas que visam a inclusão no mercado de trabalho. Por outro lado, também foi relatada a preocupação dos jovens em adquirir

uma educação mais formal em níveis superiores, como a universitária (como ficou demonstrado em vídeo gravado na África https://www.youtube.com).

Referências

1. ilo.org
2. https://www.ilo.org/pt-pt/regions-and-countries/latin-america-and-caribbean/brasil/conheca-oit
3. https://www.afdb.org/
4. https://tvetjournal.com
5. https://www.unhcr.org
6. https://www.adb.org/
7. https://www.ebrd.com/
8. https://www.caf.com/
9. https://www.youtube.com
10. https://international-partnerships.ec.europa.eu
11. https://connect.unevoc.unesco.org

Comércio Multilateral, Minerais Críticos e o Tratado de Budapeste

Comercio Multilateral, Minerales Críticos y el Tratado de Budapest

Multilateral Trade, Critical Minerals, and the Budapest Treaty

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo: Este informe examina desenvolvimentos recentes relacionados ao comércio multilateral, aos minerais críticos e à propriedade intelectual. Inicialmente, analisa declarações da Diretora-Geral Adjunta da OMC, DJ Nordquist, ressaltando a permanência da relevância do sistema multilateral de comércio diante das transformações tecnológicas e das incertezas geopolíticas. Em seguida, apresenta resultados recentes da UNCTAD sobre a crescente importância estratégica dos minerais críticos para a transição energética, a concentração da produção e do refino, a expansão das restrições à exportação e a proliferação de parcerias internacionais voltadas ao fortalecimento da resiliência das cadeias de suprimento. O informe também discute os riscos de fragmentação e os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento para ampliar a captura de valor. Por fim, examina a adesão do Brasil ao Tratado de Budapeste e suas implicações para o reconhecimento internacional de depósitos de microrganismos para fins patentários.

Palavras-chave: comércio multilateral; Organização Mundial do Comércio; minerais críticos; transição energética; restrições à exportação; cadeias globais de valor; resiliência das cadeias de suprimento; propriedade intelectual; Tratado de Budapeste; depósitos de microrganismos.

Resumen: *Este informe examina los desarrollos recientes relacionados con el comercio multilateral, los minerales críticos y la propiedad intelectual. En primer lugar, analiza las declaraciones de la Directora General Adjunta de la OMC, DJ Nordquist, subrayando la vigencia del sistema multilateral de comercio frente a las transformaciones tecnológicas y las incertidumbres geopolíticas. A continuación, presenta las conclusiones recientes de la UNCTAD sobre la creciente importancia estratégica de los minerales críticos para la transición energética, la concentración de la producción y del refinado, la expansión de las restricciones a la exportación y la proliferación de asociaciones internacionales destinadas a reforzar la resiliencia de las cadenas de suministro. El informe también aborda los riesgos de fragmentación y los desafíos que enfrentan los países en desarrollo para aumentar la captura de valor. Finalmente, examina la adhesión de Brasil al Tratado de Budapest y sus implicaciones para el reconocimiento internacional de los depósitos de microorganismos con fines de patente.*

Palabras clave: *comercio multilateral; Organización Mundial del Comercio; minerales críticos; transición energética; restricciones a la exportación; cadenas globales de valor; resiliencia de las cadenas de suministro; propiedad intelectual; Tratado de Budapest; depósitos de microorganismos.*

Abstract: T*his report examines recent developments in multilateral trade, critical minerals and intellectual property. It first discusses statements by WTO Deputy Director-General DJ Nordquist, highlighting the continued relevance of the multilateral trading system amid technological change and geopolitical uncertainty. It then analyses recent UNCTAD findings on the growing*

strategic importance of critical minerals for the energy transition, the concentration of production and refining capacities, the increasing use of export restrictions and the proliferation of international partnerships aimed at strengthening supply chain resilience. The report also addresses the risks of fragmentation and the challenges faced by developing countries seeking to capture greater value from mineral resources. Finally, it examines Brazil's accession to the Budapest Treaty and its implications for the international recognition of microorganism deposits for patent purposes, emphasising potential benefits for legal certainty, technological development and the integration of Brazilian institutions into global biotechnology innovation networks.

Keywords: *multilateral trade; World Trade Organization; critical minerals; energy transition; export restrictions; global value chains; supply chain resilience; intellectual property; Budapest Treaty; microorganism deposits.*

DJ Nordquist: A OMC como Fundamento do Comércio Internacional em um Contexto de Transformações Tecnológicas e Incertezas Geopolíticas

Em pronunciamento realizado em Londres, em 10 de junho, durante o lançamento do relatório Future of Trade Report 2026 do Dubai Multi Commodities Centre, a Diretora-Geral Adjunta da OMC, DJ Nordquist, afirmou que a Organização Mundial do Comércio continua sendo o principal alicerce do sistema multilateral de comércio, servindo de base para a grande maioria do comércio global, apesar dos desafios crescentes enfrentados pela economia internacional.

Neste evento, Nordquist:

• Destacou a importância de análises estratégicas sobre o futuro do comércio internacional em um cenário de profundas mudanças econômicas e tecnológicas (OMC, 2026).

• Afirmou que a inteligência artificial, as novas tecnologias e a reorganização das cadeias globais de suprimentos em resposta às tensões geopolíticas estão transformando a produção, os serviços, a logística e a dinâmica competitiva das empresas, levantando novos desafios para o sistema de comércio internacional (OMC, 2026).

• Ressaltou que, embora o debate público enfatize a fragmentação e o desacoplamento econômico, os dados revelam um quadro mais complexo: o comércio global de bens e serviços cresceu cerca de 4,7% em 2025, acima do crescimento econômico mundial (2,9%), enquanto o comércio de mercadorias deverá crescer 1,9% em 2026 e 2,6% em 2027 (OMC, 2026).

• Contestou a percepção de declínio da OMC, argumentando que os relatos sobre sua perda de relevância são exagerados. Destacou que a organização reúne 166 membros responsáveis pela maior parte do comércio mundial e que nenhum país deixou a instituição desde sua criação, ao passo que mais de vinte governos negociam atualmente sua adesão (OMC, 2026).

• Assinalou que aproximadamente 72% do comércio mundial de mercadorias continua ocorrendo sob a cláusula da nação mais favorecida e segundo as regras multilaterais da OMC, evidenciando que os acordos regionais se apoiam em uma estrutura multilateral que permanece sendo a base do comércio internacional (OMC, 2026).

• Destacou a crescente utilização de abordagens plurilaterais como forma pragmática de atualização das regras do comércio, mencionando os avanços recentes em regulação

doméstica de serviços, facilitação de investimentos para o desenvolvimento e comércio eletrônico, como demonstração da capacidade de adaptação do sistema multilateral (OMC, 2026).

• Argumentou que a previsibilidade e a transparência proporcionadas pela OMC são fundamentais para as decisões empresariais relativas a investimentos, produção e cadeias de suprimentos, uma vez que as empresas dependem da estabilidade das regras em matéria de tarifas, procedimentos aduaneiros, regulamentações técnicas, serviços e propriedade intelectual (OMC, 2026).

• Enfatizou que grande parte da contribuição da organização ocorre por meio de suas atividades cotidianas, especialmente nos comitês da OMC, descritos como os "heróis desconhecidos" do sistema multilateral, nos quais são discutidas centenas de preocupações comerciais relacionadas a padrões técnicos, subsídios, licenciamento e procedimentos aduaneiros, sendo que cerca da metade dessas questões é posteriormente resolvida (OMC, 2026).

• Recordou o papel desempenhado pela OMC durante a pandemia de Covid-19, quando a organização forneceu informações aos formuladores de políticas, identificou gargalos nas cadeias de suprimentos e incentivou medidas para facilitar a circulação de vacinas e produtos essenciais (OMC, 2026).

• Indicou que a organização desempenha atualmente função semelhante diante das tensões envolvendo o Estreito de Ormuz, monitorando diariamente os fluxos comerciais por meio de um painel específico. Destacou que, das aproximadamente 78 medidas comerciais adotadas até então, cerca de 70% tiveram caráter facilitador, buscando ampliar a oferta de petróleo, gás, fertilizantes e alimentos (OMC, 2026).

• Reconheceu que a OMC necessita de reformas para adequar suas regras às transformações ocorridas na economia mundial desde 1995, observando que existe amplo consenso entre os membros quanto à necessidade de modernização da instituição (OMC, 2026).

• Ressaltou, contudo, que a construção de consensos entre 166 membros com diferentes níveis de desenvolvimento e prioridades nacionais constitui um processo inerentemente complexo, o que explica as dificuldades nas negociações multilaterais (OMC, 2026).

• Mencionou que a 14ª Conferência Ministerial não conseguiu formalizar o Pacote de Yaoundé, incluindo a extensão da moratória sobre tarifas aplicadas às transmissões eletrônicas, mas observou que as negociações continuaram em Genebra, seguindo precedentes históricos da própria organização (OMC, 2026).

• Salientou que os membros continuam buscando soluções por meio de iniciativas como a aplicação provisória do Acordo de Comércio Eletrônico entre 66 participantes e do compromisso assumido por 23 membros de não impor tarifas entre si sobre transmissões eletrônicas (OMC, 2026).

• Sustentou que, embora novas tecnologias, a expansão do comércio digital e as mudanças geopolíticas modifiquem as questões enfrentadas pelo sistema internacional, a necessidade de cooperação permanecerá essencial, assim como a demanda empresarial por previsibilidade e a necessidade governamental de transparência (OMC, 2026).

• Concluiu que, apesar dos desafios e da necessidade de reformas, a OMC continua sendo o principal fundamento do comércio internacional, constituindo uma fonte de transparência em períodos de incerteza, um foro para a resolução de problemas antes que se convertam em disputas formais e uma instituição na qual os governos continuam investindo por reconhecerem sua relevância para a estabilidade da economia mundial (OMC, 2026).

Minerais críticos: demanda em expansão e oferta concentrada

O documento *The shifting dynamics of critical minerals trade*, edição de junho do *Global trade update* da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e publicado pela UNCTAD examina como a política comercial vem sendo mobilizada para garantir acesso a minerais essenciais à transição energética e digital.

A demanda por minerais críticos para a transição energética (CETMs, na sigla em inglês), categoria que abrange lítio, cobalto, níquel, cobre e terras raras, cresce de forma acelerada com a expansão das tecnologias de energia limpa, da eletrificação e da digitalização, esta última incluindo centros de dados, semicondutores e eletrônicos de consumo, além de defesa e aeroespacial. Segundo projeções da Agência Internacional de Energia incorporadas ao relatório, entre 2024 e 2040 o lítio deve liderar o crescimento da demanda, com alta de 353%, seguido pela grafita (131%), níquel (69%), terras raras para ímãs (65%), cobalto (49%) e cobre (28%). A participação das tecnologias limpas no consumo total desses minerais também se amplia, deslocando os usos tradicionais. A fatia das tecnologias limpas na demanda de níquel deve subir de 17% para 42% entre 2024 e 2040, a de terras raras para ímãs de 21% para 31%, e a de lítio de 62% para 87% (UNCTAD, 2026).

Concentração geográfica e o gargalo do refino

A oferta de CETMs é marcada por elevada concentração geográfica em todas as etapas da cadeia, das reservas à mineração e ao refino, com um pequeno grupo de países dominando a produção global. Em 2025, a República Democrática do Congo respondeu por 50% das reservas e 74% da produção mundial de cobalto, a Indonésia por 67% da produção de níquel, a China por 69% das terras raras e 78% da grafita natural, enquanto Austrália, Chile e China geraram conjuntamente 72% da produção de lítio. A combinação dos três maiores produtores chega a 91% da produção de cobalto e 90% da de terras raras, contra uma dispersão relativamente maior no cobre, cujos três maiores detentores de reservas somam apenas 37% (UNCTAD, 2026).

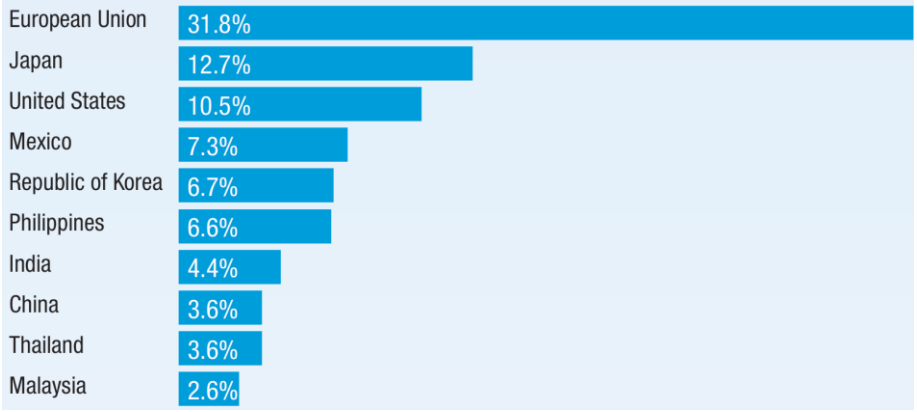
O refino e demais etapas de processamento são ainda mais concentrados que a mineração, configurando gargalos críticos: a China domina o refino de terras raras, lítio e cobalto, e a Indonésia lidera o refino de níquel, com 43% da capacidade global. Como o refino exige investimento de longo prazo, tecnologias avançadas, infraestrutura especializada e escala, erguem-se barreiras à entrada que centralizam a agregação de valor e moldam os padrões de comércio (UNCTAD, 2026).

Onde o valor é capturado: o caso dos ímãs permanentes

A geografia da captura de valor fica evidente no segmento de ímãs permanentes de terras raras, insumos indispensáveis a motores de veículos elétricos, geradores de turbinas eólicas e sistemas de defesa. As importações desses ímãs concentram-se em economias industrializadas: em 2024, União Europeia (31,8%), Japão (12,7%) e Estados Unidos (10,5%) responderam por 55% das importações globais, utilizando o insumo importado para produzir bens finais de alto valor. O dado sustenta a tese de que o grosso do valor dos minerais críticos

não é capturado na extração, mas no processamento e na manufatura avançada, leitura que importa diretamente ao debate sobre adensamento produtivo no Sul Global (UNCTAD, 2026).

Figura 1 — Participação nas importações globais de ímãs permanentes de terras raras, 2024



Fonte: UNCTAD, 2026.

A política comercial como instrumento estratégico

A política comercial deixou de orientar-se apenas pela eficiência de custos e passou a perseguir objetivos de segurança de abastecimento, segurança nacional e competitividade industrial, mobilizando tarifas, restrições quantitativas, impostos de exportação, regimes de licenciamento, regulações técnicas, subsídios e controles de segurança. Desde 2020 foram introduzidas cerca de cem novas medidas de exportação sobre CETMs, sobretudo exigências de licenciamento (37) e impostos de exportação (31), seguidas de proibições de exportação (29) e, marginalmente, quotas (1) (UNCTAD, 2026).

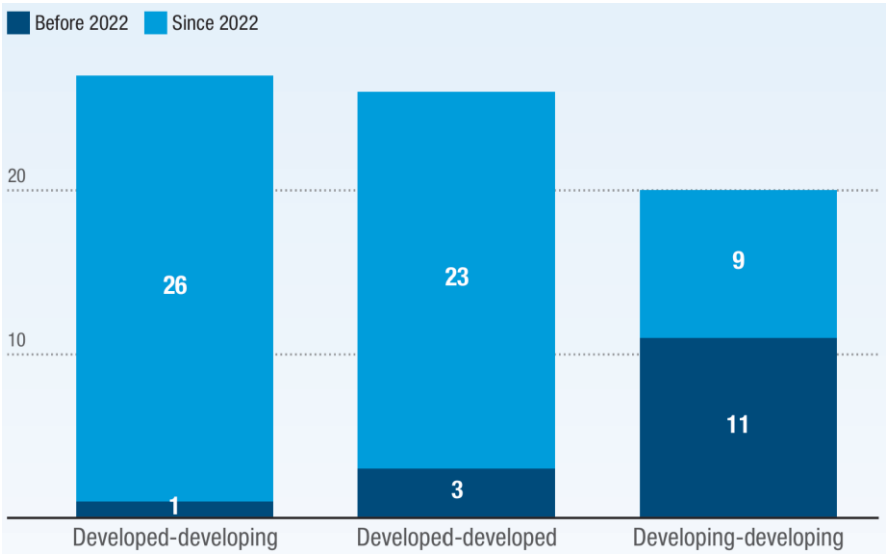
As motivações divergem nitidamente entre os países que aplicam essas medidas. A República Democrática do Congo lidera em número de medidas (18), seguida por China (16) e Indonésia (12), com Burundi e Venezuela (8 cada) e Zimbábue (7); o Congo recorre predominantemente a impostos de exportação, ao passo que a China estrutura suas medidas como licenciamento voltado à segurança nacional e ao cumprimento de obrigações de não proliferação, e a Indonésia combina proibições e licenciamento para fomentar o processamento doméstico (UNCTAD, 2026). A UNCTAD lê esse movimento como uma tentativa deliberada dos países detentores de recursos de usar sua alavancagem de mercado para subir na cadeia de valor, deslocando-se da exportação de matéria-prima bruta para o processamento e a manufatura.

Resiliência pelo lado dos importadores e a proliferação de acordos

Os grandes importadores responderam às preocupações com a concentração da oferta por meio de diversificação de fontes, desenvolvimento de capacidade doméstica, reciclagem e parcerias estratégicas. A União Europeia estruturou sua resposta no *Critical Raw Materials Act*, com metas para 2030 e quinze parcerias estratégicas firmadas, três delas com países menos desenvolvidos, além de um aporte previsto de € 2 bilhões do Banco Europeu de Investimento; o Japão ampara-se no *Economic Security Promotion Act* de 2022 e em subsídios da JOGMEC que cobrem até 50% dos custos de projetos elegíveis; e os Estados Unidos lançaram em 2026 a iniciativa de estocagem público-privada *Project Vault*, de US$ 12 bilhões, e assinaram onze acordos bilaterais em fevereiro de 2026, num encontro ministerial que reuniu a Comissão Europeia e 54 países (UNCTAD, 2026).

A expansão dos acordos de parceria é expressiva: das 73 parcerias analisadas pela UNCTAD, 58 foram firmadas após 2022, distribuídas entre 27 acordos do tipo desenvolvido-em desenvolvimento, 26 entre desenvolvidos e 20 entre países em desenvolvimento. Persiste, contudo, uma assimetria de escopo: acordos entre economias avançadas estendem-se cada vez mais ao processamento, refino e manufatura, enquanto os que envolvem países em desenvolvimento tendem a concentrar-se na cooperação a montante, com poucas cláusulas de agregação de valor, exceção feita a iniciativas como a que reúne Estados Unidos, República Democrática do Congo e Zâmbia em torno de cadeias de baterias para veículos elétricos (UNCTAD, 2026).

Figura 2 — Acordos de parceria em minerais críticos por status de desenvolvimento dos parceiros



Fonte: UNCTAD, 2026.

Fragmentação ou cooperação: o alerta ao Sul Global

A UNCTAD adverte que a multiplicação de regras, padrões e critérios de elegibilidade distintos pode produzir um emaranhado regulatório, uma "tigela de espaguete" de exigências sobrepostas e por vezes inconsistentes, elevando custos de transação e gerando incerteza para investidores. O alerta de fundo recai sobre os países em desenvolvimento ricos em minerais: negociando individualmente, correm o risco de ficar aprisionados em papéis centrados na extração de matéria-prima e de serem pressionados a alinhar-se a um único parceiro importador em detrimento de outros, o que fragmentaria o comércio global em blocos concorrentes e enfraqueceria seu poder de barganha (UNCTAD, 2026). A recomendação explícita é por uma abordagem multilateral coordenada, ancorada em transparência, previsibilidade e não discriminação, capaz de preservar a capacidade desses países de negociar com múltiplos parceiros e de reivindicar cláusulas mais robustas de processamento local, transferência de tecnologia e qualificação de mão de obra (UNCTAD, 2026).

Brasil no Tratado de Budapeste: o depósito de microrganismos para patentes

O Decreto nº 13.011, de 9 de junho de 2026, publicado no Diário Oficial da União em 10 de junho, promulga a adesão do Brasil ao Tratado de Budapeste e ao seu Regulamento de Execução, instrumentos firmados em 1977 e sucessivamente modificados até 2022. O tratado havia sido aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 174, de 23 de junho de 2025, e o instrumento de adesão foi depositado na Organização Mundial da

Propriedade Intelectual (OMPI) em 20 de outubro de 2025, com entrada em vigor no plano jurídico externo em 20 de janeiro de 2026 (BRASIL, 2026; INPI, 2026).

A função central do tratado é estabelecer um sistema único de reconhecimento internacional do depósito de microrganismos: quando uma invenção patenteável envolve material biológico que não pode ser descrito por escrito de modo suficiente, o depósito de uma amostra junto a uma Autoridade Internacional de Depósito (IDA, na sigla em inglês) reconhecida supre essa exigência, e um único depósito passa a valer para todos os Estados contratantes. O INPI sintetiza os objetivos do tratado em simplificar o trâmite de depósito de material biológico para fins de patente, reduzir custos quando o mesmo pedido é apresentado em vários países e aumentar a segurança jurídica do depositante (INPI, 2026).

Condições de depósito, sigilo e circulação de amostras

O Regulamento de Execução fixa que a autoridade de depósito conserva o microrganismo por prazo de pelo menos cinco anos após o pedido mais recente de amostra e, em qualquer caso, por no mínimo trinta anos a contar do depósito, garantindo a permanência do material durante toda a vida útil da patente e além dela. O regime impõe sigilo: a autoridade não revela a quem quer que seja se um dado microrganismo foi depositado, salvo às partes com direito a obter amostra nos termos da regra 11, o que delimita com precisão quem acessa o material e sob quais condições (BRASIL, 2026).

O tratado também disciplina o fornecimento de amostras de forma a equilibrar a função de divulgação do sistema de patentes com o controle sobre o material vivo. As amostras são remetidas às repartições de propriedade industrial interessadas, ao próprio depositante ou a quem ele autorize, e a partes legalmente habilitadas mediante certificação da repartição competente, sempre com notificação ao depositante a cada remessa a terceiros. Há ainda uma salvaguarda de soberania sanitária e ambiental: o artigo 5 reconhece como legítimas as restrições nacionais à exportação ou importação de microrganismos quando necessárias por razões de segurança nacional ou de risco à saúde e ao meio ambiente, ressalva pertinente ao tratamento de patógenos e de recursos genéticos (BRASIL, 2026).

Implicações para o Brasil: da dependência externa à candidatura de instituições nacionais

A adesão não altera os procedimentos vigentes de depósito de patentes com material biológico no INPI, que hoje só reconhece depósitos realizados junto às IDAs já existentes no exterior. Como signatário, o Brasil passa a poder pleitear o reconhecimento de instituições nacionais junto à OMPI para atuarem como IDAs, e Embrapa e Fiocruz já se mobilizam nesse sentido. O ganho concreto, quando houver IDA nacional reconhecida, é dispensar o depositante brasileiro do envio de amostras ao exterior, processo caro, burocrático e logisticamente complexo conforme o tipo de material. O INPI projeta que a adesão eleva a segurança jurídica, impulsiona o desenvolvimento tecnológico e a competitividade da inovação biotecnológica nacional e fortalece a posição do país na conservação e no uso sustentável de recursos genéticos, favorecendo a inserção de pesquisadores e instituições brasileiras em cadeias globais de inovação em biotecnologia (INPI, 2026).

Referências

OMC. DDG Nordquist: WTO remains the foundation of global trade despite growing challenges. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/ddgjn_10jun26_415_e.htm

BRASIL. **Decreto nº 13.011, de 9 de junho de 2026.** Promulga o Tratado de Budapeste sobre o Reconhecimento Internacional do Depósito de Micro-organismos para Efeitos do Procedimento em Matéria de Patentes e o seu Regulamento de Execução. Brasília: Presidência da República, 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/decreto/d13011.htm

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Adesão brasileira ao Tratado de Budapeste entra em vigor.** Rio de Janeiro: INPI, 11 jun. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/noticias/adesao-brasileira-ao-tratado-de-budapeste-entra-em-vigor

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **The shifting dynamics of critical minerals trade.** Global trade update, Policy insights. Genebra: UNCTAD, jun. 2026. (UNCTAD/DITC/INF/2026/6). Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditcinfd2026d6_en.pdf

Saúde global em disputa: crises humanitárias, Ebola e os desafios da cooperação internacional

La salud global en disputa: crisis humanitarias, ébola y los desafíos de la cooperación internacional

Global Health in Dispute: Humanitarian Crises, Ebola, and the Challenges of International Cooperation

Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Ana Carol Aldapi Vaquera e Luis Eugênio de Souza

Resumo: Na última quinzena, foram monitoradas 62 organizações da sociedade civil, das quais 42 apresentaram manifestações relevantes para este informe. Entre as organizações de interesse público, destacaram-se manifestações sobre o surto de Ebola na RDC, crises humanitárias em Gaza, Líbano, Moçambique, Tanzânia e Sudão do Sul e os impactos dos conflitos armados sobre os sistemas de saúde e as populações deslocadas. Também receberam atenção temas como HIV/AIDS, dengue, Covid longa, doenças negligenciadas, violência sexual em conflitos, direitos das mulheres, trabalho infantil, saúde da população LGBTQIA+, dignidade menstrual e racismo estrutural. A governança global da saúde foi outro objeto de frequentemente abordado, como desdobramento da 79ª Assembleia Mundial da Saúde e dos debates sobre a reforma das Nações Unidas. Foram ainda registradas manifestações sobre as estratégias de vendas da indústria do tabaco, o envelhecimento populacional, a saúde mental e o fortalecimento da atenção primária e do acesso a tecnologias assistivas. Entre as organizações de interesse privado, prevaleceram temas como a preparação para pandemias, a vigilância epidemiológica, o desenvolvimento de vacinas, a pesquisa científica e a saúde planetária. Destacaram-se ainda iniciativas de enfrentamento do Ebola e da tuberculose, vigilância comunitária, pesquisa sobre doenças infecciosas e mudanças climáticas, uso de inteligência artificial no desenvolvimento de vacinas e ampliação da liderança científica africana na produção de conhecimento em saúde global.

Palavras-chave: Movimentos sociais; sociedade civil organizada; saúde global; doenças transmissíveis; preparação e resposta a pandemias.

Resumen: *Durante la última quincena, se monitorearon 62 organizaciones de la sociedad civil, de las cuales 42 presentaron manifestaciones relevantes para este informe. Entre las organizaciones de interés público, destacaron las manifestaciones sobre el brote de ébola en la RDC, las crisis humanitarias en Gaza, Líbano, Mozambique, Tanzania y Sudán del Sur, y los impactos de los conflictos armados sobre los sistemas de salud y las poblaciones desplazadas. También recibieron atención temas como el VIH/SIDA, el dengue, el COVID persistente, las enfermedades desatendidas, la violencia sexual en los conflictos, los derechos de las mujeres, el trabajo infantil, la salud de la población LGBTQIA+, la dignidad menstrual y el racismo estructural. La gobernanza global de la salud fue otro tema abordado con frecuencia, como consecuencia de la 79.ª Asamblea Mundial de la Salud y de los debates sobre la reforma de las*

Naciones Unidas. También se registraron manifestaciones sobre las estrategias de venta de la industria tabacalera, el envejecimiento de la población, la salud mental y el fortalecimiento de la atención primaria y del acceso a tecnologías de asistencia. Entre las organizaciones de interés privado, predominaron temas como la preparación para pandemias, la vigilancia epidemiológica, el desarrollo de vacunas, la investigación científica y la salud planetaria. También destacaron iniciativas para combatir el ébola y la tuberculosis, la vigilancia comunitaria, la investigación sobre enfermedades infecciosas y cambio climático, el uso de inteligencia artificial en el desarrollo de vacunas y la ampliación del liderazgo científico africano en la producción de conocimiento en salud global.

Palabras clave: *Movimientos sociales; sociedad civil organizada; salud global; enfermedades transmisibles; preparación y respuesta ante pandemias.*

Abstract: *During the last fortnight, 62 civil society organizations were monitored, 42 of which issued statements relevant to this report. Among public-interest organizations, notable statements addressed the Ebola outbreak in the DRC, humanitarian crises in Gaza, Lebanon, Mozambique, Tanzania, and South Sudan, and the impacts of armed conflicts on health systems and displaced populations. Attention was also given to issues such as HIV/AIDS, dengue, long COVID, neglected diseases, sexual violence in conflicts, women's rights, child labor, LGBTQIA+ health, menstrual dignity, and structural racism. Global health governance was another frequently discussed topic, particularly in connection with the 79th World Health Assembly and debates on United Nations reform. Statements were also recorded on the tobacco industry's sales strategies, population aging, mental health, and the strengthening of primary health care and access to assistive technologies. Among private-interest organizations, the predominant themes were pandemic preparedness, epidemiological surveillance, vaccine development, scientific research, and planetary health. Other highlights included initiatives to combat Ebola and tuberculosis, community surveillance, research on infectious diseases and climate change, the use of artificial intelligence in vaccine development, and the expansion of African scientific leadership in the production of global health knowledge.*

Keywords: *Social movements; organized civil society; global health; communicable diseases; pandemic preparedness and response.*

INTRODUÇÃO

As manifestações registradas na quinzena evidenciam a diversidade de temas que compõem a agenda contemporânea da saúde global, com destaque para doenças transmissíveis, crises humanitárias, equidade em saúde, mudanças climáticas, fortalecimento dos sistemas de saúde, governança global e direitos humanos.

Entre as organizações da sociedade civil de interesse público, sobressaíram-se discussões sobre os impactos dos conflitos armados na saúde, a resposta a epidemias, a proteção de grupos vulnerabilizados e o enfrentamento das desigualdades sociais. A ActionAid International, o Public Citizen e o Global Health Council manifestaram-se sobre o surto de Ebola na República Democrática do Congo. Outras doenças transmissíveis também receberam atenção das organizações monitoradas. A Global Network of People Living with HIV acompanhou os debates em torno da Estratégia Global de AIDS 2026–2031, enquanto a Fundación Huésped divulgou iniciativas voltadas à prevenção do HIV e de outras infecções sexualmente transmissíveis na Argentina. A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) destacou avanços

no desenvolvimento de medicamentos para dengue e o fortalecimento da cooperação regulatória internacional para acelerar o acesso a novos tratamentos. Também foram registradas manifestações sobre Covid longa, segurança de medicamentos, farmacovigilância, qualidade da atenção primária à saúde e fortalecimento dos serviços de diagnóstico e tratamento da tuberculose em contextos de conflito.

As crises humanitárias e os conflitos armados permaneceram como temas centrais nas agendas de diversas organizações. Médicos Sem Fronteiras (MSF), CARE, World Medical Association e Progressive International divulgaram informações sobre a situação em Gaza, Líbano, Moçambique, Sudão do Sul, Afeganistão e Tanzânia. As manifestações abordaram deslocamentos forçados, insegurança alimentar, ataques a hospitais e profissionais de saúde, fechamento de campos de refugiados, dificuldades de acesso a serviços essenciais e impactos dos conflitos sobre mulheres, crianças e populações deslocadas. Também receberam destaque iniciativas de assistência humanitária, proteção de refugiados e defesa do Direito Internacional Humanitário.

No campo dos determinantes sociais da saúde, foram registradas manifestações sobre a violência sexual em conflitos armados, os direitos das mulheres, o trabalho infantil, a saúde da população LGBTQIA+, o racismo estrutural e a participação da sociedade civil. A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) destacou a necessidade de enfrentar a violência sexual como arma de guerra. A MSF denunciou as restrições impostas às mulheres no Afeganistão, incluindo o acesso aos serviços de saúde. A Joining Forces Nepal defendeu o fortalecimento de políticas voltadas à erradicação do trabalho infantil, enquanto a ACON divulgou iniciativas relacionadas à inclusão da população LGBTQIA+ e ao enfrentamento da violência doméstica. Já a European Public Health Alliance enfatizou as relações entre racismo estrutural, injustiça ambiental e desigualdades em saúde.

As mudanças climáticas e a saúde planetária também estiveram presentes em diferentes manifestações. A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA), o Greenpeace e a Organização Mundial do Movimento Escoteiro (WOSM) divulgaram iniciativas relativas à adaptação climática, preparação para desastres, redução de riscos e fortalecimento da resiliência comunitária. Também foram registradas discussões sobre os impactos sanitários de eventos climáticos extremos, segurança alimentar, deslocamentos populacionais e sustentabilidade ambiental. No campo da gestão dos serviços de saúde, a Federação Internacional de Hospitais promoveu debates sobre sustentabilidade em saúde e experiências voltadas à redução dos impactos ambientais do setor.

Temas relacionados à saúde materna, infantil e reprodutiva também ocuparam espaço relevante. O consórcio Sang pour Sang e a Fòs Feminista promoveram debates sobre dignidade menstrual e inclusão de pessoas com deficiência nas políticas de saúde menstrual. A Fòs Feminista participou de discussões sobre contracepção de emergência e prevenção da gravidez na adolescência em Honduras. A World Vision International divulgou iniciativas voltadas à proteção da infância, à segurança digital, à prevenção da violência contra crianças e ao fortalecimento de estratégias de proteção social em contextos de vulnerabilidade.

Os debates sobre sistemas de saúde, cobertura universal e força de trabalho em saúde apareceram em manifestações da CARE, WONCA, Public Citizen e Federação Mundial dos Terapeutas Ocupacionais. Os temas abordados incluíram fortalecimento da atenção primária à saúde, qualidade e segurança dos serviços, transparência em farmacovigilância, ampliação do

acesso a tecnologias assistivas e fortalecimento da capacidade de resposta dos sistemas de saúde em contextos de crise.

A governança global da saúde também ocupou posição de destaque. Organizações como o Movimento pela Saúde dos Povos (MSP), Sustainable Health Equity Movement (SHEM), NCD Alliance, Public Citizen, Fòs Feminista e Global Health Council acompanharam debates relacionados à 79ª Assembleia Mundial da Saúde, à reforma das Nações Unidas, ao financiamento internacional da saúde, ao compartilhamento de dados e tecnologias e à participação da sociedade civil nos processos decisórios globais. Também foram registradas manifestações sobre determinantes comerciais da saúde, incluindo a influência da indústria do tabaco sobre processos regulatórios na América Latina e no Caribe.

Entre as organizações de interesse privado, predominaram temas relacionados à preparação para pandemias, vigilância epidemiológica, desenvolvimento de vacinas, pesquisa científica e fortalecimento da capacidade de resposta dos sistemas de saúde. O surto de Ebola na República Democrática do Congo constituiu um dos temas mais recorrentes. Organizações como Global Health Council, GAVI, Fundação Gates e Wellcome Trust divulgaram conteúdos relacionados aos impactos sanitários, sociais e econômicos da epidemia. Foram abordadas questões como desinformação, insegurança alimentar, estigma, insuficiência de equipamentos de proteção, compartilhamento internacional de tecnologias médicas, desenvolvimento de vacinas e fortalecimento da vigilância epidemiológica. As manifestações também destacaram os desafios impostos pela circulação da variante Bundibugyo, para a qual ainda não existem vacinas ou tratamentos aprovados, além da necessidade de ampliar investimentos em pesquisa, preparação para emergências e sistemas de saúde resilientes.

Destacaram-se também iniciativas relacionadas à preparação para pandemias, vigilância epidemiológica, pesquisa científica, desenvolvimento de vacinas e saúde planetária. GAVI, Fundação Gates, Wellcome Trust, Global Fund, CORE Group, Planetary Health Alliance, Fundação Rockefeller e Johns Hopkins Institute for Planetary Health divulgaram conteúdos relacionados ao enfrentamento do Ebola e da tuberculose, ao desenvolvimento de novas vacinas, ao uso de inteligência artificial em pesquisa biomédica, à confiança pública na ciência, ao fortalecimento da liderança científica africana e à produção de evidências voltadas à formulação de políticas públicas em saúde e mudanças climáticas.

ORGANZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Ebola

A organização ActionAid International alertou que o surto de Ebola na província de Ituri, na República Democrática do Congo, tem agravado a insegurança alimentar e a vulnerabilidade das famílias, especialmente de mulheres e crianças, ao mesmo tempo em que a desinformação, o estigma e a falta de preparação de escolas e comunidades dificultam os esforços de contenção da doença. Diante desse cenário, a entidade defende o fortalecimento das ações de conscientização, dos serviços de saúde e do apoio humanitário às populações afetadas. [1] [2] [3]

A organização Public Citizen, em conjunto com outras entidades da sociedade civil, solicitou ao governo dos Estados Unidos que compartilhe tratamentos experimentais contra a variante Bundibugyo do Ebola com países afetados pelo atual surto na República Democrática do Congo. As organizações defenderam maior cooperação internacional, coordenação com a

Organização Mundial da Saúde e garantias de acesso global a tecnologias médicas desenvolvidas com financiamento público para fortalecer a resposta a surtos presentes e futuros. [4]

O Global Health Council compartilhou análise do médico e pesquisador Neil Vora sobre os recentes surtos de Ebola e hantavírus, destacando que essas emergências refletem desafios estruturais relacionados às mudanças climáticas, à degradação ambiental, à fragilidade dos sistemas de vigilância e ao subfinanciamento da preparação para crises sanitárias. A publicação reforça a importância de investir em prevenção, detecção precoce e sistemas de saúde resilientes para fortalecer a segurança sanitária global.[5]

HIV/AIDS

A Global Network of People Living with HIV (GNP+) destacou a importância da implementação da nova Estratégia Global de AIDS 2026–2031, que será debatida e negociada pelos Estados-Membros da ONU na próxima Reunião de Alto Nível sobre HIV e AIDS, definindo os compromissos que orientarão a resposta global à epidemia nos próximos anos. No âmbito das ações locais de prevenção, a Fundação Huésped divulgou uma parceria com a empresa Pampa Energía para fortalecer a promoção da saúde sexual e reprodutiva e a prevenção do HIV e outras ISTs na província de Neuquén, Argentina, por meio da capacitação de profissionais e da ampliação do acesso à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento.[6, 7]

Doenças Tropicais Negligenciadas

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) saudou o primeiro documento orientador da Organização Mundial da Saúde sobre otimização de medicamentos pediátricos para dengue. Desenvolvido por meio do Processo de Otimização de Medicamentos Pediátricos, o relatório da OMS fornece um roteiro para acelerar o desenvolvimento de tratamentos para a dengue que sejam seguros, eficazes e adaptados às necessidades das crianças.[8]

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) anunciou o lançamento de uma plataforma regulatória conjunta com "Medicines for Malaria Venture" para unir as expertises e fortalecer as estratégias regulatórias, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento e o acesso a novos medicamentos.[9]

Vigilância Epidemiológica e Resposta a Surtos

A organização Public Citizen criticou os cortes promovidos pelo governo dos Estados Unidos em programas de saúde global e cobrou maior transparência sobre os impactos dessas medidas na resposta ao surto de Ebola na África Central. A entidade alertou para o enfraquecimento da vigilância epidemiológica, das ações de prevenção do HIV, do financiamento à imunização global e das cadeias de suprimentos de medicamentos, defendendo a manutenção dos investimentos em cooperação internacional e segurança sanitária global.[10]

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

Deslocamento Forçado e Resposta Humanitária em Moçambique

MSF alertou para o agravamento da crise humanitária no norte de Moçambique, onde ataques armados na província de Cabo Delgado provocaram o deslocamento de milhares de pessoas. Em resposta, a entidade implementou ações emergenciais de saúde, apoio psicossocial e assistência em água e saneamento, destacando que a violência recorrente, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde e a escassez de recursos básicos continuam a aumentar a vulnerabilidade das populações afetadas.[11]

Gaza / Palestina

MSF denunciou os impactos da distribuição militarizada de alimentos em Gaza, implementada pela Fundação Humanitária de Gaza com apoio de Israel e dos Estados Unidos. A entidade relatou que o modelo resultou em mortes, ferimentos graves e sequelas permanentes entre pessoas que buscavam assistência alimentar, além de contribuir para o agravamento da insegurança alimentar e da desnutrição. A organização defendeu que a ajuda humanitária seja baseada nos princípios de neutralidade, imparcialidade e independência, com acesso seguro e irrestrito à população civil. [12]

A Progressive International divulgou entrevista com a ativista indiana Nikita Naidu sobre a missão humanitária Global Sumud Land Convoy, organizada em apoio à população de Gaza. A publicação denuncia a detenção de dez voluntários internacionais por autoridades do leste da Líbia durante uma tentativa de entrega de ajuda humanitária e pede sua libertação imediata, além de defender o fim do bloqueio à Faixa de Gaza e a solidariedade internacional à causa palestina.[13]

Líbano

A World Medical Association condenou os ataques a hospitais no sul do Líbano, ressaltando que tais ações violam o Direito Internacional Humanitário e comprometem a proteção de profissionais, pacientes e serviços de saúde. No mesmo contexto, a CARE alertou para o agravamento da crise humanitária no país, marcada por deslocamentos em massa, precariedade no acesso à água, energia e serviços essenciais, com impactos significativos sobre a saúde da população, especialmente de mulheres e crianças.[14, 15]

Refugiados e Assistência Humanitária na Tanzânia

A organização MSF fechou, após mais de dez anos, suas atividades no campo de refugiados de Nduta, na Tanzânia, em razão do fechamento da instalação. Durante esse período, a entidade realizou mais de 1,6 milhão de consultas médicas, respondeu a surtos de doenças infecciosas e fortaleceu serviços de saúde materno-infantil, saúde mental e atendimento de emergência para refugiados burundeses e comunidades anfitriãs, destacando a importância de garantir a continuidade da assistência durante o processo de transição e reassentamento. [16]

Sudão do Sul

A CARE destacou a situação de mães e crianças que continuam fugindo da violência no Sudão do Sul em busca de segurança, enfrentando deslocamentos forçados que agravam uma crise humanitária já marcada pela insegurança alimentar e pela precarização dos serviços essenciais. A organização enfatiza que o conflito compromete o acesso à assistência médica, especialmente para gestantes, recém-nascidos e crianças, aumentando os riscos de desnutrição, doenças e mortalidade, ressaltando o papel das organizações humanitárias na oferta de cuidados de saúde, nutrição e proteção às populações deslocadas, evidenciando como os conflitos armados impactam diretamente os sistemas de saúde e ampliam os desafios para a resposta humanitária internacional.[17]

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Violência de Gênero

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou nota, marcando a passagem do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Sexual em Conflitos,

em 19 de junho. A WFPHA lembrou que esse Dia foi criado para lembrar a histórica resolução do Conselho de Segurança da ONU em 2008 que condena a violência sexual como tática de guerra. Acrescentou que este Dia exige a atenção de todos para uma das crises de saúde pública e direitos humanos mais devastadoras do nosso tempo.[18]

Direitos das Mulheres

MSF denunciou a detenção de uma profissional de saúde em Herat, no Afeganistão, por suposto descumprimento das normas de vestimenta impostas às mulheres. A entidade alertou que o aumento das restrições à participação feminina na vida pública compromete o acesso da população aos serviços de saúde, dificulta o trabalho de profissionais mulheres e afeta de forma desproporcional mulheres e crianças, que dependem desses serviços para receber atendimento adequado e culturalmente aceitável.[19]

Trabalho Infantil

A aliança Joining Forces Nepal reafirmou seu compromisso com a erradicação do trabalho infantil no Nepal, destacando que mais de um milhão de crianças ainda estão envolvidas em atividades laborais, muitas delas em condições perigosas. A organização defendeu o fortalecimento da proteção social, da fiscalização trabalhista, do acesso à educação de qualidade e da cooperação entre governo, sociedade civil e organismos internacionais para eliminar todas as formas de trabalho infantil no país.[20]

Saúde e População LGBTQIA+

A ACON divulgou matéria da organização Pride in Sport que celebrou a decisão do ex-jogador de rugby Kane Evans de assumir publicamente sua orientação sexual, destacando a importância da inclusão de pessoas LGBTQIA+ no esporte. Em comunicado, a entidade ressaltou que a visibilidade de atletas LGBTQIA+ contribui para reduzir o estigma, promover ambientes esportivos mais acolhedores e inspirar novas gerações a participarem do esporte sem precisar ocultar sua identidade.[21]

A ACON participou do desenvolvimento de um novo treinamento nacional do programa DV-alert voltado à capacitação de profissionais da linha de frente para identificar, responder e encaminhar pessoas LGBTQIA+ em situação de violência doméstica e familiar. A iniciativa busca promover abordagens mais inclusivas, ampliar o reconhecimento das diferentes formas de violência vivenciadas por essa população e melhorar o acesso a serviços de apoio e proteção.[22]

Promoção da Saúde

A ACT Promoção da Saúde lançou campanhas para evidenciar os impactos das indústrias do tabaco, álcool e alimentos ultraprocessados sobre a saúde e o meio ambiente, destacando sua contribuição para o aumento das doenças crônicas, da poluição e das emissões de gases de efeito estufa. A organização também apoia a responsabilização da indústria do tabaco pelos custos do tratamento de doenças relacionadas ao tabagismo no SUS, defendendo medidas regulatórias e tributárias para reduzir esses danos.[23, 24]

Direitos da Sociedade Civil

A Fundação Huésped junto a mais de 120 organizações da sociedade civil argentinas divulgaram um comunicado conjunto expressando preocupação com o Projeto de Lei de Transparência e Publicidade da Gestão de Interesses. A organização alerta ainda para o risco de

estigmatização de entidades que recebem financiamento internacional e para o potencial efeito intimidatório das sanções previstas.[25]

Racismo Estrutural, Equidade e Justiça Social

A European Public Health Alliance destacou que as desigualdades em saúde na Europa são moldadas pela interação entre racismo estrutural, injustiça ambiental e outros determinantes sociais, demonstrando que fatores como origem étnica, renda, território e condições ambientais influenciam de forma desigual o acesso à saúde e os resultados sanitários. A organização reuniu evidências e iniciativas que defendem abordagens intersetoriais para enfrentar essas iniquidades, enfatizando a necessidade de políticas públicas que incorporem equidade, combate à discriminação e justiça ambiental como elementos centrais para a promoção da saúde e para a redução das desigualdades em saúde na Europa.[26]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Mudanças Climáticas e Saúde

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) destacou, durante as 64ª Sessões dos Órgãos Subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que a crise climática já produz impactos significativos sobre a saúde, incluindo poluição do ar, insegurança alimentar, deslocamentos populacionais e problemas de saúde mental. No mesmo sentido, a organização Greenpeace alertou que eventos climáticos extremos associados ao El Niño e às mudanças climáticas, bem como os desafios relacionados à água, à produção de alimentos, à segurança energética e ao calor extremo no Oriente Médio e Norte da África, representam riscos crescentes para a saúde humana, os meios de subsistência e os ecossistemas, reforçando a necessidade de medidas de adaptação, resiliência climática e redução das emissões de gases de efeito estufa. [27] [28] [29]

Resiliência Climática

A World Scouting divulgou algumas das iniciativas da Organização Escoteira da Tanzânia, voltadas à preparação para desastres e à resposta a emergências em comunidades vulneráveis. Por meio de treinamentos, exercícios práticos e ações de conscientização, jovens escoteiros são capacitados para atuar em situações como enchentes, secas e outros eventos climáticos extremos. O programa também promove educação sobre mudanças climáticas, primeiros socorros e redução de riscos de desastres, buscando fortalecer a resiliência comunitária e incentivar a participação dos jovens na proteção ambiental e na segurança local.[30]

Sustentabilidade em Saúde

A Federação Internacional de Hospitais divulgou a realização da "Masterclass Executiva da em Saúde Sustentável", como atividade pré-Congresso Mundial de Hospitais em Seul. Nessa aula, líderes da área da saúde discutem exemplos de sucessos em sustentabilidade da saúde em uma comunidade global.[31]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

A CARE, a Organização Mundial de Médicos de Família (WONCA), a Public Citizen e a Federação Mundial dos Terapeutas Ocupacionais destacaram diferentes dimensões do fortalecimento dos sistemas de saúde, incluindo a importância de sistemas resilientes para o desenvolvimento econômico e social, a promoção da qualidade e da segurança na atenção primária à saúde, o monitoramento e a transparência em farmacovigilância diante de

recolhimentos de medicamentos, e a ampliação do acesso às tecnologias assistivas, especialmente em países de baixa e média renda.[32, 33, 34, 35]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

Dignidade Menstrual

O consórcio Sang pour Sang realizou, em Paris, o evento *The Red Party*, dedicado à promoção da saúde e dignidade menstrual. A iniciativa reuniu organizações da sociedade civil, empreendimentos sociais e ativistas para destacar soluções inovadoras e fortalecer o debate sobre menstruação como tema relacionado à saúde, educação, igualdade de gênero, participação econômica, cultura e direitos humanos.[36]

A Fos Feminista publicou um evento onde varias organizações debateram sobre saúde menstrual inclusiva, justiça para pessoas com deficiência e direitos menstruais. O evento destacou a importância de fortalecer os sistemas de saúde e ampliar a participação de mulheres com deficiência na formulação de políticas e iniciativas voltadas à saúde e à dignidade menstrual.[37]

Saúde Sexual e Reprodutiva

A organização Fòs Feminista participou de um fórum de alto nível em Honduras sobre contracepção de emergência e prevenção da gravidez na adolescência. A entidade destacou a importância de incorporar a contracepção de emergência aos serviços públicos de saúde e defendeu políticas baseadas em evidências científicas e direitos humanos para ampliar o acesso à saúde sexual e reprodutiva, especialmente em um contexto de elevadas taxas de gravidez adolescente no país.[38]

Saúde da Criança e Adolescente

A organização World Vision International destacou iniciativas voltadas à proteção e ao bem-estar de crianças e adolescentes, incluindo o apoio à adoção de princípios pelo G7 para tornar o ambiente digital mais seguro, com foco na proteção online e na responsabilização das plataformas tecnológicas. A entidade também alertou que os cortes no financiamento humanitário têm ampliado riscos como fome, trabalho infantil e evasão escolar entre famílias deslocadas, defendendo investimentos em proteção social e geração de renda. No Lesoto, a World Vision lançou uma nova estratégia institucional voltada à prevenção da violência contra crianças, à promoção da saúde infantil e ao fortalecimento do desenvolvimento comunitário por meio de parcerias e inovação digital.[39, 40, 41]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

79ª Assembleia Mundial da Saúde

O Movimento pela Saúde dos Povos (MSP), o Sustainable Health Equity Movement (SHEM) e a NCD Alliance destacaram debates e decisões da 79ª Assembleia Mundial da Saúde, abordando temas como a permanência da Argentina na OMS, o fortalecimento da equidade em saúde global, o recrutamento ético de profissionais de saúde, a farmacovigilância, o acesso equitativo a novas tecnologias e os desafios do financiamento sustentável. As organizações também ressaltaram a importância da governança global, dos mecanismos de responsabilização e da implementação dos compromissos internacionais relacionados às doenças não transmissíveis e à saúde mental.[42, 43, 44]

Governança Global e Cooperação Internacional

A organização Public Citizen alertou para os desafios relacionados à implementação da estratégia America First Global Health Strategy, destacando preocupações com transparência, compartilhamento de dados, vigilância em saúde, autonomia regulatória e acesso a medicamentos. No campo da governança global, a Fòs Feminista e a Femmes Africa Solidarité promoveram debates sobre a reforma das Nações Unidas (UN80) para ampliar a participação de organizações feministas africanas, enquanto o Global Health Council divulgou iniciativas voltadas ao fortalecimento da articulação, da colaboração e da incidência política entre profissionais, organizações e lideranças da saúde global por meio de redes e espaços de intercâmbio de conhecimentos.[45, 46, 47, 48]

Determinantes Comerciais da Saúde

O Geneva Global Health Hub (G2H2) registrou o lançamento do relatório "A Influência Política da Indústria do Tabaco na América Latina e no Caribe" pela Corporate Accountability. Abrangendo oito países, de 2019 a 2025, o relatório documenta padrões de interferência corporativa que vão além dos ministérios da saúde e ameaçam a soberania regulatória dos Estados.[49]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

A Federação Internacional sobre Envelhecimento destacou que o envelhecimento populacional precisa ser incorporado de forma mais explícita às políticas e estratégias de enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis, diante de desafios persistentes relacionados ao cuidado, à infraestrutura e à capacitação profissional. Já a Federação Mundial de Saúde Mental ressaltou a importância do apoio social, da redução do estigma e do acesso aos cuidados em saúde mental para pessoas em processo de recuperação do uso problemático de substâncias.[50, 51]

COVID-19

A organização Public Citizen criticou decisões do Centers for Disease Control and Prevention e da Food and Drug Administration de interromper ou retirar estudos sobre a eficácia e a segurança de vacinas contra Covid-19 e herpes-zóster. A entidade argumenta que a medida compromete a transparência científica e a credibilidade das instituições de saúde pública, defendendo a publicação integral das pesquisas e a proteção da independência científica dos órgãos reguladores.[52]

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou a realização de webinário sobre a Covid longa que continua afetando milhões de pessoas. Considerando que persistem lacunas de conhecimento e incertezas clínicas, o evento apresentará atualizações sobre prevalência, sintomas, fatores de risco e caminhos de cuidado.[53]

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Ebola

A GAVI, The Vaccine Alliance, a Fundação Gates e a Wellcome Trust destacaram os desafios científicos e operacionais impostos pelo surto de Ebola causado pela variante Bundibugyo, para a qual ainda não existem vacinas, tratamentos ou testes diagnósticos rápidos

aprovados. As organizações ressaltaram que a baixa frequência e a imprevisibilidade dos surtos dificultam a realização de pesquisas e ensaios clínicos, reforçando a necessidade de investimentos contínuos em pesquisa e desenvolvimento, mecanismos inovadores de colaboração internacional e respostas coordenadas entre governos e organismos multilaterais. Também enfatizaram que, além das vacinas, o controle do Ebola depende de medidas como vigilância epidemiológica, rastreamento de contatos, diagnóstico rápido, isolamento de casos e engajamento comunitário, especialmente em contextos de conflito e fragilidade institucional.[54, 55, 56, 57]

Tuberculose

O Global Fund destacou iniciativas para fortalecer o enfrentamento da tuberculose, incluindo a manutenção de serviços de diagnóstico, vigilância e tratamento na Ucrânia em meio ao conflito armado e a implementação de novas tecnologias de diagnóstico rápido em 13 países. As ações buscam ampliar o acesso ao diagnóstico precoce, reduzir a transmissão da doença e reforçar a capacidade dos sistemas de saúde para responder a doenças infecciosas em contextos de vulnerabilidade.[58, 59]

Vacinação

A GAVI, The Vaccine Alliance destacou os avanços recentes na pesquisa de vacinas contra o hantavírus, doença rara transmitida principalmente por roedores e responsável por síndromes respiratórias e renais graves. Apesar do progresso, ainda existem desafios relacionados ao pequeno número de casos, à diversidade dos vírus e à dificuldade de conduzir estudos clínicos. No entanto, especialistas consideram que uma vacina eficaz pode se tornar uma importante ferramenta de preparação para futuras emergências.[60]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

A Wellcome Trust destacou, em sua nova estratégia institucional, a prioridade dada à pesquisa sobre doenças infecciosas, saúde mental e mudanças climáticas, enfatizando a importância de transformar conhecimento científico em benefícios concretos para a sociedade. A organização também ressaltou que a confiança pública na ciência depende não apenas da qualidade das evidências produzidas, mas também da transparência, da comunicação e da credibilidade das instituições científicas. No campo da inovação, a GAVI, The Vaccine Alliance destacou o uso da inteligência artificial no desenvolvimento da primeira vacina projetada com auxílio de algoritmos avançados, evidenciando o potencial dessas tecnologias para acelerar a pesquisa e o desenvolvimento em saúde.[61, 62, 63]

COVID-19

Preparação para Pandemias / Acordo Pandêmico

A organização CORE Group defendeu, em audiência multissetorial das Nações Unidas sobre preparação para pandemias, o fortalecimento dos sistemas de vigilância comunitária, da força de trabalho em saúde e da participação da sociedade civil como pilares das estratégias globais de prevenção, preparação e resposta a emergências sanitárias. A entidade também ressaltou a necessidade de financiamento sustentável e da implementação de um acordo internacional robusto para ampliar a capacidade de resposta dos países diante de futuras pandemias.[64, 65]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Resiliência Climática

A Planetary Health Alliance, o Johns Hopkins Institute for Planetary Health e a Fundação Rockefeller destacaram iniciativas voltadas ao fortalecimento da ação climática e da saúde planetária. Entre elas estão a criação do Planetary Health Policy Research Accelerator (PRA), destinado a aproximar evidências científicas e formulação de políticas públicas sobre clima, biodiversidade e sistemas alimentares; o apoio à realização da Bangkok Climate Action Week, que reúne governos, academia, setor privado e sociedade civil para discutir mitigação e adaptação às mudanças climáticas; e a divulgação de estudo mostrando que o apoio público às políticas climáticas permanece elevado em diferentes democracias, embora sua aceitação dependa fortemente da forma como essas políticas são comunicadas à população.[66, 67, 68]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Recursos Humanos em Saúde

A Gates Foundation trouxe em artigo a trajetória da imunologista queniana Faith Osier, que segundo a fundação ilustra a crescente relevância da liderança científica africana na produção de conhecimento em saúde global. Reconhecida internacionalmente por suas pesquisas sobre imunidade à malária e desenvolvimento de vacinas, Osier defende que os desafios sanitários do continente africano devem ser enfrentados não apenas por meio de financiamento externo, mas também pelo fortalecimento da capacidade local de pesquisa e inovação.[69]

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Saúde e Desenvolvimento Econômico

A Fundação Rockefeller anunciou a mobilização de mais de US$450 milhões em investimentos públicos, privados e filantrópicos por meio da iniciativa Big Bets for America, voltada à promoção de oportunidades econômicas em comunidades historicamente sub investidas nos Estados Unidos. Os recursos foram direcionados a áreas como qualificação profissional, habitação acessível, desenvolvimento econômico local, educação e preparação para os impactos das transformações tecnológicas no mercado de trabalho. A iniciativa destaca a importância da cooperação entre governos, setor privado, organizações filantrópicas e sociedade civil.[70]

Considerações finais

As manifestações analisadas neste período evidenciam a persistência dos conflitos armados e das crises humanitárias como elementos centrais da saúde global. Os casos de Gaza, Líbano, Moçambique, Afeganistão e Sudão do Sul mostram que os impactos dos conflitos ultrapassam a destruição imediata de serviços de saúde, afetando a segurança alimentar, deslocamentos populacionais, proteção de mulheres e crianças e acesso contínuo a cuidados essenciais. A recorrência de denúncias de ataques contra estruturas de saúde e de restrições à assistência humanitária evidencia os desafios à efetiva implementação e ao monitoramento das normas do Direito Internacional Humanitário.

O surto de Ebola na República Democrática do Congo continuou ocupando posição de destaque nas agendas analisadas, revelando fragilidades persistentes na preparação e na resposta global a emergências sanitárias. As discussões sobre financiamento, compartilhamento

de tecnologias, desenvolvimento de vacinas e fortalecimento da vigilância epidemiológica mostram que os avanços científicos permanecem distribuídos de forma desigual. Ao mesmo tempo, a presença recorrente de temas como Covid longa, tuberculose, HIV/AIDS e doenças negligenciadas demonstra que a agenda das doenças transmissíveis continua marcada por desafios históricos relativos ao acesso, à equidade e à sustentabilidade dos investimentos em saúde.

Outro aspecto relevante refere-se à articulação entre saúde, direitos humanos e determinantes sociais. Temas como violência sexual em conflitos, direitos das mulheres, trabalho infantil, racismo estrutural, dignidade menstrual e inclusão da população LGBTQIA+ foram associados às condições de saúde e bem-estar das populações. Essas manifestações reforçam a compreensão de que as desigualdades sociais, econômicas e políticas continuam desempenhando um papel central na distribuição dos riscos e das oportunidades em saúde, exigindo respostas que ultrapassem os limites tradicionais dos sistemas sanitários.

Por fim, as manifestações relacionadas à governança global da saúde apontam para um contexto marcado por disputas em torno do financiamento internacional, da cooperação multilateral, da produção de conhecimento científico e da participação da sociedade civil. Os debates sobre a reforma das Nações Unidas, a atuação da OMS, a preparação para pandemias, a influência corporativa sobre as políticas públicas e a confiança na ciência indicam que a saúde global permanece atravessada por questões de poder, representação e acesso a recursos. Nesse cenário, as organizações da sociedade civil seguem desempenhando um papel relevante tanto na denúncia de desigualdades e violações quanto na formulação de propostas voltadas ao fortalecimento da cooperação internacional e da equidade em saúde.

Referências

1. ActionAid International. “Each day I worry about how I will provide the next meal for my family”: women reveal economic toll of Ebola outbreak [Internet]. 2026 Jun 4 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://actionaid.org/news/2026/each-day-i-worry-about-how-i-will-provide-next-meal-my-family-women-reveal-economic-toll
2. ActionAid International. 1 in 3 people in Ituri believe Ebola is not real, as myths and misinformation hamper containment efforts [Internet]. 2026 May 25 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://actionaid.org/news/2026/1-3-people-ituri-believe-ebola-not-real-myths-and-misinformation-hamper-containment
3. ActionAid International. Lack of protective equipment against Ebola in schools and communities is a “ticking time bomb,” says ActionAid [Internet]. 2026 May 21 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://actionaid.org/news/2026/lack-protective-equipment-against-ebola-schools-and-communities-ticking-time-bomb-says
4. Public Citizen. BARDA must share potential Ebola treatment with global outbreak response [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://www.citizen.org/news/barda-must-share-potential-ebola-treatment-with-global-outbreak-response/
5. LinkedIn. The Ebola and Hantavirus outbreaks offer an ominous warning [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/elishadg_the-ebola-and-hantavirus-outbreaks-offer-activity-7465406771642302464-00Oo
6. Facebook. Publicação sobre Ebola [Internet]. [citado 2026 Jun 18]. Disponível em: https://www.facebook.com/share/r/1EML4pApH2/

7. Fundación Huésped. Finalizamos un proyecto transformador junto a Pampa Energía en Neuquén [Internet]. [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://huesped.org.ar/novedades/finalizamos-un-proyecto-transformador-junto-a-pampa-energia-en-neuquen

8. Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi). Children are among those most affected by dengue [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/dndi_children-are-among-those-most-affected-activity-7473679171865681920-A9R_

9. Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi). Joint Regulatory Platform for Accelerating Medicine Development [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/dndi_globalhealth-partnerships-innovation-activity-7472924131131461632-ZgF8

10. Public Citizen. As Ebola spreads, Congress must press Rubio on global health cuts [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://www.citizen.org/article/as-ebola-spreads-congress-must-press-rubio-on-global-health-cuts/

11. Médecins Sans Frontières Brasil (MSF Brasil). Violência força milhares de pessoas ao deslocamento em Moçambique, agravando crise humanitária [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://www.msf.org.br/noticias/violencia-forca-milhares-de-pessoas-ao-deslocamento-em-mocambique-agravando-crise-humanitaria/

12. Médecins Sans Frontières Brasil (MSF Brasil). Gaza: um ano após distribuição militarizada de alimentos, sobreviventes sofrem com sequelas [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://www.msf.org.br/noticias/gaza-um-ano-apos-distribuicao-militarizada-de-alimentos-sobreviventes-sofrem-com-sequelas/

13. Progressive International. Our shared histories of resistance compel us to act concretely [Internet]. 2026 Jun 18 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://progressive.international/wire/2026-06-18-our-shared-histories-of-resistance-and-connected-futures-compel-us-to-act-concretely-/en/

14. World Medical Association (WMA). Condemnation of attacks on hospitals in Southern Lebanon [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://www.wma.net/news-post/condemnation-of-attacks-on-hospitals-in-southern-lebanon/

15. CARE. June 11, 2026 in Lebanon: “We spent our days and nights in darkness” [Internet]. 2026 Jun 11 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.care.org/news-and-stories/june-11-2026-in-lebanon-we-spent-our-days-and-nights-in-darkness/

16. Médecins Sans Frontières (MSF). MSF concludes medical support at Nduta Refugee Camp [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.msf.org/msf-concludes-medical-support-nduta-refugee-camp

17. CARE. “We kept walking”: two mothers flee war and hunger to reach South Sudan [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.care.org/news-and-stories/mothers-flee-war-south-sudan/

18. World Federation of Public Health Associations (WFPHA). International Day for the Elimination of Sexual Violence in Conflict [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_endrapeinwar-endsvc2026-publichealth-activity-7473630965957967872-Vn2E

19. Médecins Sans Frontières Brasil (MSF Brasil). Profissional de saúde é detida no Afeganistão em meio ao aumento das restrições às mulheres [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://www.msf.org.br/noticias/msf-denuncia-a-detencao-de-profissional-medica-em-meio-ao-aumento-de-restricoes-as-mulheres/

20. World Vision International. Show a Red Card to Child Labour: Joining Forces Nepal urges accelerated action to eliminate child labour [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em:

https://www.wvi.org/newsroom/nepal/show-red-card-child-labour-joining-forces-nepal-urges-accelerated-action-eliminating

21. ACON. Pride in Sport statement on former NRL and Fiji international player Kane Evans [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/
22. DV-alert. Working with LGBTQ+ Communities [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.dvalert.org.au/workshops-courses/1-day-focused-workshops/working-with-lgbtq-communities
23. ACT Promoção da Saúde. Campanha Duplo Impacto mostra que as mesmas indústrias ameaçam a saúde e o meio ambiente [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://actbr.org.br/campanha-duplo-impacto/9353/
24. ACT Promoção da Saúde. Faça a indústria do tabaco pagar: quem lucra tem que arcar com o custo das doenças e das mortes [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://actbr.org.br/faca-a-industria-do-tabaco-pagar/9375/
25. Fundación Huésped. El proyecto de Ley de Gestión de Intereses amenaza la labor de la sociedad civil [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://huesped.org.ar/novedades/proyecto-ley-gestion-de-intereses
26. European Public Health Alliance (EPHA). Health Equity Feed: intersectional inequalities, structural racism, and environmental injustice shaping health in Europe [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://epha.org/health-equity-feed-intersectional-inequalities-structural-racism-and-environmental-injustice-shaping-health-in-europe/
27. International Federation of Medical Students' Associations (IFMSA). Delegation to the UNFCCC Subsidiary Bodies [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_ifmsa-delegation-to-the-unfccc-subsidiary-activity-7471929437089849344-BZRD
28. Greenpeace International. How a "super" El Niño risks worsening extreme weather in a climate-changed world [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 20]. Disponível em: https://www.greenpeace.org/international/story/84214/super-el-nino-worsening-extreme-weather-climate-changed-world/
29. Greenpeace International. Climate change in MENA: 4 questions people ask across the Middle East and North Africa region [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 20]. Disponível em: https://www.greenpeace.org/international/story/84141/climate-change-in-mena-4-questions-people-ask-across-the-middle-east-and-north-africa-region/
30. World Organization of the Scout Movement (WOSM). Tanzania Scouts strengthen disaster preparedness and community resilience [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 18]. Disponível em: https://www.scout.org/news/tanzania-scouts-strengthen-disaster-preparedness-and
31. International Hospital Federation (IHF). Sustainable healthcare [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/international-hospital-federation_whc2026-gscexecutivemasterclass-sustainablehealthcare-activity-7472627309703991296-X8nz
32. CARE. Crossing the bridge: why strong health systems are essential to global growth [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.care.org/news-and-stories/why-strong-health-systems-are-essential-to-global-growth/
33. World Organization of Family Doctors (WONCA). Quality improvement and patient safety [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wonca_familymedicine-primarycare-qualityimprovement-activity-7473740149378449409-Djtq

34. Public Citizen. Product recalls: April 15, 2026–May 13, 2026 [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://www.citizen.org/?post_type=article&p=122876

35. World Federation of Occupational Therapists (WFOT). World Day for Assistive Technology [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wfot_world-day-for-assistive-technology-on-june-activity-7467508036450963456-qjMc

36. Fòs Feminista. Sang Pour Sang celebrates menstrual health and dignity progress [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_red-party-picturespdf-activity-7468379605326987265-BHW6

37. Fòs Feminista. What does menstrual health look like when we centre disabled people's experiences? Conversation with WOWLEAP and CIMUDIS [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_tomorrow-what-does-menstrual-health-look-activity-7472573772701708288-Eayc

38. Fòs Feminista. Dr. Gómez to discuss emergency contraception in Honduras forum [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_on-june-10-f%C3%B2s-feministas-senior-medical-activity-7470248416237957120-uxux

39. World Vision International. G7 principles mark step forward for children's safety online [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.wvi.org/newsroom/g7-principles-mark-step-forward-childrens-safety-online

40. World Vision International. Hunger worsens: new research shows what protects children on World Refugee Day [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.wvi.org/newsroom/disaster-management/world-refugee-day/hunger-worsens-new-research-shows-what-protects-children

41. World Vision International. World Vision Lesotho launches new strategy at community level, reinforcing commitment to ending violence against children [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.wvi.org/newsroom/world-vision-lesotho-launches-new-strategy-community-level-reinforcing-commitment-ending

42. People's Health Movement (PHM). Argentina announces withdrawal from the WHO; the World Health Assembly turns it down [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://phmovement.org/argentina-announces-withdrawal-who-world-health-assembly-turns-it-down

43. Sustainable Health Equity Movement (SHEM). The overlooked decisions of the 79th World Health Assembly [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/sustainablehealthequity_shem-may-2026-highlights-activity-7469789760820191232-_73Y

44. Global Health Council (GHC). UN NCD Alliance highlights WHA79 discussions [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_wha79-was-the-first-assembly-session-since-activity-7471260249358835712-bLpg

45. Public Citizen. "America First" global health agreements: negotiation tracker [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://www.citizen.org/article/health-mou-negotiation-tracker/

46. Fòs Feminista. Réforme UN80: session stratégique pour les activistes féministes et les organisations de la société civile d'Afrique francophone [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://fr.linkedin.com/posts/fos-feminista_r%C3%A9forme-un80-session-strat%C3%A9gique-pour-les-activity-7471200042817654786-3mRh

47. Global Health Council (GHC). Global health work moves faster when you're not doing it alone: GHC Community Hive [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_global-health-work-moves-faster-when-youre-activity-7469750372559953920-HH8b

48. Global Health Council (GHC). Industry-defining conversations are happening in global health [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_industry-defining-conversations-are-happening-activity-7472317249513656321-VhjJ

49. Geneva Global Health Hub (G2H2). Tobacco Industry Influence in Latin America and the Caribbean Report [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/geneva-global-health-hub-g2h2_fctcsaveslifes-makebigtobaccopay-activity-7469765390173200386-sPXe

50. International Federation on Ageing (IFA). Elevating older persons in NCD policy and care delivery [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_healthyageing-ncds-longevity-activity-7473086018494234624-vxLq

51. World Federation for Mental Health (WFMH). Not Alone Stories [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 18]. Disponível em: https://wfmh.global/news/2026.26-06-18_not-alone-stories

52. Public Citizen. Outrage of the Month: censorship of CDC and FDA vaccine studies [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://www.citizen.org/article/outrage-of-the-month-censorship-of-cdc-and-fda-vaccine-studies/

53. World Federation of Public Health Associations (WFPHA). Long COVID [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 19]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_longcovid-covid-covid19-activity-7471516730830458880-S5A_

54. GAVI, the Vaccine Alliance. The hunt for a new Ebola vaccine: two scientists explain the challenges [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 18]. Disponível em: https://www.gavi.org/vaccineswork/hunt-new-ebola-vaccine-two-scientists-explain-challenges

55. Gates Foundation. Ebola response funding announcement [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 18]. Disponível em: https://www.gatesfoundation.org/ideas/media-center/press-releases/2026/05/ebola-outbreak-africa

56. Wellcome Trust. The 2026 Bundibugyo Ebola outbreak: why R&D investment matters [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 18]. Disponível em: https://wellcome.org/insights/articles/2026-bundibugyo-ebola-outbreak-why-rd-investment-matters

57. GAVI, the Vaccine Alliance. Ebola: vaccines alone won't stop an outbreak – here's what else is needed [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 18]. Disponível em: https://www.gavi.org/vaccineswork/ebola-vaccines-alone-wont-stop-outbreak-heres-what-else-needed

58. The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria. Ukraine: the hidden battle to protect millions from tuberculosis and other deadly diseases [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 20]. Disponível em: https://stories.theglobalfund.org/ukraine-the-hidden-battle-to-protect-millions-from-tuberculosis-and-other-deadly-diseases

59. The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria. New rapid TB testing in 13 countries brings lifesaving diagnosis closer to communities [Internet]. 2026 Jun 16 [citado 2026 Jun 20]. Disponível em: https://www.theglobalfund.org/en/news/2026/2026-06-16-new-rapid-tb-testing-13-countries-lifesaving-diagnosis-closer-to-communities/

60. GAVI, the Vaccine Alliance. Could a hantavirus vaccine be on the horizon? [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 18]. Disponível em: https://www.gavi.org/vaccineswork/could-hantavirus-vaccine-be-horizon

61. Wellcome Trust. Our strategy: from John-Arne Røttingen [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 18]. Disponível em: https://wellcome.org/insights/articles/CEO-on-Wellcomes-strategy

62. Wellcome Trust. Research on trust in science [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 18]. Disponível em: https://wellcome.org/insights/articles/what-can-we-learn-research-public-trust-science

63. GAVI, the Vaccine Alliance. World's first AI-designed vaccine explained [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 18]. Disponível em: https://www.gavi.org/vaccineswork/worlds-first-ai-designed-vaccine-explained

64. CORE Group. CORE Group calls for pandemic preparedness commitment at UN hearing [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_pandemic-preparedness-hlm2026-activity-7470173463471693826-IQC4

65. CORE Group. Pandemic preparedness and community health: call for commitment at HLM 2026 [Internet]. LinkedIn; 2026 [citado 2026 Jun 17]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_pandemic-preparedness-hlm2026-activity-7470524610250366976-yyQ-

66. Johns Hopkins Institute for Planetary Health. Introducing the Planetary Health Policy Research Accelerator (PRA) [Internet]. 2026 Jun 10 [citado 2026 Jun 18]. Disponível em: https://planetaryhealth.jhu.edu/news/6-10-26-introducing-the-planetary-health-policy-research-accelerator-pra/

67. The Rockefeller Foundation. Rockefeller Foundation awards JUTI grant to deliver Bangkok Climate Action Week [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 18]. Disponível em: https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-awards-juti-grant-to-deliver-bangkok-climate-action-week/

68. The Rockefeller Foundation. New Potential Energy study commissioned by Rockefeller Foundation: climate support strong across leading democracies, but words matter [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 18]. Disponível em: https://www.rockefellerfoundation.org/news/new-potential-energy-study-commissioned-by-rockefeller-foundation-climate-support-strong-across-democracies-but-words-matter/

69. Gates Foundation. The malaria researcher who won't quit: Dr. Faith Osier [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 18]. Disponível em: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/dr-faith-osier-profile-of-malaria-researcher-in-africa

70. The Rockefeller Foundation. Rockefeller Foundation mobilizes US$ 450 million in investments for U.S. communities during Big Bets for America convenings [Internet]. 2026 [citado 2026 Jun 18]. Disponível em: https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-450m-investments-u-s-communities-big-bets-for-america-convenings/e

Roteiros para Desmontar a Pobreza Fabricada e Reconstruir a Justiça Global

Estrategias para acabar con la pobreza fabricada y reconstruir la justicia global

Roadmaps to Dismantle Manufactured Poverty and Rebuild Global Justice

Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho

Resumo: Neste informe, analisamos o estudo da Lancet sobre cláusulas de gênero do FMI na Argentina, revelando como a austeridade aprofundou desigualdades de gênero enquanto o Fundo permaneceu em silêncio diante do desmonte das instituições feministas por Milei. Conectamos isso à declaração da Progressive International sobre o sistema da dívida no Senegal – um mecanismo estrutural de extração perpétua. Nas negociações climáticas de Bonn, divergências Norte-Sul sobre medidas comerciais expuseram políticas climáticas unilaterais como novas formas de condicionalidade. O manifesto da APMDD vincula dívida à inação climática, convocando uma Convenção da ONU sobre Dívida. Apresentamos dois manifestos por futuros pós-crescimento: o Relatório de Justiça Global de Piketty – quantificando um caminho para 1,8°C com redistribuição radical – e o roteiro do The Guardian para erradicar a pobreza fabricada. Em Saúde, examinamos o "processo conjunto" antidemocrático da WHA79 que favorece o multistakeholderismo, a crítica da Lancet aos paradigmas estreitos de segurança sanitária e o testemunho de um médico palestino na Cisjordânia – onde a retenção de receitas fiscais está estrangulando o cuidado oncológico, cancelando cirurgias e colapsando um sistema sob cerco.

Palavras-chave: Sistema da Dívida. Justiça Climática. Austeridade do FMI. Governança Global da Saúde. Palestina.

Resumen: *En este informe, analizamos el estudio de *The Lancet* sobre las cláusulas de género del FMI en Argentina, que revela cómo la austeridad ha agravado las desigualdades de género, mientras que el Fondo guardaba silencio ante el desmantelamiento de las instituciones feministas por parte de Milei. Relacionamos esto con la declaración de la Internacional Progresista sobre el sistema de la deuda en Senegal: un mecanismo estructural de extracción perpetua. En las negociaciones climáticas de Bonn, las divergencias Norte-Sur sobre las medidas comerciales pusieron de manifiesto que las políticas climáticas unilaterales son nuevas formas de condicionalidad. El manifiesto de la APMDD vincula la deuda con la inacción climática y convoca una Convención de la ONU sobre la Deuda. Presentamos dos manifiestos para unos futuros postcrecimiento: el Informe de Justicia Global de Piketty —que cuantifica una vía hacia los 1,8 °C con una redistribución radical— y la hoja de ruta de The Guardian para erradicar la pobreza fabricada. En materia de salud, examinamos el «proceso conjunto» antidemocrático de la 79.ª Asamblea Mundial de la Salud (AMS), que favorece el enfoque multilateral; la crítica de The Lancet a los paradigmas estrechos de la seguridad sanitaria; y el testimonio de un médico palestino en Cisjordania —donde la retención de los ingresos fiscales está asfixiando la atención oncológica, cancelando cirugías y colapsando un sistema sitiado.*

Palabras clave: *Sistema de la deuda. Justicia climática. Austeridad del FMI. Gobernanza global de la salud. Palestina.*

Abstract: *For this report, we analyze the Lancet study on IMF gender clauses in Argentina, revealing how austerity deepened gender inequalities while the Fund remained silent as Milei dismantled feminist institutions. We connect this to the Progressive International's declaration on Senegal's debt system- a structural mechanism of perpetual extraction. At Bonn's climate talks, North-South divergences over trade measures exposed unilateral climate policies as new forms of conditionality. The APMDD manifesto links debt to climate inaction, calling for a UN Debt Convention. We then present two manifestos for post-growth futures: Piketty's Global Justice Report – quantifying a path to 1.8°C with radical redistribution – and The Guardian's roadmap to end manufactured poverty. In Health, we examine WHA79's undemocratic "joint process" favoring multistakeholderism, the Lancet's critique of narrow health security paradigms, and a Palestinian physician's testimony from the West Bank – where withheld clearance revenues are strangling oncology care, cancelling surgeries, and collapsing a system under siege.*

Keywords: *Debt System. Climate Justice. IMF Austerity. Global Health Governance. Palestine.*

Panorama Político-Econômico

Nesta quinzena, vamos de um recém publicado estudo da *The Lancet* sobre os empréstimos do FMI e gênero, à crise da dívida, às negociações de Bonn sobre o clima, e, como fechamento de forma e conteúdo, 2 estudos sobre as novas possibilidades econômicas que pretendem fugir do culto ao crescimento – o *Global Justice Report de Piketty* e uma coluna, também assinada pelo economista, no *The Guardian*, de título *"We the economists have done the math: 'growth' is a doomed strategy"*. Nossa seleção do panorama político-econômico não pretende ignorar os recentes acontecimentos da América Latina (a suposta vitória da extrema direita no Peru e na Colômbia) e do mundo (a recente criação do que pode ser chamada de equivalência europeia ao ICE), com esses assuntos vindo a ser abordados nos próximos informes, uma vez que as organizações da SCO e da academia que acompanhamos venham a se pronunciar.

No início de junho, foi publicado o artigo *"The Latest IMF Loan to Argentina: Were Gender Clauses Effective in Protecting Women?"* de autoria de Sol Prieto e Mercedes D'Alessandro na *The Lancet*. O artigo analisa a eficácia das cláusulas de gênero incluídas nos acordos do Fundo Monetário Internacional (FMI) com a Argentina entre 2018 e 2022, avaliando se tais instrumentos conseguiram proteger as mulheres dos impactos negativos das políticas de austeridade, as duas cláusulas foram submersas sob a crise econômica que se agravou em 2022, com as revisões do acordo deixando de mencionar gênero. Em 2023, sob Javier Milei, o governo eliminou o Ministério das Mulheres, a DNEIG, o programa Registradas e o orçamento sensível ao gênero, sem qualquer objeção ou penalidade do FMI.

Os resultados da análise de Prieto e D'Alessandro mostram que as políticas de austeridade aprofundaram desigualdades: a pobreza subiu de 41,7% para 52,9% em seis meses, o desemprego feminino aumentou 2,4 pontos percentuais contra 1,5 para homens, a lacuna salarial de gênero cresceu de 25,8% para 27,8%, e pensões mínimas — majoritariamente recebidas por mulheres — perderam valor real. O artigo conclui que as cláusulas de gênero são ineficazes enquanto a "estabilidade macroeconômica" permanecer prioritária e as políticas fiscais ignorarem seus efeitos imediatos e de médio prazo sobre as mulheres. O caso argentino evidencia que tais cláusulas funcionam como *"pink-washing"* ou cortina de fumaça, sem compromisso político real do FMI ou dos governos, e que a austeridade prescrita é incompatível

com a redução das desigualdades de gênero. Na seção Post Scriptum as autoras destacam o papel político das campanhas de austeridade, da dívida e dos programas de ajuste do Fundo:

> *PÓS-ESCRITO*
>
> *Este artigo foi finalizado em fevereiro de 2025, antes de dois desdobramentos que apoiam ainda mais seu argumento principal. Primeiro, em abril de 2025, a Argentina assinou um novo acordo de US$ 20 bilhões com o FMI sob o presidente Javier Milei. Embora o programa se refira amplamente à proteção de "populações vulneráveis", ele omite os esforços anteriores para incorporar considerações de gênero, alinhando-se com o desmonte, pela administração, de instituições e políticas relacionadas ao gênero. Segundo, durante o período eleitoral que antecedeu as eleições de meio de mandato na Argentina, o presidente dos EUA, Donald Trump, e o secretário do Tesouro, Scott Bessent, apoiaram publicamente o governo argentino, inclusive por meio de operações financeiras que afetaram o mercado cambial argentino. Juntos, esses desdobramentos reforçam a interpretação avançada neste artigo: o programa de ajuste do FMI na Argentina opera não apenas como uma estratégia de estabilização doméstica, mas também como parte de uma reconfiguração geopolítica e financeira mais ampla, na qual a dívida externa pode funcionar como um mecanismo que reforça o alinhamento político. Como argumentado em D'Alessandro (2025), o caso argentino pode funcionar como um "laboratório" para um paradigma de austeridade renovado que marginaliza — e potencialmente reforça — dimensões estruturais da desigualdade, incluindo a de gênero.*

A análise de Prieto e D'Alessandro vai de encontro a uma peça publicada pela *Progressive International* no dia 26 de maio. O documento leva o título de *"Debt must be understood as a political issue"* e foi o pronunciamento final da conferência *Ideas-Africa Network's on Senegal's debt*. O evento juntou especialistas da dívida para juntos buscarem um caminho para o Senegal, país que vem sofrendo com os pagamentos dos empréstimos feitos nos últimos anos. Porém, com uma clareza que por vezes falta às instituições financeiras internacionais, os presentes apontaram como é o "sistema da dívida" – ou seja, as condições estruturais que justificam a recorrência das crises da dívida, e a dívida em si, que deve ser combatido. O sistema da dívida mantém países como o Senegal num ciclo de contínua acumulação e pagamento da dívida externa como modalidade de extração de lucro por parte de credores externos, numa perpétua transferência de capital, ponto que parece ser de continua divergência entre os países devedores e os credores. No site da *Progressive International* é possível ler o pronunciamento completo.

Agora, para a Conferência de Bonn sobre o Clima – que aconteceu dos dias 8 a 18 de junho. Comentando sobre a Conferência, trazemos um documento do *Third World Network*. *O BONN CLIMATE NEWS UPDATE (TWN)* sobre Clima e Comércio comenta o primeiro dos três Diálogos sobre Clima e Comércio (CTD). O diálogo contou com apresentações da OMC, ITC e UNCTAD, e teve como objetivo discutir oportunidades, desafios e barreiras relacionados à cooperação internacional no papel do comércio, conforme mandato da decisão 1/CMA.7 (COP30 em Belém). O mandato prevê diálogos na SB64 (2026), SB66 (2027) e SB68 (2028), com um relatório final a ser apresentado em evento de alto nível em 2028. O diálogo tornou evidente divergências fundamentais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, enquanto os países em desenvolvimento (G77+China, LMDC, AGN, Grupo Árabe, BASIC, AOSIS, LLDCs, entre outros): defenderam que o diálogo examine a compatibilidade das medidas comerciais-

climáticas com os princípios e disposições da UNFCCC (especialmente o Artigo 3.5) e do Acordo de Paris, incluindo equidade e CBDR-RC e solicitaram avaliação de impacto dessas medidas sobre os países em desenvolvimento, com relatórios substantivos após cada diálogo, nomeação de co-facilitadores, programa de trabalho e item de agenda dedicado.

Também denunciaram que medidas unilaterais como CBAM, regulamentações sobre desmatamento, padrões de carbono e devida diligência corporativa impõem custos desproporcionais, reduzem acesso a mercados e transferem recursos do Sul para o Norte, além de serem inconsistentes com o princípio da determinação nacional (NDCs). Os países desenvolvidos (EUA não mencionado diretamente, mas UE, Reino Unido, Japão, Noruega, Suíça, Canadá, Nova Zelândia) preferiram que o diálogo se concentre no intercâmbio técnico e compartilhamento de informações, evitando duplicação com outros fóruns (OMC, UNCTAD, ITC). Defendem que o espaço não é de negociação nem de definição de regras, e que deve manter caráter não punitivo.

Alguns sugeriram que apenas um relatório consolidado seja produzido em 2028. A UE defendeu que o diálogo explore sinergias entre comércio e clima; o Reino Unido sugeriu focar em bens e serviços ambientais e reforma de subsídios a combustíveis fósseis; o Japão questionou a necessidade do diálogo; a Suíça propôs tratar de subsídios a combustíveis fósseis e minerais críticos; a Noruega defendeu uso do Artigo 6; o Canadá pediu complementaridade com outros fóruns; e a Nova Zelândia mencionou princípios como não discriminação e conformidade com a OMC.

Conectando os dois assuntos mencionados acima, trazendo o manifesto *"WHY A UN DEBT CONVENTION IS CRITICAL FOR CLIMATE JUSTICE"* do *APMDD – Asian Peoples' Movement on Debt and Development* publicado no final de abril deste ano. O documento expõe como a dívida externa é um grande obstáculo à ação climática, limitando severamente a capacidade dos países de responder à emergência climática e de realizar a transição para energias renováveis (como a já muito mencionada Debt-fossil-fuel-trap).

Programas do FMI e do Banco Mundial impõem austeridade, restringindo o espaço das políticas públicas para ação climática. Além disso, para gerar receita para pagar dívidas, muitos países expandem sua dependência de combustíveis fósseis, criando um ciclo vicioso em que as pressões da dívida aceleram a crise climática. O documento também aponta como, atualmente, os processos existentes de alívio da dívida — liderados pelo G20, Clube de Paris, FMI e Banco Mundial — são fragmentados, lentos e orientados pelos interesses dos credores. A governança global da dívida permanece concentrada em instituições desiguais e antidemocráticas, onde os países do Norte Global têm poder desproporcional. O sistema da dívida permanece profundamente colonial.

A curto prazo, propõe cancelamento urgente e abrangente da dívida, além de financiamento climático público baseado em doações dos países ricos, que devem pagar sua dívida climática. A longo prazo, o estabelecimento de uma Convenção-Quadro da ONU sobre Dívida Soberana, buscando uma solução e mudança estrutural.

Com a convenção, argumentam, seria possível: Liberar fundos públicos e espaço de política para ação climática, prevenir futuras crises de dívida que prejudiquem a ação climática, liberar recursos em caso de desastres, abordar injustiças históricas e dívidas ilegítimas e criar regras globais e tomada de decisão mais justas. O texto é produzido pelo Debt and Climate Working Group, que reúne organizações da sociedade civil, ativistas, movimentos e acadêmicos que trabalham na interseção entre as crises da dívida e do clima.

Falando em necessidade de mudança estrutural, dois novos estudos-manifestos foram publicados nesta quinzena. O primeiro foi o Relatório de Justiça Global do Laboratório de Desigualdade Global da Escola de Economia de Paris, coordenado entre outros por Thomas Piketty, publicado em 4 de junho, na abertura da Conferência Mundial sobre Desigualdade 2026. O Global Justice Report apresenta uma nova visão para o progresso global no século XXI, baseando o desenvolvimento humano e a igualdade na habitabilidade planetária. O relatório explora as condições sob as quais o mundo poderia avançar nessa direção e traça uma trajetória de transição econômica e ecologicamente consistente de 2026 a 2100.

Sua conclusão principal é simples: é possível conciliar habitabilidade planetária e alto bem-estar para todos, mas apenas se a transformação se apoiar em três pilares simultaneamente: A descarbonização rápida dos sistemas energéticos é necessária, mudança significativa em direção à suficiência e uma redução drástica da desigualdade de renda, riqueza e poder, tanto entre países quanto dentro deles. A compressão da desigualdade global não é apenas compatível com a descarbonização profunda; é uma condição necessária para a prosperidade compartilhada em um planeta finito.

O *Global Justice Report* faz parte de uma agenda internacional mais ampla para a habitabilidade planetária, justiça social e reforma da arquitetura financeira global – incluindo a Iniciativa Bridgetown, lançada por Barbados em 2022, combinando reforma monetária internacional, tributação global da riqueza e financiamento climático; o recente Compromisso de Sevilha sobre financiamento do desenvolvimento; o processo da Convenção Fiscal da ONU; e as iniciativas do G20 lideradas pelo Brasil e pela África do Sul sobre desigualdade global e o reequilíbrio da riqueza e do poder dentro dos limites planetários. A principal contribuição deste relatório é colocar essas propostas dentro de um quadro institucional quantificado, modelando a convergência socioeconômica, a mudança de temperatura e as trajetórias distributivas até 2100. Nossa conclusão geral é que é possível conceber um plano quantitativamente consistente para o desenvolvimento sustentável em escala global com base em propostas como a Iniciativa Bridgetown e outras plataformas recentes.

O objetivo maior é combinar Igualdade Global e Habitabilidade Planetária e impulsionar Contabilidade Material e Monetária para o Debate Democrático, com o *Global Justice Report* utilizando indicadores multidimensionais para medir o progresso social.

“Concretamente: a renda nacional mensal per capita converge para € 5.000 em todos os países, fechando uma lacuna de 16 vezes. A participação da metade inferior da riqueza global aumenta de 2% para 30%, enquanto a participação da classe bilionária diminui de 6% para 0,05%. Quase 90% da população mundial dobra sua renda enquanto trabalha aproximadamente metade das horas que trabalha atualmente. O aquecimento atinge 1,8°C até 2100, em vez de mais de 4°C sob as tendências macroeconômicas e políticas atuais.

O Global Justice Report faz parte de uma agenda internacional mais ampla para a habitabilidade planetária, justiça social e reforma da arquitetura financeira global — incluindo a Iniciativa Bridgetown, lançada por Barbados em 2022, combinando reforma monetária internacional, tributação global da riqueza e financiamento climático; o recente Compromisso de Sevilha sobre financiamento do desenvolvimento; o processo da Convenção Fiscal da ONU; e as iniciativas do G20 lideradas pelo Brasil e pela África do Sul sobre desigualdade global e o reequilíbrio da riqueza e do poder dentro dos limites planetários. A principal contribuição deste relatório é colocar essas propostas dentro de um quadro institucional quantificado, modelando a convergência socioeconômica, a mudança de temperatura e as trajetórias distributivas até

2100. Nossa conclusão geral é que é possível conceber um plano quantitativamente consistente para o desenvolvimento sustentável em escala global com base em propostas como a Iniciativa Bridgetown e outras plataformas recentes."

A Plataforma de Justiça Global conclui que um século XXI habitável e igualitário é materialmente possível. O orçamento de carbono permite isso, e a história oferece precedentes em escalas comparáveis, desde a ascensão do sufrágio universal até a universalização da saúde e da educação, passando pela compressão da desigualdade do século XX. O que está no caminho não é a impossibilidade técnica, mas a escolha política e o trabalho árduo, porém crucial, de construir uma coalizão por trás dela.

Na mesma proposta, temos o artigo de opinião publicado no *The Guardian*, *"We economists have done the maths: 'growth' is a doomed strategy – there is a better way"* assinado por Olivier De Schutter, Joseph Stiglitz, Jayati Ghosh, Thomas Piketty, Kate Raworth and Jason Hickel e apresenta um roadmap moldado por especialistas de todo o mundo, desde agências da ONU até movimentos de base, junto de uma convocatória: que líderes políticos em todos os níveis o utilizem.

Deixamos o texto traduzido integralmente:

> *Nós vivemos em uma era de escassez fabricada. Em um mundo mais rico do que nunca, cerca de um décimo da população mundial ainda vive em extrema pobreza. Milhões de pessoas não conseguem pagar por comida suficiente, moradia adequada ou cuidados básicos de saúde, enquanto uma minoria ínfima acumula riqueza e poder sem precedentes. Ao mesmo tempo, secas, mega incêndios, inundações e ondas de calor nos lembram que nossas economias estão levando o planeta além de seus limites.*
>
> *Estas não são crises separadas. São sintomas de um modelo econômico que chegou ao fim da linha. Pobreza e desigualdade não são acidentes; são resultados previsíveis de escolhas políticas: como projetamos sistemas tributários, regulamos mercados de trabalho, valorizamos o cuidado, estruturamos serviços públicos e decidimos quais necessidades e quais vozes importam. Fundamentalmente, se os governos podem fabricar a pobreza, eles também podem desmontá-la.*
>
> *Por décadas, a receita foi simples: faça a economia crescer, e a pobreza desapareceria gradualmente. Mas a promessa de que o crescimento econômico "levantaria todos os barcos" não foi cumprida. Enquanto as rendas nacionais se expandiam, os salários estagnaram, o trabalho se tornou mais precário e os serviços públicos foram cortados. No topo, as fortunas cresceram; na base, as famílias recorreram a bancos de alimentos. O crescimento se desacoplou da prosperidade compartilhada.*
>
> *Também se tornou ecologicamente insustentável. Estamos caminhando para uma "Terra estufa", onde o aumento das emissões e a perda de biodiversidade estão desestabilizando as condições que sustentam a vida humana. Cerca de 92% do excesso de emissões globais de carbono pode ser atribuídos ao Norte Global, e os 10% mais ricos da população são responsáveis por quase metade das emissões globais, enquanto as pessoas em situação de pobreza são as primeiras a enfrentar quebras de colheita e aumento dos preços dos alimentos. Um modelo econômico que depende da expansão infinita em um planeta finito não é apenas injusto; é perigoso.*

Muitos países de baixa renda ainda precisam de crescimento para construir estradas, hospitais, escolas, energias renováveis e empregos decentes. Mas o caminho dominante para o crescimento – baseado na extração de recursos, mão de obra barata e complacente, dependência de exportações e endividamento crescente – ampliou a desigualdade e degradou o meio ambiente. A verdadeira questão hoje não é se o crescimento continua, mas que tipo de economias estamos construindo, a quem elas servem e se permitem que todos vivam com dignidade dentro dos limites planetários.

É por isso que nos reunimos para desenvolver e apoiar o "roteiro para erradicar a pobreza além do crescimento". O roteiro oferece uma gama de alternativas sobre como ir além da abordagem estreita de "crescer-taxar-transferir" que moldou as políticas por décadas. Não é um modelo elaborado por um punhado de especialistas. É exatamente o oposto: durante 18 meses, mais de 400 pessoas – agências da ONU, governos nacionais, especialistas acadêmicos, organizações da sociedade civil, sindicatos, atores da economia social e solidária e movimentos de base, do Norte e do Sul globais – trabalharam para responder a uma pergunta simples: como podemos acabar com a pobreza e reduzir as desigualdades sem tratar o crescimento do PIB como a condição primária para o progresso? Mais de 350 signatários subscreveram o plano, incluindo Jean Drèze, Pavlina Tcherneva, Tim Jackson, Bhumika Muchhala, Julia Steinberger, Ndongo Samba Sylla, Timothée Parrique.

Não concordamos em todos os detalhes políticos. Mas estamos unidos na convicção de que nossas economias devem ser redesenhadas em torno da realização de direitos e do bem-estar coletivo dentro dos limites planetários, em vez de maximizar a produção a qualquer custo. Os direitos humanos aqui não são uma reflexão tardia; são o princípio organizador de como medimos o progresso, definimos prioridades e resolvemos trade-offs. A proteção social e os serviços públicos são essenciais, mas não podem compensar indefinidamente economias que, por design, geram salários de pobreza, empregos inseguros e moradias inacessíveis.

Precisamos mudar as regras a montante. Isso significa, por exemplo, trabalho decente e garantias de emprego, salários dignos e remuneração justa, sindicatos mais fortes e democracia no local de trabalho, combate à discriminação e valorização do trabalho de cuidado remunerado e não remunerado do qual nossas sociedades dependem. Significa investir em crianças, moradia, saúde, educação e transporte por meio de provisão pública universal. Significa controle público de ativos estratégicos, orientação de crédito para direcionar investimentos para prioridades sociais e ecológicas, e apoio ao desenvolvimento da economia social e solidária.

Implementar esta visão significa mudar as regras da economia global. Hoje, os governos do Sul Global são criticados por não fazerem o suficiente para combater a pobreza, enquanto são pressionados por sanções unilaterais, acordos comerciais restritivos, intercâmbio desigual e encargos de dívida enraizados em séculos de despossessão colonial. Cerca de 3,4 bilhões de pessoas vivem em países que gastam mais com o serviço da dívida do que com saúde ou educação. Enquanto isso, as cadeias de suprimentos globais permitem uma enorme transferência líquida de trabalho e recursos do Sul para o Norte. A solidariedade internacional é, portanto, uma obrigação legal e moral enraizada na realidade histórica de que muitos países ricos construíram sua riqueza empobrecendo o Sul, através de padrões de extração que continuam hoje em novas formas. Uma transição justa para além do crescimento deve incluir justiça da dívida,

aumento da cooperação Sul-Sul, financiamento climático reparatório e apoio a pisos de proteção social universais, enraizados nos princípios de não dominação e autodeterminação, para que os países possam traçar seus próprios futuros econômicos soberanos.

Igualmente crucial é quem pode moldar essa transição. Com demasiada frequência, as políticas que afetam as pessoas em situação de pobreza são elaboradas sem elas – e, por vezes, contra elas. Quando os sistemas de bem-estar são construídos em torno de suspeita, sanções e condições humilhantes, eles aprofundam o estigma e desencorajam as pessoas a reivindicar seus direitos. Aqueles que vivem na pobreza sabem melhor do que ninguém como os sistemas podem falhar na prática. Sua expertise deve orientar a concepção, implementação e monitoramento das estratégias antipobreza, desde os conselhos locais até os parlamentos e fóruns internacionais.

Não estamos começando do zero. Em todo o mundo, lutas indígenas, organização feminista, sindicatos e movimentos por justiça climática estão defendendo e construindo futuros alternativos enraizados no cuidado coletivo e nos direitos territoriais. Novas coalizões de estados estão avançando novas visões de governança econômica global, e governos estão experimentando estratégias antipobreza baseadas em direitos, assembleias de cidadãos e construção de riqueza comunitária. A ONU e muitos parceiros estão explorando indicadores "além do PIB" e novas instituições, como um painel internacional sobre desigualdade, para ajudar a traçar essa mudança. Nosso roteiro se baseia nesses esforços, conecta-os e os impulsiona ainda mais. Oferecemos agora como um ponto de referência comum para aqueles que se recusam a aceitar que a pobreza e o colapso ecológico são o preço a pagar pela forma como atualmente definimos o "sucesso" econômico. Governos e instituições multilaterais têm uma escolha: redobrar a aposta em um modelo falido de crescimento em primeiro lugar ou comprometer-se a erradicar a pobreza transformando as regras econômicas que a produzem.

A pobreza é fabricada. Essa é a má notícia – e a boa notícia. O que foi fabricado pode ser desmontado e substituído. Estamos colocando opções concretas sobre a mesa, todas apoiadas por perfis de políticas detalhados que explicitam evidências, etapas de implementação e exemplos do mundo real. Convocamos líderes políticos em todos os níveis a usá-los, a ouvir os mais afetados e a tratar o fim da pobreza, a redução das desigualdades e a efetiva realização dos direitos humanos como a medida pela qual a política econômica deve ser julgada.

Saúde

Em Saúde, trazemos 3 publicações recentes, um artigo da *People's Dispatch* analisando os limites da democratização da Governança da Saúde Global; um artigo da *The Lancet* problematizando os paradigmas atuais da seguritização da saúde e, por fim, um testemunho de um médico Palestino vivendo sobre o siege israelense.

Publicada no dia 19 de maio, a reportagem do *People's Dispatch* tensiona a *79WHA*, que ocorreu em um contexto de OMS sobrecarregada por múltiplas crises concorrentes, orçamento e equipe reduzidos, e incertezas em torno da eleição de um novo Diretor-Geral em 2027. A publicação traz a visão do Movimento de Saúde Popular (PHM), que contesta como a Atenção

Primária à Saúde (APS) conforme visionada pela Declaração de Alma-Ata de 1978 continua sendo a visão orientadora para um sistema de saúde global justo e equitativo.

A Assembleia será convidada a considerar uma proposta para um "processo conjunto" de transformação da arquitetura global de saúde (GHA), envolvendo Estados-Membros, representantes de iniciativas globais de saúde, entidades da ONU, organizações regionais de saúde e outras partes interessadas, incluindo a sociedade civil. O objetivo é simplificar e aumentar a coerência entre os muitos atores e iniciativas de reforma que atualmente lotam esse espaço. O processo conjunto estabelecerá opções e recomendações para: alinhamento de mandatos e capacidades dos atores da GHA; melhoria da coordenação e tomada de decisão; e alinhamento do financiamento com as prioridades nacionais, regionais e globais.

"Este ano, a Assembleia será convidada a considerar uma proposta para um processo conjunto que transformará a arquitetura global de saúde (GHA). O "processo conjunto" refere-se a uma "abordagem estruturada e inclusiva que envolve Estados-Membros, representantes de iniciativas globais de saúde, entidades das Nações Unidas, organizações regionais de saúde e outras grandes constituintes, incluindo a sociedade civil". Tem como objetivo simplificar e aumentar a coerência entre os muitos atores globais de saúde e iniciativas de reforma que atualmente lotam esse espaço, resultando frequentemente em poder de decisão sem prestação de contas. Essa fragmentação não é nova – reflete décadas de reestruturação impulsionada por Estados poderosos, corporações, atores filantrópicos e instituições financeiras.

O processo conjunto estabelecerá opções e recomendações para:

"(i) melhorar o alinhamento dos mandatos e capacidades dos atores da GHA com as funções essenciais da GHA e em todos os níveis global, regional e nacional;

(ii) melhorar a coordenação e a tomada de decisões para fortalecer a colaboração, a prestação de contas e a coerência em todos os níveis global, regional e nacional;

(iii) alinhar o financiamento com as prioridades nacionais, regionais e globais para avançar a autossuficiência nacional e garantir apoio sustentável e previsível para bens públicos globais de saúde e funções regionais."

A abordagem específica para o processo conjunto não é inteiramente democrática ou orientada pela equidade. O grupo de trabalho conjunto será composto por 25 membros: 14 representantes dos Estados-Membros da OMS (dois de cada região e dois membros adicionais das regiões que fornecem os co-presidentes), cinco representantes de iniciativas globais de saúde (Gavi, a Aliança para Vacinas; Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária; a Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias; Unitaid; e o Fundo Pandêmico), quatro representantes das Nações Unidas, incluindo a OMS, e um representante cada do Banco Mundial e de uma organização regional de saúde.

Essa priorização desproporcional de iniciativas globais de saúde com muito pouco, ou nenhum, espaço para a sociedade civil não prioriza a governança democrática. Embora o próprio relatório identifique "riscos" associados ao processo, incluindo "participação desigual" de países de baixa e média renda (LMICs) e OSC, as soluções oferecidas de "alcance proativo, apoio… e desenho cuidadoso dos processos do grupo de trabalho" são insuficientes para revitalizar e reimaginar uma OMS que funcione para todos. Em vez disso, prepara a OMS para o multistakeholderismo."

Enquanto a arquitetura da saúde global é analisada pelo *People's Dispatch*, a *The Lancet* traz uma crítica sobre nossa segurança sanitária global atual. O artigo de junho chamado *"Health Security: why preparedness alone will not keep us safe"* argumenta a necessidade urgente de transcender o foco tradicional em preparação para emergências para adotar uma visão mais integrada e sistêmica. Os autores defendem que priorizar apenas a resposta a crises ignora determinantes políticos e econômicos cruciais, como a influência de grandes indústrias e a fragilidade das instituições públicas. Para construir uma verdadeira resiliência, é necessário investir na prevenção de doenças, no fortalecimento da confiança comunitária e na colaboração entre diferentes setores, como agricultura e comércio. O artigo destaca que a eficácia da saúde pública depende da proteção da autonomia institucional e do enfrentamento das vulnerabilidades estruturais reveladas pela pandemia. Assim, a segurança em saúde deve ser vista como um investimento contínuo na estabilidade social e econômica, e não apenas como uma reação a desastres iminentes.

"À medida que a segurança sanitária se expande para abordar riscos climáticos, de confiança e sistêmicos, um foco contínuo na preparação para emergências corre o risco de fragmentar a saúde pública e obscurecer os drivers políticos e econômicos desses riscos. A próxima Conferência Global de Segurança Sanitária sugere uma mudança bem-vinda, refletindo uma evolução na forma como a segurança sanitária é compreendida. Os tópicos agora se estendem para além da preparação para doenças infecciosas para incluir mudanças climáticas, desinformação, confiança e governança, apontando para entendimentos mais sistêmicos e interconectados. No entanto, embora a agenda tenha se ampliado, a forma como a segurança sanitária é operacionalizada mudou muito menos. Os modelos de preparação para emergências, sistemas de resposta e capacidade de surto continuam a dominar a expansão sem transformação. Em risco está a indivisibilidade das Funções Essenciais de Saúde Pública da OMS, uma estrutura que deixa claro que prevenção, promoção, proteção e governança são interdependentes. O engajamento comunitário, a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a regulação da saúde pública são frequentemente despriorizados em favor da resposta a emergências. Separar a segurança sanitária do sistema mais amplo de saúde pública corre o risco de enfraquecer as bases das quais depende a resiliência. O trabalho da OMS e da Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública reforça a necessidade de uma entrega equilibrada entre essas funções. A COVID-19 expôs as limitações da preparação, mas também a importância da vulnerabilidade populacional subjacente. A preparação por si só não pode compensar esses drivers estruturais de risco; a ação deve ser acompanhada por um engajamento mais explícito com as realidades políticas."

Agora, para nossa cobertura quinzenal do genocídio palestino, deixamos, na íntegra, a tradução da reportagem de testemunho do doutor Hazim Faisal Abusondos, médico palestino que trabalha em Gaza.

> *Sou médico e trabalho no pronto-socorro e na ala de oncologia do Hospital Dura, na Cisjordânia ocupada.*
>
> *Nos últimos quatro anos, testemunhei a lenta deterioração do nosso sistema de saúde. Nos últimos dois anos, a situação se intensificou dramaticamente — tornando-se catastrófica.*
>
> *Nossos hospitais não estão simplesmente lutando. Eles estão sendo levados além de seus limites, e as prateleiras de nossas farmácias estão vazias.*

Dia após dia, medicamento por medicamento, cirurgia por cirurgia, o sistema do qual milhares de pacientes dependem está desmoronando diante de nossos olhos.

Esta não é uma crise natural. É o resultado direto do colapso econômico na Palestina e da retenção das receitas de clearance — fundos fiscais palestinos coletados por Israel. Esses fundos, que constituem mais de 60 por cento das receitas da Autoridade Palestina, estão congelados há meses. Sem eles, o Ministério da Saúde palestino não pode pagar os fornecedores. Sem pagamento, medicamentos, suprimentos cirúrgicos e equipamentos essenciais não chegam aos nossos hospitais. A consequência é um sistema de saúde sendo estrangulado, lenta e deliberadamente.

Esse colapso financeiro também significou que médicos e trabalhadores da saúde não podem mais se sustentar. Como as receitas de clearance são retidas, a Autoridade Palestina não pode pagar salários. Os salários são atrasados ou cortados completamente.

Muitos de nós não podem mais arcar com o custo da viagem para o trabalho. Alguns não podem prover nem mesmo as necessidades mais básicas para seus filhos. O curandeiro está sendo quebrado junto com o sistema.

Prateleiras vazias

Nossa ala de oncologia deveria ser um lugar de esperança e cura. Tornou-se, em vez disso, um lugar de incerteza e, com demasiada frequência, um lugar de espera ou rejeição.

Pacientes com câncer que chegam para consultas agendadas são mandados para casa porque os medicamentos essenciais de que necessitam não estão disponíveis. Muitos pacientes com câncer foram afetados pela escassez de medicamentos. Vi pacientes que estavam respondendo bem ao tratamento piorarem subitamente porque suas sessões de quimioterapia foram adiadas — não porque o medicamento não existe no mundo, mas porque não chega à nossa farmácia.

Os planos de tratamento são interrompidos. A esperança é substituída pela espera. Para um paciente com câncer, esperar significa que a doença avança.

Em nossas clínicas de hematologia e oncologia, vemos cada vez mais pacientes cujos cursos de tratamento são interrompidos porque os medicamentos não podem ser entregues de forma consistente. Uma paciente com um distúrbio sanguíneo anteriormente controlável experimentou interrupções repetidas em seu tratamento devido à escassez de medicamentos e atrasos no financiamento.

Com o tempo, sua condição se deteriorou significativamente. Ela posteriormente evoluiu para leucemia aguda. O que poderia ter sido uma doença estável e controlável tornou-se uma condição potencialmente fatal como resultado direto da interrupção do cuidado.

Em outro caso, um jovem paciente com uma malignidade rara havia respondido inicialmente bem à quimioterapia e precisava de terapia direcionada para controlar uma recidiva. O medicamento existia. A recomendação médica era clara. Mas devido ao seu alto custo e disponibilidade limitada dentro do sistema atual, o tratamento não pôde ser fornecido.

Nenhuma alternativa estava acessível. O paciente recebeu alta para casa sem um caminho de tratamento claro, enfrentando uma doença progressiva sem opções eficazes disponíveis. Mandamos um jovem para casa para esperar.

Para pacientes com câncer, o tempo não é um conceito abstrato, mas é central para determinar se uma doença permanece tratável ou se torna fatal — cada atraso importa.

A escassez não se limita ao departamento de oncologia. Medicamentos essenciais, incluindo antibióticos, medicamentos de emergência e analgésicos, estão se tornando cada vez mais difíceis de obter.

Os médicos são frequentemente forçados a trabalhar em condições que comprometem o padrão de atendimento que nossos pacientes merecem.

Cirurgias canceladas

Em todo o sistema de saúde, procedimentos estão sendo adiados porque suprimentos críticos não estão disponíveis. Os cirurgiões permanecem prontos e os pacientes permanecem necessitados, mas as operações não podem prosseguir sem os materiais necessários para realizá-las com segurança.

Um paciente com hérnia esperou meses por uma cirurgia agendada. O procedimento foi adiado repetidamente — não por razões médicas, mas por causa do colapso mais amplo: as receitas de clearance retidas deixaram a Autoridade Palestina incapaz de pagar os salários dos funcionários, forçando uma redução nos dias de operação.

Durante o atraso, a hérnia estrangulou. O tecido morreu. O que deveria ter sido uma operação de rotina tornou-se uma grande cirurgia de emergência. Parte do intestino do paciente teve que ser removida.

Pacientes com infecções na vesícula biliar e pedras chegam ao nosso hospital com dor agonizante, chorando, implorando por cirurgia para remover a fonte de seu sofrimento. Mas suas operações são adiadas repetidamente, porque os dias de operação foram reduzidos e os médicos nem sempre podem pagar para vir. O paciente chora. O cirurgião espera. O sistema não se move.

Pacientes com condições cardíacas, lesões traumáticas e outras necessidades cirúrgicas urgentes enfrentam atrasos que seriam inimagináveis há apenas alguns anos. Cada procedimento adiado carrega consequências potencialmente catastróficas que vão muito além de um cronograma hospitalar.

Em cidades e vilarejos de toda a Cisjordânia, os serviços de saúde estão esticados ao limite. Famílias que antes dependiam de clínicas locais para cuidados de rotina e preventivos estão encontrando menos opções disponíveis.

Centenas de pacientes têm viajado para clínicas ambulatoriais durante meses, apenas para encontrar as portas trancadas. Eles chegam aos hospitais esperando por cuidados que já não existem.

As clínicas estão fechadas — não porque não há pacientes, mas porque os fundos para operá-las desapareceram. Estes não são números. Estas são mães, pais e pacientes idosos que não têm outro lugar para ir.

Com as redes de segurança desaparecendo, o fardo tem recaído mais pesadamente sobre os idosos, crianças e aqueles que vivem com doenças crônicas.

Por anos, hospitais privados ajudaram a absorver a pressão quando as instalações governamentais atingiam a capacidade. As dificuldades financeiras têm prejudicado a cooperação entre diferentes partes do sistema de saúde, reduzindo as opções disponíveis para transferências de pacientes e cuidados especializados.

Como resultado, os pacientes muitas vezes permanecem em departamentos de emergência superlotados enquanto as equipes médicas procuram por leitos e recursos disponíveis.

Sul Global

Sur Global

Global South

Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro

Resumo: Além de apresentar as principais notícias do Boletim de maio do **UNOSSC**, o escritório tem coordenado reuniões interagências para a implementação da Estratégia para Todo o Sistema da ONU em Cooperação Sul-Sul e Triangular (2026–2029*)*, assegurando o alinhamento de programas nacionais de agências como PNUD, OMS e FAO aos novos parâmetros baseados em resultados. A **cooperação Sul-Sul brasileira** registrou iniciativas em áreas como trabalho decente, alimentação escolar, segurança alimentar, habitação e inovação em políticas públicas. As ações envolveram parcerias com países africanos e organismos internacionais, com destaque para intercâmbios de saberes ancestrais, visitas de estudo ao PNAE, cooperação Brasil-OIT e lançamento de iniciativas voltadas a sistemas alimentares sustentáveis e políticas urbanas. Em relação ao **G-77 e a China**, o grupo cobrou apoio financeiro ante crises humanitárias durante sessão do ECOSOC e protegeu o DIH, a UNRWA e o OCHA. Na SB64, expôs cortes drásticos em fundos climáticos (GEF/GCF) e rechaçou barreiras comerciais unilaterais. Por fim, impôs salvaguardas a reformas institucionais (PNUD/UNOPS) e blindou o Tratado Antirracismo de Durban. O **MNA** converteu solidariedade em salvaguarda estratégica ativa, defendendo na ONU, a soberania digital, a autonomia sanitária e a reforma do Conselho de Segurança. Regionalmente, essa articulação do Sul Global manifestou-se na ajuda humanitária a Cuba, no fortalecimento técnico da infraestrutura via FCIC/IsDB e na expansão geopolítica da Rede Parlamentar com o Vietnã. O **Centro Sul** fortaleceu articulações estratégicas defendendo a justiça climática baseada em reparações financeiras no Conselho de Direitos Humanos, propôs reformas fiscais na ONU e expôs falhas em relatórios tecnológicos da UNFCCC. Na saúde pública, liderou a unificação de posições para garantir equidade vinculante no Sistema PABS da OMS.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; UNOSSC; G-77 e China; Movimento dos Não-Alinhados; Centro Sul.

Resumen: *Además de presentar las principales noticias del Boletín de mayo de la **UNOSSC**, la oficina ha estado coordinando reuniones interagenciales para la implementación de la Estrategia para todo el Sistema de las Naciones Unidas sobre Cooperación Sur-Sur y Triangular (2026–2029), asegurando la alineación de los programas a nivel nacional de agencias como el PNUD, la OMS y la FAO con el nuevo marco basado en resultados. La **cooperación Sur-Sur brasileña** ha registrado iniciativas en áreas como trabajo decente, alimentación escolar, seguridad alimentaria, vivienda e innovación en políticas públicas. Estas acciones han involucrado asociaciones con países africanos y organismos internacionales, con énfasis en intercambios de saberes ancestrales, visitas de estudio al Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), la cooperación Brasil-OIT y el lanzamiento de iniciativas orientadas a sistemas alimentarios sostenibles y políticas urbanas. En relación con el **G-77 y China**, el grupo solicitó apoyo financiero ante las crisis humanitarias durante una sesión del ECOSOC y defendió el derecho internacional humanitario (DIH), la UNRWA y la OCHA. En la SB64, denunció los recortes drásticos en los fondos climáticos (GEF/FVC) y rechazó las barreras comerciales unilaterales. Asimismo, impulsó*

*salvaguardas en las reformas institucionales (PNUD/UNOPS) y protegió el Tratado de Durban contra el racismo. El **Movimiento de Países No Alineados (MNOAL**) ha convertido la solidaridad en una salvaguarda estratégica activa, defendiendo en la ONU la soberanía digital, la autonomía sanitaria y la reforma del Consejo de Seguridad. A nivel regional, esta articulación del Sur Global se manifestó en la ayuda humanitaria a Cuba, el fortalecimiento técnico de la infraestructura a través del FCIC/BIsD y la expansión geopolítica de la Red Parlamentaria con Vietnam. El **Centro Sur** ha fortalecido la articulación estratégica al defender la justicia climática basada en reparaciones financieras en el Consejo de Derechos Humanos, proponer reformas fiscales en la ONU y señalar deficiencias en los informes tecnológicos de la CMNUCC. En el ámbito de la salud pública, lideró la unificación de posiciones para garantizar la equidad vinculante en el sistema PABS de la OMS.*

***Palabras clave:** Cooperación Sur-Sur; ONUSC; G-77 y China; Movimiento de Países No Alineados; Centro Sur.*

***Abstract:** In addition to presenting the main highlights from the May **UNOSSC** Bulletin, the office has been coordinating inter-agency meetings for the implementation of the United Nations System-Wide Strategy on South-South and Triangular Cooperation (2026–2029), ensuring the alignment of country-level programmes of agencies such as UNDP, WHO, and FAO with the new results-based framework. **Brazilian South-South cooperation** has recorded initiatives in areas such as decent work, school feeding, food security, housing, and public policy innovation. These actions have involved partnerships with African countries and international organizations, with emphasis on exchanges of ancestral knowledge, study visits on the Brazilian National School Feeding Programme (PNAE), Brazil–ILO cooperation, and the launch of initiatives on sustainable food systems and urban policy. Regarding the **G-77 and China**, the group called for financial support in response to humanitarian crises during an ECOSOC session and defended international humanitarian law (IHL), UNRWA, and OCHA. At SB64, it highlighted drastic cuts in climate funds (GEF/GCF) and rejected unilateral trade barriers. It also pushed for safeguards in institutional reforms (UNDP/UNOPS) and protected the Durban Anti-Racism Treaty. The **Non-Aligned Movement (NAM**) has transformed solidarity into an active strategic safeguard, advocating at the UN for digital sovereignty, health autonomy, and Security Council reform. Regionally, this Global South coordination was reflected in humanitarian assistance to Cuba, technical strengthening of infrastructure through FCIC/IsDB, and the geopolitical expansion of the Parliamentary Network with Vietnam. The **South Centre** has strengthened strategic coordination by advocating for climate justice based on financial reparations at the Human Rights Council, proposing fiscal reforms at the UN, and exposing shortcomings in technological reports under the UNFCCC. In public health, it led efforts to unify positions to ensure binding equity within the WHO PABS system.*

***Keywords:** South-South Cooperation; UNOSSC; G-77 and China; Non-Aligned Movement; Centro Sul.*

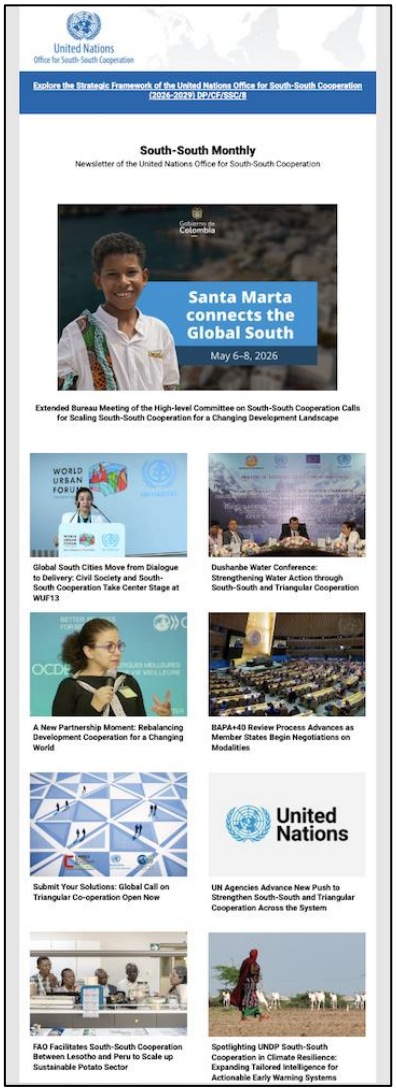
Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam

buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques

BOLETIM UNOSSC de maio de 2026 – Para acessar o Boletim, clique aqui



Quadro Estratégico do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (2026-2029)

6 a 8 de maio de 2026 – Reunião ampliada da Mesa Diretora do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul em Santa Marta (Colômbia) defende a ampliação da cooperação Sul-Sul para um cenário de desenvolvimento em transformação.

11 de maio de 2026 – A FAO facilita a cooperação Sul-Sul entre o Lesoto e o Peru para ampliar o setor sustentável da batata.

14 de maio de 2026 – Um novo momento de parceria: reequilibrando a cooperação para o desenvolvimento em um mundo em transformação.

19 de maio de 2026 – Cidades do Sul Global passam do diálogo à implementação: a sociedade civil e a cooperação Sul-Sul ganham destaque no WUF13.

20 de maio de 2026 – Agências da ONU avançam com novo esforço para fortalecer a cooperação Sul-Sul e triangular em todo o sistema.

20 de maio de 2026 – Destacando a cooperação Sul-Sul do PNUD em resiliência climática: expandindo a inteligência personalizada para sistemas de alerta precoce acionáveis (TIAEWS)

25 de maio de 2026 – Conferência da Água de Dushanbe: Fortalecendo a ação hídrica por meio da cooperação Sul-Sul e triangular.

29 de maio de 2026 – O processo de revisão do BAPA+40 avança à medida que os Estados-Membros iniciam as negociações sobre as modalidades.

28 de abril de 2026 – Chamada global para cooperação triangular já está aberta.

Apoio Intergovernamental e Implementação da Estratégia (2026–2029)

Na sequência da fase de implementação de meio de ano da recém-adotada **Estratégia para Todo o Sistema da ONU em Cooperação Sul-Sul e Triangular para o Desenvolvimento Sustentável (2026–2029),** a equipe do UNOSSC tem promovido ativamente reuniões informativas interagências.

Essas sessões focam na operacionalização do renovado Mecanismo Interagências da ONU, garantindo que os pontos focais de diferentes entidades das Nações Unidas (como PNUD, OMS e FAO) alinhem os marcos de seus programas nacionais aos novos parâmetros da estratégia orientados a resultado

Brasil na cooperação Sul-Sul

No período analisado, a cooperação Sul-Sul do Brasil foi marcada por um conjunto diversificado de iniciativas em parceria com países africanos e latino-americanos, além de organismos multilaterais. As ações abrangeram desde o fortalecimento do trabalho decente e do diálogo social no âmbito da OIT até intercâmbios em segurança alimentar, alimentação escolar, habitação e inovação em políticas públicas, evidenciando a centralidade de temas como inclusão social, sustentabilidade e fortalecimento de capacidades institucionais na agenda internacional brasileira. Tais temas representam determinantes sociais da saúde, mas temas da saúde, especificamente, estiveram de fora da agenda da quinzena.

Fonte: https://www.gov.br/abc/pt-br

Mulheres de Guiné-Bissau e Brasil promovem intercâmbio de saberes ancestrais em comunidade do Quilombo Kalunga, em Goiás



Entre os dias **22 e 26 de junho**, mulheres agricultoras, técnicas e pesquisadoras da Guiné-Bissau e do Brasil participam do intercâmbio "Diálogos e Saberes Ancestrais: Caminhos entre Guiné-Bissau e Brasil", realizado no Território Quilombo Kalunga, em Goiás. A iniciativa busca promover a troca de conhecimentos sobre segurança alimentar, agroecologia e práticas sustentáveis de produção de alimentos, valorizando o protagonismo feminino, os saberes tradicionais e as formas comunitárias de organização social.

A missão integra o projeto "Ecossistema de Tecnologias Socioterritoriais Afro-Brasileiras em Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional" e inclui reuniões em Brasília com a ABC e o CONSEA, além de atividades de campo junto às comunidades quilombolas. O intercâmbio visa fortalecer redes de cooperação entre o Brasil e países africanos de língua portuguesa, promovendo a circulação de conhecimentos e experiências voltadas ao desenvolvimento sustentável, à preservação cultural e à segurança alimentar.

Brasil e Organização Internacional do Trabalho reforçam sua parceria estratégica e compromisso com a Cooperação Sul-Sul



Representantes do Governo brasileiro, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de empregadores e de trabalhadores reuniram-se em Genebra, durante a 114ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), para a revisão anual da parceria em Cooperação Sul-Sul e Trilateral (CSST). O encontro avaliou os resultados das iniciativas em andamento e discutiu prioridades para a cooperação diante das transformações do mercado de trabalho global, com foco em temas como proteção social, igualdade de gênero, diálogo social e direitos fundamentais no trabalho.

Os participantes também reafirmaram o compromisso de ampliar o intercâmbio de conhecimentos e o apoio aos países do Sul Global.

No contexto dessas atividades, a delegação brasileira compartilhou com representantes de Angola, Paraguai e Peru a experiência da II Conferência Nacional do Trabalho (II CNT), destacando o diálogo social tripartite como instrumento para a construção participativa de políticas públicas. Realizada entre 2025 e 2026, a Conferência reuniu representantes de governos, trabalhadores e empregadores em todo o Brasil e contou com um componente internacional apoiado pelo Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil-OIT, em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O intercâmbio permitiu apresentar a metodologia, os resultados e os aprendizados da experiência brasileira, além de promover a troca de experiências com outros países sobre participação social e governança do trabalho.

As discussões reforçaram o protagonismo do Brasil na Coalizão Global para a Justiça Social e sua atuação como um dos principais parceiros da OIT em cooperação Sul-Sul. Representantes da ABC e da OIT destacaram que iniciativas como a II CNT evidenciam o potencial da cooperação internacional para fortalecer capacidades institucionais, disseminar boas práticas e apoiar a formulação de políticas públicas voltadas ao trabalho decente. Ao final dos encontros, foi reiterado o compromisso de aprofundar a parceria Brasil-OIT e ampliar a circulação de conhecimentos entre países do Sul Global, contribuindo para a redução das desigualdades e para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Delegações de cinco países africanos visitam Pernambuco para conhecer experiências brasileiras em alimentação escolar e segurança alimentar



Entre os dias **8 e 12 de junho** de 2026, o Brasil recebeu delegações governamentais de Lesoto, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda para uma visita de estudos sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), realizada em Recife e Caruaru, Pernambuco. A iniciativa foi promovida no âmbito da parceria entre o Governo brasileiro e o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA), por meio do Programa de Execução para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar. Coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Centro de Excelência contra a Fome, a missão reuniu representantes de governos africanos, do PMA, da Fundação Rockefeller e de instituições brasileiras envolvidas em políticas de alimentação escolar, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional.

Reconhecido internacionalmente, e uma dos programas prioritários na cooperação Sul-Sul do Brasil, o PNAE atende diariamente mais de 40 milhões de estudantes da rede pública brasileira e é considerado uma referência por articular alimentação escolar, nutrição, compras públicas da agricultura familiar, governança descentralizada e sustentabilidade ambiental. Ao longo da semana, as delegações participaram de apresentações técnicas e visitas de campo voltadas ao compartilhamento da experiência brasileira em financiamento, coordenação intersetorial, elaboração de cardápios nutritivos, compras locais e estratégias de adaptação às mudanças climáticas. A programação incluiu visitas a escolas, associações de agricultores

familiares e iniciativas agroecológicas no semiárido pernambucano, com destaque para a experiência de Caruaru na integração entre alimentação escolar, desenvolvimento rural sustentável, geração de renda e preservação ambiental.

Publicação apresenta soluções inovadoras para habitação e planejamento urbano em Cabo Verde



A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o ONU-Habitat lançaram uma publicação que sistematiza os resultados da cooperação desenvolvida em Cabo Verde no âmbito do Programa Simetria Urbana, iniciativa de cooperação Sul-Sul trilateral concluída em dezembro de 2025. O projeto teve como objetivo fortalecer as capacidades dos governos nacional e locais para formular, implementar e monitorar políticas urbanas e habitacionais orientadas pela sustentabilidade, inclusão social e resiliência, promovendo a adaptação de experiências brasileiras às especificidades do contexto cabo-verdiano.

Entre os principais resultados alcançados destacam-se a criação de uma metodologia para mapear necessidades habitacionais quantitativas e qualitativas, a implementação de Planos Municipais de Habitação, a introdução da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) e o desenvolvimento de mecanismos de gestão social e financeira para conjuntos habitacionais. A publicação reúne metodologias, lições aprendidas e recomendações para a continuidade das políticas urbanas e habitacionais, oferecendo subsídios que podem ser adaptados a outros países do Sul Global e contribuindo para a disseminação de conhecimentos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à Nova Agenda Urbana.

Plataforma alimentaLAB recebe iniciativas sobre segurança alimentar e nutricional e mudança climática



No dia 11 de junho, o Laboratório de Inovação em Políticas Públicas para Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis (alimentaLAB) lançou um novo edital para selecionar iniciativas inovadoras voltadas à segurança alimentar e nutricional, com foco nos desafios impostos pelas mudanças climáticas. A chamada é direcionada a governos e organizações da sociedade civil de países do Sul Global e busca identificar experiências que contribuam para a construção de sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e resilientes.

Coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em parceria com o MDS, o Centro de Excelência contra a Fome do PMA, ICLEI, OPAS e FAO, a iniciativa integra o projeto InovaSAN e tem como objetivo reunir, disseminar e promover o intercâmbio de boas práticas. Além de integrar um repositório digital de acesso público, as experiências selecionadas poderão participar de eventos, webinários e publicações voltadas à difusão de soluções inovadoras para a segurança alimentar no Sul Global.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi (UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

17 de junho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante a discussão geral do segmento de assuntos humanitários do ECOSOSC de 2026

Tema: Fortalecimento da resposta a desafios humanitários sem precedentes: promovendo transformações, defendendo princípios e o respeito ao direito internacional, e reforçando a coordenação, o financiamento, a prestação e o impacto da assistência para apoiar as pessoas necessitadas.

18 de junho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante as consultas informais sobre o processo intergovernamental relativo ao tema “Além do PIB”, incluindo a participação dos copresidentes do Grupo de especialistas de alto-nível

Em sua declaração, o Grupo reiterou seu reconhecimento ao trabalho do Grupo de Especialistas de Alto Nível no desenvolvimento de um arcabouço de medidas de progresso sobre o desenvolvimento sustentável que complemente e vá além do Produto Interno Bruto (PIB), ressaltando que esses novos indicadores devem refletir avanços nas dimensões social, econômica e ambiental.

O Grupo informou que os respectivos governos nacionais ainda estão analisando as recomendações do relatório para indicadores de desenvolvimento sustentável que sejam universalmente aplicáveis e de apropriação nacional, bem como as suas implicações práticas.

O Grupo apresenta três questionamentos preliminares: primeiro, indaga de que forma o relatório assegura que as métricas “Além do PIB” complementarão os esforços dos países em desenvolvimento para erradicar a pobreza e alcançar um crescimento econômico sustentado; segundo, questiona quais medidas são propostas para fortalecer a capacidade estatística e de

[1] UNCTAD – Comércio de Desenvolvimento da ONU.
[2] UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
[3] UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
[4] FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola.
[5] UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.
[6] G-24 – Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento.

dados dessas nações, de modo que a produção dos novos indicadores não imponha fardos desproporcionais aos seus sistemas estatísticos nacionais; e, terceiro, busca entender qual papel essas métricas podem desempenhar para balizar o acesso a financiamento concessional e à cooperação técnica.

Por fim, de olho no processo intergovernamental, o bloco toma nota da consulta informal convocada para 29 de junho de 2026, solicitando mais informações sobre os próximos passos desse trâmite, ao mesmo tempo em que reafirma seu compromisso em explorar métricas que superem o PIB para ajudar no avanço equilibrado das três dimensões do desenvolvimento sustentável.

18 de junho de 2026 – Bonn, Alemanha – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China no encerramento da 64ª sessão dos órgãos subsidiários da UNFCCC (SB64)

Esta declaração final reflete um posicionamento de firmeza política, combinando frustração com a falta de flexibilidade dos países desenvolvidos e um compromisso inabalável com os princípios fundadores da diplomacia climática.

O Grupo reafirmou que a Convenção-Quadro da ONU (UNFCCC) e o Acordo de Paris são as âncoras de todo o processo multilateral, o qual deve ser pautado pela equidade e pelo princípio das Responsabilidades Comuns, Mas Diferenciadas (CBDR-RC), garantindo que as metas ambientais não asfixiem o direito ao desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza das nações do Sul Global.

No campo do financiamento e da adaptação, o grupo celebrou o consenso para que o Fundo de Adaptação sirva exclusivamente ao Acordo de Paris e a inclusão do Programa de Trabalho sobre Financiamento Climático na agenda da CMA8[7]. Contudo, manifestaram uma forte inquietude com a lentidão nas metas globais de adaptação. Em contrapartida, houve progresso na agenda de tecnologia, destacando-se a escolha do PNUMA para sediar a Rede de Centros de Tecnologia Climática (CTCN) e a articulação para o fortalecimento do Programa de Implementação Tecnológica de Belém.

O Grupo também registrou avanços no Programa de Trabalho de Transição Justa — avançando nos termos de referência para a sua revisão e na operacionalização do seu mecanismo — e celebrou a conclusão das revisões sobre capacitação técnica, embora tenha lembrado que severos *deficits* de apoio financeiro e estrutural persistem nas nações em desenvolvimento.

Na agricultura, o G-77 acolheu as decisões, mas lamentou a falta de passos mais largos, defendendo que o tema saia dos relatórios e se transforme em ações práticas que protejam pequenos produtores e a segurança alimentar tradicional, rejeitando categoricamente abordagens genéricas de "sistemas alimentares" que desvirtuem o foco original do mandato.

Os pontos de maior atrito e decepção concentraram-se nas agendas de transparência, mitigação e comércio. O grupo declarou-se profundamente desapontado com a insuficiência de apoio aos países em desenvolvimento no início de seus ciclos de relatórios de transparência e

[7] Enquanto a famosa COP é a autoridade máxima para a Convenção-Quadro original da ONU sobre Mudança do Clima (de 1992), a CMA é o órgão político e deliberativo supremo que supervisiona e toma as decisões exclusivas sobre a implementação prática do Acordo de Paris (de 2015).

criticou a nova interface de dados de gases de efeito estufa, que ultrapassou o que havia sido pactuado.

Da mesma forma, criticaram o bloqueio das discussões sobre os impactos transfronteiriços de medidas comerciais unilaterais e lamentaram que restrições orçamentárias da ONU tenham travado a agenda de Empoderamento Climático (ACE).

Por fim, o G-77 e China instou os países desenvolvidos a assumirem a liderança nos esforços de mitigação e no financiamento de perdas e danos, reiterando sua disposição para construir consensos rumo à COP31 na Turquia, capitalizando os progressos já alcançados em Belém.

Contexto Global e Impacto Diferenciado

A declaração formaliza a profunda preocupação do G-77 e da China diante de desafios humanitários sem precedentes. Em 2026, as necessidades globais atingiram níveis recordes, afetando uma projeção de 239 milhões de pessoas.

O Grupo ressalta que os países em desenvolvimento enfrentam um fardo desproporcional devido a crises interconectadas, incluindo conflitos armados, desastres climáticos, choques econômicos, insegurança alimentar e emergências de saúde pública. Esses fatores ameaçam conquistas históricas de desenvolvimento e sobrecarregam as capacidades governamentais. Diante desse cenário, o grupo defende que a solidariedade internacional e a cooperação técnica e financeira são indispensáveis para otimizar a coordenação, o financiamento e a entrega da ajuda humanitária.

Defesa do Direito Internacional e Proteção de Civis

O G-77 e a China reafirmaram que a assistência deve ser rigidamente pautada pelos princípios de humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência. O Grupo condena veementemente o aumento alarmante de ataques contra pessoas e profissionais que atuam no setor humanitário e médico — com ênfase nas equipes locais —, bem como o uso da fome de civis como método de guerra e a destruição de infraestruturas civis essenciais, práticas que violam o Direito Internacional Humanitário (DIH) e podem constituir crimes de guerra.

Esta declaração homenageia os profissionais na linha de frente, reforça o apoio contínuo ao trabalho de campo do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) e a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), e exige a responsabilização dos autores de violações ao DIH, além da garantia de um acesso humanitário rápido, seguro e sem impedimentos.

Financiamento, Resiliência e Causas Estruturais

O grupo manifestou sua forte preocupação com a redução observada no financiamento humanitário global e exorta os países desenvolvidos e novos doadores a ampliarem seus aportes por meio de mecanismos previsíveis e inovadores. Contudo, enfatizaram a importância de manter uma distinção clara entre os orçamentos humanitários e os de desenvolvimento, preconizando que a assistência emergencial deve caminhar de mãos dadas com o fortalecimento de capacidades locais e a construção de resiliência.

Por fim, o Grupo concluiu que a ação humanitária isolada é insuficiente se não houver um compromisso real em atacar as causas profundas das crises — como a pobreza, a desigualdade e as vulnerabilidades estruturais —, reiterando a prontidão do Sul Global em

colaborar com parceiros internacionais, desde que as necessidades e a soberania dos países afetados permaneçam no centro dos esforços coletivos.

13 de junho de 2026 – Bonn/Alemanha – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na 64ª sessão dos Órgãos Subsidiários da UNFCCC (SB64): diálogo sobre comércio e mudanças climáticas

Veja contexto na declaração de 8 de junho de 2026 abaixo.

Esta declaração formaliza a posição do Grupo no Diálogo sobre Comércio e Mudança do Clima da UNFCCC, manifestando apoio à criação desse espaço de debates, mas estabelecendo um forte alerta contra a adoção de medidas climáticas unilaterais associadas ao comércio internacional.

O Grupo expressou profunda preocupação com o fato de tais políticas estarem sendo desenhadas sem a devida consideração de seus impactos sobre o Sul Global e à revelia dos princípios de equidade e das Responsabilidades Comuns, Mas Diferenciadas (CBDR-RC), enfatizando que a ação climática não deve se estruturar pelo fechamento de mercados, transferência de custos, extração de receitas ou imposição de modelos regulatórios estrangeiros. O grupo defendeu que o comércio deve atuar como um motor de crescimento econômico sustentável e de prosperidade para os países em desenvolvimento, inclusive Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e Países Menos Desenvolvidos (LDCs), que já enfrentam vulnerabilidades estruturais como custos logísticos elevados e dependência de importações, sendo imperativo assegurar que as novas exigências de certificação, rastreabilidade e relatórios não se convertam em barreiras comerciais disfarçadas ou em discriminações arbitrárias que onerem as economias com menor responsabilidade histórica pelas emissões.

Para que o processo não se limite a um debate abstrato e resulte em relatórios analíticos concretos dirigidos aos eventos de alto nível, o G-77 e a China propuseram que o diálogo avance de forma estruturada na avaliação objetiva dos impactos dessas medidas sobre a implementação do Acordo de Paris, demandando a canalização de apoio financeiro previsível, assistência técnica, capacitação e transferência de tecnologia.

O Grupo reafirmou seu compromisso inabalável com o multilateralismo e com um sistema econômico internacional aberto e solidário, conforme preconizado pelo Artigo 3.5 da Convenção, reiterando que a cooperação internacional deve funcionar como um canal de viabilização que insira os países em desenvolvimento nas novas cadeias de valor e mercados emergentes de baixo carbono, respeitando a soberania nacional, as prioridades de desenvolvimento de cada país e a natureza determinada de suas contribuições nacionais.

10 de junho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China no diálogo interativo com o administrador do PNUD durante a reunião plenária da sessão anual de 2026 do conselho executivo do Programa das Nações Unidas (PNUD) e do Fundo de população das Nações Unidas (UNFPA) e do Escritório das Nações Unidas para serviços e projetos (UNOPS)

A presente declaração formaliza o posicionamento do Grupo dos 77 e da China em apoio ao Plano Estratégico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), expressando forte suporte à atuação da agência, mas manifestando grave preocupação com a redução recorde de 23,1% na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) em 2025 e com o

decréscimo de 24% no financiamento principal (*core*) da instituição, agravados pelo fato de que apenas 9% dos recursos do sistema fluíram por mecanismos conjuntos de financiamento (*pooled funds*), ficando bem aquém da meta de 30% do *Funding Compact*.

Diante desse cenário financeiro, o bloco fez um apelo urgente por recursos previsíveis, flexíveis e adequados, defendendo o aprimoramento contínuo na avaliação de impactos no terreno, desde que isso não gere custos adicionais para os países beneficiários, ao mesmo tempo em que instaram o sistema da ONU a intensificar o apoio técnico para acelerar a Agenda 2030 por meio do cumprimento de compromissos internacionais, maior acesso a financiamentos concessionais, sustentabilidade da dívida, transferência de tecnologia e capacitação local.

Por fim, o grupo reiterou seu suporte à iniciativa ONU80, mas estabeleceram a salvaguarda de que qualquer reforma deve ser liderada pelos Estados-Membros, transparente e focada nas necessidades nacionais, destacando explicitamente que a análise sobre o mérito da fusão institucional entre o PNUD e o UNOPS permanece estritamente condicionada ao envio das informações técnicas detalhadas que foram solicitadas pelo bloco no diálogo de 8 de junho, devendo todo o processo permanecer alinhado às resoluções da Revisão Quadrienal Ampla da Política (QCPR) e preservar os *Country Programme Documents* (CPDs) como a base programática inegociável de supervisão e prestação de contas.

8 de junho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na primeira reunião informal para as negociações intergovernamentais sobre as modalidades e a declaração política da reunião de alto nível para comemorar o 25º aniversário da adoção da declaração e do programa de ação de Durban

CONTEXTO

A Declaração e o Programa de Ação de Durban (DDPA) constituem o documento mais abrangente e robusto do mundo no combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância correlata.

Eles foram adotados por consenso durante a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, na África do Sul, em setembro de 2001.

Enquanto a *Declaração* estabelece os princípios políticos e morais de igualdade, o Programa de Ação de Durban funciona como um guia prático e operacional, detalhando as medidas concretas que os Estados, a ONU e a sociedade civil devem adotar para erradicar a discriminação.

Por que ele continua relevante?

O Programa de Ação de Durban é considerado um **documento vivo**. Sua importância reside no fato de conectar o combate ao racismo com o desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza. Ele reconhece que o racismo não é apenas uma questão de atitude individual, mas sim um fator econômico e social que impede nações inteiras de atingirem seu pleno potencial.

Atualmente, nas negociações internacionais (como as lideradas pelo G-77 e China), a preservação do texto de Durban é uma prioridade absoluta para o Sul Global, pois ele serve como o principal escudo jurídico e político multilateral para exigir políticas públicas de igualdade racial em escala global

Esta declaração formaliza o posicionamento e a estratégia de negociação do G-77 e da China durante os preparativos para a Reunião de Alto Nível do 25º aniversário da Declaração e Programa de Ação de Durban (DDPA), reafirmando seu compromisso histórico no combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância correlata, além de detalhar suas expectativas para as diretrizes (*modalities*) e para a Declaração Política do evento.

Os pontos principais deste posicionamento do G-77 e da China estabelecem que o Grupo atuará unificado por meio de uma negociação coletiva conduzida formalmente pelo Uruguai, na qualidade de Presidente, e pela África do Sul, como coordenadora dos trabalhos, além de endossar as recomendações do Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG) para que o "Rascunho Zero" (*Zero Draft*) reflita rigorosamente o tema central "*Mobilizar o apoio público global para a implementação total e eficaz da Declaração e Programa de Ação de Durban*" e uma estrutura operacional composta por uma sessão plenária combinada com painéis de discussão e mesas-redondas, cujas propostas temáticas específicas serão apresentadas oportunamente pelo grupo.

O G-77 e a China defendem que a adoção de uma declaração política focada e sucinta é vital, devendo orientar-se pelos seguintes critérios:

- **Preservação do Mandato Original**: O texto deve focar no fortalecimento da implementação dos compromissos firmados em 2001, rejeitando categoricamente qualquer tentativa de redefinir ou alterar os parâmetros e metas estabelecidos originalmente em Durban.
- **Nexo com o Desenvolvimento Sustentável**: Deve-se reafirmar o papel central da ONU e o vínculo intrínseco entre o combate ao racismo e o alcance dos ODS, destacando a dignidade humana, a igualdade e a não-discriminação.
- **Desigualdades Estruturais e Remediação**: Deve-se incluir medidas eficazes para remediar tragédias históricas e suas consequências contemporâneas, em consonância com a Declaração sobre as Gerações Futuras.
- **Educação e Juventude**: Centrar esforços na educação sobre a história do racismo e sublinhar o papel essencial da juventude para interromper a perpetuação intergeracional da discriminação.
- **Desafios Modernos**: Incorporar o combate aos elementos modernos do racismo, incluindo o avanço dos discursos de ódio e da intolerância religiosa, conforme preconizado na Resolução 80/193 da Assembleia Geral.

O G-77 e a China solicitaram a ampla distribuição e o aumento da visibilidade do texto de Durban. Para isso, propuseram a impressão e difusão de uma edição comemorativa do 25º aniversário da DDPA, a qual poderá incluir o Programa de Atividades atualizado da Segunda Década Internacional de Afrodescendentes.

8 de junho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na sessão anual de 2026 do Conselho executivo do PNUD/UNFPA/UNOPS: Diálogo interativo sobre o engajamento com a Iniciativa ONU80

O G-77 e a China reiteraram seu apoio à iniciativa ONU80, compartilhando do objetivo de alcançar uma mudança de paradigma que reduza a fragmentação, aumente a eficiência e

amplie o impacto das ações da ONU no terreno. Contudo, o Grupo enfatizou que qualquer reforma estrutural deve seguir critérios rigorosos, tais como:

- Ser conduzida pelos Estados-Membros, baseada em evidências e pautada pela transparência.
- Ser respaldada por análises de custo-benefício e avaliações de risco abrangentes.
- Não comprometer os mandatos de desenvolvimento já em vigor nem comprometer as prioridades nacionais e os marcos de cooperação existentes nos países atendidos.

Posicionamento sobre a Fusão entre PNUD (UNDP) e UNOPS

Em relação à avaliação preliminar que apresenta opções de fusão estrutural e alternativas não estruturais entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), o Grupo manifestou sérias ressalvas quanto à criação de uma nova entidade fundida. Consideraram que esta opção apresenta os maiores riscos jurídicos, operacionais, financeiros e de entrega.

Foi destacado que a dissolução de ambas as agências exigiria a renegociação complexa de marcos regulatórios, governança e acordos de financiamento. Diante de recursos globais escassos, o Grupo alertou que o custo de oportunidade de uma reconstrução institucional prolongada poderia desviar fundos e atenção gerencial que deveriam ser destinados diretamente à aceleração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos países.

Para prosseguir com a avaliação dos méritos da proposta, o G-77 e a China formalizaram uma série de questionamentos técnicos ao Secretariado, sintetizados nos seguintes pontos:

O G-77 e a China pediram esclarecimentos do Secretariado sobre a justificativa da fusão, a validação independente dos dados de eficiência, as salvaguardas para preservar os mandatos específicos do PNUD e do UNOPS, a viabilidade de alternativas não estruturais e a conciliação das diferentes lógicas financeiras e operacionais no nível dos países.

8 de junho de 2026 – Bonn/Alemanha – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China nas plenárias de abertura da 64ª sessão dos órgãos subsidiários da convenção-quadro das Nações Unidas sobre a mudança climática (SB64)

CONTEXTO

O que é a SB64 e qual o seu papel

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) possui dois órgãos subsidiários permanentes:

1. **SBSTA** (Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico).
2. **SBI** (Órgão Subsidiário de Implementação).

Eles se reúnem anualmente no meio do ano (tradicionalmente em Bonn, na Alemanha) na chamada **"Climate Change Conference" de Bonn**. A SB64, portanto, é a 64ª reunião desses órgãos.

Ao contrário das COPs (Conferências das Partes), que ocorrem no fim do ano e reúnem chefes de Estado para decisões políticas de alto nível, as reuniões de "SB" são estritamente técnicas e de negociação de base. É onde os diplomatas, cientistas e técnicos de mais de 190

países passam duas semanas debatendo textos, parágrafos e colchetes para preparar os rascunhos dos acordos que serão assinados na COP seguinte.

O Significado Estratégico da SB64 e seus três eixos principais

1. A Ponte para a COP31 (e o legado da COP30)

No calendário climático internacional, a SB64 serve como o primeiro grande termômetro político e técnico após os desdobramentos da COP30 (realizada em Belém, no Brasil). Ela funciona como a fundação para os acordos que deverão ser fechados na COP31 (presidida pela Turquia) e na COP32 (Austrália). O sucesso ou o travamento das negociações em Bonn ditará o ritmo do que será possível alcançar no final do ano.

2. A "Era da Implementação" vs. Crise de Financiamento

O grande significado político da SB64 para o Sul Global é a cobrança por mecanismos práticos. Após anos focados em criar regras (como o Livro de Regras de Paris ou o Fundo de Perdas e Danos), o foco atual é a implementação. No entanto, o significado dessa sessão ficará marcado por uma forte tensão: os países em desenvolvimento precisam atualizar suas metas nacionais (NDCs), mas enfrentam uma severa escassez e queda nos fundos prometidos pelos países desenvolvidos (como os cortes no GEF e GCF)

3. Definição de Metas de Longo Prazo (Pós-2025)

A SB64 é um espaço crítico para desenhar as linhas de tempo de financiamento e adaptação para a próxima década (metas para 2030 e 2035). Itens como a Nova Meta Coletiva Quantificada de Financiamento Climático (NCQG) e a operacionalização do Mecanismo de Transição Justa passam por seus testes mais rigorosos nessas mesas de negociação em Bonn.

Em sua declaração, o G-77 e a China reconheceram a liderança do Brasil na Presidência da COP30, bem como às futuras presidências da Turquia e da Austrália.

O Grupo enfatizou que os impactos globais das mudanças climáticas já são uma realidade para todos os seus membros, o que exige uma transição decisiva para uma era de cooperação internacional e de efetiva implementação do Acordo de Paris. Sublinharam que a ação climática deve ser adaptada às diversas circunstâncias nacionais dos países em desenvolvimento, impulsionada por meios de implementação ampliados (financiamento, transferência de tecnologia e capacitação) e fundamentada nos princípios de equidade e de responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades (CBDR-RC). Portanto, as metas climáticas não podem ser desvinculadas da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável.

Em relação ao Financiamento Climático, o G77 e a China manifestaram profunda preocupação com a insuficiência, a inacessibilidade e a baixa disponibilidade de recursos financeiros destinados ao clima. Foi apontado um declínio de 27% na 9ª reconstituição do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) para o período 2026-2030 em relação ao período anterior, atingindo o patamar mais baixo em 16 anos. Adicionalmente, registraram o corte pela metade das contribuições assinadas de um país desenvolvido para o Fundo Verde para o Clima (GCF) no período 2024-2027.

O Grupo defendeu que o apoio financeiro dos países desenvolvidos deve ser proporcional à ambição declarada pelas nações em desenvolvimento em suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), em conformidade com o Artigo 4.3 da UNFCCC e o Artigo

9.1 do Acordo de Paris. Solicitaram a plena operacionalização do Artigo 9.1 do Acordo de Paris, por meio do programa de trabalho de financiamento climático e manifestaram preocupação com o atraso na transição do Fundo de Adaptação para atender exclusivamente ao Acordo de Paris.

No âmbito da mitigação, o Grupo reafirmou o compromisso com o multilateralismo e com as metas globais de limitação da temperatura a 1,5º C e bem abaixo de 2º C em relação aos níveis pré-industriais, instando os países desenvolvidos a assumirem a liderança do processo.

Quanto à adaptação, destacou-se o papel central da Estrutura dos Emirados Árabes Unidos para a Resiliência Climática Global, do Roteiro de Adaptação de Baku e da Visão Belém-Adis. O Grupo reiterou a necessidade de se triplicar o financiamento para adaptação até 2035 e lamentou a ausência de um item específico na agenda da SB64 sobre os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), projetando avanços para a SB65. Sobre o Programa de Trabalho de Nairóbi (NWP), defenderam a manutenção de termos reconhecidos pela Convenção, sem a introdução de categorizações de países que não tenham sido previamente acordadas.

Agricultura e Segurança Alimentar

Considerando o impacto direto de eventos extremos como secas e enchentes na segurança alimentar dos países em desenvolvimento, o Grupo estabeleceu como prioridade para 2026 assegurar o futuro da Agricultura e Segurança Alimentar por meio de uma decisão na COP31, dado o encerramento do Trabalho Conjunto de Sharm el-Sheikh. Rejeitaram a adoção de conceitos amplos como “sistemas alimentares” ou “agricultura transformadora”, defendendo que o foco permaneça estritamente em agricultura, adaptação e segurança alimentar por meio de financiamento concessional e doações.

Mecanismos de Apoio

- **Ação para o Empoderamento Climático (ACE):** O Grupo defendeu que a revisão de meio termo do Programa de Trabalho de Glasgow avalie lacunas de implementação e fortaleça o apoio internacional em educação e conscientização pública.

- **Capacitação:** Enfatizaram a necessidade de fortalecer as capacidades nacionais por meio da 5ª Revisão Abrangente da Estrutura de Capacitação para países em desenvolvimento.

- **Tecnologia:** Solicitaram a execução do Programa de Implementação de Tecnologia de Belém e a definição célere de um anfitrião capacitado e de um Memorando de Entendimento robusto para o Centro e Rede de Tecnologia Climática (CTCN) até a COP31.

- **Balanço Global (GST):** O grupo destacou a realização dos diálogos sob o resultado do GST1 para monitorar o progresso do Acordo de Paris.

- **Transição Justa:** Insistiram no avanço nos Termos de Referência (TORs) para a revisão do programa de trabalho e a operacionalização do Mecanismo de Transição Justa para consideração da CMA8.

- **Transparência:** Classificaram como urgente o apoio financeiro e técnico para que os países em desenvolvimento implementem a Estrutura de Transparência Avançada (ETF) e estruturem sistemas nacionais sustentáveis de relatórios.

- **Comércio e Clima:** Defenderam um sistema econômico internacional aberto e solidário, em consonância com as discussões multilaterais estabelecidas.

Por fim, mesmo sem um item formal na agenda da SB64, o G-77 e a China ressaltaram que a mitigação e o enfrentamento de perdas e danos continuam sendo pilares fundamentais. Pediram pela rápida implementação dos mandatos dos órgãos constituídos — incluindo o Comitê Executivo do Mecanismo Internacional de Varsóvia (WIM), a Rede de Santiago e o Fundo para responder a Perdas e Danos —, com previsão de revisão de resultados na SB65 e na COP31.

Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Atividades Estratégicas e Posicionamento Geopolítico em junho de 2026

Sob a atual presidência da Uganda (2024–2027), guiada pela visão de **"Aprofundar a Cooperação para uma Influência Global Compartilhada",** o MNA transitou de sua postura histórica de neutralidade passiva para um modelo de salvaguarda estratégica ativa. Em junho de 2026, as ações coordenadas do MNA na ONU e em fóruns temáticos focaram em converter a solidariedade política do Sul Global em estruturas concretas e vinculantes de soberania econômica, tecnológica e sanitária.

As principais atividades e intervenções temáticas do movimento neste período destacaram-se em quatro pilares estratégicos:

Soberania Digital e Governança de Dados

Um foco central da agenda do MNA foi a promoção da autonomia tecnológica. Por meio de fóruns técnicos especializados e reuniões informativas conjuntas com plataformas como o Centro Sul, o movimento defendeu a implementação de Infraestruturas Públicas Digitais (DPI) moldadas para o mundo em desenvolvimento. O objetivo central foi desafiar os monopólios tecnológicos do Norte, estabelecendo estruturas autogeridas de identificação digital, sistemas de pagamento e fluxos de dados que protejam a soberania nacional de dados e estimulem a inovação local.

Autonomia Sanitária e Resiliência Regional

Dando continuidade aos mandatos da *Declaração de Kampala* de 2024, os grupos de trabalho do MNA concentraram suas sessões de junho na independência dos sistemas de saúde. O movimento está coordenando posições ativamente antes das próximas negociações globais de saúde para garantir que a arquitetura sanitária internacional priorize a produção regional de vacinas e medicamentos na África, Ásia e América Latina. O bloco defende firmemente que os

regimes de propriedade intelectual não devem bloquear a transferência de tecnologia nem replicar as iniquidades estruturais observadas em emergências sanitárias anteriores.

Advocacia Coletiva pela Reforma Estrutural da ONU

Enquanto o Escritório de Coordenação do MNA em Nova York prepara suas posições de trabalho para as sessões de alto nível da Assembleia Geral da ONU em setembro, o mês de junho registrou um esforço unificado e renovado por uma reforma abrangente do Conselho de Segurança da ONU (CSNU).

O MNA divulgou documentos de posição atualizados exigindo a democratização da governança global, argumentando que as estruturas atuais permanecem paralisadas pelas rivalidades entre as grandes potências. O movimento continua a advogar pela expansão de assentos permanentes e não permanentes para garantir uma representação justa para a África, América Latina e Ásia.

Mudança de Paradigma: Da Neutralidade Passiva à Salvaguarda Estratégica

A produção diplomática do movimento em junho de 2026 refletiu uma evolução conceitual mais profunda. Em vez de navegar pelas fricções globais por meio do isolamento, os membros do MNA utilizam ativamente o multialinhamento para assegurar espaço econômico e político.

O bloco reforçou sua posição contra a ajuda externa condicionada e práticas comerciais injustas, enfatizando, em contrapartida, uma robusta cooperação financeira Sul-Sul.

Alinhados com parceiros tradicionais como o G-77, o MNA rejeitou consistentemente o uso de medidas coercitivas unilaterais (sanções) e mecanismos de ajuste de fronteira que penalizam as trajetórias de desenvolvimento do Sul Global.

No atual cenário multipolar, as atividades do MNA demonstram que a cooperação Sul-Sul não é mais tratada meramente como uma alternativa política, mas sim como uma necessidade estratégica primordial para blindar a soberania nacional e impulsionar o desenvolvimento sustentável.

NAS REGIÕES

19 de junho de 2026 – Cuba agradece a Belize por importante remessa de ajuda em meio à escassez.



O presidente cubano Miguel Díaz-Canel agradeceu publicamente a Belize e ao México pela chegada a Havana de carregamento humanitário com cerca de 1.700 toneladas de alimentos e suprimentos essenciais.

A doação ocorreu num momento em que a ilha enfrenta crise econômica e energética cada vez mais profunda, e foi descrita pelo presidente cubano como “poderosa demonstração de solidariedade” em “tempos difíceis” para o povo cubano.

17 de junho e 2026 – Federação de Consultores do IsDB convoca Assembleia Geral em Baku.



Durante as Reuniões Anuais do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) em Baku, a Federação de Consultores de Países Islâmicos (FCIC) deliberou sobre seu **Plano Estratégico 2027–2030**. O plano visa fortalecer o setor de consultoria no Sul Global, com foco em Parcerias Público-Privadas (PPPs), integração regional e desenvolvimento de jovens profissionais.

Devido à grande sobreposição de membros entre a Organização da Cooperação Islâmica (OCI/IsDB) e o MNA, a atuação da FCIC consolidou-se como um motor técnico estratégico para a viabilização de projetos de infraestrutura essencial, saneamento e saúde pública no Sul Global.

8 de junho de 2026 – Presidente da Assembleia Nacional do Azerbaijão convida Vietnã para participar ativamente da Rede Parlamentar do MNA.



A presidente do parlamento do Azerbaijão, Sahiba Gafarova, reuniu-se com o Procurador-Geral do Vietnã para fortalecer as relações bilaterais e a cooperação jurídica, convidando o país a integrar ativamente a Rede Parlamentar do Movimento Não Alinhados (MNA) como estratégia para ampliar o peso geopolítico e a legitimidade democrática da cooperação Sul-Sul.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.



O Capítulo Nacional da NAMYO nos Camarões implementou com sucesso uma iniciativa comunitária de grande escala em Yaoundé, no dia 27 de maio e 2026, envolvendo mais de 200 pessoas, com o apoio da Agência de Desenvolvimento Internacional do Azerbaijão (AIDA).

Centro Sul

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebrou seu 30º aniversário

DESTAQUES

19 de junho de 2026 – Declaração do Centro Sul no painel anual sobre impactos das mudanças climáticas nos direitos humanos (62ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos).



Na 62ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o Centro Sul apresentou declaração formal articulando que a ação climática deve estar ancorada no princípio das Responsabilidades Comuns, Porém Diferenciadas, e respectivas Capacidades (CBDR-RC) — pilar histórico das negociações climáticas que reconhece a responsabilidade desigual de países desenvolvidos e em desenvolvimento na crise atual. A intervenção propôs quatro caminhos concretos:

- **Financiamento público baseado em doações:** as economias avançadas devem oferecer recursos não reembolsáveis, em vez de transferir aos países do Sul Global a responsabilidade por captar financiamento privado orientado pelo lucro;
- **Reparações climáticas obrigatórias:** seguindo o parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça, as reparações são tratadas como obrigação jurídica vinculante. O Fundo de Perdas e Danos deve reconhecer as emissões históricas dos países industrializados e ser efetivamente capitalizado;
- **Eliminação de barreiras estruturais:** o combate aos monopólios de propriedade intelectual que impedem a transferência de tecnologia; a superação dos mecanismos de resolução de disputas investidor-Estado (ISDS) que penalizam as regulamentações ambientais nacionais; e a rejeição às medidas coercitivas unilaterais (sanções) que comprometem a resiliência dos países afetados;
- **Direito ao Desenvolvimento:** o financiamento climático deve viabilizar — e não obstruir — a concretização desse direito, sem condicionalidades restritivas que excluam as comunidades mais vulneráveis.
- A declaração consolida uma leitura que o Sul Global vem amadurecendo: a justiça climática é condição material para a realização dos direitos humanos. Ao vincular financiamento, propriedade intelectual e sanções num mesmo quadro analítico, o Centro Sul evidencia que clima, saúde e soberania compõem um sistema único de iniquidades estruturais.

16 de junho de 2026 – [As contribuições do Centro Sul para a reforma do sistema tributário internacional.]

Por Abdul Muheet Chowdhary



Em seus 30 anos de atuação, o Centro Sul tem contribuído para as principais reformas do sistema fiscal internacional com vistas a uma distribuição mais justa da receita tributária global para países em desenvolvimento.

Entre os avanços mais relevantes está o trabalho em torno da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional e o modelo de convenção fiscal da ONU, voltado a fortalecer os direitos de tributação dos países do Sul em áreas como: serviços digitais automatizados, transporte marítimo e aéreo, indústrias extrativas, software, comissões de garantia, transferências indiretas *offshore* de ganhos de capital, regra de tributação na fonte (*subject-to-tax rule*) e impostos sobre grandes fortunas.

O Centro Sul também produz estimativas de receita potencial para seus Estados-membros, comparando as propostas da ONU e da OCDE para a tributação da economia digital.

A reforma tributária internacional é uma das fronteiras silenciosas — porém estratégicas — da soberania do Sul Global. Sem espaço fiscal próprio, países em desenvolvimento permanecem dependentes de financiamento condicionado para políticas de saúde, educação e infraestrutura.

12 de junho de 2026 – [Países do Sul Global reafirmam propósito comum por equidade no sistema PABS e no Acordo sobre Pandemias.]

Por Dra. Viviana Muñoz Téllez



O Centro Sul convocou, em Genebra, uma reunião de alto nível com embaixadores, representantes e especialistas de países em desenvolvimento. O encontro reuniu delegações envolvidas nas negociações do Anexo ao Artigo 12 do Acordo de Pandemias da OMS, que institui o Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS).

Vale lembrar que o Artigo 12 cria um sistema de troca justa onde os países compartilham amostras de vírus e bactérias para que a ciência desenvolva vacinas e remédios, exigindo em troca que a indústria farmacêutica garanta parte dessa produção de forma rápida e gratuita para os países em desenvolvimento.

O encontro antecedeu a 7ª reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG7), a ser realizada em Genebra, entre 6 a 17 de julho de 2026.

A reunião cumpriu um duplo objetivo: consolidar estratégias comuns do Sul Global antes da etapa decisiva das negociações e submeter a atual governança global da saúde a uma crítica estrutural. O debate resgatou as assimetrias expostas pela pandemia de COVID-19, quando os países em desenvolvimento foram sistematicamente excluídos do acesso oportuno a vacinas, terapêuticos e diagnósticos, para fundamentar que o futuro Anexo PABS deve converter o

princípio da equidade em obrigações juridicamente vinculantes, superando o modelo de compromissos voluntários sujeitos à conveniência da indústria farmacêutica.

Esse movimento evidencia a crescente articulação política entre o Grupo pela Equidade (GoE) e o Grupo Africano, que hoje formam o núcleo coordenador do Sul Global. Há uma preocupação explícita com as propostas apresentadas pelos países desenvolvidos e pela União Europeia, consideradas insuficientes para garantir a repartição efetiva de benefícios, a transferência de tecnologia e a expansão da capacidade produtiva local. Avaliou-se que o texto em negociação ainda não reflete o mandato do Artigo 12, especialmente no que se refere à equivalência entre o compartilhamento de patógenos e a contrapartida de benefícios — o coração do sistema.

Diante disso, o bloco defendeu a inclusão de mecanismos obrigatórios de rastreabilidade, segurança jurídica e responsabilização, além de consolidar o financiamento sustentável e o acesso equitativo como componentes centrais do regime internacional.

A IGWG7 será o teste decisivo: ou o Sul Global converte sua unidade declaratória em um texto consensual com obrigações vinculantes, ou os 12 meses de prorrogação apenas reproduzirão o impasse verificado em maio de 2026.

12 de junho de 2026 – Lançamento da Plataforma de Intercâmbio de Infraestrutura de IA da OMPI.

Por Ningxiner Li

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) lançou oficialmente, em 17 de março de 2026, a iniciativa de Intercâmbio de Infraestrutura de Inteligência Artificial (AIII): uma plataforma de diálogo multissetorial focada nos aspectos técnicos e operacionais do sistema de propriedade intelectual no contexto da IA.

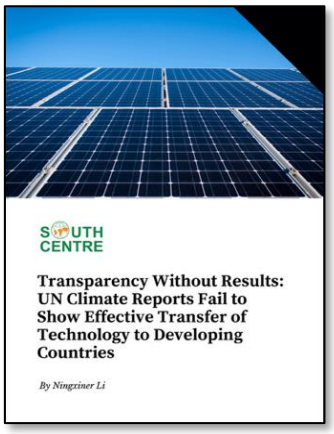
A infraestrutura técnica em discussão inclui marcas d'água digitais, ferramentas de autenticação, metadados, identificadores digitais, sistemas de gestão de direitos, reconhecimento de conteúdo e estruturas de distribuição, desenvolvidas majoritariamente pelo setor privado para enfrentar o desafio central de que, sem rótulos técnicos padronizados, sistemas de IA não conseguem identificar com segurança quem criou determinado conteúdo. A AI não estabelece políticas nem normas jurídicas, nem é fórum de negociação para novas regras; concentra-se em como sistemas técnicos podem apoiar criadores, detentores de direitos e inovadores.

Para viabilizar discussões técnicas detalhadas, foi criada uma Rede de Intercâmbio Técnico (TEN), composta por especialistas de empresas de tecnologia, desenvolvedores de IA, detentores de direitos, academia e sociedade civil. Os resultados serão apresentados em reunião pública anual, agendada para 2 de outubro de 2026, em Genebra, em formato híbrido.

O lançamento sinaliza um movimento estratégico que países do Sul Global precisarão acompanhar com atenção: a "infraestrutura técnica" raramente é neutra. Quem define padrões digitais define, na prática, as regras de circulação econômica. Será crucial que qualquer transição da TEN para um órgão de Estados-membros que trate dos aspectos políticos da infraestrutura seja conduzida pelos próprios Estados, não apenas pelo setor privado das grandes economias.

12 de junho de 2026 **Transparência sem resultados: Relatórios climáticos da ONU não demonstram transferência efetiva de tecnologia para países em desenvolvimento**

Por Ningxiner Li



O relatório do Centro Sul analisa os mecanismos de monitoramento e conformidade que regem as obrigações de transferência de tecnologia dos países desenvolvidos no âmbito do regime climático da ONU. Essa obrigação jurídica evoluiu dos princípios fundadores da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) até a consolidação da Estrutura de Transparência Aprimorada (ETF) do Acordo de Paris, que hoje opera sob modalidades, procedimentos e diretrizes específicas (MPGs).

Sob o desenho atual da ETF, os países desenvolvidos devem apresentar Relatórios Bienais de Transparência (BTRs) detalhando o apoio tecnológico fornecido ao Sul Global. O relatório do Centro Sul argumenta, contudo, que essa estrutura prioriza a transparência processual em detrimento da eficácia substantiva; ou seja, o sistema quantifica o ato de relatar, mas falha em mensurar os resultados concretos e o impacto real dessas transferências no terreno.

Diante dessa lacuna, o documento apresenta recomendações para endurecer os requisitos de reporte, melhorar a rastreabilidade e a comparabilidade dos dados, e reorientar o foco da transparência para metas mensuráveis. Sendo a primeira revisão abrangente dos relatórios bienais submetidos pelas nações desenvolvidas, este estudo constitui uma base de evidências crucial para a revisão das MPGs programada para 2028.

Essa dinâmica possui implicações diretas para a saúde global: sem uma transferência efetiva de tecnologias climáticas cruciais — como transição para energia limpa, sistemas de refrigeração eficientes e infraestrutura hospitalar resiliente —, os sistemas de saúde do Sul Global permanecerão vulneráveis a eventos climáticos extremos, à dependência energética e à proliferação de doenças sensíveis ao clima.

G20, G7 e OCDE

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

Ritmo cadenciado do G20 abre espaço para liderança espacial indiana e cobranças globais na saúde

El ritmo cadencioso del G20 abre espacio para el liderazgo espacial de la India y las exigencias globales en materia de salud

G20's steady pace paves the way for Indian leadership in space and global calls for action on health

Resumo. O informe acompanha o avanço da Parceria de Dados Abertos de Satélite sob a liderança da Índia. Adicionalmente, o texto analisa os reflexos da Cúpula do G7 no bloco por meio da carta conjunta de Lula e da OMS em prol do Acordo sobre Pandemias, acompanhada de uma crítica à ausência de um grupo de trabalho dedicado à saúde na atual gestão norte-americana.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; OCDE.

***Resumen**. El informe sigue los avances de la Alianza del G20 para los Datos Satelitales Abiertos, liderada por la India. Además, el texto analiza el impacto de la Cumbre del G7 en el bloque a través de la carta conjunta de Lula y la OMS en apoyo del Acuerdo sobre la Pandemia, acompañada de una crítica a la ausencia de un grupo de trabajo sobre salud en la Administración actual de los Estados Unidos.*

***Palabras clave:** G20; EE. UU.; G7; OECD.*

***Abstract.** The report tracks the progress of the G20 Open Satellite Data Partnership led by India. In addition, the text analyzes the impact of the G7 Summit on the bloc through the joint letter from Lula and the WHO in support of the Pandemic Agreement, accompanied by a critique of the absence of a health working group in the current U.S. administration.*

***Keywords:** G20; USA; G7; OECD.*

A paralisia que caracteriza a gestão do G20 neste ano foi ligeiramente rompida com o lançamento de uma nova diretriz para lidar com o endividamento global. Sob a presidência norte-americana do bloco, os membros do G20 e do Clube de Paris publicaram um Memorando de Entendimento ilustrativo sobre o assunto, o que constitui uma das poucas entregas tangíveis obtidas no atual ciclo. O objetivo central da iniciativa é demonstrar, de forma clara, os contornos e as condições básicas aplicáveis aos acordos oficiais de renegociação de dívida soberana entre

um país devedor e seus credores oficiais. O documento funciona, de forma prática, como um esqueleto para guiar negociações, promovendo maior transparência no processo e aprimorando a velocidade e a clareza das reestruturações. As autoridades econômicas apontam que essa previsibilidade não apenas melhora o monitoramento da evolução dos processos e ajuda a mitigar vulnerabilidades financeiras, mas também facilita ações coordenadas para assegurar resoluções consideravelmente mais rápidas.

Após os desdobramentos da última quinzena focados nos mecanismos de negociação de dívida soberana, o ritmo de trabalho do G20 voltou a ser reduzido. Nesse cenário de poucas atualizações, a atenção se voltou para os desdobramentos da chamada Parceria de Dados Abertos de Satélite do G20 (G20 Open Satellite Data Partnership), uma iniciativa proposta pelo Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, durante a Cúpula de Joanesburgo em novembro de 2025. O principal objetivo dessa parceria é fornecer aos países em desenvolvimento acesso gratuito a dados geoespaciais, ajudando a reduzir a desigualdade atual de acesso entre as nações mais ricas e os países em desenvolvimento. Esses dados são cruciais para que os países do Sul Global possam responder a crises de forma mais eficaz, gerenciando a escassez de recursos, lidando com eventos climáticos extremos e promovendo o planejamento urbano e agrícola. Como as nações mais ricas já possuem essas capacidades, a abertura dos dados geoespaciais e de alertas precoces beneficiará diretamente os países em desenvolvimento, como a região de Assam, na Índia, fornecendo avisos prévios quando as monções ameaçam inundar as vilas, e as nações da África Subsaariana, ajudando os agricultores a tomar decisões mais inteligentes para evitar ou mitigar perdas nas colheitas, por exemplo.

Como parte prática desse esforço para criar uma estrutura unificada entre as agências espaciais do G20, refletindo a visão indiana de “Uma Terra, Uma Família, Um Futuro”, o presidente da Organização Indiana de Pesquisa Espacial (ISRO, na sigla em inglês), Dr. V. Narayanan, anunciou que um satélite específico do G20 está previsto para ser lançado no próximo ano, em 2027. A Índia assumirá o papel de liderança nesse lançamento, e o satélite será projetado com o propósito geral de estudar o clima, monitorar as condições meteorológicas e analisar a poluição do ar. É válido pontuar que tal iniciativa, que viabiliza ações globais, vem acompanhada de um esforço interno do país para reformar o seu setor aeroespacial, distanciando-se do modelo antigo, focado apenas em esforços estatais. O novo complexo atua em sinergia, no qual o governo fornece a visão e a regulamentação, as empresas privadas impulsionam a inovação e o ganho de escala, e as universidades contribuem com pesquisas. Para que essa abertura de dados alcance seu pleno potencial, o país tem focado em estabelecer padrões robustos de interoperabilidade, construir infraestruturas globais, conceder isenções fiscais às empresas do setor e promover programas de transferência de tecnologia.

Atualmente, o país conta com mais de trezentas startups espaciais, e há um compromisso de expandir a economia espacial do país para 44 bilhões de dólares nos próximos anos, um engajamento do setor privado indispensável para cumprir a meta de implantar 119 satélites de observação, navegação e comunicação. Além disso, a organização trabalha para executar uma missão lunar tripulada até 2040, marco projetado para equiparar o país às potências globais em tecnologia de lançadores e de voos tripulados. Paralelamente, essa expertise em engenharia também tem sido aplicada nas profundezas oceânicas por meio do projeto Samudrayaan, que integra a Missão no Oceano Profundo do governo indiano. Para essa iniciativa de exploração submarina, a agência assumiu o desenvolvimento técnico e a fabricação de um recipiente de titânio projetado para suportar pressões extremas, demonstrando a versatilidade de sua base industrial tanto no espaço quanto no fundo do mar.

Em continuidade, outras atualizações do bloco ocorreram em torno dos desdobramentos da Cúpula do G7. Nesse contexto, destaca-se a publicação de uma carta aberta assinada em conjunto pelo Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus. O documento, endereçado diretamente aos líderes do G20, G7 e BRICS, atua como uma cobrança direta à liderança e influência dos chefes de Estado para a finalização do Acordo sobre Pandemias da OMS. O foco central do apelo reside na conclusão do último componente pendente do tratado: o anexo de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios, conhecido pela sigla PABS. Os líderes alertam que, até que essa última peça regulatória seja concluída, o acordo não poderá entrar em vigor e a promessa de segurança sanitária global continuará não cumprida.

A articulação com o G20 é enfatizada ao citarem uma conquista recente do próprio bloco como argumento central, lembrando que, sob a presidência brasileira em 2024, o grupo reconheceu, de forma inédita, que a desigualdade é um fator impulsionador de pandemias, um determinante social da saúde, justificando, assim, a necessidade de um sistema global pautado na equidade. Esse avanço histórico, contudo, contrasta com a atual organização do fórum, visto que a presidência norte-americana do G20 neste ano optou por não estruturar um Grupo de Trabalho dedicado exclusivamente à pasta. Ainda que não mencionada diretamente no documento, essa lacuna institucional deve ser criticada abertamente pelos representantes políticos, pois representa um retrocesso evidente, especialmente diante da gravidade de novas pandemias e da necessidade imperativa de tratar a saúde como um tema transversal e prioritário nas discussões das maiores economias mundiais, algo que vinha sendo desenvolvido gradualmente nas últimas presidências do bloco.

Em síntese, para fundamentar a necessidade de intervenção imediata, a carta relembra os impactos trágicos da pandemia de COVID-19, que custou a vida de até 20 milhões de pessoas e gerou um prejuízo superior a 13 trilhões de dólares à economia mundial. Sob essa perspectiva, o sistema PABS é descrito como a ferramenta essencial para evitar a repetição desse cenário, visto que projeta uma estrutura para a identificação rápida de patógenos perigosos e o compartilhamento igualitário de suas informações genéticas, viabilizando o desenvolvimento tempestivo de testes, tratamentos e vacinas. Como as negociações técnicas foram pausadas em maio por falta de consenso sobre a divisão desses benefícios, uma nova e decisiva rodada de reuniões foi agendada para o período de 6 a 17 de julho. Diante disso, a carta formula três apelos centrais, iniciando com a exigência de vontade política no mais alto nível, demandando que os governantes instruam suas equipes a buscarem o consenso com coragem e a tratarem o dia 17 de julho como um prazo definitivo e inflexível, superando obstáculos que não são meramente técnicos. Paralelamente, os autores buscam afastar temores de interferência na soberania ao reforçar que o Artigo 22 do texto assegura expressamente que a OMS não terá autoridade para alterar leis nacionais nem impor medidas como lockdowns e restrições de viagem.

Já o segundo pedido concentra-se no espírito de equidade, estabelecendo que os países que compartilham informações biológicas cruciais devem confiar que também terão acesso aos tratamentos desenvolvidos. A carta defende que o tratado substituirá a atual improvisação em momentos de crise por regras estáveis e seguras, sob a premissa de que combater um surto em sua origem é financeira e humanamente mais barato do que enfrentar uma pandemia generalizada. Por fim, o terceiro apelo clama por um estrito senso de urgência, amparado em estimativas científicas que apontam para uma probabilidade de cerca de 25% de uma nova pandemia na próxima década, impulsionada por fatores como as mudanças climáticas, o uso da terra e os riscos associados à biotecnologia. O texto adverte que o preço da falta de preparo já

se manifesta nos surtos atuais de Ebola e encerra com uma convocação para que os governantes honrem a memória das vítimas e transformem a conclusão desse anexo em um marco definitivo, ao lado de conquistas históricas como a erradicação da varíola e o combate à poliomielite.

Referências

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Open letter to leaders of G7, G20, BRICS and all nations on finalizing the WHO Pandemic Agreement's Pathogen Access and Benefit-Sharing Annex. Genebra: WHO, 15 de junho de 2026. Disponível em: https://www.who.int/news/item/15-06-2026-open-letter-to-leaders-of-g7-g20-brics-and-all-nations-on-finalizing-the-who-pandemic-agreement-s-pathogen-access-and-benefit-sharing-annex.

INDIA TODAY. G20 Open Satellite Data Partnership: Modi, India, Global South, Earth Observation, ISRO. Índia: India Today, 6 de dezembro de 2025. Disponível em: https://www.indiatoday.in/science/story/g20-open-satellite-data-partnership-modi-india-global-south-earth-observation-isro-2831783-2025-12-06.

NEWS ON AIR. G20 satellite is expected to be launched in 2027: ISRO Chairman. Índia: Prasar Bharati, 2025. Disponível em: https://newsonair.gov.in/g20-satellite-is-expected-to-be-launched-in-2027-isro-chairman/.

Évian sob medida: o G7 que coube a Trump

Évian a medida: el G7 que le quedó bien a Trump

Évian to measure: the G7 that fit Trump

Resumo. A Cúpula do G7 de Évian (15 a 17 de junho de 2026) produziu nove declarações, ou chamadas, de líderes, moldadas para acomodar a presença de Trump, com avanços sobre Ucrânia e Irã e poucos compromissos vinculantes. O Brasil participou como país parceiro, endossando apenas três das oito declarações abertas a convidados.

Palavras-chave: G7; Cúpula de Évian; Brasil.

Resumen. *La Cumbre del G7 de Évian (15 a 17 de junio de 2026) produjo nueve declaraciones de líderes, moldeadas para mantener el compromiso de Trump, con avances sobre Ucrania e Irán y pocos compromisos vinculantes. Brasil participó como país socio, respaldando solo tres de las ocho declaraciones abiertas a invitados.*

Palabras clave: *G7; La Cumbre de Évian; Brasil.*

Abstract. *The Évian G7 Summit (June 15–17, 2026) produced nine leaders' declarations, shaped to keep Trump engaged, with progress on Ukraine and Iran and few binding commitments. Brazil took part as a partner country, endorsing only three of the eight declarations.*

Keywords: *G7; Évian Summit; Brazil.*

O grande destaque da quinzena foi a realização da Cúpula do G7, que ocorreu entre os dias 15 e 17 de junho em Évian-les-Bains, sob a presidência francesa. A estratégia de bajulação

francesa relatada no informe anterior parece ter surtido efeito ao menos no aspecto menos previsível: Trump permaneceu engajado ao longo dos três dias. Em relação ao pomposo jantar em Versalhes, Trump expressou entusiasmo dizendo que o palácio tinha “muito ouro, eu quero ver isso de perto” (LE MONDE, 2026). Apesar das baixas expectativas, a presidência francesa anunciou, ao final do encontro, a adoção de nove declarações de líderes, em formatos separados. Segundo o balanço oficial, a presidência francesa buscou apresentar Évian como uma cúpula “de convergência”, tanto pelo método, com a participação ampliada de países parceiros (Brasil, Índia, Quênia, Coreia do Sul e Egito), quanto pelos resultados, descritos como uma resposta unida a múltiplas crises simultâneas (ÉLYSÉE, 2026). Os países convidados participaram de pelo menos metade das sessões, endossando explicitamente algumas das declarações.



Fonte: G7.

Os temas tratados nas nove declarações dividiram-se, grosso modo, em dois blocos. O primeiro reúne as grandes crises do momento: Ucrânia, Oriente Médio e Líbano. O encontro concentrou-se intensamente em um acordo de Trump para encerrar a guerra com o Irã e nos esforços para pressionar a Rússia a negociar a paz com a Ucrânia por meio de sanções reforçadas. No que tange à Ucrânia, na presença do presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, os líderes do G7 demonstraram sua unidade com a estratégia de apoio à Ucrânia. Eles reafirmaram seu compromisso com a liberdade, a soberania e a integridade territorial do país. Concordaram em aumentar o apoio militar à defesa da Ucrânia (incluindo capacidades de defesa aérea, sistemas adicionais e interceptadores, e capacidades de longo alcance), em apoiar a resiliência energética ucraniana e em aumentar a pressão sobre o esforço de guerra da Rússia, principalmente por meio de sanções, inclusive sobre o petróleo e o gás russos (ÉLYSÉE, 2026). Ter Trump como signatário dessa declaração foi um dos maiores sucessos de Macron na cúpula.

Considera-se um avanço no tema, em contraste com a reunião do ano passado, quando Trump saiu antes do fim. “Foi um trabalho difícil, mas valeu a pena”, disse o chanceler alemão Friedrich Merz, descrevendo a declaração como um “sucesso”. O presidente francês Emmanuel Macron saudou uma “mudança muito profunda na abordagem americana” em relação à Ucrânia, afirmando que Trump havia compreendido que Putin não tinha interesse na paz. A primeira-ministra italiana Giorgia Meloni disse que, em relação à Ucrânia, havia “muita convergência, o que nem sempre é óbvio”, e que não houve “atrito ou divergência”. Ao longo da cúpula, Trump teria adotado um tom mais duro contra Moscou, afirmando que a Rússia

precisava buscar um acordo, e demonstrou impaciência com o número de baixas em ambos os lados (LE MONDE, 2026).

No que se refere ao Líbano, os líderes pediram um cessar-fogo forte e imediato e apoiaram os esforços das autoridades libanesas para alcançar o desarmamento do Hezbollah e garantir o monopólio do Estado sobre as armas. A integridade territorial e a soberania do país são fundamentais, de acordo com o G7.

Já no que tange ao conflito entre EUA, Israel e Irã houve o consenso de uma necessidade de reabertura imediata e incondicional do Estreito de Ormuz. As negociações deram ênfase em dar resposta às questões relacionadas às ameaças nuclear e balística do Irã e às suas atividades de desestabilização regional. Isso resultou na assinatura, por Trump, de um memorando de entendimento destinado a encerrar o conflito de meses com Teerã. A assinatura se deu durante o jantar em Versalhes, na suntuosa Galeria Baixa do palácio, após um tour privado para Trump que incluiu a Galeria dos Espelhos, uma galeria dedicada à Guerra de Independência americana e um concerto na Capela Real. O jantar contou com cerca de 30 convidados, incluindo o chefe do conglomerado de luxo LVMH, Bernard Arnault, e o CEO da TotalEnergies, Patrick Pouyanné, e teve a duração de três horas. O presidente americano deixou claro quem ele acreditava estar no comando ao chegar para o terceiro e último dia: “Eu sou o chefe”, disse Trump antes de se sentar (LE MONDE, 2026).

O memorando de entendimento é composto por 14 pontos, estabelece que o Irã nunca terá uma arma nuclear e prevê também a criação de um fundo de US$ 300 bilhões para a “reconstrução e o desenvolvimento econômico” do país, embora os EUA não sejam obrigados a contribuir financeiramente. O documento também estabelece o fim imediato de todas as operações militares, incluindo no Líbano; afirma que os EUA e Irã respeitarão a soberania e integridade territorial um do outro, bem como não interferência de assuntos internos; prevê a negociação de um acordo definitivo em até 60 dias; estabelece o fim do bloqueio estadunidense aos portos iranianos em até 30 dias, bem como retirada das sanções, mas sem prazo estabelecido; prevê a retomada imediata do tráfego no Estreito de Ormuz e a negociação, a longo prazo, sobre a gestão da passagem; também estabelece a disponibilização dos ativos iranianos congelados; por fim, trata de questões de monitoramento e negociações finais que ainda serão realizadas com vistas a um acordo final endossado por uma resolução vinculada ao Conselho de Segurança da ONU (BBC, 2026).

No entanto, apesar do entusiasmo de Trump, o memorando já se monstra frágil. Dias após sua assinatura, as Forças Armadas iranianas afirmaram que vão fechar novamente o Estreito devido à “violação flagrante da promessa feita pelos EUA”. Isso, pois menos de 24 horas após o anúncio de cessar-fogo em todas as frentes, foram feitos ataques israelenses ao sul do Líbano em que 20 pessoas morreram (BBC, 2026). Ao que parece, a tentativa de evitar uma crise econômica global disfarça a incapacidade de Trump em negociar com Israel pelo fim da sua operação militar contra o Hezbollah. Além da reabertura do estreito atender aos interesses europeus, devido à desestabilização provocada em suas economias, o objetivo de resolver a guerra no Oriente Médio parte de um interesse de abrir espaço na agenda de Trump para a renovação do engajamento estadunidense em apoiar a Ucrânia e fazer pressão sobre a Rússia, um conflito existencial para a Europa (LE MONDE, 2026).

O segundo bloco reúne os desafios estruturais que pautaram a presidência francesa. Um breve resumo segue abaixo:

- Desequilíbrios macroeconômicos: Os líderes reconhecem que é do interesse de todos cooperar e coordenar políticas econômicas para enfrentar esses desequilíbrios da forma mais eficaz possível, garantindo ao mesmo tempo concorrência justa, proteção de indústrias e empregos, e evitando futuras guerras comerciais e crises financeiras. Destacaram o papel central do FMI no monitoramento desses desequilíbrios e na orientação de ações. No entanto, nenhuma proposta específica foi feita para tentar convencer a China a ajudar a enfrentar esses desequilíbrios. Tampouco os países do G7 apresentaram suas próprias propostas de política doméstica para ajudar a enfrentar o problema, uma questão particularmente sensível para os EUA, dado seu crescente déficit fiscal. Houve apenas uma declaração genérica de que "os países com déficits externos grandes e persistentes deveriam adotar políticas que incluam o apoio à poupança doméstica e à consolidação fiscal" (CHATHAM HOUSE, 2026). Afirmaram que as discussões continuarão no G20.

- Digital e IA: Os líderes enfatizaram a proteção aos jovens, por exemplo, adaptando a linguagem dos chatbots de IA quando interagem com crianças. Os membros do G7 afirmaram que estão trabalhando em conjunto com empresas líderes para acelerar a implantação segura e benéfica da IA para a sociedade. No entanto, os pedidos foram essencialmente em tom voluntário por parte dos líderes à indústria. Ainda, a urgência em se discutir políticas públicas de proteção ao desenvolvimento da IA em geral e o desejo de muitos países de estabelecer soberania sobre a forma como os produtos digitais desenvolvidos pelos EUA e China são utilizados em suas jurisdições não foram abordados (CHATHAM HOUSE, 2026).

- Minerais críticos: Os líderes concordam sobre a importância de trabalhar juntos para reduzir dependências. A declaração do G7 estabeleceu metas de alto nível sobre cooperação industrial, estrutura de mercado, transparência, estocagem e reciclagem. Também anunciou uma Aliança do G7 para Resiliência e Produção de Minerais, de caráter não vinculante.

- Câncer: Promover uma abordagem coordenada e o compartilhamento de informações sobre cânceres de mau prognóstico, cânceres pediátricos e acesso universal à saúde esteve no centro da mesa.

- Ebola: Em resposta ao que poderia se tornar uma grande crise de saúde, o G7 envia uma mensagem de apoio e compromete mais de um bilhão de dólares em financiamento, em consonância com os esforços da ONU.

- Combate ao tráfico de drogas: os líderes concordaram em enfrentar o tema por meio do fortalecimento da cooperação entre portos marítimos internacionais.

- Parcerias internacionais: reafirmaram a necessidade de solidariedade internacional, particularmente para o desenvolvimento humano e a proteção dos mais vulneráveis, ao mesmo tempo em que se desenvolvem instrumentos para mobilizar financiamento privado.

- Combate ao tráfico de migrantes: Os líderes renovaram seu compromisso de prevenir, combater e desmantelar redes criminosas organizadas que lucram com o tráfico de migrantes, o tráfico de pessoas e crimes relacionados.

Especialmente na área da saúde, podemos considerar um avanço em relação à presidência anterior canadense. Isso, pois para esse ano temos dois documentos sobre o tema, sendo eles a Chamada dos Líderes para o Combate ao Câncer e uma Chamada dos Líderes sobre a resposta ao surto de Ebola. Importante notar que ambos não carregam o título de "declaração".

O documento sobre o combate ao câncer, apoiado também pelo Brasil, Egito, Índia, Quênia e Coreia do Sul, parte de um diagnóstico alarmante: o câncer mata cerca de dez milhões de pessoas por ano no mundo, e a projeção é de aumento de 80% nos novos casos até 2050, em razão do envelhecimento populacional e de sua interação com fatores de risco ambientais e comportamentais. O texto reconhece que os avanços científicos recentes tornaram a eliminação do câncer de colo de útero uma meta alcançável e organiza o compromisso do G7 em três eixos: ampliação do acesso internacional a dados sobre cânceres pediátricos, em adolescentes e em adultos jovens, respeitando regras nacionais de privacidade e proteção de dados; intensificação da pesquisa e fomento de programas sobre cânceres de mau prognóstico, com objetivo de estabelecer metas de rastreamento e diagnóstico em estágio inicial e redução significativa da mortalidade por câncer de pulmão na próxima década; e fortalecimento do acesso a cuidados oncológicos de qualidade, por meio de centros de excelência e do uso responsável de inteligência artificial e tecnologias digitais no diagnóstico e nos cuidados paliativos (ÉLYSÉE, 2026).

Trata-se de um documento de natureza programática, sem metas de financiamento quantificadas nem mecanismo de cobrança definido, os líderes apenas se comprometem a "permanecer engajados e revisar o progresso" dos compromissos assumidos. Ainda assim, o documento é significativo por formalizar a cooperação científica internacional em uma área historicamente fragmentada entre iniciativas nacionais, e por incorporar formalmente o Brasil e os demais países parceiros à arquitetura de governança em saúde do G7, ampliando o alcance político do tema além do grupo das sete economias mais industrializadas.

Além disso, ainda no âmbito da saúde, o G7 dedicou um documento ao recrudescimento do Ebola na República Democrática do Congo e em Uganda, surto concentrado em área isolada e afetada por conflitos, contra uma cepa viral rara para a qual vacinas, diagnósticos e tratamentos existentes não são plenamente eficazes. O texto, apoiado também por Egito, Índia, Quênia e Coreia do Sul, mas sem a adesão do Brasil, é majoritariamente financeiro: contabiliza os mais de 370 milhões de dólares já mobilizados pelos Estados Unidos (com compromisso de até 500 milhões adicionais), os 493 milhões de euros da União Europeia e os 518 milhões de dólares do Plano Continental de Preparação e Resposta africano, além de convocar países fora do G7 a contribuir (ÉLYSÉE, 2026). O documento menciona a Copa do Mundo de 2026, sediada por Estados Unidos, Canadá e México, e a preocupação declarada com a segurança de viajantes durante o torneio expõe uma lógica de contenção orientada tanto pela proteção sanitária quanto pela manutenção do fluxo normal de pessoas e negócios entre os países do Norte Global.

Politicamente, o texto reconhece que a resposta sanitária é dificultada pelo conflito armado no leste da RDC e pede a implementação plena dos Acordos de Washington para a Paz e a Prosperidade e do Marco de Doha, vinculando a crise de saúde pública à instabilidade política regional. A chamada também anuncia que os Estados Unidos convocarão uma reunião de chanceleres do G20 sobre o tema, um padrão que será repetido na declaração de parcerias internacionais: temas que exigem ação coletiva mais ampla são formalmente reconhecidos pelo G7, mas seu encaminhamento efetivo é deslocado para o G20.

A Declaração de Líderes sobre Parcerias Internacionais Mutuamente Benéficas, apoiada pelos países parceiros Quênia e Coreia do Sul, propõe mais uma reforma da arquitetura tradicional de financiamento ao desenvolvimento do que sua ampliação. O texto reconhece que as políticas de ajuda convencionais tiveram, por vezes, impacto limitado em reduzir a dependência financeira externa e fortalecer a apropriação dos países parceiros sobre suas próprias agendas, e que a arquitetura de desenvolvimento se tornou "excessivamente complexa", resultando em uso subótimo de recursos. A resposta proposta combina a manutenção da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento como instrumento "estratégico", embora insuficiente, por si só, para as necessidades globais, com uma aposta mais decidida em capital privado, financiamento misto (*blended finance*) e instrumentos de redução de risco cambial, sobretudo por meio dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e de iniciativas como a Parceria do G7 para Infraestrutura e Investimento Global (PGII) (ÉLYSÉE, 2026). Vale notar, contudo, que o Brasil não figura entre os signatários formais desta declaração específica, diferentemente da que trata do combate ao câncer.

A Declaração de Parcerias remete repetidamente ao G20 como instância de continuidade para os temas mais sensíveis à governança da dívida e do investimento, o que demonstra a limitação do G7 em tratá-los isoladamente. Sobre dívida, o texto pede "maior progresso no G20" rumo a uma abordagem comum de reestruturação para países de renda média não cobertos pelo Marco Comum do G20, defende o fortalecimento da implementação do Marco Comum e convoca "todos os credores do G20" a participar do Exercício de Compartilhamento de Dados do Banco Mundial. Sobre infraestrutura e investimento, a declaração ancora-se nos Princípios do G20 para Investimentos em Infraestrutura de Qualidade e *no G20 Compact with Africa*.

Em resposta, a Oxfam criticou o resultado e classificou o corte coletivo na ajuda internacional promovido pelo G7 como "o maior de sua história", atribuindo a isso o agravamento do surto de Ebola, cuja resposta, segundo a ONG, está sendo financiada com recursos que apenas substituem cortes feitos no ano anterior pelos próprios doadores, e não com investimento novo e adicional. Para a Oxfam, a Declaração de Parcerias Internacionais perpetua o problema ao redirecionar ajuda historicamente destinada a serviços públicos como escolas, hospitais, saneamento para instrumentos de incentivo a investidores privados, ao mesmo tempo em que o G7 evita dois movimentos que considerariam mais eficazes: destinar 0,7% da renda nacional bruta à ajuda ao desenvolvimento, e o enfrentamento coordenado da evasão fiscal de corporações e super-ricos. Seu movimento foi ao contrário, abandonado o acordo global sobre tributação mínima corporativa (OXFAM, 2026). A nota também conecta a crise da dívida do Sul Global ao conflito EUA-Irã, defendendo a suspensão imediata dos pagamentos de dívida soberana para países que assim o solicitem, e resume o saldo da cúpula nesse campo como "os mesmos chavões do ano passado", uma leitura que contrasta com o tom de "convergência" e reforma proposto pela presidência francesa, e que serve de contraponto crítico, pela sociedade civil internacional, ao otimismo institucional dos documentos oficiais do G7.

O G7 reconhece que a governança efetiva da dívida soberana e do financiamento à infraestrutura já não comporta solução restrita ao grupo das sete economias, deslocando o centro decisório para um fórum no qual o Brasil tem assento pleno, e não a condição de país convidado, como em Évian. Dada a relevância do discurso para a posição brasileira no G7, transcreve-se a seguir o texto lido pelo presidente Lula na reunião ampliada (BRASIL, 2026):

Agradeço ao presidente Macron pelo convite para participar deste segmento ampliado em Évian. Ainda em 2003, uma das minhas primeiras tarefas como presidente do Brasil foi participar da Cúpula do então-G8 nesta bela cidade. Desde aquele ano estive em outras nove cúpulas do G8 ou G7.

Em todas elas nos defrontamos com crises e desafios que afetam milhões de pessoas ao redor do mundo. Mas em nenhuma conseguimos construir respostas coletivas e duradouras. Ficamos aprisionados em dogmas que defendem desregulamentação de mercados, Estado mínimo e austeridade fiscal como fins em si mesmos. O neoliberalismo agravou a desigualdade econômica e a crise política que hoje assolam as democracias. Agora, o protecionismo e o unilateralismo ressurgem como respostas falaciosas para a complexidade dos nossos problemas.

A distância que separa a prosperidade de Évian da realidade enfrentada por bilhões de pessoas no Sul Global não está diminuindo. Nos últimos anos, a desigualdade entre países ricos e pobres tem aumentado. O primeiro trilionário do mundo é mais rico do que os 46% mais pobres da população mundial. A extrema concentração de riqueza decorre de décadas de políticas pró-bilionários.

Caminhamos na contramão da Agenda 2030. Faltam 4 trilhões de dólares por ano para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A COP-30 voltou a evidenciar a distância entre os compromissos assumidos pelos países desenvolvidos e os recursos efetivamente mobilizados para cumpri-los. Para acelerar a implementação do Acordo de Paris, é preciso ampliar o financiamento climático para, pelo menos, um trilhão e trezentos bilhões de dólares.

Os desafios se multiplicam, mas a solidariedade internacional encolhe. No ano passado, registramos queda histórica de 23% na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento. O Programa Mundial de Alimentos perdeu cerca de 40% de seu financiamento. A Organização Mundial da Saúde e o UNICEF reduziram seus orçamentos em mais de 20%. Não são cifras abstratas. Elas impactam diretamente o cotidiano dos habitantes de países em desenvolvimento. São milhões de pessoas sem acesso à alimentação adequada; crianças sem frequentar a escola; mulheres privadas de proteção; e comunidades vulneráveis diante de doenças que podem ser prevenidas.

Guerras e conflitos também continuam desviando o foco da agenda do desenvolvimento. Os gastos militares anuais somam quase 3 trilhões de dólares. Nossa tarefa é corrigir as desigualdades de um sistema que produz riqueza em abundância, mas que distribui oportunidades de forma profundamente assimétrica.

O mundo em desenvolvimento transfere 1,4 trilhão de dólares por ano em serviço da dívida, valor sete vezes superior à ajuda recebida dos países ricos. A Conferência de Sevilha sobre Financiamento para o Desenvolvimento apontou para a direção correta. Embora a contribuição do setor privado seja bem-vinda, a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento segue sendo responsabilidade primordial dos estados. Precisamos de um sistema financeiro no qual os países não sejam obrigados a escolher entre pagar credores e alimentar suas crianças.

Está claro que o desafio não é administrar a escassez. O déficit que enfrentamos é de implementação e de vontade política. Não faltam boas ideias. Mecanismos inovadores

como a troca de dívida por ação climática ou investimentos sociais podem contribuir para ampliar o espaço fiscal dos países mais vulneráveis.

O Brasil tem dado a sua contribuição. O Fundo Florestas Tropicais para Sempre vai canalizar investimentos para a conservação desse bioma e de seus habitantes. A Aliança Global contra a Fome possibilita compartilhar experiências e auxiliar a implementação de políticas públicas eficazes na redução das desigualdades. O estabelecimento do Painel Internacional sobre Desigualdade, proposto pela presidência sul-africana do G20, apoiará com dados e evidências a formulação de respostas coordenadas a esse desafio.

Outros temas, como o combate aos crimes transnacionais, também devem fazer parte da agenda de desenvolvimento. Um deles, é o desafio do crime organizado, que aterroriza comunidades e desvia recursos públicos que deveriam ser direcionados para a construção de escolas, hospitais e estradas. Esse esforço deve levar em conta do respeito à soberania dos Estados. A Declaração de Líderes do G7 sobre o Combate ao Tráfico de Drogas é um passo positivo. Mas o enfrentamento ao narcotráfico não pode ser dissociado de outros ilícitos como a lavagem de dinheiro e o tráfico de armas. Valorizar o diálogo e a cooperação institucional, inclusive por meio da INTERPOL, contribuirá para a localização de ativos e indivíduos vinculados a essas atividades criminosas.

Outro desafio que não pode permanecer excluído do debate sobre parcerias para o desenvolvimento é o acesso a tecnologias de ponta, como a Inteligência Artificial. As transições energética e digital não podem reproduzir padrões históricos que concentram benefícios econômicos em poucos atores. Os países detentores de minerais críticos devem participar das etapas de maior valor agregado da cadeia, por meio da industrialização, da transferência de tecnologia e da formação de capacidades, conforme suas necessidades nacionais.

Muito obrigado. (discurso do presidente Lula na reunião ampliada do G7, 2026)

Além da participação nas sessões plenárias, a presença de Lula em Évian se desdobrou em uma série de encontros bilaterais. Com o ucraniano Volodymyr Zelensky, reuniu-se a portas fechadas no último dia da cúpula e descreveu o encontro como o melhor já tido com o ucraniano, dizendo tê-lo sentido, "pela primeira vez", disposto a buscar uma solução para o conflito. Na ocasião, Lula se comprometeu a contatar os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU para pressioná-los a assumir a condução do problema. Com Ursula von der Leyen e António Costa, o encontro tratou do veto europeu às carnes, tripas, peixe e mel brasileiros, em vigor a partir de 3 de setembro: a restrição não foi suspensa, mas as partes estabeleceram um acompanhamento político mais próximo das negociações fitossanitárias e siderúrgicas, até então restritas ao nível técnico. Já com a primeira-ministra japonesa Sanae Takaichi, a reunião produziu o resultado mais concreto da cúpula para o Brasil: o anúncio do lançamento formal das negociações de um acordo de parceria econômica entre Mercosul e Japão, a ser inaugurado na 68ª Cúpula do bloco, em Assunção, ainda em junho, movimento que reflete a busca japonesa por diversificação comercial diante das tarifas de Trump e das restrições chinesas a terras raras (BBC, 2026).

A situação mais comentada da participação brasileira em Évian foi de uma possível nova conversa entre Lula e Trump diante da aplicação de novas tarifas e a classificação de facções criminosas brasileiras como terroristas. Após o término do fórum, durante coletivas de imprensa separadas, trocaram farpas, com Trump dizendo que o Brasil se tornou "um pouco perigoso

politicamente", diante da condenação do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro, e Lula respondendo que é direito de Trump gostar de Bolsonaro, mas que ele não pode interferir nas eleições no Brasil (BBC, 2026).

O Brasil ainda encerrou sua participação no fórum endossando apenas três das oito declarações, ou chamadas, publicados pelos países membros do G7: combate ao câncer, garantia de um espaço digital seguro para crianças e adolescentes e luta contra o tráfico de drogas.

Por fim, a França alcançou, de forma razoável, o que havia de expectativas para a cúpula, que não eram grandiosas. Conforme esperado, demonstrou a fragilidade do grupo das sete economias que, apesar de economicamente e tecnologicamente capazes de serem mais influentes, seus membros não compartilham valores fundamentais, não confiam uns nos outros suficientemente e possuem áreas de discussão intocáveis, como se pisassem em ovos. Era esperado que optaria por priorizar o diálogo com Trump e evitar qualquer risco de afastar o presidente estadunidense. Os maiores desafios estão postos ao G20, que será sediado pelo Reino Unido em 2027 e conta com a participação da China e a Rússia.

Referências

BBC NEWS BRASIL. O que você precisa saber sobre o acordo de 14 pontos entre EUA e Irã para tentar acabar com a guerra. BBC News Brasil, 17 junho 2026. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy4983dmez9o>. Acesso em: 21 jun. 2026.

BBC NEWS BRASIL. Irã acusa EUA e Israel de violar novo acordo de cessar-fogo e anuncia fechamento do estreito de Ormuz. BBC News Brasil, 20 junho 2026. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/czxqwn510wvo>. Acesso em: 21 jun. 2026.

BBC NEWS BRASIL. Entre farpas e diplomacia: o saldo de Lula no G7 com Trump, UE e Ucrânia. BBC News Brasil, 18 junho 2026. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3eyvkl4l93o. Acesso em: 21 jun. 2026.

BRASIL. Discurso do presidente Lula na reunião ampliada do G7 sobre o tema "Firmar novas parcerias e reconstruir a solidariedade internacional". Palácio do Planalto, Évian, 16 jun. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2026/06/discurso-do-presidente-lula-na-reuniao-ampliada-do-g7-sobre-o-tema-201cfirmar-novas-parcerias-e-reconstruir-a-solidariedade-internacional201d. Acesso em: 21 jun. 2026.

CHATHAM HOUSE. Macron's Evian summit shows the limits Trump places on the G7. Chatham House, 18 jun. 2026. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/2026/06/macrons-evian-summit-shows-limits-trump-places-g7. Acesso em: 21 jun. 2026.

ÉLYSÉE. Leaders' declaration on mutually beneficial international partnerships. G7 Évian 2026, 16 jun. 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/06/16/leaders-declaration-on-mutually-beneficial-international-partnerships. Acesso em: 21 jun. 2026.

ÉLYSÉE. The outcomes of the Évian G7 Summit. G7 Évian 2026, 17 jun. 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/06/17/the-outcomes-of-the-evian-g7-summit. Acesso em: 21 jun. 2026.

ÉLYSÉE. Leaders' call on the fight against cancer. G7 Évian 2026, 16 jun. 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/06/16/leaders-call-on-the-fight-against-cancer. Acesso em: 21 jun. 2026.

ÉLYSÉE. Leaders' call for a coordinated response to the Bundibugyo Ebola outbreak. G7 Évian 2026, 16 jun. 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/06/16/leaders-call-for-a-coordinated-response-to-the-bundibugyo-ebola-outbreak. Acesso em: 21 jun. 2026.

LE MONDE. Trump, buoyed by his deal with Iran, shows renewed interest in Ukraine at G7 summit. Le Monde, Évian, 17 jun. 2026. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2026/06/17/trump-buoyed-by-his-deal-with-iran-shows-renewed-interest-in-ukraine-at-g7-summit_6754581_4.html. Acesso em: 21 jun. 2026.

OXFAM INTERNATIONAL. Oxfam reaction to G7 leaders' declarations on Bundibugyo Ebola and mutually beneficial international partnerships. Oxfam in Africa, 16 jun. 2026. Disponível em: https://africa.oxfam.org/latest/press-release/oxfam-reaction-g7-leaders-declarations-bundibugyo-ebola-and-mutually. Acesso em: 21 jun. 2026.

Riscos hídricos, governo digital e impactos da segurança e crime na macroeconomia: a quinzena da OCDE

Riesgos hídricos, administración digital e impacto de la seguridad y la delincuencia en la macroeconomía: la quincena de la OCDE

Water Risks, Digital Government, and the Impact of Security and Crime on the Macroeconomy: The OECD Fortnight

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre variadas publicações lançadas no período que retomam suas atenções a temas como riscos hídricos para a agricultura, governo digital e impactos econômicos e políticos de segurança e crimes, além da atualização sobre o PIB trimestral do G20.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; geopolítica; OCDE; cooperação internacional.

Resumen: *Entre las publicaciones más destacadas de la OCDE se encuentran diversas obras publicadas durante este periodo que vuelven a centrar su atención en temas como los riesgos hídricos para la agricultura, la administración digital y las repercusiones económicas y políticas de la seguridad y la delincuencia, además de la actualización sobre el PIB trimestral del G20.*

Palabras clave*: G20; EE. UU.; G7; geopolítica; OCDE; cooperación internacional.*

Abstract: *The OECD's highlights include a variety of publications released during this period that focus on topics such as water-related risks to agriculture, digital government, and the economic and political impacts of security and crime, as well as an update on the G20's quarterly GDP.*

Keywords: *G20; USA; G7; geopolitics; OECD; international cooperation.*

Ao longo do sexto mês de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) permaneceu a continuamente acrescentar diversos títulos, recursos e documentos próprios em seu rico acervo e biblioteca virtual no decorrer da quinzena, sendo,

dentre tal fluxo de recentes adições, sete interessantes pesquisas de assuntos variados que serão brevemente identificadas e apresentadas a seguir.

Intitulado *"Anticipating and monitoring water risks for agriculture"*, o primeiro documento a ser aqui salientado se preocupa em analisar os riscos hídricos para a agricultura e descreve uma tipologia de ferramentas para apoiar autoridades públicas na antecipação, monitorização e avaliação de tais riscos. A agricultura enfrenta múltiplos riscos hídricos, incluindo escassez, excesso e má qualidade da água, além de ameaças sistêmicas decorrentes da degradação dos sistemas de água doce e da instabilidade do ciclo da água. Desse modo, o monitoramento e a antecipação desses riscos são cruciais não só para a sustentabilidade da produção agrícola, mas também para a proteção dos próprios recursos hídricos. Dada a diversidade de riscos e contextos de tomada de decisão, o documento clama a atenção do setor para a necessidade de um conjunto de ferramentas e mecanismos adaptadas a diferentes riscos e escalas temporais e espaciais, com a relevância de ferramentas específicas dependendo das decisões tomadas, desenvolvimento tecnológico e contexto. O artigo ainda adverte que as autoridades públicas têm um papel central na promoção de um ambiente de dados robusto, adotando simultaneamente uma perspectiva holística e de longo prazo para construir uma resiliência sistêmica.

Na esteira de tal discussão, o fórum internacional também publicou o relatório *"OECD Review on Aligning Finance with Climate Goals 2026: Different Policy Playbooks, Untapped Investment Opportunities"*, que busca fornecer aos decisores políticos, investidores e interessados um acompanhamento analítico da evolução e do desenvolvimento do conjunto de políticas do setor financeiro relacionadas com o clima, o grau de alinhamento dos fluxos financeiros com assuntos climáticos e um panorama das métricas climáticas utilizadas no setor financeiro. O estudo indica que desde os anos 2000, formuladores de políticas têm continuamente expandido e adotado políticas de financiamento relacionadas ao clima, com momentos de expansão, pausa ou outros desenvolvimentos – inclusive, entre os anos de 2023 e 2025, notou-se um crescimento de 25% no número de políticas. Ademais, cada país possui suas particularidades e questões geográficas, o que influencia a adoção de diferentes mecanismos e modalidades de políticas. Desse modo, o documento recomenda que formuladores de políticas expandem suas combinações e leques de políticas para o setor financeiro relacionados ao clima baseadas também na observação e aprendizagem entre pares em diferentes jurisdições; o desenvolvimento de estruturas de dados coordenadas, auxiliando na identificação de lacunas nas políticas e oportunidades de investimentos; e o fortalecimento na avaliação dos efeitos das políticas.

Outro interessante destaque lançado no período é o inédito relatório *"Digital Government Outlook 2026: From Foundations to Transformational Impact"*, que apresenta uma avaliação abrangente e prospectiva no assunto governo digital em 36 países membros da OCDE e 8 países candidatos à adesão ao grupo. Baseando-se nos resultados da pesquisa *Digital Government Index* 2025 e nos dados do *Open, Useful, and Re-usable Data Index*, o relatório avalia tanto o progresso quanto as lacunas persistentes em áreas-chave da transformação digital do governo, identificando o que os governos poderiam fazer para passar da ambição digital ao desempenho do setor público em um ambiente de rápidas mudanças tecnológicas, restrições fiscais e baixa confiança pública.

Observou-se que, desde o balanço feito em 2023 pela organização, os governos alcançaram progressos significativos na construção das bases do governo digital, incluindo infraestrutura compartilhada, sistemas interoperáveis e estruturas de dados abertos. O grande

desafio identificado no momento, para a OCDE, é ir além dessas bases para gerar um impacto transformador para as pessoas e as empresas, o que inclui preencher lacunas importantes em diversas áreas, como capacidades institucionais, mecanismos de governança e habilidades da força de trabalho. Para isso, o relatório lança luz aos governos e decisores políticos para quatro áreas classificadas como prioritárias para a próxima fase do governo digital:

(i) Ampliação do uso de infraestrutura pública digital e dados em todo o governo, tornando a infraestrutura digital compartilhada (como sistemas de compartilhamento de dados, identidade digital e plataformas comuns) parte integrante do funcionamento diário dos governos. Ademais, tal infraestrutura deve ser respaldada por regras claras, financiamento sustentável, governança de dados robusta e abordagens de design centradas no usuário, que priorizem as necessidades e o controle das pessoas e assim fomentando a confiança necessária para sua adoção e uso em larga escala;

(ii) Fortalecimento das capacidades digitais para uma IA confiável e escalável no setor público, com os governos indo além de estratégias e projetos-piloto de IA e gerando condições práticas para um uso seguro e em larga escala, incluindo responsabilização clara, dados confiáveis, processos transparentes, apoio mais inteligente às compras públicas e avaliação sistemática dos resultados práticos da IA, especialmente à medida que os governos exploram o uso da IA autônoma;

(iii) Fomento de desenhos de serviços públicos em torno da vida das pessoas, não de estruturas institucionais, com os governos facilitando o uso de serviços públicos, estabelecendo padrões claros que se apliquem a todos, monitorando onde as pessoas encontram dificuldades, envolvendo aqueles com maior dificuldade de acesso na concepção dos serviços, integrando serviços para que as pessoas não precisem navegar entre diferentes órgãos e usando dados e IA para oferecer ajuda antes mesmo que as pessoas a solicitem; e

(iv) A garantia que a governança, o investimento e as competências se adequem à natureza iterativa das tecnologias digitais, com os governos adotando modelos de governança orientados para a entrega, que lhes permitam financiar por etapas, aprender ao longo do processo, fortalecer a supervisão e a avaliação para verificar se os investimentos estão produzindo os resultados pretendidos, tomar decisões mais inteligentes sobre a construção ou aquisição de tecnologia e investir nas equipes e competências digitais necessárias para transformar as bases digitais em desempenho operacional sustentável.

É proveitoso ainda ressaltar que, complementar ao documento principal do estudo, a organização também disponibilizou adendos individuais dedicados para cada país examinado, proporcionando resumos específicos baseados nos resultados e análises do estudo. Dentre eles, o Brasil foi um dos países analisados e que possuem sua respectiva nota própria, com o documento virtual *"Digital Government Outlook 2026: Brazil"* descrevendo seus principais desenvolvimentos políticos observados durante o período de avaliação e subsidiando o diálogo político e apoiando o país na implementação de uma abordagem governamental abrangente para a transformação digital no setor público.

Em paralelo, no artigo *"Implications of increased defence spending for subnational governments"* o foco principal recai nos impactos para os governos subnacionais decorrentes do aumento contínuo dos gastos com defesa, tanto por meio de efeitos de repercussão na

economia local quanto por canais de finanças públicas. Diante disso, os autores do artigo buscam analisar os dados sobre os multiplicadores dos gastos com defesa em nível nacional e local, constatando que os efeitos costumam ser positivos, porém variam de acordo com a composição dos gastos, o ciclo econômico e a estrutura econômica local. Também é analisado como maiores despesas com defesa por parte dos governos nacionais (sejam elas financiadas por meio de aumentos na arrecadação ou cortes em outras despesas, ou ainda por endividamento) podem afetar os governos subnacionais de modos diferentes. Esses efeitos dependem de várias características do sistema de relações fiscais intergovernamentais, tais como a alocação de receitas e despesas e a estrutura das transferências intergovernamentais. O artigo conclui que uma coordenação intergovernamental mais forte e políticas voltadas para as localidades são essenciais para maximizar os benefícios, mitigar os efeitos colaterais adversos e apoiar as regiões expostas a efeitos negativos.

Já o artigo *"The macroeconomic impact of crime: A stocktaking of evidence-based approaches"* explora os custos econômicos e fiscais e as consequências macroeconômicas do crime, apresentando uma revisão analítica, orientada por políticas públicas, de estratégias de redução de criminalidade baseadas em evidências em países da OCDE e da América Latina. Seus autores inicialmente discutem os principais canais pelos quais o crime afeta os resultados econômicos e analisa as tendências recentes em homicídios, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e crimes cibernéticos. Posteriormente, o artigo desenvolve uma estrutura política organizada em torno de três pilares complementares: controle, prevenção e reabilitação e reintegração. Baseando-se em informações dos escritórios de países da OCDE e em revisão de avaliações de impacto, são avaliadas quais intervenções se mostraram mais eficazes na redução da criminalidade e da reincidência. A análise do estudo ainda destaca a importância de abordagens integradas que combinem a aplicação da lei direcionada com políticas de prevenção e reabilitação social, ressaltando também a crescente relevância do cibercrime e da resiliência digital para o desempenho macroeconômico e as políticas públicas.

Em consonância, no relatório *"Protecting Consumers from Financial Scams and Frauds"* a organização busca compreender os fatores que impulsionam os golpes e fraudes financeiras e identifica abordagens eficazes para preveni-los e detectá-los, analisando as perspectivas de formuladores de políticas financeiras, reguladores e supervisores em todo o mundo. O documento ainda indica uma tipologia de diferentes golpes e fraudes financeiras direcionados aos consumidores a fim de auxiliar as autoridades públicas a classificar e otimizar o uso dos dados relatados.

Por fim, a organização intergovernamental também divulgou no período um de seus usuais mapeamentos de dados econômicos e análises estatísticas periódicas relativas à economia mundial, o relatório sobre o primeiro trimestre de 2026 do produto interno bruto (PIB) do G20. Segundo as estimativas provisórias da pesquisa, o crescimento do PIB na área do G20 permaneceu inalterado em 0,7%, refletindo um cenário misto entre os países do grupo dos quais havia dados disponíveis. Em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o PIB do G20 foi 3,2% maior no primeiro trimestre deste ano. Entre as economias do G20 com dados disponíveis, a Índia registrou a maior taxa de crescimento anual, de 8,0%, enquanto o Canadá registrou a menor, de -0,1%.

Referências

OECD. Anticipating and monitoring water risks for agriculture. OECD Food, Agriculture and Fisheries Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 19];226. Available from: https://doi.org/10.1787/24939e6a-en.

OECD. OECD Review on Aligning Finance with Climate Goals 2026: Different Policy Playbooks, Untapped Investment Opportunities. Green Finance and Investment [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 19]. Available from: https://doi.org/10.1787/79415c38-en.

OECD. Digital Government Outlook 2026: From Foundations to Transformational Impact. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 19]. Available from: https://doi.org/10.1787/0496b2bc-en.

OECD. Digital Government Outlook 2026: Brazil. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 19]. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2026/06/digital-government-outlook-2026-country-notes_296a844f/brazil_9b593d27/019a138e-en.pdf.

de Melo L, Ter-Minassian T. Implications of increased defence spending for subnational governments. OECD Working Papers on Fiscal Federalism [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 19];52. Available from: https://doi.org/10.1787/ee995d88-en.

Sánchez AC, Pandiella AG. The macroeconomic impact of crime: A stocktaking of evidence-based approaches. OECD Economics Department Working Papers[Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 19];1866. Available from: https://doi.org/10.1787/4033977d-en.

OECD. Protecting Consumers from Financial Scams and Frauds. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 19]. Available from: https://doi.org/10.1787/d41817bb-en.

OECD. G20 GDP growth stable at 0.7% in the first quarter of 2026. OECD [Internet]. 2026 Jun 15 [cited 2026 Jun 19]. Available from: https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2026/06/g20-gdp-growth-first-quarter-2026.html.

Discursos do presidente Lula na reunião do G7 em Evian, França, junho de 2026

Discursos del presidente Lula en la reunión del G7 en Évian, Francia, en junio de 2026

President Lula's Speeches at the G7 Meeting in Évian, France, in June 2026

Discurso do presidente Lula na reunião ampliada do G7 sobre o tema: "Firmar novas parcerias e reconstruir a solidariedade internacional."

Discurso lido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na reunião ampliada do G7 sobre o tema "Firmar novas parcerias e reconstruir a solidariedade internacional", em Évian (França), em 16 de junho de 2026.

Publicado em 16/06/2026. Acesso: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2026/06/discurso-do-presidente-lula-na-reuniao-ampliada-do-g7-sobre-o-tema-201cfirmar-novas-parcerias-e-reconstruir-a-solidariedade-internacional201d

Agradeço ao presidente Macron pelo convite para participar deste segmento ampliado em Évian.

Ainda em 2003, uma das minhas primeiras tarefas como presidente do Brasil foi participar da Cúpula do então-G8 nesta bela cidade.

Desde aquele ano estive em outras nove cúpulas do G8 ou G7.

Em todas elas nos defrontamos com crises e desafios que afetam milhões de pessoas ao redor do mundo.

Mas em nenhuma conseguimos construir respostas coletivas e duradouras.

Ficamos aprisionados em dogmas que defendem desregulamentação de mercados, Estado mínimo e austeridade fiscal como fins em si mesmos.

O neoliberalismo agravou a desigualdade econômica e a crise política que hoje assolam as democracias.

Agora, o protecionismo e o unilateralismo ressurgem como respostas falaciosas para a complexidade dos nossos problemas.

A distância que separa a prosperidade de Évian da realidade enfrentada por bilhões de pessoas no Sul Global não está diminuindo.

Nos últimos anos, a desigualdade entre países ricos e pobres tem aumentado.

O primeiro trilionário do mundo é mais rico do que os 46% mais pobres da população mundial.

A extrema concentração de riqueza decorre de décadas de políticas pró-bilionários.

Caminhamos na contramão da Agenda 2030.

Faltam 4 trilhões de dólares por ano para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A COP-30 voltou a evidenciar a distância entre os compromissos assumidos pelos países desenvolvidos e os recursos efetivamente mobilizados para cumpri-los.

Para acelerar a implementação do Acordo de Paris, é preciso ampliar o financiamento climático para, pelo menos, um trilhão e trezentos bilhões de dólares.

Os desafios se multiplicam, mas a solidariedade internacional encolhe.

No ano passado, registramos queda histórica de 23% na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento.

O Programa Mundial de Alimentos perdeu cerca de 40% de seu financiamento.

A Organização Mundial da Saúde e o UNICEF reduziram seus orçamentos em mais de 20%.

Não são cifras abstratas.

Elas impactam diretamente o cotidiano dos habitantes de países em desenvolvimento.

São milhões de pessoas sem acesso à alimentação adequada; crianças sem frequentar a escola; mulheres privadas de proteção; e comunidades vulneráveis diante de doenças que podem ser prevenidas.

Guerras e conflitos também continuam desviando o foco da agenda do desenvolvimento.

Os gastos militares anuais somam quase 3 trilhões de dólares.

Nossa tarefa é corrigir as desigualdades de um sistema que produz riqueza em abundância, mas que distribui oportunidades de forma profundamente assimétrica.

O mundo em desenvolvimento transfere 1,4 trilhão de dólares por ano em serviço da dívida, valor sete vezes superior à ajuda recebida dos países ricos.

A Conferência de Sevilha sobre Financiamento para o Desenvolvimento apontou para a direção correta.

Embora a contribuição do setor privado seja bem-vinda, a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento segue sendo responsabilidade primordial dos estados.

Precisamos de um sistema financeiro no qual os países não sejam obrigados a escolher entre pagar credores e alimentar suas crianças.

Está claro que o desafio não é administrar a escassez.

O déficit que enfrentamos é de implementação e de vontade política.

Não faltam boas ideias.

Mecanismos inovadores como a troca de dívida por ação climática ou investimentos sociais podem contribuir para ampliar o espaço fiscal dos países mais vulneráveis.

O Brasil tem dado a sua contribuição.

O Fundo Florestas Tropicais para Sempre vai canalizar investimentos para a conservação desse bioma e de seus habitantes.

A Aliança Global contra a Fome possibilita compartilhar experiências e auxiliar a implementação de políticas públicas eficazes na redução das desigualdades.

O estabelecimento do Painel Internacional sobre Desigualdade, proposto pela presidência sul-africana do G20, apoiará com dados e evidências a formulação de respostas coordenadas a esse desafio.

Outros temas, como o combate aos crimes transnacionais, também devem fazer parte da agenda de desenvolvimento.

Um deles, é o desafio do crime organizado, que aterroriza comunidades e desvia recursos públicos que deveriam ser direcionados para a construção de escolas, hospitais e estradas.

Esse esforço deve levar em conta do respeito à soberania dos Estados.

A Declaração de Líderes do G7 sobre o Combate ao Tráfico de Drogas é um passo positivo.

Mas o enfrentamento ao narcotráfico não pode ser dissociado de outros ilícitos como a lavagem de dinheiro e o tráfico de armas.

Valorizar o diálogo e a cooperação institucional, inclusive por meio da INTERPOL, contribuirá para a localização de ativos e indivíduos vinculados a essas atividades criminosas.

Outro desafio que não pode permanecer excluído do debate sobre parcerias para o desenvolvimento é o acesso a tecnologias de ponta, como a Inteligência Artificial.

As transições energética e digital não podem reproduzir padrões históricos que concentram benefícios econômicos em poucos atores.

Os países detentores de minerais críticos devem participar das etapas de maior valor agregado da cadeia, por meio da industrialização, da transferência de tecnologia e da formação de capacidades, conforme suas necessidades nacionais.

Muito obrigado.

Pronunciamento do presidente Lula na segunda sessão do G7 sobre o tema: "Crescimento econômico e desequilíbrios globais."

Pronunciamento do presidente Lula na segunda sessão do G7 sobre o tema "Crescimento econômico e desequilíbrios globais", em Évian (França), em 17 de junho de 2026.

Publicado em 17/06/2026. Acesso: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2026/06/pronunciamento-do-presidente-lula-na-segunda-sessao-do-g7-sobre-o-tema-201ccrescimento-economico-e-desequilibrios-globais201d

Tenho dificuldade em fazer esse debate porque nós estamos entre dois mundos. Estamos num mundo em que os países altamente desenvolvidos têm uma preocupação com a competitividade e o crescimento da China. E no outro lado, outra parte do mundo está aguardando quem quer que seja que se apresente como parceiros comerciais e de investimento.

É preciso fazer as pessoas que não estão no mercado entrarem no mercado.

Na América Latina, temos milhões de pessoas que gostariam de entrar no mercado, mas não estão. Na África, há milhões de pessoas que querem entrar no mercado, mas não conseguem. Imagina que beleza um país como a Índia, de um bilhão e quatrocentos milhões de

consumidores. Quando uma parte desse mercado, digamos oitocentos milhões de pessoas, atingir um padrão médio de consumo, o efeito sobre a economia global será muito positivo.

Isso vai beneficiar a economia dos Estados Unidos, da Europa e de tantos outros países. É preciso olhar para o mundo.

A China se transformou em uma potência econômica e comercial por conta da ganância do capitalismo dos anos 80, que queria aumentar sua produção e queria mão de obra mais barata. E quantas empresas foram para a China? Quantas empresas da Europa? Quantas empresas dos Estados Unidos? Você não comprava nada que não fosse feito na China, ou feito no Vietnã. E esses países cresceram por seus méritos.

Acho que o Presidente Trump deveria aproveitar a condição de anfitrião do G20 este ano para fazer essa discussão, com a China ao redor da mesa. Precisamos discutir o que é preciso fazer para que a gente torne a economia global mais equilibrada e que todos possam participar de um mercado virtuoso que nós queremos criar.

Não adianta ficar aqui em volta dessa mesa reclamando da China. A Alemanha está pensando na China, a partir dos seu ponto de vista apenas. Os Estados Unidos e a França também.

Nós temos que sair dessa perspectiva individual e pensar os desequilíbrios globais como um todo. Quando é que nós vamos fazer 900 milhões de habitantes na África virarem consumidores? É quando eles receberem investimento necessário e interesse das indústrias dos países desenvolvidos. Se não, não vai acontecer. Não basta dizer que a África tem muitos jovens, porque esses jovens vão crescer pobres, vão virar adultos pobres e vão ficar à margem da sociedade, de mercado, da vida e consumo que existe no planeta hoje.

E o FMI, o Banco Mundial e a OCDE não têm a solução para esses problemas. O problema é político. A solução tem que estar nas nossas decisões.

Nesse ponto, meus amigos líderes da Europa e o Presidente Trump vão me desculpar, mas quando vocês não se apresentam como parceiros, deixam o espaço aberto para outros atores. E os chineses entram nesse espaço deixado pela omissão de vocês.

O comércio bilateral do Brasil com a Alemanha hoje é de 20 bilhões de dólares. Está assim há muito tempo. Nós temos 8 ou 9 bilhões com a Inglaterra, 10 bilhões de dólares com a França. Com a Itália também gira em torno dessa cifra.

Os Estados Unidos, por exemplo, já representaram 22% da balança comercial do Brasil. Depois da tarifação, os Estados Unidos só representam 9% das nossas exportações. Em contrapartida, nós temos um comércio que cresce com a América do Sul e avançou muito mais ainda com a China.

Quem é que se apresenta para fazer estrada no Brasil hoje, quando a gente faz licitação internacional? Não tem uma empresa francesa, não tem uma empresa alemã, não tem uma empresa espanhola. Quem se apresenta? Os chineses. Eu disse ao presidente Trump, na reunião que fizemos em Washington, que há muitos anos que uma empresa americana não se apresenta para participar de uma licitação no Brasil.

Então, o que nós estamos precisando é mudar de comportamento, é olhar além das nossas fronteiras, e saber que somente o desenvolvimento vai poder gerar aquilo que a gente deseja. Eu vou dar um número aqui. No ano passado, os gastos militares globais chegaram a 3 trilhões de dólares.

Ontem me assustou o depoimento do primeiro-ministro da Alemanha, meu amigo Merz, quando ele disse que seu país gastou 15 bilhões de euros com a guerra na Ucrânia. Esse dinheiro poderia estar sendo investido para desenvolver parceiros da Alemanha.

Então, precisamos mudar de atitude e reconhecer que só conseguiremos tirar a África da situação em que ela se encontra com base em mais investimento em educação, em formação profissional e qualificar a mão-de-obra. É isso que vai gerar o desenvolvimento. O que a China fez foi isso. Quantos milhões de engenheiros a China formou nos Estados Unidos?

Vamos aproveitar o século XXI e fazer coisas diferentes do que fizemos no século XX. É extremamente positivo ter a China e a Índia crescendo. São 2,8 bilhões de pessoas consumindo. Somando Brasil e Indonésia, seriam mais de 3 bilhões de pessoas. Eu quero que todos consumam. E quem tem que dar esse pontapé inicial são os países desenvolvidos.

Que tipo de investimento a gente tem que fazer? Ontem eu disse em nossa discussão que para uma empresa francesa ir para a África, ela vai precisar de encontrar lá mão de obra qualificada e mercado para seus produtos. Vai precisar de infraestrutura energética, marítima, ferroviária, para exportar os seus produtos.

Se não, ninguém vai para a África. Nós temos que mudar o discurso e mudar a nossa prática.

O Brasil, entre 1950 e 1980, cresceu em média 7% ao ano. E a pobreza não diminuiu. Nos anos 70, no auge do regime militar, o Brasil chegou a crescer 14% ao ano.

E no final da ditadura militar, o povo estava mais pobre. No meu governo, esse ano, nós estamos crescendo 3 anos consecutivos acima de 3%. Esse é um dos maiores crescimentos do mundo.

E com o crescimento de 3% ao ano, nós temos o menor desemprego da história do Brasil, a menor inflação acumulada em 4 anos da história do Brasil, a maior população economicamente ativa da história do Brasil e o maior crescimento da massa salarial da história do Brasil. E, pela segunda vez, tiramos o Brasil do Mapa da Fome.

Por que isso aconteceu? Porque nós conseguimos distribuir o pouco que a gente tem. Se as pessoas mais pobres não forem colocadas no orçamento dos Estados, não tem como acabar com a miséria.

É preciso, na hora que os Estados estão fazendo o orçamento, lembrar que dos mais pobres. Eles não são invisíveis. Eles existem. Eles trabalham. Eles querem sobreviver. Agora, se eles não tiverem condições e o Estado não promover, não vai acontecer nada.

Eu entendo as preocupações individuais que cada um de vocês possam ter, mas se a gente pensar no desenvolvimento global, a gente muda de comportamento. Eu não quero que ninguém fique pobre. Eu quero que os Estados Unidos continuem ricos, eu quero que a França continue rica, eu quero que o Canadá continue rico, mas os países do Sul Global precisam de oportunidades.

E eu vou querer ajuda de quem quiser me ajudar. O país que quiser trabalhar conosco, de acordo com as nossas necessidades, pode ficar certo que nós vamos fazer negócio.

Mas poucos países podem fazer isso. No governo passado, no Brasil, foram fechadas 4 refinarias e 3 fábricas de fertilizantes. Essas fábricas equivaliam a 40% da produção de ureia. Era mais barato importar, mas com a guerra na Ucrânia isso mudou. Agora estamos tentando reconstruir nossa capacidade produtiva.

Precisamos aprimorar nossas discussões para que a gente possa encontrar uma solução definitiva. Caso contrário, todo mundo briga e ninguém tem razão.

Todos reconhecemos que o mundo está em crise. A ONU está em crise. Temos aqui nesta sala três membros permanentes do Conselho de Segurança. Junto com China e Rússia, esses países, esses são os responsáveis por cuidar da paz no mundo. Há vários conflitos na África, no Irã e no Líbano. Temos que reunir o Conselho de Segurança e tomar uma decisão.

Vamos investir na paz. Chega de fazer guerra.

A geopolítica de hoje não é de 1945. É isso que nós temos que pensar.

Obrigado.

De que forma os BRICS podem contribuir nas negociações do Tratado de pandemias da OMS?

¿De qué manera pueden los BRICS contribuir a las negociaciones del Tratado sobre Pandemias de la OMS?

How can BRICS contribute to the negotiations of the WHO Pandemic Treaty?

Claudia Hoirisch

Aqueles que compartilham rapidamente patógenos perigosos devem poder confiar que as vacinas e os tratamentos resultantes desse compartilhamento também chegarão às suas populações.

Tedros Ghebreyesus, DG da OMS, em carta aberta aos líderes do BRICS, G7 e do G20 sobre a finalização do anexo sobre Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS), do Acordo sobre Pandemias da OMS

Resumo: Há 25% de chance de outra pandemia ocorrer na próxima década e historicamente, os países em desenvolvimento sempre enfrentam atrasos no acesso aos insumos de saúde. Lula e Tedros Adhanom divulgaram uma Carta na Cúpula do G7, na França, conclamando os líderes das maiores economias do mundo, incluindo o G7, o G20 e os BRICS a apoiarem a conclusão do Acordo da OMS sobre Pandemias cujo objetivo é evitar a repetição do caos internacional observado na resposta à pandemia de Covid-19. Negociado ao longo dos últimos cinco anos, o processo enfrenta um impasse: países ricos se recusam a flexibilizar suas posições sobre o compartilhamento de vacinas, mesmo depois do trauma causado pela recente pandemia. De um lado, países em desenvolvimento se comprometem a compartilhar amostras de vírus que tenham sido identificadas, mas querem garantias de acesso às doses que sejam desenvolvidas para garantir a proteção de suas populações. Os negociadores voltarão a se reunir entre os dias 6 e 17 de julho. Se chegarem a um acordo, será possível transformar as lições da pandemia de Covid-19 em mecanismos permanentes de preparação e resposta. Os países do BRICS podem contribuir de diversas maneiras ao unirem o peso geopolítico do Sul Global para exigir que o compartilhamento rápido de dados genéticos e biológicos garanta contrapartidas contratuais e transparentes em diagnósticos, vacinas e tratamentos.

Palavras-chave: BRICS; Acordo da OMS sobre Pandemias; Acesso a Patógenos e Partilha de Benefícios; PABS; Equidade; OMS; Equidade; Transferência de tecnologia; Advocacia; Diplomacia; Mecanismos de preparação e resposta.

Resumen: *Existe una probabilidad del 25 % de que se produzca otra pandemia en la próxima década, y, históricamente, los países en desarrollo siempre enfrentan retrasos en el acceso a suministros médicos. Lula y Tedros Adhanom publicaran una carta en la Cumbre del G7 en Francia, instando a los líderes de las mayores economías del mundo, incluyendo el G7, el G20 y los BRICS, a apoyar la conclusión del Acuerdo de la OMS sobre Pandemias, cuyo objetivo es evitar que se repita el caos internacional observado en la respuesta a la pandemia de Covid-19. El proceso, negociado durante los últimos cinco años, se encuentra en un punto muerto: los países*

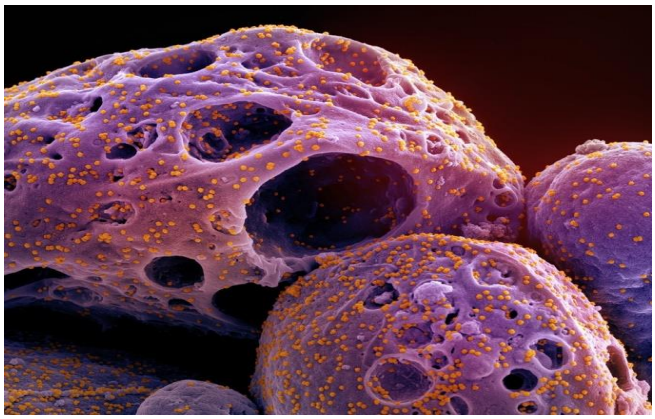
ricos se niegan a flexibilizar sus posturas sobre el intercambio de vacunas, incluso después del trauma causado por la reciente pandemia. Por otro lado, los países en desarrollo están comprometidos a compartir muestras de virus ya identificados, pero exigen garantías de acceso a dosis desarrolladas para asegurar la protección de sus poblaciones. Los negociadores se reunirán nuevamente entre el 6 y el 17 de julio. Si llegan a un acuerdo, será posible transformar las lecciones de la pandemia de Covid-19 en mecanismos permanentes de preparación y respuesta. Los países BRICS pueden contribuir de diversas maneras, aunando el peso geopolítico del Sur Global para exigir que el intercambio rápido de datos genéticos y biológicos garantice compensaciones contractuales transparentes en diagnósticos, vacunas y tratamientos.

Palabras clave: *BRICS; Acuerdo de la OMS sobre Pandemias; Sistema de Acceso a los Patógenos y Participación en los Beneficios; PABS; OMS; Equidad; Transferencia de tecnologia; Defensa política; Diplomacia; Mecanismos de preparación y respuesta.*

Abstract: *There is a 25% chance of another pandemic occurring in the next decade, and historically, developing countries always face delays in accessing health supplies. Lula and Tedros Adhanom released a letter at the G7 Summit in France, urging the leaders of the world's largest economies, including the G7, G20, and BRICS, to support the conclusion of the WHO Pandemic Agreement, whose objective is to prevent a repeat of the international chaos observed in the response to the Covid-19 pandemic. Negotiated over the past five years, the process faces an impasse: rich countries refuse to soften their positions on vaccine sharing, even after the trauma caused by the recent pandemic. On one side, developing countries are committed to sharing samples of viruses that have been identified, but want guarantees of access to doses that are developed to ensure the protection of their populations. Negotiators will meet again between July 6 and 17. If they reach an agreement, it will be possible to transform the lessons of the Covid-19 pandemic into permanent mechanisms for preparedness and response. The BRICS countries can contribute in various ways by uniting the geopolitical weight of the Global South to demand that the rapid sharing of genetic and biological data guarantees transparent contractual counterparts in diagnostics, vaccines, and treatments.*

Keywords*: BRICS; WHO Pandemic Agreement; Pathogen Access and Benefit Sharing; PABS; WHO; Equity; Technology transfer; Advocacy; Diplomacy; Preparedness and response mechanisms.*

Imagem 1 – A chance de a próxima pandemia ocorrer na década de 2030 é de 25%



Fonte: NIAID

A próxima pandemia não irá esperar: cientistas estimam que há 25% de chance de outra pandemia ocorrer na próxima década e historicamente, os países em desenvolvimento sempre enfrentam atrasos no acesso aos insumos de saúde.

Esse é um dos motivos pelos quais o presidente Lula divulgou uma Carta Aberta[1] na Cúpula do G7, dia 15/06 na França, conclamando os líderes das maiores economias do mundo, incluindo o G7, o G20 e os BRICS[2] a apoiarem a conclusão do Acordo Global sobre Pandemias, sobre como o mundo deve lidar com uma futura pandemia.[3] Na ocasião, dois líderes do BRICS estavam presentes, Modi e Al-Sisi do Egito, além de Lula. A carta foi assinada conjuntamente com o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom. O objetivo do acordo é evitar a repetição do caos internacional observado na resposta à pandemia de Covid-19.

Imagem 2 – Três BRICS no encontro do G7: Lula, Modi e Al-Sisi



Fonte: Foto oficial do G7

O Brasil preside as negociações sobre o anexo de Acesso a Patógenos e Partilha de Benefícios (PABS), etapa essencial para que os países possam ratificar e colocar o acordo, aprovado em 2025, em vigor. Ou seja, o mecanismo ainda a ser definido é a regulação do compartilhamento de patógenos com potencial pandêmico e a distribuição posterior dos benefícios gerados, como vacinas, testes e tratamentos.

Negociado ao longo dos últimos cinco anos, o processo enfrenta um impasse: países ricos se recusam a flexibilizar suas posições sobre o compartilhamento de vacinas, mesmo depois do trauma causado pela Covid-19. De um lado, países em desenvolvimento se comprometem a compartilhar amostras de vírus que tenham sido identificadas, mas querem garantias de acesso às doses que sejam desenvolvidas para garantir a proteção de suas populações.

[1]https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/copy_of_G7PABSAnnexport.pdf

[2] No critério de Paridade do Poder de Compra (PPC), o BRICS tem tamanho de US$ 63 trilhões e lidera, enquanto o G7 soma US$ 52 trilhões.

[3]https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2026/06/15/oms-e-lula-pedem-ao-g7-que-conclua-tratado-sobre-pandemias.ghtml

Os negociadores voltarão a se reunir entre os dias 6 e 17 de julho. Se chegarem a um acordo, será possível transformar as lições da pandemia de Covid-19 em mecanismos permanentes de preparação e resposta.

De que formas os BRICS podem contribuir para o sistema PABS?

Os países do BRICS podem contribuir ao unirem o peso geopolítico do Sul Global para exigir que o compartilhamento rápido de dados genéticos e biológicos garanta contrapartidas contratuais e transparentes em diagnósticos, vacinas e tratamentos.

Essa contribuição é fundamental nas negociações do Tratado de Pandemias da OMS e desdobra-se em três pilares:

1. **Garantia de equidade e contratos vinculantes**
   Historicamente, os países em desenvolvimento fornecem amostras de patógenos e dados genéticos, mas geralmente ficam no fim da fila no momento de receber os insumos de saúde desenvolvidos a partir dessas informações. Os BRICS podem exigir que o Tratado estabeleça regras vinculantes, como a obrigatoriedade de que os fabricantes destinem percentuais da produção real de vacinas e medicamentos para a OMS distribuir, com base na necessidade de saúde pública[4].

2. **Fortalecimento da capacidade produtiva local e transferência de tecnologia**
   Os países do BRICS possuem grande capacidade industrial e científica. Ao colaborarem entre si, os países membros podem estabelecer centros conjuntos de pesquisa e polos de transferência de tecnologia. Essa infraestrutura reduz a dependência global de alguns poucos países ricos e fortalece a soberania sanitária dos países em desenvolvimento[5].

3. **Advocacia política e diplomacia multilateral**

   Como potências emergentes, os membros do BRICS, especialmente sob lideranças regionais ativas como o Brasil, possuem um papel de liderança para assegurar que as demandas do Sul Global sejam ouvidas. A influência política conjunta é essencial para pressionar por consensos na rodada final de negociações do Anexo PABS, garantindo que o sistema de patógenos não seja excludente[6].

Capacidade Produtiva dos BRICS

A pandemia da Covid-19 mostrou a importância de sistemas de saúde resilientes, de desenvolvimento científico próprio e de uma produção farmacêutica bem estruturada.

O bloco possui algumas das maiores infraestruturas de fabricação de vacinas e medicamentos genéricos do mundo, fator que impulsiona suas exigências diplomáticas no Acordo sobre Pandemias.

A indústria farmacêutica **brasileira** é um dos setores mais robustos e estratégicos do país. Focada na produção de genéricos, similares e biotecnológicos, o mercado movimenta centenas de bilhões de reais anualmente. O Brasil se abastece de testes, imunobiológicos e medicamentos

[4]https://www.orfonline.org/research/brics-and-the-rewriting-of-global-health-diplomacy-in-a-post-us-era

[5] https://www.scielo.br/j/sdeb/a/MqzCJSkSThzSMVz36TccMZN/?lang=pt&format=html

[6]https://www.paho.org/en/news/17-6-2025-strengthening-cooperation-and-exchange-brics-countries-key-advance-priority-health

essenciais por meio de instituições públicas como Fiocruz e Butantan, que produzem para o Sistema Único de Saúde (SUS) e que por sua vez garante a compra de grandes volumes desses insumos. O país realiza programas amplos de vacinação gratuita e seus programas garantem acesso a medicamentos gratuitos ou subsidiados. Durante a Covid-19, o Brasil avançou na produção tecnológica de vacinas estabelecidas, como a CoronaVac[7] e a Fiocruz/AstraZeneca (Oxford)[8]. Em outubro de 2025, avançava para fase final de estudos clínicos da SpiN-TEC (criada pelo Centro de Tecnologia de Vacinas/UFMG em parceria com a Fundação Ezequiel Dias (Funed)), o primeiro imunizante 100% brasileiro.

Na **Rússia**, consolidou-se uma sólida escola científica nas áreas de virologia e epidemiologia. A indústria de vacinas na Rússia é impulsionada pelo forte investimento estatal em biotecnologia e colaborações internacionais. Sua capacidade produtiva engloba desde imunizantes tradicionais até respostas a emergências sanitárias. A Rússia desenvolveu três principais vacinas contra a Covid-19 durante a pandemia: Sputnik V/Sputnik Light (dose única da Sputnik), EpiVacCorona e CoviVac. O desenvolvimento da indústria farmacêutica nacional segue como uma das prioridades da política estatal: desde 2014, o país vem implementando programas de apoio ao setor, e em 2023 foi aprovada a estratégia "Pharma 2030"[9]. De acordo com suas metas, até o final da década, a participação de medicamentos de ciclo completo produzidos na Rússia no mercado interno deve se aproximar de 70%.

A **Índia** ocupa posição de liderança na produção de vacinas: empresas indianas fornecem cerca de 60% das vacinas para o Unicef e desempenham um papel importante no fornecimento de imunobiológicos acessíveis aos países em desenvolvimento. Desenvolveu e produziu três principais vacinas, Covaxin, ZyCov-D e Corbevax e um imunizante nasal contra a Covid-19, o iNCOVACC durante a pandemia. A Índia é o maior produtor e fornecedor mundial de medicamentos genéricos, respondendo por aproximadamente 20% da oferta global desses produtos.

A indústria de vacinas na **China** possui a maior capacidade de produção e é uma das mais avançadas do mundo devido a sua vasta base de P&D, caracteriza-se por um enorme mercado interno, forte autossuficiência regulada pelo Estado e um papel estratégico de liderança global na exportação de Ingredientes Farmacêuticos Ativos (IFAs) e produtos acabados. Desenvolveu diversos imunizantes contra a Covid-19, como a CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan; a Sinopharm (duas versões), Convidecia e Zifivax. Investe bilhões no desenvolvimento de medicamentos de nova geração contra gripe, tuberculose e dengue.

A **África do Sul** possui um dos setores farmacêuticos mais desenvolvidos do continente africano. Tem investido fortemente em centros de transferência de tecnologia (como o hub de mRNA da OMS) para se tornar autossuficiente na produção de imunizantes no continente africano. Apesar dos progressos, o setor ainda depende de importações, mas está em transformação após a Covid-19, com investimentos para aumentar a autonomia e a capacidade de produção no continente. O país esteve na vanguarda do desenvolvimento de uma candidata

[7] Embora a tecnologia da CoronaVac seja da biofarmacêutica chinesa Sinovac, o Instituto Butantan foi fundamental no desenvolvimento dos testes clínicos de Fase 3 no país e realizou a formulação, envase e produção em larga escala do imunizante em território nacional.

[8] A Fiocruz firmou um acordo de transferência de tecnologia com a Universidade de Oxford e a AstraZeneca. O Brasil dominou todo o processo de produção, incluindo a fabricação do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) nacional.

[9] https://publication.pravo.gov.ru/document/0001202306190013?index=1

à vacina de mRNA no continente africano, onde o projeto foi conduzido por um consórcio liderado pela empresa farmacêutica privada Afrigen Biologics[10] e apoiado pela OMS.

A indústria farmacêutica e de vacinas nos **Emirados Árabes Unidos** (EAU) é relativamente jovem, mas está crescendo rapidamente e se tornando um polo regional importante no Oriente Médio, com forte apoio do governo e estratégia de longo prazo. Os EAU avançaram muito após a Covid-19. Possui como capacidades atuais a produção e envase local, mantêm parcerias com empresas estrangeiras para transferência de tecnologia e participam em ensaios clínicos internacionais. Em comparação aos EUA e a Europa, a pesquisa básica ainda é limitada.

A indústria farmacêutica e de vacinas no **Egito** é uma das mais desenvolvidas da África e do Oriente Médio, mas ainda está em processo de transformação, especialmente após a pandemia de Covid-19, que acelerou as políticas de autonomia produtiva. Implementou a Estratégia Nacional para Localização da Fabricação de Vacinas do Egito (2024–2030) que é um plano governamental de autossuficiência e segurança sanitária, com o objetivo de transformar o país em um polo biotecnológico e de distribuição para todo o continente africano. O Egito pretende atingir a produção anual de 140 milhões de doses de vacinas e estabelecer exportações para mais de 60 países até 2030. Desenvolveu uma vacina própria contra a Covid-19, a Covi Vax, criada pelo Centro Nacional de Pesquisa do país. Está focada na produção de medicamentos genéricos e como limitação, possui alta dependência de insumos importados onde 85% são provenientes da China e Índia.

A indústria farmacêutica e de vacinas do **Irã** é uma das mais desenvolvidas da Ásia Ocidental, com forte foco em autossuficiência, biotecnologia e produção local, impulsionada principalmente por sanções internacionais que limitaram as importações. O Irã possui mais de 170 fábricas farmacêuticas ativas, produzindo desde medicamentos comuns até biotecnológicos e vacinas com destaque para grupos públicos e privados. O país produz cerca de 90%–97% dos medicamentos consumidos internamente. O setor de vacinas iraniano tem mais de 100 anos de história e as instituições-chave são o Instituto Pasteur do Irã (1920) e o Instituto Razi (1924) que desenvolvem pesquisa biomédica e atuam como base do sistema público de saúde. Durante a Covid desenvolveu várias vacinas próprias (ex.: COVIran Barekat, FakhraVac), produziu localmente a vacina russa Sputnik V em parceria com a empresa Actoverco e criou colaborações internacionais (ex.: Cuba – vacina PasteuCoVac).

Considerações finais

A lógica fundamental do PABS é equilibrar o acesso. Países que identificam e compartilham rapidamente sequências genéticas de novos vírus precisam ter garantias de que suas indústrias locais receberão transferências de tecnologia, licenciamentos não exclusivos e suprimentos a preços acessíveis para produzir os insumos necessários[11].

A estrutura do acordo prevê que fabricantes participantes forneçam 20% da sua produção em tempo real para a OMS. Pelo menos metade dessa cota deve ser direcionada como doação ou a preços acessíveis para países em desenvolvimento e de baixa renda, beneficiando o próprio bloco e os países do Sul Global[12].

[10] Embora seu capital seja privado, opera com forte apoio financeiro e estratégico de organizações públicas e internacionais, como o *Industrial Development Corporation* (IDC) da África do Sul e a OMS.
[11] https://www.who.int/health-topics/who-pandemic-agreement – tab=tab_1
[12] https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC12982117/

A pandemia mostrou que nenhum país consegue proteger sua população isoladamente diante de ameaças infecciosas globais. Ao defender a cooperação, o compartilhamento científico e distribuição justa de benefícios, a Carta aos Líderes propõe uma mudança de paradigma da resposta emergencial para a prevenção, da competição para a cooperação, e da desigualdade para a segurança coletiva[13].

[13] https://www.rets.epsjv.fiocruz.br/noticias/acordo-pandemico-da-oms-cooperacao-equidade-e-soberania-no-centro-da-nova-arquitetura

Brasil e Índia: duas vias para a soberania sanitária[1]

Brasil e India: Dos caminos hacia la soberanía sanitária

Brazil and India: Two Paths to Health Sovereignty

Reinaldo Guimarães[2]

Um artigo recente publicado no jornal digital *JOTA* faz uma análise crítica à proposta do Ministério da Saúde (MS) expressa no PL 2583/2020, ora tramitando no Congresso. A iniciativa do ministério respondeu a uma recomendação da Advocacia Geral da União com vistas a fortalecer a segurança jurídica da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Essa política vem orientando a relação do SUS com o Complexo Industrial da Saúde desde 2008 e atualmente compõe a missão 2 da política industrial brasileira, a Nova Indústria Brasil.

A atuação do MS nos 17 anos em que essa política vem se desenvolvendo não é imune a críticas que, de resto, têm sido feitas por grupos governamentais (IPEA, por exemplo) e acadêmicos (UFRJ, por exemplo) e que têm tido a virtude de procurar aperfeiçoá-la. Vale observar que entre 2017 e 2022 a política foi bastante prejudicada, chegando mesmo a ser paralisada com a extinção do departamento que a gerenciava e do principal colegiado que orientava o diálogo entre o MS e os demais atores que dela participavam. Mas, a despeito de tudo, ouso apontar um vetor permanente desse processo de aperfeiçoamento que foi o de sua institucionalização. Sua atual presença na NIB expressa isso com clareza.

No artigo que aqui comento são elencadas várias críticas ao PL que, essencialmente, dizem respeito às relações das empresas farmacêuticas de capital estrangeiro no Brasil com a PDP e, por outro lado, o lugar dos laboratórios oficiais nessa política. Com maior precisão, críticas ao modo leniente como as empresas multinacionais são recebidas na política e a subestimação do papel da rede de laboratórios oficiais na mesma.

Nos primeiros anos em que a PDP se desenvolveu, a ferramenta que a fazia funcionar, as Parcerias de Desenvolvimento Produtivo, envolviam exclusivamente empresas privadas de capital nacional e laboratórios oficiais. Em 2012 foi dado um passo importante no processo de melhoria de sua institucionalidade. Por determinação dos órgãos de controle do governo federal, houve a necessidade de levar em conta na PDP o dispositivo constante na Emenda Constitucional nº 6, de 1995 (Governo FHC), que revogou o artigo 171 da Constituição de 1988. Essa emenda eliminou a distinção constitucional entre "empresa brasileira" e "empresa brasileira de capital nacional". Daí, as empresas multinacionais entraram nas parcerias.

Na minuta atual do PL 2583/2020 está presente uma não diferenciação entre as empresas farmacêuticas de capital nacional e as multinacionais na constituição do elenco de "empresas estratégicas de saúde" (EES). Penso que deveriam estar mais claros no texto do PL alguns critérios de diferenciação de modo a reforçar o papel das empresas de capital nacional. Mas eu entendo que esses critérios mais nítidos poderão (e na minha opinião, deveriam) estar presentes nos debates congressuais que imagino que vão ocorrer. E no caso desse ponto de vista

[1] Publicado originalmente no site *Outras Palavras / Outra Saúde*, em 17/06/2026. Acesso: Brasil e Índia: duas vias para a soberania sanitária | Outras Palavras.

[2] RG é professor e pesquisador do Instituto de Medicina Social da UERJ.

ser derrotado no Congresso Nacional, poderá ainda (e espero que venha a ser) estar no decreto que regulamentará a lei, caso o PL vire lei.

O outro ponto abordado no artigo que comento diz respeito a uma subestimação do papel dos laboratórios oficiais na PDP. Penso que é necessário contextualizar realisticamente esse papel. A rede de laboratórios oficiais reunidos na Associação dos Laboratórios Oficiais do Brasil (ALFOB) vem cumprindo um papel relevante no apoio a uma trajetória de aumento da capacitação tecnológica e produtiva de seus 24 associados, produtores de medicamentos (a maioria deles) e vacinas. A despeito do esforço, é necessário reconhecer a existência de grandes diferenças entre eles no que se refere à atual condição dessas capacidades.



Foto: The Financial World (India)

A experiência indiana

Não tem sido incomum no debate sobre o Complexo Econômico-Industrial da Saúde comparações sobre as semelhanças e diferenças das trajetórias do Brasil e da Índia. A "farmácia do mundo", que é como a Índia vem sendo apelidada nos últimos anos, quase sempre é apresentada como um exemplo a ser seguido pelo Brasil, o que em algumas dimensões me parece correto. No entanto, pondero que essas comparações devem ser matizadas, pois há diferenças imensas entre suas história, geografia e população, bem como sua cultura e sua realidade política. As comparações devem ser lidas com cuidado, sempre levando em conta essas diferenças.

Em números redondos e estimados*, os mercados de medicamentos e vacinas na Índia valem atualmente, respectivamente US$ 60 bilhões e US$ 2,7 bilhões. Os valores correspondentes no Brasil são US$ 30 bilhões e US$ 2 bilhões. Os valores per capita desses mercados são, para o Brasil, US$ 143 em medicamentos e US$ 13 para vacinas. Na Índia são, respectivamente US$ 41 e US$ 1,8 conforme a tabela abaixo.

	Medicamentos (US$ bilhões)	Per capita(US$)	Vacinas(US$ bilhões)	Per capita(US$)
Brasil	30,0	143,0	2,0	13,0
Índia	60,0	41,0	2,7	1,8

Além dos valores brutos, a diferença fundamental entre Brasil e Índia na composição desses mercados é o destino da produção. Na Índia, entre 50 e 55% da produção local é exportada, enquanto no Brasil nossa exportação é, ainda e infelizmente, marginal. A indústria brasileira de capital nacional neste século se estruturou no atendimento das necessidades autóctones, inspirada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e com um grande peso nas suas compras. Não há nada parecido com o SUS na Índia. Em 2017 aquele país construiu um sistema público inspirado na proposta da *Universal Coverage* defendida pela OMS em 2005. Quase totalmente atenção primária, mix de recursos públicos e privados (seguro saúde) e com maior penetração nas grandes cidades. As práticas que por aqui chamamos de integrativas e complementares têm ainda um peso muito maior na Índia (medicina Ayurvédica e outras vertentes sancionadas culturalmente), principalmente no interior.

Atualmente (2025), na Índia, cerca de 85% do mercado em valor e cerca de 90% em unidades farmacêuticas provêm de empresas indianas. Algumas empresas multinacionais fizeram *joint ventures* com empresas de capital indiano. No Brasil, em valor, a participação das empresas de capital nacional é de 58%. Em unidades farmacêuticas, o número correspondente é de cerca de 80%.

O papel dos laboratórios públicos na Índia é ínfimo, tendendo à extinção. Aqueles vinculados ao governo central, ou foram extintos ou estão em vias de sê-lo. Existem alguns vinculados aos estados, onde as práticas culturalmente sancionadas têm presença mais forte. Há uma exceção importante no estado de Kerala que durante várias décadas foi governado por um partido socialista de orientação marxista. No entanto, em 2026, perdeu as eleições para um partido social-democrata de centro-esquerda. Atualmente a produção pública de medicamentos na Índia em unidades farmacêuticas ocupa cerca de 2% do mercado. Em valor, cerca da metade disso. No Brasil, a cifra correspondente em valor é de cerca de 4,5%.

Mas a maior distinção entre as políticas industriais voltadas a medicamentos e vacinas no Brasil e na Índia está fora do ambiente estritamente industrial. Ela reside no campo regulatório, mais especificamente na política de propriedade intelectual (PI). A trajetória da regulação da PI na Índia se desenvolveu ao longo das transformações decorrentes da sua independência do império britânico, em 1947. A primeira lei indiana data de 1970 e deixou de reconhecer patentes de produtos farmacêuticos. Apenas processos continuavam protegidos e a exclusividade durava no máximo sete anos; em outros termos, qualquer um poderia produzir um medicamento protegido por patente desde que obtido por um processo diferente.

Entre 1970 e 1994, quando foi inaugurada a Organização Mundial do Comércio (OMC) e assinado o acordo Trips, a indústria indiana de princípios ativos e de genéricos cresceu exponencialmente. Depois do Trips, a Índia aproveitou integralmente o período de graça de 10 anos e só em 2005 ajustou a sua lei de patentes às regras da Trips. Foram, portanto, 35 anos (1970 -2005) de uma política industrial voltada a medicamentos, vacinas e princípios ativos sob um espírito de desenvolvimento tecnológico com produção local (mas não com ampliação de acesso). Essa adesão ao Trips não foi capaz de comover a justiça da Índia, que deu ganho de causa aos oponentes da extensão de patentes, atuou contra a exclusividade de dados e apoiou o licenciamento compulsório de um medicamento em 2012 (Sorafenib, Bayer). Essa duradoura orientação político-jurídica da Índia levou a sua inclusão na *Priority Watch List* do Escritório de Representação Comercial dos Estados Unidos (USTR), cujo objetivo é penalizar os países que não cumprem integralmente as regras de Trips. Entretanto, isso não parece ser suficiente para uma alteração importante dessa altiva trajetória.

Os percalços de ser um *late late-comer*

No Brasil o caminho não poderia ter sido mais oposto ao indiano. Até 1995 o país também não reconhecia patentes de medicamentos. Aderiu à OMC e apenas dois anos depois aprovou uma lei de patentes que adotou todas as amarras da Trips e mais algumas chamadas Trips-plus. Além disso, com a exceção do licenciamento compulsório do antirretroviral Efavirenz em 2007, os tribunais brasileiros têm tido uma posição fortemente inclinada às empresas multinacionais de medicamentos. No meu ponto de vista, essa disposição dos tribunais brasileiros, tendo à frente o Supremo Tribunal Federal, vem contribuindo para dificultar o controle da epidemia de judicializações que começou em 1995 e não para de crescer. Vale ainda notar que na Índia não há um fenômeno similar porque lá não há esse grande comprador público de medicamentos e vacinas que entre nós é o SUS.

Essa abordagem comparada das trajetórias da Índia e do Brasil no campo regulatório me parece mais promissora para um posicionamento político em relação à defesa do desenvolvimento tecnológico e da produção locais para a ampliação do acesso relacionado a medicamentos e vacinas. No âmbito do poder executivo, nossa política de PI é formulada por um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e executada por uma agência federal que é o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Na minha visão, o órgão formulador, o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI) é inteiramente penetrado por representantes de proprietários de patentes e nele a representação governamental costuma ser de nível hierárquico muito baixo para a relevância da política que lhe cabe formular.

Na Índia, a PI está sob a responsabilidade do Conselho Nacional sobre Propriedade Intelectual, subordinado ao Ministério para Promoção da Indústria e Comércio Interno. Na China, as grandes linhas da política de PI estão a cargo de seu Conselho de Estado que se reporta ao Comitê Central do Partido Comunista. Na Coreia do Sul a formulação das estratégias está sob a responsabilidade do Conselho Presidencial de Propriedade Intelectual (PCIP) em nível de ministério e que responde ao Presidente da República. No Japão a formulação da política está a cargo de um órgão chamado de Sede Estratégica para a Propriedade Intelectual, presidida pelo primeiro ministro do país.

Estes são exemplos de instâncias formuladoras das políticas nacionais de PI em países chamados de *late-comers* e *lat- late-comers*, que é onde está o Brasil. Quando comparamos com a nossa frágil estrutura de formulação, pode-se notar o tamanho do nosso problema. E não devemos esquecer que medicamentos e vacinas estão em segundo lugar nas disputas judiciais mundiais sobre patentes, sendo superadas apenas pelo campo das tecnologias de informação e comunicação.

A América Latina se inclina para a direita em meio a protestos, polarização e pressão da Casa Branca

América Latina gira hacia la derecha en el medio de protestas, polarización y la presión de la Casa Blanca

Latin America shifts to the right amid protests, polarization, and pressure from the White House

Sebastián Tobar e Sâmia de Brito

Resumo: O relatório aborda a situação política na região nas últimas duas semanas, caracterizando-a como um período em que política, economia e saúde estão interligadas por um único desafio: restaurar a confiança e a capacidade de resposta do Estado. O relatório analisa os principais eventos políticos na América Latina, destacando as vitórias da direita na Colômbia e no Peru e uma mudança significativa na região em direção a políticas mais conservadoras, o que está aumentando a polarização. As tensões sociais e a agitação persistem em muitos países, incluindo Argentina, Bolívia, Equador e Haiti, enquanto os Estados Unidos continuam a expandir sua influência em muitos países por meio de uma estratégia de segurança focada no combate ao narcotráfico e pressões tarifárias. No seguimento das organizações regionais, destacamos os resultados os resultados da Reunião de Ministros da Saúde do MERCOSUL, sob a presidência do Paraguai; o Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou da Reunião Extraordinária de Ministros de Saúde da Região Andina; a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou em eventos sobre malária e ações de vigilância e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) recebeu a visita do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva.

Palavras-chave: América Latina; eleições na América Latina; Mercosul e Saúde

Resumen: *Este informe analiza la situación política en la región durante las últimas semanas, caracterizándola como un periodo en el que la política, la economía y la salud se interconectan por un desafío común: restaurar la confianza y la capacidad de respuesta del Estado. El informe analiza los principales acontecimientos políticos en América Latina, destacando las victorias de la derecha en Colombia y Perú y un giro significativo en la región hacia políticas más conservadoras, es decir, una creciente polarización. Persisten las tensiones sociales y la inestabilidad en muchos países, entre ellos Argentina, Bolivia, Ecuador y Haití, mientras que Estados Unidos continúa expandiendo su influencia en numerosos países mediante una estrategia de seguridad centrada en la lucha contra el narcotráfico y las presiones arancelarias. En lo que respecta a las organizaciones regionales, destacamos los resultados de la Reunión de Ministros de Salud del MERCOSUR, presidida por Paraguay; el Organismo Andino de Salud Convenio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participó en la Reunión Extraordinaria de Ministros de Salud de la Región Andina; la Secretaría Ejecutiva del Consejo de Ministros de Salud de Centroamérica (COMISCA) participó en eventos sobre la malaria y las medidas de vigilancia, y la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA) recibió la visita del presidente brasileño Luiz Inácio Lula da Silva*

Palabras clave: *Latino América; elecciones en América Latina; Mercosur y salud*

Abstract: *This report addresses the political situation in the region in recent weeks, characterizing it as a period in which politics, economics, and health are interconnected by a single challenge: restoring the State's trust and responsiveness. The report analyzes the main political events in Latin America, highlighting the victories of the right in Colombia and Peru and a significant shift in the region towards more conservative policies, i.e., increasing polarization. Social tensions and unrest persist in many countries, including Argentina, Bolivia, Ecuador, and Haiti, while the United States continues to expand its influence in many countries through a security strategy focused on combating drug trafficking and tariff pressures. With regard to regional organizations, we highlight the outcomes of the MERCOSUR Meeting of Health Ministers, chaired by Paraguay; the Andean Health Organization—Hipólito Unanue Agreement (ORAS-Conhu) participated in the Extraordinary Meeting of Health Ministers of the Andean Region; the Executive Secretariat of the Central American Council of Health Ministers (COMISCA) participated in events on malaria and surveillance measures, and the Amazon Cooperation Treaty Organization (OTCA) received a visit from Brazilian President Luiz Inácio Lula da Silva*

Keywords: *Latin America, elections in Latin America, Mercosur, and Health*

Apresentação

Nas últimas duas semanas, a direita continuou a ganhar terreno nas eleições presidenciais num contexto em que a polarização política se aprofunda e, embora alguns países tenham conseguido reduzir a inflação, persiste a percepção de preços elevados e perda do poder de compra. Situações de violência urbana, crime organizado e narcotráfico são uma grande preocupação na América Latina, uma das regiões mais desiguais do mundo, que, como já mencionamos nestas Notas, vive um crescimento econômico moderado. A migração intrarregional e a migração da região para países desenvolvidos continuam num contexto em que muitos países de acolhimento criminalizam os deslocados internos.

Vamos examinar brevemente a 'aquarela política latino-americana'.

Argentina: Protestos, Mobilizações e Luto

Na Argentina a ***Federações de professores convocam greve nacional para exigir a implementação da Lei de Financiamento Universitário***. Esta semana, o Sindicato dos Professores da Universidade de Buenos Aires (AGD-UBA) e a CONADU[1] Histórica convocaram uma nova greve universitária que começará nesta terça-feira, dia 16, e se estenderá até sábado, dia 20. A greve ocorre após o governo Milei, o Conselho Interuniversitário Nacional (CIN) e outras federações terem assinado um acordo na semana passada estabelecendo um aumento de 21,3% em junho e de 3% em setembro, além de dotações orçamentárias adicionais e verbas para hospitais universitários[2].

A perda do poder de compra dos professores universitários foi muito significativa na Argentina desde o final de 2023. As estimativas variam dependendo da fonte e do período exato, mas calcula-se uma perda real entre 32% e 37% do salário, comparando novembro/dezembro de 2023 com o presente.

[1] A CONADU é a Federação Nacional que reúne Associações de Professores, Pesquisadores, Criadores e Artistas das Universidades Nacionais da Argentina: https://conaduhistorica.org.ar/

[2] https://www.pagina12.com.ar/2026/06/15/nueva-semana-de-paro-por-el-cumplimiento-de-la-ley-de-financiamiento-universitario/

Professores universitários apontam que o acordo firmado pelo governo com as universidades "*tenta pôr fim ao conflito universitário atacando nossas finanças e bolsas de estudo para os alunos*".

Um ano após a prisão e o confinamento domiciliar da ex-presidente ***Cristina Fernández de Kirchner***, o grupo kirchnerista "La Cámpora" convocou uma manifestação no Parque Lezama para ***exigir sua libertação***.

Milhares de ativistas se reuniram no local; o discurso principal foi proferido por Máximo Kirchner, filho da ex-presidenta sob a mensagem "***Banderazo por Argentina. Por Cristina***[3]". Uma pesquisa de opinião recente realizada pela empresa Trend Consulting indica que Máximo Kirchner tem o maior índice de rejeição eleitoral, com 65% dos entrevistados afirmando que "*nunca votariam nele*[4]*".*

Mas a vindicação de Cristina não vem apenas de seu filho; o peronismo parece pronto para consolidar sua oposição ao governo de Milei. O deputado nacional Miguel Pichetto, membro da ala direita peronista e candidato a vice-presidente de Mauricio Macri nas últimas eleições presidenciais, apresentou uma proposta, após seu encontro com Cristina, para que o Congresso anule a sentença de seis anos de prisão e a proibição vitalícia de ocupar cargos públicos imposta a ex-presidenta.

Pichetto lançou a proposta, que foi acolhida pelo kirchnerismo, em uma reunião da Comissão de Direitos Humanos dos Deputados, no aniversário de um ano da confirmação da sentença pelo Supremo Tribunal[5].

Enquanto isso, milhares de argentinos se *despediram de Taty Almeida, presidente da Linha Fundadora das Mães da Praça de Maio* e incansável defensora dos direitos humanos[6]. Lidia Estela Mercedes Miy Uranga, conhecida como "*Taty*", é a mãe de Alejandro Almeida, que foi detido e desapareceu em 17 de junho de 1975, durante o governo de Isabel Perón. Alejandro foi uma das vítimas da Triple A (Aliança Anticomunista Argentina). Ele nasceu em 28 de junho de 1930, na cidade de Buenos Aires. Casou-se com Jorge Almeida, com quem teve três filhos: Jorge, Alejandro e María Fabiana.

Almeida tinha 95 anos e era reconhecido como um dos principais organizadores da busca por pessoas desaparecidas durante a última ditadura civil-militar na Argentina.

Bolívia: O governo convoca a Central Sindical dos Trabalhadores da Bolívia após mais de 45 dias de protestos e assina um acordo de paz

O atual governo de Rodrigo Paz, na Bolívia, atravessa uma grave crise política, social e econômica, com protestos em massa, bloqueios de estradas e escassez de alimentos, combustível e medicamentos, além de pressões internas e externas.

---

[3] https://www.lanueva.com/nota/2026-6-20-19-46-0-banderazo-en-parque-lezama-para-exigir-la-liberacion-de-cristina-kirchner

[4] https://www.clarin.com/politica/votaria-nueva-encuesta-midio-rechazo-electoral-maximo-kirchner-batio-record_0_kpoufEGeIY.html

[5] https://www.clarin.com/politica/cristina-candidata-k-pichetto-proponen-anularle-condena-kicillof-dudan_0_spaZGIF848.html

[6] https://www.pagina12.com.ar/2026/06/20/el-emotivo-recuerdo-de-taty-almeida-por-part-de-su-hija-eligio-vivir-y-morir-asi-poniendo-el-cuerpo/

O governo convidou a Central Sindical Boliviana (COB) para negociações. A proposta do Executivo foi estruturada em torno de oito áreas temáticas com o objetivo de orientar o diálogo e abordar diversas preocupações levantadas pela organização representativa dos trabalhadores.

Os pontos incluídos na contraproposta são: direitos humanos; cumprimento de compromissos e fiscalização social; soberania econômica e defesa das empresas públicas; transparência, auditoria e investigação soberana; política de hidrocarbonetos; democracia participativa; cesta básica, direitos trabalhistas e seguridade social; e meio ambiente.

Por sua vez, a Central Operária Boliviana (COB) apresentou uma proposta composta por oito pontos- chave para enfrentar a crise que o país enfrenta. A agenda foi entregue nesta terça-feira pelo secretário-executivo da organização, Mario Argollo, que afirmou que o documento foi elaborado em consulta com diversos setores sociais e trabalhistas[7].

Entre as principais propostas estão:

- Garantias para o exercício do direito de protesto.
- Não criminalização dos protestos e não aplicação de sanções contra os participantes das manifestações.
- Cumprimento dos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.
- Defesa da soberania econômica e das empresas públicas.
- Transparência e fiscalização em casos relacionados a supostos casos de corrupção e narcotráfico.
- Manutenção dos preços dos combustíveis.
- Consulta obrigatória aos setores sociais antes da implementação de medidas macroeconômicas.
- Proteção do poder de compra da população, atendimento às reivindicações salariais e defesa das áreas protegidas.

O presidente boliviano Rodrigo Paz e a Central Operária Boliviana (COB) assinaram um acordo na sexta-feira, 19 de junho, para "pacificar" o país após sete semanas de agitação social, embora sindicatos camponeses e setores ligados ao ex-presidente Evo Morales continuem bloqueando estradas e exigindo a renúncia do presidente. Segundo relatos após a reunião, o pacto estipula o levantamento imediato dos bloqueios em troca de compromissos concretos do governo.

Um documento foi assinado entre o governo e Mario Argollo, principal representante da COB (Central Operária Boliviana), após uma reunião privada entre líderes sindicais e cinco ministros. "*A partir deste momento, os protestos em todo o país estão suspensos, com o compromisso do governo de cumprir imediatamente tudo o que foi acordado*", declarou Argollo ao sair da reunião, em comunicado divulgado pela imprensa presente.

Entre os acordos, está estabelecido um prazo de 90 dias para o cumprimento dos compromissos oficiais, a formação de grupos de trabalho e a libertação dos detidos durante os

[7] https://www.reduno.com.bo/noticias/gobierno-plantea-contrapropuesta-a-la-cob-en-busca-de-una-salida-a-los-bloqueos-2026617115937

protestos, uma das principais reivindicações da COB para que se sentasse à mesa de negociações.

Outra frente que permanece em conflito é com a Federação Departamental de Camponeses e grupos ligados ao ex-presidente Evo Morales, que afirmam que manterão os bloqueios iniciados em 6 de maio e descartam qualquer aproximação com o Governo, insistindo na renúncia de Paz e rejeitando o caminho do diálogo[8].

Os presidentes do Brasil e do México, Claudia Sheinbaum e Lula da Silva, rejeitam a interferência estrangeira em suas políticas nacionais em meio às crescentes tensões com os Estados Unidos.

Em um momento de crescente tensão na região com os Estados Unidos, a presidente mexicana Claudia Sheinbaum e o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva realizaram uma videoconferência de 40 minutos para refletir sobre a defesa da soberania, a rejeição da intervenção estrangeira e alinhar suas posições sobre não interferência, respeito ao direito internacional e autonomia das nações latino-americanas, em uma mensagem clara dirigida a Donald Trump e a diversos setores políticos e judiciais dos EUA.

Como relatamos nestes Cadernos, estamos vivendo um período de grande atrito geopolítico, e os líderes das duas maiores economias da América Latina: Brasil e México, decidiram fortalecer sua coordenação política diante do que consideram pressões externas sobre seus assuntos internos. Mais do que uma mera formalidade, o encontro representou uma reaproximação estratégica diante de desafios comuns no comércio, na diplomacia e na segurança, em um cenário regional em que a região parece estar se deslocando para a direita e se aproximando timidamente de se tornar o "quintal da Casa Branca".

A conversa entre Sheinbaum e Lula ocorre num contexto internacional cada vez mais complexo, onde o multilateralismo enfrenta desafios crescentes. Tanto Lula quanto Sheinbaum expressaram seu apoio ao multilateralismo, ao direito internacional, à democracia e ao princípio da não intervenção, especialmente no atual contexto global complexo.

Lula e Sheinbaum também criticaram a interferência estrangeira em Cuba: "*Os dois líderes reafirmaram seu apoio ao fim do embargo contra Cuba e compartilharam sua preocupação com a grave situação humanitária no país caribenho.*"

A conversa também abordou a cooperação energética, incluindo a colaboração em biocombustíveis, culminando na assinatura de um acordo entre a Pemex e a Petrobras[9].

---

[8] https://www.infobae.com/america/america-latina/2026/06/20/el-gobierno-de-bolivia-y-la-central-sindical-llegaron-a-acuerdo-tras-mas-de-siete-semanas-de-crisis-por-los-bloqueos/

[9] Sheinbaum impulsiona a ideia de avançar com um acordo com a petrolífera brasileira Petrobras para aproveitar a experiência e a tecnologia da empresa na exploração de águas profundas e ultraprofundas, áreas em que é considerada líder mundial. O acordo proposto envolveria inicialmente pesquisa e desenvolvimento tecnológico conjuntos, com a possibilidade de progredir para uma fase de produção conjunta em campos selecionados no Golfo do México. Com este acordo, a Pemex busca fortalecer sua capacidade técnica e operacional em um setor estratégico para a economia nacional. O presidente enfatizou que a colaboração internacional pode abrir novas oportunidades para o desenvolvimento energético do México e posicionar o país como um ator-chave na produção de petróleo em águas profundas. https://www.infobae.com/mexico/2026/06/11/pemex-alista-firma-de-acuerdo-con-petrobras-para-explotacion-mixta-anuncia-sheinbaum-tras-llamada-con-lula-da-silva/

> *Concordamos também em aprofundar as discussões sobre o marco jurídico bilateral para o comércio; reconhecemos os progressos alcançados na colaboração em saúde, turismo, governança pública e ações para fortalecer os setores de ciência e tecnologia.*

Sheinbaum e Lula reafirmaram o apoio do México e do Brasil à candidatura de Michelle Bachelet ao cargo de Secretária-Geral das Nações Unidas (ONU)[10].

Vale lembrar que o México enfrenta diversos pontos de tensão com as instituições americanas[11]. A Procuradoria-Geral de Nova York acusou o governador de Sinaloa, Rubén Rocha Moya, de ter ligações com o narcotráfico. O governo mexicano declarou que esse tipo de ação levanta questionamentos sobre os limites entre a cooperação bilateral e a intervenção em assuntos que são de competência das autoridades nacionais. Soma-se a isso a controvérsia gerada por relatos relacionados a operações de inteligência americanas em território mexicano, questão que aumentou a sensibilidade da relação bilateral em matéria de segurança. A posição do México permanece a mesma: cooperação, sim, mas sem ações unilaterais que violem a soberania nacional.

Vitória do candidato de direita na Colômbia

Com 49,65% dos votos no segundo turno, *Abelardo de la Espriella*, líder do movimento *Defensores da Pátria*, venceu a eleição presidencial colombiana e deverá tomar posse no próximo dia 8 de agosto deste ano.

Com uma margem de vitória apertada, o presidente eleito iniciou seu discurso dizendo: "*Colômbia, eis o seu 'Tigre', Colômbia, eis o seu presidente…"*

Diante de uma diferença mínima de apenas 250.830 votos, o candidato de esquerda Iván Cepeda afirmou que reconhecem a contagem preliminar, embora tenha indicado que advogados já estão contestando os resultados em 33.000 seções eleitorais em todo o país. "*Reconhecemos a contagem preliminar realizada no domingo, 21 de junho de 2026, como dados que ainda não são oficiais ou vinculativos. Reconhecemos seu resultado inicial, mas também devemos informar que nosso grupo de observadores — dezenas de milhares de advogados — está procedendo à contestação de 33.000 seções eleitorais em todo o país*", declarou Iván Cepeda.

De la Espriella é o fundador, há onze meses, do movimento *Defensores da Pátria*[12], que coroa, em sua primeira tentativa, uma ascensão política vertiginosa, já que, de uma carreira profissional bem-sucedida e questionada como advogado criminalista, sem qualquer experiência no governo, ele se torna o presidente eleito da Colômbia.

Assim como Daniel Noboa[13], do Equador, Abelardo de la Espriella é cidadão americano[14], admirador de Donald Trump e doador do Partido Republicano. Seu currículo inclui também sua

---

[10] https://www.jornada.com.mx/noticia/2026/06/10/politica/sheinbaum-habla-por-telefono-con-lula-reafirman-cooperacion-y-ratifican-agenda-energetica

[11] https://www.debate.com.mx/amp/politica/soberania-vs-intervencion-sheinbaum-y-lula-lanzan-mensaje-entre-lineas-a-donald-trump-20260610-0238.html

[12] De la Espriella criou seu movimento em julho de 2025 e registrou sua candidatura à Presidência com o único objetivo de impedir a continuidade no poder da esquerda de Petro e de seu sucessor, Iván Cepeda. A imprensa o apelidou de Milei colombiano, já que ele segue a mesma linha do presidente argentino.

[13] https://ecuadorchequea.com/noboa-nacio-en-estados-unidos-y-tiene-doble-nacionalidad/

[14] https://www.pulzo.com/nacion/abelardo-espriella-recibio-ciudadania-estadounidense-PP2646596

participação, há 20 anos, nas negociações de paz entre o governo de Álvaro Uribe (2002-2010) e as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), por meio da Fundação Iniciativas para a Paz (Fipaz) e acumulou sua fortuna como advogado de defesa de clientes controversos, como o empresário colombiano-venezuelano Alex Saab, atualmente detido nos EUA, e David Murcia Guzmán, o mentor do maior esquema de pirâmide da Colômbia.

De la Espriella promete à Colômbia uma "*nação milagrosa*", como a Coreia do Sul ou a Irlanda, e um país de empreendedores. Seu plano de governo inclui um plano de treze pontos de "*milagres"* para segurança, saúde, educação, agricultura, meio ambiente, cultura, mulheres, bem-estar animal, setor de mineração e energia e combate à corrupção. Destaca-se uma proposta para "*gerar uma política abrangente de bem-estar animal*" que não se limite a "prevenir danos" aos animais; uma *posição contrária à adoção por casais homossexuais* e uma *proposta para "proteger" as mulheres*, que ele acredita estarem atualmente "*abandonadas pela nação*", a partir de uma *perspectiva paternalista* e com uma base bastante *misógina*.

A proposta econômica do recém-eleito presidente pode ser resumida em uma frase que ele repetiu ao longo de sua campanha: passar da "gestão da escassez para a liberação da abundância". Para alcançar esse objetivo, o advogado propõe uma redução drástica no tamanho do Estado, impostos mais baixos, menos burocracia e uma política agressiva de desregulamentação para atrair investimentos privados. Sua meta é ambiciosa: que a Colômbia cresça 7% ao ano. Seu programa de governo propõe um ajuste inicial de aproximadamente 70 trilhões de pesos, prometendo reduzir impostos, financiar empréstimos habitacionais subsidiados e aumentar o investimento em diversos setores. Grande parte do plano depende da projeção de crescimento para a Colômbia e das estratégias de combate à sonegação fiscal, que devem gerar uma arrecadação significativamente maior do que a obtida atualmente — dois cenários de grande incerteza.

Em relação à ***saúde***[15]***,*** o recém-eleito presidente propõe maior fiscalização das Entidades Promotoras de Saúde (EPS) e a alocação de 10 trilhões de pesos para desbloquear o sistema de saúde, restabelecer o fluxo de recursos e solucionar problemas como a distribuição de medicamentos, o endividamento hospitalar e as demoras no atendimento médico. Nesse sentido, ele não pretende desmantelar o modelo atual, mas sim corrigi-lo e fortalecer os controles sobre as EPS e as entidades responsáveis pela gestão de recursos.

Cuba: A Crise continua...

Cuba continua atravessando uma das crises mais complexas das últimas décadas, combinando problemas econômicos estruturais, crise energética, deterioração dos serviços públicos, pressão internacional e a busca por reformas do modelo econômico[16]. Alguns dos sintomas desta crise são:

- ***Impacto na conectividade aérea e no turismo:*** A crise afetou inclusive a conectividade aérea.

[15] https://cambiocolombia.com/analisis-programa-gobierno-abelardo-espriella-propuestas-viabilidad-elecciones

[16] A situação combina escassez de combustível, apagões prolongados, inflação persistente e uma queda acentuada nas receitas cambiais. Essa deterioração, que vem ocorrendo pelo menos desde meados de 2024, tornou-se mais visível nos últimos meses devido ao seu impacto direto nos transportes, na geração de energia elétrica, na logística de alimentos e na atividade produtiva. https://diarioelnorte.com.ar/cuba-crisis-economica-2026-alta-complejidad/

- ***Sistema elétrico com problemas estruturais***: a escassez de combustível impacta severamente um sistema elétrico que já enfrenta problemas estruturais há décadas.

- ***Apagões, inflação e dolarização parcial***: A falta de energia tornou-se um fator central na dinâmica econômica. Apagões prolongados afetam a produção, o comércio e a operação de serviços básicos, enquanto os preços de alimentos, transporte e energia continuam a subir.

- ***Migração sustentada e pressão demográfica***: o êxodo populacional persistente, especialmente entre pessoas com menos de 50 anos, reduz a força de trabalho disponível e pressiona a produtividade.

- ***Efeitos na indústria e no setor produtivos***: A crise energética também impacta a atividade industrial, particularmente em setores de alta intensidade energética, como a produção de níquel e cobalto.

- ***Crise de saúde pública***: O sistema de saúde cubano mantém seus pontos fortes históricos (alta cobertura e formação médica), mas enfrenta problemas devido à escassez de suprimentos, medicamentos e dificuldades operacionais associadas à crise econômica[17].

A economia da ilha continua a enfrentar baixa produção, falta de moeda estrangeira, inflação, escassez de bens básicos e dificuldades na importação de combustível e alimentos. Em resposta, o governo aprovou um pacote de reformas econômicas considerado o mais abrangente em décadas: maior espaço para a iniciativa privada, possibilidade de bancos privados, mudanças nas empresas estatais e abertura a investimentos e mecanismos de mercado. O governo apresenta essas medidas como uma forma de atualizar o socialismo, enquanto analistas as interpretam como um passo significativo rumo aos mecanismos da economia de mercado[18].

O Primeiro Secretário do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba e Presidente da República***, Miguel Díaz-Canel Bermúdez***, discursou no parlamento dirigindo-se "*principalmente ao heroico povo cubano",* a quem, segundo ele, os deputados têm "o dever e a honra de representar". Díaz-Canel afirmou que o país atravessa um momento excepcionalmente complexo. "*Cuba, nossa amada Cuba, vive os momentos mais difíceis deste século, e temos a responsabilidade histórica de salvá-la."*

Em seu discurso, ele enfatizou a necessidade de mudanças profundas, invocando o conceito de Revolução atribuído a Fidel Castro, afirmando que "*é hora de mudar tudo o que precisa ser mudado"*. Díaz-Canel destacou que a situação não se deve apenas a fatores internos, mas também a um contexto global marcado por conflitos, uma crise do multilateralismo e o uso do sistema financeiro como "arma política".

Em relação ao embargo dos EUA contra a ilha, ele o descreveu como uma *"punição bárbara, imerecida e insustentável*", agravada pela perseguição financeira. Essa situação afeta diretamente a economia e o cotidiano: *"cada gota de combustível, cada medicamento, cada produto alimentício, cada peça e cada componente tecnológico de que o país precisa*". O cenário

[17] https://www.ansalatina.com/americalatina/noticia/latinoamerica/2026/02/07/cuba_7c9a5751-3a38-49c2-a922-8b0e5ff3ab32.html

[18] https://www.reuters.com/world/americas/cuban-lawmakers-vote-castro-backed-economic-reforms-amid-us-stranglehold-2026-06-18

atual nos obriga a agir de forma diferente: "*Não podemos pensar e agir como em tempos normais, porque estes não são tempos normais",* afirmou.

O presidente resumiu vários dos principais objetivos das medidas implementadas:

- ***Proteção social e equidade:*** Ele afirmou que serão implementadas ações "*para evitar o aumento das desigualdades*" e garantir assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade.
- ***Alimentação e uso da terra****:* Ele descreveu a alimentação como uma questão de segurança nacional e defendeu a destinação de terras ociosas: "*Todo pedaço de terra atualmente coberto por ervas daninhas deverá ser utilizado ou cedido a quem estiver disposto a cultivá-lo*."
- ***Recuperação energética:*** Ele explicou que a recuperação da capacidade energética será promovida por meio do uso de energias renováveis, especialmente a solar. Mencionou ainda a eliminação de impostos e a facilitação da importação de tecnologias associadas a essas soluções.
- ***Regulamentação de combustíveis:*** Foi autorizada a venda de combustíveis sob gestão estatal, com regulamentação estatal e margens de lucro transparentes.

"*Quem investir e trabalhar com diligência terá segurança e estabilidade", assegurou. Sistema bancário e empresas estatais: O presidente defendeu a modernização do sistema financeiro, tornando-o "mais ágil, digital e próximo do povo*".

Diaz Canel reafirmou que a empresa estatal socialista continuará sendo o pilar da economia, mas com maior autonomia e gestão profissional.

- ***Investimento e Participação de Cubanos no Exterior***: Díaz-Canel afirmou que qualquer cubano interessado em investir ou contribuir para o país terá um arcabouço claro e estável. "*Para quem quiser construir com Cuba… aqui está a sua casa e a porta está aberta*", disse ele. ..."Juntem-se a nós, mas cobrem responsabilidade."

O presidente alertou sobre a *emigração juvenil* e pediu a criação de oportunidades dentro do país. "*Não podemos normalizar a alta emigração de jovens*", advertiu. Defendeu o desenvolvimento de espaços legais para toda atividade lícita que contribua para a economia.

Díaz-Canel pediu confiança, mas também *fiscalização cidadã: "Confiem em nós, mas exijam responsabilidade. Juntem-se a nós, mas cobrem responsabilidade." Ele reiterou que o país enfrenta uma guerra econômica, midiática e psicológica, e alertou sobre campanhas destinadas a "destruir a unidade nacional".*

A mensagem de Díaz-Canel aos Estados Unidos e à comunidade internacional.

"*Cuba, soberanamente, concebe e propõe as mudanças de que precisa",* afirmou, expressando sua disposição para o diálogo, mas sem abrir mão de sua soberania.

Dirigindo-se diretamente a Washington, declarou: "*Sem ódio, mas sem medo: se vocês realmente querem ajudar o povo cubano, deixem-no viver*".

"*Cuba está mudando para se reerguer*". Ao final de seu discurso, Díaz-Canel reafirmou sua confiança nas capacidades do país: "*Cuba não está condenada. Temos o povo, o talento e a dignidade para seguir em frente*".

Ele fez um apelo para que não se limitem à resistência, mas sim à transformação ativa. "*Não estamos convocando este povo apenas para resistir, estamos convocando-o para criar, produzir, transformar e prosperar*", disse.

O presidente concluiu com um apelo à unidade e à continuidade do projeto social cubano: "*Cuba está mudando para se reerguer, Cuba está mudando para viver melhor, Cuba está mudando para permanecer livre. Viva o heroico povo cubano!"*[19]

O Equador oferece imunidade ao pessoal dos países cooperantes no novo conflito armado interno[20]

Em 18 de junho, o Presidente Daniel Noboa assinou o Decreto 424, por meio do qual *"o pessoal estrangeiro de Estados cooperantes que participe em ações realizadas no âmbito do conflito armado interno gozará de imunidade nos termos dos instrumentos e acordos internacionais aplicáveis assinados pela República do Equador para este fim*".

O governo de Noboa invoca mais uma vez o conceito de *conflito armado interno*, embora o Tribunal Constitucional não o reconheça como tal desde abril de 2024. Além disso, oito relatores das Nações Unidas questionaram sua aplicação ao caso equatoriano, e o país ainda não possui legislação específica sobre o assunto.

O governo permanece em silêncio sobre as implicações dessa disposição geral, a segunda do controverso Decreto 424. O presidente Noboa afirmou, em um vídeo de 50 segundos, que "*esta medida é resultado de meses de trabalho, especialmente após nossa última reunião no Pentágono*" com o secretário de Defesa, Pete Hegseth, na segunda-feira, 15 de junho, em Washington.

Noboa se refere apenas aos Estados Unidos. O mesmo ocorre no Decreto 424, já que, em seu décimo sétimo parágrafo, o documento executivo cita como único contexto para acordos bilaterais um dos três documentos assinados pelo Palácio Carondelet com a Casa Branca.

Isso refere especificamente ao Estatuto das Forças Armadas, que estabelece a estrutura sob a qual militares e civis dos EUA podem operar no Equador. Isso inclui membros das Forças Armadas e funcionários civis do Departamento de Defesa, bem como seus contratados, empresas, firmas e funcionários.

Eles podem estar temporariamente presentes em território equatoriano para "*visitas a navios, treinamento, exercícios e atividades humanitárias*". Também podem participar de atividades de cooperação que abordem desafios de segurança compartilhados, como tráfico ilícito, terrorismo internacional, pesca ilegal e outras atividades mutuamente acordadas.

Com este acordo, o Equador aceita que o pessoal dos EUA goze de "***privilégios, isenções e imunidades***" semelhantes aos do pessoal diplomático, incluindo o reconhecimento de suas licenças profissionais e a autorização para usar seus uniformes e portar armas enquanto estiverem em serviço.

[19] O discurso de Díaz-Canel pode ser visto na íntegra em: https://www.tvsantiago.icrt.cu/2026/06/discurso-del-presidente-diaz-canel-en-sesion-de-la-anpp/

[20] https://www.primicias.ec/politica/inmunidad-militares-extranjeros-cooperacion-estados-unidos-daniel-noboa-nuevo-conflicto-armado-interno-125746/

Milhares de haitianos saem às ruas de Porto Príncipe para exigir o fim da violência.

Milhares de haitianos tem saído às ruas de Porto Príncipe para protestar e exigir a restauração da paz no país, que tem estado mergulhado em uma violência sem precedentes nos últimos anos.

O Haiti atravessa uma das crises mais profundas de sua história recente: uma combinação de vácuo institucional, violência de grupos armados, crise humanitária e um Estado fragilizado. A transição política não conseguiu estabilizar o país, e a insegurança continua a minar qualquer solução democrática[21].

O país sofre com a ausência de uma autoridade democrática plenamente legítima, como evidenciado pelo fato de o Haiti não ter um presidente eleito desde o assassinato de Jovenel Moïse. As instituições que emergiram da transição falharam em organizar eleições normais. O Conselho Presidencial de Transição perdeu seu mandato sem uma sucessão claramente consolidada, gerando incerteza sobre quem liderará o processo político.

O governo interino do Haiti indicou que a situação de segurança dificulta a realização de eleições confiáveis dentro do prazo previsto. A expansão de grupos armados está prejudicando os esforços para garantir campanhas, locais de votação e participação cidadã em diversas áreas.

O primeiro-ministro haitiano, Alix Didier Fils-Aime, declarou que a situação de segurança no país caribenho não é estável o suficiente para a realização das eleições presidenciais agendadas para agosto[22].

A fragmentação política é evidente: há uma forte disputa entre os setores políticos tradicionais, as autoridades de transição e os grupos armados que buscam influência sobre o futuro do país[23].

A crise multidimensional do Haiti, que abrange política, economia, humanidade e direitos humanos, deteriorou-se ainda mais desde 2025. Grupos criminosos, aliados sob a coalizão “Viv Ansanm”, consolidaram seu controle sobre a maior parte da capital e sua região metropolitana, e expandiram-se para três dos dez departamentos do país.

Grupos armados controlam grandes áreas da capital e rotas estratégicas, enfraquecendo a capacidade do Estado de fornecer serviços básicos e garantir a segurança. A violência inclui assassinatos, sequestros, deslocamentos forçados e ataques contra instituições públicas. Em 2026, a ONU relatou milhares de mortes ligadas à violência de gangues e a deslocamentos internos em massa[24]. Algumas organizações criminosas tentaram transformar seu controle territorial em influência política, representando um desafio não apenas para a segurança, mas também para a governança[25].

---

[21] https://www.reuters.com/world/americas/haiti-enters-political-limbo-transition-governments-mandate-ends-2026-02-07/

[22] https://www.aljazeera.com/news/2026/5/11/hundreds-displaced-medical-services-suspended-amid-gang-violence-in-haiti

[23] https://www.hrw.org/world-report/2026/country-chapters/haiti

[24] https://apnews.com/article/haiti-un-secretary-general-guterres-gangs-d118ce2bd8bcb2bb86f3bc91d27825f6

[25] https://www.reddit.com/r/haiti/comments/1srdu6n/haitian_gangs_have_evolved_into_domestic/

A população civil é a mais afetada: o Banco Mundial[26] relata que mais de um milhão de haitianos foram deslocados pela violência, com muitas famílias vivendo em abrigos improvisados ou em condições precárias.

A insegurança afeta o acesso à saúde, educação, transporte, distribuição de alimentos, emprego e atividade econômica. Como resultado, o Haiti é o país mais pobre da América Latina e do Caribe, com uma crise agravada pela instabilidade política e pela violência.

Mesmo com a comunidade internacional tentando apoiar o Estado haitiano fortalecendo a polícia e combatendo grupos armados, persiste o debate sobre o risco de repetir ciclos anteriores de intervenções externas sem resolver os problemas estruturais: corrupção, fragilidade institucional, pobreza e exclusão social[27].

A presidente mexicana Claudia Sheinbaum responde às declarações de Trump na cúpula do G7[28]

Na conferência da Cúpula do G7 na França, o presidente ***Donald Trump*** comentou que a presidente mexicana ***Claudia Sheinbaum*** é uma mulher "*muito boa",* mas "*muito assustada*".

O vice-presidente JD Vance também alertou que os Estados Unidos "*poderiam tomar medidas militares*" no México para combater os cartéis de drogas. Em entrevista ao canal N+ da Univision, Vance esclareceu que o governo Trump se reserva o direito de enviar recursos para o país, mas afirmou que "*tomaremos medidas militares, se necessário, para proteger o povo americano"*.

Em resposta, a presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, comentou as recentes declarações de Donald Trump sobre segurança, afirmando que "*não devemos nos deixar levar"* pelos comentários do presidente americano[29] e que "*Ele tem seu próprio jeito de se comunicar. Não queremos, e não devemos, entrar em um debate pessoal com o presidente Trump*."

Por fim, assegurou que "*Ele não está bem-informado, eu já lhe disse isso pessoalmente. O Estado mexicano existe. Eu lhe disse isso aqui, quando o Secretário de Segurança Interna dos EUA estava presente, e ele se referia a grupos criminosos. Eu lhe disse que o Estado mexicano existe e que os chefes do Gabinete de Segurança trabalham diariamente para proteger o país*".

E assegurou que "*Existe um Estado mexicano que trabalha todos os dias para combater o crime" e "Aqui está o Estado mexicano. Aqui estão seus líderes*", enfatizou ela, em resposta direta à tese de Trump de que os cartéis governam o México e ninguém mais.

No Peru, com 99,07% dos votos apurados, Keiko Fujimori ampliou sua vantagem sobre o candidato Roberto Sánchez para 34,967 votos

A diferença entre os votos obtidos pelos dois candidatos é pequena e espera-se que a ONPE anuncie os resultados com 100% de certeza quando todas as atas de apuração forem validadas pelas autoridades eleitorais.

---

[26] https://www.worldbank.org/ext/en/country/haiti

[27] ttps://www.hrw.org/world-report/2026/country-chapters/haiti

[28] https://lasillarota.com/nacion/2026/6/18/sheinbaum-responde-trump-no-hay-que-engancharse-con-sus-declaraciones-604455.html

[29] https://www.infobae.com/mexico/2026/06/18/claudia-sheinbaum-le-responde-a-trump-sobre-los-carteles-no-hay-que-engancharse-en-cada-declaracion/

De acordo com as normas eleitorais vigentes, o vencedor do segundo turno (ou seja, o presidente eleito) será o candidato que obtiver o maior número de votos válidos, independentemente da diferença de votos.

A divulgação dos resultados do segundo turno da eleição presidencial ocorrerá em meados de julho, após a conclusão dos processos de resolução de cédulas contestadas e de eventuais audiências de recontagem de votos[30].

Na Venezuela, foi assinado um contrato de licenciamento com a Shell[31]

Na Venezuela, a presidente interina da República Bolivariana, Delcy Rodríguez, assinou um contrato de licenciamento com a multinacional Shell para o início da Fase I de Desenvolvimento e Exploração do Campo de Loran, informou a imprensa presidencial.

Na ocasião, o presidente declarou:

> *Hoje, damos um passo histórico, a meu ver, com a assinatura desta licença para a primeira fase de desenvolvimento e exploração do campo de Loran, um campo transfronteiriço que compartimos com Trinidad e Tobago. Esta licença permitirá à Venezuela dar um passo muito importante em seu desenvolvimento de gás e também como exportadora de gás. Dissemos isso desde o início das negociações com a Shell e outras empresas do sector de gás: queríamos volver a Venezuela uma exportadora de gás e, com esta assinatura, reafirmamos esse caminho. Deve-se dizer que este campo permaneceu inexplorado por 23 anos; portanto, reitero minhas palavras de que estamos dando um passo histórico com a assinatura desta licença, por meio da qual teremos o uso adequado do gás para exportação e da qual nós, na Venezuela, também obteremos grandes benefícios.*

Foi assinado um acordo com mecanismos de negociação previstos pela primeira vez na lei de hidrocarbonetos recentemente reformada, que permite "*essas formas de negociação e acordos comerciais flexíveis, que também impulsionam a produção para melhor aproveitamento dos recursos em benefício do povo venezuelano. As medidas que estamos tomando hoje representam o futuro do nosso país, disso não há dúvida.*"

Durante o encontro, foram assinados cinco acordos de importância estratégica, concebidos para aumentar a capacidade energética da Venezuela tanto para o consumo interno quanto para o mercado de exportação. Por meio desta fase operacional inicial, o país procura fortalecer seu posicionamento como exportador de gás, alavancando suas vastas reservas de hidrocarbonetos como parte da solução para o cenário energético internacional. O Campo de Lorán é um ativo de gás natural no associado com sete reservatórios, seis dos quais transfronteiriços com a República de Trinidad e Tobago.

[30] https://elcomercio.pe/politica/elecciones/cual-es-la-cantidad-de-votos-que-separa-a-keiko-fujimori-y-roberto-sanchez-segun-ultimos-resultados-onpe-de-la-segunda-vuelta-elecciones-peru-2026-noticia/
[31] https://ultimasnoticias.com.ve/economia/petroleo/venezuela-firma-licencia-con-shell-para-fase-i-del-campo-gasifero-loran/

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou da Reunião Extraordinária de Ministros de Saúde da Região Andina[32][33][34].

O Comitê Técnico de Coordenação do ORAS-Conhu realizou atividades preparatórias para a Reunião de Ministros de Saúde da região andina. O Comitê é integrado por diretores e pontos focais dos Escritórios de Cooperação Internacional dos ministérios de Saúde da região andina.

Durante o evento, o secretário executivo Fernando Dattoli apresentou uma análise da situação de saúde na região andina e revisou a proposta da Declaração de Lima 2026. Dattoli reforçou os obstáculos que a região tem enfrentado como mudanças climáticas e acesso a medicamentos. Os participantes também avaliaram resoluções técnicas que servirão de apoio para autoridades de saúde na Reunião de Ministros.

Além disso, foram discutidos aspectos administrativos, financeiros e organizacionais para a gestão do ORAS-CONHU.

A Reunião Extraordinária de Ministros de Saúde da Região Andina (REMSAA) foi realizada no dia 12 de junho, contou com altas autoridades de saúde de todos os países membros e foi presidido pelo ministro de saúde do Peru, Juan Carlos Velasco Guerrero.

Para além das resoluções técnicas e administrativas, foi assinada a Declaração de Lima 2026, que abarcou os seguintes resultados:

- Mecanismo para a negociação conjunta dos preços de medicamentos;
- Consolidação do Laboratório Andino de Inovação e Investigação em Saúde;
- Implementação do Observatório de Saúde e Investimento;
- Aprovação do Plano Andino de Saúde e Mudança Climático 2026-2030.

O secretário executivo do ORAS-Conhu enfatizou que a importância da REMSSA como fator agregador regional. Dattoli afirma:

> "Enfrentamos desafios complexos no domínio da saúde, tais como as desigualdades persistentes, a saúde mental, as alterações climáticas e o acesso aos medicamentos. Mas, acima de tudo, é uma convicção que nos move: quando os desafios são partilhados, as respostas também devem ser partilhadas".

Por fim, Juan Carlos Guerrero, ministro peruano, definiu a reunião como debate e consenso histórico e reafirmou a responsabilidade política de traduzir a Declaração de Lima em políticas públicas tangíveis, equitativas e transformadoras para a saúde.

---

[32] https://www.orasconhu.org/es/peru-lidera-coordinacion-regional-previa-la-xl-reunion-extraordinaria-de-ministros-de-salud-del

33 https://www.orasconhu.org/es/paises-andinos-logran-acuerdos-historicos-y-firman-la-declaracion-de-lima-2026-en-favor-de-mas-de

[34] Confira a declaração na integra aqui: https://www.orasconhu.org/sites/default/files/config_yOkjoolSS571zk_T1axbRh8zfnQ-eLk_1E8KGTX0fDVpYoFpsEHcSQVzrHRVAUhrzgZBbUhQyg/DECLARACIO%CC%81N%20DE%20LIMA%202026%20ORAS.pdf

A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou em eventos sobre malária e ações de vigilância[35][36]

A SECOMISCA participou do evento regional de aprendizagem da IREM, Juntos para um futuro sem malária. O evento reuniu autoridades sanitárias, especialistas, organismos internacionais para compartilhar experiências, lições aprendidas e estratégias que contribuam para a eliminação de malária na região.

O secretario executivo do COMISCA, José Renán de Leon, participou do painel sobre governança, financiamento e sustentabilidade para eliminação de malária. As discussões giraram em torno da necessidade de fortalecer os marcos de governança, assegurar mecanismo de financiamento e manter a sustentabilidade das intervenções para eliminação da malária.

A SE-COMISCA também participou de ações de vigilância do vírus respiratório na Guatemala. O Organismo realizou visitas técnicas a postos sentinelas de influenza e outros vírus respiratórios do País com os objetivos de avaliar o funcionamento técnico e operativo da vigilância sentinela, identificar fatores técnicos e operativos e detectar brechas e fortalecer ações de vigilância.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) recebeu a visita do presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva[37]

O presidente Lula visitou o Observatório Regional Amazônico para conhecer as ferramentas de monitoramento e inteligência territorial para apoiar a gestão sustentável da Amazônia. Durante a visita, o presidente lembrou da Cúpula da Amazônia em 2023 e reforçou a necessidade de fortalecer a OTCA.

O secretario geral da OTCA, Martin von Hildebrand, destacou o papel de coordenadora que a OTCA exerce entre os países amazônicos. E reforçou que conservar a Amazônia é também favorecer a segurança hídrica, energética e alimentar da região sul-americana.

O presidente Lula também apresentou dados brasileiros que demostram avanços na implementação das políticas de controle e monitoramento ambiental e reforçou a importância do monitoramento contínuo e cooperação regional para a conservação da Amazônia.

[35]https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-el-evento-regional-de-aprendizaje-de-la-irem_1_139060.html
[36]https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-visita-tecnica-y-seguimiento-a-sitios-centinela-en-guatemala_1_139066.html
37 https://otca.org/pt/presidente-lula-visita-observatorio-regional-amazonico-otca/

Os Ministros da Saúde do Mercosul se reúnem em Assunção na sua 58ª Reunião Ministerial

Los ministros de Salud del Mercosur se reúnen en Asunción con motivo de su 58.ª RMS

Mercosur health ministers are meeting in Asunción for their 58th MHM

Sebastián Tobar e Sonia Maria Pereira Damasceno

Resumo: A 58ª Reunião de Ministros da Saúde do MERCOSUL, realizada em Assunção, reuniu autoridades da região para discutir desafios sanitários comuns, como doenças emergentes, saúde mental e desigualdades no acesso. O encontro destacou a necessidade de cooperação regional, integração produtiva e fortalecimento da soberania sanitária. Foram aprovados acordos voltados à produção de insumos de saúde, prevenção do suicídio, regulação de tecidos humanos e saúde em fronteiras. Também se enfatizou a importância da vigilância epidemiológica, inovação tecnológica e ampliação da cobertura vacinal, consolidando o fórum como espaço estratégico para coordenação de políticas públicas em saúde.

Palavras-chave: MERCOSUL; saúde pública; cooperação regional; políticas de saúde; vigilância epidemiológica; soberania sanitária.

Resumen: *La 58.ª Reunión de Ministros de Salud del MERCOSUR, realizada en Asunción, reunió a autoridades regionales para debatir desafíos sanitarios comunes, como enfermedades emergentes, salud mental y desigualdades en el acceso. El encuentro destacó la necesidad de cooperación regional, integración productiva y fortalecimiento de la soberanía sanitaria. Se aprobaron acuerdos sobre producción de insumos de salud, prevención del suicidio, regulación de tejidos humanos y salud en zonas fronterizas. También se enfatizó la importancia de la vigilancia epidemiológica, la innovación tecnológica y la ampliación de la cobertura vacunal, consolidando el foro como un espacio estratégico de articulación.*

Palabras clave: *MERCOSUR; salud pública; cooperación regional; políticas de salud; vigilancia epidemiológica; soberanía sanitaria.*

Abstract: *The 58th Meeting of MERCOSUR Health Ministers, held in Asunción, brought together regional authorities to address shared health challenges, including emerging diseases, mental health, and inequalities in access. The meeting highlighted the need for regional cooperation, productive integration, and strengthened health sovereignty. Agreements were approved on health supply production, suicide prevention, regulation of human tissues, and border health. The importance of epidemiological surveillance, technological innovation, and expanded vaccination coverage was also emphasized, consolidating the forum as a strategic space for policy coordination.*

Keywords: *MERCOSUR; public health; regional cooperation; health policies; epidemiological surveillance; health sovereignty.*

Com a presença do Ministro da Saúde da Argentina, *Dr. Mario Ivan Lugones*, da Ministra da Saúde e Esportes da Bolívia, *Dra.Marcela Tatiana Flores Zambrana*, da Ministra da Saúde Pública do Uruguai, *Dra.Cristina Lustemberg*, e da Subsecretária de Saúde Pública do Chile, *Dra.Alejandra Pizarro Ibanez*, e virtualmente do Ministro da Saúde do Brasil, Alexandre Padilha, e sob a Presidência da Ministra da Saúde e Bem-Estar Social do Paraguai, *Dra.Maria Teresa Barán Wasilchuk*, a LVIII Reunião de Ministros da Saúde do MERCOSUL foi realizada na cidade de Assunção, em 19 de junho.

A reunião contou também com a presença virtual do Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde*, Dr. Jarbas Barbosa*, que enviou uma mensagem em vídeo aos Ministros.

A *Ministra da Salud Pública y Bienestar Social do Paraguai, Dra. María Teresa Barán Wasilchuk,* na qualidade de Presidente Pro Tempore do MERCOSUL, observou que os desafios atuais na área da saúde exigem respostas coordenadas e baseadas na solidariedade entre os Estados-Membros, considerando a persistência de doenças emergentes e reemergentes, o impacto das arboviroses, a crescente carga de doenças não transmissíveis e os desafios na saúde mental. Nesse contexto, destacou a inclusão na agenda regional de uma análise das implicações do *Acordo entre a União Europeia e o MERCOSUL* para o setor da saúde, abrindo oportunidades de cooperação em medicamentos, inovação, pesquisa, produção farmacêutica e soberania sanitária. Por fim, reafirmou a importância do fortalecimento da coordenação regional, da liderança das autoridades sanitárias e das alianças estratégicas por meio da cooperação técnica e da cooperação Sul-Sul, agradecendo a participação das delegações e declarando a reunião aberta.

O *Ministro de Salud da Argentina, Dr. Mario Iván Lugones*, enfatizou que um sistema de saúde moderno, eficiente e baseado em evidências não só cuida da população, como também gera empregos qualificados, atrai investimentos e posiciona os países na vanguarda da inovação global. O Acordo Regional de Capacidade Produtiva, assinado no âmbito desta 58ª Reunião de Ministros da Saúde, tem particular importância.

Ele também observou que é política nacional da República Argentina continuar a promover a transparência nas compras públicas de medicamentos, fortalecer os poderes jurisdicionais e incentivar o investimento privado como motor de inovação e crescimento. Destacou ainda os avanços alcançados em relação ao sistema único, nacional e digital de registro, às prescrições eletrônicas e à substituição das prescrições físicas por processos digitais.

Por fim, ressaltou a prevenção, a educação alimentar desde a escola e a formação de hábitos saudáveis na infância e adolescência como estratégia de saúde com o objetivo de uma vida adulta saudável e a redução de riscos (hipertensão, diabetes tipo 2, obesidade, doenças vasculares, doenças cardiovasculares e acidentes vasculares cerebrais, entre outros) que se desenvolvem silenciosamente durante a infância e a adolescência.

O *Ministro da Saúde da República Federativa do Brasil, Alexandre Padilha*, participou por videoconferência, parabenizando os Estados participantes e destacando a importância da realização da 58ª Reunião Ordinária de Ministros da Saúde. Transmitiu também as saudações do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que reafirmou o compromisso do Brasil com o multilateralismo, a integração regional e o fortalecimento do MERCOSUL.

Em seu discurso, enfatizou que:

> *para o Brasil, o Cone Sul constitui um espaço estratégico para a paz, o diálogo, a confiança mútua e o desenvolvimento*

> *compartilhado*. Observou que a *região representa um ativo político que deve ser fortalecido por meio da cooperação solidária, da integração produtiva e do desenvolvimento conjunto de soluções para os desafios que afetam as populações dos países membros*.

Ressaltou ainda que os desafios em saúde transcendem as fronteiras nacionais e que fatores como a movimentação de pessoas, as mudanças climáticas e as emergências de saúde pública exigem uma resposta coordenada entre os Estados. Nesse sentido, ele enfatizou a *importância de fortalecer a cooperação regional, investir em capacidades produtivas para a soberania em saúde, promover a saúde digital e expandir a cobertura vacinal da população para construir sistemas de saúde mais fortes e resilientes, capazes de responder eficazmente aos desafios presentes e futuros*.

A *Ministra de Salud Pública do Uruguai, Dra. Cristina Lustemberg*, abordou os desafios de saúde comuns à região, que exigem maior coordenação regional. Ela observou que, além do controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis, a saúde mental e a prevenção do suicídio têm sido priorizadas. No Uruguai, essas ações estão sendo realizadas a partir de uma abordagem intersetorial e comunitária, fortalecendo ainda mais as capacidades institucionais por meio da criação da Agência de Vigilância em Saúde. Para a próxima Presidência Pro Tempore, será dada ênfase especial à saúde nas fronteiras, promovendo a implementação do Plano Estratégico de Saúde nas Fronteiras 2026-2030 para fortalecer a vigilância, a integração de sistemas e o acesso equitativo à saúde em toda a região.

A *Marcela Tatiana Flores Zambrana*, representação diplomática da Embaixada de Bolívia em Assunção agradeceu à Presidência Pro Tempore do Paraguai pelas ações realizadas durante o semestre. Em particular, a delegação boliviana valorizou o Relatório Epidemiológico Regional sobre Doenças Prioritárias e destacou a *importância de se dispor de informações epidemiológicas oportunas e de alta qualidade para fortalecer a vigilância em saúde e orientar respostas coordenadas aos desafios comuns de saúde*. Nesse contexto, a Bolívia reconhece o desafio representado pela atual *situação do sarampo e reafirma seu compromisso em fortalecer as ações de resposta, intensificar a vigilância epidemiológica e reforçar a campanha nacional de vacinação*, expandindo progressivamente a população-alvo, reduzindo o intervalo entre as doses e flexibilizando o uso das vacinas tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola) para aumentar a cobertura vacinal. Embora ainda existam desafios, o Estado Plurinacional da Bolívia continua trabalhando com determinação para fortalecer a resposta nacional e proteger a saúde de sua população.

A *Subsecretária de Salud Pública do Chile, Dra. Alejandra Pizarro Ibáñez*, afirmou que o Chile reafirma seu compromisso com a *cooperação regional* e com o *fortalecimento das respostas conjuntas aos desafios de saúde compartilhados na região*. Nesse contexto, ela destacou a *importância do Relatório Epidemiológico Regional do MERCOSUL sobre Doenças Prioritárias como ferramenta fundamental para o fortalecimento da vigilância epidemiológica e para orientar ações coordenadas.* Ela também elogiou as iniciativas regionais voltadas para o *fortalecimento da capacidade de produção de suprimentos e tecnologias de saúde, prevenção do suicídio e gestão do sangue de pacientes* — áreas que refletem a importância de uma cooperação cada vez mais estreita. Enfatizou a oportunidade para o diálogo e a colaboração e reafirmou sua confiança de que os acordos firmados contribuirão para o fortalecimento da saúde

pública e o bem-estar da população. Também ofereceu cooperação técnica em rotulagem frontal de alimentos e sífilis congênita.

A *58ª RMS* aprovou os seguintes Acordos entre Ministros da Saúde e Estados Associados e os encaminhou ao CMC para conhecimento:

- Acordo RMS nº 01/26 "*Cooperação para a Expansão da Capacidade de Produção Regional de Insumos, Medicamentos e Tecnologias para a Saúde*"
- Acordo RMS nº 02/26 "*Ação Coordenada para a Prevenção do Suicídio*"
- Acordo RMS nº 03/26 "*Critérios para a Importação, Trânsito e Exportação de Tecidos Humanos para Uso em Humanos*"
- Acordo RMS nº 04/26 "*Plano Estratégico de Saúde para as Regiões Fronteiriças do MERCOSUL 2026-2030*"

O "*Acordo de Cooperação para a Expansão da Capacidade de Produção Regional de Insumos, Medicamentos e Tecnologias para a Saúde*" propõe-se avançar na identificação de prioridades e no desenvolvimento de propostas de cooperação com o objetivo de expandir a capacidade produtiva de insumos de saúde, medicamentos e tecnologias, de acordo com as necessidades identificadas na região, a fim de reduzir a dependência de fontes externas para esses insumos. Encarrega ainda a Comissão Intergovernamental de Políticas de Medicamentos (CIPM) de desenvolver uma matriz MERCOSUL que permita o acesso em tempo real a informações sobre as capacidades de produção na região, uma lista de necessidades regionais, um banco de dados de preços de medicamentos e outros recursos que facilitem a elaboração de propostas de cooperação.

A FIOCRUZ participa ativamente desta Comissão desde a sua criação e apresentou propostas inovadoras, como o Curso MERCOSUL sobre Desenvolvimento e Produção de Vacinas, que posteriormente foi estendido a outros países da América Latina. O Artigo 4 convida os laboratórios de produção públicos e privados a colaborarem entre si na concepção de mecanismos ou alternativas para a produção de suprimentos, medicamentos e tecnologias de saúde, com o objetivo fundamental de mitigar a escassez crítica e enfrentar as emergências de saúde nos Estados Partes.

O Acordo RMS nº 02/26 "*Ação Coordenada para a Prevenção do Suicídio*" considera que investimento em saúde mental é crucial para promover um desenvolvimento equitativo e sustentável; que o suicídio representa um desafio crítico na região, constituindo um importante problema de saúde pública na Região das Américas; que a prevenção do suicídio é uma área prioritária para o avanço da saúde mental na Região das Américas; que é preciso fortalecer o compromisso político dos Estados Partes para a aplicação de estratégias de promoção, prevenção e tratamento da saúde mental com uma abordagem centrada na pessoa; que a elaboração de políticas públicas deve ser intersetorial, articulando ações com o setor privado e a sociedade civil para alcançar um efeito sinérgico na população; e que é imperativo fortalecer os sistemas de informação para melhorar a coleta de dados científicos.

Nesse sentido, os Ministros acordam: ratificar que a prevenção do suicídio e a abordagem da saúde mental exigem um trabalho conjunto e coordenado com outros ministérios (Educação, Trabalho, Segurança), o setor privado e as organizações da sociedade civil, além do apoio consultivo da Academia (universidades e centros de pesquisa científica), bem como a participação de organizações de familiares e usuários do sistema de saúde mental e Impulsionar

a capacitação e o fortalecimento da saúde mental na Atenção Primária à Saúde (APS) para reduzir as lacunas na assistência comunitária.

O Acordo RMS nº 03/26 "*Critérios para a Importação, Trânsito e Exportação de Tecidos Humanos para Uso em Humanos*" visando harmonizar políticas e promover o estabelecimento de marcos normativos na região que reforcem a confiança pública e a segurança sanitária, por meio de normas que orientem a organização e o funcionamento dos estabelecimentos de tecidos ou dos serviços de implantes de cada Estado Parte.

Finalmente o Acordo RMS nº 04/26 "*Plano Estratégico de Saúde para as Regiões Fronteiriças do MERCOSUL 2026-2030*" é um documento de sete capítulos. O *Capítulo I* apresenta o contexto e o quadro conceitual; o *Capítulo II* aborda a GOVERNANÇA E A ABORDAGEM ESTRATÉGICA, apresentando os princípios orientadores, a coordenação política, a governança, o modelo de cooperação Sul-Sul e a coordenação multinível; o *Capítulo III* aborda aspectos da gestão estratégica da cooperação internacional; o *Capítulo IV* apresenta o Quadro Lógico, a Missão, a Visão, os Objetivos Gerais e Específicos; o *Capítulo V* apresenta os aspectos operacionais ou eixos para a implementação do Plano; o *Capítulo VI* apresenta o Cronograma para a Execução do Plano; e o *Capítulo VII* apresenta as CONCLUSÕES. O plano vai se constituir como um balizador para o desenvolvimento das atividades nas localidades fronteiriças integradas.

Como se pode ver, as reuniões dos Ministros da Saúde constituem um fórum importante para que os Ministros da Saúde do Bloco troquem informações epidemiológicas, identifiquem problemas comuns e implementem esforços conjuntos para enfrentar os desafios do Mercosul, buscando soluções conjuntas.

Os ministros do Mercosul também aprovaram a "*Declaração sobre a necessidade de implementação da gestão do sangue do paciente", que* é uma abordagem de saúde pública centrada no paciente, que trata da gestão da deficiência de ferro, da anemia, das coagulopatias e da perda de sangue (tanto em pacientes cirúrgicos quanto não cirúrgicos) como fatores de risco para o surgimento de resultados médicos adversos, a curto e a longo prazo. Nesse sentido, a declaração propõe a necessidade de implementar o gerenciamento do sangue do paciente para melhorar a saúde geral da população na região.

Também visa incentivar a revisão dos marcos regulatórios e das diretrizes terapêuticas clínicas, com o objetivo de promover sua implementação bem-sucedida. A promoção de ações e intercâmbios técnicos sobre experiências em países dentro e fora da região que possuam diretrizes ou programas de Gerenciamento do Sangue do Paciente implementados com sucesso. Também impulsiona iniciativas de comunicação e sensibilização sobre a necessidade urgente de adotar medidas que permitam integrar os processos e estruturas de gerenciamento do sangue do paciente aos sistemas de saúde de cada Estado Parte do MERCOSUL e Estado Associado.

Finalmente, a declaração propõe considerar a criação de um mecanismo regional que permita coletar e compartilhar indicadores de impacto da implementação, com a finalidade de facilitar o intercâmbio de experiências e o acompanhamento das estratégias adotadas nos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados.

A OEA realiza sua 56ª Assembleia Geral em um contexto no qual os Estados Unidos pressionam para abandonar suas ações em relação aos direitos humanos e à democracia

La OEA celebra su 56ª Asamblea General en un contexto en el que Estados Unidos presiona para abandonar sus acciones en materia de derechos humanos y democracia

The OAS is holding its 56th General Assembly against a backdrop of pressure from the United States to abandon its actions regarding human rights and democracy

Sebastian Tobar, Paulo Buss e Samia de Brito

Resumo: Os autores examinam os principais resultados da 56ª. Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizado de 22 a 24 de junho de 2026, na Cidade do Panamá, sob o tema 'Multilateralismo firme em defesa da democracia, da segurança hemisférica e da estabilidade nos Estados-Membros'. O evento também marcou os 200 anos do Congresso Anfictiônico de 1826, que é considerado o evento inaugural da integração nas Américas. A Assembleia mostrou a divisão política que vive a região. A Declaração final expressa em grande medida a hegemonia política dos EUA na organização.

Palavras-chave: Organização dos Estados Americanos; 56ª Assembleia 2026.

Resumen: *Los autores analizan los principales resultados de la 56.ª Asamblea General de la Organización de los Estados Americanos (OEA), celebrada del 22 al 24 de junio de 2026 en Ciudad de Panamá, bajo el lema «Multilateralismo firme en defensa de la democracia, la seguridad hemisférica y la estabilidad en los Estados miembros». El evento también conmemoró el bicentenario del Congreso Anfictiónico de 1826, considerado el evento inaugural de la integración en las Américas. La Asamblea puso de manifiesto la división política existente en la región. La Declaración final expresa, en gran medida, la hegemonía política de Estados Unidos en la organización.*

Palabras clave: *Organización de los Estados Americanos; 56.ª Asamblea 2026.*

Abstract: *The authors examine the key outcomes of the 56th General Assembly of the Organization of American States (OAS), held from June 22 to 24, 2026, in Panama City, under the theme "Firm Multilateralism in Defense of Democracy, Hemispheric Security, and Stability in Member States." The event also marked the bicentennial of the 1826 Congress of Panama, considered the inaugural event of integration in the Americas. The Assembly highlighted the political divisions currently affecting the region. The final declaration largely reflects US political hegemony within the organization.*

Keywords: *Organization of American States; 56th Assembly 2026.*

A **Organização dos Estados Americanos (OEA)** realizou sua *56ª. Assembleia Geral*, de 22 a 24 de junho de 2026, na Cidade do Panamá, sob o tema "*América Unida no bicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá*" e com o objeto de um "*Multilateralismo firme em defesa da democracia, da segurança hemisférica e da estabilidade nos Estados-Membros*". O evento também marcou os 200 anos do *Congresso Anfictiônico de 1826*, proposto por Simón Bolívar e realizado no Panamá, que é considerado o evento inaugural da integração nas Américas. Uma cúpula promovida pelo governo do Panamá para celebrar o bicentenário teve como tema "*Valorização da democracia e da segurança hemisférica*", pretendendo reafirmar a importância da integração regional dos países e povos americanos. A Assembleia Geral da OEA é composta pelos Ministros das Relações Exteriores dos países membros.

O calendário da Assembleia Geral está disponível aqui , e a agenda desenvolvida pelos Ministros das Relações Exteriores das Américas pode ser encontrada neste link . Esta é a lista dos chefes de delegação dos Estados-membros acreditados junto à Assembleia. Os documentos relativos à Assembleia estão disponíveis aqui , e estas são as eleições agendadas para esta Assembleia.

A 56ª Assembleia ocorre em um contexto regional marcado por uma crise de confiança nas instituições, grandes fluxos migratórios na região, insegurança e aumento do crime organizado e do narcotráfico, crescente desigualdade e uma disputa geopolítica entre os Estados Unidos, a China e outros atores por influência na América Latina.

Os principais temas da 56ª Assembleia Geral foram:

- ***Multilateralismo e Democracia:*** O Panamá propôs o fortalecimento do multilateralismo, a defesa da democracia, a segurança hemisférica e a estabilidade regional como seus temas centrais.
- ***Bicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá (1826):*** A assembleia coincide com os eventos do Bicentenário do Congresso Anfictiônico, reunião convocada por Simón Bolívar em 1826 no Panamá, numa tentativa de unificar os estados americanos recém-independentes**.**
- ***Segurança Regional:*** Crime organizado transnacional, migração, ameaças híbridas e cooperação entre países estão sendo debatidos.
- ***Crise Institucional da OEA:*** A Assembleia ocorre em um momento de questionamentos sobre o futuro da organização, seu financiamento e sua capacidade de atuação diante de crises democráticas e regionais.

Em uma coletiva de imprensa[1] antes do início da 56ª Assembleia Geral da OEA, o Secretário-Geral, Albert Ramdin comentou sobre esses eixos:

> *São elementos centrais que conferem importância à Assembleia Geral.*
>
> *O multilateralismo é fundamental simplesmente porque precisamos uns dos outros, já que não vivemos isolados no planeta.*
>
> *O multilateralismo no hemisfério certamente precisa de melhorias e fortalecimento, sem dúvida. Mas é necessário; devemos trabalhar juntos, e isso será algo que será ouvido diversas vezes e reiterado por vários ministros nos próximos dias.*

[1] https://www.youtube.com/watch?v=U-ck4eL2zEA

Os quatro pilares sobre os quais a OEA[2] se assenta são democracia, direitos humanos, segurança e desenvolvimento. Os Estados Unidos são um dos principais financiadores da organização, o que tem gerado debates sobre sua direção e papel político. Leandro Rizzuto Jr., amigo do presidente Trump e embaixador dos EUA na OEA, busca uma reformulação completa da Organização, desviando seu foco dos direitos humanos e da democracia para questões econômicas[3]. Um dos argumentos que ele pretende usar é a suposta ineficácia da OEA em lidar com a situação de regimes autoritários, como os de Cuba, Nicarágua e Venezuela.

Assim como o restante do ecossistema das Nações Unidas, a OEA atravessa atualmente uma crise em seu modelo de financiamento, com os Estados Unidos contribuindo com aproximadamente 30% de suas contribuições regulares e detendo apenas um voto na organização.

Nas intervenções tanto dos Observadores Permanentes quanto dos Estados-Membros, foi destacada a importância de um multilateralismo mais eficaz, focado em resultados e com consequências concretas. Responsabilização e governança estiveram entre os aspectos enfatizados pelos Estados Unidos. O atual governo dos EUA questionou publicamente a relevância da OEA e defendeu a necessidade de reformas profundas para justificar a continuidade do apoio financeiro dos EUA.

Resultados da 56ª Assembleia

A 56ª Assembleia adotou 4 declarações e 14 resoluções, entre as quais se destacam a Resolução sobre a Situação no Estado Plurinacional da Bolívia, a Declaração do Panamá, a Declaração sobre a Situação na Nicarágua e a Resolução sobre a Situação no Haiti. Todas as resoluções e documentos da 56ª Assembleia estão disponíveis em: https://documentsearch.oas.org/documents/undefined/AG_doc_-5905-rev6-tx.pdf

A Assembleia elegeu por aclamação 3 membros do Comitê Jurídico Interamericano, 1 membro do Tribunal Administrativo, 1 membro do Comitê de Auditoria e 3 membros do Centro de Estudos de Justiça das Américas.

Participaram 331 delegados de 32 Estados Partes; 171 delegados de países Observadores Permanentes; 96 delegados de Organizações Internacionais; 390 representantes da Sociedade Civil e de Atores Sociais; e 25 coalizões de direitos humanos.

Em relação a *Resolução sobre a Situação dos direitos humanos na Nicarágua:* expressa a preocupação com a situação política e de direitos humanos, com apelos ao respeito pelas liberdades fundamentais e ao fortalecimento dos mecanismos democráticos. O tema gerou debate porque a Nicarágua deixou formalmente a OEA em 2023. No percurso da 56ª. Assembleia foi reforçada a narrativa de que a Nicarágua atravessa uma crise democrática e de direitos humanos, mas também mostrou os limites do multilateralismo interamericano na produção de mudanças concretas no país.

[2] https://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos_A-41_carta_OEA.asp
[3] https://crc891.com/internacionales-2/crisis-interna-y-tensiones-con-estados-unidos-marcan-inicio-de-asamblea-general-de-la-oea/

A *Resolução sobre a Situação no Estado Plurinacional da Bolívia* buscava um meio-termo: apoio ao governo constitucional da Bolívia, rejeição à desestabilização e um apelo para evitar uma escalada do conflito político interno.

A *Declaração do Panamá, "Multilateralismo firme em defesa da democracia: segurança e estabilidade hemisféricas nos Estados americanos*" constitui o documento político mais importante da Assembleia (https://documentsearch.oas.org/search/AG_doc_-5923/details). A versão final está anexada a este artigo. O documento foi apreciado pelo Conselho Permanente em suas diversas reuniões ordinárias, com a recomendação de que fosse submetido ao Plenário Geral para a sua aprovação da 56ª Assembleia Geral.

No texto publicado aparecem os trechos entre colchetes, indicando falta de consenso), propostas de redação alternativa para os parágrafos ou trechos suprimidos. É interessante apontar que os Estados Unidos propuseram eliminar o termo '*justiça social*'; propõem usar *'desenvolvimento integral'* em vez de *'desenvolvimento sustentável'*; propõem omitir *'mudanças climáticas e ambientais*' e substituir por *'degradação ambiental'.* As propostas dos EUA guardam grande coerência com o documento divulgado em novembro de 2025 pelo governo americano intitulado *Estratégia de Segurança Nacional dos EUA* *https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf*, que despertou indignação entre diversos governos da ALC, inclusive o Brasil (ver Caderno 23/2025, apresentação, pp.6).

Os EUA propuseram a adição de um parágrafo, pelo qual o papel do multilateralismo é explicitamente agir sobre temas de segurança, combate ao narcotráfico e do crime organizado:

> *AFIRMAR QUE a paz, a prosperidade e a estabilidade hemisféricas são fortalecidas por meio de fronteiras seguras, sistemas de imigração legal, sólida independência energética, combate às organizações criminosas transnacionais e ao narcoterrorismo, e defesa da governança democrática contra a repressão autoritária e a influência externa maligna.*

Mesmo na seção dos "DECLARANDOS", tenta-se usar uma Declaração da OEA para cercar o "quintal da Casa Branca", propondo um parágrafo que:

> *Rejeita, nos termos mais fortes possíveis, a influência estrangeira maliciosa sobre infraestruturas críticas; propõe reduzir a dependência estratégica de potências não hemisféricas cujas práticas econômicas dirigidas pelo Estado, mecanismos de financiamento opacos e políticas comerciais coercitivas representam sérios riscos à governança democrática, à soberania econômica e à segurança regional; e incentiva os Estados-membros a restringir a propriedade ou operação estatal estrangeira de portos, redes de telecomunicações, ativos energéticos, cadeias de suprimento de terras raras e outros setores estratégicos em todo o hemisfério.*

Na sessão plenária final em que foi adotada a ***Declaração do Panamá***, é importante destacar os comentários dos Estados-Membros:

Os *Estados Unidos*, apenas reforçaram adjetivos em relação à situação na Nicarágua, destacando-a como um país autoritário ou como o governo vem implementando ações que não respeitam a propriedade privada, chegando mesmo a enfatizar que não querem mencionar organizações de direitos humanos. Observe como, no texto final da Declaração, os Estados

Unidos enfatizam a importância de complementar a declaração com um grande número de notas de rodapé.

Acreditamos que a posição mais notável tenha sido a do delegado do *México*[4], portanto, transcrevemos sua declaração na íntegra:

> *O texto aprovado carece dos elementos substantivos essenciais para refletir um multilateralismo firme, inclusivo e eficaz diante dos desafios do Hemisfério.*
>
> *Para o México, um multilateralismo firme é aquele em que a defesa da democracia está ligada ao respeito irrestrito pelo direito internacional, à igualdade jurídica dos Estados, à soberania, à não intervenção, à solução pacífica de controvérsias, à promoção e proteção dos direitos humanos, ao desenvolvimento integral, à igualdade, à justiça social e à cooperação entre iguais.*
>
> *O México lamenta que o documento acordado omita referências fundamentais ao desenvolvimento progressivo dos direitos humanos, incluindo a igualdade de gênero substancial, a participação plena, igualitária e significativa das mulheres, bem como o reconhecimento dos direitos dos afrodescendentes, dos povos indígenas, das pessoas com deficiência, das pessoas LGBTQ+ e de outros grupos historicamente excluídos ou vulneráveis.*
>
> *Como reconhecemos em inúmeras resoluções e declarações, a mobilidade humana deve ser abordada de forma abrangente, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento, cooperação, direitos humanos e responsabilidade compartilhada, e não a partir de uma perspectiva focada na segurança.*
>
> *Abordar a questão da migração deve começar por enfrentar as suas causas estruturais, bem como promover vias regulares, ordenadas e seguras. Requer também a proteção dos direitos humanos dos migrantes e o fortalecimento da cooperação entre os países de origem, trânsito, destino e retorno.*
>
> *Apesar do título, a Declaração também deixa de abordar claramente algumas das principais ameaças à segurança hemisférica e à estabilidade democrática dos Estados americanos, como o tráfico ilícito de armas de fogo, munições e outros materiais relacionados. Sem armas, os grupos criminosos têm menor capacidade para disputar territórios, ameaçar comunidades e autoridades, atacar instituições e sustentar economias ilícitas.*
>
> *Ignorar o comércio ilícito de armas não elimina a existência ou a gravidade do fenômeno; pelo contrário, torná-lo invisível enfraquece a capacidade coletiva de construir respostas eficazes e equilibradas, baseadas em responsabilidades partilhadas, bem como o quadro jurídico interamericano que adotamos em conjunto. Conforme reconhecido no Parecer Consultivo OC/3025 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, os Estados têm a obrigação legal de agir com, e cito, "devida diligência ativa" para prevenir o comércio ilícito de armas, classificando-o como um problema estrutural que ameaça os direitos humanos nas Américas. Isso também é reconhecido pela vasta maioria dos Estados-membros desta organização na Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos.*
>
> *O México espera que a Declaração adotada em consideração ao Estado anfitrião não se torne um precedente e que os textos futuros incorporem, em espírito de diálogo e cooperação, os elementos que, do ponto de vista da minha delegação, foram omitidos e que fazem parte do patrimônio*

[4] Vale ressaltar que apenas os Estados Unidos, a Guatemala e o México comentaram a Declaração do Panamá. O Brasil não solicitou a palavra para comentar a declaração. - https://www.youtube.com/watch?v=zFSM4F-uPAU

jurídico que levamos tantas décadas para construir e que é a base das relações amistosas entre nossos Estados.

Comemoração do Bicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá (1826-2026)

Este ano marca o bicentenário do *Congresso Anfictiônico do Panamá*, um dos eventos diplomáticos mais importantes da história da América Latina. O Congresso reuniu-se na Cidade do Panamá entre 22 de junho e 15 de julho de 1826, convocado por *Simón Bolívar* com o objetivo de criar uma aliança permanente entre as repúblicas recém-independentes das Américas.



Retrato de Simón Bolívar, pintado por José Toro Moreno, publicado no site *Opera Mundi*

O Congresso é considerado um precursor do multilateralismo moderno nas Américas. Seus princípios anteciparam ideias que mais tarde se tornariam centrais para organizações internacionais como as Nações Unidas e a própria OEA, tais como a igualdade soberana entre os Estados; a cooperação internacional; a defesa coletiva; a resolução pacífica de disputas; e o respeito pela independência dos países.

O Panamá comemora este ano o Congresso Anfictiônico com uma série de atividades diplomáticas, acadêmicas, culturais e institucionais. As celebrações incluem homenagens oficiais, encontros internacionais e debates sobre o futuro da integração regional. Em 22 de junho de 2026, no bicentenário da abertura do Congresso, foram realizadas cerimônias solenes no Palácio Bolívar, com a participação de autoridades panamenhas e representantes de países da América Latina[5].

A comemoração contou com a presença do Presidente do Panamá, *José Raúl Mulino*[6], na qualidade de anfitrião da comemoração; o presidente da Colômbia, *Gustavo Petro*[7], um dos países historicamente ligados ao projeto bolivariano; o Presidenta da Guatemala *Bernardo*

[5] https://mire.gob.pa/panama-conmemora-el-bicentenario-de-la-instalacion-del-congreso-anfictionico-con-sesion-solemne-y-reflexiones-sobre-la-integracion-regional

[6] https://www.infobae.com/panama/2026/06/22/mulino-reune-a-mandatarios-y-pide-defender-la-democracia-con-integracion-regional-en-panama

[7] https://www.swissinfo.ch/spa/el-presidente-de-guatemala-llega-a-panam%C3%A1-para-el-bicentenario-del-congreso-anficti%C3%B3nico/91625545

Arévalo[8], o presidente hondurenho *Nasry Asfura*[9], a vice-presidente do Equador, *María José Pinto* (em substituição ao presidente Daniel Noboa) e o vice-presidente de El Salvador, representado pelo vice-presidente *Félix Ulloa*.

O presidente panamenho Mulino destacou a importância de celebrar este evento com diversas atividades em todo o país neste ano, declarado *Ano do Congresso Anfictiônico*, para comemorar um momento singular na história das Américas e do mundo. O congresso, convocado por Bolívar, visava criar uma confederação entre os estados recém-independentes: uma "*nação de repúblicas*", nas suas palavras.

> *O Panamá inicia seu bicentenário em um momento de enorme importância para a América Latina. Apesar da passagem dos séculos, Bolívar exortou os povos nativos das Américas a impedir que sua independência se esvaísse em meio a guerras internas, caudilhismo e dominação estrangeira. Bolívar compreendeu que, sem instituições, sem o Estado de Direito e sem o respeito pela vontade popular, 200 anos depois enfrentamos um problema semelhante: a região vivencia uma profunda tensão entre democracia e autoritarismo, uma luta entre o respeito pela vontade popular e a usurpação do poder. Diante dessa situação, o Panamá não pode permanecer em silêncio.*
>
> *O Congresso Anfictiônico nos legou uma ideia que permanece relevante: a soberania não pertence aos governos, mas ao povo. Essa verdade fundamental norteia a política externa do meu governo hoje. Na Venezuela, o povo se manifestou de forma clara e esmagadora nas urnas em 2024. Esse mandato não pode ser ignorado, distorcido ou substituído por estruturas de poder que perpetuam as mesmas que levaram ao colapso institucional, econômico e humano dessa nação irmã.*

A questão fundamental é: *nesta região ideologicamente fragmentada, poderá a América Latina recuperar uma capacidade coletiva de ação internacional semelhante ao ideal proposto por Bolívar há 200 anos?*

ANEXO

PROJETO DE DECLARAÇÃO DO PANAMÁ "MULTILATERALISMO FIRME EM DEFESA DA DEMOCRACIA, DA SEGURANÇA HEMISFÉRICA E DA ESTABILIDADE NOS ESTADOS AMERICANOS"[10, 11,12,13,14,15]

A ASSEMBLEIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), reunida na República do Panamá, de 22 a 24 de junho de 2026, por ocasião da realização de seu Quinquagésimo Sexto Período Ordinário de Sessões;

---

[8] https://lahora.gt/nacionales/agenciaefe/2026/06/21/presidente-bernardo-arevalo-arriba-a-panama-para-asistir-a-las-actividades-del-bicentenario-del-congreso-anfictionico/

[9] https://www.laprensa.hn/honduras/asfura-aterriza-panama-participara-bicentenario-congreso-anfictionico-KE31171487

[10] O Uruguai reafirma a importância de que se promova a participação plena, efetiva e significativa das mulheres, dos povos indígenas, dos afrodescendentes e de outros grupos historicamente marginalizados como elemento essencial para o fortalecimento de toda democracia, bem como a obrigação dos Estados de eliminar toda forma de discriminação.

[11] O México apresentará nota de rodapé sobre esta resolução.

[12] A Argentina se reserva o direito de apresentar nota de rodapé sobre esta resolução.

[13] Brasil apresentará nota de rodapé sobre esta resolução.

[14] A Colômbia se reserva o direito de apresentar nota de rodapé sobre esta resolução.

[15] A Bolívia se reserva o direito de apresentar nota de rodapé sobre esta resolução.

RECORDANDO que o ano de 2026 foi declarado Ano do Bicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá de 1826, em reconhecimento a seu legado como marco na história da cooperação interamericana e precursor dos princípios que regem a OEA;

RECONHECENDO o apoio histórico e fraternal prestado pela República do Haiti a alguns movimentos de independência da América Latina no século XIX, especialmente por meio da assistência decisiva oferecida pelo presidente haitiano Alexandre Pétion ao libertador Simón Bolívar, que continua sendo um dos momentos fundacionais da solidariedade interamericana e que prenuncia o ideal de unidade continental simbolizado no Congresso Anfictiônico do Panamá;

REAFIRMANDO a vigência e a centralidade da Carta da Organização dos Estados Americanos, incluindo os princípios dispostos em seu artigo 3, bem como o trabalho da Organização em temas como fortalecimento da democracia, direitos humanos, segurança multidimensional, desenvolvimento integral, Direito Internacional e cooperação jurídica internacional;

CONSIDERANDO que o tema do presente período ordinário de sessões é "Multilateralismo em defesa da democracia, da segurança hemisférica e da estabilidade nos Estados americanos";

RECORDANDO a aprovação da Carta Democrática Interamericana em 2001, instrumento essencial do Sistema Interamericano, que reconhece que os povos das América têm direito à democracia e seus governos a obrigação de promovê-la e defendê-la, e que a democracia é essencial para o desenvolvimento social, político e econômico dos povos das Américas e também que a democracia e o desenvolvimento econômico e social são interdependentes e se reforçam mutuamente;

DESTACANDO que o ano de 2026 comemora o vigésimo quinto aniversário desse instrumento, o que constitui uma oportunidade histórica para reafirmar o valor da Carta Democrática Interamericana, avaliar seus mecanismos de implementação e reafirmar o compromisso hemisférico com a democracia representativa frente aos desafios atuais e emergentes;

REITERANDO nosso compromisso com a promoção e a proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, levando em conta sua natureza universal, indivisível, interdependente e inter relacionada;

REAFIRMANDO o artigo 9 da Carta Democrática Interamericana[16,17,18,19].

DESTACANDO que tanto as ameaças tradicionais como as novas ameaças na área de segurança hemisférica são de caráter multidimensional e requerem respostas coordenadas e baseadas nas prioridades e realidades de cada Estado, em estrito apego ao Direito Internacional, inclusive o Direito Internacional dos Direitos Humanos, e

---

[16] Artigo 9 da Carta Democrática Interamericana: "[a] eliminação de toda forma de discriminação, especialmente a discriminação de gênero, étnica e racial, e das diversas formas de intolerância, bem como a promoção e proteção dos direitos humanos dos povos indígenas e dos migrantes, e o respeito à diversidade étnica, cultural e religiosa nas Américas contribuem para o fortalecimento da democracia e a participação do cidadão".

[17] A República do Paraguai deixa registrado que toda referência ao termo "gênero" neste e em todos os documentos aprovados por esta Assembleia Geral será interpretada conforme a Constituição da República do Paraguai e seu ordenamento jurídico interno.

[18] A República de El Salvador reitera seu pleno compromisso com as obrigações decorrentes dos instrumentos jurídicos interamericanos vigentes nos quais é Parte. Do mesmo modo, reafirma que a aplicação dos mecanismos regionais deve ater-se estritamente ao princípio de legalidade, ao devido processo e ao respeito à soberania nacional, garantindo que o multilateralismo atue em harmonia com seu ordenamento interno. Nesse sentido, El Salvador formula reserva expressa em relação à expressão "discriminação de gênero" e a qualquer outra categorização não reconhecida em sua legislação nacional.

[19] Os Estados Unidos apresentarão nota de rodapé sobre este parágrafo.

SUBLINHANDO a importância de aprofundar a cooperação nessa área como um dos eixos articuladores da ação hemisférica, em conformidade com a Declaração sobre Segurança nas Américas de 2003[20];

RECONHECENDO que o multilateralismo é um instrumento legítimo e eficaz para a concertação política, a cooperação regional e a governança hemisférica em um contexto internacional marcado por transformações profundas e interdependências crescentes; e[21]

DESTACANDO o papel estratégico das infraestruturas críticas para o comércio, a conectividade e a estabilidade regional, incluindo o Canal do Panamá, como elemento-chave para a segurança econômica e alimentar do Hemisfério,

DECLARA:

1. O compromisso irrevogável dos Estados membros com o cumprimento do Direito Internacional, bem como com o fortalecimento e o avanço da democracia, do Estado de Direito e do respeito pleno dos direitos humanos, com base na Carta da Organização dos Estados Americanos e nos princípios da Carta Democrática Interamericana.

2. Que a democracia, o desenvolvimento e o pleno respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais são interdependentes e se reforçam mutuamente.

3. O reconhecimento do papel histórico do Panamá como sede do Congresso Anfictiônico de 1826 e como sede do Quinquagésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA.

4. Que o Bicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá constitui uma ocasião importante para reafirmar que o multilateralismo hemisférico é uma ferramenta eficaz para fomentar o diálogo e a cooperação[22].

5. A importância de promover um multilateralismo fortalecido, eficaz e com a participação de todos os atores para a busca por soluções consensuais que respondam às necessidades dos povos das Américas[23].

6. A disposição de promover o diálogo e a solidariedade hemisférica inspiradas no espírito do Congresso Anfictiônico do Panamá de 1826, incluindo a igualdade soberana, a cooperação em matéria migratória, de segurança e defesa, a resolução pacífica de conflitos e o livre comércio.

7. Seu compromisso de fortalecer o Estado de Direito, a governabilidade democrática e as instituições públicas, a promoção e a proteção dos direitos humanos.

8. A reafirmação dos princípios e compromissos consagrados na Carta Democrática Interamericana na comemoração de seu vigésimo quinto aniversário, como instrumento fundamental do Sistema Interamericano, que orienta a atuação dos Estados membros na defesa e promoção da democracia, sob os princípios do Direito Internacional.

9. A expectativa de que os Estados membros, conforme o caso, continuem aprofundando a cooperação internacional e o intercâmbio oportuno de informações a fim de enfrentar desafios hemisféricos comuns.

10. A importância de fortalecer a cooperação em segurança hemisférica a partir de uma abordagem multidimensional, baseada na confiança mútua, no respeito ao Direito Internacional e na proteção dos direitos humanos.

11. A relevância de aproveitar os instrumentos existentes da OEA, os mecanismos de coordenação regional e a cooperação judicial, entre outros, para promover respostas mais articuladas, sustentadas e eficazes frente aos desafios comuns de segurança no Hemisfério.

---

[20] Estados Unidos apresentarão nota de rodapé sobre este parágrafo.
[21] Os Estados Unidos apresentarão nota de rodapé sobre este parágrafo.
[22] Os Estados Unidos apresentarão nota de rodapé sobre este parágrafo.
[23] Os Estados Unidos apresentarão nota de rodapé sobre este parágrafo.

12. Que em cumprimento do Direito Internacional, incluindo o Direito Internacional dos Direitos Humanos, se compromete a continuar seus esforços para prevenir e combater a criminalidade organizada transnacional, os crimes que afetam o meio ambiente, o terrorismo, a criminalidade cibernética, o problema das drogas -incluindo o narcotráfico –, a corrupção, a lavagem de ativos e outros desafios à segurança multidimensional do Hemisfério, em linha com as prioridades nacionais cibernética, o problema das drogas -incluindo o narcotráfico –, a corrupção, a lavagem de ativos e outros desafios à segurança multidimensional do Hemisfério, em linha com as prioridades nacionais[24].

13. Sua satisfação com a parceria estratégica firmada entre a OEA e o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) para o lançamento do Observatório Hemisférico do Crime Organizado e Mercados Ilícitos, como ferramenta concreta a serviço do enfrentamento da criminalidade organizada transnacional e outros fenômenos criminosos, com base em instrumentos de cooperação técnica e ferramentas de análise que permitam melhorar a compreensão e caracterização desses fenômenos, contribuindo para a elaboração de políticas baseadas em evidência. A Comissão de Segurança Hemisférica do Conselho Permanente abordará o desenvolvimento das diretrizes estratégicas orientadas para assegurar sua pertinência e alinhamento com as prioridades nacionais e regionais em matéria de segurança.

14. Seu compromisso de fomentar o diálogo político, a diplomacia e a solução pacífica de controvérsias orientados pelo princípio de boa-fé como pilares essenciais da estabilidade regional.

15. Promover, em conformidade com os princípios de solidariedade e cooperação interamericanas e com os compromissos internacionais assumidos, o desenvolvimento integral e a erradicação da pobreza, procurando apoiar a consecução dos objetivos nacionais dos Estados membros e respeitar as prioridades que sejam fixadas em cada país, bem como fortalecer a cooperação hemisférica e o intercâmbio de boas práticas, especialmente em benefício dos países em desenvolvimento, reconhecendo que esses esforços são determinantes para a estabilidade democrática.

[24] Os Estados Unidos apresentarão nota de rodapé sobre este parágrafo.

O Sistema de Saúde de Cuba: De Referência Mundial em Equidade e Solidariedade Internacional à Crise Contemporânea

El Sistema de Salud de Cuba: De Referente Mundial en Equidad y Solidaridad Internacional a la Crisis Contemporánea

The Cuban Health System: From a Global Reference in Equity and International Solidarity to the Contemporary Crisis

Juan Garay

Resumo: Durante mais de meio século, Cuba representou uma das experiências mais relevantes de saúde pública no mundo, demonstrando que elevados resultados sanitários podem ser alcançados através de sistemas universais baseados na atenção primária, prevenção, equidade territorial e compromisso social, mesmo em condições de recursos econômicos limitados. O modelo cubano tornou-se internacionalmente reconhecido pela formação médica, inovação biomédica, cooperação internacional e integração entre saúde pública e medicina comunitária. A experiência cubana desafiou modelos tradicionais de desenvolvimento que associam inevitavelmente melhores resultados em saúde ao crescimento econômico elevado e ao aumento do consumo. Estudos comparativos identificaram Cuba historicamente como um modelo de bem-estar elevado dentro de limites econômicos e ecológicos relativamente sustentáveis. Entretanto, nas últimas décadas, e especialmente após 2020, o sistema de saúde cubano enfrenta uma crise profunda marcada por escassez de medicamentos e insumos, deterioração da infraestrutura, dificuldades econômicas, migração de profissionais de saúde e aumento das desigualdades no acesso. Esta deterioração resulta de uma combinação de fatores internos estruturais e pressões externas, incluindo o impacto prolongado das sanções dos Estados Unidos. Este artigo analisa a evolução histórica do sistema de saúde cubano, suas contribuições internacionais, seus avanços científicos e os desafios atuais, discutindo as lições globais que a experiência cubana oferece para a construção de sistemas de saúde mais equitativos, sustentáveis e solidários.

Palavras-chave: Cuba; saúde pública; equidade; atenção primária; cooperação médica internacional; sustentabilidade; sistemas universais de saúde.

Resumen: *Durante más de medio siglo, Cuba representó una de las experiencias más relevantes de salud pública en el mundo, demostrando que es posible alcanzar elevados resultados sanitarios mediante sistemas universales basados en la atención primaria, la prevención, la equidad territorial y el compromiso social, incluso en condiciones de recursos económicos limitados. El modelo cubano obtuvo reconocimiento internacional por la formación médica, la innovación biomédica, la cooperación internacional y la integración entre la salud pública y la medicina comunitaria. La experiencia cubana desafió los modelos tradicionales de desarrollo que asocian inevitablemente mejores resultados sanitarios con un elevado crecimiento económico y un mayor consumo. Estudios comparativos identificaron históricamente a Cuba como un modelo de alto bienestar dentro de límites económicos y ecológicos relativamente sostenibles. Sin embargo, en las últimas décadas, y especialmente después de 2020, el sistema de salud cubano enfrenta una profunda crisis marcada por la escasez de medicamentos e insumos, el deterioro de la infraestructura, las dificultades económicas, la migración de profesionales de la salud y el*

aumento de las desigualdades en el acceso. Este deterioro es el resultado de una combinación de factores estructurales internos y presiones externas, incluido el impacto prolongado de las sanciones de los Estados Unidos. Este artículo analiza la evolución histórica del sistema de salud cubano, sus contribuciones internacionales, sus avances científicos y los desafíos actuales, examinando las lecciones globales que la experiencia cubana ofrece para la construcción de sistemas de salud más equitativos, sostenibles y solidarios.

Palabras clave: *Cuba; salud pública; equidad; atención primaria; cooperación médica internacional; sostenibilidad; sistemas universales de salud.*

Abstract: *For more than half a century, Cuba represented one of the most significant public health experiences in the world, demonstrating that high health outcomes can be achieved through universal systems based on primary care, prevention, territorial equity, and social commitment, even under conditions of limited economic resources. The Cuban model became internationally recognized for its medical training, biomedical innovation, international cooperation, and the integration of public health and community medicine. Cuba's experience challenged traditional development models that inevitably associate better health outcomes with high economic growth and increased consumption. Comparative studies have historically identified Cuba as a model of high well-being within relatively sustainable economic and ecological limits. However, in recent decades, and especially since 2020, the Cuban health system has faced a profound crisis marked by shortages of medicines and supplies, deteriorating infrastructure, economic difficulties, migration of health professionals, and growing inequalities in access. This deterioration results from a combination of internal structural factors and external pressures, including the prolonged impact of United States sanctions. This article analyzes the historical evolution of the Cuban health system, its international contributions, its scientific advances, and its current challenges, discussing the global lessons that the Cuban experience offers for building more equitable, sustainable, and solidarity-based health systems.*

Keywords: *Cuba; public health; equity; primary care; international medical cooperation; sustainability; universal health systems.*

Introdução

Durante mais de meio século, Cuba representou uma das experiências de saúde pública mais notáveis do mundo. Apesar da escassez econômica, das sanções externas e dos recursos materiais limitados, o país alcançou indicadores de saúde comparáveis aos de nações de alta renda, mantendo simultaneamente o acesso universal e gratuito aos cuidados de saúde.

Cuba tornou-se internacionalmente reconhecida por seu modelo de atenção primária orientado para a prevenção, seu amplo sistema de formação médica, sua inovação biomédica e sua cooperação médica internacional em escala sem precedentes.

A experiência cubana desafiou a ideia dominante de que excelentes resultados em saúde populacional exigem necessariamente elevados níveis de riqueza nacional. Em vez disso, demonstrou que um forte compromisso político com a equidade, a atenção primária territorial, a integração da saúde pública e o acesso universal pode produzir resultados excepcionais mesmo sob restrições econômicas.

Em seu período de maior desenvolvimento, Cuba tornou-se um dos exemplos práticos mais claros dos princípios posteriormente formalizados na Declaração de Alma-Ata sobre Atenção Primária à Saúde: universalidade, prevenção, participação comunitária e equidade.[1]

Contudo, durante a última década, especialmente após 2020, o sistema de saúde cubano entrou em um período de grave deterioração. A crise econômica, o endurecimento das sanções dos Estados Unidos, a escassez de medicamentos e suprimentos, a migração de profissionais, a deterioração da infraestrutura e o aumento das desigualdades de acesso vêm progressivamente reduzindo muitas das conquistas que fizeram de Cuba uma referência mundial em saúde.

Este artigo analisa a evolução do sistema de saúde cubano, suas contribuições internacionais e inovações, assim como as causas estruturais por trás de sua crise contemporânea.

Construção de um Sistema Universal de Saúde após 1959

Antes de 1959, Cuba apresentava grandes desigualdades no acesso aos serviços de saúde. Médicos e hospitais estavam concentrados em Havana e nos principais centros urbanos, enquanto muitas populações rurais careciam até mesmo de cuidados médicos básicos.

Após 1959, a saúde passou a ser considerada um direito constitucional e uma responsabilidade central do Estado. O governo cubano nacionalizou os serviços de saúde e construiu progressivamente um sistema nacional integrado baseado na universalidade, prevenção e equidade territorial.

A política de saúde ultrapassou amplamente os limites dos hospitais e clínicas. Foram realizados grandes investimentos em alfabetização, vacinação, saúde materno-infantil, saneamento, nutrição, assistência rural e vigilância epidemiológica.

Cuba integrou saúde pública e medicina clínica de uma maneira pouco comum internacionalmente.

Os resultados foram expressivos. A mortalidade infantil diminuiu fortemente, doenças infecciosas foram controladas e a expectativa de vida aumentou de forma contínua durante a segunda metade do século XX.

Segundo a análise do Global Equity Atlas, Cuba alcançou uma expectativa de vida de 78,65 anos no período 2016–2020, comparada com uma média mundial de 72,45 anos.[2] A expectativa feminina atingiu 80,65 anos e a masculina 76,66 anos.

Como observaram Keck e Reed, “Cuba demonstrou que um país pode alcançar excelentes resultados em saúde através de cuidados universais orientados para a prevenção, apesar de recursos econômicos limitados”.[3]

Atenção Primária Universal e Equidade Territorial

O modelo cubano tornou-se internacionalmente influente porque conseguiu operacionalizar a atenção primária universal através da responsabilidade territorial e da prevenção.

O Programa do Médico e da Enfermeira da Família, introduzido durante a década de 1980, atribuiu a cada equipe médico-enfermeira a responsabilidade por uma população definida geograficamente. Os profissionais geralmente residiam nas mesmas comunidades que

atendiam, realizavam visitas domiciliares, mantinham registros detalhados das famílias, acompanhavam fatores de risco e integravam cuidados preventivos e curativos.

Essa organização territorial permitiu uma cobertura vacinal muito elevada, bons resultados em saúde materno-infantil, respostas epidemiológicas rápidas e diagnóstico precoce de doenças.

O sistema cubano também associou a política de saúde aos determinantes sociais mais amplos, incluindo alfabetização, educação, nutrição, participação das mulheres e vigilância em saúde pública.

Diferentemente de muitos sistemas fragmentados centrados em hospitais e medicina especializada, Cuba integrou saúde pública e medicina clínica em uma estratégia nacional unificada.

Cuba como Modelo de Saúde Equitativo e Sustentável

A análise do Global Equity Atlas demonstra por que Cuba adquiriu relevância internacional não apenas pelos seus indicadores de saúde, mas por ter alcançado esses resultados em condições econômicas relativamente modestas.[2]

O estudo identifica Cuba historicamente como pertencente ao grupo de modelos "Saudáveis, Replicáveis e Sustentáveis" (Healthy, Replicable and Sustainable – HRS), ou seja, países capazes de alcançar resultados de saúde superiores à média dentro de limites econômicos e ecológicos globalmente replicáveis.

Em comparação com países vizinhos, Cuba alcançou uma expectativa de vida superior à da República Dominicana e próxima à dos Estados Unidos, apesar de possuir um PIB per capita muito inferior ao norte-americano. A expectativa de vida cubana atingiu 78,65 anos, comparada com 73,69 anos na República Dominicana e 78,51 anos nos Estados Unidos.[2]

A comparação com países de capacidade econômica e ecológica semelhante, particularmente Tailândia e China, também mostrou Cuba com expectativa de vida superior apesar de menor consumo ecológico.[2]

A análise demonstrou ainda que o PIB per capita cubano permaneceu abaixo da média mundial enquanto a expectativa de vida superava a média global em mais de seis anos.[2]

Esses resultados desafiaram paradigmas dominantes de desenvolvimento que associam progresso em saúde principalmente ao crescimento econômico e ao elevado consumo.

O estudo concluiu que Cuba representou historicamente um dos poucos exemplos de elevado bem-estar alcançado dentro de limites ecológicos relativamente sustentáveis e globalmente replicáveis.[2]

Educação Médica e Formação Internacional

Um dos pilares centrais do sucesso da saúde cubana foi o investimento em larga escala na formação médica.

Cuba desenvolveu uma das maiores proporções de médicos por população do mundo através de uma educação médica pública orientada para a responsabilidade social. A formação foi fortemente integrada à prática comunitária e à atenção primária, em vez de estar exclusivamente concentrada em hospitais especializados.

A Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM), fundada em 1999, tornou-se uma das maiores escolas internacionais de medicina do mundo. Dezenas de milhares de estudantes da América Latina, África, Ásia e comunidades desfavorecidas dos Estados Unidos foram formados em Cuba através de bolsas que enfatizavam prevenção, saúde pública e serviço às populações vulneráveis.

Assim, Cuba exportou não apenas médicos e profissionais de saúde, mas também uma filosofia de medicina socialmente responsável.

Cooperação Médica Internacional e Solidariedade

Cuba tornou-se reconhecida mundialmente pela cooperação médica internacional em uma escala incomum entre os países.

Desde a década de 1960, brigadas médicas cubanas atuaram na América Latina, África, Ásia e Caribe, especialmente em áreas rurais e durante emergências humanitárias.

Até 2019, mais de 600 mil profissionais cubanos de saúde haviam participado de missões em mais de 160 países.[4]

Equipes cubanas responderam a terremotos, furacões, epidemias de cólera, ao surto de Ebola na África Ocidental e à pandemia de COVID-19. A Brigada Médica Internacional Henry Reeve tornou-se conhecida mundialmente por suas missões humanitárias.

Um dos programas mais emblemáticos foi a Operação Milagre (Operación Milagro), desenvolvida com a Venezuela em 2004, que ofereceu cirurgias oftalmológicas gratuitas a milhões de pessoas na América Latina e em outras regiões. Cirurgias de catarata e procedimentos de recuperação da visão tornaram-se símbolos da solidariedade médica cubana.

Como observou Feinsilver, “a diplomacia médica cubana tornou-se uma das formas mais importantes de influência internacional e solidariedade do país”.[5]

Críticas e Debate sobre a Cooperação Médica Internacional

A cooperação médica internacional cubana tem gerado tanto reconhecimento quanto críticas.

Seus defensores consideram esses programas um dos maiores exemplos de solidariedade Sul-Sul da história moderna, levando serviços de saúde a populações remotas e vulneráveis.

Seus críticos, especialmente o governo dos Estados Unidos, argumentam que Cuba explora os trabalhadores médicos porque parte significativa dos pagamentos realizados pelos países receptores é destinada ao Estado cubano.

Entretanto, esse mecanismo também pode ser analisado no contexto de sistemas de financiamento público e redistribuição semelhantes a modelos de tributação progressiva existentes em países da OCDE. Dependendo da missão e das condições salariais, médicos cubanos geralmente recebem uma parte significativa da remuneração, enquanto outra parcela financia os sistemas universais de saúde, educação e formação médica.

Muitos profissionais relatam também que as missões internacionais oferecem melhores rendimentos e oportunidades de desenvolvimento profissional em comparação com seus salários nacionais.[4]

O debate revela, portanto, uma tensão mais ampla entre modelos de solidariedade pública e abordagens orientadas pelo mercado na circulação internacional de profissionais de saúde.

Pesquisa Biomédica e Inovação Científica Cubana

Outro aspecto frequentemente pouco reconhecido do modelo cubano foi seu investimento significativo em pesquisa biomédica e biotecnologia.

Apesar das limitações econômicas e das sanções externas, Cuba desenvolveu instituições científicas avançadas e um setor biotecnológico sofisticado. Centros de pesquisa cubanos produziram vacinas, terapias contra o câncer, tecnologias diagnósticas e medicamentos com reconhecimento internacional.

Baracca e Franconi descreveram a estratégia biotecnológica cubana como "um dos modelos de desenvolvimento científico mais ambiciosos realizados por um país de renda média".[6]

A pandemia de COVID-19 destacou essas capacidades. Cuba desenvolveu várias vacinas nacionais contra a COVID-19, incluindo Abdala e Soberana, tornando-se um dos poucos países do Sul Global capazes de produzir suas próprias vacinas durante a pandemia.

Essa conquista foi particularmente significativa considerando as limitações severas de importação, financiamento, acesso tecnológico e aquisição de matérias-primas associadas ao embargo dos Estados Unidos.

O Impacto do Embargo dos Estados Unidos sobre a Saúde e as Condições de Vida

Qualquer avaliação séria da evolução e da deterioração atual do sistema de saúde cubano deve considerar os efeitos de longo prazo do embargo dos Estados Unidos, não apenas sobre o setor da saúde, mas também sobre a economia cubana e as condições sociais que determinam os resultados sanitários.

O embargo nunca funcionou apenas como uma restrição comercial bilateral. Através de sanções financeiras, penalidades extraterritoriais, restrições bancárias, limitações ao transporte marítimo e sanções secundárias que afetam empresas e países terceiros, ele restringiu durante décadas o acesso de Cuba a mercados internacionais, crédito, tecnologias, combustíveis, insumos industriais e materiais médicos.[7]

Seus efeitos tornaram-se particularmente intensos após o colapso da União Soviética e voltaram a aumentar durante os governos Trump, que implementaram mais de 240 medidas adicionais relacionadas a turismo, remessas financeiras, importações de combustível, operações bancárias, transporte marítimo e relações comerciais internacionais.[8]

Essas restrições reduziram significativamente o acesso cubano a divisas e agravaram a escassez em setores fundamentais como alimentação, eletricidade, transporte e saúde.

As consequências sanitárias são tanto diretas quanto indiretas.

Diretamente, o embargo dificulta a aquisição de medicamentos, peças de reposição, reagentes laboratoriais, equipamentos diagnósticos, tecnologias médicas e matérias-primas farmacêuticas. Mesmo quando existem exceções humanitárias formais, restrições bancárias, exigências administrativas, barreiras logísticas e receio de sanções secundárias por parte de fornecedores aumentam custos e atrasam aquisições.[7]

Indiretamente, os efeitos econômicos das sanções contribuíram para redução das receitas estatais, inflação, deterioração da infraestrutura, insegurança alimentar, problemas energéticos e queda dos salários reais — fatores que afetam a saúde da população e a sustentabilidade da força de trabalho.

A Indústria Farmacêutica Cubana e a Dependência de Importações

Um dos elementos menos compreendidos do sistema cubano é a importância estratégica de sua indústria farmacêutica e biotecnológica.

Durante décadas, Cuba desenvolveu um dos maiores sistemas estatais de produção de medicamentos genéricos do Sul Global. No início dos anos 2000, aproximadamente 80% dos medicamentos utilizados no país eram produzidos internamente.[9]

O país também desenvolveu capacidades reconhecidas internacionalmente, incluindo vacinas contra meningite B, terapias contra câncer, interferons, anticorpos monoclonais e as vacinas nacionais contra COVID-19 Abdala e Soberana.

Entretanto, a produção farmacêutica cubana depende fortemente da importação de ingredientes farmacêuticos ativos, precursores químicos, equipamentos industriais, peças e insumos laboratoriais.

A Índia tornou-se um dos principais parceiros de Cuba em importações farmacêuticas e cooperação técnica. A colaboração indiana contribuiu historicamente para o desenvolvimento da produção cubana de medicamentos genéricos e continua fornecendo materiais essenciais.[10]

Porém, restrições financeiras e sanções dificultam cada vez mais essas importações. Mesmo quando os medicamentos não são diretamente proibidos, limitações bancárias, transporte marítimo, seguros, transações em dólares e acesso ao crédito criam grandes obstáculos.

O resultado é um paradoxo central da crise atual: um país capaz de desenvolver vacinas avançadas e produtos biotecnológicos enfrenta dificuldades crescentes para garantir antibióticos, medicamentos cardiovasculares, analgésicos, insulina e materiais cirúrgicos básicos.

O Declínio Gradual do Sistema de Saúde Cubano

Na última década, o sistema de saúde cubano deteriorou-se progressivamente.

A estagnação econômica, a redução do apoio venezuelano, a queda das receitas do turismo, a inflação, a deterioração da infraestrutura e a crise da COVID-19 agravaram fragilidades estruturais existentes.

Hospitais enfrentam crescentes problemas de abastecimento de medicamentos, materiais diagnósticos, insumos cirúrgicos, eletricidade e água. Muitos pacientes dependem de familiares no exterior, mercados informais ou redes pessoais para obter medicamentos essenciais.

A análise do Global Equity Atlas identificou sinais de alerta anteriores à pandemia. A carga relativa da desigualdade em saúde aumentou progressivamente após 2000, especialmente entre mulheres de 40 a 69 anos e adultos acima de 65 anos.[2]

O estudo estimou que, entre 2016 e 2020, Cuba apresentou 3.483 mortes anuais em excesso em comparação com padrões HRS representados pelo Sri Lanka — mais de 10 mortes evitáveis por dia.[2]

Em comparação com a Costa Rica, país latino-americano com trajetória histórica semelhante de equidade em saúde, o excesso de mortalidade chegou a 16.552 mortes anuais, aproximadamente 50 mortes evitáveis por dia.[2]

Esses dados indicam que a deterioração começou antes da crise pós-pandemia e afeta especialmente os grupos mais vulneráveis.

Redução da Expectativa de Vida e dos Resultados em Saúde

Um dos sinais mais evidentes da deterioração do sistema foi a piora dos indicadores de mortalidade após 2020.

A pandemia de COVID-19 revelou vulnerabilidades importantes na infraestrutura, no abastecimento de medicamentos e na capacidade da força de trabalho em saúde. A expectativa de vida diminuiu significativamente durante os anos da pandemia devido ao excesso de mortalidade associado à COVID-19 e às dificuldades mais amplas do sistema.

Essa queda representou uma ruptura com a trajetória histórica de melhoria contínua da saúde observada em Cuba durante décadas.

Fuga de Cérebros e Êxodo de Profissionais de Saúde

A deterioração econômica progressiva e o aumento da distância entre os salários profissionais e o custo de vida aceleraram a migração de médicos, enfermeiros, cientistas e outros profissionais qualificados.

Estimativas recentes indicam que Cuba perdeu mais de 30 mil médicos entre 2021 e 2024, enquanto as perdas totais no setor da saúde podem ultrapassar 77 mil profissionais, incluindo enfermeiros, técnicos e especialistas.[11]

A atenção primária parece ter sido particularmente afetada, enfraquecendo o sistema do médico e enfermeira da família que historicamente constituiu a base da saúde pública cubana.

A “fuga de cérebros” cubana não pode ser compreendida separadamente da deterioração geral das condições econômicas e sociais, associada tanto a limitações estruturais internas quanto a pressões econômicas externas.

Mercados Informais e Acesso Desigual

Talvez a transformação mais profunda tenha sido o surgimento de mecanismos desiguais de acesso.

Historicamente, o modelo cubano caracterizava-se por um acesso relativamente igualitário aos serviços de saúde. Atualmente, porém, medicamentos e insumos são cada vez mais obtidos através de remessas do exterior, mercados paralelos, lojas em moeda estrangeira, rendimentos ligados ao turismo ou familiares emigrados.

O acesso passou a depender frequentemente da disponibilidade de moeda estrangeira e de redes sociais de apoio, em vez de depender exclusivamente do princípio universal de direito à saúde.

Essa mudança representa um afastamento significativo dos fundamentos éticos do modelo cubano e ameaça enfraquecer a legitimidade de um sistema historicamente associado à equidade social.

Responsabilidade Global e Solidariedade com a Saúde Cubana

Existe uma responsabilidade internacional mais ampla em reconhecer tanto as conquistas históricas quanto as vulnerabilidades atuais do sistema de saúde cubano.

Durante décadas, Cuba demonstrou que o acesso universal, a atenção primária orientada para a prevenção, o internacionalismo médico e o investimento público em saúde e educação podem produzir resultados extraordinários mesmo sob condições de recursos limitados.

O modelo cubano contribuiu não apenas para sua própria população, mas também para milhões de pessoas na América Latina, África, Ásia e Caribe através da cooperação médica, formação profissional, resposta a desastres, controle de epidemias e programas como a Operação Milagre.

A comunidade internacional tem, portanto, a responsabilidade não apenas de analisar a crise cubana, mas também de defender princípios de equidade, solidariedade e universalismo historicamente associados ao modelo cubano.

Essa responsabilidade inclui igualmente o debate sobre a continuidade do embargo dos Estados Unidos contra Cuba, que há décadas é rejeitado pela Assembleia Geral das Nações Unidas através de resoluções anuais aprovadas por ampla maioria.

A solidariedade com a saúde cubana deve ultrapassar o reconhecimento simbólico. Deve incluir cooperação prática em acesso a medicamentos, tecnologias médicas, intercâmbio científico, resiliência energética e recuperação da atenção primária e da produção farmacêutica.

Lições da Experiência Cubana

A experiência cubana oferece duas grandes lições para a saúde global.

Primeiro, Cuba demonstrou que acesso universal, atenção primária preventiva, medicina comunitária e sistemas públicos fortes podem alcançar resultados extraordinários mesmo sob condições econômicas limitadas.

Segundo, a crise atual demonstra a vulnerabilidade dos sistemas de saúde diante de períodos prolongados de escassez econômica, isolamento geopolítico, deterioração da infraestrutura e esgotamento dos profissionais.

O caso cubano permanece relevante não apenas como uma história de sucesso, mas também como um alerta sobre a fragilidade dos sistemas equitativos quando a sustentabilidade econômica e a capacidade institucional de adaptação se enfraquecem.

Conclusão

Durante décadas, Cuba foi um dos exemplos mais influentes de desenvolvimento equitativo em saúde no mundo. O acesso universal, a atenção primária comunitária, a solidariedade internacional, a inovação biomédica e a educação médica socialmente responsável transformaram a ilha em uma referência mundial de saúde pública.

A análise do Global Equity Atlas confirma que Cuba alcançou níveis de expectativa de vida muito superiores às médias internacionais mantendo condições econômicas e ecológicas relativamente replicáveis.[2]

Entretanto, a última década marcou uma profunda reversão dessa trajetória. A crise econômica, o endurecimento das sanções, a escassez de recursos, a migração de profissionais, a deterioração da infraestrutura e o aumento das desigualdades de acesso corroeram progressivamente os fundamentos do sistema.

A carga da iniquidade em saúde — praticamente inexistente até aproximadamente 2010 quando comparada aos países de referência HRS — aumentou para mais de 10 mortes evitáveis por dia em relação ao padrão atual representado pelo Sri Lanka e cerca de 50 mortes evitáveis por dia quando comparada à Costa Rica.[2]

Essas mortes evitáveis afetam crescentemente mulheres de meia-idade e idosos, revelando o custo humano da deterioração atual.

A experiência cubana permanece historicamente importante porque demonstrou que elevados níveis de saúde e bem-estar podem ser alcançados sem os níveis de riqueza e consumo característicos de muitas sociedades industrializadas.

Existe, portanto, uma responsabilidade global de reconhecer as conquistas e princípios do modelo cubano de saúde e solidariedade, defender o acesso à saúde e aos medicamentos e apoiar uma renovada cooperação internacional com a saúde pública cubana.

A capacidade de Cuba preservar os princípios de cuidado universal e equitativo enquanto se adapta às realidades econômicas e geopolíticas contemporâneas continua sendo uma das questões mais relevantes da saúde pública latino-americana atual.

Referências

[1] World Health Organization. Declaration of Alma-Ata: International Conference on Primary Health Care. Geneva: WHO, 1978.

[2] Global Equity Atlas. Health Equity and Sustainable Wellbeing Analysis. Global comparisons of life expectancy, mortality and sustainable health models.

[3] Keck CW, Reed GA. The Curious Case of Cuba. American Journal of Public Health.

[4] Feinsilver JM. Healing the Masses: Cuban Health Politics at Home and Abroad. University of California Press.

[5] Feinsilver JM. Cuban Medical Diplomacy: When the Left Has Right. Foreign Affairs.

[6] Baracca A, Franconi G. Cuban Biotechnology and Scientific Development Models.

[7] United Nations General Assembly. Necessity of Ending the Economic, Commercial and Financial Embargo Imposed by the United States of America against Cuba.

[8] Cuban Ministry of Foreign Affairs. Reports on the impact of U.S. sanctions and additional restrictive measures.

[9] Cuban pharmaceutical sector reports on domestic medicine production capacity.

[10] India–Cuba pharmaceutical cooperation reports.

[11] Estimates on Cuban health workforce migration and professional losses (2021–2024).

Reunião de Chefes de Estado e de Governo da África sobre o surto de Ébola

Reunión de Jefes de Estado y de Gobierno sobre el brote de Ébola

Meeting of Heads of State and Government on the Ebola Outbreak

Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg

Resumo: Entre 9 e 22 de junho de 2026, a resposta ao surto de Ebola causado pelo vírus Bundibugyo na República Democrática do Congo (RDC) e em Uganda ganhou destaque em uma reunião virtual de Chefes de Estado e de Governo africanos e parceiros internacionais. O encontro, promovido pela União Africana, alertou para a rápida evolução da epidemia, marcada pela expansão geográfica dos casos, transmissão comunitária persistente e desafios operacionais relacionados a conflitos armados, deslocamentos populacionais, insegurança e desconfiança das comunidades. Até meados de junho, mais de 800 casos confirmados e quase 200 mortes haviam sido registrados nos dois países, com a província de Ituri permanecendo como epicentro da crise. Os participantes aprovaram um plano conjunto de resposta e preparação para o período de junho a dezembro de 2026, estimado em 518 milhões de dólares, e defenderam maior coordenação transfronteiriça, financiamento rápido, fortalecimento da vigilância epidemiológica, rastreamento de contatos, ampliação da capacidade laboratorial e melhoria da assistência aos pacientes. A OMS destacou que, apesar dos avanços operacionais, os esforços permanecem insuficientes para controlar o surto. O contexto humanitário agrava a emergência. Acampamentos de deslocados enfrentam falta de água, saneamento precário e superlotação, dificultando a prevenção. Investigações apontam que funerais com práticas inseguras podem ter contribuído para eventos de supertransmissão. Embora existam sinais encorajadores, como recuperação de pacientes, cooperação comunitária e fortalecimento da resposta em Uganda, especialistas alertam que a epidemia pode persistir por muitos meses. A ausência de vacinas e terapias licenciadas específicas para o vírus Bundibugyo continua sendo um dos principais desafios.

Palavras-chave: Saúde Pública; doenças infecciosas; Ebola; vírus Bundibugyo; surto na República Democrática do Congo e Uganda.

Resumen. *Entre el 9 y el 22 de junio de 2026, el brote de Ébola causado por el virus Bundibugyo en la República Democrática del Congo (RDC) y Uganda fue analizado en una reunión virtual de Jefes de Estado y de Gobierno africanos junto con socios internacionales. Convocada por la Unión Africana, la reunión destacó la rápida evolución de la epidemia, caracterizada por la expansión geográfica de los casos, la transmisión comunitaria continua y las dificultades operativas derivadas de los conflictos armados, los desplazamientos de población, la inseguridad y la desconfianza de algunas comunidades. A mediados de junio se habían registrado más de 800 casos confirmados y cerca de 200 fallecimientos, siendo la provincia de Ituri el principal epicentro del brote. Los participantes aprobaron un plan conjunto de respuesta y preparación para el período junio-diciembre de 2026, con un presupuesto estimado de 518 millones de dólares. También solicitaron una coordinación transfronteriza más sólida, financiamiento urgente,*

fortalecimiento de la vigilancia epidemiológica, seguimiento de contactos, ampliación de la capacidad de laboratorio y mejora de la atención médica. La Organización Mundial de la Salud (OMS) señaló que, pese a los avances logrados, la respuesta sigue siendo insuficiente para controlar eficazmente la epidemia. La situación humanitaria agrava la emergencia. Los campamentos de desplazados sufren escasez de agua, deficiencias de saneamiento y hacinamiento, factores que dificultan la prevención. Además, investigaciones sugieren que prácticas funerarias inseguras pudieron haber contribuido a eventos de superpropagación. Aunque existen señales alentadoras, como recuperaciones de pacientes, una mayor cooperación comunitaria y una mejor preparación en Uganda, los especialistas advierten que el brote podría prolongarse durante muchos meses. La ausencia de vacunas y tratamientos específicos autorizados contra el virus Bundibugyo sigue siendo uno de los mayores desafíos

Palabras clave: *Salud Pública; enfermedades infecciosas; Ébola; virus Bundibugyo.; brote en la República Democrática del Congo y Uganda.*

Abstract. *Between June 9 and 22, 2026, the Ebola outbreak caused by the Bundibugyo virus in the Democratic Republic of the Congo (DRC) and Uganda became the focus of a virtual meeting of African Heads of State, governments, and international partners. Convened under the African Union, the meeting highlighted the rapidly evolving epidemic, characterized by expanding geographic spread, ongoing community transmission, and operational challenges linked to armed conflict, population displacement, insecurity, and community mistrust. By mid-June, more than 800 confirmed cases and nearly 200 deaths had been reported across the two affected countries, with Ituri Province remaining the epicenter of the outbreak. Participants endorsed a joint response and preparedness plan for June–December 2026 with an estimated budget of US$518 million. They called for increased cross-border coordination, rapid financing, stronger surveillance systems, improved contact tracing, expanded laboratory capacity, and enhanced patient care. The World Health Organization (WHO) emphasized that, despite significant operational progress, the response remains below the level required to bring the outbreak under control. The humanitarian context further complicates the crisis. Displacement camps face severe shortages of water, poor sanitation, and overcrowding, undermining prevention efforts. Investigations suggest that unsafe funeral practices may have contributed to early superspreading events. Although encouraging signs have emerged, including patient recoveries, stronger community engagement, and Uganda's improved preparedness and rapid response capacity, experts warn that the outbreak could continue for many months. The lack of licensed vaccines and specific therapies against the Bundibugyo strain remains one of the most significant challenges to containment and long-term control efforts.*

Keywords: *Public Health; infectious diseases; Ebola; Bundibugyo virus; outbreak in the Democratic Republic of Congo and Uganda.*

Surto de Ebola – Atualizações

A epidemia de Ebola Bundibugyo, que afeta as províncias de Ituri, Norte-Kivu e Sul-Kivu, no leste da República Democrática do Congo (RDC), ultrapassou, durante o fim de semana de 20 e 21 de junho, a marca de 1.000 casos confirmados. Trata-se já da maior epidemia já registrada para essa cepa do vírus, identificada pela primeira vez em 2007. Além disso, os desafios no terreno se multiplicam: transporte dos doentes, contaminação dos profissionais de saúde e centros de tratamento superlotados. O Ministro da Saúde, Roger Kamba, aponta ainda outro problema: os pacientes frequentemente chegam muito tarde às unidades de saúde. A equipe

de resposta à epidemia afirma, no entanto, estar se preparando para um novo aumento no número de casos, já que o pico da epidemia ainda não foi atingido.

De acordo com o último relatório de situação do Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP), datado de 20 de junho de 2026, foram confirmados 1.003 casos e registrados 254 óbitos, o que corresponde a uma taxa geral de letalidade de 25,3%. Os casos estão distribuídos em três províncias: Ituri (916 casos), Norte-Kivu (84 casos) e Sul-Kivu (3 casos). A província de Ituri concentra 91,3% dos casos e 80,7% das mortes da epidemia, que atualmente afeta 34 das 104 zonas de saúde existentes no país. Esse número só adquire todo o seu significado quando analisado à luz da história do vírus em questão. Bundibugyo é uma espécie distinta da cepa Zaire, responsável pela grande maioria das 17 epidemias registradas na República Democrática do Congo desde 1976. Antes da atual epidemia, a variante Bundibugyo havia provocado apenas dois surtos documentados: um em Uganda, em 2007, com 131 casos e 42 mortes; e outro em Isiro, no nordeste da República Democrática do Congo, em 2012, de menor dimensão.

Reunião virtual de Chefes de Estado e de Governo e Parceiros

Comunicado

1. *A reunião virtual de Chefes de Estado e de Governo africanos e parceiros (HLPM, High Level Presidential Meeting) dedicada ao surto de Ébola doença pelo vírus Ebola Bundibugyo (BVD) na República Democrática do Congo (RDC) e no Uganda foi realizada em 16 de junho, sob a presidência de S.E. Evariste Ndayishimiye, Presidente do Burundi e Presidente pro tempore da União Africana. A HLPM reuniu Chefes de Estado e de Governo da União Africana, a Comissão da União Africana, o CDC África, países parceiros, as Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde (OMS), Comunidades Econômicas Regionais, instituições financeiras internacionais, o setor privado, filantropias, agências técnicas e parceiros. A reunião registrou a representação de alto nível da China pelo Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado e reafirmou a importância da solidariedade internacional e de um futuro compartilhado no enfrentamento de emergências de saúde;*

2. *Convocado em um espírito de unidade africana e solidariedade internacional, a HLPM teve como objetivo conter o surto na origem, proteger as comunidades e os trabalhadores da linha de frente, prevenir a propagação regional, salvaguardar os serviços essenciais de saúde e fortalecer a preparação nos países em risco por meio de liderança política alinhada, financiamento rápido, assistência técnica coordenada e entrega em campo com prestação de contas;*

3. *A HLPM observou com grave preocupação a situação epidemiológica em rápida evolução. Até 15 de junho de 2026, 827 casos confirmados e 194 mortes confirmadas haviam sido notificados nos dois países afetados: 808 casos confirmados e 192 mortes confirmadas na RDC, em Ituri, Kivu do Norte e Kivu do Sul; e 19 casos confirmados e 2 mortes confirmadas no Uganda. Ituri continua sendo o epicentro, enquanto Kivu do Norte se tornou uma grande preocupação, com aumentos diários nos casos confirmados e a maior taxa de letalidade, estimada em 64%;*

4. *A HLPM reconheceu que o surto atingiu um ponto de inflexão operacional crítico, impulsionado pela transmissão comunitária contínua, rastreamento de contatos abaixo do ideal, rápida expansão geográfica, alta mobilidade ligada à mineração, insegurança e deslocamento populacional, desconfiança comunitária, relutância em testes pós-morte em algumas áreas, lacunas na prevenção e controle de infecções, capacidade insuficiente para sepultamentos seguros e dignos, capacidade inadequada de isolamento e tratamento, e a ausência de vacinas ou terapêuticas licenciadas específicas para o BDBV;*

5. *A HLPM solicitou o estabelecimento urgente de acesso humanitário e corredores de resposta, incluindo corredores de paz onde necessário, para permitir que as autoridades nacionais, o CDC África, a OMS, o UN OCHA e parceiros alcancem com segurança as áreas afetadas e de alto risco, incluindo Kivu do Norte e Kivu do Sul; avaliem a transmissão e as necessidades; entreguem suprimentos; investiguem alertas; apoiem o tratamento; e mantenham os serviços essenciais de saúde. Também apelou a um reforço operacional imediato de sete dias para fortalecer a investigação de casos, a gestão diária de dados, o acompanhamento de contatos por 21 dias, a capacidade de tratamento e isolamento, PCI, triagem e EPI, sepultamentos seguros e dignos, liberação laboratorial, diagnósticos no local de atendimento e comunicação de risco e engajamento comunitário liderados por líderes locais de confiança;*

6. *A HLPM elogiou os Governos da RDC e de Uganda por sua liderança e financiamento inicial dos planos nacionais de resposta, incluindo as contribuições anunciadas de USD 50 milhões pela RDC e USD 5 milhões por Uganda. Prestou homenagem aos profissionais de saúde da linha de frente, atores comunitários e socorristas locais, e acolheu com satisfação a ativação do apoio do CDC África, da OMS e de parceiros, incluindo a Equipe de Apoio à Gestão de Incidentes, coordenação transfronteiriça, destacamentos de laboratório e de campo, apoio logístico, engajamento comunitário e preparação do plano conjunto de resposta e preparação de seis meses;*

7. *A HLPM endossou o plano conjunto de resposta e preparação para o período de junho a dezembro de 2026, com um orçamento estimado em USD 518 milhões, e apelou a um financiamento urgente, flexível e antecipado. Acolheu com satisfação as promessas de contribuição totalizando 910 milhões de dólares, incluindo 80 milhões de Estados-Membros africanos em direção à meta de 100 milhões e exortou os Estados-Membros, instituições financeiras, doadores e parceiros a converterem as promessas em recursos de rápido desembolso e apoio em espécie prioritário, incluindo veículos, ambulâncias, laboratórios, gestores de dados, trabalhadores comunitários, capacidade de tratamento e isolamento, equipamentos de proteção individual, materiais de PCI/WASH, equipes de sepultamento seguro, logística, acesso sensível à segurança e capacidade de reforço da força de trabalho de saúde;*

8. *A HLPM enfatizou o fortalecimento da coordenação transfronteiriça entre os Estados-Membros afetados e em risco sob a liderança das autoridades nacionais, com o apoio técnico do CDC África e da OMS e a coordenação humanitária do UN OCHA. Acolheu com satisfação a missão operacional Uganda-RDC para finalizar os arranjos de vigilância, laboratório e gestão de casos, e apelou a um apoio de preparação semelhante baseado em risco para os países vizinhos de alto risco;*

9. *A HLPM reafirmou que as proibições generalizadas de viagens ou comércio não são apoiadas por evidências de saúde pública e podem minar as operações de resposta ao desencorajar as notificações, desviar o movimento para passagens informais e atrasar o deslocamento de socorristas, amostras, suprimentos e assistência humanitária. Solicitou a todos os países que sigam a orientação do CDC África divulgada em 9 de junho sobre triagem de entrada e saída; compartilhem dados oportunos com o CDC África para uma percepção situacional centralizada; e adotem medidas baseadas em evidências e riscos, incluindo triagem de saída, compartilhamento rápido de informações, vigilância coordenada nos pontos de entrada e passagem segura para viagens essenciais, comércio e operações de resposta;*

10. *A HLPM ressaltou que a África deve passar de apelos de emergência recorrentes para investimentos previsíveis em preparação. Endossou o financiamento voluntário pelos Estados-Membros africanos e pelo setor privado africano de USD 100 milhões por ano, a ser complementado por parceiros externos, para fortalecer a preparação para epidemias,*

manter a prontidão entre os surtos e acelerar os investimentos na fabricação local de contramedidas édicas, incluindo vacinas, medicamentos, diagnósticos e outros produtos essenciais;

11. *A HLPM observou que, 19 anos após o Ébola vírus Bundibugyo ter sido identificado pela primeira vez, nenhuma vacina ou terapêutica licenciada específica para o BDBV está disponível. Apelou ao acesso acelerado, ético e protocolado a vacinas candidatas, terapêuticas e diagnósticos; ensaios clínicos adaptativos; compromissos firmes de acesso pós-ensaio; compartilhamento de benefícios; transferência de tecnologia; e vias de fabricação africanas. Incentivou ainda os países a se inscreverem e utilizarem efetivamente o Mecanismo Africano de Compras Coletivas como a plataforma continental para a aquisição conjunta de produtos de saúde, e a assinarem e ratificarem, onde aplicável, o Tratado para a Agência Africana de Medicamentos como um pilar da segurança e soberania sanitária africana;*

12. *A HLPM endossou a liderança contínua do CDC África, em estreita colaboração com a OMS e todos os parceiros, no apoio aos Estados-Membros afetados. Acolheu com satisfação o estabelecimento de um rastreador semanal de compromissos para monitorar promessas de contribuição, desembolsos, entregas e lacunas remanescentes em relação ao plano de seis meses, e resolveu manter o engajamento político de alto nível até que o surto seja contido e os riscos à segurança sanitária regional sejam mitigados. A HLPM concluiu com um apelo a todas as partes interessadas para que atuem com urgência, unidade, solidariedade e responsabilidade: conter o Ebola na origem; manter as fronteiras abertas para a ciência e a solidariedade; proteger os trabalhadores da linha de frente e as comunidades; e garantir que esta emergência deixa a África com uma preparação mais forte, maior capacidade de fabricação e uma segurança sanitária mais robusta.*

Um mês após o surto de Ebola de Bundibugyo ter sido declarado na República Democrática do Congo (RDC) e no Uganda, o número de casos continua a aumentar. A RDC tem agora mais de 780 casos confirmados e 180 mortes, enquanto Uganda registrou 19 casos confirmados, incluindo duas mortes. No terreno, a resposta expandiu-se consideravelmente. Cerca de 400 leitos estão agora disponíveis e quatro laboratórios estão operacionais. Dois deles, sozinhos, conseguem processar quase 1.000 amostras por dia. No entanto, apesar deste aumento de escala, a Organização Mundial da Saúde (OMS) acredita que os esforços continuam muito aquém do necessário para colocar o surto sob controle. “Numa escala de 0 a 10, em comparação com onde esta resposta precisa estar, eu diria que estamos em cerca de três ou quatro’, disse a Dra. Rose Belizaire, Líder de Resposta a Emergências da OMS África, em entrevista à ONU News. ‘O surto está evoluindo rapidamente, e todos os parceiros (...) precisam intensificar seus esforços no terreno para acompanhar o ritmo da evolução desta epidemia.

Hoje, quando uma pessoa é relatada como caso suspeito em uma comunidade, uma equipe de investigação é enviada imediatamente. Se o alerta for confirmado, o paciente é encaminhado para um centro de triagem, onde aguarda os resultados laboratoriais antes de ser transferido, se necessário, para um centro de tratamento. Mas a resposta ao Ebola vai muito além do atendimento médico. “A resposta está organizada em torno de 11 pilares em campo”, explicou a Dra. Belizaire. Vigilância comunitária, equipes de investigação, centros de triagem para pessoas que aguardam diagnóstico, laboratórios, centros de tratamento, prevenção e controle de infecções e gestão de dados estão entre os muitos componentes mobilizados sob a liderança das autoridades de saúde congolesas. A resposta também inclui um amplo apoio aos pacientes, às suas famílias e às pessoas expostas ao vírus.

“Hoje temos apoio psicossocial e apoio nutricional que prestam assistência aos pacientes confirmados, às suas famílias e aos contatos que estamos monitorando, para que possamos adotar uma abordagem holística para este surto”, disse a autoridade da OMS. No terreno, essa abordagem assume formas muito concretas. “Os contatos recebem rações alimentares”, observou a epidemiologista. Quanto aos pacientes hospitalizados, “eles recebem três refeições quentes por dia”. A resposta também inclui medidas de prevenção e controle de infecções que visam limitar a transmissão. “Isso inclui a desinfecção e a destruição de itens contaminados pelo vírus”, disse a Dra. Belizaire. “É toda uma engrenagem que precisa ser colocada em prática.”

Durante uma visita recente a Beni, uma das áreas mais atingidas pelo surto, a Dra. Belizaire disse ter ficado impressionada com o nível de preparação das equipes locais. “Fiquei muito satisfeita com a capacidade técnica deles para implementar a resposta. Eles sabem o que precisa ser feito. Eles também têm a experiência técnica”, disse ela. O que lhes falta, no entanto, são os recursos necessários para corresponder às suas capacidades. “O que realmente lhes faltava eram os meios. Faltavam recursos humanos e também o apoio logístico necessário para colocar em prática uma resposta robusta.”

O surto também está evoluindo demograficamente. No início do surto, os homens de 20 a 49 anos eram o grupo mais afetado. Hoje, as mulheres representam a categoria mais afetada, enquanto os casos entre crianças estão aumentando. Para a Dra. Belizaire, essa mudança não é surpreendente. “Em surtos de doenças infecciosas, as mulheres geralmente são as mais afetadas. São elas que cuidam dos familiares, dos maridos, dos pais e dos filhos.”

Para a OMS, adaptar a resposta às realidades no terreno tornou-se uma parte essencial da luta contra Ebola. “Estamos tentando nos reunir com todos os segmentos da população para entender suas necessidades e adaptar a resposta à realidade deles”, explicou a Dra. Belizaire. Durante suas viagens, a autoridade da OMS disse ter se reunido com uma ampla variedade de grupos, incluindo mulheres, empreendedores locais, mototaxistas e líderes comunitários. As preocupações variam de um grupo para outro. Os empreendedores se preocupam com o impacto do surto em sua capacidade de subsistência, enquanto os mototaxistas, que fornecem grande parte do transporte nas áreas afetadas, estão entre os mais expostos. “Um surto sempre ocorre em um contexto específico. Portanto, temos que adaptar a resposta às necessidades reais das comunidades e às realidades de seus deslocamentos.”

Essa realidade é particularmente evidente na região de fronteira entre Aru, na RDC, e Arua, em Uganda, onde a Dra. Belizaire participou, no último fim de semana, de reuniões que fortaleceram a cooperação entre os dois países e ajudaram a definir um plano de ação comum. “Quando você olha para a fronteira, não vê realmente uma linha divisória ou uma diferença entre as populações”, disse ela. “Os nomes são quase idênticos – Aru e Arua. Isso ocorre porque são as mesmas populações que vivem ali e elas falam a mesma língua local.” “As interações são extremamente intensas, sejam trocas comerciais, trocas familiares ou simplesmente trocas humanas”, acrescentou ela. Os dois países concordaram, portanto, em enviar equipes conjuntas ao longo da fronteira, fortalecer a capacidade laboratorial e estabelecer um centro de tratamento gerenciado em conjunto por equipes congolesas e ugandenses. O objetivo também é aproximar os cuidados das populações que vivem no lado congolês, a fim de reduzir a necessidade de viajar para Uganda em busca de tratamento.

Durante o último mês, os longos dias da Dra. Belizaire foram preenchidos com reuniões de coordenação, visitas de campo e discussões com as comunidades afetadas. Eles também

foram pontuados por encontros memoráveis, e esta semana não foi exceção. “Enquanto eu estava em uma reunião, houve alguém que estava determinado a me ver a todo custo”, relembrou ela. Quando ela finalmente foi ao encontro dele, descobriu que se tratava de um colega da OMS. Após trocarem algumas saudações, ele lhe perguntou: “Mas Doutora, a senhora não me reconhece?” Ela não o reconheceu. Ele então explicou por que estava tão ansioso para conhecê-la. “Eu queria lhe agradecer. Obrigado por salvar minha vida. A senhora é uma das pessoas cujas ações tornaram possível que eu ainda estivesse vivo hoje.” O homem é um sobrevivente de um surto anterior de Ebola na RDC. Hoje, ele trabalha como epidemiologista para a OMS. Ele também a lembrou de que havia sido uma das primeiras pessoas a dar o alarme durante o atual surto, depois que um pastor o informou que um corpo estava sangrando pelo nariz e pela boca durante um funeral em Aru. Para a Dra. Belizaire, o encontro ilustra como a experiência adquirida ao longo de sucessivos surtos continua a fortalecer a resposta hoje. “Este pode ser o meu melhor pagamento esta semana”, disse ela. “Ver pessoas cujas vidas ajudamos a salvar se tornando meus colegas e trabalhando na mesma organização que eu.”

Sinais animadores

Apesar dos desafios, um alto funcionário da OMS que passou as últimas três semanas no país expressou confiança de que o surto pode ser contido. O Dr. Chikwe Ihekweazu, Diretor Executivo do Programa de Emergências de Saúde, apontou sinais animadores, incluindo uma forte cooperação comunitária, laboratórios recém-abertos e a recuperação e alta de alguns pacientes. O Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, visitou a Uganda recentemente como parte de uma missão regional para avaliar os esforços de controle do surto e apoiar a resposta. Após sua visita, Tedros disse que a Uganda montou uma resposta robusta, destacando os sistemas de vigilância, testagem e manejo de casos do país, que permitiram às autoridades identificar e gerenciar os casos rapidamente.

Tedros também elogiou a qualidade do atendimento que está sendo oferecido na Unidade de Tratamento de Ebola na instalação de isolamento do Hospital de Mulago. A unidade foi comissionada em até seis horas após a declaração do surto e conta com uma equipe de membros da Equipe de Emergência Médica (EMT) de Uganda, um grupo de 146 integrantes criado e treinado em 2023 com o apoio da OMS e da União Europeia. De acordo com a OMS, a equipe foi mobilizada em até duas horas após a declaração do surto. “A unidade e a equipe que vemos aqui são fruto de preparação”, disse a Dra. Kasonde Mwinga, representante da OMS em Uganda, afirmando que “a preparação salva vidas”.

Tedros enfatizou que o risco de novas transmissões permanece e que a vigilância deve continuar alta. Ele ressaltou a necessidade de uma cooperação contínua entre Uganda e a RDC (República Democrática do Congo), observando que nenhum país pode controlar o surto sozinho e que interromper a transmissão em sua origem é essencial para reduzir o risco de uma propagação regional mais ampla. O chefe da OMS também destacou a importância do engajamento comunitário, particularmente em áreas de fronteira onde as comunidades abrangem ambos os países. Autoridades de saúde pública alertam que os surtos se tornam mais difíceis de conter quando as pessoas hesitam em relatar sintomas, participar do rastreamento de contatos ou seguir as orientações de saúde.

Tedros reiterou a posição da OMS de que as proibições de viagens não são uma ferramenta eficaz para controlar surtos de Ebola e pediu aos países que as reconsiderem. “As proibições de viagens não ajudam a controlar os surtos de Ebola e podem afetar negativamente

a movimentação de suprimentos essenciais, equipes de resposta e mercadorias necessárias para apoiar os esforços de controle", disse ele.

O surto atual é a nona experiência de Uganda com o Ebola. A OMS afirmou que as lições de surtos anteriores ajudaram a fortalecer os sistemas de vigilância, as redes de laboratórios e as equipes de emergência médica do país. O Coordenador Residente da ONU no Uganda, Leonard Zulu, disse que o sistema das Nações Unidas estava trabalhando em estreita colaboração com as autoridades nacionais sob a liderança técnica da OMS. "Estamos avançando com uma resposta unificada e coordenada para fortalecer a preparação, proteger comunidades vulneráveis e apoiar os esforços nacionais para conter o surto de Ebola", disse ele.

O surto da doença pelo vírus Bundibugyo (DVB) na República Democrática do Congo continua a evoluir rapidamente, com o aumento do número de casos e da propagação geográfica. Até 10 de junho, um total acumulado de 676 casos confirmados, incluindo 136 mortes, foi relatado na República Democrática do Congo. Até 11 de junho, Uganda relatou 19 casos confirmados, incluindo duas mortes, bem como um caso provável que resultou em óbito. Em Uganda, o surto permanece epidemiologicamente associado à transmissão originada na República Democrática do Congo, com evidências tanto de infecções importadas quanto de transmissão secundária entre contatos e profissionais de saúde. Uganda não registrou novos casos nos últimos seis dias. As autoridades nacionais dos dois países afetados, em colaboração com a OMS e parceiros, estão implementando um pacote abrangente de medidas de resposta. Um plano de ação regional de preparação e priorização continua a orientar as atividades de prontidão em toda a Região Africana.

Desde a publicação do último Boletim de Surtos Epidêmicos (Disease Outbreak News) em 8 de junho de 2026, o número de casos confirmados e de mortes aumentou rapidamente na República Democrática do Congo. No total, foram relatados 695 casos confirmados (676 na República Democrática do Congo e 19 em Uganda) e 138 mortes (incluindo duas em Uganda) em ambos os países, enquanto pelo menos 37 pessoas se recuperaram da doença.

Desde 8 de junho, um adicional de 161 casos confirmados, incluindo 45 mortes confirmadas, foi relatado na República Democrática do Congo. O aumento deve-se, em parte, à ampliação das capacidades de teste e diagnóstico, permitindo a análise do acumulado de amostras coletadas anteriormente. Até 10 de junho de 2026, um total de 676 casos confirmados, incluindo 136 mortes (taxa de letalidade de 20,1%), foi relatado na República Democrática do Congo. A taxa de letalidade relatada é provavelmente uma subestimativa, já que muitas mortes ocorridas antes da declaração do surto continuam sob investigação. Até o momento, 32 pacientes se recuperaram. Foram notificados casos em 29 zonas de saúde (ZS) das províncias de Ituri (19/36 ZS), Kivu do Norte (9/35 ZS) e Kivu do Sul (1/34 ZS) [1]. Dezesseis casos confirmados foram relatados entre profissionais de saúde e cuidadores até a presente data.

O surto continua concentrado na província de Ituri, que responde por 93% (629) do total de casos confirmados, com uma taxa de letalidade de 17,3% (109/629). O maior número de casos confirmados na província de Ituri foi registrado nas zonas de saúde de Bunia (185 casos), Rwampara (137 casos), Mongbwalu (132 casos) e Nyankunde (33 casos). Embora o epicentro continue sendo Ituri, houve uma expansão geográfica significativa de zonas de saúde com casos confirmados desde 8 de junho, com confirmações em mais quatro zonas de saúde até 10 de junho. Do total de casos confirmados, 94 aguardam distribuição por zona de saúde.

Até 10 de junho, 5.768 contatos foram identificados e estão sob acompanhamento nas províncias de Ituri (4.703), Kivu do Norte (841) e Kivu do Sul (224). Desses, 4.141 contatos foram

acompanhados, o que corresponde a taxas de monitoramento de 71,4% em Ituri, 71% em Kivu do Norte e 83,5% em Kivu do Sul.

O surto se desenrola em um ambiente humanitário complexo e afetado por conflitos, caracterizado por populações altamente móveis e frequentemente deslocadas. Estas dinâmicas, combinadas com o aumento de incidentes de segurança que afetam instalações de saúde, impuseram desafios operacionais adicionais nas províncias afetadas, tais como o acesso restrito para as equipes de resposta, interrupção das atividades de vigilância e resposta, e maior risco de transmissão não detectada. Estas condições reforçam a necessidade de que os esforços de resposta sejam liderados por lideranças locais e ancorados nas próprias comunidades.

Desde a última atualização em 8 de junho, nenhum caso confirmado ou morte adicional foi relatado em Uganda. Até 10 de junho de 2026, foi registrado um total acumulado de 19 casos confirmados, incluindo duas mortes em casos importados, e um caso provável que resultou em óbito. Dos casos confirmados, 14 são importados e cinco são de transmissão secundária entre contatos e profissionais de saúde após casos importados da República Democrática do Congo. Os casos foram notificados em dois distritos, Kampala e Wakiso, ambos integrantes da Região Metropolitana de Kampala. Até o momento, não há registro de transmissão comunitária em Uganda. Os riscos de exposição estão associados a ambientes de saúde e a movimentos transfronteiriços. Cinco recuperações foram relatadas até a presente data.

Dos 820 contatos listados até 11 de junho, um total de 409 contatos está sob acompanhamento ativo e 394 contatos concluíram o período de monitoramento de 21 dias.

Do ponto de vista epidemiológico, a doença é uma forma grave e frequentemente fatal, causada pelo vírus Bundibugyo, uma das espécies de Orthoebolavirus. Trata-se de uma doença zoonótica, sendo os morcegos frugívoros os suspeitos de constituírem o reservatório natural. Acredita-se que a infecção humana ocorra por meio do contato próximo com o sangue ou secreções de animais silvestres infectados, como morcegos ou primatas não humanos. Posteriormente, a doença se espalha de pessoa para pessoa através do contato direto com o sangue, secreções, órgãos ou outros fluidos corporais de indivíduos infectados, ou com superfícies e objetos contaminados. A transmissão é particularmente amplificada em ambientes de saúde quando as medidas de prevenção e controle de infecções (PCI) são inadequadas, e durante práticas de sepultamento inseguras que envolvam o contato direto com o falecido.

O período de incubação da DVB varia de dois a 21 dias, e os indivíduos não transmitem a infecção até o início dos sintomas. Os sintomas iniciais, como febre, fadiga, dor muscular, dor de cabeça e dor de garganta, são inespecíficos, o que complica o diagnóstico clínico e pode atrasar a detecção. Esses sintomas progridem então para manifestações gastrointestinais, disfunção orgânica e, em alguns casos, manifestações hemorrágicas. As taxas de letalidade nos dois surtos anteriores de DVB, relatados em Uganda e na República Democrática do Congo em 2007 e 2012, foram de 30% e 50%, respectivamente.

Diferenciar a DVB de outras doenças febris endêmicas, como a malária, é um desafio sem a confirmação laboratorial realizada por PCR ou testes baseados em antígenos/anticorpos. O controle depende da identificação rápida dos casos, isolamento e assistência médica, rastreamento de contatos, sepultamentos seguros e um forte engajamento comunitário, uma vez que atualmente não existem vacinas aprovadas ou tratamentos específicos para a DVB.

As autoridades de saúde na República Democrática do Congo e em Uganda, em colaboração com a OMS e parceiros, estão implementando medidas abrangentes de saúde

pública, incluindo a execução do plano de resposta continental, o engajamento de doadores e a mobilização de recursos adicionais para suprir lacunas críticas de financiamento e sustentar as operações de resposta nas áreas afetadas e de risco.

Na República Democrática do Congo, uma análise subnacional de estratificação de risco foi conduzida para melhor orientar as prioridades operacionais de resposta. De acordo com a última análise, datada de 8 de junho, 159 zonas de saúde estão categorizadas como afetadas ou em risco. Isso ressalta a imensa escala geográfica da resposta necessária para controlar este surto.

Seguindo as recomendações dos grupos consultivos da OMS sobre as terapias candidatas a serem consideradas para um ensaio clínico, a OMS, o CDC África e outros parceiros estão apoiando a República Democrática do Congo e Uganda na implementação do ensaio clínico. Isso inclui o uso de MBP134 e REGN3479 para tratamento, e de obeldesivir para profilaxia pós-exposição, garantindo os mais altos padrões éticos sob a liderança das autoridades nacionais de saúde e em estreita consulta com as comunidades afetadas.

O protocolo para o ensaio foi submetido e está sob revisão pelos comitês de ética e pelas autoridades reguladoras dos países. Mais coordenação e financiamento em pesquisa e desenvolvimento são necessários para garantir o acesso oportuno às terapias candidatas.

Em 6 de junho de 2026, a OMS reavaliou o risco do surto de DVB para incorporar novas informações disponíveis e alinhar-se com as Recomendações Temporárias da OMS. O risco para os países que compartilham fronteiras terrestres com países que têm detecção documentada do vírus Bundibugyo (DVBV) — atualmente a República Democrática do Congo e Uganda — foi separado do risco para os demais países da Região Africana.

O risco na República Democrática do Congo continua avaliado como muito alto devido à transmissão contínua e à expansão constante do surto para novas zonas de saúde, o que aumenta o potencial de uma maior propagação nacional e regional.

O risco em Uganda ainda é avaliado como alto devido à confirmação da propagação transfronteiriça por meio de casos importados e aos vínculos epidemiológicos contínuos ao longo do corredor entre o leste da República Democrática do Congo e o oeste de Uganda, uma região historicamente afetada por surtos de Ebola, incluindo surtos da doença pelos vírus Bundibugyo e Sudan.

O risco para os países com fronteiras terrestres adjacentes a nações com detecção documentada de DVBV é avaliado como alto devido à mobilidade populacional constante associada ao comércio transfronteiriço e a atividades de mineração, à variação nas capacidades e na experiência de resposta à DVB, e aos níveis variáveis de prontidão.

O risco para o restante da região da África e em nível global é avaliado como baixo.

No entanto, “A cada dia, casos estão sendo identificados em novas zonas de saúde. E isso reflete realmente a escala deste surto — uma escala que é muito maior do que a que está sendo detectada — e a alta mobilidade da população nesta parte da RDC”, disse o Dr. Olivier le Polain, que chefia a área de epidemiologia e análise da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A epidemia de Ebola na República Democrática do Congo (RDC) pode durar um ano, alertou um representante da Cruz Vermelha, estimando que o seu pico ainda não foi atingido.

“Tememos que esta epidemia dure mais um ano antes de chegar ao fim”, declarou Bruno Michon, chefe de operações da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (FICR), durante uma coletiva de imprensa em Genebra, em declarações divulgadas pela RFI (*Radio France Internationale*). Além disso, o CICV manifestou o receio de que a doença ofusque a resposta humanitária aos diferentes conflitos na sub-região.

Para o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), “os conflitos armados associados a epidemias constituem uma combinação potencialmente devastadora”, num momento em que uma crise de segurança e humanitária assola o leste do país (notadamente em Kivu do Norte, Kivu do Sul e Ituri). Esta guerra envolve grupos armados, milícias locais, o exército regular e tensões regionais, especialmente com Ruanda.

Por exemplo, no acampamento de Kigonze, a falta de água e saneamento ameaça a prevenção contra o Ebola na RDC. No acampamento para pessoas deslocadas, nos arredores de Bunia — capital da província de Ituri, no leste da República Democrática do Congo (RDC) —, a luta diária contra o Ebola começa com algo tão básico quanto a água. Desde o início da manhã, uma mãe deslocada com quatro filhos, esperava em um ponto de distribuição de água ao lado de outras mulheres e crianças. As torneiras estavam secas. Fileiras de galões amarelos alinhados ao lado delas permaneciam vazias após horas de espera.

Bunia é um dos epicentros do surto de Ebola, que até agora infectou 676 pessoas e matou 136. A resposta tem sido dificultada pela incerteza em torno dos casos iniciais, pela ausência de uma vacina aprovada para a cepa Bundibugyo, pela desconfiança da comunidade e pela insegurança persistente.

Em Kigonze, esses desafios são agravados por abrigos superlotados, escassez crônica de água e saneamento precário. A mídia local, citando administradores do acampamento, estima que pelo menos 11.700 pessoas vivam no local, distribuídas em cerca de 2.600 famílias, embora fontes locais afirmem que a população real pode ser significativamente maior.

De acordo com o chefe do acampamento, Kigonze não registrou nenhum caso confirmado de Ebola. No entanto, à medida que o surto se espalha por Ituri e pelas províncias vizinhas, as condições de vida no acampamento tornaram a prevenção uma preocupação cada vez mais urgente. “Aqui não temos nenhum caso de Ebola. Mas a nossa situação é complicada”, disse Etienne.

Etienne agora passa a maior parte do dia caminhando pelo acampamento com um megafone, pedindo aos moradores que fiquem vigilantes. Sua voz ecoa por caminhos estreitos ladeados por abrigos improvisados, onde famílias vivem em condições apertadas e as chuvas sazonais frequentemente transformam o solo em lama. “Quando soubemos das informações sobre Ebola, começamos a conscientizar as pessoas para que não fôssemos contaminados por esse vírus”, disse ele pelo alto-falante. “Todos devem lavar as mãos regularmente e manter distância.”

Por todo o acampamento, os abrigos eram remendados com lonas desgastadas e pedaços de madeira. Os moradores dizem que a água da chuva frequentemente se infiltra em suas casas, enquanto muitas latrinas estão danificadas, transbordando ou inutilizáveis. A água residual corre perto das áreas residenciais, aumentando o temor de transmissão de doenças.

De pé do lado de fora de seu abrigo, uma mãe deslocada com sete filhos, apontou para o chão lamacento que cercava sua casa. “Olhe para onde vivemos. Como podemos evitar

doenças nessas condições?", disse ela. "Quando chove, a água entra na casa e transforma tudo em lama." Ela afirmou que muitos abrigos precisam de reforma urgente. "Eles poderiam nos ajudar a reforçar esses abrigos ou nos dar os meios para construir outros", disse. "Esta situação já dura tempo demais e aumenta o risco de contaminação."

Para um pai deslocado com seis filhos, o saneamento continua sendo o desafio mais urgente do acampamento. "No momento, o grande problema aqui são os nossos banheiros. Eles estão em más condições", disse ele. "Nossas instalações de higiene deveriam ser melhoradas para nos proteger de Ebola."

O governo da RDC declarou o surto de Ebola em 15 de maio, após testes de laboratório confirmarem casos da doença causados pela cepa Bundibugyo na província de Ituri. Desde então, o vírus se espalhou por zonas de saúde em Ituri, Kivu do Norte e Kivu do Sul, regiões que já sofrem com anos de conflito armado, deslocamento populacional e surtos recorrentes de doenças.

A situação em Kigonze reflete vulnerabilidades mais amplas no leste da RDC, onde anos de conflito forçaram muitos civis a deixar suas casas. De acordo com o Programa Mundial de Alimentos, 7,8 milhões de pessoas estão deslocadas internamente em todo o país, enquanto 26,5 milhões enfrentam insegurança alimentar aguda.

A emergência na RDC é uma das crises humanitárias mais complexas do mundo, alertou o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Como vivem as comunidades afetadas pelo surto

A Reuters narra a situação com esta manchete: "Um caixão quebrado, um funeral e a busca pelo paciente zero." Isto porque o caixão de um pastor quebrou no caminho de pedras rumo ao seu funeral, no que os pesquisadores suspeitam ter sido um dos primeiros eventos de supertransmissão na crescente epidemia de Ebola na RDC.

No momento em que o veículo saiu do necrotério em Bunia, o calor da manhã já pesava sobre a estrada para Mongbwalu. O corpo de um pastor congolês de 44 anos estava dentro de um caixão de madeira amarrado na traseira de um antigo SUV Nissan, que estava com os bancos traseiros rebatidos. Um grupo de parentes jovens também estava espremido ali dentro, sentados em cima do caixão.

A viagem pela província de Ituri leva cerca de três horas, ou mais quando as estradas de terra estão tão secas e esburacadas quanto estavam naquele dia de fevereiro. O veículo com tração nas quatro rodas dava solavancos violentos, levantando poeira sobre os buracos, pedras e valas esculpidas na terra vermelha.

Quando o veículo chegou a Mongbwalu, o caixão estava rachado, após ceder sob o peso daqueles que viajavam sentados sobre ele.

Estes estão entre os eventos que estão sendo analisados por investigadores que buscam pelo "paciente zero" — ou a infecção mais antiga — da epidemia de Ebola que assola a República Democrática do Congo, uma região devastada pela guerra, de acordo com quatro especialistas da equipe que conduz a investigação do Ministério da Saúde.

Os investigadores disseram que a viagem turbulenta do caixão precedeu um dos primeiros eventos suspeitos de supertransmissão: o funeral do homem dentro do caixão, o pastor Paluku Makundi Denis, realizado em 4 de fevereiro.

As autoridades de saúde estão lutando para conter a crescente epidemia de uma cepa rara de Ebola que mata de 30% a 50% dos infectados e não possui vacina ou cura.

Um epidemiologista de vigilância envolvido na investigação estimou que a cepa, Bundibugyo, já estava circulando de quatro a seis meses antes da confirmação do surto no Congo, em 15 de maio. Ele enfatizou que mais trabalho é necessário para determinar se o pastor Makundi, que nunca foi testado para o Ebola, estava infectado e para identificar a origem do surto — um passo fundamental para compreender a sua escala e prevenir novas epidemias.

Segundo a Reuters, o Ministério da saúde da RDC e a autoridade de saúde de Ituri não responderam aos pedidos de comentários. O Diretor-Geral da OMS recusou-se a comentar sobre o caso de Makundi e disse que muitos cenários do surto estão sendo investigados.

A própria Reuters reconstituiu os eventos que cercaram o funeral do pastor na remota cidade mineradora de ouro de Mongbwalu por meio de entrevistas com médicos, autoridades locais e parentes das vítimas, além de uma análise de registros hospitalares, de sepultamento e governamentais.

E o caixão quebrado foi apenas o começo. O cadáver foi transferido para uma nova urna por moradores que tocaram nos restos mortais antes que os membros da comunidade se reunissem para o funeral — uma ação perigosa se Makundi estivesse com Ebola, já que os corpos das vítimas são altamente infecciosos.

Em poucas semanas, dezenas de mortes foram registradas no local. Enquanto isso, o caixão original rachado foi incendiado em circunstâncias misteriosas, ajudando a espalhar boatos de que uma maldição causara a propagação da doença.

Um hospital de Bunia havia diagnosticado Makundi com peritonite, uma infecção abdominal grave, em 3 de fevereiro, de acordo com três médicos e uma enfermeira do local. Nenhuma amostra foi coletada para testes de Ebola, disseram eles, porque as autoridades congolesas não tinham conhecimento de nenhum surto.

David Heymann, professor de doenças infecciosas na Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres, disse que a peritonite é uma das manifestações de uma infecção grave por Ebola, mas que seria impossível confirmar a causa da morte de Makundi sem a realização de testes. O caixão quebrado que transportava o pastor chegou na tarde de 4 de fevereiro a Mongbwalu, uma cidade de cerca de 130.000 habitantes, muitos deles temporários.

Dezenas de pessoas em luto haviam se reunido no terreno da família. O silêncio tomou conta do lugar enquanto o pai do pastor, Pascal Kibali, conhecido como Paka, inspecionava a caixa quebrada sob a luz do entardecer. Antes de se mudar para Bunia para se tornar clérigo, Makundi — mais conhecido como Paluku — tinha sido um pilar da comunidade étnica Nande em Mongbwalu e um dos fundadores da cooperativa local de carvão vegetal, contou Kibali, de 70 anos. Ele relembrou o que pensou na época: “Meu filho mais velho não pode ser enterrado em um caixão como esse”. Os parentes correram para comprar uma urna nova com um fabricante de caixões da região. O corpo foi transferido antes do pôr do sol, e um velório foi realizado no terreno da família antes do sepultamento no cemitério. Nos velórios tradicionais congoleses, as pessoas costumam tocar e beijar o corpo. Não ficou claro se essa tradição foi seguida nesse caso.

Mais de 80 parentes, amigos e vizinhos se reuniram no cemitério local ao anoitecer, de acordo com Edmond Kambale Katuwene, o líder da comunidade Nande na cidade. Um padre

conduziu as orações, pedindo que as pessoas em luto refletissem sobre a fragilidade da vida e se preparassem para o seu próprio fim, disse Katuwene. Nos dias seguintes, vários membros da comunidade começaram a adoecer, relatou o prefeito de Mongbwalu, Sesereki Mandro Israel. Quase 50 mortes foram registradas em até duas semanas após o sepultamento, disse ele, com muitas pessoas apresentando sintomas de Ebola: febre, vômito e sangramento.

O irmão do pastor Makundi, Idi, foi um dos primeiros. O mineiro de 36 anos morreu em 16 de fevereiro de uma suspeita de apendicite, de acordo com um relatório de situação de 16 de maio da autoridade de saúde provincial. Em poucas semanas, outro irmão e um parente morreram, de suspeita de hemorroidas e tuberculose, respectivamente, segundo o boletim, que sinalizou que as mortes precisavam de mais investigação.

As mortes dos parentes precederam pelo menos 108 mortes em Mongbwalu entre abril e maio, segundo o mesmo relatório da autoridade de Ituri, um braço do Ministério da Saúde. Pacientes em núcleos familiares desfaleceram com febre, vômito, diarreia e, em alguns casos, sintomas de hemorragia, informou o documento. Estas mortes estão entre as que estão sendo examinadas por investigadores que buscam mapear a propagação de Ebola, sendo a de Makundi o caso suspeito mais antigo, de acordo com o relatório. A doença, dizia o texto, pode ter se propagado de forma silenciosa e sem ser detectada em Mongbwalu por meses.

O Ministério da Saúde da RDC informou em 9 de junho que pelo menos 40 pessoas tiveram a morte por Ebola confirmada em Mongbwalu. Agentes humanitários alertaram que os números oficiais podem estar incompletos devido à limitação na realização de testes.

À medida que a tragédia se espalhava pela comunidade, moradores assustados buscavam respostas. Alguns não recorreram a clínicas ou laboratórios, mas sim aos eventos que cercaram o sepultamento do pastor Makundi.

Quando as orações terminaram e as famílias se afastaram do cemitério na noite quente, espalhou-se a notícia de que o caixão danificado havia sido incendiado.

Nenhum dos seis parentes e moradores entrevistados disse ter testemunhado o incêndio, embora todos tenham relatado ter visto os restos queimados do caixão. O pai e o tio do pastor Makundi culparam um grupo de jovens embriagados, mas não tinham mais detalhes. Toda a família ficou chocada e lutando para entender o que havia acontecido, acrescentaram. Entre os moradores, o caixão queimado foi visto como uma afronta aos antepassados, disse o líder comunitário Katuwene.

O mal-estar se intensificou após o sepultamento de Tsongo Kenda Kenda, irmão mais novo de Makundi, quando a polícia local interveio durante uma disputa entre parentes sobre a abertura do caixão, de acordo com o relatório de situação de 16 de maio da autoridade provincial. Katuwene disse que os membros da família haviam discutido sobre onde o velório deveria ser realizado e que um parente removeu a tampa do caixão em protesto antes de colocá-la de volta. Esse tipo de interferência é visto por muitos como um desrespeito aos mortos, acrescentou Katuwene.

Para alguns moradores, disse o Administrador-chefe do bairro, Joseph Payi Mute, as mortes subsequentes foram interpretadas não como obra de um vírus, mas como uma punição dos antepassados enfurecidos com o que havia ocorrido em torno dos sepultamentos dos dois irmãos.

Jeremy Rayan Tamelegu, que trabalhava como consultor de geologia de mineração no mesmo bairro da família do pastor, disse que o aumento inexplicável de doenças e mortes alimentou a narrativa da maldição. Ele viu pessoas do bairro adoecerem de repente e morrerem em poucos dias.

Logo a história ganhou vida própria nas redes sociais em Mongbwalu e nos arredores. O humor negro prevaleceu entre a população nervosa, chegando a levar um grupo musical local a gravar uma música sobre os boatos. Um dos trechos da letra dizia: “Ouvimos dizer que um caixão está vagando por Mongbwalu, deixando devastação pelo caminho”. A melodia ajudou a desencadear uma febre no TikTok em todo o leste da RDC, com usuários postando vídeos de caixões que pareciam se mover sozinhos por estradas de terra ou flutuar acima de moradores aterrorizados.

Quando os investigadores de saúde provinciais da busca pelo paciente zero chegaram a Mongbwalu, no início de maio, os boatos de maldição haviam se espalhado e alguns moradores haviam se tornado hostis em relação aos profissionais de saúde e autoridades, disse um investigador. A desconfiança se transformou em violência, de forma muito semelhante ao ocorrido em surtos anteriores de Ebola, quando muitos moradores locais culparam a medicina moderna pela peste.

Em 22 de maio, um número não especificado de jovens no vilarejo vizinho de Mabilindey atacou uma equipe de resposta que coletava informações sobre um caso confirmado de Ebola, de acordo com o epidemiologista da investigação do paciente zero. Um dia depois, agressores atearam fogo a uma tenda de isolamento montada por agentes humanitários no Hospital Geral de Mongbwalu.

Não foram apenas os médicos os culpados. O pai do pastor Makundi, Paka Kibali, disse que sua família tem sido injustamente acusada por alguns moradores locais de ter iniciado o surto por causa dos acontecimentos em torno dos dois sepultamentos. “Vandalizaram o caixão do meu filho e me culparam pelas mortes que se seguiram”, disse ele, em lágrimas. “No entanto, eu sou a vítima — foi o caixão do meu filho que foi profanado.”

Decisões do Presidente da RDC

Sob instruções do Presidente da República Félix Antoine Tshisekedi, a resposta contra a epidemia de Ebola está se intensificando. O governador militar de Ituri, General-Major Kasongo Mulumba Gaby, chegou a Bunia, viagem essa que demonstra a vontade do governo de colocar a luta sanitária sob a égide da disciplina republicana, fiel às diretrizes estabelecidas pela Presidência. Ao seu lado, um segundo contingente de epidemiologistas de campo foi enviado pela AFENET – African Field Epidemiology Network. Esses especialistas, habituados a zonas de crise, superaram importantes restrições logísticas. A falta de conexões aéreas e as restrições sanitárias vigentes tornavam o acesso a Bunia particularmente difícil.

Esta não é a primeira ação da AFENET. A organização já provou sua eficácia em Kivu do Norte, Kivu do Sul e Ituri, com 27 médicos implantados. Sob a supervisão do Dr. André Misomo Kalabele, gerente da ACODD[25], esta missão de 21 dias terá como alvo as áreas de Nyakunde,

[25] No contexto de emergências de saúde pública, assistência humanitária e desenvolvimento na República Democrática do Congo (RDC), ACODD é a sigla para *Action Communautaire pour le Développement Durable* (Ação Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável). Trata-se de uma organização não governamental (ONG) local congolesa que atua frequentemente em parceria com o Ministério da Saúde,

Mungwalu e Rwampara. O objetivo é conter a propagação enquanto o leste do país, já castigado pela urgência de segurança ligada a grupos armados, enfrenta uma frente dupla.

Enquanto aguarda a chegada da vacina, a AFENET atua nos centros de tratamento criados pelo Estado congolês para o atendimento dos casos confirmados. Após um balanço da situação entre o General Luboya Nkashama Johnny e o General Kasongo Mulumba Gaby, está prevista uma reunião de coordenação com as equipes de resposta. O objetivo é alinhar as operações e garantir a máxima eficácia em campo.

a OMS e com redes internacionais (como a AFENET) para gerenciar crises sanitárias e coordenar equipes de resposta rápida no terreno, especialmente nas províncias do leste do país, como Ituri e Kivu do Norte.

A Europa avança em sua agenda, apesar de suas múltiplas crises

Europa avanza en su agenda a pesar de sus múltiples crisis

Europe moves forward with its agenda despite its multiple crises

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo: A quinzena europeia foi marcada pela demissão de Keir Starmer, que gera incertezas nas relações pós-Brexit entre Reino Unido e União Europeia (UE), ao mesmo tempo em que o bloco surgem divergências sobre a recém atualizada política migratória — com críticas de Emmanuel Macron e Pedro Sánchez aos centros de retorno. Sobre a guerra na Ucrânia, a UE se prepara para um momento de negociações com a Rússia, motivo apontado para a "vassalagem" oferecida a Donald Trump na reunião do G7 realizada na França. Paralelamente, o Conselho Europeu avançou em temas como orçamento, competitividade e defesa (especialmente mobilidade militar), além de reformas regulatórias em setores ligados a saúde, como químicos e biotecnologia. A OMS Europa alertou para desafios crescentes de saúde pública, como mudanças climáticas, ondas de calor, emergências sanitárias e o aumento do consumo de nicotina entre jovens, evidenciando um cenário europeu de múltiplas pressões políticas, econômicas e sociais.

Palavras-chave: União Europeia; Guerra na Ucrânia; Migrações; OMS Europa;

Resumen*. La quincena europea estuvo marcada por la dimisión de Keir Starmer, generando incertidumbre en las relaciones post-Brexit entre el Reino Unido y la Unión Europea, en un contexto de divisiones internas sobre la política migratoria. Al mismo tiempo, la UE se prepara para posibles negociaciones con Rusia en el marco de la guerra en Ucrania. Paralelamente, el Consejo Europeo avanzó en temas de presupuesto, competitividad, defensa y reformas regulatorias en sectores de salud. La OMS Europa advirtió sobre crecientes desafíos sanitarios, como el cambio climático, las olas de calor y el aumento del consumo de nicotina entre jóvenes, reflejando un escenario europeo de múltiples presiones.*

Palabras clave: *Unión Europea; Guerra en Ucrania; Migraciones; OMS Europa.*

Abstract. *The European fortnight was marked by the resignation of Keir Starmer, which creates uncertainty in post-Brexit relations between the United Kingdom and the European Union (EU), while the bloc faces emerging divisions over its newly updated migration policy — with criticism from Emmanuel Macron and Pedro Sánchez regarding return centers. Concerning the war in Ukraine, the EU is preparing for a phase of negotiations with Russia, a factor cited as a reason for the "subservience" shown toward Donald Trump during the G7 meeting held in France. Meanwhile, the European Council advanced discussions on issues such as the budget, competitiveness, and defense (especially military mobility), as well as regulatory reforms in health-related sectors like chemicals and biotechnology. The WHO Europe also warned of growing public health challenges, including climate change, heatwaves, health emergencies, and the rising consumption of nicotine among young people, highlighting a European landscape under multiple political, economic, and social pressures.*

Keywords: *European Union; War in Ukraine; Migration; WHO Europe.*

O grande destaque da quinzena europeia é a demissão do primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, que anunciou a sua demissão do cargo, prevendo a nomeação de um sucessor até setembro. Ele é o sexto primeiro-ministro britânico a demitir-se desde o Brexit. O fato traz impacto nas relações com a União Europeia, precisamente quando se assinalam 10 anos desde o referendo e se prepara uma Cúpula de reaproximação. Agendada para julho, a reunião corre o risco de ser cancelada. A saída de Starmer lança incerteza sobre o "reinício" das relações pós-Brexit. A gestão de Starmer estava prestes a fechar acordos bilaterais em áreas como trocas comerciais, integração dos mercados de eletricidade e mobilidade de jovens[1].

A reação dos eurodeputados de ultradireita não deixa dúvida de que o endurecimento das regras migratórias na UE é fruto de seu trabalho. Aos gritos de "*Send them back*" (Mande-os de volta) a comemoração pela aprovação do Novo Pacto de Migração e Asilo era acompanhada de palmas[2]. A França passa a acompanhar a Espanha na contestação dos Centros de Retorno, como medida ineficaz contra a imigração. Tanto Macron como Sánchez alinham-se na ideia de que este modelo é problemático por serem caros e ineficazes e por colocarem em xeque a credibilidade europeia junto a países africanos. Ambos argumentam que estes centros são ineficazes e que apenas desperdiçarão recursos financeiros. Macron destacou o exemplo dos centros que a Itália montou na Albânia, afirmando que ficaram aquém das metas e nunca provaram funcionar na prática. Para os líderes, a medida contraria os princípios fundamentais e os direitos humanos defendidos pela Europa. Macron alertou que financiar estes campos afetaria gravemente a credibilidade da UE junto dos países africanos de origem e trânsito[3].

A presidente da Comissão Europeia, Úrsula von der Leyen, afirmou aos líderes da UE que é o "momento certo" para começar a preparar e ponderar um mandato para negociar com a Rússia. Ela defende que, devido ao impacto das sanções e ao fôlego que a economia russa vem perdendo, a Rússia se verá obrigada a negociar, sendo crucial que a Europa apresente uma mensagem unida. O presidente do Conselho Europeu, Antônio Costa, gerou polêmica ao instruir o seu chefe de gabinete a estabelecer canal diplomático direto com um assessor de Vladimir Putin. Embora Von der Leyen estivesse a par, muitos líderes europeus — especialmente os da ala oriental — souberam pela imprensa e reagiram negativamente, defendendo que o momento exige um reforço das sanções e não uma aproximação. Costa esclareceu que não iniciou negociações formais, mas apenas abriu uma via de diálogo. Líderes europeus indicaram que ele tem mandato para questões de sanções e ativos congelados, mas que as garantias de segurança cabem a cada Estado-membro, papel que deverá ser assumido pela "Coligação dos dispostos" liderada por França e Reino Unido. O presidente Volodymyr Zelenskyy reiterou que a Ucrânia não abdicará dos territórios que controla e que um cessar-fogo sem garantias de segurança não é suficiente. Defendeu que a única forma de finalizar a guerra é enfraquecer a Rússia,

[1] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/06/22/uniao-europeia-reavalia-cimeira-com-reino-unido-apos-saida-de-starmer. Acesso em 23/06/2026.

[2] https://www.instagram.com/reel/DZtbFPQhC55/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em 18/06/2026

[3] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/06/19/franca-e-espanha-contestam-centros-de-retorno-ineficazes-para-migrantes. Acesso em 23/06/2026.

considerando a ideia de um negociador da UE ainda hipotética, dado que Putin não demonstra real vontade de negociar[4].

A guerra na Ucrânia seria o grande motivador da postura de "vassalagem" europeia em relação à Trump durante a Cúpula do G7, realizada na França, mais precisamente, a permanência dele nas negociações de paz. Este é o argumento de Jamil Chade, analista internacional, que nos conta sobre o jantar oferecido por Macron no Palácio de Versalles para garantir a presença de Trump até o final da reunião, além do atraso de 1 hora em reunião com líderes europeus, que esperaram pelo mandatário, ainda que contrariados[5].

O Conselho Europeu, que reúne as lideranças máximas da União Europeia se reuniu em 18 e 19 de junho. Na pauta, estiveram temas como o Orçamento da UE 2028-2034, cujas negociações avançam, mas precisam ser concluídas até o final do corrente ano; competitividade econômica, seara na qual se discutiram iniciativas como uma união de poupança e investimentos. Aliada a novos instrumentos financeiros para inovação e empregos; relações econômicas globais, como foco no enfrentamento dos desequilíbrios econômicos globais e fortalecimento de instrumentos de defesa comercial; e o alargamento da UE, já abordado na edição anterior deste Informe, acerca das negociações de adesão de Ucrânia e Moldávia, retratado como marco histórico no discurso de Antônio Costa, presidente do Conselho[6]. No tocante ao cenário geopolítico, o Conselho reafirmou apoio à Ucrânia e a busca por uma paz duradoura. O Acordo inicial entre EUA e Irã foi visto como um avanço para a estabilidade, incluindo possível reabertura do Estreito de Ormuz. O Conselho manifestou preocupação com a situação em Gaza e na Cisjordânia, com expectativa de propostas da Comissão Europeia.

Em relação à discussão orçamentária da União Europeia, algumas alterações importantes estão sendo pautadas[7]. Nesta reunião, o Conselho adotou sua posição parcial de negociação junto ao Parlamento Europeu, para a criação do Fundo Europeu de Competitividade (ECF), que se pretende ser pilar central para o próximo Quadro Financeiro Plurianual (MFF, na sigla em inglês). O ECF tem como objetivo reduzir a dependência externa e fechar a lacuna de inovação da UE em relação aos seus principais concorrentes globais; simplificar o acesso a recursos, consolidando 14 instrumentos de financiamento já existentes, sob um único regulamento e portal de candidaturas; e atrair investimento privado para complementar o financiamento público em projetos de alto risco. As alterações propostas pelo Conselho conferem maior poder aos Estados-membros, reforçando o controle dos países da UE na governança do fundo, ao exigir pareceres formais sobre as decisões de implementação; mais apoio às micro, pequenas e médias empresas, por incluir medidas específicas e incentivos dedicados à atrair capital para estas categorias; maior sinergia interna, clarificando a cooperação

---

[4] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/06/19/russia-von-der-leyen-alerta-lideres-da-ue-que-e-o-momento-para-ponderar-mandato-para-negoc. Acesso em 23/06/2026.

[5] https://www.instagram.com/reel/DZ435NLxfV_/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em 22/06/2026.

[6] https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2026/06/19/remarks-by-president-antonio-costa-at-the-press-conference-following-the-european-council-meeting-of-18-19-june-2.026/?utm_source=brevo&utm_campaign=AUTOMATED%20-%20Alert%20-%20Newsletter&utm_medium=email&utm_id=3318. Acesso em 22/06/2026

[7] https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2026/06/16/mff-2028-2034-council-agrees-its-position-on-new-and-innovative-fund-to-boost-eu-s-competitiveness/?utm_source=brevo&utm_campaign=AUTOMATED%20-%20Alert%20-%20Newsletter&utm_medium=email&utm_id=3318. Acesso em 23/06/2026.

com outros programas, como o *Horizon Europe* e o *InvestEU*; e alinhamento com as regras do Fundo Europeu de Defesa, além de introduzir o Serviço Governamental de Observação da Terra, para apoiar decisões autônomas de segurança na Europa. O fundo direcionará investimentos para 4 setores principais:

1. Transição limpa e descarbonização industrial;
2. Saúde, biotecnologia, agricultura e bioeconomia;
3. Liderança digital;
4. Resiliência, segurança, indústria de defesa e aeroespacial.

Pela primeira vez, o Conselho Europeu abordou a temática das drogas, tratada como uma questão híbrida, envolvendo saúde pública e segurança. Reconhece o aumento dos impactos sanitários, sociais e de segurança associados ao uso e tráfico de drogas, defendendo uma abordagem integrada ("Whole-of-government" e Whole-of-society") que pressupõe a integração de políticas de saúde, segurança, justiça e cooperação internacional, priorizando: prevenção; tratamento e reintegração social; e redução de danos. O documento final destaca a necessidade de se proteger a saúde pública e reduzir riscos associados ao consumo.

No âmbito da segurança, pauta que ganhou relevância na EU após a guerra na Ucrânia e a nova gestão de Trump, o Conselho da EU, que difere do anterior, por reunir ministros das áreas temáticas, reuniu seus representantes na véspera, dia 16 de junho. Este Conselho, de defesa e segurança da União Europeia aprovou um mandato para negociar com o Parlamento Europeu uma nova regulamentação sobre mobilidade militar, com o objetivo de facilitar o deslocamento rápido e eficiente de tropas e equipamentos dentro e além da UE. Os principais objetivos da proposta são:

- Eliminar barreiras regulatórias, com procedimentos harmonizados e digitalização;
- Criar um sistema de resposta rápida (EMMERS) para transporte militar em situações excepcionais;
- Melhorar infraestruturas de transporte (inclusive de uso duplo civil-militar);
- Criar um "pool de solidariedade" para disponibilizar capacidades de transporte;
- Reforçar a coordenação entre países e entre setores civis e militares.

A iniciativa responde a decisões recentes do Conselho Europeu que colocam a mobilidade militar como prioridade para reforçar a segurança e prontidão da Europa diante de um cenário internacional mais instável. A ideia é que o EMMERS, ou sistema de resposta rápido, possa ser ativado em até 72 horas a partir do pedido de um Estado-membro. Pretende-se ainda criar uma plataforma digital para a coordenação, conferindo papel central de coordenadores nacionais de transporte militar. Para os próximos passos, estão previstas negociações com o Parlamento Europeu, com expectativa de aprovação final até o fim de 2026.

No âmbito da defesa do consumidor, o Conselho da EU e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório para simplificar regras sobre produtos químicos, cosméticos e fertilizantes, dentro do pacote regulatório "Omnibus VI". O principal objetivo é reduzir a burocracia e os custos para as empresas, sem diminuir o nível de proteção à saúde humana e ao meio ambiente. O contexto é a necessidade premente de aumentar a competitividade econômica europeia, tentando equilibrar este movimento com proteção sanitária e ambiental,

simplificando normas sem enfraquecê-las. As principais mudanças estão nas regras de classificação, rotulagem e embalagem de químicos, que passa por ajustes nas regras de formato e atualização de rótulos. O acordo prevê maior flexibilidade para embalagens pequenas, como uso de rótulos digitais e prazo mais longo para atualizar rótulos quando um produto se torna mais perigoso. Na esfera dos cosméticos, o acordo prevê novas regras de transição para eliminar substâncias perigosas, com orientação da Comissão Europeia para substitutos mais seguros, mantida a exigência de notificação para nanomateriais. Já no tocante aos fertilizantes, estão previstos ajustes técnicos para facilitar a aprovação de materiais utilizados nas composições, modernização do registro de componentes como micro-organismos e polímeros, bem como a manutenção da obrigação de registro de substâncias mais perigosas. O acordo precisa ser aprovado pelo Conselho e pelo Parlamento, com entrada em vigor prevista para o início de 2030[8].

Na mesma data o Conselho de Emprego, Política Social, Saúde e Consumidor (na vertente da Saúde) da União Europeia também se reuniu[9][10]. Os ministros da saúde do bloco discutiram a Regulamentação da Biotecnologia (European Biotech Act I), visando modernizar tais regras na região, e alcançaram um acordo sobre sua posição negocial sobre a diretiva, que atualiza as regras para microrganismos geneticamente modificados (GMMs) e para o processamento de órgãos. O objetivo é acelerar a transição de ideias inovadoras do laboratório para o mercado, estimulando o setor de biotecnologia da EU, inserindo-se no escopo do aumento da competitividade europeia e, mais especificamente, na resiliência do setor biotecnológico de saúde da EU. Dentre as mudanças propostas, estão a introdução de um processo regulatório mais ágil e eficiente para a comercialização de determinados GMMs que cumpram padrões de segurança predefinidos e atualização das regras para processamento de órgãos de forma a refletir os avanços científicos que permitem aumentar o tempo decorrido entre a colheita e o transplante de órgãos.

Além disso, os ministros debateram propostas para melhorar o acesso dos pacientes e produtos inovadores. No tocante a dispositivos médicos e de diagnóstico *in vitro*, foi apresentado um relatório de progresso sobre a proposta de regulamento que visa simplificar as regras atuais. A intenção é reduzir os encargos regulatórios excessivos, eliminar a incerteza jurídica para as empresas e combater a indisponibilidade de determinados dispositivos médicos no mercado. Durante um almoço de trabalho informal, os ministros debateram estratégias para reforçar a autonomia estratégica e a resiliência farmacêutica da Europa. Por fim, foram partilhadas informações sobre o recente surto do vírus Ebola, o progresso do plano para medicamentos críticos, o acordo pandêmico global e as prioridades de trabalho da futura presidência irlandesa do Conselho.

No âmbito da OMS Europa os destaques são mudanças climáticas e segurança em emergências. As mudanças climáticas são tratadas como uma crise de saúde urgente, com a região europeia aquecendo mais rápido que a média global e crescente risco de impactos imprevisíveis. A este respeito, a Comissão Pan-Europeia sobre Clima e Saúde, lançou um

[8] https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2026/06/17/council-and-parliament-strike-deal-to-simplify-requirements-for-chemical-products/?utm_source=brevo&utm_campaign=AUTOMATED%20-%20Alert%20-%20Newsletter&utm_medium=email&utm_id=3318. Acesso em 22/06/2026

[9] https://www.consilium.europa.eu/en/policies/eu-health-policy/. Acesso em 23/06/2026.

[10] https://www.consilium.europa.eu/en/meetings/epsco/2026/06/16/. Acesso em 23/06/2026.

"Chamado à ação" urgente, trazendo 17 recomendações para enfrentar a crise climática sob a ótica da saúde pública[11], sobre o qual cabe destaque:

- Crise imediata e segurança nacional: a Comissão enfatiza que as mudanças climáticas são uma ameaça futura e uma crise atual que afeta simultaneamente a saúde, a economia e a segurança e que o tema, portanto, deva estar incluído nas pautas dos conselhos de segurança nacional dos países;

- Declaração de emergência: o grupo pede que a OMS declare formalmente a mudança climática como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, argumentando que as regras atuais focadas apenas em epidemias passageiras estão desatualizadas frente ao tamanho do problema;

- Investimento inteligente: a transição para energias renováveis e a eliminação de subsídios aos combustíveis fósseis são vistas como investimentos de alto retorno. De acordo com a Comissão, o custo da inação é muito maior do que os da mitigação de danos, já que a polução do ar mata centenas de milhares de pessoas na região anualmente;

- Transformação dos sistemas de saúde: as recomendações incluem o treinamento obrigatório de profissionais de saúde em questões climáticas, maior foco na saúde mental dentro do planejamento ecológico e a criação de padrões de compras sustentáveis para reduzir a pegada de carbono da cadeia de suprimentos médica;

- Mudar a forma de medir o progresso: a Comissão critica o uso do PIB como métrica principal de sucesso, por ignorar os custos de saúde e desastres ambientais. O grupo defende novos indicadores focados em bem-estar, equidade e sustentabilidade, acompanhados por um painel de monitoramento para cobrar metas dos países.

No tocante a emergências, sublinha-se a realização de uma Conferência Ministerial, parceria entre a OMS/Europa o governo da Turquia, focada na gestão de emergências de saúde causadas por terremotos[12]. Prevista para acontecer em Istambul nos próximos dias, entre 1 e 2 de julho, o evento reunirá cerca de 250 participantes, incluindo ministros da saúde, especialistas técnicos e agências de resposta a emergências. Os devastadores terremotos de fevereiro de 2023 no sul da Turquia e no norte da Síria evidenciaram a necessidade urgente de uma preparação robusta e de cooperação internacional. O objetivo do evento é compartilhar lições aprendidas, explorar ferramentas e diretrizes da OMS e traçar prioridades para proteger a saúde das populações antes, durante e após terremotos. O primeiro dia será dedicado a sessões técnicas, enquanto o segundo dia será uma sessão ministerial, onde as autoridades devem reafirmar compromissos com a segurança em saúde e gestão de crises.

Por ocasião do dia mundial sem tabaco (31/05), a OMS/Europa repercute artigo da OMS que alerta para o surgimento de uma "nova revolução da nicotina", impulsionada pela indústria

[11] https://www.who.int/europe/news/item/17-05-2026-climate-change-is-a-health-crisis---and-fixing-it-is-a-health-opportunity. Acesso em 23/06/2026

[12] https://www.who.int/europe/news-room/events/item/2026/07/01/default-calendar/protecting-health-in-earthquakes--who-ministerial-conference-on-advancing-health-security-through-earthquake-emergency-management. Acesso em 23/06/2026

do tabaco para contornar as regulamentações atuais[13]. De acordo com o texto, nos últimos 5 anos, a indústria aumentou drasticamente o uso de nicotina sintetizada em laboratório e de seus análogos químicos, salientando que, atualmente, produzir nicotina sintética tornou-se tão barato quanto extraí-la das folhas de tabaco. O artigo alerta para o fato de que a maioria das legislações atuais regulam o tabaco e não a nicotina sintética. Com isso, empresas comercializam produtos como "livres de tabaco" ou "zero nicotina" (no caso dos análogos), mesmo tais compostos ativem os mesmos receptores cerebrais e causem forte dependência. No tocante ao design e engenharia, o texto esclarece que o uso de sais de nicotina permite doses mais altas com uma inalação mais suave, acrescentando que sabores doces e sensações refrescantes são usados propositalmente para disfarçar a agressividade do produto e facilitar o primeiro uso. Prossegue ressaltando a vulnerabilidade a que estão submetidos os adolescentes, dado que a exposição à nicotina nesta fase da vida pode alterar vias neurais ligadas à atenção, aprendizado e controle de impulsos. Crianças e jovens são atraídos pelo marketing, com embalagens chamativas, designs discretos (semelhantes a *pen drives* ou eletrônicos) e promoções com influenciadores, que focam em tecnologia e estilo de vida.

Na região europeia da OMS, que congrega 53 países, o tabaco mata 1,2 milhões de pessoas por ano, sendo 202.000 por fumo passivo. A região tem a maior taxa global de uso de cigarros eletrônicos entre adolescentes de 13 a 15 anos (14,3% contra 7,2% no resto do mundo). As políticas públicas são consideradas atrasadas: apenas 18 dos 53 países da região possuem leis abrangentes de ambientes livres de fumo, e em 19 países o cigarro convencional ficou mais barato atualmente do que era em 2014. Para conter esta nova epidemia, a OMS insta os países a atualizarem suas leis urgentemente para incluir:

- Regulamentação rígida de todos os produtos de tabaco e nicotina (incluindo sintéticos e análogos);
- Proibição total de publicidade e restrição rigorosa de sabores;
- Aumento de impostos e adoção de embalagens padronizadas; e
- Ampliação do acesso a serviços públicos de apoio para quem deseja parar de fumar;

A Organização conclui que o desafio atual não é mais apenas o cigarro tradicional, mas sim uma indústria que está redesenhando a própria ciência do vício, disfarçada de inovação tecnológica.

Em meio à onda de calor que fez termômetros europeus registarem temperaturas de 40º antes mesmo da chegada do verão, a OMS/Europa lançou a segunda edição do Guia de Planos de Ação de Saúde contra o Calor (*Heat-Health Actions Plans Guide*), que serve como um roteiro prático para cidades e países anteciparem e responderem a crises climáticas[14][15]. Nos últimos 4 anos, as ondas de calor causaram a morte de mais de 200.000 pessoas na União Europeia e países associados. Os países mais afetados em números absolutos são Itália, Espanha, Alemanha e Grécia (este último com a maior taxa proporcional por milhão de habitantes). Segundo o Diretor-geral da OMS/Europa, Hans Kluge, a grande maioria dessas mortes poderia

[13] https://www.who.int/europe/news/item/27-05-2026-world-no-tobacco-day-2026-the-next-nicotine-revolution-is-already-here. Acesso em 23/06/2026

[14] https://www.who.int/europe/news/item/11-06-2026-heat-action-day--new-who-guidance-helps-authorities-better-protect-people-from-the-effects-of-heat. Acesso em 23/06/2026.

[15] https://www.who.int/europe/news/item/11-06-2026-statement---europe-lost-200-000-people-to-heat-in-4-years-yet-nearly-all-of-them-were-preventable. Acesso 23/06/2026.

ter sido evitada e o impacto total é ainda maior, se considerados os efeitos do calor sobre a saúde física e mental de milhões de pessoas. O calor extremo atua como um “assassino silencioso”, agravando principalmente doenças cardiovasculares. Idosos, pessoas com condições médicas preexistentes e moradores de áreas urbanas densas (sem acesso a áreas verdes ou habitações adequadas) são os mais afetados. O documento serve como um roteiro científico com 8 elementos centrais para ajudar governos a estruturarem planos de proteção e sistemas de alerta locais:

- Investimento em infraestrutura verde (árvores urbanas, parques e rios) para resfriar o ambiente naturalmente.
- Criação de portais de informação e mapas de “lugares frescos” nas cidades;
- Fortalecimento de redes de apoio e comunicação focadas em instituições de saúde e de cuidados com idosos;
- Acompanhamento de idosos por assistentes sociais para garantir hidratação adequada; e
- Introdução de turnos de trabalho flexíveis para evitar a exposição ao sol do meio-dia.

O objetivo estabelecido é alcançar a marca de zero mortes associadas ao calor.

Considerações Finais

O cenário europeu atual revela uma conjuntura de incerteza, na qual crises políticas, disputas geopolíticas e desafios estruturais se entrelaçam. A instabilidade no Reino Unido, as divisões internas da União Europeia e a continuidade da guerra na Ucrânia dificultam a construção de consensos, ao mesmo tempo em que o bloco busca avançar em agendas estratégicas de competitividade, inovação e defesa. Paralelamente, o agravamento de questões de saúde pública e climáticas reforça a necessidade de respostas coordenadas e de longo prazo. Nesse contexto, o futuro da Europa dependerá de sua capacidade de conciliar interesses divergentes, preservar sua coesão interna e responder de forma eficaz às múltiplas pressões que moldam o cenário internacional contemporâneo.

O inverno demográfico na Ásia: consequência do embate entre desenvolvimento econômico e raízes socioculturais

El invierno demográfico en Asia: consecuencia del choque entre el desarrollo económico y las raíces socioculturales

The Demographic Winter in Asia: A Consequence of the Clash Between Economic Development and Sociocultural Roots

Lúcia Marques

A experiência asiática destaca as limitações das teorias eurocêntricas e unidirecionais predominantes e ressalta a necessidade de explicações regionalmente fundamentadas que considerem a interação entre forças estruturais, normas culturais, contextos históricos e políticas na formação do declínio da fertilidade.[1]

Resumo: O fenômeno chamado inverno demográfico representa a queda da taxa da natalidade para menos de 2,1 filhos por casal, o que que leva à queda da população mundial. O assunto está em todos os debates econômicos e de saúde global de 2026. A Ásia vive um paradoxo: está vivenciando significativos movimentos sociopolíticos, rápidos avanços tecnológicos e dinâmicas intergeracionais em evolução ao mesmo tempo que vive o inverno demográfico mais acelerado da história humana, uma vez que a queda na taxa de natalidade está atrelada à queda na taxa de casamentos – na China, no Japão e na Coreia do Sul a reprodução e a parentalidade continuam estritamente vinculadas ao matrimônio formal. Logo, o declínio dos casamentos traduz-se diretamente no colapso da natalidade. A aceitação compulsória de um conjunto de obrigações institucionais e familiares rígidas não se adequa mais à autonomia financeira e inserção no mercado de trabalho conquistadas pelas mulheres instruídas, que passam a enxergar o matrimônio não como um ativo social, mas como um risco para a carreira e uma perda severa de autonomia pessoal. Mas o país que vive esse fenômeno de forma mais dramática é a Coreia do Sul, que passa por crises gêmeas, descritas assim por que não são fenômenos isolados, mas duas faces da mesma moeda epidemiológica. A conexão entre o "inverno demográfico" e o colapso da saúde mental, com alto número de suicídios, na Coreia do Sul é um dos temas mais debatidos na sociologia médica e na economia do desenvolvimento hoje. O colapso da nupcialidade, o viver sozinho e a escalada do sofrimento psíquico compartilham da mesma matriz estrutural: uma cultura de hiper competitividade e pressão por status que esvaziou os laços de solidariedade comunitária. Coreia hoje ocupa o primeiro lugar entre os países da OECD nas taxas de suicídio.

Palavras chaves: Inverno demográfico; envelhecimento; fertilidade; Ásia; Coreia do Sul; pressão social; suicídio.

[1] Jean Yeung WJ, Abalos JB. Social determinants of low fertility in Asia: a comparative review of trends in East, Southeast and South Asia. Lancet Reg Health West Pac. 2025 Dec 8;65:101724. doi: 10.1016/j.lanwpc.2025.101724. PMID: 41541619; PMCID: PMC12800761. Disponível em https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC12800761/#bib29

Resumen: *El fenómeno llamado "invierno demográfico" representa la caída de la tasa de natalidad a menos de 2,1 hijos por pareja, lo que conduce al declive de la población mundial. Este tema se encuentra en el centro de todos los debates económicos y de salud global en 2026. Asia vive una paradoja: es testigo de importantes movimientos sociopolíticos, rápidos avances tecnológicos y dinámicas intergeneracionales en evolución, al mismo tiempo que experimenta el invierno demográfico más acelerado de la historia humana. Esto se debe a que la disminución de la natalidad está directamente vinculada a la caída de la tasa de nupcialidad; en China, Japón y Corea del Sur, la reproducción y la paternidad siguen estando estrictamente ligadas al matrimonio formal. Por lo tanto, el declive de los matrimonios se traduce directamente en el colapso de la natalidade. La aceptación obligatoria de un conjunto de rígidas obligaciones institucionales y familiares ya no se adapta a la autonomía financiera y a la inserción en el mercado laboral conquistadas por las mujeres instruidas, quienes pasan a ver el matrimonio no como un activo social, sino como un riesgo para la carrera y una pérdida severa de autonomía personal. Sin embargo, el país que vive este fenómeno de forma más dramática es Corea del Sur, que atraviesa crisis gemelas, descritas así porque no son fenómenos aislados, sino dos caras de la misma moneda epidemiológica. La conexión entre el "invierno demográfico" y el colapso de la salud mental, reflejado en el alto número de suicidios en Corea del Sur, es uno de los temas más debatidos hoy en día en la sociología médica y la economía del desarrollo. El colapso de la nupcialidad, el vivir solo y la escalada del sufrimiento psíquico comparten la misma matriz estructural: una cultura de hipercompetitividad y presión por el estatus que ha erosionado los lazos de solidaridad comunitaria. Actualmente, Corea del Sur ocupa el primer lugar en tasas de suicidio entre los países de la OCDE.*

Palabras clave: *Invierno demográfico; envejecimiento; fertilidad; Asia; Corea del Sur; presión social; suicidio.*

Abstract: *The phenomenon known as the "demographic winter" represents a drop in the birth rate to less than 2.1 children per couple, leading to a decline in the global population. This subject is at the center of all economic and global health debates in 2026. Asia experiences a paradox: it is witnessing significant sociopolitical movements, rapid technological advancements, and evolving intergenerational dynamics, while simultaneously experiencing the most accelerated demographic winter in human history. This occurs because the decline in birth rates is directly linked to the drop in marriage rates—in China, Japan, and South Korea, reproduction and parenthood remain strictly tied to formal matrimony. Consequently, the decline in marriages translates directly into a collapse of the birth rate. The compulsory acceptance of a rigid set of institutional and familial obligations no longer fits the financial autonomy and labor market integration achieved by educated women, who increasingly view marriage not as a social asset, but as a career risk and a severe loss of personal autonomy. However, the country experiencing this phenomenon most dramatically is South Korea, which is going through twin crises—described as such because they are not isolated phenomena, but two sides of the same epidemiological coin. The connection between the "demographic winter" and the collapse of mental health, characterized by high suicide rates in South Korea, is one of the most debated topics in medical sociology and development economics today. The collapse of marriage rates, singlehood (living alone), and the escalation of psychological distress share the same structural matrix: a culture of hyper-competitiveness and pressure for status that has eroded bonds of community solidarity. Today, South Korea ranks first among OECD countries in suicide rates.*

Keywords: *Demographic winter; aging; fertility; Asia; South Korea; social pressure; suicide.*

*

O inverno demográfico é uma hipótese apresentada pelo geógrafo Gérard François Dumont, em 2007, observada na Europa, particularmente na Alemanha e na Itália, assim como em outros muitos países, como o Japão. É quando o país vive o fenômeno em que a taxa de natalidade entra em queda e a taxa de mortalidade mantém-se em níveis baixos. Isso tem como consequência uma população envelhecida e todos os custos econômicos, sociais e familiares que isso representa.[2] Esse colapso nas taxas de natalidade impacta diretamente o "capital humano", cujos efeitos incluem a diminuição da força de trabalho ativa, gerando forte retração na economia; pressão insustentável sobre os sistemas de previdência social e saúde pública para atender à crescente população idosa[3]; e forte dependência de automação e políticas agressivas de incentivos governamentais para tentar reverter a queda de nascimentos.

O assunto está em todos os debates econômicos e de saúde global de 2026. Segundo François, para não vivenciar o inverno demográfico o país deve manter uma taxa de fecundidade de 2,1 filhos por mulher para substituir a sua população atual.

A Ásia está vivenciando significativos movimentos sociopolíticos, rápidos avanços tecnológicos e dinâmicas intergeracionais em evolução. A região também vive o inverno demográfico mais acelerado da história humana, uma vez que a queda na taxa de natalidade está atrelada à queda na taxa de casamentos. Isso representa uma crise existencial iminente para os países do Leste e Sudeste asiáticos. Em relatórios, a China chamou esse fenômeno de "crise do 4-2-1", um filho único para cuidar e sustentar 2 pais e 4 avós.[4]

Esse colapso nas taxas de natalidade impacta diretamente o "capital humano", cujos efeitos incluem a diminuição da força de trabalho ativa, gerando forte retração na economia; pressão insustentável sobre os sistemas de previdência social e saúde pública para atender à crescente população idosa[5]; e forte dependência de automação e políticas agressivas de incentivos governamentais para tentar reverter a queda de nascimentos.

E deve-se ter em conta que esses países ainda não alcançaram seu total potencial econômico e tecnológico; a redução da força de trabalho capacitada seria um grande atraso no desenvolvimento pleno.

Um relatório da ESCAP (Comissão Econômica e Social da ONU para Ásia e Pacífico) sobre as consequências econômicas e intergeracionais do envelhecimento da população na região confirma que alguns países que têm populações jovens e em crescimento, e que, com investimentos em educação e saúde, ainda podem se beneficiar do dividendo demográfico da transição demográfica; enquanto que outros países, já afetados por envelhecimento populacional significativo e rápido, eventualmente atingirão o ponto em que o inverno demográfico representará grandes custos socioeconômicos.

---

[2] Dumont, Gérard François. "El envejecimiento de las poblaciones en Europa o el invierno demográfico". Debats, 2007, pp. 15-23

[3] https://www.unescap.org/kp/2025/strengthening-health-systems-long-term-care-asia-and-pacific-policy-analysis#

[4] https://amro-asia.org/wp-content/uploads/2023/12/AN_Chinas-Long-term-Growth-Prospect-2023-12-14_amended.pdf

[5] https://www.unescap.org/kp/2025/strengthening-health-systems-long-term-care-asia-and-pacific-policy-analysis#

Dentro da Ásia e do Pacífico, existe atualmente uma grande variação na taxa de fertilidade de país para país, variando de 0,7 a 4,7. Pelo menos 17 países têm taxas de fertilidade em declínio, e um tem uma taxa de crescimento populacional de 2,7 por cento.

O estudo mostra que os países com maior crescimento no PIB apresentam maior envelhecimento populacional. E apresenta como essa transição demográfica que começa com um país jovem, com poucos idosos, muitas crianças e dependência do cuidado infantil. Em seguida, quando a fecundidade começa a cair, a dependência infantil diminui e o percentual da população em idade ativa aumenta, dando origem ao chamado (primeiro) dividendo demográfico, que impulsiona a taxa de crescimento da renda per capita. No entanto, o crescimento da força de trabalho também diminui à medida que a população idosa continua a crescer e a mortalidade começa a declinar, graças ao desenvolvimento socioeconômico – com melhorias em saúde, higiene, nutrição e educação. O envelhecimento populacional começa e o índice de dependência etária "cronológica" começa a subir.[6] O "dividendo demográfico" termina e é substituído pelo envelhecimento populacional e seus custos. É o que alguns países como o Japão, Coreia do Sul e China estão vivenciando.

Nos países da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), a realidade é dividida. Enquanto a região possui países com forte potencial de bônus demográfico (com uma idade média jovem), a transição demográfica avança rapidamente. Economias mais desenvolvidas, como **Singapura**, possuem taxas de fertilidade cronicamente baixas (abaixo de 1,1). **Tailândia** e **Vietnã** acompanham a tendência, com taxas que giram abaixo do nível de reposição. Já países como **Indonésia**, **Filipinas** e **Malásia** ainda mantêm taxas de fertilidade mais altas (geralmente entre 1,9 e 2,5 filhos), servindo como polos de mão de obra jovem. Contudo, o aumento da urbanização e da renda per capita indica que eles seguirão o mesmo caminho das nações mais ricas nas próximas décadas.

O Leste Asiático enfrenta o declínio populacional mais rápido do planeta, com algumas das menores taxas de fecundidade do mundo. E Japão, Coreia do Sul são exemplos do acelerado desenvolvimento e da acelerada queda na fertilidade e envelhecimento populacional.

Na **China,** a política do filho único e o alto custo de vida geraram uma contração estrutural. Em 2025, o país registrou uma taxa de natalidade de cerca de 5,6 nascimentos por mil habitantes e um aumento histórico nas taxas de mortalidade, aprofundando o déficit populacional. Em 2025, a China tinha 3,4 milhões de pessoas a menos que em 2024 [7] O país vive o dilema de envelhecer antes de se consolidar como uma economia plenamente rica, enfrentando uma transição demográfica em uma velocidade sem precedentes históricos. O **Japão** tem a sociedade mais idosa do mundo com uma taxa de fecundidade na média de 1,2. E ainda experimenta um declínio dramático da população em mais de 40% das municipalidades, que vão desaparecer até 2050 devido à acentuada queda na população ativa – fuga dos jovens para busca de emprego nas grandes cidades – que força o país a uma rápida modernização com foco em robótica e inteligência artificial.[8] A **Coreia do Sul** tem sido o epicentro global dessa crise, registrando taxas de fertilidade historicamente na casa de 0,72 a 0,75 filhos por mulher.[9] A despeito de ligeiro aumento em 2024 e 2025, o país corre o risco de ver sua população cair pela

[6] https://www.unescap.org/kp/2025/population-ageing-asia-pacific-region-and-its-economic-and-intergenerational-consequences

[7] https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-01/populacao-chinesa-tem-taxa-negativa-de-natalidade-recorde-em-2025

[8] https://lausanne.org/pt-br/report/relatorio-regional-da-asia-oriental

[9] https://www.frontiersin.org/journals/public-health/articles/10.3389/fpubh.2026.1731172/full

metade em algumas décadas. E tem batido repetidamente seu próprio recorde de menor taxa de natalidade do mundo: 0,98 bebês por mulher em 2018, 0,84 em 2020 e 0,72 em 2023.[10]

Na Ásia, o planejamento familiar, as políticas trabalhistas e as políticas relacionadas à família têm sido fundamentais para o declínio da fertilidade, com países como Bangladesh e Maldivas apresentando reduções acentuadas mesmo sem modernização completa.[11]

Esse colapso nas taxas de natalidade impacta diretamente o capital humano: Diminui a força de trabalho ativa, gerando forte retração na economia; aumenta a pressão sobre os sistemas de previdência social e saúde pública para atender à crescente população idosa; aumenta a dependência de automação e exige políticas agressivas de incentivos governamentais para tentar reverter a queda de nascimentos.

Nas últimas duas décadas, tanto o Japão quanto a Coreia do Sul transformaram o combate à baixa natalidade em prioridade de segurança nacional. Os dois governos injetaram centenas de bilhões de dólares em pacotes de incentivos, atuando principalmente em três frentes: transferências financeiras diretas, ampliação da infraestrutura de cuidado infantil e reformas (superficiais) no mercado de trabalho. No entanto, os resultados práticos foram nulos ou insuficientes: em 2025, a Coreia do Sul quebrou seu próprio recorde com a menor taxa de fertilidade do mundo (chegando a patamares próximos de 0,7), enquanto o Japão viu o número absoluto de nascimentos cair ano após ano.

Segundo o estudo da ESCAP, a parte mais dinâmica de todo esse processo, incluindo as mudanças na distribuição etária, dura pelo menos um século e meio (para uma transição rápida) ou dois ou mais séculos para uma lenta. Mas o que se observa atualmente é uma acelerada evolução desse cenário e as medidas e políticas públicas para evitar esse fenômeno e, consequentemente, evitar a desaceleração do desenvolvimento econômico, vai além de incentivos ou compensações financeiras.

As análises macroeconômicas tradicionais frequentemente apontam o alto custo de vida, a inflação imobiliária e as longas jornadas de trabalho como as causas universais para o colapso da fertilidade na Ásia.[12] Contudo, a literatura demográfica contemporânea e a sociologia de saúde pública revelam uma camada analítica mais profunda e estrutural: a persistência de normas patriarcais e a recusa consciente das mulheres jovens em aceitar o modelo tradicional de casamento. Como se pode observar, a queda na taxa da natalidade, especialmente no Leste asiático, tem uma raiz cultural e social profunda.

O Leste Asiático experimentou uma das transições econômicas e educacionais mais rápidas da história humana. Em poucas décadas, as mulheres alcançaram — e muitas vezes superaram — os níveis de escolaridade masculina. No entanto, a infraestrutura social e as expectativas culturais dentro do lar não acompanharam essa velocidade.

Na Coreia do Sul, Japão e China a reprodução e a parentalidade continuam estritamente vinculadas ao matrimônio formal. Logo, o declínio dos casamentos traduz-se diretamente no colapso da natalidade. A literatura apresenta o conceito de *marriage package* para explicar a decisão das mulheres em permanecer solteiras. Nestas sociedades, casar-se não significa apenas a união afetiva de dois indivíduos, mas a aceitação compulsória de um conjunto de obrigações

[10] https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckg61x94d97o
[11] https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC12800761/#bib29
[12] https://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/53703/1/238.pdf

institucionais e familiares rígidas: é esperado que a mulher casada assuma quase a totalidade do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos, mesmo mantendo jornadas de trabalho integrais e competitivas; adicionalmente, as normas culturais de herança confuciana muitas vezes impõem à nora a responsabilidade direta pelo cuidado de longo prazo dos sogros idosos.[13]

Frente a esse cenário, as mulheres urbanas e instruídas, que conquistaram autonomia financeira e inserção no mercado de trabalho, passam a enxergar o matrimônio não como um ativo social, mas como um risco de carreira e uma perda severa de autonomia pessoal.

A ausência de mecanismos estatais robustos de suporte à infância e a inflexibilidade das corporações em relação à licença-paternidade empurram as mulheres para uma escolha binária e excludente: a dedicação à carreira profissional ou a renúncia dela em prol da família. [14] A opção crescente pela "vida solo" (*singlehood*) é uma resposta racional a um mercado conjugal que falhou em se modernizar.

Atualmente, a literatura[15] e os think-Tanks econômicos citam dois movimentos socioculturais **"***Honjok*" (na Coreia do Sul) ou "*Tangping*" (na China) que refletem uma geração que escolheu viver, comer e estar estritamente sozinha. Os termos nasceram como subculturas da internet e movimentos sociais como indicadores ou sintomas psicossociais de fenômenos macroestruturais mais amplos — especificamente em relatórios sobre o mercado de trabalho jovem, a crise de saúde mental e o impacto do isolamento na economia da Ásia. Para reverter esse cenário, sociólogos e analistas apontam a urgência de reformas estruturais que protejam e incentivem as famílias, garantindo redes de apoio robustas para a criação dos filhos.

Crises gêmeas na Coreia do Sul

A Coreia vive um paradoxo que desafia os analistas de saúde global: ao mesmo tempo em que é uma das nações mais inovadoras, ricas e tecnologicamente avançadas do planeta, ela

[13] https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC12800761/

[14] É sobre a mulher que recaem as pressões culturais e toda a carga do cuidado não remunerado. Aqui o "cuidado" sai do campo do afeto e entra no campo da economia política e da saúde pública, tecnicamente, alinhada aos padrões da OIT e ONU Mulheres. O *Trabalho de Cuidado Não Remunerado* refere-se a todas as atividades não pagas realizadas dentro de um domicílio ou comunidade para o bem-estar e a manutenção das pessoas – trata-se da **"**infraestrutura invisível da vida". Dividido em duas categorias principais: Cuidado Direto – atividades que envolvem a atenção física e emocional a pessoas, como cuidar de crianças, idosos, doentes ou pessoas com deficiência – e sobre isso a OIT (Organização Internacional do Trabalho) – Care Work and Care Jobs for the Future of Decent Work explica a diferença entre o cuidado remunerado (enfermeiros, babás) e o não remunerado; Cuidado Indireto – atividades de suporte que permitem que a vida e o cuidado ocorram, como cozinhar, limpar, buscar água ou combustível, lavar roupas e a gestão do lar que, segundo a ONU Mulheres – Unpaid Care and Domestic Work muitas vezes impede o alcance do ODS 5 (Igualdade de Gênero). Os relatórios da ESCAP e do Banco Mundial ao mencionarem custo do cuidado estão calculando o Custo de Oportunidade perdida. Ou seja, quanto a economia deixa de ganhar porque milhões de mulheres estão dedicando horas a essas tarefas em vez de estarem no mercado de trabalho formal, estudando ou cuidando da própria saúde – mulheres com pobreza de tempo negligenciam seus próprios exames preventivos, têm maiores índices de burnout e menor acesso a atividades físicas ou descanso, o que sobrecarrega os sistemas de saúde pública a longo prazo.

[15] https://www.researchgate.net/publication/367172828_The_lying_flat_movement_global_youth_and_globality_a_case_of_collective_reading_on_Reddit

lidera de forma isolada e trágica o ranking de maior taxa de suicídio entre os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).[16][17]

A conexão entre o "inverno demográfico" e o colapso da saúde mental, com alto número de suicídios, na Coreia do Sul é um dos temas mais debatidos na sociologia médica e na economia do desenvolvimento hoje.

As crises gêmeas são assim descritas porque não são fenômenos isolados, mas duas faces da mesma moeda epidemiológica. Como aponta a literatura sobre a sociologia do desenvolvimento asiático, o colapso da nupcialidade e a escalada do sofrimento psíquico compartilham da mesma matriz estrutural: uma cultura de hiper competitividade e pressão por status que esvaziou os laços de solidariedade comunitária. O isolamento social e o custo de vida urbano não apenas desestimulam a criação de novas famílias, empurrando a juventude para o fenômeno do *Honjok*, mas também transformam o fracasso socioeconômico em uma sentença de desamparo psicológico. No ecossistema sul-coreano, a recusa em ter filhos e o ato trágico de tirar a própria vida emergem como sintomas indissociáveis de uma sociedade que enriqueceu suas indústrias biotecnológicas, mas tornou o custo humano de sua própria reprodução social insustentável

Isto é, o mesmo ecossistema sociocultural que exige dedicação total ao trabalho e aos estudos inviabiliza a construção de famílias (gerando a menor taxa de fertilidade do mundo) e esmaga psicologicamente o indivíduo que não atinge os padrões de excelência (gerando a maior taxa de suicídio da OCDE). Ambos os fenômenos são sintomas da mesma patologia social: uma sociedade que priorizou o PIB em detrimento do bem-estar coletivo.

E como consequência dessa mudança social na queda de casamentos e de natalidade, a taxa de suicídio entre idosos na Coreia é alarmante. O motivo é a quebra do pacto geracional. Antigamente, os filhos cuidavam dos pais; hoje, com a ocidentalização e a falta de filhos, muitos idosos caem na pobreza extrema (a Coreia tem a maior taxa de pobreza na terceira idade da OCDE) e cometem o chamado "suicídio por isolamento".

Considerações finais

A Ásia está dividida por falha demográfica. Enquanto o Leste e o Sudeste Asiáticos sofrem com o acelerado envelhecimento populacional, o colapso de casamentos e escassez de cuidadores formais, o Sul da Ásia, especialmente a Índia, precisa correr contra o tempo para aproveitar sua juventude, para não começar a envelhecer sem alcançar o desenvolvimento econômico que assegure políticas e sistemas de saúde e bem-estar social para essa população.

---

16 https://www.oecd.org/en/publications/health-at-a-glance-2025_15a55280-en/korea_40b1d2b4-en.html

17 Segundo a OMS, Lesoto e Eswatini, ambos os países na África Austral, registram as maiores taxas de suicídio do mundo em termos absolutos, seguidos por Guiana e Uruguai (América Latina). Diferentemente da Coreia, a crise mental nos países africanos é movida por determinantes sociais severos, como extrema pobreza. Na Guiana, o fenômeno é rural, envolvendo questões de violência doméstica e estigma, cujas mortes são por envenenamento por uso de pesticidas. No Uruguai, o fenômeno está associado a fatores demográficos (população envelhecida), isolamento social, alta incidência de depressão não tratada, fácil acesso a meios letais e o peso histórico de uma cultura de introspecção e individualismo. https://www.who.int/data/gho/data/themes/mental-health/suicide-rates

O Sul da Ásia se destaca como o cenário de maior “desperdício de talento”: as mulheres estudam, mas o sistema legal e as normas sociais (o “monstro” invisível) as impedem de converter esse estudo em autonomia econômica.[18]

Em todos os casos é a mulher o grande “amortecedor” dessa crise demográfica.[19] Isto é, recai sobre ela a responsabilidade de evitar o colapso demográfico.

E tendo como exemplo países como China, Japão e Coreia, cujas políticas fracassaram, a Índia precisa se mover rápido e avançar em políticas públicas, tanto me capacitação e geração de empregos, quanto nas políticas trabalhistas, quanto nas políticas de rede de apoio. E isso envolve mudanças culturais machistas e arraigadas, como o casamento infantil.

[18] Sul da Ásia – O Grande Potencial e as Barreiras da Norma Social

[19] Saiba mais em Marques, L. 2026. Mulheres na Ásia e no Oriente Médio: uma combinação de desafios e oportunidades. Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Edição 4 – 2026, p.258-269.

A Carta, as Nações e a União

La Carta, las Naciones y la Unión

Charter, Nations and Unions

André Costa Lobato, Alexandra Rodrigues Sanches, Anabela Santiago, Darllan Santana e Rafael Aguilar-Zamudio

Resumo: Conselho de Estado publica o documento "Governança Global Mais Justa e Equitativa: Princípios, Propostas e Ações da China" convocando Sul Global para defender as Nações Unidas contra abusos do unilateralismo. Brasil estreita laços financeiros com reunião da Cosban e estudo sobre emissão de Panda Bonds. Comissão de Saúde publica texto sobre encontro de saúde digital às margens da 79ª Assembleia Mundial de Saúde. Queda de mortalidade infantil vem acompanhada de novos desafios para saúde infantil. Hong Kong inicia consultas para seu primeiro Plano Quinquenal. Novo plano de IA prevê servidores submarinos.

Palavras-chave: Governança ONU; Finanças em RMB; Saúde Digital.

***Resumen**: El Consejo de Estado publica el documento «Una gobernanza global más justa y equitativa: principios, propuestas y acciones de China», en el que insta al Sur Global a defender a las Naciones Unidas frente a los abusos del unilateralismo. Brasil estrecha sus lazos financieros con una reunión de la Cosban y un estudio sobre la emisión de bonos Panda. La Comisión de Salud publica un texto sobre el encuentro sobre salud digital celebrado al margen de la 79.ª Asamblea Mundial de la Salud. La disminución de la mortalidad infantil viene acompañada de nuevos retos para la salud infantil. Hong Kong inicia consultas para su primer Plan Quinquenal. El nuevo plan de IA prevé el uso de servidores submarinos.*

***Palabras clave**: Gobernanza de la ONU; Finanzas en RMB; Salud digital.*

Abstract: The Council of State published the document "More Just and Equitable Global Governance: Principles, Proposals and Actions of China," calling on the Global South to defend the United Nations against abuses of unilateralism. Brazil strengthens financial ties with the Cosban meeting and a study on the issuance of Panda Bonds. The Health Commission publishes a text on the digital health meeting on the sidelines of the 79th World Health Assembly. The decline in infant mortality is accompanied by new challenges for child health. Hong Kong begins consultations for its first Five-Year Plan. A new AI plan envisions underwater servers.

***Keywords:** UN governance; Finance in RMB; Digital Health.*

DIPLOMACIA

Conselho de Estado publica texto sobre Governança Global[1]

A China publicou no dia 17 de junho o documento "Governança Global Mais Justa e Equitativa: Princípios, Propostas e Ações da China".

O documento faz um chamamento à união dos países do Sul Global em defesa da Carta das Nações Unidas, diante do avanço do unilateralismo e da atuação de um pequeno grupo de países. "Essas nações se unem para formar grupos e blocos exclusivos, incitando divisão e confronto e esculpindo esferas de influência hoje – no século XXI – como fizeram nos séculos passados. Ao fazer isso, tornam-se a principal fonte de turbulência global", diz o texto.

A análise publicada pelo Conselho de Estado aponta ainda que "enquanto alguns países se recusam a cumprir suas responsabilidades e obrigações, as agendas multilaterais são muitas vezes deixadas discutidas, mas indecisas, ou decididas, mas não implementadas".

A publicação insere-se no âmbito da Iniciativa de Governança Global, lançada pela China em 2025, ano do 80º aniversário das Nações Unidas. A proposta é o rejuvenescimento da governança global, incitando os países a unirem esforços para dar centralidade à ONU.

Trata-se de uma ação chinesa de protagonismo no debate sobre a reforma de todo o sistema multilateral. Um dos principais argumentos é que a China não está sozinha na identificação dos problemas da ONU nem no escopo das soluções. A reforma, então, visa proteger a centralidade da ONU diante do avanço do unilateralismo: "Essa é uma era de desafios. Mas também de esperança". Como solução, os chineses mencionam sua abordagem "única", que permite propor pontos de paz para conflitos como os na Ucrânia, na Palestina e entre Irã e Arábia Saudita. O texto também reforça a visão do Partido Comunista da China como guia para a elaboração dos princípios e das propostas do país para a governança global.

O documento foi publicado num momento em que os EUA negociam uma trégua para sua agressão ao Irã. Um negociador importante foi o Paquistão, que propôs, junto com Pequim, pontos de consenso para o fim do conflito. Houve também a visita de Xi a Pyongyang, quando a defesa da centralidade histórica dos Partidos Trabalhista da Coreia e Comunista da China foi feita. Nos últimos anos, Xi recebeu em Pequim um amplo espectro político internacional – os nucleares Trump e Putin, além de muitos membros relevantes de arranjos regionais, como grandes economias da União Africana, Celac, Asean e da União Europeia. A cozinha e o cerimonial da diplomacia chinesa andam muito ocupados.

Nesse contexto, a China se coloca em oposição aos "alguns" países que tumultuam o sistema internacional, incorpora com força o conceito de Sul Global e afirma que concepções como "centro-periferia" estão ultrapassadas. Ao questionar a centralidade do Norte, abre espaços para novos protagonistas e desautoriza as intervenções de força, que passam a ser vistas como resultado da ausência de reforma, da desunião do Sul Global e da falta de uma liderança clara. Os temas das cotas do FMI e do Banco Mundial voltam a ser mencionados.

Em defesa de sua conduta, relevância e protagonismo, o documento lista uma série de atividades promovidas pela China na agenda internacional, que incluem iniciativas de

[1] More Just and Equitable Global Governance: China's Principles, Proposals and Actions. https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/202606/17/content_WS6a326192c6d00ca5f9a0bab7.html (accessed 18 June2026).

governança e mercados tecnológicos: transição climática, equidade de gênero, digitalização, segurança e IA “para o bem e para todos”, além da organização de grande quantidade de eventos internacionais e participação-chave em acordos sobre biodiversidade, ciberespaço e espaço sideral. “Diante de uma divisão crescente Norte-Sul e graves atrasos na implementação da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, a China propôs a Iniciativa de Desenvolvimento Global para promover o desenvolvimento comum”, diz o texto.

O documento é bem enfático na identificação dos causadores de problemas, mesmo se levada em consideração a recente leva de comunicações públicas da chancelaria chinesa. Apesar de não mencionar diretamente os EUA, coloca o país como principal disruptor da concertação multilateral: “A autoridade da ONU é contestada. Desconsiderando os propósitos e princípios da Carta da ONU, uma certa grande potência se retirou de organizações e acordos internacionais, desfinanciou órgãos-chave, bloqueou resoluções do Conselho de Segurança e paralisou o mecanismo de resolução de disputas da Organização Mundial do Comércio (OMC)”.

Ao falar do passado, do presente e propor ações para o futuro, a China se coloca como partícipe qualificada do processo histórico – e inevitável – da governança global. O documento afirma que “o universo tem apenas uma Terra, que é o lar compartilhado de toda a humanidade. Os países não estão viajando separadamente em cerca de 190 pequenos barcos, mas a bordo de um único navio gigante de futuro compartilhado”. No mesmo tom, diz ainda que “o navio da civilização humana entrou em águas perigosas com recifes escondidos e tempestades violentas”.

Diante disso, é necessária uma governança “mais inclusiva, equitativa e sustentável”. Não importa como o mundo mude, diz o texto, a China sempre defenderá a ONU, sempre será parte do Sul Global e está pronta para “assistir à modernização do Sul Global”.

Relações Financeiras China-Brasil

No último dia 9 de junho aconteceu a 12ª Reunião da Subcomissão Econômico-Financeira da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) em Pequim, na China. Logo após, ocorreu o 3º Fórum de Cooperação Financeira Brasil-China. Esses encontros fazem parte de ações do Ministério da Fazenda em busca de investimentos para o setor ecológico, especialmente o Eco Invest Brasil e a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e Transformação Ecológica.

Ainda na Cosban, um dos temas abordados foi a parceria entre Brasil e China no mercado de seguros e resseguros, representada pela diretora da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Júlia Lins. O destaque dos encontros da Susep foi com a Administração Nacional de Regulação Financeira da China, que teve como objetivo acompanhar a efetivação do Memorando de Entendimento selado entre as instituições no ano de 2024. Além de outros temas, foi abordada a emissão da documentação necessária que habilita resseguradores chineses para atuação no mercado brasileiro e, atuação brasileira no mercado chines, expandindo assim seus mercados. O encontro contou também com visita à uma seguradora chinesa, uma associação que concentra instituições do setor de seguros e empresa vinculada à *China National Petroleum Corporation*.

A Comissão Independente Contra a Corrupção (ICAC) e a Controladoria-Geral da União (CGU) assinaram no último dia 10 de junho o Memorando de Entendimento que fortifica a

cooperação no combate à corrupção[23]. Do lado brasileiro, o secretário de Integridade Privada da CGU, Marcelo Pontes Vianna, assinou o documento juntamente com o comissário da ICAC, Woo Ying-ming. Essa cooperação visa promover a integridade empresarial e tomar ações preventivas à corrupção no setor privado. Em sua fala, Marcelo Pontes Vianna pontuou que o Brasil e países vizinhos buscam com dedicação o aprendizado e aplicabilidade de novas tecnologias no trabalho de combate à corrupção. Já o comissário afirmou que deseja fortalecer essa colaboração com a CGU e, com países vizinhos, tornar o Brasil um centro anticorrupção na América Latina. A assinatura do memorando é mais um passo no fortalecimento da uma parceria que já traz resultados significativos: em 2025 aconteceu o Encontro internacional de Investigação e Combate à Corrupção, articulado pela Controladoria-Geral da União, juntamente com a Polícia Federal, o Conselho Administrativo[4] de Defesa Econômica e outros órgãos da justiça brasileira. Instrutores de uma academia vinculada ao ICAC estiveram presentes em Brasília para conduzir o encontro.

O governo brasileiro está prestes a emitir títulos públicos em moeda chinesa, o Renminbi.[5] Esse movimento busca diversificar fontes de financiamento e reduzir a dependência do dólar num momento em que o sistema monetário internacional está em transformação gradual, levada pela desdolarização. Os chamados Panda Bonds são títulos de dívidas que governos e empresas estrangeiras emitem no mercado chinês e que são negociados em renminbi. A demanda por esses títulos tem crescido no mundo inteiro, com empresas confiando mais na regulação chinesa, tendo acesso a um mercado mais barato e garantindo uma proteção à deterioração das relação entre EUA e China[6].

O anúncio pode acontecer entre os dias 24 e 26 deste mês de junho, durante a visita brasileira a Xangai e Pequim. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, é o líder da agenda que contará com a presença de secretários do ministério. Se acontecer, será a primeira vez que o país buscará financiamento nesta modalidade no mercado chinês.

No 65º aniversário do Tratado de Amizade entre China e Coreia do Norte, Xi Jinping visita Pyongyang

Entre os dias 8 e 9 de junho, Xi Jinping realizou uma visita oficial a Pyongyang, a convite de Kim Jong Un. A viagem, além de ser a primeira à Coreia do Norte em sete anos, também ocorreu em um contexto de simbolismo diplomático, coincidindo com as comemorações do 65º

---

[2] ICAC and Brazil's CGU sign MoU to strengthen anti-corruption tie. https://www.icac.org.hk/en/p/press/index_id_4967.html

[3] CGU formaliza cooperação com Hong Kong no combate à corrupção https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2026/06/cgu-formaliza-cooperacao-com-hong-kong-no-combate-a-corrupcao

[4] Brasil e China realizam a 12ª Reunião da Subcomissão Econômico-Financeira e o 3º Fórum de Cooperação Financeira https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/brasil-e-china-realizam-a-12a-reuniao-da-subcomissao-economico-financeira-e-o-3o-forum-de-cooperacao-financeira

[2] Susep avança em cooperação com a China nos mercados de seguros e resseguros https://www.gov.br/susep/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2026/julho/susep-avanca-em-cooperacao-com-a-china-nos-mercados-de-seguros-e-resseguros

[5] Brasil prepara primeira emissão de títulos públicos em yuan na China, diz agência https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/06/06/brasil-prepara-primeira-emissao-de-titulos-publicos-em-yuan-na-china-diz-agencia.ghtml

[6] Cotterill J, Alim AN, Leng C. Foreign companies flock to 'panda bond' market in hunt for China hedge. Financial Times. 2025.https://www.ft.com/content/af4ed068-ef31-45a3-a462-3db25b55ce76?syn-25a6b1a6=1 (accessed 21 June2026).

aniversário do Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua entre a China e a República Popular Democrática da Coreia (RPDC)[7].

Assinado em 1961, o Tratado estabeleceu as bases políticas e jurídicas da cooperação entre a China e a República Popular Democrática da Coreia. Segundo a narrativa oficial chinesa, os dois países mantêm uma relação de "cidades-irmãs" e de "bons vizinhos" transfronteiriços, unidos por laços históricos e geográficos. Ao longo das décadas, essa parceria expandiu-se para diversas áreas, incluindo cultura, educação, ciência e tecnologia, esportes, comércio, transporte, navegação e assuntos consulares.

A magnitude dessa cooperação pode ser observada na manutenção de serviços ferroviários internacionais de passageiros entre Pequim e Pyongyang e entre Dandong e Pyongyang, que contribuem para a circulação cotidiana de pessoas entre os dois países.

Embora tenha sido a primeira visita de Xi Jinping à Coreia do Norte após um intervalo de sete anos, não foi o único momento em que se encontrou com Kim ao longo do setênio: Xi e Kim Jong Un mantiveram reuniões regulares em diversas ocasiões, especialmente em Pequim. Em setembro de 2025, por exemplo, o presidente da Coreia do Norte viajou para a capital chinesa, ocasião em que foram alcançados importantes consensos sobre questões de interesse comum e sobre o aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países.

Xi reiterou, em diversas ocasiões, que a manutenção, fortalecimento e o desenvolvimento das relações entre China e Coreia do Norte sempre foram uma política inabalável do PCCh e do governo nacional.

Nesse mesmo clima político, durante a visita à Pyongyang, Xi Jinping afirmou que o encontro representava uma oportunidade para "fortalecer o planejamento de alto nível e a orientação estratégica compartilhada entre as duas nações". Segundo o presidente, essa aproximação poderia contribuir para a paz, a estabilidade, o desenvolvimento e a prosperidade da região e do mundo[8].

Xi Jinping também destacou que China e Coreia do Norte são países socialistas governados por partidos comunistas e que a "tradicional amizade" entre os dois países está "enraizada" em seus ideais e crenças compartilhados, em seus objetivos comuns, além de contar com um alicerce histórico profundo, uma confiança política sólida e laços emocionais.

O presidente da China reiterou que: "(...) Independentemente de como a situação internacional mude, a firme posição do partido e do governo chinês de valorizar profundamente a amizade tradicional entre a China e a Coreia do Norte não mudará, o firme apoio ao Secretário-Geral Kim na liderança da causa socialista da Coreia do Norte não mudará, e o firme compromisso de salvaguardar os interesses comuns dos dois países e preservar um ambiente estratégico favorável não mudará".

Nesse sentido, para agir de forma assertiva diante das aceleradas mudanças globais, é necessário adotar uma visão de longo prazo, estudar o processo de desenvolvimento das relações entre os dois partidos e os dois países e injetar novas conotações contemporâneas.

[7] Qiushi Carrying forward time-honored China-DPRK friendship. 2026 Jun 08 [Acesso em: 22 Jun. 2026]. Disponível em: https://en.qstheory.cn/2026-06/08/c_1188826.htm

[8] The State Council Information Office of the People's Republic of China. 2026 Jun 09 [Acesso em: 22 Jun. 2026]. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/m/topnews/2026-06/09/content_118538428.html

Dessa maneira, segundo Xi, seria possível que a China e a Coreia do Norte inaugurassem conjuntamente novas "perspectivas brilhantes" para a causa socialista de ambos os países, contribuindo para a paz e o desenvolvimento regional.

A China também se comprometeu a cooperar com a Coreia do Norte na preservação e gestão dos memoriais dedicados aos mártires dos Voluntários do Povo Chinês em território norte-coreano, na implementação de programas específicos voltados à promoção das tradições revolucionárias e à formação da juventude, bem como na transmissão do "legado vermelho" revolucionário e da amizade histórica entre os dois países.

Além disso, a China defendeu o pleno aproveitamento dos acordos de reabertura das passagens de fronteira e de retomada dos voos da aviação civil e dos serviços internacionais de transporte ferroviário de passageiros, com o objetivo de ampliar os intercâmbios entre os dois países.

Entre os detalhes cerimoniais da visita, antes da reunião bilateral, Kim Jong Un organizou uma grande cerimônia de boas-vindas para a delegação chinesa na Praça Kim Il Sung, em Pyongyang. Nela, os principais dirigentes governamentais dos dois países subiram juntos ao palanque, onde assistiram à apresentação da banda militar.

Em seguida, acompanhado por Kim, Xi Jinping inspecionou a guarda de honra das três forças armadas do Exército Popular da Coreia e assistiu a uma parada militar. Mais tarde, no mesmo dia, o presidente chinês participou de um banquete.

A viagem a Pyongyang pode ser considerada proveitosa do ponto de vista da cooperação e do estreitamento dos laços bilaterais. Isso porque, durante a refeição, o próprio Xi Jinping afirmou que as relações entre a China e a Coreia do Norte haviam alcançado um novo ponto de partida histórico e que ambos os líderes haviam chegado a importantes consensos ao longo da visita.

"Do ponto de vista estratégico do futuro e do destino do socialismo", disse Xi, "[concordamos] em aproveitar a tendência geral dos tempos, responder às aspirações compartilhadas pelos dois povos, fortalecer os intercâmbios de alto nível, aprofundar a comunicação estratégica, expandir a cooperação prática, fortalecer os laços interpessoais, promover o desenvolvimento de alto nível das relações China-RPDC, abrir conjuntamente perspectivas mais promissoras para a causa socialista de ambos os países e contribuir para o progresso contínuo da sociedade humana".

SAÚDE

Saúde digital e multilateralismo

A transformação digital dos sistemas de saúde voltou a ganhar destaque na 79.ª Assembleia Mundial da Saúde, realizada em Genebra, com o lançamento de uma iniciativa internacional dedicada ao futuro dos sistemas de saúde na era digital e da inteligência artificial. A proposta foi apresentada por um grupo de países que inclui China, Brasil, Etiópia, Omã, Peru, África do Sul, Espanha, Tanzânia e Tailândia, durante um evento paralelo dedicado à equidade e ao acesso aos cuidados de saúde na era digital[9].

[9] National Health Commision of PRC. (2026). Initiative on Building a Shared Future for Health Systems in the Digital and Intelligent Era. https://en.nhc.gov.cn/2026-06/12/c_86622.htm

A iniciativa parte de um diagnóstico partilhado: os sistemas de saúde enfrentam pressões crescentes, que vão desde o envelhecimento populacional e o aumento das doenças crónicas até aos riscos de novas emergências sanitárias, às desigualdades persistentes no acesso aos cuidados e à necessidade de reforçar a resiliência dos serviços públicos. Ao mesmo tempo, tecnologias digitais, inteligência artificial, análise de dados e plataformas interoperáveis oferecem novas possibilidades para melhorar a organização dos cuidados, apoiar decisões clínicas, reforçar a vigilância em saúde pública e aproximar serviços das populações.

O documento lançado em Genebra "Initiative on Building a Shared Future for Health Systems in the Digital and Intelligent Era" defende que a digitalização deve estar subordinada a objetivos públicos claros: equidade, acesso universal, qualidade, segurança, eficiência e confiança. Entre as prioridades estão o reforço da responsabilidade dos governos no financiamento e na regulação dos sistemas de saúde; o investimento nos cuidados primários e na saúde pública; a formação digital dos profissionais; a integração de serviços centrados nas pessoas; a partilha segura e interoperável de dados; e a criação de mecanismos de governação capazes de garantir privacidade, segurança, transparência e uso ético da inteligência artificial[10].

A presença do Brasil entre os países co-organizadores é particularmente relevante. A agenda brasileira na Assembleia Mundial da Saúde destacou o fortalecimento do SUS, a telessaúde, a expansão da conectividade nas unidades básicas, o uso de registros eletrônicos e a defesa de uma inovação orientada pelo interesse público. Este posicionamento articula-se com uma visão de saúde global que procura reduzir dependências tecnológicas, ampliar a produção local e regional, reforçar instituições públicas e garantir que novas tecnologias não aprofundam desigualdades já existentes[11].

Do lado chinês, a iniciativa insere-se numa estratégia mais ampla de apresentação da experiência nacional em saúde digital, cuidados primários, cobertura de seguros, infra-estrutura sanitária e cooperação internacional. A China tem procurado afirmar a sua contribuição para a governação global da saúde através da iniciativa *"Healthy China 2030"*, de parcerias multilaterais e de programas de cooperação com países de baixo e médio rendimento[12]. O lançamento conjunto com países de diferentes regiões mostra também uma tentativa de enquadrar a saúde digital como uma agenda de cooperação com os países do Sul Global e multilateral, e não apenas como uma agenda tecnológica liderada por economias de alto rendimento.

A Organização Mundial da Saúde tem colocado a saúde digital e a inteligência artificial no centro das discussões sobre cobertura universal de saúde, preparação para pandemias, adaptação climática e reforma da arquitectura global da saúde. A questão, porém, não é apenas adotar novas ferramentas. O debate atual insiste na necessidade de garantir que a inovação

[10] National Health Commission of PRC. (2026). Initiative on Building a Shared Future for Health Systems in the Digital and Intelligent Era. https://en.nhc.gov.cn/2026-06/12/c_86622.htm

[11] Ministério da saúde do Governo Federal (2026). Brasil destaca plano de ação para enfrentar mudanças climáticas durante assembleia da OMS em Genebra. https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2026/maio/brasil-destaca-plano-de-acao-para-enfrentar-mudancas-climaticas-durante-assembleia-da-oms-em-genebra

[12] World Health Organization. (2026). China- WHO, Country Cooperation Strategy 2022–2026. https://cdn.who.int/media/docs/default-source/wpro---documents/countries/china/wpro-2023-dpm-001-eng.pdf?download=true&sfvrsn=800928ba_4

digital seja compatível com sistemas públicos fortes, regulação democrática, proteção de dados e participação social[13].

Este ponto é essencial. Sem conectividade, financiamento adequado, profissionais formados, normas de interoperabilidade e salvaguardas éticas, a digitalização pode tornar-se mais um fator de exclusão. Ferramentas de inteligência artificial podem melhorar diagnósticos, gestão de serviços e vigilância epidemiológica, mas também podem reproduzir enviesamentos, criar novas dependências tecnológicas, fragilizar a privacidade e afastar decisões de saúde do controle público.

Por isso, a importância política da iniciativa lançada em Genebra está menos na novidade tecnológica e mais no enquadramento que propõe: colocar a transformação digital ao serviço da equidade, dos cuidados primários e da cooperação internacional. A saúde digital não deve ser entendida como substituto do investimento em sistemas públicos, mas como instrumento para os fortalecer.

O desafio será transformar princípios em prática. Isso exigirá financiamento, normas comuns, capacidade institucional, transparência, avaliação independente e mecanismos de responsabilização. Exigirá também que países, organismos multilaterais, sociedade civil, universidades e instituições públicas de saúde participem activamente na definição das regras da nova era digital em saúde.

Num momento em que a saúde global enfrenta tensões financeiras, geopolíticas e institucionais, a iniciativa sinaliza uma disputa central: quem define o futuro tecnológico dos sistemas de saúde e em benefício de quem. A resposta defendida em Genebra aponta para uma direção clara: inovação, sim, mas orientada pela equidade, pela soberania sanitária, pela cooperação multilateral e pelo direito à saúde[14].

Queda da Mortalidade Infantil

A China anunciou novos mínimos históricos nos seus indicadores de saúde infantil. Segundo a Comissão Nacional de Saúde, em 2025 a taxa de mortalidade infantil caiu para 3,8 mortes por mil nados-vivos, enquanto a mortalidade de menores de cinco anos desceu para 5,4 por mil. Estes valores colocam a China entre os países de rendimento médio-alto com melhores indicadores nesta área e confirmam uma tendência de melhoria sustentada ao longo da última década[15].

O anúncio deve ser lido para além do dado estatístico. Trata-se de um indicador político e sanitário relevante, porque mostra que a China já ultrapassou, antes de 2030, metas centrais inscritas no plano Healthy China 2030. Esse plano, lançado em 2016 como estratégia nacional de médio e longo prazo para a saúde, previa reduzir a mortalidade infantil para 5,0 por mil e a mortalidade de menores de cinco anos para 6,0 por mil até 2030. Ao atingir 3,8 e 5,4 por mil em

[13] World Health Organization. (2026). Global strategy on digital health 2020-2027. https://www.who.int/publications/i/item/9789240116870

[14] National Health Commission of PRC. (2026). Initiative on Building a Shared Future for Health Systems in the Digital and Intelligent Era. https://en.nhc.gov.cn/2026-06/12/c_86622.htm

[15] National Health Commission of PRC. (2026). China reports record-low child mortality rates in 2025. https://en.nhc.gov.cn/2026-06/02/c_86620.htm

2025, a China antecipa esses objetivos e apresenta a saúde materno-infantil como uma das áreas de maior sucesso da sua política pública de saúde[16].

A melhoria resulta de um conjunto articulado de medidas. Nos últimos anos, o país expandiu a rede de cuidados pediátricos, reforçou a presença de serviços para crianças em hospitais públicos, instituições materno-infantis e unidades de cuidados primários, e consolidou sistemas de referenciação para grávidas e recém-nascidos em situação crítica. A Comissão Nacional de Saúde destacou ainda a redução de defeitos congénitos graves, a diminuição da transmissão vertical de doenças, a manutenção de taxas elevadas de vacinação infantil e a melhoria da capacidade de diagnóstico e tratamento de doenças graves, incluindo tumores pediátricos[17].

Este percurso traduz uma mudança importante: a passagem de uma agenda centrada apenas na sobrevivência infantil para uma agenda mais ampla de desenvolvimento ao longo do ciclo de vida. A prioridade já não é somente reduzir a mortalidade nos primeiros anos, mas garantir que as crianças nascem em segurança, crescem com acompanhamento regular, recebem vacinação, avaliação do desenvolvimento, orientação nutricional e apoio à saúde física e mental.

Essa transição está alinhada com a própria arquitetura do Healthy China 2030. O plano não trata a saúde apenas como sector médico, mas como dimensão transversal do desenvolvimento. A ideia de "saúde em todas as políticas" implica integrar cuidados de saúde, educação, ambiente, alimentação, segurança dos medicamentos, inovação tecnológica, governação pública e participação social. No caso da infância, essa abordagem significa que a saúde infantil deixa de depender exclusivamente dos hospitais e passa a envolver famílias, escolas, comunidades, governos locais e diferentes ministérios.

A nova agenda chinesa para crianças e adolescentes, prevista para o período 2026-2030, confirma esta orientação. O plano conhecido como "Five Healths" concentra-se em cinco áreas consideradas prioritárias: peso saudável, saúde visual, saúde mental, saúde óssea e saúde oral. A escolha destes temas revela uma mudança epidemiológica típica de países que conseguiram reduzir fortemente a mortalidade infantil: quando as mortes evitáveis diminuem, ganham maior importância problemas crónicos, comportamentais, ambientais e de desenvolvimento[18][19].

A obesidade infantil, a miopia, as dificuldades de saúde mental, a escoliose e a cárie dentária tornam-se, assim, novos marcadores da qualidade dos sistemas de saúde e da capacidade de prevenir problemas antes de estes exigirem tratamentos mais complexos. Esta agenda aproxima a saúde infantil da escola, da vida familiar, da atividade física, da alimentação

[16] National Health Commission of PRC. (2026). China reports record-low child mortality rates in 2025. https://en.nhc.gov.cn/2026-06/02/c_86620.htm

[17] People.cn (2026). O nível de saúde das crianças no nosso país melhorou significativamente https://paper.people.com.cn/rmrb/pc/content/202606/02/content_30160339.html

[18] National Health Commission of PRC. (2025). "Plano de Ação para a Promoção das 'Cinco Áreas de Saúde' das Crianças e Adolescentes (2026-2030). https://www.nhc.gov.cn/fys/c100077/202512/156aee28a1f543f1a3301ab92580a48b.shtml

[19] Beijing Municipal Health Commission. (2026). Beijing Launches the "Five Health" Promotion Initiative for Children and Adolescents. https://wjw.beijing.gov.cn/English/News_1/PressReleases/202606/t20260616_4702074.html

e do acompanhamento psicossocial. Também reforça o papel dos cuidados primários e das instituições materno-infantis na vigilância continuada das crianças dos 0 aos 6 anos[20].

A queda da mortalidade infantil insere-se precisamente nessa lógica. Internamente, funciona como evidência de capacidade estatal, planeamento de longo prazo e expansão de serviços públicos. Externamente, reforça a narrativa chinesa de que o país pode contribuir para a governação global da saúde através da experiência acumulada em reforma sanitária, cuidados primários, saúde materno-infantil, saúde digital e cooperação internacional.

Ainda assim, os desafios permanecem. A China enfrenta desigualdades territoriais, envelhecimento populacional, baixa fecundidade, aumento das doenças crónicas, pressão sobre os serviços de saúde e novas exigências em saúde mental e bem-estar infantil[21]. O sucesso nos indicadores de mortalidade não elimina essas tensões; pelo contrário, torna mais visível a necessidade de políticas públicas capazes de garantir qualidade de vida, desenvolvimento saudável e equidade desde a infância.

Para a saúde global, o caso chinês levanta uma questão relevante: como transformar planeamento nacional, investimento público e coordenação intersectorial em ganhos sustentados para crianças e famílias? A resposta chinesa não é automaticamente transferível para outros contextos, mas oferece elementos de análise importantes. Mostra que a redução da mortalidade infantil depende de sistemas integrados, financiamento, cuidados primários, vigilância, vacinação, saúde materna, políticas sociais e capacidade de coordenação do Estado. Mostra também que, depois de salvar vidas, o desafio seguinte é garantir que essas vidas se desenvolvem com saúde, dignidade e oportunidades.

SOCIOECONÔMICO

Hong Kong lança consulta pública para seu primeiro plano quinquenal em passo histórico de alinhamento com o continente

O governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong lançou oficialmente, no dia 15 de junho de 2026, uma consulta pública de dois meses para elaborar o seu primeiro plano quinquenal, num movimento politicamente simbólico que aproxima a cidade do modelo de desenvolvimento planejado da China continental[222324]. A secretária para os Assuntos Constitucionais e do Continente, Janice Tse, afirmou que o plano visa alinhar o território com o 15.º Plano Quinquenal nacional (2026-2030), garantindo que Hong Kong sirva o

[20] Shao, Y., Hu, B., Lu, Y., Yu, S., & Liang, J. (2026). A risk assessment indicator system for common diseases in children and adolescents. *PLOS One*, 21(6), e0351870. https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0351870

[21] Xinhua. (2026). China builds robust nursing workforce amid healthcare push. https://english.news.cn/20260511/91c9e226adc543c0b98f69432b09fa4b/c.html

[22] Consultation approach on Hong Kong's 5-year plan echoes mainland China | AP News [Internet]. [citado 15 de junho de 2026]. Disponível em: https://apnews.com/article/hong-kong-five-year-plan-consultation-china-b978eafd937901d62d849207dc7c148e

[23] Consultation for HK's first five-year plan begins – RTHK [Internet]. [citado 17 de junho de 2026]. Disponível em: https://news.rthk.hk/rthk/en/component/k2/1858548-20260615.htm

[24] CGTN. HKSAR govt. launches public consultation on 1st 5-year plan [Internet]. [citado 20 de junho de 2026]. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/2026-06-16/HKSAR-govt-launches-public-consultation-on-1st-5-year-plan-1O0XGMqNfkk/p.html

desenvolvimento do país sem substituir a sua economia de livre mercado[25][26]. "O plano quinquenal de Hong Kong é estratégico, prospectivo e operacional. Ele estabelece nossas metas para os próximos cinco anos", declarou Tse[27].

O documento de consulta, com cerca de 30 páginas, aborda seis áreas prioritárias: aceleração do desenvolvimento da Metrópole do Norte (um novo polo de tecnologia e cidade universitária perto de Shenzhen), fortalecimento da posição de Hong Kong como centro financeiro, marítimo e comercial internacional, aprofundamento do desenvolvimento da Área da Grande Baía, além de questões de subsistência, integração cultural, desportiva e turística, e vida verde[28]. O Chefe do Executivo de Hong Kong, John Lee, descreveu a elaboração do plano como "histórica" e de "grande significado", afirmando que o governo espera integrar um "governo capaz" com um "mercado eficiente" para impulsionar a competitividade da cidade[29]. O Secretário para as Finanças, Paul Chan, acrescentou que o plano visa não só impulsionar a economia, mas também promover um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo, criando empregos de qualidade para os residentes[30]. A consulta pública decorrerá até 14 de agosto, e as autoridades pretendem anunciar o plano finalizado no terceiro trimestre de 2026.

China prepara plano de 2 biliões de yuans para construir infraestrutura nacional de IA

A China está a preparar um investimento de cerca de 2 biliões de yuans (aproximadamente 295 mil milhões de dólares) ao longo dos próximos cinco anos para construir uma rede nacional de centros de dados de inteligência artificial (IA)[31]. Entre as ações de ampliação de infraestrutura está a instalação de centros de dados no fundo do mar[32].

No final de maio de 2026, entrou em operação comercial ao largo da Zona Especial de Lingang, em Xangai, o primeiro centro de dados submarino do mundo alimentado diretamente

---

[25] Consultation begins on HK's first 5-year plan | 無綫新聞 TVB News [Internet]. [citado 17 de junho de 2026]. Disponível em: https://news.tvb.com/tc/1176954-ConsultationbeginsonHK'sfirst5yearplan

[26] AP News [Internet]. 2026 [citado 20 de junho de 2026]. Hong Kong seeks input on its first 5-year plan in an echo of mainland China's playbook. Disponível em: https://apnews.com/article/hong-kong-five-year-plan-consultation-china-b978eafd937901d62d849207dc7c148e

[27] Consultation for HK's first five-year plan begins – RTHK [Internet]. [citado 17 de junho de 2026]. Disponível em: https://news.rthk.hk/rthk/en/component/k2/1858548-20260615.htm

[28] 政府展开香港特别行政区经济和社会发展第一个五年规划（2026—2030）公众谘询（附图／短片） [Internet]. [citado 20 de junho de 2026]. Disponível em: https://sc.isd.gov.hk/TuniS/www.info.gov.hk/gia/general/202606/15/P2026061500223.htm

[29] 行政长官于行政会议前会见传媒开场发言及答问内容（附短片） [Internet]. [citado 20 de junho de 2026]. Disponível em: https://sc.isd.gov.hk/TuniS/www.info.gov.hk/gia/general/202606/09/P2026060900396.htm

[30] South China Morning Post [Internet]. 2026 [citado 18 de junho de 2026]. Hong Kong blueprint to plug economic gaps, boost inclusion and AI, Paul Chan says. Disponível em: https://www.scmp.com/news/hong-kong/hong-kong-economy/article/3357044/hong-kongs-first-5-year-plan-tackle-economic-gaps-boost-quality-jobs-paul-chan

[31] China prepares $295 billion plan to fund nationwide AI buildout, Bloomberg News reports. Reuters [Internet]. 9 de junho de 2026 [citado 18 de junho de 2026]. Disponível em: https://www.reuters.com/world/china/china-prepares-295-billion-plan-fund-nationwide-ai-buildout-bloomberg-news-2026-06-09/

[32] CGTN. Why is China putting AI data centers under the sea? [Internet]. [citado 17 de junho de 2026]. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/2026-05-16/Why-is-China-putting-AI-data-centers-under-the-sea--1NbUw6KPABO/p.html

por energia eólica offshore[3334]. O projeto é uma resposta criativa a um dos maiores desafios da inteligência artificial: o consumo exacerbado de eletricidade.

A inovação do projeto é tripla. Em primeiro lugar, a localização: a cerca de 10 metros abaixo da superfície, a instalação aproveita a temperatura natural da água do mar, que na região ronda os 15 graus Celsius, para refrigerar os servidores[35]. Isto reduz drasticamente a necessidade de sistemas de ar-condicionado, que nos centros de dados tradicionais podem consumir até 40% da eletricidade[36]. Em segundo lugar, a energia: o centro está ligado diretamente a um parque eólico offshore de 200 megawatts com mais de 50 turbinas, garantindo que mais de 95% da sua eletricidade provém de fontes renováveis[37]. Por fim, a eficiência: o centro alcança um índice de eficiência energética (PUE) inferior a 1.15, um valor notável quando comparado com a média de 1.4 a 1.6 dos centros terrestres[38].

Com uma capacidade planejada de 24 megawatts e alojando perto de 2.000 servidores, a instalação em Xangai já está a processar tarefas de IA, serviços 5G e grandes operações de anotação de dados[39]. A versão em plena escala poderá economizar 61 milhões de quilowatts-hora de eletricidade anualmente e reduzir o uso de solo em mais de 90% em comparação com instalações terrestres de capacidade equivalente. O sucesso do projeto, construído em apenas seis meses, está a abrir caminho para a expansão deste modelo para outras regiões costeiras da China[40]. Como afirmou o Professor Li Zhen, da Universidade de Tsinghua, se centros de dados de escala semelhante fossem construídos no mar, a eletricidade gasta em arrefecimento poderia cair para cerca de um décimo do consumo atual, poupando anualmente o equivalente à queima de cerca de 15 milhões de toneladas de carvão.

[33] 高瞻. China completes world's first wind-powered underwater data center [Internet]. [citado 15 de junho de 2026]. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/videos/2025-10/24/content_118140788.html

[34] Deep Sea, Hot Data: China's Cool Fix [Internet]. [citado 17 de junho de 2026]. Disponível em: https://www.stdaily.com/web/English/2026-05/25/content_521999.html

[35] ZNews. vietnam.vn [Internet]. 2026 [citado 16 de junho de 2026]. China is secretly deploying thousands of servers underwater. Disponível em: https://www.vietnam.vn/en/trung-quoc-am-tham-dua-hang-nghin-may-chu-xuong-bien

[36] VnExpress. VnExpress International – Latest news, business, travel and analysis from Vietnam [Internet]. [citado 16 de junho de 2026]. China launches world's first offshore wind-powered undersea data center – VnExpress International. Disponível em: https://e.vnexpress.net/news/tech/tech-news/china-launches-world-s-first-offshore-wind-powered-undersea-data-center-5082673.html

[37] CGTN. Why is China putting AI data centers under the sea? [Internet]. [citado 17 de junho de 2026]. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/2026-05-16/Why-is-China-putting-AI-data-centers-under-the-sea--1NbUw6KPABO/p.html

[38] Nẵng BĐ. vietnam.vn [Internet]. 2026 [citado 19 de junho de 2026]. The world's first underwater data center. Disponível em: https://www.vietnam.vn/en/trung-tam-du-lieu-duoi-bien-dau-tien-tren-the-gioi

[39] CGTN. Why is China putting AI data centers under the sea? [Internet]. [citado 17 de junho de 2026]. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/2026-05-16/Why-is-China-putting-AI-data-centers-under-the-sea--1NbUw6KPABO/p.html

[40] ZNews. vietnam.vn [Internet]. 2026 [citado 16 de junho de 2026]. China is secretly deploying thousands of servers underwater. Disponível em: https://www.vietnam.vn/en/trung-quoc-am-tham-dua-hang-nghin-may-chu-xuong-bien

Estante de livros, vídeos e outros que tais

*A seção **Estante** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor do Caderno* paulo.buss@fiocruz.br



SDSN. *Sustainable Development Report 2026,* 518pp. Editores: Sachs, J.D., Lafortune, G., Fuller, G., Iablonovski, G. O Relatório de Desenvolvimento Sustentável (RDS) analisa anualmente o progresso dos ODS desde a sua adoção pelos Estados-Membros da ONU em 2015. A edição de 2026 identifica 8 prioridades para acelerar o progresso dos ODS até 2030 e além, e apresenta os resultados de duas novas pesquisas da SDSN: uma com a rede de especialistas da SDSN sobre os esforços dos governos em prol dos ODS e outra com o público em geral sobre as barreiras à implementação dos ODS e as prioridades para uma Agenda pós-2030. Faltando menos de quatro anos para o término da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o progresso em relação aos ODS permanece significativamente aquém do previsto: apenas 16% das metas devem ser alcançadas até o prazo final. Embora a grande maioria dos Estados-membros da ONU permanece comprometida com a estrutura, um pequeno número de países, principalmente os Estados Unidos, passou a se opor ativamente ao paradigma do desenvolvimento sustentável e às instituições multilaterais que o sustentam. O SDR deste ano pede uma implementação mais forte dos ODS e uma cooperação global renovada, à medida que o mundo entra nos últimos anos da Agenda 2030 e começa a preparar o terreno para um marco pós-2030. O relatório inclui o *Índice* e os *Painéis* dos ODS, classificando todos os Estados-Membros da ONU nos 17 ODS, e o *Índice de Apoio dos Países ao Multilateralismo Baseado na ONU (UN-Mi*), que acompanha o envolvimento dos países com o sistema da ONU. O relatório também apresenta duas novas pesquisas: 1) a "*Pesquisa de Especialistas SDSN sobre Esforços Governamentais para os ODS*" e 2) uma grande pesquisa pública em 127 países sobre "*Desafios e Meios de Implementação dos ODS*". Juntas, elas revelam amplo apoio público para manter o quadro dos ODS além de 2030, ao mesmo tempo que expõem disparidades significativas em nível regional e nacional na governança, nos esforços políticos e na capacidade de implementação. Entre os respondentes, mecanismos mais fortes para financiamento, governança e o uso de ciência e dados surgiram como as principais prioridades para acelerar. O lançamento deste ano ocorre em um momento crítico: em meio a crescentes tensões geopolíticas, instabilidade global e estagnação do progresso dos ODS, as discussões formais da ONU sobre a agenda de desenvolvimento pós-2030 devem começar em 2027, juntamente com a transição para um novo Secretário-Geral da ONU. Os editores são Sachs, J.D., Lafortune, G., Fuller, G., Iablonovski, G. que compõem o Acesso: sustainable-development-report-2026.pdf



EDITORES E AUTORES DOS CADERNOS

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina (editor).

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior, Mestre em Direito Internacional, Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz (coeditora).

Sebastián Tobar – Sociólogo, doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG (coeditor).

Alexandra Rodrigues Sanches – Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil-China da OPEB/UFABC.

Anabela Santiago – Doutora em Políticas Públicas e mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Membro da PICTIS, parceria entre a Fiocruz e a Universidade de Aveiro.

Ana Carol Aldapi Vaquera – Doutoranda em Ciências Políticas (UFSCar); bolsista CAPES em intercâmbio pelo PDSE na Universidad de Salamanca, Espanha; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB) com graduação em Ciência Política (UCB, Bolívia/UFPB).

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire – Mestre em Relações Internacionais e especialista em Popularização e Divulgação da Ciência. Analista de Gestão em Saúde na VPSGRI/Fiocruz.

André Lobato – Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, Chinese Academy of Sciences). Mestre em Mídia e Globalização (London School of Economics, Fudan University). Especialização em Gestão Ambiental (COPPE/UFRJ).

Armando De Negri Filho – Médico, doutor em Medicina Preventiva, mestre em Epidemiologia, pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo, mestre em biologia pela Moldova State University. Responsável pelo Escritório da Fiocruz para África da VPSGRI, cooperação com África e CPLP, no PECS/CPLP, 2023-2027. Foi Vice-Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

Bárbara Nogueira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ, estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Bernardo Bahia Cesáreo – Pesquisador sênior, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Bruno Neves – Mestrando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Pesquisador do Núcleo Economia Política das Relações Sul-Sul (BRICS Policy Center/PUC-Rio).

Claudia Chamas – Pesquisadora do CDTS/Fiocruz, professora do PPED/Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Engenharia de Produção, com graduação em Engenharia Química (UFRJ). Assessorou o MS em propriedade intelectual e acesso e copresidiu grupos de trabalho na OMS.

Claudia Hoirisch – Engenheira química (UFRJ), mestre em Administração com foco em Políticas de Saúde (FGV). Pesquisadora da VPSGRI/Fiocruz. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

Cristiane Pereira – Doutoranda e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

Danielly P. Magalhães – Doutora em Química Ambiental, mestre em Saúde Pública, especialista em Saúde Global e Diplomacia em Saúde. Diretora sênior de projetos no Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde da Universidade de Columbia, NY; pesquisadora da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Deisy de Freitas Lima Ventura – Doutora em Direito Internacional e mestre em Direito Europeu pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora titular da FSP/USP, vice-coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade; professora da Pós-graduação em Relações Internacionais da USP.

Denise Oliveira e Silva – Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica, doutora em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UFBA), mestre em Medicina e Saúde (UFBA). Realizou pós-doutorado no ISC-UFBA e atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq na Fiocruz Bahia.

Eduardo Nilson – Biólogo, doutor em Saúde Global; pesquisador e docente em saúde pública na Fiocruz Brasília e pesquisador associado do Nupens/USP. Foi coordenador adjunto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde do Brasil por 15 anos.

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Federico Tobar – PHD, assessor de Financiamento Sustentável do Fundo de População das Nações Unidas, no Quênia, Nairóbi.

Felix Júlio Rosenberg – Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Frederico Peres – Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública, com pós-doutorado em Saúde Ocupacional e Ambiental pela Icahn School of Medicine at Mount Sinai, onde atua como *fellow researcher*. Pesquisador Sênior do Cesteh/Ensp/Fiocruz e professor associado visitante da ENSP/Universidade NOVA de Lisboa

Giacomo Giannelli – Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Giovana Guiciard – Mestranda em Política Internacional na Shanghai International Studies University; Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista PIBIC em Política Externa Brasileira e Direitos Humanos da ONU.

Gisele Sanglard – Pesquisadora em saúde pública da Fiocruz, atualmente chefe do Departamento de História das Ciências e da Saúde da COC. Possui doutorado em História das Ciências da Saúde (COC/Fiocruz) e mestrado em História Social da Cultura (PUC-Rio).

Giulia Mariano Machado – Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Heliton Barros – Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz – MBA em Gestão de Projetos e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de Pesquisa e Colaboradora dos Cadernos da VPSGRI/Fiocruz.

Jesús Enrique Patiño Escarcina – Médico, doutorando em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Medicina e Saúde pela UFBA, Pós-graduação em Gerenciamento de Serviços de Saúde e Gestão da Qualidade em Saúde pela Universidad Nacional de San Agustín.

João Miguel Estephanio – Doutorando em Relações Internacionais (UnB), mestre em Políticas Publicas em Saúde (EGF-Brasília), bacharel em Relações Internacionais (UFRJ) e técnico em Biotecnologia (Cefet). Assessor da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais.

Juan Garay – Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

Júlia Moraes e Silva – Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Laura Tavares – Enfermeira com Habilitação em Saúde Pública pela UERJ. Doutora em Economia pela UNICAMP (Área de Concentração em Política Social). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FOCRUZ e em Planejamento de Saúde pelo IMS/UERJ. Professora aposentada da UFRJ.

Laurenice Pires – Assistente Social, doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Serviço Social (PUC-Rio), especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Fundação Dom Cabral). Coordenadora adjunta da especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Saúde na ENSP/Fiocruz.

Livia Ferreira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ; estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Luana Bermudez – Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Saúde Pública e especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Atua na agenda internacional da VPPIS e da Presidência da Fiocruz.

Lúcia Marques – Jornalista, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde e mestre em Saúde Pública. Analista de Gestão em Saúde Pública, coordenadora conjunta do Programa Fioantar, assessora para Antártica e Oceanos e para Ásia Pacífico e Oriente Médio da VPSGRI.

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza – Sanitarista, doutor em Saúde Pública, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Luiz Augusto Galvão – Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Escola de Saúde Pública de Loma Linda, EUA, e pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Manuel Mahoche – Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), mestre em Saúde Pública (UFRGS), especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ) e em Economia e Gestão em Saúde (USP).

Marciglei Brito Morais – Doutoranda em Saúde Pública pela UFBA e mestra em Educação (UESB/BA). Enfermeira e docente no ensino superior na área da saúde. Integra o grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECS/UFBA)

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes – Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari – Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, mestre em Saúde da Mulher e da Criança, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Pesquisadora e docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima – Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito – Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira – Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio), bacharel (UNAMA) e mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Editor da Revista Debates Indígenas.

Nina Bouqvar – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO). Coordenadora de projetos do Youth Voice Brasil, embaixadora da Politize! e assistente de pesquisa na Fiocruz.

Patrícia Lewis Carpio – Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges – Médica infectologista e pesquisadora, INI/Fiocruz; mestre e doutoranda em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas pela Fiocruz. Assessora para Assuntos Internacionais da Presidência da Fiocruz, com foco em políticas de saúde global e diplomacia em saúde.

Paulo Esteves – Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Pedro Burger – Doutorando em Saúde Pública (ENSP), mestre em Economia Política Internacional (UFRJ), especialista em Saúde Pública e em Gestão de Organizações de CT em Saúde (ENSP) e licenciado em História (UFBA). Coordenador de Cooperação Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Pedro Diaz – Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos – Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutoranda em Saúde Coletiva no IFF/Fiocruz. Analista de gestão e atenção em saúde na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Rafael Aguilar Zamudio – Estudante da especialização em Estudos Chineses na Universidad Nacional de la Plata. Especialização em Gestão Ambiental na Universidad Autónoma de Baja California e graduação em Biotecnologia Genômica na Universidad Autónoma de Nuevo León.

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da USP; mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UnB).

Rafaela Venturella De Negri – Mestra em Desenvolvimento e Segurança pela Universidade Jaguelônica, graduada em Jornalismo e especialista em Relações Internacionais pela UFGRS. coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social na ALC.

Regina Ungerer – Médica pediatra, doutora em ciências pela USP, pesquisadora sênior da VPSGRI/Fiocruz, coordenadora adjunta do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde/Fiocruz e do Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

Renan Amaral Oliveira – Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP/USP) e mestre em Relações Internacionais (UFBA), possui bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais (UFABC).

Rychard de Lima Monteiro – Bacharel em enfermagem, especialista em relações internacionais.

Sâmia de Brito – Mestre e bacharel em Relações Internacionais, possui MBA em gerenciamento de projetos. Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio à Internacionalização do Instituto Renê Rachou/Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata de carreira (aposentado) MRE/Brasil; Pesquisador honorário, VPSGRI/Fiocruz.

Tatiana Cerqueira Machado Medrado – Doutoranda em Saúde Coletiva e mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, especialista em Análise de Dados e Monitoramento das Ações de Saúde e Gestão Estratégica do SUS (UFBA).

Thaiany Medeiros Cury – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (IRI/PUC-Rio), especialização em Saúde Pública em andamento (ENSP/Fiocruz) e bacharel em Relações Internacionais (UFRJ).

Tomé Cá – Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues – Graduado em Relações Internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami – Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Visiting Fellow do IHEID, em Genebra; Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, formada em Relações Internacionais (UFU-MG).

PRODUTOS DO OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Os produtos do ***Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz (VPSGRI)*** e do ***Centro Colaborador da OPAS/OMS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz (VPSGRI)*** são:

Cadernos Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020, a Fiocruz vem produzindo os **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** fascículos quinzenais. Para 2026 está programada a edição de **23** fascículos. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas nos endereços abaixo.

2020-2025: https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude

2026: https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/issue/archive

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, a Fiocruz vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde,** sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Entre 2020 e 2025 foram realizados **140** Seminários e, em 2026, estão programados **23** Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN

Próximos Seminários

Dia 1º de julho – *Das evidências à ação: Desafios contemporâneos para a saúde de mulheres, crianças e adolescentes*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais
Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Número: 10/2026
Período de 10 a 24 de junho 2026

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, FABIANE GASPAR e SEBASTIÁN TOBAR
Fundação Oswaldo Cruz; Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 26 de junho de 2026.
313 pp; il.
Bibliografia: Inclui Bibliografias.
1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou da Presidência da Fiocruz.